FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 33.965 | QUINTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2022 | R$ 5,00

Soldado ucraniano abraça sua mãe, Larysa Kolesnyk, 82, após ela ser retirada de Irpin, perto de Kiev Zohra Bensemra/Reuters

Bolsonaro faz nova ameaça ao Judiciário sobre eleição

Presidente afirma que votos serão contados e pleito não será decidido por 'dois ou três', em indireta ao TSE

Jair Bolsonaro (PL) voltou a ameaçar o Judiciário sobre as eleições, desta vez em discurso no Rio Grande do Norte. Disse que os votos serão contados —sem explicar como, já que a proposta da cédula impressa foi derrubada no Congresso— e fez críticas indiretas ao Tribunal Superior Eleitoral.

"Não serão dois ou três que decidirão como serão contados esses votos", declarou, em aparente referência a Luís Roberto Barroso, ex-presidente do TSE; Edson Fachin, o atual; e Alexandre de Moraes, que assume a chefia em agosto.

O presidente participou de evento em Parnamirim (RN), onde fez oração, motociata e cavalgada. Afirmou que o pleito "não é de esquerda contra direita, é de bem contra o mal, [...] e o bem vencerá". Mais tarde, em Baixa Grande do Ribeiro (PI), tornou a falar sobre contagem dos votos.

Ataques ao sistema eleitoral têm sido rotina do governo e voltam a gerar tensão institucional, após curta trégua em 2021. Política A7

Presidente propõe mudar lei antiterror para punir movimentos sociais A7

Ucrânia vive noite de ataques, apesar de promessa russa

Embora tenham prometido redução da atividade militar, forças russas bombardearam quase todas as cidades no front que divide o território controlado pela Ucrânia de áreas separatistas apoiadas por Moscou em Donetsk, segundo o governo local. Mundo A12

Esporte B7

Chelsea cola no Palmeiras

Time londrino bate três brasileiros e sobe sete posições no Ranking Folha do futebol mundial

Ilustrada C1

É Tudo Verdade começa hoje, com filmes para entender conflito e Putin

Turismo C8

Animais domésticos são incorporados a roteiros familiares de luxo e de aventura

Presidente não interferiu na PF, conclui inquérito

Dois anos após o pedido de demissão e as acusações de Sergio Moro, a Polícia Federal encerrou inquérito e concluiu não haver indícios de que o presidente Jair Bolsonaro (PL) interferiu para proteger aliados e familiares ao trocar o comando do órgão. Política A4

Por tornozeleira, Silveira volta a gerar tensão entre Poderes

A recusa do deputado Daniel Silveira (União Brasil-RJ) em cumprir a ordem de colocar tornozeleira eletrônica, dada pelo ministro do STF Alexandre de Moraes, provocou ontem nova tensão institucional e acirrou os ânimos de bolsonaristas contrários à determinação.

Após Silveira dormir na Câmara para se esquivar, agentes da PF foram ao Legislativo para fazer valer a decisão, em vão. O STF marcou para 20 de abril o julgamento da ação penal contra o deputado, preso por sete meses em 2021 por ofender ministros do STF. Política A6

Aprovado uso de pílula para tratamento de Covid

A Anvisa deu aval para uso emergencial do medicamento da Pfizer. A droga é recomendada a adultos com risco de contrair forma grave da doença. B4

Sérgio Rodrigues

O machista e o sexista vão à guerra

Por que a imprensa preferiu chamar de sexista, em vez de machista, a ode nojenta de Mamãe Falei à predação sexual de refugiadas de guerra? Talvez porque aqui machismo também tem a acepção de "qualidade, ação ou modos de macho". Vai que ele tomasse como elogio. Cotidiano B3

Luciano Hang desiste de concorrer ao Senado

O empresário de SC disse que mal súbito de filho o fez repensar plano e que vai se dedicar à família e aos 22 mil funcionários das lojas Havan. Política A7

Interino do MEC também esteve com pastores pivôs de escândalo

Victor Godoy Veiga, cotado para ficar de vez no lugar de Milton Ribeiro, também foi a eventos com Gilmar Santos e Arilton Moura, suspeitos de terem criado balcão de negócios na pasta. Procurado, o MEC não respondeu. B3

A pandemia em 30.mar

Dados das 20h

POPULAÇÃO VACINADA

No Brasil

Ao menos uma dose (dose única ou 1ª dose)	84,0%
1º ciclo vacinal completo (dose única ou 2ª dose)	74,7%
Dose de reforço	35,8%

Nos estados

	Ao menos uma dose	1º ciclo completo	Dose de reforço
SP	91,7%	84,3%	49,6%
PI	94,1%	81,7%	38,8%
CE	87,0%	78,0%	39,2%

ESTÁGIO DA DOENÇA

Óbitos

Média móvel 215 ↓ -37,8%*

Em 24 h 276

Total 659 570

Casos ↓ -35,1%* (desacelerado)

*Variação em relação a 14 dias

ISSN 1414-5723

Sem trabalho desde a pandemia, Aida dos Santos usa lenha para cozinhar Eduardo Anizelli/Folhapress

Um terço de pessoas sem emprego tenta vaga há dois anos

Pela primeira vez desde 2012, o desemprego medido pelo IBGE chegou a 30,3% da população. O problema afeta 3,6 milhões de desocupados, que buscam vagas há mais de 24 meses. Os números foram compilados pela IDados, a pedido da Folha. Mercado A15

Dois terços dos brasileiros temem sair na rua à noite

O temor atinge 64% dos brasileiros; 37% afirmam se sentir muito inseguros após escurecer em relação ao que percebiam há um ano, e 27% dizem ter um pouco de insegurança. Os dados são de pesquisa Datafolha com 2.556 pessoas em 181 cidades. Cotidiano B1

Governo privatiza porto em Vitória de olho em SP

No primeiro leilão de portos no país, a Quadra Capital levou Vitória e Barra do Riacho (ES) por R$ 106 milhões. O governo viu certame como teste para privatizar o de Santos. Mercado A16

EDITORIAIS A2

Pessimismo em alta

Sobre piora da percepção sobre a economia do país.

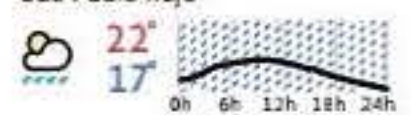
Um pequeno passo

A respeito de negociações entre Rússia e Ucrânia.

ATMOSFERA

São Paulo hoje

22° 17°

0h 6h 12h 18h 24h

	Hoje	Amanhã
Rio	23 32	21 25
Brasília	18 29	17 30
Ribeirão	21 31	19 29

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral (*financeiro, planejamento e novos negócios*), Marcelo Benez (*comercial*) e Anderson Demian (*mercado leitor e estratégias digitais*)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Pessimismo em alta

Datafolha mostra que percepção sobre economia piorou; inflação e atividade podem evoluir

A nefasta combinação de inflação e desemprego elevados impulsiona na piora sensível da percepção do eleitorado sobre as condições da economia brasileira, como sugere a pesquisa Datafolha realizada nos dias 22 e 23 de março.

Os que esperam agravamento geral da situação somam 40% dos entrevistados no país, o dobro exato dos 20% que declaravam expectativa pessimista em dezembro. Para 74%, a alta dos preços vai aumentar, enquanto 50% preveem o mesmo para a taxa de desocupação.

É plausível que o encarecimento brusco dos combustíveis no início deste mês tenha tido influência considerável na deterioração dos humores da opinião pública. Há mais a listar, entretanto.

O perfil da inflação nos últimos meses, com grande peso de produtos cujo consumo não pode ser significativamente reduzido, é especialmente cruel com os mais pobres. São 24% os que relatam que a quantidade de comida em casa é insuficiente para a família —parcela similar às apuradas em maio (25%) e dezembro (26%) de 2021.

Note-se que de lá para cá foi instituído o Auxílio Brasil, versão ampliada do Bolsa Família com a qual o presidente Jair Bolsonaro (PL) procurou ampliar suas chances de reeleição. O Datafolha apurou que 23% dos brasileiros vivem em domicílios atendidos pelo programa, mas que 68% dos beneficiários consideram os valores insuficientes.

Todas as percepções negativas têm sua razão de ser, dadas as frustrações com a retomada da economia do país depois de superado o pior do impacto da pandemia. Mas, se nenhum especialista espera um desempenho brilhante neste ano, restam fatores que podem alterar o quadro e as expectativas.

Analistas projetam uma redução da inflação nos próximos meses, mas, mesmo que tal prognóstico se confirme, o IPCA deve registrar variação de ao menos 6% neste ano —muito acima da meta fixada pelo Banco Central, de 3,5%. A instituição já indicou que deve subir a taxa básica de juros dos atuais 11,75% para 12,75% anuais.

Mesmo com o arrocho monetário, contudo, a atividade econômica pode se beneficiar do aumento da demanda em serviços com a melhora da situação sanitária. Há também a valorização dos produtos primários exportados pelo país, acentuada pela guerra na Ucrânia, que favorece a moeda nacional.

Outro fator é o rápido aumento da ocupação nos últimos meses, que já reduziu o desemprego ao patamar anterior à pandemia. Nesse cenário, pode haver algum incremento de renda adiante.

Tudo somado, não é implausível que a economia mostre alguma melhora de curto prazo mais à frente —sempre a depender, claro, de o governo não cometer novos erros.

Um pequeno passo

Negociações entre Rússia e Ucrânia avançam além da mera propaganda, mas estão longe do fim

Quando a disseção desses dias terríveis da invasão russa à Ucrânia estiver concluída, possivelmente será possível dizer que foi uma guerra das mais opacas em tempos supostamente mais transparentes.

Lados beligerantes mentem, distorcem e tentam ganhar o público desde o Peloponeso, para ficar no registro clássico. Mas o misto de guerra com o ambiente de balbúrdia informativa instantânea era inédito até aqui em tal escala.

Com isso, a retomada de negociações presenciais para tentar acabar com o combate —sob a égide do turco Recep Tayyip Erdogan e associada a uma suposta pausa nos ataques russos contra as regiões de Kiev e Tchernihiv— trouxe dupla leitura: ou era um avanço notável ou uma mentira útil, principalmente para Vladimir Putin.

É evidente que o ponteiro aponta mais para a segunda interpretação, mas será engano não concluir que um pequeno passo foi dado em Istambul. O fim do conflito, de todo modo, parece distante.

As demandas russas são conhecidas, mas seus objetivos militares visíveis indicam ambições maiores que a tomada do Donbass, região separatista no leste ucraniano.

Já Kiev não parece se contentar com nada menos do que uma retirada dos russos, para daí aceitar os termos de sua rendição. Ainda assim, deixou uma lista de itens por escrito, o que sugere um amadurecimento das conversas que ocorrem há semanas com Moscou.

Endurecer a retórica faz parte do jogo —inclusive porque todos sairão perdendo de alguma maneira ao fim de um conflito tão destrutivo. O que parece estar na mesa é o tamanho da derrota e o quanto ela poderá ser embalada para os públicos internos como uma vitória.

Para Putin, uma Ucrânia fatiada de áreas pró-Rússia e de vez fora da Otan, o clube militar comandado pelos Estados Unidos, parece mais do que suficiente para esse fim. Tal objetivo não condiz com a escala de sua guerra, é verdade, mas as críticas aos alegados erros militares poderão não ter grande peso para o público doméstico.

Já para o ucraniano Volodimir Zelenski, sobreviver com um acordo no qual Putin pareça o derrotado no Ocidente também soa como um saldo razoável. E o americano Joe Biden terá o que dizer para os eleitores parlamentares de novembro.

Por óbvio, nada disso evitará o impacto da guerra nas relações internacionais, que pode mudar o alcance da globalização, nem o drama humano ora em curso.

STF à altura da crise climática?

Thiago Amparo

Começou nesta quarta (30) o julgamento da #PautaVerdeNoSTF. São sete ações constitucionais que convidam o Supremo a enfrentar o desafio mais dantesco da nossa geração: sobreviveremos à crise climática que é real e que aqui está ou pereceremos em meio à terra arrasada deixada por nossas boiadas, as literais e as figuradas?

Que o maior litígio climático já visto no país e o pior governo na área de nossa história não ofusquem a tarefa da corte: a pauta verde no STF convoca o tribunal a aplicar a lei já existente, não reinventá-la. Engana-se ou quer nos enganar quem pense que se trata de ativismo judicial. O procurador-geral Augusto Aras mostrou-se contrário às ações, o que opina —legalmente— a favor delas.

Os temas na pauta verde no STF são diversos, mas todos apontam para o futuro da humanidade. Pode o Executivo descumprir metas de redução do desmatamento (ADPF 760) e ignorar a Política Nacional de Mudança do Clima (ADO 54)? Pode o governo desmantelar a fiscalização efetiva do Ibama (ADPF 735)? Pode-se mudar a política ambiental ignorando quem é afetado por ela (ADPF 651)? Pode o governo desidratar o financiamento à política de desmatamento (ADO 59)? Pode o Estado brasileiro piorar a qualidade do ar (ADI 6148) e investir em atividades carbono-intensivas (ADI 6808)?

O STF está diante das perguntas: o tribunal levará a sério os direitos ambientais (ora ignorados pelo Estado), se juntará a outras cortes supremas na vanguarda da justiça climática (vide Alemanha, Colômbia e Holanda) e restaurará a credibilidade internacional do país (hoje arranhada pelo desrespeito a compromissos globais, juridicamente vinculantes)? É isso que está em jogo.

Antes de escreverem seus votos, peço aos ministros e ministras do Supremo que fechem seus olhos e lembrem dos milhares de jovens, indígenas, artistas e lideranças que ocuparam Brasília no Ato pela Terra em março deste ano: são eles que apontam para o futuro. Estará o STF à altura?

Inflação à flor da pele

Bruno Boghossian

Os candidatos a presidente encontrarão na campanha um eleitor sensível aos sobressaltos da economia. Depois de terem flertado com um certo otimismo no fim do ano passado, os brasileiros voltaram a enxergar tempos difíceis com o novo choque da inflação.

Em dezembro, o Datafolha havia registrado uma melhora das expectativas econômicas da população. Naquela época, o índice de entrevistados que diziam esperar uma subida de preços passou de 69% para 46%. Os primeiros meses de 2022, com a disparada dos combustíveis e a resistência da inflação dos alimentos, viram uma reversão desse alívio.

Hoje, três de cada quatro brasileiros acham que os preços vão subir mais —uma proporção comparável à registrada nos piores momentos da pandemia. A variação dos números reflete o peso que o tema terá na eleição e o risco à tendência de recuperação projetada por Jair Bolsonaro.

A nova pesquisa registrou um aumento generalizado de sentimentos negativos em relação à economia em todos os níveis de renda, regiões e grupos partidários. No caso dos eleitores mais pobres, 76% dizem esperar mais inflação e 55% acham que o desemprego vai subir.

Esse ambiente é especialmente perigoso para Bolsonaro porque a percepção de mal-estar econômico ficou atrelada, em larga medida, à atuação do governo: 75% dos entrevistados atribuem ao presidente muita ou alguma responsabilidade pela nova onda de alta de preços, e 68% dizem o mesmo sobre o aumento específico dos combustíveis.

O mau humor abala uma linha mestra do discurso de Bolsonaro sobre o assunto: a transferência de responsabilidades para outros atores. Ainda que a guerra tenha desorganizado o mercado de petróleo e a Petrobras pratique sua política de preços com certa liberdade, a maioria do eleitorado ainda liga o presidente à gasolina mais cara.

*

Saio de férias pelas próximas semanas e volto em maio. Até lá!

Dicionário Brasileiro da Corrupção

Ruy Castro

Uma ideia jogada ao acaso nesta coluna na quinta última (24) foi recebida com entusiasmo por alguns leitores: a de um Dicionário Brasileiro da Corrupção. Nunca foi feito, e não por falta de material. Mesmo ignorando a Colônia e o Império, que tinham costumes próprios, o que se poderá levantar de sujeira a partir da República, em 1889, encherá volumes. Afinal, é uma das grandes especialidades do Brasil: o uso da República para práticas não republicanas, como roubar, desviar, desfalcar, falsificar, sonegar, subornar, aliciar, perverter —em suma, corromper.

Uns mais, outros menos, todos os governos desde Deodoro caíram na farra, com destaque para os autoritários e para os que se elegeram como vestais. Os primeiros, pelo motivo óbvio: quanto mais ditadura, mais censura e menos controle pelas leis, pela sociedade e pela imprensa, donde mais corrupção. O famoso mar de lama em que o governo constitucional de Getulio Vargas se afundou em 1954 não passou de um filete diante do que se roubou de 1964 a 1985 sob os militares —que, não por acaso, tomaram o poder para, entre outras, "combater a corrupção".

E aí temos a segunda categoria: a dos governos que, quanto mais "puros", mais sujos. Jair Bolsonaro atualiza mensalmente sua bravata: "Três anos e três meses de governo, três anos e três meses sem corrupção". Certo —desde que você não conte a destruição da Amazônia para venda ilegal, a importação das vacinas fantasmas, o comércio da morte pela cloroquina, os ministérios reduzidos a balcões, a rachadinha, o patrimônio imobiliário da família, os cheques para a primeira-dama, as mamatas para os amigos, o suborno de militares e outros usos e abusos de bilhões.

Que não passam de ninharia diante da entrega do cofre para o centrão. Isso, sim, consagrará Bolsonaro e lhe garantirá a capa do Dicionário.

Deixo de graça a sugestão. Convidem-me para o lançamento.

Na mira, a democracia

Maria Herminia Tavares

Pesquisadora do Cebrap e professora aposentada da USP. Escreve às quintas

No porão das redes sociais por onde escoa o lodo da extrema direita, circulam duas mensagens similares. Na primeira, a imagem estilizada de um Lula barbudo com a arma apontada para um corpo sem rosto ocupa a mosca de um alvo crivado de balas. Na outra, em vídeo, um homem anuncia que é "dia de brincadeira de Magnum 357" e aperta o gatilho enquanto exclama: "Olha lá um petista passando".

Na edição de 11/3, a revista Crusoé, insuspeita de simpatias esquerdistas, informa que clubes de tiro frequentados por apoiadores de Jair Bolsonaro são estimulados a usar imagens do candidato do PT em seus estandes de tiro. Impossível dizer se isso é a regra ou exceção. É certo, porém, que, sob o incentivo declarado do governo, os indicadores de afeição pelas armas e a facilidade de comprá-las dispararam feito metralhadoras.

Dados do Instituto Igarapé, obtidos via Lei de Acesso à Informação, mostram que cresceram os registros oficiais de armas de fogo em poder de pessoas físicas —alarmantes 134% entre 2018 e 2021; assim também o total conhecido nas mãos de CACs (colecionadores, atiradores esportivos e caçadores): 127% no mesmo período; e o contingente com registro ativo nessa categoria. Em 2021, foram concedidos mais de mil novos registros por dia: 388 mil CACs foram autorizados a comprar armas de fogo. O Instituto Igarapé revelou também que até novembro de 2021 existiam 1.802 clubes de tiro espalhados pelo país, um em cada três criado naquele ano.

Esses dados —já de si inquietantes por seus efeitos potenciais para o desfecho de desavenças da vida cotidiana— tornam-se assustadores quando se leva em conta que armamentos podem ser carreados para o crime organizado. E deveriam acionar os mais ruidosos alarmes, à medida que uma minoria radical se prepara para as eleições como se fossem uma guerra de extermínio do adversário.

Sobretudo, o modo pelo qual encaram a busca do voto popular é incompatível com a democracia. Como argumenta o cientista político Adam Przeworski, da Universidade de Nova York, o sistema, ancorado em votações periódicas, é a solução para o trato pacífico dos conflitos de interesse e opinião. Ao permitir a alternância no poder pelas urnas —e só por elas—, a democracia aumenta os custos da violência e reduz os incentivos para que os vencidos contestem os resultados adversos.

Seria absurdo supor que essa tese não se aplique ao Brasil, mas ela requer a rejeição pública e inequívoca da minoria de extrema direita que, com o patrocínio do governo, deseja ir à guerra em outubro para manter o seu chefe onde está.

mhermtavares@gmail.com

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Obrigado, São Paulo

Bons gestores também devem ter a capacidade de agir diante do improvável

João Doria

Governador de São Paulo (PSDB), ex-prefeito de São Paulo (jan.2017 a abr.2018) e empresário; pré-candidato do partido à Presidência da República

Atendo nesta quinta-feira (31) à convocação do meu partido, consagrada pelo voto de todos os filiados, para que o PSDB lidere um projeto de paz social e desenvolvimento sustentável capaz de oferecer emprego e oportunidades a todos os brasileiros. Cumpro o preceito legal, que determina a desincompatibilização do governo de São Paulo, para iniciar nossa caminhada rumo à Presidência da República.

Nesses 39 meses de gestão enfrentamos os mais complexos, raros e agudos desafios da vida pública. O compromisso democrático das instituições, a necessidade de fazer o que é certo —e não o mais fácil—, a colaboração num mundo global e a resiliência do nosso povo foram testados como poucas vezes na história.

Os bons gestores devem ser avaliados não apenas pelos resultados prometidos, mas sobretudo pela capacidade de agir diante do improvável. Nessas horas, lembro sempre dos valores expressos pelo meu pai na carta de 11 de abril de 1964, na qual comunicou à minha mãe sua partida de urgência ao exílio, depois de ser cassado pela ditadura militar: "Tenha coragem, tranquilidade e prudência".

Com coragem, tranquilidade e prudência, conseguimos superar a pandemia, retomar obras e criar empregos. A vacina salvou vidas. Preservou famílias. Investimos em ciência em São Paulo mais do que o governo federal investe no Brasil. Implantamos os mais inovadores programas sociais e de proteção aos mais pobres. Contratamos mães desempregadas para as escolas, criamos uma bolsa para garantir a presença dos alunos carentes, evitando a evasão escolar, e fornecemos absorventes gratuitos para alunas da rede pública.

Valorizamos a dignidade e a autonomia das mulheres em projetos de empreendedorismo que favoreceram sobretudo as mais pobres e negras. Multiplicamos por dez o número de alunos em tempo integral. Alcançamos os menores índices de crimes violentos da nossa história graças à prevenção e às ações de inteligência das forças de segurança do estado.

Fizemos de São Paulo um dos raros lugares do mundo com crescimento econômico durante a crise sanitária. Em três anos, saímos de um déficit orçamentário de R$ 10 bilhões para investimentos próprios de R$ 50 bilhões. Retomamos obras paradas. E estamos entregando, dentro do prazo, cerca de 8.000 obras contratadas com recursos do estado. A despoluição do rio Pinheiros é uma realidade, com a ligação de 553 mil imóveis à rede de saneamento —o equivalente a uma cidade como Porto Alegre.

São Paulo construiu, recuperou e sinalizou mais quilômetros de estradas do que o governo federal fez em todo o Brasil. As obras do nosso governo criaram mais de 200 mil empregos diretos, com carteira assinada. Batemos o recorde de investimentos privados: R$ 265 bilhões. Em 39 meses, São Paulo cresceu cinco vezes mais que a média nacional.

Por tudo isso, só posso dizer: obrigado, São Paulo! Obrigado aos 46 milhões de habitantes que nos ajudaram a vencer os desafios e a retomar a esperança. Vocês renovaram meu amor à pátria e minha fé em Deus. Vamos superar os erros dos governos que nos colocaram na maior crise da nossa história. Vamos juntos, Brasil, construir o projeto que vai colocar o país e nosso povo em outro patamar de desenvolvimento e de qualidade de vida.

Estou pronto para entregar o melhor de mim, para formar uma brilhante equipe de governo e realizar a transformação que todos queremos. Penso novamente nas palavras do meu pai, naquele momento mais difícil da sua vida: "Tenho a consciência tranquila de que cumpri o meu dever. Não me arrependo das posições que assumi".

A história não se repete. Mas deixa lições. Continuarei a trabalhar, de forma incansável, para que a prosperidade acabe com a pobreza. Que o diálogo substitua o conflito. Que a paz vença o ódio.

Obrigado, São Paulo! Vamos juntos, Brasil!

[...]

Com coragem, tranquilidade e prudência, conseguimos superar a pandemia, retomar obras e criar empregos. A vacina salvou vidas. Preservou famílias. Investimos em ciência em São Paulo mais do que o governo federal investe no Brasil. Implantamos os mais inovadores programas sociais e de proteção aos mais pobres

31 de março: ordem do dia

Exercitar a memória, defender a democracia e educar para os direitos humanos

Glenda Mezarobba e Rogério Sottili

Cientista política, é conselheira do Instituto Vladimir Herzog

Historiador, é diretor-executivo do Instituto Vladimir Herzog, ex-secretário especial de Direitos Humanos da Presidência da República (2015-16, governo Dilma)

Naquele que já se configura, desde o fim da ditadura militar (1964-1985), o ano eleitoral mais desafiador para a democracia brasileira, este último dia de março (31) é incontornável. Não apenas pelo 58º registro que dele faz a história e consequentemente nos impede de esquecer do golpe de Estado, mas, sobretudo, pela sombra que o passado, ao encontrar a terrível realidade enfrentada hoje pelo país, projeta para o futuro.

Ao usurparem o poder, há quase seis décadas, os militares disseminaram o terror nas múltiplas faces assumidas pela repressão —perda de mandato ou cargo público, suspensão de direitos políticos, exílio e prisão, entre outras. Até hoje não se sabe quantas foram as vítimas de tortura. Oficialmente são 434 os mortos e desaparecidos do período. O jornalista Vladimir Herzog (1937-1975), assassinado nas dependências do DOI-Codi de São Paulo, é um deles.

Vinte e um anos depois, a ditadura acabou graças à mobilização da sociedade, e o legado de medo e desconfiança foi gradativamente sendo substituído por um novo projeto de país, que pode ser sintetizado no artigo 1º da Constituição de 1988: a construção de um Estado democrático de Direito que tem, entre seus fundamentos, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

A transição produziu canais de participação popular e os mais diversos atores sociais passaram a incidir na elaboração de políticas públicas. Não houve, contudo, reforma significativa de algumas instituições, como as de segurança —tampouco a responsabilização criminal de agentes envolvidos nos crimes da ditadura. Seguem pendentes dois deveres do Estado: o dever de justiça e o dever de transformar as instituições, tornando-as democráticas e "accountable". Obrigações que dizem respeito especialmente ao Poder Judiciário e às Forças Armadas.

Desde 1979, quando foi aprovada a Lei da Anistia, simpatizantes do regime costumam recorrer a ela quando se impõe a necessidade de revisitar o passado. Insistem em um suposto acordo político que teria assegurado a não punição de "ambos os lados". É sabido que foi a partir da construção dessa "garantia" de impunidade que os militares se mostraram dispostos a assumir o compromisso de retirada gradual da política nos anos 1980. Nada mais distante, contudo, do que se evidencia atualmente, com fardados ocupando todo tipo de cargo na administração pública e no primeiro escalão de um governo que não disfarça seu desprezo pela vida, exalta a violência e vê a participação popular limitada ao exercício do voto.

O tempo decorrido desde a primeira eleição presidencial não foi suficiente para a consolidação do Estado de Direito, tampouco para o aprofundamento da democracia no país. Nos últimos anos, as ameaças ao regime crescem em gravidade e extensão. Criado em 2009 para celebrar a vida e o legado do jornalista, o Instituto Vladimir Herzog atua em prol dos valores da democracia, indissociáveis que são da promoção e do respeito aos direitos humanos, e pela liberdade de expressão.

"Amicus curiae" na ADPF nº 320, sobre a Lei da Anistia, e monitorando o cumprimento das 29 recomendações da Comissão Nacional da Verdade, a seis meses das eleições o instituto vê no exercício da memória o imprescindível instrumento para o processo de reconstrução da confiança cívica e restabelecimento da solidariedade social.

Por alicerçar-se em princípios como os da igualdade e universalidade de direitos e deveres, só em uma democracia o Estado, e especialmente seus governantes, podem ser responsabilizados por seus atos —os de ontem e os de hoje.

[...]

O tempo decorrido desde a primeira eleição presidencial não foi suficiente para a consolidação do Estado de Direito, tampouco para o aprofundamento da democracia no país. Nos últimos anos, as ameaças ao regime crescem em gravidade e extensão

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Ilustração de André Stefanini sobre o golpe militar de 1964

Lembrar

Brasil, 31 de março de 1964: lembrar ou esquecer? Lembrar! Pois só assim isso nunca se repetirá! Todos aqueles que ignoram a história estão fadados a repeti-la. Feliz 31 de março a todos!

José Ribamar Pinheiro Filho (Brasília, DF)

Ameaças

"Bolsonaro faz nova ameaça ao Judiciário sobre eleições e diz que o bem vencerá" (Política, 30/3). Qual a coerência existente em pregar o bem fazendo o mal?

Alysson Barros (São Paulo, SP)

*

O mal está no gabinete do ódio! O mal está nos terríveis evangélicos! O mal está em impedir a vacinação de crianças e adultos! O mal está em não trabalhar pelo país e só fazer campanha política contra as eleições livres. etc. etc.

Noel Neves (Poços de Caldas, MG)

*

Depois de mais de 650 mil mortos pela Covid. Depois de pelo menos duas tentativas de golpe de Estado. Depois de deixar milhares de pessoas na fila do osso. Depois de inúmeros outros problemas em pouco mais de três anos de governo, não é difícil imaginar quem está do lado do mal. O mais absurdo é ter que ouvir isso justamente dele.

Astrogildo Ferreira de Mello Júnior (Brasília, DF)

*

Se ele está dizendo que o bem vencerá, está admitindo que vai perder as eleições.

Cleomar Cordeiro (Aparecida de Goiânia, GO)

Imaginem

"Bolsonaro propõe mudar lei antiterrorismo com brecha para punir movimento social" (Política, 30/3). Ao mesmo tempo em que distribui armas tenta intimidar movimentos sociais. Imaginem um pessoal bloqueando ruas num protesto social; imaginem motoristas de carros importados atirando contra manifestantes; imaginem um juiz como o do Lollapalooza avaliando o caso. No que daria isso?

Armando Moura (São Paulo, SP)

*

Sentiu profundamente o baque das últimas manifestações populares espontâneas contra o seu desgoverno e agora quer virar ditador (mais ainda) na canetada.

Mara Passos (São Paulo, SP)

*

O sonho de todo candidato a ditador: implantar o terrorismo de Estado.

Paulo Junges (Campo Grande, MS)

*

O essencial da proposta é a liberação do assassinato por policiais, com o excludente de ilicitude. Típico do bozofascismo e do moronismo.

Ernesto Pichler (São Paulo, SP)

Violência

"Dois terços dos brasileiros têm medo de sair à noite nas cidades" (Cotidiano, 30/3). Isso é reflexo da desigualdade crescente, da ausência de políticas públicas para a melhoria das condições de vida, da desintegração de muitas famílias, da atuação de políticos corruptos que não têm interesse pela classe pobre.

João Batista de Júnior (Mogi Mirim, SP)

*

Mas o Bolsonaro não ia resolver o problema da segurança pública armando a população?

Carlos Simãozinho (Brasília, DF)

*

A melhor política pública de segurança é a redução do abismo social. Mas isso é algo difícil demais para os apoiadores deste governo entenderem. Eles acham que tudo se resolve com armas, prisão, pena de morte etc. Nem percebem que com isso só se está secando gelo.

Felipe José Fernandes Macedo (São João del-Rei, MG)

E o Aras?

A facada como cabo eleitoral já se esgotou. Agora ele vai e volta para os hospitais alegando mal-estar, mas os eleitores não acreditam mais. Diante dos terríveis problemas de corrupção no Ministério da Educação e o comício de pré-candidatura como campanha eleitoral antecipada, pergunto: o STF e o STE tomarão as medidas constitucionais cabíveis ou deixarão para o ministro Aras jogar para debaixo do tapete?

Moacyr da Silva (São Paulo, SP)

Loteamento dos céus

O loteamento dos céus é tão antigo quanto a história da humanidade, até porque ninguém conseguiu voltar de lá para reclamar de sua gleba.

Marize Carvalho Vilela (São Paulo, SP)

Sistema eleitoral

Saudáveis as aparições de reportagens, de carta neste Painel do Leitor (linda a do senhor Antonio Carlos Augusto Gama, promotor aposentado!) e de colunas sobre o nosso patético sistema eleitoral. É absurdo o quanto há de tutela e paternalismo. Mas focar as críticas só na Justiça Eleitoral é uma injustiça, pois a legislação foi parida pelos três Poderes. Aliás, a visão do eleitor como um estúpido começa já pela obrigatoriedade do voto. Necessitamos com urgência de uma reforma eleitoral.

Anísio Franco Câmara (São Paulo, SP)

Pais e avós

Sou uma avó idosa. Como mãe, busquei orientação em livros de autores credenciados (Françoise Dolto, Maria Tereza Maldonado, Haim Ginott, Sandra Zagury...). Na falta de uma fundamentação para os conselhos dos entrevistados —exceto a experiência pessoal e o "achismo"—, a reportagem "Pais e avós divergem sobre novas práticas na educação das crianças" (Equilíbrio, 29/3) trouxe pelo menos uma opinião sensata: a da professora Edna Diniz.

Conceição A. Araújo Oliveira (Belo Horizonte, MG)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

OPINIÃO (30.MAR., PÁG. A2) Diferentemente do publicado na coluna "A facada como cabo eleitoral", após sair do hospital na terça-feira (29), Bolsonaro viajou para o estado de Mato Grosso do Sul, não para Mato Grosso.

política

PAINEL | *Fábio Zanini*

painel@grupofolha.com.br

Olhos e ouvidos

Em meio à volta das ameaças de Jair Bolsonaro (PL) de não respeitar o resultado das eleições, o PT articula para que o pleito seja monitorado por observadores internacionais. Nesta quarta (30), o ex-ministro Aloizio Mercadante pediu ao ex-premiê espanhol José Luis Zapatero ajuda na montagem de uma equipe que venha ao país acompanhar o voto. Ambos participaram de encontro do Grupo de Puebla, que reúne líderes e movimentos de esquerda, no Rio de Janeiro.

SELO "O Parlamento Europeu tem constituído delegações plurais para acompanhar as eleições em muitos países. Aqui, será muito importante a presença de uma, para assegurar o respeito aos resultados e que será uma eleição limpa e reconhecida", diz Mercadante.

FOLHINHA Alexandre de Moraes (STF) vinha cobrando o presidente da Corte, Luiz Fux, para pautar a ação penal contra o deputado Daniel Silveira (União-RJ) desde o início do ano. Fux preferia deixar para o fim do semestre, porque contava com o recesso parlamentar para esfriar os ânimos. O ato do parlamentar de desafiar Moraes atropelou o calendário.

7A1 O procurador-geral da República, Augusto Aras, aposta no isolamento da ministra Rosa Weber (STF) para reverter a decisão dela de manter o inquérito contra Jair Bolsonaro (PL) no caso Covaxin. Ele recebeu nesta quarta (30) mensagens de apoio de ao menos sete ministros da Corte, criticando a decisão da colega.

CANETA 1 O próximo governador de São Paulo vai nomear 4 dos 7 membros do Tribunal de Contas do Estado, órgão responsável por fiscalizar o Executivo, aprovar suas contas e liberar ou não obras públicas.

CANETA 2 O conselheiro Edgard Rodrigues chegará à idade de limite de 75 anos em 2023, enquanto Robson Marinho, Roque Citadini e Sidney Beraldo a atingirão em 2025. Duas das vagas serão de escolha direta do governador, e as outras, da Assembleia — mas mesmo essas têm tradicionalmente influência direta do chefe do Executivo.

CADA UM... Representantes das Câmaras Municipais de São Paulo e de Osasco têm trocado farpas após diligência feita por vereadores paulistanos à sede da Uber na cidade da região metropolitana.

...NO SEU LUGAR Eles são membros da CPI dos Aplicativos, que investiga se empresas criaram sedes de fachada no entorno de São Paulo para pagar valores mais baixos de ISS, ainda que o núcleo de suas atividades continue na capital.

FAÍSCA Presidente da Câmara de Osasco, Ribamar Silva (PSD) fala em tomar providências legais. Milton Leite (União), da Câmara de SP, afirma que "onde existir interesses da cidade em jogo, haverá atuação dos vereadores paulistanos".

CUTUCADA Governador de SP, João Doria (PSDB) visitará as obras do Museu do Ipiranga nesta quinta (31), véspera do dia em que deixará o cargo. A data foi escolhida em parte por ser o aniversário do golpe de 1964. A reforma é objeto de disputa de paternidade entre o tucano e o governo Bolsonaro.

VISITA À FOLHA 1 Luciana Temer, diretora do Instituto Liberta, e Rodrigo Hubner Mendes, fundador e diretor do Instituto Rodrigo Mendes, estiveram no jornal nesta quarta-feira (30). Acompanhava-os Júlia Magalhães, assessora de imprensa do movimento Agenda 227 - Prioridade Absoluta para Crianças e Adolescentes.

VISITA À FOLHA 2 A deputada federal Clarissa Garotinho (União-RJ) esteve no jornal nesta quarta-feira (30). Acompanhava-a Antero Gomes, assessor de imprensa.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Cláudio

GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO ★★★

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R$ 1,90	R$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R$ 9,90	R$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa		Assinatura semestral*
	seg. a sáb.	dom.	Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 827,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
361.387 exemplares (fevereiro de 2022)

PF descarta interferência de Bolsonaro citada por Moro e encerra inquérito

Investigação também negou possível denunciação caluniosa de ex-ministro da Justiça ao acusar presidente da República

Fabio Serapião e José Marques

BRASÍLIA Dois anos após o pedido de demissão e as acusações de Sergio Moro, a Polícia Federal encerrou o inquérito e concluiu não haver indícios de que o presidente Jair Bolsonaro (PL) interferiu para proteger aliados e familiares ao trocar o comando do órgão. Os investigadores também descartaram denunciação caluniosa do ex-ministro.

No relatório, a PF diz que em dois anos de apuração "nenhuma prova consistente" da interferência de Bolsonaro foi encontrada e que todas "as testemunhas ouvidas foram assertivas em dizer que não receberam orientação ou qualquer pedido, mesmo que velado, para interferir ou influenciar investigações".

Nas redes sociais, Moro disse que "a Polícia Federal produziu um documento de 150 páginas para dizer que não houve interferência do presidente na PF", mas "certamente, as quatro trocas de diretores da PF falam mais alto do que as 150 páginas".

Uma das provas apresentadas por Moro à época, e citadas no relatório, são as mensagens enviadas pelo presidente em que ele fala da intenção de tirar Maurício Valeixo da direção do órgão e indicar Alexandre Ramagem, atual diretor da Agência Brasileira de Inteligência e amigo da família presidencial.

Em 22 de abril de 2020, Bolsonaro diz ao então ministro da Justiça: "Moro, o Valeixo [então diretor da PF] sai essa semana", "Isto está decidido", "Você pode dizer apenas a forma", "A pedido ou ex ofício".

Em resposta, Moro diz: "Presidente sobre esse assunto precisamos conversar pessoalmente, estou ah disposição".

No mesmo dia, o presidente manda a Moro um link do site O Antagonista, com o título: "PF na cola de 10 a 12 deputados bolsonaristas". Moro responde: "Isso eh fofoca. Tem um Dpf [Delegado de Polícia Federal] atuando por requisição no inquérito da fake News e que foi requisitado pelo Min Alexandre [de Moraes]".

Bolsonaro, no dia seguinte, encaminha o mesmo link da reportagem e diz: "Mais um motivo para a troca".

Segundo relatório do delegado Leopoldo Soares Lacerda, Bolsonaro não cometeu ato contrário à lei ao pedir a troca do diretor-geral porque cabe ao presidente escolher a equipe ministerial e chefes vinculados a ministérios.

"Constam nos autos informações de que a relação entre o Presidente da República e o delegado de polícia federal Ramagem, nomeado como dirigente máximo da PF, iniciou-se no final da campanha presidencial por razões profissionais e assim foi mantida", disse o delegado.

Ele também não encontrou sinais de que o presidente atuou com o objetivo de interferir em investigações de seu interesse ou de seus filhos e aliados políticos.

De acordo com Soares, nos casos que envolviam o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), a facada que Bolsonaro sofreu em 2018 e no inquérito das fake news não foram identificadas ingerências políticas no andamento das investigações.

Um dos casos analisados foi o suposto vazamento da operação Furna da Onça, que continha em seus autos o relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) sobre as transações suspeitas de Fabrício de Queiroz, ex-assessor de Flávio e amigo pessoal da família Bolsonaro.

O presidente Jair Bolsonaro ao lado do então ministro da Justiça, Sergio Moro Pedro Ladeira - 3.out.19/Folhapress

O suposto vazamento foi revelado em entrevista do empresário Paulo Marinho à coluna de Mônica Bergamo.

Para avançar na apuração, a PF pediu ao Supremo a quebra de sigilos telemáticos de Flávio, Queiroz e Marinho.

Nos dados referentes às contas de Flávio foram encontradas anotações sobre o agendamento de alguns encontros: "Notificação: Almoço Paulo Marinho - qua 17 out 2018 13:00 - 14:00 (BRT)" e "Notificação: Reunião casa Paulo Marinho com equipe - ter 23 out 2018 15:00 - 16:00 (BRT) 121".

"Os agendamentos acima demonstram possíveis encontros entre Paulo Marinho e o então deputado estadual Flávio Bolsonaro no período entre o primeiro e segundo turno das eleições de 2018", afirmou o delegado.

Um arquivo de áudio foi analisado e seu teor "denota a ocorrência de um encontro entre pessoas não identificadas, datado do dia 19 de dezembro de 2018".

De acordo com a PF, essa data é posterior ao suposto encontro de outubro daquele ano com o delegado federal que teria vazado a operação.

"O exame sobre a investigação que apurou o possível vazamento da Operação Furna da Onça à família Bolsonaro não constatou elementos suficientes que confirmassem a hipótese de ingerência política na investigação", concluiu o delegado.

A PF também quebrou o sigilo telemático do ex-ministro Gustavo Bebianno, morto em março de 2020, sem que algo de relevante para a investigação tenha sido identificado.

A investigação teve alguns percalços, como a substituição do delegado responsável e apreciação pelo STF do pedido para ouvir Bolsonaro.

Após a abertura do caso e tomada de alguns depoimentos, os investigadores pediram para ouvir o presidente, que se negou a prestar os esclarecimentos de forma presencial.

O caso foi parar no plenário do STF, que em outubro de 2020 iniciou o julgamento. O então relator do caso, o agora ex-ministro Celso de Mello, afirmou na ocasião que não seria não admissível a concessão de "privilégios" e "tratamento seletivo" e defendeu que o presidente depusesse presencialmente à polícia.

Depois disso, Luiz Fux suspendeu a análise e o caso ficou paralisado com a aposentadoria do decano da corte.

Ainda em novembro de 2020, a AGU (Advocacia-Geral da União) se manifestou em nome de Bolsonaro para abrir mão de se justificar pessoalmente sobre a suposta interferência e recusar a possibilidade de defesa.

Moraes, que substituiu Celso de Mello na relatoria, negou o pedido do presidente para não depor. Um ano após o início do julgamento, em novembro de 2021, Bolsonaro, novamente via AGU, pediu para ser ouvido presencialmente.

No depoimento, Bolsonaro negou ter interferido no órgão. "Nunca teve como intenção, com a alteração da direção-geral [da PF], obter informações privilegiadas de investigações sigilosas ou de interferir no trabalho de Polícia Judiciária ou obtenção diretamente de relatórios produzidos pela Polícia Federal", afirmou o presidente, segundo transcrição da PF.

Ele ainda disse que Moro teria concordado com a nomeação de Ramagem desde que isso ocorresse após sua indicação para vaga no STF.

Meses antes do depoimento, em agosto de 2021, Moraes mandou retirar o delegado Felipe Leal do caso, após ele pedir para investigar os atos do então diretor-geral da PF, Paulo Gustavo Maiurino.

Após o Painel revelar o novo rumo da apuração, Moraes afirmou que o delegado extrapolou suas funções ao investigar o então diretor-geral.

> As testemunhas ouvidas foram assertivas em dizer que não receberam orientação [...] para interferir ou influenciar investigações
>
> **Leopoldo Soares Lacerda**
> delegado da Polícia Federal

Entenda investigação sobre suposta interferência de Bolsonaro na PF

Qual a origem e o objetivo da investigação?
- A investigação foi aberta a pedido do procurador-geral da República, Augusto Aras, após acusações do ex-ministro da Justiça Sergio Moro de que o presidente queria intervir na Polícia Federal
- O foco da investigação era avançar sobre quais eram os possíveis interesses de Bolsonaro em investigações da corporação e se houve interferência com objetivos políticos nas apurações
- Bolsonaro nega interferência

Quais os possíveis crimes investigados?
- No pedido de abertura de inquérito, Aras citou oito crimes que podem ter sido cometidos: falsidade ideológica, coação no curso do processo, advocacia administrativa, obstrução de Justiça, corrupção passiva privilegiada, prevaricação, denunciação caluniosa e crime contra a honra

Houve interferência de Bolsonaro na PF?
- Sim. Embora tenha prometido publicamente carta branca ao seu ex-ministro da Justiça, Sergio Moro, para definir os cargos de comando da PF, o presidente demitiu, contra a vontade dele, o então diretor-geral da corporação, Maurício Valeixo, e na sequência mudou a chefia da superintendência do órgão no Rio de Janeiro

A interferência aconteceu por objetivos políticos nas investigações?
- Há indícios de que sim. Um deles é que, antes de exonerar Maurício Valeixo, Bolsonaro enviou uma mensagem a Moro com o link de uma reportagem com o seguinte título: "PF na cola de 10 a 12 deputados bolsonaristas". Na sequência, escreveu: "Mais um motivo para a troca"
- Outro elemento é o vídeo da reunião ministerial em 22 de abril de 2020. Num dos momentos, ao reclamar da falta de informações de órgãos diversos, Bolsonaro fala em interferir na PF — inicialmente, o presidente negava até mesmo ter se referido à Polícia Federal no encontro, o que não se demonstrou verdadeiro

DIRETORES DA PF NO GOVERNO BOLSONARO

Maurício Valeixo (jan.19 a abr.20)
- Indicado pelo então ministro Sergio Moro, ficou no cargo de janeiro de 2019 até abril de 2020, quando Moro pediu demissão
- O delegado era um conhecido investigador na PF e foi o diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado durante a Operação Lava Jato. Também foi superintendente no Paraná

Alexandre Ramagem (não assumiu)
- Chegou a ser indicado por Jair Bolsonaro, mas teve a nomeação barrada por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal

Rolando de Souza (mai.20 a abr.21)
- Após o problema com o STF, Souza foi indicado por Ramagem para ocupar o cargo e nomeado por Jair Bolsonaro. Ele ficou entre maio de 2020 até abril de 2021

Paulo Maiurino (abr.21)
- O delegado foi indicado por Jair Bolsonaro em abril de 2021. Sem passagens por cargos importantes na PF, Maiurino chegou ao posto pelo bom trânsito político. Ele foi chefe da segurança do STF na gestão de Dias Toffoli

Márcio Nunes
- Nomeado em fevereiro, era o secretário-executivo do Ministério da Justiça. Foi indicado pelo ministro da Justiça, Anderson Torres
- De perfil discreto, o delegado passou por quase todos os níveis hierárquicos dentro da Polícia Federal. Foi chefe de delegacia, de setor, de divisão e, antes de assumir o cargo na Justiça, era superintendente no Distrito Federal

Rosa Weber nega pedido para arquivar inquérito contra presidente no caso Covaxin

BRASÍLIA A ministra Rosa Weber (STF) negou nesta quarta (30) pedido do procurador-geral da República, Augusto Aras, para arquivar inquérito contra o presidente Jair Bolsonaro (PL) no processo de compra da vacina indiana Covaxin.

Nesse inquérito, o presidente é investigado sob suspeita de prevaricação. O caso Covaxin se tornou centro da CPI da Covid no Senado, inflamou protestos pelo impeachment do presidente e expôs contradições no discurso bolsonarista sobre vacinas e corrupção.

O PGR havia seguido entendimento da Polícia Federal, que, em 31 de janeiro, disse que não foi identificado crime, porque não havia dever funcional do presidente de "comunicar eventuais irregularidades de que tenha tido conhecimento" a órgão de investigação.

Para o delegado William Tito Schuman Marinho, "juridicamente, não é dever funcional (leia-se: legal), decorrente de regra de competência do cargo, a prática de ato de ofício de comunicação de irregularidades pelo presidente da República". Aras concordou.

Rosa discordou e disse ser "perfeitamente possível" extrair, do ordenamento jurídico-constitucional, competência administrativa vinculada a ser exercida pelo chefe de Governo.

"Embora a gestão superior da administração envolva, de fato, tal como defende a PGR, inúmeras decisões discricionárias, não há espaço para a inércia ou a liberdade de 'não agir' quando em pauta o exercício do controle da legalidade de atos administrativos — ou, mais especificamente, do poder-dever de anular atos contrários ao ordenamento jurídico — e do poder disciplinar em face de desvios funcionais", afirmou.

"Ao ser diretamente notificado sobre a prática de crimes funcionais (consumados ou em andamento) nas dependências da administração federal direta, ao presidente da República não assiste a prerrogativa da inércia nem o direito à letargia", acrescentou Rosa.

Nesses casos, o presidente deve "acionar os mecanismos de controle interno legalmente previstos, a fim de buscar interromper a ação criminosa — ou, se já consumada, refrear a propagação de seus efeitos".

"Esses são, portanto, os atos de ofício reclamados, no contexto acima descrito, do Chefe de Governo. Retardá-los ou omiti-los, injustificadamente, 'para satisfazer interesse ou sentimento pessoal', constitui, sim, conduta apta a preencher o suporte fático da cláusula de incriminação prevista no art. 319 do CP", afirmou.

Não é praxe um ministro negar pedido de arquivamento feito pelo procurador-geral. Rosa diz que a hipótese é possível pois houve conduta atípica.

A suspeita de prevaricação foi atribuída a Bolsonaro pelo deputado Luis Miranda (União Brasil-DF) e seu irmão, o servidor Luis Ricardo Miranda. Em depoimento, o deputado afirmou ter alertado o presidente sobre supostas irregularidades. **José Marques**

Daniel Silveira é pivô de tensão entre Poderes

Após se negar a obedecer Moraes, deputado vira alvo de multa e bloqueio de contas e admite colocar tornozeleira

BRASÍLIA A recusa do deputado Daniel Silveira (União Brasil-RJ) em cumprir a ordem de colocar tornozeleira eletrônica, dada pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes, provocou nesta quarta (30) nova tensão institucional e acirrou os ânimos de bolsonaristas.

Após usar a Câmara como escudo e dormir no local para tentar se esquivar da decisão, Silveira foi alvo no final da tarde da Polícia Federal e de agentes da Polícia Penal, que se deslocaram ao Legislativo cumprir a ordem judicial.

Ao delegado e aos policiais foi entregue um documento do próprio Silveira dizendo que ele não cumpriria a ordem. Os policiais saíram do local e foram relatar a Moraes sobre a recusa do parlamentar em acatar a decisão.

À noite, porém, momentos após o ministro do STF estipular multa diária de R$ 15 mil e bloqueio de contas bancárias, Silveira disse que vai atender à determinação de usar tornozeleira eletrônica.

Ao deixar o plenário, Silveira afirmou que cumpriria a ordem de Moraes para evitar o pagamento da multa. "Eu pagaria R$ 15 mil diário ilegalmente? É claro que é [por causa da multa]", disse. A seguir, disse que não aceita a ordem do ministro, mas que vai colocar o dispositivo "por imposição de sequestro de bens".

Em sua decisão, Moraes estipula ainda que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), escolha dia, hora e local para que a tornozeleira seja instalada em Silveira. Até a conclusão desta edição, o Silveira não havia colocado o aparelho.

"Estranha e esdrúxula situação, onde o réu utiliza-se da Câmara dos Deputados para esconder-se da polícia e da Justiça, ofendendo a própria dignidade do Parlamento, ao tratá-lo como covil de réus foragidos da Justiça", escreveu.

O ministro ainda determinou a expedição de ofício ao presidente da Câmara para que ele adote as medidas necessárias para que as eventuais multas sejam descontadas diretamente do salário do parlamentar, de R$ 33,7 mil.

Antes, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do presidente, foi à Câmara e disse que fazia um apelo a Moraes.

"Minha fala aqui hoje é de apelo em especial ao ministro Alexandre Moraes, que possa tocar nele, o seu coração, o bom senso, o senso de justiça. Não é possível que um parlamentar, que, usando suas prerrogativas, que expresse sua opinião, esteja passando pelo que ele está passando, sendo tratado como um marginal, sendo tratado como um sequestrador, um assaltante, um estuprador", afirmou.

Horas antes da chegada da PF, Lira havia defendido a "inviolabilidade" da Casa, mas criticou o uso midiático das dependências do local pelo deputado. "Ideal que o STF analisasse logo os pedidos do deputado Daniel Silveira e que a Justiça siga a partir desta decisão", afirmou em nota.

Após a cobrança, o presidente do STF, Luiz Fux, marcou para 20 de abril o julgamento da ação penal contra Silveira. O ministro inicialmente estudava marcar o julgamento para maio, devido aos feriados de Páscoa e de Tiradentes.

Na noite desta quarta, o advogado de Daniel Silveira, Paulo Faria, pediu ao Supremo que retire da pauta o julgamento do deputado. Segundo ele, há recursos que devem ser julgados à frente, sob risco de o processo ser anulado.

Líderes de algumas das principais bancadas da Câmara defendem o cumprimento da decisão do Supremo e avaliam que não cabe ao Legislativo neste momento questioná-la ou apreciá-la em uma votação — como se deu após a prisão do próprio Silveira.

Por outro lado, compartilham da visão de Lira de que a inviolabilidade da Câmara precisa ser respeitada.

"A minha posição pessoal é em favor da inviolabilidade total da Câmara dos Deputados", afirmou o líder da União Brasil, Elmar Nascimento (BA).

O parlamentar diz acreditar que não existe posição sobre o mérito da decisão a ser tomada pelo Legislativo, uma vez que não se trata de prisão e apenas uma decisão processual. E completa que cabe a Silveira cumprir a decisão.

"Tem uma máxima que precisa ser resguardada: decisão judicial se cumpre", completa.

Moraes havia determinado que Silveira passasse a usar o dispositivo na última sexta-feira (25), por descumprir medidas cautelares e fazer "repetidas entrevistas nas redes sociais e encontro com os investigados nos inquéritos".

Na terça (29), porém, o deputado circulou sem tornozeleira eletrônica pela Câmara, disse que não cumpriria decisão "ilegal" do ministro e afirmou que Moraes tinha que ser "impichado e preso".

À noite, a Polícia Legislativa isolou a área próxima ao gabinete de Silveira. O parlamentar saiu de lá, acompanhado de assessores, e foi para o plenário. Segundo a assessoria de Silveira, ele passou a madrugada na Câmara.

Fotos Pedro Ladeira/Folhapress

Divulgação

1 Daniel Silveira (União Brasil-RJ) deixa seu gabinete com a também bolsonarista deputada Alê Silva (PSL-MG); 2 acompanha oração do líder da bancada evangélica, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ); 3 e fica ao lado do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ)

Silveira foi defendido por aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL), que qualificaram a ordem do ministro do Supremo de "afronta à democracia".

O presidente da bancada evangélica, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), acusou Moraes de deixar a Câmara "de cócoras" após cometer um "estupro constitucional". No plenário, ele atacou Moraes, a quem pediu que "volte a ser um homem amante da Constituição e da democracia".

"Produzir um estupro constitucional, como está sendo produzido pelo ministro Alexandre de Moraes... Nós não vamos ficar silentes nesta Casa", afirmou o deputado.

O embate entre Silveira e Alexandre de Moraes deu novo fôlego ao discurso bolsonarista, que fala em ingerência do STF nos outros Poderes.

Antes de Silveira anunciar que passaria a noite na Câmara para "ver até onde vai a petulância de alguém para de fato romper com os outros dois Poderes", aliados de Bolsonaro já atacavam Moraes.

Carlos Jordy (PL-RJ) acusou Moraes de fazer uma "vendeta" contra o deputado por suas críticas ao STF. Otoni de Paula (RJ), que recentemente se filiou ao MDB, chamou o ministro de déspota e pediu a Lira que não se prostrasse "diante dos ditames de Alexandre de Moraes". "Tenha brio, ou, então, renuncie à presidência desta Casa", afirmou.

Sóstenes Cavalcante disse à **Folha** que o assunto não era uma questão da fileira evangélica, mas sim do Congresso. Integrantes do bloco, contudo, têm se unido em desagravo a Silveira, que não é evangélico.

Pela manhã, parlamentares da bancada evangélica foram até o gabinete do deputado que passou sete meses preso em 2021, por ofender ministros do STF em vídeos nas redes sociais. Moraes, por exemplo, foi chamado de "Xandão do PCC". A ação pró-Silveira foi filmada e distribuída pela equipe de Sóstenes.

Questionado por jornalistas se estava disposto a orar por alguém que descumpre uma medida judicial, o presidente do bloco respondeu que já faz o mesmo "por todos os presidiários". Mais uma vez indagado, desta vez sobre se considera Silveira um presidiário, ele fez um adendo: "Oramos por todos os cidadãos".

Sóstenes pertence à igreja do pastor Silas Malafaia, que também divulgou vídeo crítico a Moraes, que definiu como um ditador. **Ranier Bragon, Danielle Brant, Fabio Serapião, José Marques e Anna Virginia Balloussier**

Defesa diz que golpe de 64 foi 'marco histórico' da política brasileira

Marianna Holanda

BRASÍLIA O Ministério da Defesa e as Forças Armadas divulgaram nota nesta quarta (30) chamando o golpe de 1964 de "marco histórico da evolução política brasileira".

A ordem do dia alusiva ao 31 de março, última do mandato de Bolsonaro, é assinada pelos comandantes das três Forças e pelo ministro da Defesa, Walter Braga Netto, que deixará o comando da pasta nesta quinta (31) com a expectativa de ser vice na chapa do presidente.

"O Movimento de 31 de março de 1964 é um marco histórico da evolução política brasileira, pois refletiu os anseios e as aspirações da população da época", diz texto divulgado pela Defesa.

O termo "movimento" para se referir ao golpe já havia surgido nos anos anteriores.

A Defesa diz que os anos seguintes a 1964 foram de "estabilidade, segurança, crescimento econômico e amadurecimento político", que levou à paz no país.

O texto também afirma que as instituições se fortaleceram após o golpe e as Forças Armadas seguiram "observando, estritamente, o regramento constitucional, na defesa da nação e no serviço ao seu verdadeiro soberano —o povo brasileiro".

A expressão que diz que o povo é soberano é amplamente utilizada pelo presidente. Seus apoiadores costumam dizer que "supremo é o povo", em referência ao STF (Supremo Tribunal Federal), alvo do bolsonarismo.

O regime enaltecido por Bolsonaro e pelos militares teve uma estrutura dedicada a tortura, mortes e desaparecimento. Auditorias da Justiça Militar receberam 6.016 denúncias de tortura. Estimativas feitas depois apontam para 20 mil casos.

Presos relataram terem sido pendurados em paus de arara, submetidos a choques elétricos, estrangulamento, tentativas de afogamento, golpes com palmatória, socos, pontapés e outras agressões. Em alguns casos, a tortura levava à morte.

Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) listou 191 mortos e o desaparecimento de 210 pessoas. Outros 33 desaparecidos tiveram seus corpos localizados posteriormente, num total de 434 pessoas.

O texto da Defesa defende que o golpe atendeu aos anseios da sociedade e impediu que um "regime totalitário", em referência ao comunismo, fosse instalado no Brasil. "Grupos que propagavam promessas falaciosas, que, depois, fracassou em várias partes do mundo."

Bolsonaro quer aproveitar a reforma ministerial em abril para tentar ampliar sua influência no comando do Exército em ano eleitoral.

Integrantes do governo dizem que a promoção do general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, atual comandante do Exército, para ministro da Defesa serve a dois propósitos: colocar à frente das Forças nome que agrade o Exército, que reúne o maior número das tropas, e acomodar à frente da Força terrestre alguém alinhado ao Palácio do Planalto. É dado como certo que o general Marco Antônio Freire Gomes assumirá o Exército. Hoje, ele é comandante de Operações Terrestres.

Presidente propõe mudar lei para punir movimentos sociais

Uma proposta do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao Congresso de atualização da Lei Antiterrorismo abre brecha para criminalizar os movimentos sociais. Pelo projeto divulgado como parte de um conjunto de medidas para a segurança pública, a definição de terrorismo contempla "ações violentas com fins políticos ou ideológicos". Apesar de ressalvar que os atos devem ter sido cometidos com uso de violência, especialistas veem margem para avançar sobre grupos organizados da sociedade civil.

Bolsonaro faz nova ameaça ao Judiciário sobre eleições

Viagem ao Rio Grande do Norte tem 'comício', oração, motociata e cavalgada

José Matheus Santos, Aura Mazda e João Pedro Pitombo

RECIFE, PARNAMIRIM (RN) E SALVADOR O presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a ameaçar o Judiciário sobre o resultado das eleições de 2022, desta vez em discurso nesta quarta-feira (30) no Rio Grande do Norte.

Ele disse que os votos serão contados, sem explicar como, já que o voto impresso foi derrubado pelo Congresso em meio a discursos golpistas do presidente da República.

Também fez críticas indiretas a ministros do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

"O povo armado jamais será escravizado. E podem ter certeza que, por ocasião das eleições de 2022, os votos serão contados no Brasil. Não serão dois ou três que decidirão como serão contados esses votos", disse, em referência a Luís Roberto Barroso, ex-presidente do TSE; Edson Fachin, o atual; e Alexandre de Moraes, que será presidente nas eleições.

"Defendemos a democracia, a liberdade e tudo faremos até com sacrifício da nossa vida para que esses direitos sejam relevantes e cumpridos pelo nosso país", afirmou Bolsonaro, que está em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, bem atrás do ex-presidente Lula (PT).

Ele discursou em evento na cidade de Parnamirim, na região metropolitana de Natal. A viagem teve 'comício', oração, motociata e cavalgada.

Mais tarde, em outro evento em Baixa Grande do Ribeiro (PI), voltou a fazer referência à contagem dos votos.

"Teremos sim eleições limpas por ocasião do mês de outubro do corrente ano. Não podemos admitir que três ou quatro pessoas definam ou decidam como venha ser essas eleições. A alma da democracia é o voto e a contagem dele faz parte dessa alma", afirmou.

Ainda no Rio Grande do Norte, Bolsonaro repetiu que a disputa eleitoral de 2022 será um pleito "do bem contra o mal".

"Cada vez mais a população entende quem está do lado do bem e quem está do lado do mal. Não é de esquerda contra direita, é de bem contra o mal. E o bem sempre venceu. E o bem vencerá. O bem está ao lado da maioria da população brasileira."

No discurso, afirmou que "pouquíssimas pessoas podem muito em Brasília, mas nenhuma delas pode tudo".

Na véspera de 31 de março, em que se completam 58 anos do golpe militar de 1964, Bolsonaro afagou os militares. "Nós, militares, lá atrás juramos dar a nossa vida pela pátria e todos nós agora daremos a nossa vida pela nossa liberdade".

Os ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral são uma rotina em seu governo. No passado, por exemplo, ele afirmou diversas vezes sem apresentar provas que havia vencido as eleições de 2018 no primeiro turno.

A crise institucional de 2021, patrocinada por Bolsonaro, teve início quando o presidente disse que as eleições de 2022 somente seriam realizadas com a implementação do sistema do voto impresso —apesar de essa proposta já ter sido derrubada pela Câmara.

No ano passado, ele também fez uma transmissão ao vivo para apresentar supostas provas que tinha contra a confiabilidade das urnas e que o pleito havia sido fraudado. No entanto, apenas levou teorias que circulam há anos na internet, sem qualquer comprovação.

Naquela live recheada de mentiras, Bolsonaro divulgou documentos de uma investigação sigilosa aberta em 2018 sobre um ataque hacker no sistema do TSE.

Por causa disso, Bolsonaro virou alvo de investigação. A delegada Denisse Ribeiro, da Polícia Federal, já enviou ao ministro Alexandre de Moraes, do STF, a conclusão segundo a qual ocorreu crime na atuação do presidente naquele caso.

Mesmo sem o indiciamento formal, essa foi a primeira vez que a PF imputa crime ao presidente no âmbito das investigações que tramitam sob a relatoria de Moraes.

As declarações de Bolsonaro dos últimos meses interromperam cerca de seis meses de trégua, que até seus aliados mais próximos sabiam que não duraria muito tempo.

A calmaria vinha desde setembro passado, quando, diante da reação dos Poderes contra suas ameaças golpistas, divulgou uma nota na qual afirmava que não teve "nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes" e atribuiu palavras "contundentes" anteriores ao "calor do momento".

> "O povo armado jamais será escravizado. E podem ter certeza que, por ocasião das eleições de 2022, os votos serão contados no Brasil. Não serão dois ou três que decidirão como serão contados esses votos
>
> **Jair Bolsonaro (PL)**
> presidente da República, atacando as urnas eletrônicas em discurso no Piauí

O presidente Jair Bolsonaro (PL) em cavalgada com apoiadores José Dias/Divulgação Presidência

Luciano Hang anuncia que não será candidato ao Senado

SALVADOR O empresário catarinense Luciano Hang, dono da rede de lojas Havan, informou nesta quarta-feira (30) em uma transmissão em suas redes sociais que não será candidato ao Senado pelo estado de Santa Catarina. Hang é um dos principais aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL) no meio empresarial e há cerca de cinco anos se tornou uma espécie de ativista político conservador.

Desde o ano passado, o empresário era sondado por partidos de Santa Catarina para concorrer ao Senado. Pesquisas de opinião o davam como favorito à disputa.

Hang disse que tomou a decisão pensando na família e nos 22 mil funcionários da Havan. Ele alegou que um mal súbito de um de seus filhos durante viagem de férias à Itália o fez repensar a decisão de entrar para a política.

"Meu partido é o Brasil. Continuarei trabalhando para mudar o Brasil, mas não serei político. Tenho certeza que as pessoas vão me entender", disse.

Mesmo sem ser candidato, ele disse que seguirá como ativista político. E que sua possível candidatura havia sido pedido de Bolsonaro.

Hang disse que se engajará pela reeleição de Bolsonaro e candidatos conservadores. Mas evitou indicar quem apoiaria em Santa Catarina alegando ter muitos amigos na política local. Seu passe era disputado por pré-candidatos de diferentes grupos políticos, incluindo o governador Carlos Moisés (Republicanos), o senador Jorginho Mello (PL) e o prefeito de Chapecó João Rodrigues (PSD). **JPP**

Podcast da Folha mostra disputa eleitoral pelas redes sociais

SÃO PAULO O Telegram está no centro das atenções da Justiça. O aplicativo que é refúgio da extrema-direita quase foi bloqueado. Neste ano de eleição, autoridades tentam evitar ser surpreendidas pelo uso descontrolado de uma rede social, como foi com o WhatsApp em 2018.

A dinâmica das redes sociais muda rápido, e a próxima disputa nas urnas tem territórios digitais bem diferentes dos mapeados em 2018.

Neste cenário, de que forma as militâncias e as campanhas políticas tentam conquistar os eleitores? A Justiça e as redes sociais estão preparadas para o pleito? Afinal, como será a campanha eleitoral na internet em 2022?

Estreou nesta quarta (30) o podcast Cabo Eleitoral, uma parceria entre a **Folha** e o InternetLab, centro de pesquisas de direito e tecnologia, de olho na eleição deste ano.

Em seis episódios, publicados nas principais plataformas sempre às quartas, às 7h, o programa investiga como as campanhas se apropriam das redes sociais para difundir propaganda política e explica as novas regras do jogo eleitoral.

Quem conduz o podcast é a jornalista Paula Soprana, repórter na **Folha** desde 2018. Há seis anos na cobertura de tecnologia, ela passou pela editoria de economia da revista Época e do jornal O Globo e foi comentarista na rádio CBN. Em 2017, participou do programa de jornalismo digital do ICFJ (International Center for Journalists) nos Estados Unidos. O podcast tem edição de som de Luan Alencar e coordenação de Magê Flores.

Curso ajuda maiores de 50 anos a evitar disseminação de fake news

SÃO PAULO A disseminação de fake news é preocupação constante nos tempos atuais. A questão envolve desde informações erradas sobre o combate à pandemia da Covid-19 até desinformação relacionada às eleições que ocorrerão em outubro.

O Projeto Comprova lança nesta quarta (30) versão em português do MediaWise for Seniors, programa de educação para adultos, especialmente os maiores de 50 anos.

O curso é gratuito via WhatsApp e visa ajudar a entender os algoritmos, como detectar golpes e teorias conspiratórias, e como buscar fontes confiáveis. Os participantes receberão orientações sobre como falar com amigos e familiares para evitar disseminação de conteúdos falsos.

As aulas são conduzidas pelos jornalistas Lillian Witte Fibe e Boris Casoy, embaixadores do programa no Brasil, com conteúdo produzido pelo MediaWise e o Comprova e distribuído por WhatsApp.

As inscrições podem ser feitas no site do Comprova ou pelo WhatsApp do projeto. Os participantes receberão vídeos e mensagens com instruções e técnicas simples para detectar conteúdos suspeitos e fazer verificações básicas.

"A desinformação atinge pessoas com diferentes níveis de letramento digital, gerando impactos negativos nas nossas relações e instituições. Estamos animados com a possibilidade de ajudar um público mais amplo a refletir sobre o seu consumo de informação digital", afirma a presidente da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), Natalia Mazotte.

Moro usou prisões para ganhar apoio público, diz pesquisador

Para advogado, ex-juiz recorreu a argumentos não jurídicos em decisões

Ricardo Balthazar

SÃO PAULO O ex-juiz Sergio Moro usou as prisões preventivas decretadas nos anos em que conduziu a Operação Lava Jato para angariar apoio da opinião pública às investigações sobre corrupção e incentivar confissões, de acordo com um estudo acadêmico minucioso sobre sua atuação no caso.

Resultado de dois anos de pesquisas do advogado Álvaro Guilherme de Oliveira Chaves, o trabalho foi apresentado como dissertação de mestrado na Universidade de Brasília no ano passado e analisa dezenas de decisões de Moro e de tribunais superiores que reavaliaram as prisões mais tarde.

Pelo Código de Processo Penal, prisões preventivas podem ser decretadas durante a investigação de um crime para garantir a ordem pública, evitar que suspeitos atrapalhem o trabalho dos investigadores ou escapem da Justiça, se houver provas da existência do crime e indícios de autoria.

Ao buscar entender como Moro interpretou esses parâmetros em suas decisões, Chaves viu evidências de que o ex-juiz frequentemente usou argumentos sem previsão legal para prender pessoas investigadas pela Lava Jato e ignorou a jurisprudência estabelecida por tribunais superiores.

O estudo mostra que a maioria das decisões apontou o risco à ordem pública como fundamento das prisões. Como não há na lei definição precisa para caracterizar ameaça à ordem pública, juízes têm ampla margem de interpretação ao lidar com os casos concretos.

Pelo levantamento de Chaves, 62 das 65 decisões analisadas, que atingiram 99 investigados, apontaram riscos à ordem pública como justificativa para a prisão preventiva. Em 26 casos, foi o único fundamento apresentado pelo juiz para sustentar a ordem de prisão.

Para demonstrar os riscos, Moro citou a gravidade dos crimes investigados, apontou indícios de que seguiam sendo praticados e defendeu necessidade de recuperar a confiança da sociedade nas instituições e na capacidade da Justiça de aplicar a lei penal.

Argumentos desse tipo em geral são aceitos pelos tribunais, mas Moro incorporou a muitas decisões elementos sem relação com eventuais riscos oferecidos pela liberdade das pessoas investigadas, ou mesmo sem relevância jurídica, segundo o pesquisador.

Numa decisão que levou grandes empreiteiros à prisão em 2014, Moro citou manifestações da então presidente Dilma Rousseff (PT) e de seu adversário nas eleições daquele ano, Aécio Neves (PSDB-MG), favoráveis às investigações da Lava Jato, para defender as prisões preventivas.

Em 2016, ao mandar prender o ex-senador Gim Argello (PTB-DF) e o ex-deputado federal Paulo Ferreira (PT-RJ),argumentou que impedi-los de disputar eleições e voltar a exercer um mandato seria necessário para proteger a ordem pública, hipótese que não é prevista pela legislação penal.

"Com o tempo, o juiz começou a enxertar em suas decisões argumentos estranhos à jurisprudência aceita pelos tribunais, como parte de uma estratégia para rebater críticas à atuação da Lava Jato e obter apoio da opinião pública para a continuidade das investigações", afirma Chaves.

O advogado, que atuou na defesa de alvos da operação, analisa as decisões de Moro em sua dissertação sob a perspectiva da teoria garantista, que defende maior contenção na interpretação da legislação penal para proteger direitos, como a presunção de inocência antes de julgamento definitivo.

Em 35 casos analisados, o juiz mencionou um segundo fundamento para justificar as prisões, o risco de que os investigados atrapalhassem as investigações se permanecessem em liberdade. Em outros 18 casos, ele apontou a possibilidade de fuga do país, o que impediria a aplicação da lei.

Em vários desses casos, como mostra o trabalho do advogado, não havia indícios de que os investigados planejassem algo parecido, mas Moro justificou as prisões argumentando que eles e as empresas para as quais trabalhavam tinham recursos que poderiam ser usados para escapar.

Moro deixou a magistratura no fim de 2018 para ser ministro da Justiça no governo Jair Bolsonaro. Ele se demitiu em 2020, após desentendimentos sobre mudanças na Polícia Federal. No fim do ano passado, o ex-juiz se filiou ao Podemos para concorrer às eleições presidenciais de outubro.

O próprio Moro revogou 26 das 65 ordens de prisão analisadas, de acordo com o estudo. Em 12 desses casos, o juiz reavaliou suas decisões porque os investigados negociavam acordos de delação premiada ou se mostravam dispostos a confessar crimes e colaborar de outras formas com a Lava Jato.

Num dos casos analisados pelo pesquisador, Moro cancelou a ordem de prisão antes que fosse cumprida, e quando as negociações com o colaborador ainda estavam no início. "Essas decisões produziram a expectativa de que a delação era muitas vezes o único meio de deixar a prisão", diz Chaves.

O advogado examinou também a atuação dos tribunais superiores na revisão das decisões de Moro. Até janeiro de 2021, eles tinham revogado 34 prisões preventivas decretadas pelo ex-juiz, ou substituído a prisão por outras medidas cautelares, como o monitoramento por tornozeleira eletrônica.

Em 24 desses casos, coube ao Supremo Tribunal Federal revogar as prisões, segundo o levantamento. "A atuação da corte se mostrou indispensável para reafirmar limites com maior precisão e afastar casos em que a fundamentação das ordens de prisão era claramente ilegal", afirma Chaves.

Procurado pela **Folha** para comentar as conclusões do estudo acadêmico, Moro não quis se manifestar. O ex-deputado Xico Graziano, que apoia sua campanha, reagiu com ironia nas redes sociais: "Pesquisador?! O cara era advogado de réus da Lava Jato. Tá de sacanagem né?!"

As prisões preventivas na Operação Lava Jato

Estudo analisou 65 decisões do ex-juiz Sergio Moro que determinaram a prisão de 99 pessoas investigadas pela operação entre 2014 e 2017

O fundamento mais recorrente nas decisões, usado para prender 95 investigados, foi a necessidade de **garantir a ordem pública**

Para 26 prisões, essa foi a única justificativa

Em 35 casos, o então juiz apontou também **riscos para as investigações** como motivo para a prisão. Em 1 caso, este foi o único motivo

Em outros 18, a necessidade de evitar fugas para garantir a **aplicação da lei penal** foi indicada também. Em 3 casos, esta foi a única justificativa

Em 16 prisões, Moro apontou os três motivos como fundamentos das suas decisões

A revisão das prisões pelos tribunais

Até jan.2021, tribunais superiores revogaram 34 prisões preventivas decretadas por Moro, ou as substituíram por outras medidas cautelares

Fonte: 'Prisões preventivas da Operação Lava Jato (2014-2017): pesquisa empírica e crítica garantista'

PT contra-ataca na BA e vence disputa contra ACM Neto pelo MDB de Geddel

João Pedro Pitombo

SALVADOR Duas semanas depois de perder o apoio do PP, um de seus principais aliados, o governador da Bahia, Rui Costa (PT), contra-atacou nesta quarta-feira (30) e levou para a sua base aliada o MDB do ex-ministro Geddel Vieira Lima.

O partido era aliado do ex-prefeito de Salvador e pré-candidato a governador ACM Neto (União Brasil) e vai engrossar a coligação para candidatura do secretário estadual de Educação, Jerônimo Rodrigues, ao Governo da Bahia.

Geddel, em liberdade condicional desde fevereiro na condenação por lavagem de dinheiro no caso do bunker com R$ 51 milhões em Salvador, é cortejado tanto pelo governador Rui Costa quanto pelo ex-prefeito de Salvador ACM Neto.

Geddel não tem cargo de comando no MDB, mas segue influente no partido. Estava presente no anúncio da parceria nesta quarta na sede do MDB da Bahia, longe dos holofotes.

O senador Jaques Wagner (PT) também participou do ato, assim como o ex-deputado federal Luiz Argôlo, também em liberdade condicional.

A jornalistas, Geddel disse que não participava do evento: "Sou curioso, vim só para ver o movimento. Tenho uma reunião aqui em cima", disse, seguindo para o elevador do prédio da sede do MDB baiano.

O presidente da Câmara Municipal de Salvador, vereador Geraldo Júnior (MDB), será indicado candidato a vice-governador. A chapa, que ainda tem o senador Otto Alencar (PSD) como candidato ao Senado, será lançada nesta quinta (31) em ato com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Vamos ter um Geraldo aqui na vice-governadoria. Os dois vices serão Geraldo [Júnior e Alckmin], o vice-presidente da República e vice-governador. Os dois serão Geraldo nessa parceria com Lula", disse o governador Rui Costa nesta quarta em entrevista à TV Itapoan, afiliada da RecordTV.

A reviravolta dá novo gás à candidatura petista na Bahia, que viveu vários atritos internos e sofreu baixas nas últimas semanas. A principal foi a do vice-governador João Leão (PP), que rompeu com o PT após 13 anos e será candidato ao Senado na chapa de ACM Neto.

Os petistas ainda devem ter reforço do PV e do Solidariedade, que marcharam com a oposição nas últimas duas eleições.

Entre os governistas, a avaliação é que as novas alianças devem dar maior equilíbrio na eleição na Bahia contra as candidaturas de ACM Neto, encarado como favorito na disputa, e do ministro da Cidadania, João Roma (PL), que entra na disputa com o aval do presidente Jair Bolsonaro (PL).

"Foi uma conquista importante. O MDB ainda é um partido muito forte na Bahia", afirma Luiz Caetano, secretário de Relações Institucionais do governo Rui Costa.

Ele ainda destacou a escolha do vereador Geraldo Júnior como candidato a vice-governador na chapa, destacando que é um político bem articulado e forte na capital baiana. Geraldo Júnior é vereador há 11 anos em Salvador e foi aliado do de ACM Neto durante os oito anos de sua gestão na prefeitura, entre 2013 e 2020, mantendo a parceria com o atual prefeito Bruno Reis (União Brasil). É presidente da Câmara desde 2019.

Câmara aprova anistia a siglas que desrespeitaram cotas

PEC livra de sanção partidos que não seguiram regras para negros e mulheres

Danielle Brant e Ranier Bragon

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta (30) a PEC (proposta de emenda à Constituição) que concede ampla anistia a partidos que nas últimas eleições descumpriram as regras de direcionamento mínimo de verbas para mulheres e negros.

No primeiro turno, o texto-base teve 402 votos favoráveis e 44 contrários —era necessário o apoio de pelo menos 308 deputados. No segundo, o placar foi de 400 a 38. O texto segue a promulgação —por ser PEC, entra em vigor imediatamente, não cabendo sanção ou veto presidencial.

O texto foi aprovado em julho passado pelo Senado. Na Câmara, a tramitação foi rápida. Depois da aprovação na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) em dezembro, o presidente Arthur Lira (PP-AL) criou comissão especial para analisar o mérito. Sete reuniões do colegiado depois, a PEC seguiu para o plenário.

O texto aprovado foi o mesmo que saiu da comissão especial, onde foi suprimido trecho aprovado no Senado, com duas emendas de redação.

A PEC livra de punição partidos que não aplicaram ao menos 5% do fundo partidário em programas de incentivo às mulheres ou que não direcionaram o dinheiro do fundo eleitoral de forma proporcional às candidaturas de negros e de mulheres. Assim, não serão aplicadas sanções aos partidos que descumpriram as normas nas eleições.

Como a **Folha** mostrou, em 2020 a maioria dos partidos descumpriu a determinação de dar tratamento igualitário (ou proporcional) a homens e mulheres, negros e brancos, na distribuição de verbas e tempo de propaganda eleitoral.

Levantamento com base na prestação de contas parcial dos candidatos à Justiça Eleitoral mostrava que, apesar de pretos e pardos somarem 50% dos candidatos, haviam recebido cerca de 40% da verba dos fundos eleitoral e partidário. Os autodeclarados brancos reuniam 60%, apesar de representarem 48% dos candidatos.

Apesar de a legislação determinar desde 2018 distribuição dos recursos às mulheres na proporção das candidaturas lançadas, a maior parte das siglas também não havia cumprido essa regra até a prestação de contas parcial de 2020 —na média, homens eram beneficiários de 73% do dinheiro.

A relatora do texto, Margarete Coelho (PP-PI), defendeu a anistia. "Lembro que não se está perdoando. Não é que esses valores vão ser devolvidos e não vão ser gastos com mulheres. Ao contrário, eles vão ser gastos nas próximas candidaturas de mulheres", disse.

A PEC obriga partidos a aplicarem pelo menos 5% dos recursos do fundo partidário na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.

Artigo adicionado em 2015 à lei dos partidos políticos já obriga as legendas a repassar o mínimo de 5% . Mas a lei também prevê que os recursos possam ser reservados para as eleições, o que levou partidos a não gastarem o percentual que promoveria diversidade.

Levantamento da **Folha** de 2018 revelou que os partidos destinavam só 3,5% do fundo público a mulheres.

A PEC também coloca na Constituição a obrigação de que partidos direcionem recursos proporcionais às mulheres que lançarem, sendo o percentual mínimo de 30% —nesse ponto, a relatora mudou a redação do Senado que estabelecia a distribuição desse percentual, independentemente do número de candidatas.

> Não se está perdoando. [Os valores] vão ser gastos nas próximas candidaturas de mulheres
>
> **Margarete Coelho (PP-PI)**
> deputada federal relatora da PEC

Os 30% já estão previstos na lei comum e na jurisprudência do STF (Supremo Tribunal Federal). Com a PEC, as regras são incluídas na Constituição.

Margarete disse que, quando a PEC chegou à Câmara, "tinha uma redação complicada, uma redação que poderia, em alguns momentos, dar azo a uma interpretação enviesada."

"O que cuidamos de fazer, na comissão, foi trabalhar através de emendas de redação e de emendas de supressão para preservar todo o teor que foi previsto para ela no Senado, mas cuidando de tampar esses espaços vagos que poderiam ser interpretados em desfavor das mulheres", afirmou.

Ela suprimiu dispositivo do Senado que previa a acumulação dos 5% em diferentes anos, permitindo uso futuro pelas candidatas. Mas indicou que o recurso poderá ser gasto em pré-campanha das candidatas, conforme os limites legais.

Para ela, a PEC cumpre o objetivo "de estimular a candidatura, a participação das mulheres na política. Nós estamos aqui fazendo a defesa desta PEC", afirmou.

Apesar de o Congresso ter discutido esse tema em 2021, a PEC não inclui cota de cadeiras para mulheres ou negros, o que tiraria vagas para atuais detentores de mandato.

Ministros pré-candidatos fazem fila para utilizar cadeia de rádio e TV

BRASÍLIA Cinco ministros que devem deixar seus cargos nesta quinta-feira (31) para disputar as eleições de outubro convocaram cadeia nacional de rádio e TV neste ano para fazer pronunciamentos em que misturaram anúncio de supostas ações federais a autoelogios, exaltação ao governo e à figura de Jair Bolsonaro (PL), além de críticas a adversários.

As falas de Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência), João Roma (Cidadania), Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) e Marcos Pontes (Ciência, Tecnologia e Inovação) destoam das regras divulgadas pelo próprio governo federal para utilização do expediente.

"A formação de rede nacional de rádio e televisão [existe] para atender à solicitação de transmissão de pronunciamentos dos chefes dos três Poderes da República e, eventualmente, para transmissão de comunicados de ministros de Estado em temas de relevância e interesse nacionais, como campanhas de vacinação para evitar epidemias."

Nesta terça (29), o ministro Marcos Pontes, que se candidatará a deputado federal pelo PL, usou quatro minutos em cadeia de rádio e TV.

"No dia 29 de março, exatamente há 17 anos, chegamos juntos ao espaço levando a ciência brasileira à estação espacial internacional, em uma missão da Nasa. Enchemos o Brasil de orgulho. Foi a única vez que um astronauta brasileiro alcançou o espaço", diz o ministro, o astronauta citado por ele mesmo.

Na semana anterior, Rogério Marinho ocupou a cadeia de rádio e TV. O motivo alegado para a fala foi o Dia Mundial da Água. Marinho, que deve se lançar ao Senado pelo Rio Grande do Norte pelo PL, exaltou as obras de transposição do rio São Francisco, destacando a chegada das águas como "resultado de muito esfoço e do compromisso do nosso governo, que cuida da nossa gente".

Onyx Lorenzoni, que pretende disputar o governo do Rio Grande do Sul pelo PL, falou em cadeia nacional de rádio e TV em 9 de fevereiro. Ele exaltou supostas ações da pasta, mas não se limitou a isso, chegando a dizer que chegou ao fim a era dos que criavam dificuldade para vender facilidade, além de classificar como "equilibrada" a campanha de Bolsonaro contra o isolamento social durante a pandemia da Covid.

João Roma, pré-candidato ao governo da Bahia pelo PL, convocou cadeia de rádio e TV por duas vezes nos últimos meses. Uma em agosto e outra no final de janeiro, em ambos os casos para falar do Auxílio Emergencial e a criação do Auxílio Brasil, o sucessor do Bolsa Família.

Damares Alves, que ainda não anunciou qual cargo exato irá disputar e se filiou ao Republicanos, falou em rede nacional no Dia Internacional da Mulher, 8 de Março.

Entre liberdade e delinquência

Bolsonaro continuará a explorar o bate-cabeça do TSE

Conrado Hübner Mendes

Professor de direito constitucional da USP, é doutor em direito e ciência política e embaixador científico da Fundação Alexander von Humboldt

A retórica bolsonarista induz equivalência onde há diferença, e diferença onde há equivalência. Também invoca liberdade onde há delinquência, e aponta delinquência onde há liberdade. E o faz por meio de verve histriônica que estimula pânico moral, atrofia reflexão e forja inimigos imaginários. Ataca o fígado, polui o pensamento.

Essa confusão essencial do projeto de dominação autoritária interdita a civilidade e deixa a esfera pública estupidificada para fazer juízos objetivos sobre fatos e normas. Já a esfera escura do Telegram, testando os limites da lei e da autoridade judicial, vem com sangue nos olhos e pistola nas mãos.

A tentativa de obter lucro político com o desgoverno conceitual tem muitos exemplos. O campo da liberdade de expressão é o mais fértil. Já se ouviu que Daniel Silveira teria liberdade de expressão para ameaçar de morte ministros do STF e incitar ataques ao tribunal porque, afinal, Felipe Neto teve tal liberdade para criticar o presidente. Se um foi preso, por que o outro não foi?

A mesma confusão ocorre quando se tenta induzir equivalência entre ordem judicial de suspensão do Telegram, empresa que por um ano ignorou decisões do STF e se recusou a cooperar na investigação de atividades criminosas facilitadas na rede; e a ordem de ministro da justiça para suspender filme escrito por Danilo Gentili em que um personagem malvado, interpretado por Fábio Porchat, fazia insinuações sobre pedofilia.

Esse esfumaçamento de distinções se espalha para campos inesperados. Até ex-reitor da USP já caiu no vórtice de falsas equivalências. Diante da pressão para indeferir tentativa de intimidação contra docente da universidade, publicou nota genérica onde dizia que professores "às vezes emitem opiniões contraditórias e até discutíveis". Mas assegurou: "defenderei o direito de externarem suas opiniões, mesmo que, com elas, não concorde".

Sofriam processos éticos na universidade um negacionista climático, um negacionista pandêmico que desenhou com Bolsonaro o gabinete paralelo da saúde, e um professor de direito que criticou PGR em coluna de jornal. Tratou tudo como "opiniões pessoais de docentes que resultaram em grande polêmica". Não se permitiu distinguir crítica baseada em fatos e argumento jurídico, de um lado, e corrupção da ciência, de outro. Seria importante.

Quando essa prática contagiosa de manipulação se propaga por meio de infraestrutura industrial de desinformação, com capacidade inédita de customização a perfis pessoais, seu potencial se torna muito explosivo. Em especial no processo eleitoral.

Se o TSE subestimar o momento histórico e continuar a tomar decisões precárias em coerência e fundamento jurídico, não conseguirá sustentar a credibilidade das eleições. Pode cair e levar a democracia junto.

A decisão liminar do ministro Raul Araújo vai nessa trágica direção. Considerou que músicos do Festival Lollapalooza teriam feito "propaganda eleitoral antecipada" no palco. Determinou multa em caso de violação. Sequer dialogou com o requisito legal de "pedido explícito de voto". Nem ponderou se não se tratava de elementar crítica ao atual presidente, que nem candidato é ainda. Nada na lei o apoiava.

Dois dias depois, esculachado por artistas, juristas e instituições em todo canto do país, Araújo revogou sua liminar e saiu de fininho. Disse que se confundiu e pensava ser a organização do evento que "promovia propaganda política ostensiva estimulando artistas". Assegurou que artistas, individualmente, teriam ampla liberdade de expressão. Mas a liminar revogada mencionava só comportamento de artistas, não a organização. Não ficou bonito para a castigada dignidade judicial.

Não é difícil imaginar a exploração que o presidente continuará a fazer desse bate-cabeça jurisprudencial, que não foi inventado por Araújo.

Se artistas têm liberdade para, em evento privado, gritar "fora Bolsonaro", por que não poderia o presidente, em comício pago com dinheiro público, antes do período de campanha, gritar algo na linha de "metralhar a petralhada" e "mandar militantes para a ponta da praia"?

Para um projeto político que desde sempre busca instilar desconfiança nas eleições e na justiça eleitoral, a prática lotérica do TSE ajuda muito. Não que jurisprudência firme impedisse o autocrata de fazer o mesmo, mas pelo menos dificultaria.

O TSE não tem reservas abundantes de capital político para gastar no voluntarismo monocrático aos sábados pela tarde. Essa postura torna mais fácil travestir delinquência em liberdade.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas| SEG. Celso R. de Barros| TER. Joel P. da Fonseca| QUA. Elio Gaspari| QUI. Conrado H. Mendes| **SEX. Reinaldo Azevedo,** Angela Alonso, **Silvio Almeida**| SÁB. Demétrio Magnoli

João Doria (PSDB) após uma de suas últimas entrevistas coletivas como governador de SP Alaor Filho/Fotoarena/Agência O Globo

Legado eleitoral de João Doria

ATIVOS
- Venceu as prévias presidenciais do PSDB e as demais prévias que disputou
- Obteve número recorde de prefeitos filiados ao PSDB em São Paulo
- Teve base ampla na Assembleia e aprovou todos seus projetos
- Possibilitou a vacinação no Brasil
- Tem fama de eficiente e trabalhador, com uma extensa vitrine de entregas e investimentos

ESCORREGÕES
- Alta rejeição e estagnação nas pesquisas eleitorais
- Ampliou a divisão interna no PSDB
- Teve recuos na condução da pandemia e em compromissos, como o de cumprir o mandato de prefeito
- É criticado pela articulação política e por romper com antes aliados, como Alckmin e Bolsonaro
- Tem fama de marqueteiro e personalista

Doria deixa hoje Governo de SP após vaivéns, tensão e vitórias

Tucano tenta vencer rejeição e se firmar como candidato do PSDB à Presidência

Carolina Linhares e Artur Rodrigues

SÃO PAULO Sentado na cadeira de governador de São Paulo, da qual se despede na tarde desta quinta (31), João Doria (PSDB) venceu prévias e pavimentou sua candidatura ao Planalto, mas não superou completamente a resistência de políticos e do eleitorado a um gestor visto como trabalhador, mas marqueteiro.

Doria vai transmitir o cargo ao vice-governador Rodrigo Garcia (PSDB), que assume a gestão e concorrerá à reeleição. Dedicado à pré-campanha, o tucano buscará se viabilizar como candidato da terceira via apesar de ter uma rejeição de 30%, segundo a última pesquisa Datafolha.

O governador só perde numericamente nesse quesito para Jair Bolsonaro (PL) e Lula (PT), rejeitados por 55% e 37% respectivamente, de acordo com o levantamento.

A pesquisa da semana passada mostra Lula com 43% das intenções de voto, contra 26% de Bolsonaro, 8% de Sergio Moro (Podemos), 6% de Ciro Gomes (PDT), 2% de Doria e 1% de Simone Tebet (MDB).

Doria deixa o cargo estacionado nas pesquisas e pressionado pelo governador Eduardo Leite (PSDB-RS), que pretende virar a mesa das prévias e ser escolhido candidato com apoio de uma ala do partido.

Nesta terça (29), o senador José Serra (PSDB-SP) afirmou que o resultado das prévias deve ser respeitado —posição também defendida pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Por outro lado, o PSDB já tem apalavrada uma coligação com União Brasil e MDB e uma federação com o Cidadania. Os quatro partidos, porém, vão escolher apenas um candidato até junho. Aliados veem mais atributos em Doria do que em Tebet ou Moro e apostam que ele ainda vai decolar nas pesquisas.

Doria tem o trunfo da vacina contra Covid e uma série de vitrines em diversas áreas, como investimentos recorde, crescimento econômico, obras do metrô e de estradas, ensino integral e despoluição do rio Pinheiros —embora haja dúvidas se o tucano vai conseguir capitalizar as entregas.

Seu ponto fraco, segundo aliados e detratores ouvidos pela reportagem, está na falta de habilidade política e no excesso de marketing. O governador foi descrito como afoito e personalista, mas competente e dedicado.

Ainda assim, Doria já venceu três prévias e duas eleições. Pautou-se no antipetismo, na antipolítica, no combate à corrupção e na segurança pública —fórmula que não deve se repetir em 2022.

Ao traçar uma rota ao Planalto, que é seu objetivo desde que venceu a eleição para a prefeitura da capital paulista em 2016, Doria não conseguiu arrebatar o próprio partido, comprou brigas com aliados, tropeçou na articulação política e teve mudanças de postura, o que lhe grudou uma fama de oportunista.

Seu principal cavalo de pau foi na relação com Bolsonaro. Depois de se eleger governador de carona no BolsoDoria, o tucano rompeu com o presidente e se projetou como seu principal rival na pandemia.

O movimento colocou Doria, chamado de "calça apertada" por bolsonaristas, na mira de apoiadores do presidente. Por outro lado, o governador já não tinha a simpatia da esquerda e nunca abandonou o antipetismo. Isso não mudou apesar de Doria ter abraçado temas progressistas como o feminismo e o antirracismo.

Na pandemia, quando Doria tomou a frente contra o negacionismo bolsonarista, também houve postura errática em decisões sobre fechamento de comércio e liberação de máscara, evidenciando o conflito entre seguir a ciência ou construir uma boa imagem.

Exemplos de tropeços nessa área foram as viagens a Miami e ao Rio de Janeiro enquanto o "fica em casa" imperava. Doria também despertou a ira de Bolsonaro e de outros governadores ao iniciar a vacinação contra a Covid em São Paulo antes do restante do país.

A exposição de Doria na pandemia é vista até por aliados como excessiva e dada como explicação da sua rejeição.

Nos últimos meses, Doria foi aconselhado a mudar de estratégia: falar mais de sua gestão e não se meter nas brigas.

Outra circunstância que marca a vida política do governador é o rompimento com seu padrinho, o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB), que acabou deixando o PSDB, partido que ajudou a fundar.

Em 2018, Alckmin chegou a insinuar que Doria era um traidor após ele buscar se descolar do seu padrinho político desde o momento em que pisou no Palácio dos Bandeirantes, a começar por uma reforma na sede do governo.

Entre parlamentares e dirigentes, a diferença ficou evidente. No lugar de cafezinhos e causos proporcionados por Alckmin a aliados, o que se via eram reuniões com tempo cronometrado, atrasos punidos com multa, celulares banidos e uma série de eventos, inaugurações e entrevistas.

No Bandeirantes, Doria encarnou o estilo gestor e, com menos traquejo na área, delegou a política para aliados, como o vice Rodrigo e os secretários Marco Vinholi (Desenvolvimento Regional) e Antônio Imbassahy (encarregado da articulação em Brasília).

Doria se cercou de uma equipe de porte de ministério, composta tanto por técnicos como por políticos experientes, o que proporcionou uma série de entregas.

Em relação à política estadual, Doria manteve a base ampla e fiel do PSDB na Assembleia Legislativa e teve êxito em aprovar reformas, extinguir estatais e enterrar CPIs.

Também expandiu o número de prefeituras e vices do partido para o recorde de 250 e 147, respectivamente, no estado que tem 645 cidades.

O apoio ao governador foi pavimentado na distribuição recorde de emendas extras revelada pela **Folha** —mais de R$ 1 bilhão destinados a irrigar as bases dos aliados no primeiro semestre de 2021.

Entre os membros do PSDB, Doria deixa o cargo de governador ao mesmo tempo na condição de presidenciável e de estranho no ninho. Eles afirmam que o governador agravou rachas na legenda.

Depois de se eleger governador, ele buscou ascensão sobre o partido, chegando a forçar uma mudança para o "novo PSDB", o que não emplacou.

Doria falhou logo na primeira queda de braço interna quando, em agosto de 2019, propôs a expulsão de Aécio Neves (PSDB-MG), implicado no áudio da JBS, e perdeu na votação da executiva do partido por 30 a 4. Aécio foi absolvido neste mês.

Desde então, Doria tem Aécio como inimigo na sigla —o mineiro opera contra os interesses do paulista e lhe impôs outras derrotas, como na definição das regras das prévias presidenciais tucanas.

Aliás, a maioria (54% a 44,7%) nas prévias contra Leite foi conquistada a duras penas. A competição foi intensa, com troca de farpas e acusações. Um total de 92 prefeitos e vices de São Paulo suspeitos de terem a data de filiação fraudada foram impedidos de participar das prévias.

Doria também comprou brigas com aliados em outras siglas, como ACM Neto (União Brasil), ao filiar Rodrigo ao PSDB, e Gilberto Kassab (PSD), que foi secretário fantasma da gestão após se afastar por denúncia de corrupção.

Eduardo Leite

Tantas coisas mudam, não faz sentido ficarmos acorrentados às prévias

Governador gaúcho defende que PSDB discuta alternativa a Bolsonaro-Lula até mesmo fora da sigla e nega ter Aécio como guia

> “Me realizo participando da atividade política, ajudando a construir caminhos e me sinto preparado para assumir o papel de liderança. Mas não tenho obsessão por isso

ENTREVISTA

Fernanda Canofre

PORTO ALEGRE O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), está saindo do cargo com papel ainda indefinido para as eleições deste ano.

Diz, porém, ser legítimo que quem já foi prefeito ou governador tenha aspiração de ter protagonismo e disputar a Presidência da República.

Embora negue virada de mesa na disputa interna do PSDB em que foi derrotado há quatro meses, diza que muitas coisas mudaram no cenário desde então e que não faz sentido ficar acorrentado às prévias que definiram a pré-candidatura do governador paulista, João Doria.

Prestes a deixar o cargo, Leite se divide entre entrevistas sobre a renúncia ao mandato e a permanência no PSDB, agendas oficiais e empacotar a mudança do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, onde vive desde 2019 com Chica e Bento, cães da raça schnauzer.

Ele foi o primeiro governador a morar no prédio centenário, abrigo da Campanha da Legalidade de Brizola, desde a saída do petista Olívio Dutra (1999-2003). Agora, ele quer alugar um apartamento na capital gaúcha e se dividir entre São Paulo, onde vive o namorado, Thalis Bolzan, e viagens para falar sobre as eleições.

O anúncio da renúncia, depois de meses de flerte com o PSD de Gilberto Kassab, foi feito na última segunda (28),.

Mas ele deixou em aberto os próximos passos — candidatura à Presidência derrubando João Doria, ao Senado ou mesmo reeleição no RS seguem na mesa.

Quando recebeu a Folha em uma das salas do palácio, na manhã de quarta-feira (30), Leite parecia animado, mas ainda esquivando respostas definitivas sobre qual candidatura deve abraçar.

*

Felipe Dalla Valle - 16.mar.22/Palácio Piratini

Eduardo Leite, 37
Nascido em Pelotas, é bacharel em direito pela UFPel (Universidade Federal de Pelotas). Filiado ao PSDB, foi vereador, secretário municipal e prefeito em sua cidade natal. Eleito em 2018, aos 33, governador do Rio Grande do Sul.

O que pesou na decisão de ficar no PSDB e recusar o PSD, depois de meses de conversa? A gente tem uma boa parceria com o PSD em nível local, isso sempre nos manteve próximos e aproximou o presidente nacional, Kassab.

Eu tenho 20 anos de história no PSDB, fui prefeito, sou governador pelo PSDB e entendo que a gente precisa trabalhar para criar um caminho que tenha viabilidade para enfrentar essa polarização que está posta entre o atual e o ex-presidente. Não quero simplesmente ser candidato a presidente, eu quero ajudar a construir uma alternativa.

Muita gente entende que meu nome deva liderar um projeto, mas, se for para liderar, eu entendo que deva ser buscando convergência com estes atores políticos que já estão aí colocados e não dispersando em mais candidaturas.

O senhor disse que a renúncia abre várias possibilidades e não tira nenhuma, o que significa que reeleição, Senado ou Presidência estão na mesa. O que falta para a definição? Me realizo participando da atividade política, ajudando a construir caminhos e me sinto preparado para assumir o papel de liderança. Mas não tenho obsessão por isso. É legítimo que cada pessoa tenha uma aspiração, que deseje ter protagonismo, é compreensível que quem foi prefeito, governador, até projete ser presidente da República. Essa definição, do papel a ocupar neste processo eleitoral, será feita a partir dessas conversas.

Então, falta a convenção? A convenção vai ser o ato formal a consolidar o que tivermos ajustado anteriormente. Tem muita coisa aí para nessas discussões, encontros, buscarmos a convergência em torno de uma candidatura —pode, até, não ser do PSDB.

Se as aspirações pessoais não devem estar acima do interesse de viabilizar uma alternativa, a aspiração partidária também não pode. Se houver um nome em outro partido, desse campo político, que tenha melhor viabilidade eleitoral, acho que temos obrigação de entender isso e ajudar a construir em torno desse nome.

O senhor vê nomes possíveis? Posso citar a senadora Simone Tebet (MDB-MS) como um nome importante, uma senadora que mostrou posição, capacidade política, é muito legítimo que ela se apresente.

O senhor não considera uma tentativa de tapetão perder as prévias e ainda assim buscar vaga de candidato do PSDB? O próprio governador João Doria disse, em fevereiro, que estará lá adiante, se for o caso, disposto a apoiar. Isso mostra a abertura dele, a abertura que todos têm que ter.

As prévias são válidas, houve um vitorioso. Faz quatro meses que aconteceram, de lá para cá temos alterações na realidade dos brasileiros, por conta de uma inflação persistente, causada até por conta de uma guerra. Tantas coisas mudam no cenário, não faz sentido ficarmos acorrentados às prévias, embora sejam legítimas e, sem dúvida nenhuma, dão a pré-candidatura ao governador João Doria. Agora, ele mesmo já disse da sua abertura para entendimento diverso.

A fala que o senhor cita é de fevereiro, há três dias ele falou em golpe. Ninguém está tentando reverter as prévias, dizer que não valeram ou que foram fraudadas. O que se diz é: precisamos manter abertura e disposição para buscar convergência. O PSDB está sentado com outros partidos e discutindo, inclusive, se for o caso, apoiar outro candidato. Não faz sentido que para dentro do próprio partido não houvesse essa mesma disposição.

FHC, liderança importante do partido, manifestou publicamente que as prévias deveriam ser respeitadas. Total acordo, eu respeito as prévias. Todos estamos respeitando.

Mas reabrir a discussão não as coloca em xeque? Não, porque se há disposição do próprio candidato de discutir alternativas eventualmente, não tem deslegitimação. Até porque há a convenção lá na frente, para homologá-las ou não.

Confio que as discussões políticas vão se encarregar nas próximas semanas e meses ou de confirmar a viabilidade na candidatura escolhida nas prévias ou conduzir a outro caminho, que pode ser, até, uma candidatura fora do PSDB.

O senhor disse que conversou com Doria, por telefone, antes de tornar pública a decisão da renúncia. Como foi a conversa? Foi amistosa. Eu disse: João, estou comunicando a minha renúncia e vou me manter no PSDB, porque não vou dispersar energia. Se quisesse simplesmente ser candidato a presidente, me foi oferecido um caminho seguro, firme, mas quero ajudar a construir uma saída para o país. Estou me colocando à disposição, justamente porque a renúncia me abre muitas possibilidades e não me tira nenhuma. Falei essa frase para ele, e meu sentimento é de colaborar.

E o que o senhor ouviu? Que tem o mesmo sentimento. Ele compreendeu, a conversa foi amistosa. Eu não estou indo contra ninguém, estou me apresentando e me deixando em condição de disponibilidade. O governador pode falar pelas palavras dele.

Luciano Huck o visitou alguns dias antes de o senhor anunciar sua decisão de sair do governo e ficar no PSDB. Essa conversa pesou na decisão? O Luciano e o Paulo Hartung estiveram juntos aqui me visitando, jantaram comigo. São dois brasileiros muito interessados em ajudar a viabilizar uma alternativa para o país.

O senhor tem ao seu lado tucanos de Minas Gerais, como o deputado Aécio Neves. O senhor é guiado por conselhos do deputado? Tenho uma trajetória política, fui vereador, prefeito, governador, posso ser avaliado por minha própria trajetória. Sou guiado pelas minhas convicções, minhas crenças, meus ideais, não preciso de outros guias e, como agente político, um formador de grupo, ouço conselhos, converso com quem tem algo a dizer.

O deputado Aécio Neves tem uma trajetória no partido, tem sua atuação e é um dos integrantes que entendem que eu poderia assumir um papel de liderança, entre tantos outros que têm igual entendimento.

Estender essa divisão não pode rachar ainda mais um partido que vem enfraquecido nas pesquisas? Negar a conversa sobre um problema não resolve o problema. Melhor estender uma conversa, para ter bem resolvida uma situação, do que fingir que não existe. Existe uma situação que exige a discussão sobre a viabilidade de candidaturas e a gente vai usar toda a pista para conversar sobre isso.

O mais importante é a gente ter uma candidatura viável, que ajude a sair dessa polarização entre Lula e Bolsonaro.

Até a definição da candidatura entre MDB, PSDB e União Brasil, o senhor será uma sombra de Doria? Como vai se posicionar? Um agente político, ex-prefeito, ex-governador que vai buscar mobilizar as pessoas em torno de um projeto alternativo, que eu tenho disposição de liderar se houver esse entendimento. E, se for o caso, ser liderado por outra pessoa que tenha essa capacidade. Então, não tem sombra ou qualquer outra coisa. Eu usarei o capital político que acumulei em favor de gerar entusiasmo e motivação em torno de uma alternativa para o país.

O que o senhor acha que pesa mais no seu nome, em comparação a Doria? Capacidade política e de gestão ambos demonstraram ter, o que precisa ser discutido é capacidade eleitoral. Não só do candidato, por suas qualidades, mas das circunstâncias. Geraldo Alckmin, em 2006, candidato à Presidência, fez 40% dos votos no primeiro turno. Em 2018, o mesmo Alckmin fez 4%. Não mudou o Alckmin, mas o cenário, o contexto, o humor, o sentimento da população.

Doria, quando prefeito de São Paulo, no momento que falavam do nome dele como alternativa para presidente, tinha 12%, 13% de intenção de votos. Era outra circunstância, outro momento, hoje as pesquisas dão a ele percentuais mais baixos. Mudou o sentimento e é isso que a gente precisa entender, o que a população está procurando.

O senhor acha que seu nome é mais viável no quesito rejeição? Do ponto de vista eleitoral, o que as pesquisas indicam, não dá para desprezar que o grau de desconhecimento nosso é mais baixo, porque, afinal, meu estado tem quatro vezes menos população que o de São Paulo, e uma rejeição menor.

Os níveis de conhecimento sobre um e outro são muito díspares, a rejeição é menor do nosso lado e estamos no mesmo patamar de intenção de votos. Mas não é só sobre isso. A gente vai sentar, como eu disse, temos tempo para que o sentimento e o entendimento de cada um sejam colocados para construir convergência.

FHC já disse que votaria em Lula contra Bolsonaro. O senhor votou no atual presidente em 2018, já avaliou como um erro. Como vota entre os dois hoje? Esse vai ser meu trabalho, evitar que tenhamos repetição daquele segundo turno. Temos que buscar um caminho melhor e vejo que as pesquisas indicam isso, a gente tem a possibilidade de furar a polarização e levar outra candidatura ao segundo turno.

Não cabe emitir opinião sobre um segundo turno hipotético, se não sabemos o que as candidaturas vão colocar, que Lula vem, com que agenda, que sentimento embala a candidatura, nada disso está claro para antecipar qualquer opinião.

O senhor votaria em Bolsonaro novamente? Não sei como as candidaturas vão se apresentar, mas seguramente Bolsonaro se mostra um problema para o Brasil. Nem por isso Lula é melhor.

Se restar a questão local, seu nome não sendo escolhido nacionalmente, o senhor voltaria atrás na visão que defende de que reeleição é um problema do sistema. Como explicar ao eleitor? Eu vou trabalhar pela reeleição do projeto, temos bons nomes para isso, a começar pelo vice-governador, Ranolfo Vieira Júnior (PSDB), que vai assumir o governo, tem capacidade política para dar sequência a agenda que implementamos aqui. O entendimento sobre qual será a candidatura será tomado pelo grupo político, pelos partidos...

Mas no caso de o senhor ser o nome, como trabalhará isso com o eleitorado? Se lá na frente houver entendimento diverso, de partidos inclusive que estiveram conosco na Assembleia Legislativa, por uma situação absolutamente excepcional, isso será avaliado. Mas tenho confiança que não será necessário, que vamos garantir a continuidade do projeto sob outra liderança, como eu pude fazer em Pelotas.

Residentes de Mariupol cozinham do lado de fora de apartamentos destruídos pelo bombardeio de forças russas Alexander Ermochenko/Reuters

Ucrânia vive noite de ataques após Rússia anunciar redução de ofensiva

Relatos de bombardeios confrontam as declarações otimistas dadas por negociador da Rússia

SÃO PAULO Apesar das promessas de "redução drástica" da atividade militar russa em Kiev e Tchernihiv, autoridades da Ucrânia relataram novos ataques nesta quarta (30) nos arredores das duas cidades e em outros pontos do país.

As forças russas estavam bombardeando quase todas as cidades no front que divide o território controlado pelo governo ucraniano de áreas mantidas por separatistas apoiados por Moscou na região de Donetsk, segundo o governador local.

Em um pronunciamento na TV ucraniana, Oleksii Arestovich, conselheiro do presidente Volodimir Zelenski, disse que a ação de Moscou não é um recuo, e sim um processo de transferência de forças do norte da Ucrânia para o leste.

O próprio Zelenski, em seu discurso noturno na terça (29), disse que não levou ao pé da letra nenhuma das palavras de Moscou. "Os ucranianos não são pessoas ingênuas. Já aprenderam durante esses 34 dias de invasão e nos últimos oito anos de guerra no Donbass que a única coisa em que podem confiar é um resultado concreto."

Nesta quarta, ele insistiu que as conversas continuam, mas que por que enquanto "são apenas palavras, nada concreto".

Segundo ele, as tropas ucranianas já se preparam para responder às novas movimentações russas, no leste. "Há um acúmulo de novas tropas da Rússia para novos ataques no Donbass. E nós estamos nos preparando para isso", afirmou.

A linha-dura sustentada por Moscou mesmo após anúncios de trégua também vai de encontro com alegações feitas nesta quarta pelo principal negociador russo, Vladimir Medinski. Ele disse que Kiev havia aceitado acatar algumas das principais demandas de Vladimir Putin para acabar com a guerra: os compromissos de não entrar na Otan (aliança militar ocidental) e de abrir mão de armas nucleares.

"A Ucrânia declarou sua disposição para cumprir requisitos fundamentais em que a Rússia vem insistindo nos últimos anos", afirmou Medinski. "Se essas questões forem cumpridas, a ameaça da Otan em território ucraniano será eliminada."

O porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, disse que ainda não há sinais de avanço e que nada pode ser descrito como promissor, havendo ainda um "longo período de trabalho pela frente".

Segundo um relatório divulgado pelo serviço de inteligência americano nesta quarta, Putin vem sendo mal informado por seus assessores sobre o andamento da guerra. "Temos a informação de que Putin se sentiu mal informado pelo Exército, o que causou tensão constante entre ele e os líderes militares", afirmou Kate Bedingfield, diretora de comunicação da Casa Branca.

Segundo Bedingfield, os subordinados do presidente têm medo de dizer a verdade a ele, que por isso não estaria totalmente consciente acerca do desempenho de suas Forças Armadas e "de quanto a economia russa vem sofrendo pelas sanções".

De acordo com o vice-prefeito de Kiev, Mikola Povoroznik, a capital não foi diretamente atacada nas últimas horas. "A noite passou relativamente calma, ao som de sirenes e tiros ao redor da cidade, mas sem bombardeios na cidade em si."

Já em Tchernihiv, o governador Viatcheslav Tchaus, disse que não houve sinais de trégua na ofensiva russa. "Acreditamos? Claro que não", afirmou Tchaus em um canal do Telegram, referindo-se à promessa de Moscou feita após a rodada de negociações na Turquia.

O prefeito de Tchernihiv, Vladislav Atrochenko, acusou a Rússia de fazer exatamente o contrário do que prometeu. Em vez da "redução drástica", Moscou teria intensificado os ataques contra a cidade.

Falando ao vivo à CNN americana a partir de um local destruído por ataques russos, o prefeito teve a entrevista interrompida por sons de novas explosões. Questionado se estava se sentindo seguro para continuar a entrevista, Atrochenko disse que ninguém estava seguro em Tchernihiv.

O prefeito afirmou que a Rússia deixou de fazer ataques de alta precisão contra alvos estratégicos e agora atira às cegas e atinge alvos civis. Segundo ele, também houve ataques contra Nijin que destruíram "bibliotecas, shopping centers e muitos edifícios residenciais", enquanto em Tchernihiv não há "eletricidade, água, aquecimento e gás."

Ainda sobre a cidade, a comissária de direitos humanos do Parlamento da Ucrânia, Liudmila Denisova, divulgou uma foto do que seria, segundo ela, um foguete russo, não detonado, lançado contra uma escola infantil —a imagem mostra o projétil afundado no solo de areia do parque de brinquedos do local.

No oeste da Ucrânia, o governador de Khmelnitski, Serhii Hamalii, disse que instalações industriais foram alvo de ao menos três ataques russos durante a noite. De acordo com as informações, que não puderam ser checadas de maneira independente, houve incêndios localizados e equipes de emergência faziam verificações para determinar se houve vítimas.

Na mesma região, o prefeito de Starokostiantiniv disse que um ataque russo causou danos significativos a um aeroporto e destruiu pontos de armazenamento de combustível.

Arestovich, conselheiro de Zelenski, também relatou que os combates em Mariupol foram intensos e que metade da cidade foi tomada pelos russos.

Na região de Mikolaiv, onde um ataque deixou 12 mortos e um buraco provocado por um míssil no prédio da administração regional na terça, o governador Vitalii Kim disse que os combates seguem em praticamente todo o território e, em especial, ao redor de Kherson.

Na última semana, as forças ucranianas celebraram o que foram consideradas vitórias. Cidades e vilarejos nos arredores de Kiev foram recapturados, o cerco à cidade de Sumi foi quebrado e os russos foram repelidos no sudoeste.

O que alguns analistas chamam de uma mudança no fluxo da guerra, porém, foi visto por outros como uma consequência da mudança de estratégia russa. Moscou está concentrando esforços na expansão do território controlado pelos separatistas a leste da Ucrânia.

Para os EUA, a promessa russa de "redução drástica" corrobora essa tese. O Pentágono descreveu a medida mais como um reposicionamento de tropas do que uma retirada.

"Todos devemos estar preparados para assistir a uma grande ofensiva contra outras áreas da Ucrânia", disse o porta-voz da Defesa americana, John Kirby. "Isso não significa que a ameaça a Kiev acabou."

35º dia de incursões da Rússia sobre a Ucrânia

- Reivindicado por separatistas, mas sob domínio ucraniano
- Sob domínio dos separatistas e agora reconhecidas por Moscou
- Ocupado por tropas russas
- Ataques relatados
- Anexada pela Rússia em 2014
- Maior usina nuclear da Europa

Capital não foi atacada diretamente, mas sequência de ataques em outras partes do país coloca promessa russa em xeque

Prefeito diz que Rússia faz o contrário do que prometeu e intensifica 'ataques colossais' na cidade

Governador diz que cidade foi alvo de artilharia pesada; ataque russo teria provocado o desabamento de prédios

BELARUS
RÚSSIA
POLÔNIA
Tchernihiv
Tchernóbil
Nijin
Brovari
Sumi
Kiev
Donbass
Lviv
Starokostiantiniv
Khmelnitski
Kharkiv
UCRÂNIA
Lisichansk
Luhansk
Zaporíjia
Donetsk
MOLDOVA
Mikolaiv
Kherson
Odessa
Mariupol (sitiada)
Comissária de direitos humanos da Ucrânia diz que Rússia atacou prédio da Cruz Vermelha; organização deixou cidade há 2 semanas
ROMÊNIA
Crimeia
Mar Negro
100 km

Fontes: Graphic News e The New York Times

Aliado de Putin critica negociador e diz que não haverá recuo

Igor Gielow

SÃO PAULO Um dos mais influentes aliados do presidente Vladimir Putin fez críticas diretas ao negociador-chefe da Rússia para a tentativa de paz com a Ucrânia, dizendo que ele se expressou incorretamente ao sugerir concessões a Kiev em conversas de paz.

"Nós vamos até a vitória com nosso presidente!", disse, em seu canal no Telegram, o ditador da Tchetchênia, Ramzan Kadirov.

Se não está perto de ser um rompimento, a manifestação sugere duas coisas. Primeiro, uma insatisfação entre os elementos mais radicais no apoio à guerra conduzida por Putin no país vizinho desde o fim de fevereiro. Segundo, que Kadirov joga para essa mesma plateia, ante as críticas que circulam sobre o desempenho de suas forças na Ucrânia.

"Nós não faremos nenhuma concessão. Foi [o negociador Vladimir] Medinski que cometeu um erro, usou frases erradas. Se você acha que ele [Putin] irá desistir do que ele começou, do jeito que nos foi colocado, isso não é verdade", afirmou o tchetcheno.

Nas negociações ocorridas na terça (29) em Istambul, Medinski falou sobre os termos colocados no papel pelos ucranianos e sobre o anúncio de que as conversas seriam facilitadas por uma redução na atividade militar em torno de Kiev e Tchernihiv.

Apesar de ataques pontuais seguirem e da desconfiança geral no Ocidente de que os russos estão apenas se reagrupando, Kadirov tomou a ideia de recuo ao pé da letra para elaborar sua crítica. Detalhe: o anúncio inicial havia sido feito por Alexander Fomin, vice-ministro da Defesa, o que também adiciona dúvidas sobre o alinhamento no governo russo.

Ele não é um aliado qualquer. Putin ascendeu ao poder em 1999 como premiê do governo Boris Ieltsin com a missão de finalizar a guerra na Tchetchênia, pequena e indócil república separatista muçulmana que havia humilhado o Kremlin em uma guerra de 1994 a 1996.

Putin usou de ampla brutalidade e, no ano seguinte, havia subjugado os tchetchenos, inclusive utilizando algumas táticas de cerco a cidades vistas agora na Ucrânia. Cedeu o poder a um senhor da guerra local, o pai de Ramzan, Akhmat.

Em 2004, o ditador foi morto em um atentado e o filho tomou o seu lugar paulatinamente, assumindo plenos poderes em Grozni com apoio do Kremlin três anos depois.

Em casa, Kadirov aplicou linha dura, suprimiu violentamente tanto extremistas islâmicos (ele é de um ramo moderado da religião) quanto ativistas de direitos humanos e da população LGBTQIA+.

O próprio ditador disse ter estado perto de Kiev, algo bastante duvidoso, e postou fotos nesta semana dizendo estar na área da destroçada Mariupol, o que não foi confirmado de forma independente.

Suas tropas estão, contudo, com o grito de guerra "Força Akhmat!" em russo, seguido do brado muçulmano "Deus é o maior!", mistura curiosa dadas as guerras dos anos 1990.

Rússia pode voltar a caçar exilados

Estima-se que 200 mil pessoas tenham deixado o país em 5 semanas de guerra

Lúcia Guimarães

É jornalista e vive em Nova York desde 1985. Foi correspondente da TV Globo, da TV Cultura e do canal GNT, além de colunista dos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo

A longa mesa usada por Vladimir Putin ilustra mais do que seu notório pavor de contrair Covid. Se forem corretos os dados de inteligência passados a repórteres em Washington nesta quarta-feira (30), o isolamento do ditador inclui detalhes cruciais sobre o Exército que ele mandou para a Ucrânia.

Há uma tensão crescente entre o Kremlin e o comando militar causada pelas enormes perdas russas no campo de batalha e a resistência oferecida pelos ucranianos. De acordo com o briefing oferecido por uma fonte do governo Biden, Putin nem sabia que seu Ministro da Defesa, Serguei Choigu, havia despachado um grande número de recrutas mal treinados para morrer na Ucrânia.

A ignorância de Putin se estenderia também ao real estrago provocado na economia russa pelas sanções econômicas impostas no primeiro mês de guerra. "Seus assessores têm medo de dizer a verdade," disse a fonte.

Numa entrevista a um grupo de jornalistas independentes russos, o presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, revelou um detalhe que parece confirmar a desinformação de Putin: soldados ucranianos encontraram uniformes de solenidade dentro dos primeiros tanques russos capturados, num aparente sinal de que o czar carniceiro contava com uma parada militar para comemorar uma rápida vitória.

Desde que as tropas russas começaram a se acumular na fronteira no final do ano passado, o governo Biden tem revelado detalhes de coleta de inteligência. É uma dança delicada que visa não comprometer as fontes em Moscou enquanto nega aos russos a vantagem do elemento surpresa, além de alugar um vasto espaço de desconfiança sobre lealdades na cabeça de Putin.

As atrocidades das tropas russas que começam a emergir não provocam surpresa em quem se informou sobre a devastação que elas deixaram em guerras na Tchetchênia e na Síria. Múltiplos relatos de estupros de mulheres ucranianas e de assassinatos em massa descobertos em áreas retomadas deveriam calar a boca de quem se refere à invasão da Ucrânia como um desfecho de erros expansionistas da Otan.

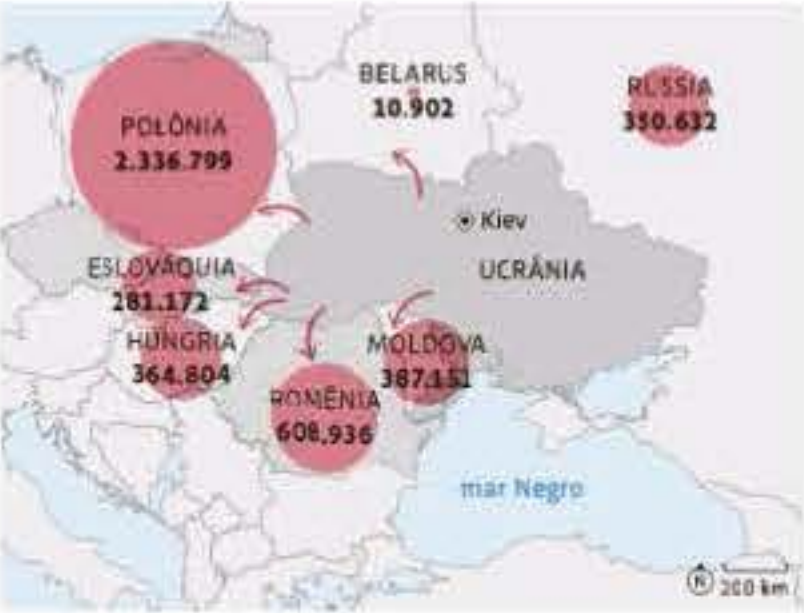
Mas, no caso da Rússia, não são só populações eleitas como inimigas por Moscou que têm algo a temer. Estima-se que 200 mil russos deixaram o país em cinco semanas de guerra. É uma sangria de cérebros extraordinária que deve prolongar os efeitos nefastos sobre a economia, quando as sanções forem suspensas.

Mesmo se Putin sair enfraquecido da guerra ou até deixar o Kremlin na horizontal, a Rússia tem uma sólida história de perseguição a exilados. Os exemplos mais recentes são os sucessivos assassinatos de dissidentes na Europa, mas a vítima mais célebre foi Leon Trótski, morto na Cidade do México por um comunista espanhol recrutado pela inteligência de Stálin, em 1940.

Putin, que se arvora a historiador, mas é intelectualmente medíocre, compartilha com a longa linha de tiranos russos de um terror a revoluções. Ele acredita que a Revolução Bolchevique de 1917 foi consumada por um pequeno grupo de exilados, financiados no exterior e que Lênin seria agente da Alemanha.

A nova diáspora interessa a Putin, a curto prazo, ao reduzir as fileiras de opositores nas populações urbanas bem-educadas. Mas não deve diminuir o apetite dos serviços de inteligência russos por monitorar, perseguir ou até matar exilados.

| SEG. Mathias Alencastro | QUI. Lúcia Guimarães | **SEX. Tatiana Prazeres** | SÁB. Jaime Spitzcovsky

Para que países europeus os ucranianos estão fugindo

4 milhões
de ucranianos já deixaram o país depois do início da invasão russa

Fonte: Acnur, dados de 29.mar.22

Guerra deixou 4 milhões de refugiados, e Europa encara novo desafio

GUARULHOS Após mais de um mês de guerra no Leste Europeu, o número de pessoas que deixaram a Ucrânia para fugir do conflito chegou a 4 milhões, mostram dados divulgados pelo Acnur (Alto Comissariado da ONU para Refugiados) na terça (29). A cifra representa cerca de 9% da população do país, estimada em 44 milhões de pessoas.

A gravidade da crise migratória, considerada a maior desde a Segunda Guerra Mundial, é evidenciada se levados em conta os mais de 6,5 milhões de pessoas que, ainda segundo a ONU, tiveram de se deslocar internamente para sair de regiões ameaçadas. Ou seja: a cada quatro habitantes da Ucrânia, ao menos um já teve de deixar sua casa desde 24 de fevereiro, quando teve início a invasão russa.

O fluxo diário de pessoas que deixam o país, no entanto, vem diminuindo. A União Europeia (UE) informou que, após um pico em que seus países-membros, juntos, chegaram a receber 100 mil refugiados ucranianos por dia, agora a média caiu para cerca de 40 mil. O bloco, principal destino dos que fogem da guerra, vê-se desafiado frente a mais uma onda migratória que não dá indicativos de cessar.

Como deixar a Ucrânia tornou-se um desafio, com cidades sitiadas e desrespeito a corredores humanitários, e o único meio de fazê-lo é por terra, os principais destinos seguem sendo os vizinhos, com destaque para Polônia. O país, membro da UE, recebeu até aqui 2,3 milhões de refugiados.

Levantamento divulgado pelo Acnur nesta quarta (30) traçou um perfil da massa de ucranianos que ingressam na Polônia. A pesquisa, que de 9 a 28 de março conversou com 215 pessoas em dois campos de acolhimento, mostrou que 88,4% dos refugiados são mulheres e 82,3% têm idades entre 18 e 64 anos.

O levantamento mostra ainda que a principal demanda apresentada pelos respondentes é o apoio econômico (16%). Afinal, 37,1% deles disseram estar desempregados, enquanto 17% são aposentados. Quase metade das pessoas disseram que têm como objetivo retornar para a Ucrânia assim que for possível.

Com as cifras crescendo dia a dia, a UE busca traçar planos para promover o acolhimento dessas pessoas. Países como a Alemanha já assumiram postura crítica, pedindo que os refugiados sejam distribuídos de forma mais igualitária entre os europeus.

A política de cotas, adotada durante a crise de refugiados de 2015 para obrigar países relutantes a aceitar imigrantes, foi rechaçada até aqui. Em contraponto, lideranças europeias dizem que é preciso uma política ancorada na solidariedade regional.

Maior país da UE, com mais de 80 milhões de pessoas, a Alemanha diz ter registrado mais de 270 mil refugiados ucranianos até o momento.

Na última semana, o bloco lançou um pacote conjunto de dez pontos para coordenar a ação dos países-membros no recebimento de ucranianos. A lista, com poucas medidas de impacto imediato e mais promessas de organização, diz, entre outras coisas, que serão traçadas orientações para o acolhimento de crianças e um plano de combate ao tráfico de pessoas.

Ucraniano que voltou sozinho a Mariupol resgata a família

Oleg havia falado à Folha da viagem e define cidade como 'desastre completo'

André Liohn

ITÁLIA Oleg, 47, ucraniano que no último dia 23 contou à **Folha** em Zaporíjia sobre sua empreitada de voltar à cercada Mariupol por conta e risco próprios para tentar resgatar familiares encurralados nas zonas de combate, conseguiu salvar o filho de 15 anos com paralisia cerebral, a ex-esposa e a ex-sogra.

A ex-sogra, ex-mulher e o filho de Oleg, que foram resgatados de Mariupol Arquivo pessoal

Eles estão agora em Dnipro, cidade 310 quilômetros ao norte de Mariupol, de onde Oleg —ele não divulgou o sobrenome— conversou novamente com a reportagem.

Em vez das quatro horas normalmente necessárias para a viagem, foram quatro dias. Os principais obstáculos no caminho, além do tráfego intenso, eram as minas terrestres. Elas estão sendo usadas e espalhadas pelas estradas por russos e ucranianos, que esperam impedir que o inimigo avance com tanques. O problema é que também dificultam o trânsito de veículos civis —ônibus transportando refugiados, ambulâncias, caminhões com ajuda humanitária e o carro de Oleg.

Ao chegar a Mariupol, ele encontrou uma cidade completamente em ruínas. "É um desastre, um desastre completo", diz. Prédios destruídos, cabos elétricos espalhados pelas ruas, estilhaços por todos os cantos, corpos e pedaços deles, cemitérios improvisados.

Vizinhos de sua ex-mulher disseram ter caçado pombos e cachorros abandonados para se alimentar. Fosse o relato verdadeiro ou não, Oleg conta ter dado a eles toda a comida que tinha levado consigo, "para apoiá-los de alguma forma".

Soldados russos não necessariamente impedem a entrada e a saída de Mariupol de quem se arrisca por conta própria para salvar suas famílias. "Eles pediam cigarros, carregadores de celular, tomaram meu cigarro eletrônico. Perguntavam: 'Você não se importa se pegarmos isso, não é?'. Claro que não, porque não tenho um rifle para poder me importar", afirma.

Ainda assim, todos são revistados, e Oleg diz que precisou mostrar as mensagens e fotos do celular e se despir, para que os soldados pudessem identificar tatuagens com símbolos nazistas —marcas comuns entre os combatentes do chamado Batalhão Azov.

Para ambos os lados da guerra além de estratégico, o controle sobre Mariupol é também questão de honra.

Feliz por ter conseguido resgatar parte da família, Oleg terá que voltar outra vez, para buscar ao menos outras duas pessoas que não pôde sequer procurar quando esteve lá. Como a cunhada e o sobrinho não caberiam no carro, ele continua sem saber se estão vivos —a última vez em que se falaram foi no dia 2, e o bairro em que moram está sob controle de tropas russas.

Nos postos de controle, o maior medo era de que o carro fosse tomado pelos soldados de Moscou. Até por isso ele agora comprou um carro bastante usado, de 2004, bom o suficiente apenas para conseguir entrar e sair de Mariupol sem despertar cobiça.

Oleg conta que as forças russas ao redor da cidade portuária se comportam como se já tivessem ocupado o território em definitivo, por exemplo impondo toques de recolher e regras de restrição para a população local, que é tratada como inimiga.

Segundo o ucraniano que trabalha para uma organização humanitária, pelo menos 95% dos soldados do Exército de Moscou que combatem em Mariupol são tchetchenos e de outras etnias. "É muito mais fácil para um não russo matar um ucraniano, porque eles não sentem que estão matando seus irmãos."

Na cidade, Oleg circulou por pouco mais de uma hora. "Quando cheguei perto de casa e vi que o prédio estava com os vidros quebrados e varandas danificadas, fiquei desesperado. Por sorte, minha família vivia num apartamento que teve só os vidros estilhaçados."

Ele diz que não se permitiu sentir absolutamente nada; estava concentrado no objetivo de salvá-los. "Peguei a todos de surpresa, eles não sabiam que eu estava indo. Bati na porta e eles perguntaram: 'Quem está aí?'. Ficaram em choque, eu os abracei e disse: 'Nós vamos embora agora.'"

A ex-esposa achava que ele estivesse morto e não tinha esperança de que fosse um dia chegar para o resgate. Eles haviam passado os dias rezando para Deus mantê-los vivos, mas dizem que já tinham se preparado para morrer.

Foi só em Berdiansk, no meio do caminho da volta para Dnipro, que Oleg se permitiu chorar. A cidade também fica na costa do mar de Azov e está sob cerco russo, mas num cenário bem distinto do de Mariupol: supermercados têm boa oferta de alimentos e até de vodca, que o ucraniano comprou para tomar e conseguir dormir depois do resgate.

> Peguei a todos de surpresa, eles não sabiam que eu estava indo. Bati na porta e eles perguntaram: 'Quem está aí?'. Ficaram em choque, eu os abracei e disse: 'Nós vamos embora agora'
>
> **Oleg**
> ucraniano que voltou a Mariupol para resgatar a família

Cercados, os soldados de Kiev em Mariupol estão separados por no máximo 500 metros dos de Moscou —em alguns pontos, eles se observam. Na cidade, Oleg conta que não teve problemas com as tropas ucranianas, que nem pediram seus documentos. Os russos, por sua vez, tentaram saber com ele quantos militares havia do outro lado; ele respondeu que não havia tido tempo de calcular. "As forças ucranianas estão raivosas. Não vão deixar Mariupol, vão combater até o último soldado", diz.

Em Dnipro, a família está em um abrigo preparado por voluntários. "Quando eles chegaram, perguntaram se aqui não havia bombardeios, porque durante um mês viveram num inferno total. Estão se recuperando emocionalmente", diz. Depois que ele voltar do resgate da cunhada e do sobrinho, Oleg pretende levar todos ainda mais para o oeste.

Antes da guerra, Oleg trabalhava para uma agência dinamarquesa que apoia refugiados e nunca havia se imaginado numa situação como a que vive agora, de ele e sua família se tornarem refugiados e sofrerem aquilo que ele viu acontecer a outras pessoas.

Se a Rússia vencer a guerra ou se a Ucrânia aceitar uma rendição e entregar o controle da região leste do país em troca de paz, Oleg diz que pode se ver permanentemente impedido de voltar para casa.

Por sorte, ele conseguiu recuperar um pedaço da memória. Foi ao apartamento de sua mãe, que morreu no verão passado, e o encontrou destruído —não por bombas, mas por alguém que invadiu o lugar e roubou tudo o que pôde. Oleg conseguiu recuperar uma foto da mãe. Se nunca puder voltar, ao menos a terá consigo.

Economia pode ser trunfo ou revés na reeleição de Macron

País viu crescimento da zona do euro, mas população sofre com inflação

Paloma Varón

PARIS Se a atuação diplomática na guerra na Ucrânia rendeu frutos até aqui a Emmanuel Macron, candidato à reeleição na França, a campanha presidencial foi lançada oficialmente na última segunda-feira (28) com o mesmo Macron tentando impor o tema da economia na agenda política do país.

O primeiro turno está marcado para o próximo dia 10 de abril, e o atual presidente lidera as pesquisas mais recentes do instituto Ifop, com 29% das intenções de voto —seguido por Marine Le Pen (21%), Jean-Luc Mélenchon (15%), Eric Zemmour e Valérie Pécresse (empatados com 10%).

Aos principais concorrentes também interessa que a economia seja posta em debate, já que, de acordo com analistas, o assunto é um trunfo e ao mesmo tempo um desafio para Macron.

"Um bom balanço econômico está longe de definir uma eleição. Não são uma economia próspera e um PIB elevado que conduzem alguém à reeleição", diz Daniel Boy, diretor emérito de pesquisas da Sciences Po de Paris.

Muitos números, de toda forma, são favoráveis ao presidente, especialmente no cenário pós-pandemia. O mercado de trabalho, por exemplo, recuperou as perdas e foi além; a taxa de desemprego está em 7,4%, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos. Ao ser eleito em 2017, Macron, que foi ministro da Economia de François Hollande por dois anos, prometeu baixar a taxa para 7%.

"A atividade econômica na França hoje é superior ao que tínhamos antes da crise sanitária, caso raro na Europa Ocidental. E a criação de empregos é a mais alta em décadas, há mais pessoas trabalhando agora do que no fim de 2019", afirma Nicolas Bouzou, diretor da consultoria Asterès, que destaca ainda a melhora do ambiente de negócios e da atração de investimentos locais e estrangeiros.

No que tange à microeconomia, porém, a perda do poder de compra da população pode incomodar o discurso de bonança. O assunto é especialmente delicado para um país que, entre 2018 e 2019, viu grandes manifestações capitaneadas pelos chamados coletes amarelos mobilizadas também em torno disso.

Depois das restrições da pandemia e do aumento nos preços de matérias-primas, a retomada trouxe consigo uma elevação da inflação —que hoje gira em torno de 3% na França e de 5% na Europa, de acordo com o Eurostat, escritório de estatísticas do Banco Central Europeu.

"Se temos inflação é justamente porque retomamos uma atividade econômica forte. E alguns setores de produção ainda não estão bem organizados no pós-crise, há falta de produtos, de semicondutores e outros componentes eletrônicos. Essa falta faz aumentar os preços", afirma Bouzou.

A guerra na Ucrânia também ajudou a agravar a questão energética que o continente enfrenta, comparada por alguns especialistas à crise do petróleo de 1973. Ainda que a França não seja dos países mais dependentes do gás russo (cerca de 20% do produto consumido no país vem de Moscou), o preço da eletricidade subiu em torno de 4% —o que pesa mais nos meses de inverno que passaram, em que as pessoas já pagam mais caro por aquecimento doméstico.

> "Não adianta convencer os franceses da base da pirâmide de que a macroeconomia vai bem. Eles precisam de soluções: preço da energia mais baixo, empregos mais bem pagos, casas mais baratas, chegar ao fim do mês sem aperto
>
> **Nicolas Bouzou**
> diretor da consultoria Asterès

Analistas ponderam, então, que, por mais que a economia em geral vá bem, a despesa geral dos lares franceses está maior e isso deve ser colocado na conta do atual presidente. Daniel Boy afirma que o mais importante no cotidiano do país hoje não é a segurança pública, a imigração (temas da direita e da ultradireita) ou a macroeconomia (tema de Macron), mas o poder de compra.

Sob liderança de Macron, o governo distribuiu vales de 100 euros (R$ 581) para pagamento de energia e mais 100 euros em "cheques-inflação" para as famílias mais pobres, como uma forma de tentar mitigar os efeitos da perda do poder de compra. Não há, porém, segundo os especialistas, resposta a médio e longo prazo para ajudar os franceses a lidar com a alta de preços.

Para driblar a crise energética, o presidente anunciou —ainda em 10 de fevereiro, portanto antes da invasão promovida pela Rússia na Ucrânia— uma aposta na energia nuclear.

Aposta que é também uma mudança de posição, já que no início do seu mandato, em 2017, o plano era abandonar essa forma de geração de energia, da qual o país é o segundo maior gerador no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Agora, no final do quinquênio, Macron anunciou a encomenda de seis reatores de nova geração até 2050 e a possibilidade de iniciar a construção de outros oito. "A França está escolhendo sua independência e liberdade", disse na ocasião.

Por trás da iniciativa, segundo Boy, estão dois conceitos simples: soberania (tema que ganhou importância com as sanções aplicadas à Rússia) e continuidade na geração de energia. Ainda que o francês tenha anunciado que também vai investir em fontes renováveis, as análises focaram o aspecto nuclear, debatido em todo o continente —a Alemanha, por exemplo, tem um programa de eliminação progressiva dessa matriz.

As emissões da energia nuclear são significativamente mais baixas do que as de carvão, petróleo e gás natural. Ainda assim, em comparação com a energia eólica e solar, os custos da tecnologia são muito mais altos e a construção de usinas nucleares leva muito mais tempo. Entre os candidatos presidenciais, praticamente apenas Mélenchon e Yannick Jadot (Verdes), ambos mais à esquerda, indicaram restrições a esse tipo de energia.

Segundo Bouzou, se Macron conseguir impor o tema econômico, no primeiro e em um provável segundo turno, de um ponto de vista da geração de empregos ("mais concreto") em vez de falar do crescimento do PIB ("mais abstrato"), tem a possibilidade de convencer parte da população e tirar o foco dos temas que os nomes à direita —Le Pen, Zemmour e Pécresse— buscam destacar.

"Não adianta convencer os franceses da base da pirâmide de que a macroeconomia vai bem. Eles precisam de soluções: preço da energia mais baixo, empregos mais bem pagos, casas mais baratas, chegar ao fim do mês sem aperto", afirmou Bozou.

Rodrigo Antunes/Reuters

SOCIALISTA PROMETE DIÁLOGO AO TOMAR POSSE EM PORTUGAL

Dois meses após conquistar a maioria absoluta em eleições legislativas antecipadas, o socialista António Costa tomou posse, na tarde desta quarta (30), para o seu terceiro período como primeiro-ministro de Portugal, cargo que ocupa desde novembro de 2015. Embora o Partido Socialista tenha conquistado 120 dos 230 assentos do Parlamento, o suficiente para garantir a aprovação da maior parte de seus projetos sem precisar do apoio das outras legendas, o premiê disse que esta será "uma maioria de diálogo parlamentar, político e social". Em seu discurso na cerimônia de posse do novo governo, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, deixou um recado para o premiê sobre as responsabilidades adicionais trazidas pela maioria expressiva no Parlamento. "Não lhe deram nem poder absoluto, nem ditadura de maioria", disse, destacando que "cabem todos os diálogos de interesse nacional".

Biden deve suspender medida contra Covid que barra imigrantes

Rafael Balago

WASHINGTON O governo Biden deve, nos próximos dias, anunciar o fim de uma medida contra a Covid-19 que acabou sendo usada para conter a imigração via fronteira com o México.

A regra, apelidada de "Título 42", se refere a uma cláusula da Lei de Saúde Pública que permite ao governo impedir a entrada de estrangeiros durante emergências sanitárias. No começo da pandemia, em março de 2020, o então presidente Donald Trump acionou a regra, que faz com que imigrantes em busca de asilo nos EUA sejam barrados na fronteira, antes mesmo de poderem fazer o pedido.

Em muitos casos, a expulsão é feita horas após a captura, sem que o imigrante tenha tempo de pleitear nada.

Nesta quarta (30), o presidente Joe Biden disse que uma decisão sobre manter ou não a medida será tomada em breve. Funcionários do governo, ouvidos sob anonimato por Reuters, New York Times e CNN, afirmaram que a medida deverá ser revogada. Kate Bedingfield, diretora de comunicação da Casa Branca, disse esperar uma grande alta no fluxo de imigrantes após a retirada da medida, caso ela se confirme.

Uma das razões para isso é que parte dos que tiveram o acesso negado provavelmente tentarão pedir asilo assim que as regras mudarem. Muitos deles ficaram no México enquanto esperam, mas estão em uma situação difícil, por também não terem autorização para trabalhar ou residir em solo mexicano.

Segundo um estudo feito pela ONG Human Rights First, cerca de 10 mil pessoas que foram barradas na fronteira com o México por meio da Título 42 acabaram depois sendo torturadas, sequestradas, estupradas ou vítimas de outros tipos de violência.

O CDC (Centro de Controle de Doenças) disse estar concluindo a revisão da regra e que deve divulgar novas informações até o fim desta semana. A expectativa é que a medida seja encerrada no fim de maio, para que o governo possa se preparar para uma possível alta no fluxo de pessoas.

Segundo dados obtidos pela agência Reuters, cerca de 5.000 pessoas têm sido flagradas por dia tentando entrar no país. Autoridades de fronteira dizem que a retirada da medida sanitária pode elevar esse número para algo entre 12 mil e 18 mil viajantes.

Desde o ano passado, houve uma forte alta no número de imigrantes que tentam entrar nos EUA de modo irregular. No ano fiscal de 2021, houve 1,7 milhão de imigrantes barrados, um recorde. Desses, ao menos 938 mil foram contidos com base na medida sanitária. A regra foi usada também para deportar crianças brasileiras.

Para lidar com a alta, o DHS (Departamento de Segurança Interna) planeja construir mais centros de alojamento e de detenção na fronteira, além de criar um modelo para que os pedidos de asilo sejam feitos de modo online, com agendamento para que o interessado se apresente em um posto fronteiriço.

A justificativa para a adoção da Título 42 foi a de que manter os imigrantes em abrigos lotados aumentaria o risco de espalhar a doença, bem como a entrada do vírus no país. No entanto, neste começo de ano, os EUA vêm retirando praticamente todas as medidas de combate à Covid. O uso obrigatório de máscaras e a limitação a aglomerações ficaram para trás em quase todas as situações.

Entidades de direitos humanos, assim como alguns políticos democratas, apontam que a regra vai contra a legislação americana, que dá a estrangeiros o direito de pedirem asilo em casos de perseguição política, entre outras situações, e de terem seu pedido analisado.

Políticos contrários à imigração, especialmente republicanos, dizem que muitos estrangeiros se aproveitam da lei para pedir asilo sem necessidade. Antes, era possível aguardar a análise do processo dentro dos Estados Unidos, muitas vezes em liberdade.

O governo Trump determinou que solicitantes esperassem a resposta em abrigos no México —e esse programa foi mantido por Biden, após decisões da Justiça dos EUA.

Biden foi eleito com a promessa de tornar mais humano o controle de fronteiras, depois de o governo Trump ter colocado o combate à imigração irregular como prioridade e buscado dificultar a entrada de estrangeiros de diversas formas, inclusive separando crianças de seus pais.

Sem trabalho desde o início da pandemia, Aida Herminio dos Santos usa fogão a lenha para cozinhar, já que o preço do botijão de gás aumentou Eduardo Anizelli / Folhapress

Praticamente 1/3 dos desempregados busca vaga há 2 anos ou mais

Proporção é recorde na série histórica do IBGE, com dados desde 2012; problema afeta 3,6 milhões de desocupados

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO As dificuldades intensificadas pela pandemia elevaram a um patamar recorde a proporção dos brasileiros desempregados que buscam trabalho há pelo menos dois anos.

No quarto trimestre de 2021, período mais recente com dados disponíveis, 30,3% do total de desocupados no país estavam à procura de vagas por no mínimo 24 meses.

Em termos absolutos, isso quer dizer que 3,6 milhões de um universo de 12 milhões de desempregados tentavam ingressar no mercado de trabalho, sem sucesso, havia dois anos ou mais.

É a primeira vez que a porcentagem rompe a barreira dos 30% na Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). Os números foram compilados pela consultoria IDados, a pedido da **Folha**.

A série histórica da Pnad, realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), tem início em 2012.

No quarto trimestre daquele ano, os desempregados de longo prazo (1,3 milhão) representavam 18,6% do contingente total em busca de trabalho no Brasil (6,7 milhões).

A pandemia começou a impor restrições no país no final do primeiro trimestre de 2020. Assim, dificultou a busca por vagas de quem já estava sem atuar antes da crise, segundo economistas.

"As pessoas que entraram no desemprego antes da pandemia estão tendo mais dificuldades para sair. Há muito impacto da crise para o número ter ido para cima", afirma o pesquisador Bruno Ottoni, da IDados.

"É uma situação bastante ruim para o trabalhador. Quanto mais tempo ele permanece sem emprego, mais difícil fica retornar para o mercado. Na hora de contratar, o empregador costuma dar preferência para quem está há menos tempo desempregado".

O economista Ely José de Mattos, professor da Escola de Negócios da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), vai na mesma linha. "A pandemia aprofundou as dificuldades. A crise aumentou o contingente de desempregados e a competição por vagas. Quem está desocupado há mais tempo sente mais", aponta.

Aida Herminio dos Santos, 63, está sem trabalhar há dois anos. Antes da crise sanitária, a moradora de Nova Iguaçu (RJ), na Baixada Fluminense, cuidava de idosos em casas de família, função que ela já havia desempenhado em um abrigo do Rio.

Com o início da pandemia e das restrições a atividades econômicas, as oportunidades desapareceram para Aida a partir de março de 2020.

> As pessoas que entraram no desemprego antes da pandemia estão tendo mais dificuldades para sair. Há muito impacto da crise para o número ter ido para cima
>
> **Bruno Ottoni**
> pesquisador da consultoria IDados

"Parei de trabalhar nessa época, quando começaram a isolar as pessoas com mais de 60 anos. Não consegui mais nada. Nem faxina, nem bico de cuidadora", lamenta.

Em razão da crise, Aida diz que passou a depender da renda de programas sociais e de doações para sobreviver. Seu companheiro, relata, também está em busca de emprego.

"Não sobra dinheiro nem para o gás de cozinha. A saída é o fogão a lenha", conta.

Aida deseja retornar a todo custo para o mercado de trabalho. Diz amar a tarefa de cuidar de pessoas, mas não descarta migrar para outras funções — ela menciona que também já buscou, na pandemia, emprego em supermercado.

"O que mais quero é trabalhar. Quero voltar a ter uma vida normal. Sempre fui uma mulher independente. Sempre corri atrás, mas, com a pandemia, a situação ficou muito difícil", afirma.

De acordo com microdados da Pnad Contínua levantados pela IDados, as mulheres representavam 62,6% (quase 2,3 milhões) do total de brasileiros que enfrentavam o desemprego de longa duração no quarto trimestre de 2021 (3,6 milhões). Os homens (quase 1,4 milhão) correspondiam aos demais 37,4%.

O levantamento da IDados também aponta que os negros formam a maioria dos desempregados de longo prazo.

Entre outubro e dezembro do ano passado, eles eram 63,9% (2,3 milhões) dos desocupados que buscavam trabalho por no mínimo dois anos. Os brancos (quase 1,3 milhão) representavam 35,4%.

Dificuldades no mercado de trabalho

Fonte: Idados, a partir de números da Pnad Contínua/IBGE

No recorte por escolaridade, a fatia mais volumosa é a dos trabalhadores com ensino médio. Eles correspondiam a 50,8% dos desempregados de longo prazo (1,8 milhão do total de 3,6 milhões), conforme os microdados.

Na passagem do terceiro para o quarto trimestre de 2021, o número de desempregados há dois anos ou mais até recuou. Passou de 3,9 milhões, recorde da série histórica, para os 3,6 milhões.

No entanto, como a proporção deles em relação ao total de desocupados aumentou, há uma sinalização de que a retomada na geração de vagas para esse grupo tem sido mais lenta, dizem economistas.

"A situação melhorou de maneira geral do terceiro para o quarto trimestre do ano passado, mas a melhora foi mais expressiva para outros grupos, para quem estava desempregado por menos tempo", avalia o Ottoni, da IDados.

Economistas afirmam que a recuperação mais consistente do mercado de trabalho depende do crescimento da atividade econômica. O problema é que as previsões sinalizam baixo desempenho para o PIB (Produto Interno Bruto) em 2022, em um cenário de inflação persistente e juros altos.

"É provável que o desemprego de longa duração caia, mas é difícil esse indicador mudar muito rapidamente. Para isso, precisaríamos de um crescimento econômico mais forte".

Segundo o boletim Focus, do BC (Banco Central), o mercado prevê leve avanço de 0,5% para o PIB deste ano.

"As projeções de crescimento arrefeceram com a inflação e os juros altos no país. Essa combinação tende a frear o mercado de trabalho", diz o economista Ely José de Mattos, da PUCRS. "Não acho que vamos ter um novo ciclo de avanço do desemprego, mas a retomada deve ser adiada."

A percepção da população sobre o mercado de trabalho, contudo, piorou recentemente. Conforme pesquisa Datafolha em março, 50% dos brasileiros acreditam em aumento do desemprego, enquanto 20% apostam em diminuição.

Em dezembro, o contingente que previa alta na desocupação e a parcela que projetava melhora no indicador estavam empatados, com 35% para cada um.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Apagão aéreo

Às vésperas da extinção do Daesp (Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo), o governo Doria (PSDB) ainda não emitiu a ordem de serviço, que é o documento para oficializar o início das atividades das concessionárias na administração dos 22 aeroportos leiloados em julho do ano passado. O atraso no procedimento tem provocado insegurança e instabilidade nas empresas, que receiam ter problemas nos contratos de operação e manutenção dos terminais.

CHECK-IN Procurada pelo Painel S.A., a Secretaria de Logística e Transportes afirma que o Daesp não será extinto nesta quinta (31) e que as duas concessionárias vencedoras do leilão já estarão com suas equipes nos 22 aeroportos a partir desta sexta (1º).

BILHETE O órgão diz ainda que a ordem de serviço para o início das atividades das empresas será assinada apenas para a primeira semana de abril. A Artesp não se manifestou.

TOMADA A Housi, empresa de locação de curta e média temporada, anunciou parceria com o Magalu para alugar eletrodomésticos e eletrônicos. Na fase inicial, locatários em São Paulo poderão alugar bens como frigobar, aspirador de pó, furadeira, videogame, entre outros por períodos de uma semana a 30 dias. Toda a logística de entrega e retirada será feita pelo Magalu.

FAROL O mercado de adaptação de veículos para funções como viatura de polícia, ambulância e funerários volta sua atenção para os carros elétricos e retoma investimentos após um período de gargalos provocados pela pandemia.

MOTOR Lourival Panhozzi, presidente da Abredif (Associação de Empresas e Diretores do Setor Funerário), diz que o modelo traz vantagens porque é mais silencioso para os cortejos, além do debate sobre o aumento no preço dos combustíveis. A aposta é que o elétrico deslanche com o avanço da tecnologia, quando se tornar mais acessível.

CARTEIRA Após o avanço registrado por causa da pandemia, a demanda por seguros de vida deve cair nos próximos meses, acompanhando o recuo nos casos de Covid no país. O cenário de queda na renda dos brasileiros também deve afetar a procura por seguros.

SALVO Manes Erlichman, diretor da Minuto Seguros, corretora da Creditas, avalia, porém, que o volume não retorna aos baixos níveis pré-pandemia, apesar da tendência de recuo. "Só 5% a 10% das pessoas têm seguro de vida. É um ramo que interessa muito para as seguradoras", diz.

ELEVADOR O mercado de imóveis novos na capital dá sinais de arrefecimento após um longo período de alta na pandemia. Os dados de fevereiro da pesquisa mensal do Secovi-SP mostram a comercialização de 4.228 unidades residenciais novas na cidade, queda de quase 16% em relação ao mesmo mês de 2021.

CHAVES No mês, o VGV (Valor Global de Vendas) ficou em R$ 2 bilhões, quase 4% abaixo do registrado em fevereiro de 2021. Ely Wertheim, presidente do Secovi-SP, diz que vê um momento de estabilização. "Esse platô tem muito a ver com a situação política do ano de eleição, juros e inflação."

TERRAÇO A oferta de imóveis na planta e lançados nos últimos 36 meses ainda é alta, representando um patamar quase 48% superior ao de fevereiro do ano passado.

VOTO Ao anunciar que desistiu de se candidatar às eleições de 2022, Luciano Hang repete um gesto que fez em 2018. Naquele ano, ele preparou um evento em Brusque (SC), onde fica a sede da Havan, para divulgar o que tratava como sua entrada na política. Sem sinalizar o cargo almejado e o partido, ele contava que se desfiliou do MDB, ficando livre para fazer escolhas.

URNA Disse, na época, que participaria da política, sendo ou não candidato. Ele não se candidatou em 2018, mas nestes quatro anos, se posicionou ao lado do presidente. Naqueles dias circulava na internet que Hang teria sido convidado pelo então deputado Jair Bolsonaro para ser vice da candidatura.

ILUSTRE É curioso observar como a trajetória de Hang evoluiu. Em 2018, quem comentava as intenções políticas do empresário dizia, com frequência, que ele teria de combater o desconhecimento do público, fruto da preferência que tinha pela discrição nos 30 anos de história da empresa.

DESCONHECIDO A notoriedade de Hang na época se resumia às réplicas da Estátua da Liberdade que sua rede de lojas instala nas fachadas.

com Andressa Motter e Ana Paula Branco

INDICADORES

JUROS

Mar., em % ao mês ■ Mínimo ■ Máximo

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência março

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.212,00	20%	R$ 242,40
Valor máx.	R$ 7.087,22	20%	R$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 18.abr

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.212	5%	R$ 60,60

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.212,00	7,5%
De R$ 1.212,01 até R$ 2.427,35	9%
De R$ 2.427,36 até R$ 3.641,03	12%
De R$ 3.641,04 até R$ 7.087,22	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20.abr. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

IMPOSTO DE RENDA

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.256,32	Valor, em R$
Empregado	98,48
Empregador	259,25

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7.abr. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Primeira privatização de porto no Brasil é teste positivo para Santos

Quadra Capital levou certame disputado por instalações em Vitória e Barra do Riacho (ES) com oferta de R$ 106 milhões

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO No primeiro leilão de privatização de gestão de portos no Brasil, a Quadra Capital venceu nesta quarta-feira (30) disputa pela Codesa (Companhia Docas do Espírito Santo), que opera os portos de Vitória e Barra do Riacho.

O evento teve tom de despedida do ministro de Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, que deixa o cargo para tentar disputar o governo de São Paulo. Ele aproveitou sua fala para fazer um balanço da gestão e reforçar apoio ao presidente Jair Bolsonaro (PL), que busca a reeleição.

Após uma longa disputa com consórcio liderado pela Vinci Partners, a Quadra venceu com proposta de R$ 106 milhões. A vencedora terá que pagar ainda R$ 326 milhões pela compra das ações da Codesa e ganha 35 anos de concessão dos dois portos operados pela empresa.

O leilão era visto como teste do mercado para a privatização do porto de Santos, o maior do país, que o governo pretende realizar ainda este ano.

A Quadra terá que investir R$ 335 milhões e aplicar outros R$ 520 milhões em custos com manutenção durante o período de concessão.

O contrato também prevê o pagamento parcelado de R$ 24 milhões a partir do quinto ano do contrato e de outorga variável equivalente a 7,5% da receita operacional bruta.

Em entrevista após o evento, Tarcísio disse que a realização desse leilão pode facilitar a apreciação pelos órgãos de controle da privatização do Porto de Santos. Ele admitiu que o processo é mais complexo do que o da Codesa, mas acredita ainda na privatização este ano.

"Se seguirmos o cronograma, podemos fazer o leilão em novembro". Além de Santos, o ministério trabalha para licitar este ano os portos de São Sebastião (SP) e Itajaí (SC).

Para o advogado Rafael Wallbach Schwind, sócio do Departamento de Infraestrutura do escritório Justen, Pereira, Oliveira e Talamini, foi um bom teste para o modelo de privatização de portos que o governo pretende implantar.

"Primeiro, porque houve a participação de interessados de peso, que têm apetite para investir mesmo sem saber ao certo se esse modelo será lucrativo", disse. "Segundo, porque esses interessados disputaram intensamente o leilão."

Ele acrescenta que, considerando que a concessão do Porto de Santos segue a mesma modelagem do Porto de Vitória, o resultado desta quarta "é um indicativo concreto de que deverá ser a privatização do maior porto da América Latina". "Há apetite de investidores e isso é fundamental para o modelo seguir adiante."

O governo ainda espera licitar em 2022, entre outros, 18 aeroportos na última rodada da Infraero —incluindo Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ)— e a concessão de mais de 8.000 km de rodovias.

No setor ferroviário, o governo prevê a renovação dos contratos da FCA e da MRS e a concessão da Ferrogrão, um projeto ainda alvo de bastante críticas do mercado. Ao todo, esses projetos devem exigir R$ 55 bilhões em capital privado.

Ainda nesta quarta-feira, o governo ofereceu três terminais portuários à iniciativa privada. Apenas dois deles, um em Santos e outro no porto de Suape, em Pernambuco, tiveram interessados.

A Cofco ficou com o primeiro, pagando R$ 10 milhões em outorga e comprometendo-se com R$ 765 milhões em investimentos. O segundo foi arrematado por R$ 15 mil por consórcio formado por Agemar Transportes, Loxus e Marlog, que terá que investir R$ 60 milhões.

Foi último leilão de Tarcísio à frente do ministério. A cerimônia teve um grande número de oradores, como notou a secretária especial do PPI (Programa de Parcerias e Investimentos), Martha Seiller.

O programa de concessões do governo Bolsonaro é usado por Tarcísio como um trunfo em sua corrida pelo governo de São Paulo. Em seu discurso nesta quarta, o ministro disse que o governo Bolsonaro já realizou 140 leilões, com investimentos contratados de R$ 835 bilhões.

Portos operados pela Codesa

Movimentação 7 milhões de toneladas*

Principais cargas ferro-gusa, combustíveis, granéis sólidos, fertilizantes e contêineres

Empresa vencedora
Quadra Capital

Bônus
R$ 106 milhões

Investimentos
R$ 355 milhões

Gastos com manutenção
R$ 520 milhões

*Em 2019 | Fonte: BNDES

> **Se seguirmos o cronograma, podemos fazer o leilão [do porto de Santos] em novembro**
>
> **Tarcísio Freitas**
> ministro de Infraestrutura

Contas do governo têm rombo de R$ 20,6 bi em fevereiro, menor para o mês desde 2015

Idiana Tomazelli e Fábio Pupo

BRASÍLIA As contas do governo central —que incluem o Tesouro Nacional, a Previdência e o Banco Central— tiveram um rombo de R$ 20,6 bilhões no mês de fevereiro, informou o Tesouro Nacional nesta quarta-feira (30).

O resultado negativo demonstra que o governo gastou mais do que arrecadou no mês passado. Ainda assim, foi o menor déficit para fevereiro desde 2015, segundo dados já atualizados pela inflação.

Como o governo havia registrado um superávit expressivo no mês de janeiro, as contas seguem no azul no acumulado com ano, com saldo positivo de R$ 56 bilhões.

No entanto, o próprio Ministério da Economia prevê que as contas do governo central encerrarão o ano com um rombo de R$ 66,9 bilhões.

Embora negativo, o resultado seria bem menor do que o autorizado pela LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que permite um déficit de até R$ 170,5 bilhões.

A redução no rombo tem sido destacada por integrantes da equipe econômica como sinal de melhora nas contas.

"Esse cenário mais favorável para as contas públicas ampara a melhora recente nas condições financeiras do país, num momento de grandes incertezas no ambiente geopolítico", diz o órgão.

O Tesouro alerta, porém, que a continuidade desse processo depende do avanço nas medidas de ajuste fiscal e da preservação do teto de gastos —âncora fiscal que limita o crescimento das despesas à variação da inflação e está na berlinda em meio ao debate eleitoral.

Em fevereiro, aumentos expressivos nas receitas administradas pela Receita Federal e também na arrecadação não tributária (que inclui dividendos e arrecadação com bônus de leilões) ajudaram a reduzir o déficit primário.

A receita líquida do governo teve alta real (já descontada a inflação) de 10,7% na comparação com fevereiro de 2021.

Por outro lado, as despesas tiveram um crescimento real de 6,5%. Uma das explicações, de acordo com o Tesouro, é a ampliação do programa social Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família —marca das gestões petistas.

Desde dezembro de 2021, as famílias contempladas pelo programa recebem um valor de pelo menos R$ 400 mensais.

Com isso, foram pagos R$ 7,4 bilhões por meio do Auxílio Brasil em fevereiro. Um ano antes, o Bolsa Família repassou R$ 2,7 bilhões às famílias.

O governo acumula déficits desde 2014, com gastos acima de sua arrecadação. Em 12 meses, o resultado ficou negativo em R$ 6,7 bilhões, o equivalente a 0,01% do PIB (Produto Interno Bruto).

A previsão do Ministério da Economia para as contas públicas ainda pode piorar devido à necessidade de incluir um gasto contábil de R$ 23,8 bilhões, referente ao acordo entre União e a Prefeitura de São Paulo em torno do Campo de Marte.

A decisão do governo de cortar tributos como o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e o PIS/Cofins sobre o diesel também retarda a virada das contas para o azul. As recentes desonerações feitas pelo governo já drenam R$ 49,8 bilhões em receitas.

O Tesouro Nacional também previa divulgar nesta quarta sua estimativa de carga tributária bruta do governo no ano de 2021. O anúncio desses dados, porém, foi adiado para 4 de abril devido à paralisação dos servidores do órgão, que pedem reajustes salariais.

+ GOVERNO DEVE AMPLIAR CORTE NO IPI HOJE

O governo Jair Bolsonaro (PL) deve editar nesta quinta-feira (31) o decreto que amplia o corte linear nas alíquotas do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), de 25% para 33%. A medida já havia sido anunciada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, embora ainda não tivesse prazo para sair.

O general Joaquim Silva e Luna, atual presidente da Petrobras; o governo anunciou sua substituição por Adriano Pires no cargo Adriano Machado - 14.set.21 /Reuters

General Silva e Luna deixa Petrobras dizendo-se traído por Bolsonaro

Militar teria sido informado por Bento Albuquerque horas antes do anúncio da demissão

Catia Seabra e Nicola Pamplona

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO No dia 7 de abril de 2021, o presidente Jair Bolsonaro (PL) viajou a Foz do Iguaçu para prestigiar a solenidade de despedida do general Joaquim Silva e Luna do comando da Itaipu. Convocado pelo presidente no dia 19 de fevereiro para a "missão" de presidir a Petrobras, o general foi aplaudido de pé após discurso em que descreveu sua própria gestão como um exemplo de austeridade fiscal.

Menos de um ano depois, Silva e Luna é demitido da presidência da Petrobras sem sequer ter sido informado do avanço de negociações que antecederam o anúncio de seu sucessor, Adriano Pires. O general, dizem aliados, deixa o cargo mal falando com Bolsonaro, por quem se sente desrespeitado.

O militar se queixa de traição. Segundo interlocutores, o general — que meses antes mantinha contato direto com o presidente — foi informado apenas no dia da demissão que o ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque, havia se reunido diversas vezes com seu sucessor, inclusive no último domingo, para discutir sua exoneração.

Em uma reunião descrita como fria, Bento Albuquerque informou Silva e Luna sobre sua demissão, relatando a série de encontros que mantivera com o novo presidente da Petrobras. A audiência em que Silva e Luna foi informado de sua exoneração aconteceu apenas três horas antes de a decisão de Bolsonaro ser publicamente anunciada.

A relação entre Bolsonaro e o general vinha se desgastando desde janeiro, com o aumento sucessivo do preço dos combustíveis. A Folha apurou que Silva e Luna ficou particularmente magoado em fevereiro, quando Bolsonaro cobrou que o general fizesse jus ao salário, apresentando solução para o preço das gasolina.

"O diretor ganha R$ 110 mil por mês. O presidente mais de R$ 200 mil por mês e, no final do ano, ainda tem alguns salários de bonificação. Os caras têm que trabalhar! Têm que apresentar a solução e mostrar o que está acontecendo. 'Ah, a gasolina está alta.' Cai no meu colo. Eu não tenho como interferir na Petrobras, mas cai no meu colo", disse Bolsonaro.

O afastamento definitivo se concretizou em março. No dia 8, o general foi chamado a Brasília para discutir a alta de combustível. O então presidente da Petrobras se reuniu com Bento Albuquerque antes da reunião do alto escalão do governo, na Casa Civil, para debater o preço da gasolina.

Na audiência, com a presença dos ministros Paulo Guedes (Economia) e Ciro Nogueira (Casa Civil), o general alertou para o risco de desabastecimento caso os preços não fossem reajustados.

Houve um pedido para que Silva e Luna contivesse o reajuste por dois dias, até aprovação de um projeto de lei destinado ao enfrentamento da crise. Na quinta-feira, 10 de março, o projeto não tinha sido aprovado e a Petrobras anunciou um reajuste que passaria a vigorar na sexta.

No mesmo dia, Bolsonaro reclamou de o problema cair em seu colo. Pressionada pelo avanço das cotações do petróleo com a guerra entre Rússia e Ucrânia, a Petrobras anunciou reajustes nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha.

No caso da gasolina, o reajuste para as distribuidoras foi de 18,8%. Em declarações, Bolsonaro também acusava a Petrobras de insensibilidade. Em conversas, o general se mostrava irritado, afirmava que não brigaria para se manter no cargo. Mas também não pediria demissão.

Sua saída é mais uma demonstração de fortalecimento de Bento Albuquerque na Esplanada. Em fevereiro do ano passado, ao ser convidado para Petrobras, Silva e Luna condicionou sua saída à possibilidade de escolher seu sucessor em Itaipu.

Em janeiro, Bolsonaro nomeou um indicado de Bento Albuquerque para o comando da binacional. Com a saída do general, o ministro das Minas e Energia indicou militares da Marinha para o conselho da estatal.

> "O diretor [da Petrobras] ganha R$ 110 mil por mês. O presidente mais de R$ 200 mil por mês e, no final do ano, ainda tem alguns salários de bonificação. Os caras têm que trabalhar!
>
> **Jair Bolsonaro**
> presidente da República, em fevereiro

Não vai mudar nada na estatal, afirma Mourão

O vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos) afirmou nesta quarta (30) que "não vai mudar nada" na Petrobras com a demissão do presidente da estatal, Joaquim Silva e Luna, e sua substituição pelo economista Adriano Pires. "Esse novo presidente da Petrobras que vai ser nomeado, o Adriano Pires, se você ler tudo o que ele escreve vai continuar tudo como dantes no quartel de Abrantes. Não vai mudar nada", disse Mourão.

SP dá crédito tributário a fabricante de carro elétrico

Eduardo Sodré

SÃO PAULO O governo de São Paulo anunciou nesta quarta (30) um programa de incentivo para a produção de veículos híbridos, elétricos ou movidos a biocombustíveis no estado chamado Pró Veículo Verde. A medida prevê créditos de até R$ 500 milhões para fabricantes que priorizem a produção local de modelos menos poluentes.

O benefício é concedido por meio de bonificações geradas sobre o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) pago pelas fabricantes.

Trata-se de uma adaptação do Pró Veículo, que foi anunciado no fim de setembro. A diferença está nos valores de partida para ter acesso ao crédito.

Segundo o governo estadual, o Pró Veículo Verde vai atender empresas que apresentarem investimento a partir de R$ 15 milhões, enquanto o programa anunciado no ano estipulava um mínimo de R$ 30 milhões.

Mas há uma distância entre ter direito a créditos tributários e, de fato, recebê-los. A Anfavea (associação das montadoras) diz que os valores a receber retidos no estado de São Paulo já somam R$ 5 bilhões — e isso se refere apenas às fabricantes de automóveis.

Em ano eleitoral, o governo João Doria tenta se reaproximar da indústria e do terceiro setor após ser criticado pelo aumento do ICMS promovido em 2021.

A mudança foi anunciada em janeiro do ano passado, quando carros zero-quilômetro, que pagavam 12% de ICMS, passaram a pagar 13,3%. Houve um novo aumento em abril, quando a alíquota foi reajustada para 14,5%.

O governo revisou parcialmente os valores em fevereiro, reduzindo a tributação sobre veículos usados e também sobre modelos novos eletrificados.

A Toyota já produz carros híbridos em São Paulo. Os modelos Corolla e Corolla Cross são feitos, respectivamente, em Indaiatuba e em Sorocaba, no interior do estado.

Em janeiro, a montadora chinesa Great Wall Motors anunciou que vai montar carros híbridos e elétricos na cidade de Iracemápolis (interior de São Paulo), na unidade que pertenceu à Mercedes-Benz.

A empresa estima um investimento de R$ 10 bilhões no longo prazo, dividido em ciclos.

A primeira etapa começou em 2021 e vai até 2025, com um valor entre R$ 4 bilhões e R$ 4,5 bilhões.

Entidades criticam volta de subsídios para gasodutos

BRASÍLIA Um grupo de 23 entidades ligadas ao setor de energia e meio ambiente divulgou uma carta em protesto pela tentativa do Congresso de reapresentar o Brasduto, o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção.

Sua principal função é organizar a concessão de subsídios para a construção de uma malha de gasodutos dedicada a abastecer térmicas.

Na carta, as entidades afirmam que "emendas motivadas por interesses específicos e particulares determinam a criação do Brasduto por meio do projeto de lei de modernização do setor elétrico, o PL 414/2021".

Segundo as entidades, o relatório sobre o projeto, a ser apresentado nos próximos dias pelo deputado Fernando Coelho Filho (União-PE), vai incluir o Brasduto, prejudicando gravemente os princípios da proposta original.

Não seria a primeira vez que a proposta de criação do fundo pró-gasodutos acabaria inserida num projeto em tramitação. Também foi adicionada ao projeto que tratou do risco hidrológico na produção de energia, aprovado em 2020, mas terminou vetada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) após também sofrer muita oposição do setor de energia.

A regra aprovada, e depois derrubada, previa que 20% dos recursos conseguidos no pré-sal, destinados atualmente para educação e saúde, iriam para o fundo de implementação dos gasodutos. O FPE (Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal) e FPM (Fundo de Participação dos Municípios) receberiam outros 30%.

A previsão é que R$ 100 bilhões poderiam ser retirados da área social para bancar a nova infraestrutura de dutos.

Os defensores do Brasduto argumentam que a malha de dutos do Brasil precisa ser ampliada, como alternativa para gerar empregos e ampliar o desenvolvimento em regiões mais afastadas.

Os opositores, por sua vez, alegam que não faz sentido econômico criar uma malha de gasodutos com dinheiro público para abastecer térmicas longes dos centros consumidores, pois os gastos seriam superiores ao retorno, beneficiando apenas os grupos privados que têm negócios de gás em áreas pouco atraentes.

Na avaliação das entidades, a aprovação da nova lei é urgente. No entanto, a inserção do Brasduto via jabuti, como é chamada uma emenda sem relação com o projeto original, vai na contramão do que se deseja, reforça a carta.

"O financiamento de gasodutos não guarda qualquer relação com o objeto do PL", afirma do texto. "Solicitamos, portanto, a preservação das diretrizes de modernização do setor elétrico indicadas no texto original do relator, sem a inclusão de emenda parlamentar que preveja qualquer subsídio ao denominado Brasduto." **Alexa Salomão**

COPA energia

LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A.

CNPJ nº 60.886.413/0001-47

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Temos vivenciado um momento histórico para o setor de GLP. Promovemos a união de duas empresas genuinamente brasileiras, Copagaz e Liquigás, que criaram um valioso legado de conhecimentos, experiências e boas relações ao longo dos últimos 70 anos.

Esse período de integração tem sido enriquecedor e muito dinâmico. Uma união que exigiu (e ainda exige) a mobilização de todos os colaboradores, a fim de integrar, alinhar e capturar sinergias em governança, sistemas, processos, equipes, comunicações e tudo mais que envolve o bom funcionamento de uma organização.

Ressalto que conduzimos todas essas frentes de trabalho mantendo a eficiência dos serviços e o foco no cliente. Assim, ao final de 2021, a Liquigás alcançou uma receita líquida de R$ 7.723,5 milhões e Ebitda de R$ 310,8 milhões.

Hoje somos parte da Copa Energia, uma companhia que nasce com o propósito de energizar vidas e negócios de forma sustentável. Essa é uma mudança considerável em nosso posicionamento, forma de dialogar com as pessoas e maneira de enxergar o futuro.

Muito além de fornecer produtos e soluções baseadas em GLP, que segue em nosso core business e continua a representar um produto de extrema relevância para a matriz energética residencial e empresarial brasileira, estamos preparados e dispostos a empreender um movimento gradual e consistente, com a incorporação de alternativas sustentáveis como a energia eólica, solar, biomassa, hidrogênio, entre outras.

Ao longo desse processo de transformação e de construção de futuro, valorizaremos o GLP como um combustível de transição, que, em substituição a opções como a lenha e o carvão, é capaz de promover diversas vantagens como ganhos de eficiência, mais segurança e menores impactos à saúde e ao meio ambiente - apenas para citar algumas. A inovação continuará desempenhando um papel preponderante para o aperfeiçoamento e a criação de soluções.

Para além das questões da integração, que a Liquigás passará ao longo do ano de 2022, apresentamos nossas demonstrações contábeis e uma síntese do nosso desempenho operacional e econômico-financeiro.

Antecipo nesta mensagem que 2021 foi um ano desafiador, com fatores de pressão significativos como o aumento de preço dos derivados de petróleo e a desvalorização cambial da nossa moeda frente ao dólar, que afetam a composição de preços do GLP. Além disso, a pandemia persiste com desdobramentos para toda a sociedade e com esse pano de fundo nos empenhamos em levar um produto essencial aos lares e empresas brasileiras.

Em tudo que realizamos e conquistamos, pudemos ver a energia das pessoas talentosas que formam a Copa Energia. Tivemos avanços importantes na gestão do capital humano. Implementamos a 1ª Pesquisa de Engajamento Copa Energia, com a participação dos empregados da Liquigás e Copagaz, a fim de conhecer melhor os nossos colaboradores e iniciamos a Jornada Cultural da Copa Energia, que nos ajudará a definir a cultura organizacional adequada para a nova estratégia empresarial. Além disso, continuamos a investir fortemente em desenvolvimento e unificamos medições e processos de monitoramento de saúde e segurança do trabalho.

Na esfera ambiental, seguimos adotando boas práticas e iniciativas voltadas à ecoeficiência. No processo de rebranding, por exemplo, recolhemos mais de 35 mil quilos de materiais com as marcas antigas e destinamos 56% de forma sustentável, para reciclagem ou reutilização.

Ao mesmo tempo, quanto ao nosso relacionamento com as comunidades e a sociedade em geral, nós da Copa Energia reafirmamos nosso compromisso com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, demonstrado a partir do empenho em levar à população uma forma de energia acessível e segura, bem como em desenvolver um portfólio de energias sustentáveis. Adicionalmente, é importante lembrar que mantivemos parcerias sociais sólidas como as da Fundação Abrinq e Childhood Brasil, ambas com foco na proteção de direitos de crianças e adolescentes.

Estamos orgulhosos em divulgar esta publicação contando um pouco sobre a nossa trajetória de 2021. Aprendemos muito, superamos obstáculos, criamos soluções e renovamos nosso olhar, sobre o qual estamos entusiasmados e otimistas.

Agradecemos a todos que contribuíram direta ou indiretamente para chegarmos até aqui.

Antonio Carlos Moreira Turqueto

Presidente da Liquigás, do Conselho de Administração e da Copa Energia

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	37 743	51 240
Contas a receber de clientes, líquidas e outros recebíveis	420 509	258 626
Estoques	92 449	67 630
Imposto de renda e contribuição social	71	68
Impostos e contribuições	71 381	55 444
Despesas antecipadas	13 143	9 761
Outros ativos	9 974	7 993
	645 270	450 982
Ativos não circulantes mantidos para distribuição aos sócios	-	43 119
	645 270	494 101
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Contas a receber clientes, líquidas	38 940	42 116
Cauções e depósitos judiciais	60 641	64 702
Imposto de renda e contribuição social	22 322	7 387
Impostos e contribuições	49 337	71 744
Despesas antecipadas	1 733	3 164
Outros ativos	3 133	2 593
Total do realizável a longo prazo	176 106	191 706
Investimentos	14 175	15 218
Imobilizado	919 650	971 234
Intangível	72 303	77 977
	1 182 234	1 256 135
Total do ativo	1 827 504	1 750 236

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar		124 206	191 491
Salários, férias e encargos		61 056	64 103
Empréstimos e financiamentos		42 066	-
Arrendamentos		29 991	36 340
Imposto de renda e contribuição social		4 503	-
Impostos e contribuições		20 519	12 369
Dividendos a pagar		42 806	33 228
Adiantamentos de clientes		13 346	14 217
Provisão para plano de assistência médica	5.1	3 171	10 342
Outras contas e despesas a pagar		17 076	18 222
		358 742	380 332
Não circulante			
Salários, férias e encargos		336	1 741
Arrendamentos		119 486	106 511
Mútuos a pagar para partes relacionadas		529	755
Provisão para processos judiciais		48 340	53 399
Provisão para plano de assistência médica	5.1	80 912	95 122
Outras contas e despesas a pagar		25 136	23 600
Total não circulante		274 743	281 128
Total do passivo		633 485	661 460
Patrimônio líquido	6		
Capital social		583 039	644 093
Reserva de capital		165 080	165 080
Reservas de lucros		430 126	278 529
Reserva de reavaliação		38	45
Outros resultados abrangentes		15 736	1 029
		1 194 019	1 088 776
Total do passivo e patrimônio líquido		1 827 504	1 750 236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2021	2020 (reapresentado)
Receita líquida das vendas		7 723 506	6 396 156
Custo dos produtos e serviços		(6 779 860)	(5 468 719)
Lucro bruto		943 646	927 437
Despesas operacionais, líquidas			
Vendas		(445 420)	(451 347)
Gerais e administrativas		(245 389)	(215 598)
Tributárias		(9 307)	(1 103)
Perdas de crédito esperadas - PCE, líquidas		(1 452)	(3 549)
Outras despesas, líquidas		(34 592)	(56 735)
		(736 159)	[illegible]
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos		207 487	197 105
Receitas financeiras		9 635	9 867
Despesas financeiras		(27 405)	(16 362)
Variações monetárias, líquidas		4 295	3 812
Resultado financeiro líquido		(13 475)	(2 683)
Resultado de equivalência patrimonial		1 507	2 435
Lucro antes dos impostos		195 519	196 857
Imposto de renda e contribuição social		(29 853)	(56 950)
Lucro líquido proveniente de operações continuadas		165 666	139 907
Lucro líquido proveniente de operações descontinuadas	7	3 055	-
Lucro líquido do exercício		168 721	139 907
Lucro básico por ação - R$			
De operações continuadas	6.5	21,19	17,18
De operações descontinuadas	6.5	0,39	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Lucro líquido do exercício		168 721	139 907
Outros resultados abrangentes:			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganho atuarial - Plano de assistência médica	5.1	22 284	23 682
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7 577)	(8 052)
Resultado abrangente total		183 428	155 537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social: Capital subscrito e integralizado	Reserva de capital: Reserva especial de ágio	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutária P&D	Reservas de lucros: Incentivos fiscais	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial: Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2020		644.093	165.080	77.053	2.139	18.459	74.170	-	52	(14.601)	966.445
Realização da reserva de reavaliação em coligadas		-	-	-	-	-	-	7	(7)	-	-
Lucro líquido do exercício	6.4	-	-	-	-	-	-	139.907	-	-	139.907
Constituição de reservas para incentivos fiscais		-	-	-	-	22	-	-	-	-	22
Ajuste avaliação patrimonial - ganho atuarial, líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	15.630	15.630
Destinações:											
Apropriações em reservas	6.4	-	-	6.995	-	8.839	90.852	(106.686)	-	-	-
Dividendo obrigatório	6.4	-	-	-	-	-	-	(33.228)	-	-	(33.228)
Em 31 de dezembro de 2020		644.093	165.080	84.048	2.139	27.320	165.022	-	45	1.029	1.088.776
Realização da reserva de reavaliação em coligadas		-	-	-	-	-	-	7	(7)	-	-
Lucro líquido do exercício	6.4	-	-	-	-	-	-	168.721	-	-	168.721
Redução de capital em 22.06.2021 - Cisão NGC	6.1	(53.357)	-	-	-	-	-				(53.357)
Redução de capital em 22.06.2021 - Cisão Fogás	6.1	(850)	-	-	-	-	-				(850)
Reversão dividendos obrigatórios conforme Assembleia Geral Ordinária - AGO 24.06.2021	6.4	-	-	-	-	-	33.228				33.228
Redução de capital em 31.07.2021 - Cisão Fogás	6.1	(6.847)	-	-	-	-	-				(6.847)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	(50.359)			(50.359)
Ajuste avaliação patrimonial - ganho atuarial, líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	14.707	14.707
Destinações:											
Apropriações em reservas	6.4	-	-	8.436	-	6.771	103.162	(118.369)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021		583.039	165.080	92.484	2.139	34.091	301.412	-	38	15.736	1.194.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2021	2020
Lucro antes dos impostos, incluindo operações descontinuadas	200 150	196 857
Ajustes para:		
Resultado de equivalência patrimonial	(1 507)	(2 435)
Depreciação e amortização	97 329	111 408
Resultado com alienações e baixas de ativos	(2 254)	6 501
Baixa de arrendamento, líquida	124	(126)
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	4 763	919
Encargos financeiros sobre arrendamentos e outros	12 475	12 813
Rendimento sobre aplicações financeiras	(1 126)	(496)
Provisão de plano de assistência médica (benefício definido), inclui juros	8 784	10 298
Provisão para perda de ICMS a recuperar e a repassar	9 784	6 833
Perdas de crédito esperadas - PCE, líquidas	1 496	3 549
Provisão (reversão) para perdas em ativo imobilizado	(885)	1 287
Provisão para processos judiciais	12 568	14 749
Provisão perda em estoques (recipientes transportáveis)	2 197	6 824
Provisão para indenizações (pensionamentos)	182	8 684
Provisão (reversão) custo remediação de passivo ambiental	(37)	14 000
Atualização monetária depósitos judiciais	(3 349)	(3 387)
Atualização monetária créditos tributários	(923)	-
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber	(186 006)	(34 437)
Estoques	(27 016)	(4 424)
Depósitos judiciais	3 905	1 225
Impostos a recuperar	(6 761)	(17 605)
Outros ativos	(5 659)	5 296
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores e contas a pagar	(46 761)	42 142
Impostos, taxas e contribuições	493	1 906
Plano de assistência médica (benefício definido)	(4 624)	(4 461)
Pagamentos de contingências	(10 097)	(12 470)
Outros passivos	(6 816)	5 319
Caixa proveniente das operações	50 377	371 169
Imposto de renda e contribuição social pagos	(44 305)	(74 762)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	6 072	296 407
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(67 005)	(136 243)
Investimentos no fundo de direitos creditórios	-	1 990
Incentivo fiscal depositado	1 128	739
Venda de imobilizado	51 637	3 906
Dividendos recebidos	2 550	2 362
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(11 690)	(127 246)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação empréstimos bancários	47 000	72 000
Amortização do principal e juros (*)	(9 697)	(130 919)
Pagamento do principal e juros - Arrendamentos	(44 956)	(48 846)
Amortização do mútuo com partes relacionadas	(226)	(177)
Dividendos pagos aos acionistas	-	(24 721)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(7 879)	(132 665)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(13 497)	36 486
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	51 240	14 754
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	37 743	51 240
	(13 497)	36 486

(*) Os juros pagos no exercício estão sendo apresentados em atividades de financiamento em conjunto com o valor principal de empréstimos pagos.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa	2021	2020
Direito de uso (arrendamentos)	52 364	29 101
Aquisição de imobilizado e intangível - não pago	12 069	14 116
Utilização de depósitos judiciais para pagamento de contingências	3 545	8 669

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

A Liquigás Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "Liquigás") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada da Copagaz Distribuidora de Gás S.A. (Copagaz) e tem por objeto social a distribuição, o comércio, a industrialização, a armazenagem, a manipulação, a estocagem, o engarrafamento, transporte de produtos derivados de petróleo e de seus correlatos, especialmente gás liquefeito, gases propelentes, gás natural e outros produtos afins, o beneficiamento e a industrialização de combustíveis de outras origens e de todas as formas de energia, a industrialização, a produção, a comercialização de produtos, máquinas, materiais, veículos, equipamentos, aparelhos, componentes e demais artefatos ligados à sua atividade ou especialidade, a prestação de serviços correlatos e a importação e exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada Avenida Paulista nº 1.842 - Torre Norte - 1º, 2º e 3º partes, 4º, 5º e 6º andares - Bela Vista - São Paulo (SP).

1.1. Impacto da pandemia da COVID-19 (Coronavírus)

A Liquigás está monitorando constantemente a pandemia da COVID-19 e seus respectivos impactos sobre seus colaboradores, operações, fornecimento e demanda de seus produtos. Planos de contingência foram elaborados e seguem em permanente revisão para atuar rapidamente conforme o desenvolvimento da situação em cada local. Embora todas as medidas possíveis estejam sendo tomadas, o suprimento do produto revendido pelo Conglomerado é realizado principalmente pela Petrobras, que até o momento informa que está adotando todas as ações para garantir a normalidade do abastecimento.

A Liquigás não sofreu atrasos em sua cadeia de suprimentos, operações de fabricação, logística de distribuição ou impactos relevantes na demanda por seus produtos. As unidades operacionais continuaram funcionando normalmente, sendo que parte dos colaboradores está em trabalho remoto e parte continua suas atividades presencialmente. No escritório de São Paulo, os empregados estão em trabalho remoto e, para todos aqueles que trabalham externamente, inclusive nas unidades operacionais, foram adotadas medidas adicionais de prevenção da saúde e segurança. O retorno dos empregados ao trabalho, sob o regime parcialmente presencial, ocorreu no mês de março de 2022.

Não foram identificados impactos significativos sobre os negócios da Companhia relacionados à:

- Recuperabilidade dos ativos: não foram identificados fatores internos ou externos que pudessem indicar a deterioração ou perda de valor recuperável dos ativos da Companhia.
- Perdas de crédito com clientes: a Liquigás não teve impacto significativo sobre suas operações durante o período da pandemia gerada pela COVID-19. No ano de 2021, houve a retomada gradual das atividades econômicas, principalmente as não essenciais, diferentemente do cenário registrado no ano de 2020 quando houve o "lockdown" implementado por algumas cidades e a paralisação das atividades consideradas não essenciais para o enfrentamento da crise gerada pela COVID-19. A Companhia encerrou o ano com ligeira redução do volume de vendas de suas operações continuadas e descontinuadas de 3,5% em relação ao ano anterior, em função do encolhimento do mercado, principalmente no segmento Envasado, sendo parcialmente compensado pelo crescimento verificado no segmento Empresarial em razão da retomada da atividade industrial e comercial.
- Perdas cambiais: a Companhia não registrou perdas cambiais em razão da valorização do Dólar frente ao Real.
- Perdas em estoques: a Liquigás opera com um giro de estoques dentro dos parâmetros normais para o setor que varia entre 2 a 5 dias e, portanto, não sofreu perdas por desvalorização de estoques.
- Liquidez da Companhia: a Liquigás não apresentou indicação de necessidade de capital de giro adicional ao final de 2021 em razão da reestruturação societária ocorrida no período (permuta e alienação) e também do nível de endividamento em razão do alongamento da dívida de curto prazo.

A Administração da Liquigás e todos os seus colaboradores continuam comprometidos em atingir suas metas de longo prazo. A Administração está comprometida com a estratégia de reestruturação organizacional definida após a aquisição da Liquigás pela Copagaz e entende que não há evidência de fato que comprometa sua continuidade operacional, ao contrário, a captura de sinergias, otimização de recursos e redução de custos permitirá o fortalecimento e a manutenção de destaque nacional no setor de distribuição de GLP.

Contudo não podemos garantir, neste momento, até que ponto essa crise global gerada pela COVID-19 e suas medidas de contenção tomadas pelas diversas entidades poderão afetar a empresa e a demanda de seus produtos. A principal prioridade da Liquigás continua sendo a saúde e a segurança de seus colaboradores, clientes e parceiros.

1.2. Ativos mantidos para venda ou distribuição aos sócios

Em 23 de dezembro de 2020, foi concluída a aquisição da Liquigás, pelo consórcio formado pela Copagaz, Itaúsa S.A. (Itaúsa) e Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda. (NGB).

Em 22 de junho de 2021, o fundo de comércio e os ativos e passivos da Companhia, conforme definido no Ato em Controle de Concentrações (ACC) firmado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), relativos às unidades operacionais de Belém (MG), Campo Grande (MS) e Macaé (RJ) foram transferidos para empresa NGC Distribuidora de Gás Ltda. (NGC).

Em 22 de junho de 2021, os bens intangíveis relativos à unidade de Cuiabá (MT) foram cindidos e entregues à Copagaz, sua Controladora, que em ato contínuo aportou os referidos bens no capital da Gasônia Participações e Distribuidora de GLP Ltda. (Gasônia).

Em 31 de julho de 2021, foi concluída a cisão do fundo de comércio da unidade de Cuiabá (MT) e dos demais itens de ativos e passivos vinculados a ele e em seguida eles foram entregues à Copagaz, que em ato contínuo aportou os referidos bens no capital da Gasônia.

Com essa última etapa, foi concluída a reestruturação societária prevista no ACC firmado com o CADE.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

As políticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido e o resultado atribuíveis aos acionistas, constantes nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2022.

Reapresentação das cifras comparativas

Em decorrência da aquisição da Liquigás pela Copagaz, a Companhia efetuou revisão das práticas contábeis visando harmonização entre as empresas.

A tabela a seguir detalha as reclassificações feitas nas demonstrações contábeis para fins da harmonização das práticas:

Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2020

	31.12.2020	Ajustes	31.12.2020 (reapresentado)
Receita líquida das vendas	5.190.075	1.206.081	6.396.156
Custo dos produtos e serviços	(3.864.963)	(1.603.756)	(5.468.719)
Lucro bruto	1.325.112	(397.675)	927.437
Despesas operacionais, líquidas			
Vendas	(849.022)	397.675	(451.347)
	476.090	-	476.090

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas e/ou recebidas em troca de bens e serviços.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Liquigás é apresentado na Nota explicativa nº 3.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Ativo não circulante mantido para venda ou distribuição aos sócios

São classificados como mantidos para venda, ou classificados como mantidos para distribuição aos sócios, quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda ou distribuição aos sócios.

Para a Companhia, a condição para a classificação como mantido para venda, ou classificados como mantidos para distribuição aos sócios, somente é alcançada quando a alienação, ou contribuição aos sócios, é aprovada pela Administração, o ativo estiver disponível para venda ou contribuição imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ou distribuição ocorra em até 12 meses após a classificação como disponível para venda ou para distribuição aos sócios. Contudo, nos casos em que comprovadamente o não cumprimento do prazo de até 12 meses for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da Companhia e se ainda houver evidências suficientes da alienação ou contribuição, a classificação pode ser mantida.

Ativos mantidos para venda ou distribuição aos sócios e passivos associados são mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda e são apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

A Companhia optou por apresentar apenas o saldo do ativo imobilizado em linha específica no balanço patrimonial, os demais saldos de ativos e passivos não serão reclassificados pois, neste momento, não é possível mensurar os valores.

3.2. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia e práticas internas da Companhia e aprovada pelo Comitê Administrativo. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

c) Benefícios concedidos a empregados e aposentados

Compromisso atuarial de plano de assistência médica (benefício pós-emprego)

De acordo com a Convenção Coletiva do Trabalho, as empresas que atuam no setor de distribuição de GLP devem manter plano de assistência médica para os atuais funcionários ainda em atividade e para aqueles que vierem a se aposentar, extensivo aos seus atuais dependentes legais, nos termos da Lei nº 9.656/98.

O compromisso atuarial com o plano de benefício de assistência médica é provisionado com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano[1], quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement), quando ocorrer.

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo.

As remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido reconhecidas em outros resultados abrangentes compreendem os ganhos e perdas atuariais, e excluem os valores considerados nos juros líquidos sobre a obrigação líquida de benefício definido.

Os ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu) e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais (Nota explicativa nº 17).

[1] Não há ativos garantidores para a liquidação da obrigação atuarial relativa ao benefício oferecido pela Companhia.

d) Planos de contribuição definida

O Plano de Previdência Liquigás (PPL) foi implantado na modalidade de contribuição definida para os seus empregados. As contribuições são pagas para uma entidade de fundo de previdência, Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), não gerando nenhuma obrigação legal ou construtiva posterior. A Companhia contribui paritariamente para o plano de contribuição definida, por percentual baseado na remuneração do empregado, sendo essa contribuição levada ao resultado quando incorrida (Nota explicativa nº 5).

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

A seguir são apresentadas informações apenas sobre políticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

4.1. Benefícios concedidos a empregados e aposentados

O compromisso atuarial e o custo com o plano de benefício definido de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada por conjunto projetado de taxas anuais considerando a evolução histórica dos desembolsos per capita do plano de saúde, observáveis nos últimos 05 anos, para definição de um ponto inicial da curva que decresce gradualmente em 30 anos para alcance do patamar de inflação geral da economia.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

As análises de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na Nota Explicativa nº 5.3.

5. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS, INCLUI PROVISÃO PARA PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

O compromisso da Companhia relacionado à assistência médica (extensão de 18 a 24 meses) é estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho resultante da negociação sindical com os empregados do segmento de distribuição de GLP e atende aposentados e seus dependentes legais. Para aposentados até o ano 1998 o benefício é vitalício.

Conforme o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, a Companhia em 31 de dezembro de 2021 reconheceu uma Provisão relativa ao Benefício Definido (BD) de Assistência Médica pós emprego no montante de R$ 84.083 (R$ 105.464 em 31 de dezembro de 2020).

O plano de assistência médica patrocinado pela Companhia não possui ativo líquido constituído.

O Plano de Previdência Liquigás (PPL) é um benefício do tipo Contribuição Definida (CD). As contribuições relativas ao PPL em 31 de dezembro de 2021 atingiram o montante de R$ 5.359 (R$ 6.944 em 31 de dezembro de 2020).

5.1. Movimentação do saldo da provisão relativa ao benefício de assistência médica

	2021	2020
Saldo em 1º janeiro	105.464	123.309
(+) Despesa de juros	7.073	8.618
(+) Despesa de serviço corrente	1.711	1.680
(-) Cisão	(3.257)	-
(-) Benefícios pagos	(4.624)	(4.461)
(-) Ganho atuarial sobre obrigação	(22.284)	(23.682)
Saldo em 31 de dezembro	84.083	105.464
Passivo circulante	3.171	10.342
Passivo não circulante	80.912	95.122

O ganho atuarial de R$ 22.284 existente em 31 de dezembro de 2021 foi reconhecido como outros resultados abrangentes líquido de imposto de renda e da contribuição social pelo montante de R$ 14.707.

5.2. Despesa líquida com plano de assistência médica

	2022 - Estimado	2021	2020
Despesa de juros sobre obrigação atuarial	(7.556)	(7.073)	(8.618)
Despesa de serviço corrente	(2.399)	(1.711)	(1.680)
Despesa líquida no exercício	(9.955)	(8.784)	(10.298)
Despesas com vendas	(1.883)	(956)	(3.059)
Despesas gerais e administrativas	(516)	(1.185)	(1.058)
Despesas financeiras	(7.556)	(7.073)	(6.181)
Despesa líquida no exercício	(9.955)	(8.784)	(10.298)

5.3. Análise de sensibilidade

A variação de 0,25 p.p. nas premissas de taxa de desconto e custos médicos teria o seguinte efeito:

Obrigação atuarial	BR-EMSsb 2015 M&F	Idade +1	Idade -1
Hipótese de Mortalidade	84.083	81.554	86.688
Obrigação atuarial	2,25%	+0,25 p.p.	-0,25 p.p.
Aging Factor	84.083	86.709	81.573
Obrigação atuarial	7,45% decrescente até 3,50%	+0,25 p.p.	-0,25 p.p.
Taxa de crescimento dos custos médicos	84.083	84.996	83.179
Obrigação atuarial	5,44%	+0,25 p.p.	-0,25 p.p.
Taxa de juros real	84.083	81.641	86.647

5.4. Premissas

Modalidade	Premissa atual
Plano de benefício	Benefício definido
Método de custeio	Método do Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade	BR-EMSsb 2015 M&F
Invalidez	MULLER
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 49 M
Composição familiar	Ativos: Para titular do sexo masculino, 88% casados com cônjuge do sexo feminino 3 anos mais nova. Para titular do sexo feminino, 50% casadas com cônjuge do sexo masculino 1 ano mais velho. Para os participantes assistidos foi considerada a família informada no cadastro.
Entrada em aposentadoria	Homens 59 anos; Mulheres 56 anos
Aging Factor	2,25%

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1. Capital social

Em 22 de junho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do Capital Social, em decorrência da cisão parcial de acervo líquido transferido à NGC e à Gasônia, no montante de R$ 54.207, com cancelamento de 583.797 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 31 de julho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do Capital Social, em decorrência da cisão parcial de acervo líquido transferido à Gasônia, no montante de R$ 6.847, com cancelamento de 47.090 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2021 o Capital social subscrito e integralizado no valor de R$ 583.039 (R$ 644.093 em 2020) está representado por 7.514.231 ações ordinárias nominativas sem valor nominal (8.145.118 ações ordinárias nominativas sem valor nominal em 2020).

6.2. Reserva de capital

a) Reserva especial de ágio

Em 30 de novembro de 2012, foi constituída Reserva especial de ágio incorporada de parcela patrimonial cindida da Petrobras Distribuidora S.A.

continua

Maiores de 50 são faixa etária que mais compra na internet

Pela primeira vez em 21 anos, público 50+ faz mais pedidos do que o que têm entre 35 e 49 anos

Daniele Madureira

são paulo A lista de compras de Marlene Porto, 62, se manteve cheia nos últimos meses. Com uma casa recém-construída em Torres (RS), a aposentada aproveitou boa parte das suas economias para equipar o novo lar. Comprou desde tintas e maçanetas até eletroportáteis e eletrodomésticos - quase tudo online.

"Eu acho muito mais confortável comprar tudo do meu celular", diz Marlene. "Mesmo porque, em boa parte dos casos, a loja física não tem o produto, precisa encomendar no site da empresa. E se você pergunta detalhes para o vendedor, ele também não sabe, vai consultar o manual pela internet. Tudo isso eu posso fazer de casa", afirma a aposentada, que está mais também para fazer trocas.

"Comprei uma torradeira de que não gostei e pedi o dinheiro de volta. Também tive problemas com um cooktop, que sempre chegava com a embalagem avariada. Tive que pedir a troca do produto por três vezes e fui atendida".

O exemplo de Marlene Porto ilustra o poder de compra do público com mais de 50 anos na internet. Segundo dados exclusivos da pesquisa Webshoppers, da consultoria NielsenIQ|ebit em parceria com a Bexs Pay, para a **Folha**, a faixa daqueles com mais de 50 anos foi a única que cresceu entre os consumidores do comércio eletrônico no ano passado.

Quem tem 50 anos ou mais respondeu por 33,9% dos pedidos online em 2021: foi a primeira vez que essa faixa etária ultrapassou a dos adultos de 35 a 49 anos (33,2%), historicamente o maior público que compra pela internet, segundo a pesquisa da NielsenIQ|ebit, realizada desde 2001.

Segundo o diretor de ecommerce da NielsenIQ|Ebit, Marcelo Osanai, entre os motivos que justificam a maior presença desse público está a tentativa de se proteger do novo coronavírus, acompanhada de uma desconfiança menor do comércio eletrônico.

"Este consumidor está cada vez mais aberto a usar a tecnologia, e os sites também estão mais intuitivos, o que facilita a navegação", diz.

As categorias em que os consumidores mais velhos mais se destacam são construção e ferramentas (51% das compras do segmento foram feitas por quem tem mais de 50 anos), saúde (43%) e eletrodomésticos (42%).

O comércio eletrônico como um todo movimentou R$ 182,7 bilhões no ano passado, um crescimento de 27% sobre os R$ 143,6 bilhões de 2020, segundo a pesquisa. No ano passado, a NielsenIQ|ebit havia informado que as vendas de 2020 somaram R$ 87,4 bilhões, mas a consultoria revisou os dados para incluir o Mercado Livre, a maior varejista da web brasileira.

Apesar de expressiva, a alta de 27% nas vendas online no ano passado representa uma desaceleração em relação ao ano anterior, quando o crescimento havia sido de 41%. Uma reacomodação após a reabertura das lojas físicas e uma redução do poder de compra da população explicam a desaceleração, segundo Osanai. A inflação também limita o poder de compra.

"Para 2022, esperamos um crescimento entre 10% e 20% do comércio eletrônico", diz Osanai.

Em 2021, 12,9 milhões de brasileiros compraram pela primeira vez na internet, elevando o total de consumidores online no país para 87,7 milhões. O meio mais usado para as compras na internet foram celulares, que responderam por 59% dos pedidos e por 52% do faturamento (R$ 95,4 bilhões), uma alta de 32% sobre 2020.

A busca do consumidor pelas pechinchas da internet passa pelo frete grátis: segundo a pesquisa da NielsenIQ|ebit, o número de pedidos sem custo de envio aumentou em 10 pontos percentuais em 2021, chegando a 47% do total.

Nos 400 milhões de pedidos em 2021, o tíquete-médio geral das vendas ficou em R$ 441, alta de 4% sobre 2020, sem descontar a inflação.

A categoria de alimentos e bebidas foi a que mais se destacou em número de pedidos: alta de 107% sobre o ano anterior. "Produtos alimentícios e bebidas têm um valor menor, e por isso a contribuição geral para o faturamento do ecommerce é reduzida, só 2%", diz Osanai.

Por outro lado, as categorias que mais pesam no faturamento de R$ 182,7 bilhões do ano passado são eletrodomésticos (21%), telefonia (20%), casa e decoração (11%) e informática (10%).

Os homens responderam por 53,5% do valor das compras. O tíquete-médio deles é 35% maior que a média de gastos delas: R$ 555 contra R$ 359.

"As mulheres geram mais pedidos, mas com produtos de menor valor", afirma Osanai. "Homens adquirem mais eletrônicos e informática, de maior valor agregado", diz.

Os compradores da internet

Fonte: NielsenIQ|Ebit

Este consumidor está cada vez mais aberto a usar a tecnologia, e os sites também estão mais intuitivos, o que facilita a navegação

Marcelo Osanai
Diretor de ecommerce da NielsenIQ|Ebit

Senado aprova projeto que obriga União a pagar perícias do INSS antecipadamente

Raquel Lopes e Renato Machado

brasília O Senado aprovou nesta quarta-feira (30) o projeto de lei que obriga a União a pagar antecipadamente os gastos com honorários periciais nos processos judiciais nas ações em que o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) figure como parte.

O projeto de lei é uma tentativa de resolver o problema da paralisação dos processos judiciais envolvendo o INSS, travados desde setembro do ano passado por falta de pagamento para as perícias.

A proposta também determina que os cidadãos que perderem a ação sejam obrigados a arcar com os gastos dessas perícias — exceto nos casos de gratuidade judicial, com pessoas sem condições financeiras. A obrigatoriedade de restituição em processos judiciais por parte de derrotados, no entanto, já está prevista como regra geral no Código de Processo Civil.

A proposta foi aprovada de maneira simbólica pelos senadores. Como concluiu sua tramitação no Congresso, segue para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL).

A questão das perícias médicas se tornou um problema a partir de setembro do ano passado, quando foram paralisados os processos judiciais por falta de pagamento para essas análises. Segurados não conseguiam agendar perícias e por isso não tinham resposta para seus pleitos para obterem benefícios por incapacidade, como aposentadoria por invalidez e auxílio-doença.

A falta de pagamento é consequência do fim da vigência de uma legislação aprovada em 2019, elaborada para socorrer financeiramente os tribunais. Desde a instituição do teto dos gastos, os tribunais passaram a enfrentar dificuldades para arcar com as perícias nos processos envolvendo o INSS.

O Congresso Nacional aprovou em 2019 uma legislação que obrigava a União a arcar com esses gastos. No entanto, a lei teria um caráter provisório e venceu em setembro do ano passado, interrompendo os pagamentos das perícias.

A nova proposta, de autoria do senador Sérgio Petecão (PSD-AC), prevê a prorrogação até o fim de 2024 do pagamento por parte da União aos respectivos tribunais dos honorários periciais nas ações em que o INSS figure como parte. O texto acabou aprovado pelos senadores em fevereiro deste ano.

A proposta sofreu diversas mudanças durante sua tramitação na Câmara. Os parlamentares daquela Casa acrescentaram dispositivos que tratam dos honorários periciais e de requisitos para dar entrada em processos e medidas cautelares em ações envolvendo benefícios por incapacidade.

Com a nova lei, o Executivo será o responsável por antecipar o pagamento das perícias solicitadas pela justiça nos casos envolvendo o INSS.

Estrangeiros também precisam fazer declaração

FOLHA EXPLICA O IR COM IOB

são paulo Residentes no Brasil precisam declarar renda, mesmo estrangeiros.

*

Sou estrangeiro e moro no Brasil desde 2020. Recebo remessas do exterior em caráter de doação. Sou obrigado a declarar? (M.S.). Apesar de ser estrangeiro, a partir do momento em que se tornou residente no Brasil, seus rendimentos serão tributados, mas as doações são isentas. Se superaram R$ 40 mil em 2021, você está obrigado a declarar. Informe-as na ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis, código 26, com a descrição de que os valores recebidos são doações do exterior. Informe o(s) nome(s) do(s) doador(es), ficando dispensada a informação do CPF/CNPJ do(s) mesmo(s). O fato de ser residente no Brasil é condição de obrigatoriedade de entrega da declaração.

Dinheiro esquecido poderá ser sacado a qualquer hora, diz BC

são paulo O Banco Central informou que, a partir de 2 de maio, o Sistema de Valores a Receber ficará aberto a todos os brasileiros para consultas e saques de dinheiro esquecido em bancos e instituições financeiras, sem necessidade de agendamento.

Por enquanto, o acesso ao sistema é liberado conforme a data de nascimento do cidadão (ou de abertura da empresa), em um calendário oficial de consultas e saques dos valores. Este cronograma vai até 16 de abril e vale para todos que ainda não fizeram o resgate do dinheiro.

No primeiro calendário, que foi de 7 a 26 de março, o agendamento previa ainda um horário específico no dia para fazer o saque. Agora, a retirada pode ser feita em qualquer horário dentro do dia que corresponde à data de nascimento.

Segundo balanço do Banco Central, até o último sábado (26), 3,1 milhões de pessoas físicas e jurídicas solicitaram o resgate dos valores, totalizando R$ 262,9 milhões.

Nos sábados do mês de abril, 2, 9 e 16, o cidadão poderá fazer a repescagem, caso não tenha retirado os valores na data prevista.

Segundo o BC, após a conclusão desse novo ciclo de agendamentos, entre 17 de abril e 1º de maio, haverá nova reformulação do sistema.

A partir de 2 de maio, o sistema voltará ao ar e é possível que quem já havia resgatado o dinheiro tenha acesso a valores esquecidos em bancos por outros motivos.

"Mesmo quem já resgatou seus recursos e quem não tinha valores a receber na primeira etapa deve consultar novamente o sistema, pois os dados serão atualizados e pode haver recurso novo".

Dentre as mudanças que passarão a valer em maio estão o fim do agendamento de transferência. "O cidadão poderá pedir o resgate dos recursos no momento da primeira consulta", diz o BC.

Vinicius Torres Freire
Excepcionalmente, o colunista não escreve hoje

Continuação

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES E CONTINGÊNCIAS

Valores Transitórios a Pagar: Referem-se a valores devidos pela CPSEC ao Estado de São Paulo, decorrentes das diferenças apuradas entre a efetiva arrecadação mensal dos Direitos Creditórios e os valores informados nos relatórios gerados pela PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, da arrecadação de parcelamento não securitizados ou de eventos de indenização do PP, favoráveis ao Estado, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 registrava R$ 1.547 (R$ 436, em 2020). Em 18 de fevereiro de 2022 foram transferidos à conta Única do Tesouro Estadual o montante de R$ 1.379, referentes à devolução de arrecadação do PEP não securitizados. Passivos contingentes: Não há litígios em andamento, ou riscos, com divulgação requerida.

9. MENSURAÇÃO INICIAL DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Estruturação - Vigente: Em face dos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, vigente até dezembro de 2017, e o atual CPC 48 (IFRS 9), que tratam do reconhecimento e mensuração inicial dos instrumentos financeiros, os Direitos Creditórios do PEP foram classificados como "Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado", e na mensuração inicial do seu valor justo ("fair value") foi reconhecida uma redução no valor de R$ 29.164. Em contrapartida, ao realizar a mensuração inicial do valor justo no passivo nas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, classificada como "Passivo financeiro mensurado subsequentemente ao custo amortizado", foi reconhecida uma redução de R$ 43.417. O valor líquido da mensuração inicial resultou no reconhecimento de um aumento do patrimônio líquido em R$ 14.253. [illegible]

Divulgação dos instrumentos financeiros por classe

	31/12/2021 Valor contábil	31/12/2020 Valor contábil	
Ativos Financeiros			
Direitos Creditórios	468.985	887.578	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado
Passivos Financeiros			
Debêntures Mezanino (1ª Série da 2ª Emissão)	23.322	82.744	Passivo financeiro mensurado subsequentemente ao custo amortizado
Debêntures Subordinadas (2ª Série da 2ª Emissão)	-	39.750	Passivo financeiro mensurado subsequentemente ao custo amortizado

[illegible]

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital subscrito e integralizado era de R$ 413.096, em moeda corrente nacional, representado por 4.130.956 ações ordinárias, nominativas, escriturais sem valor nominal. [illegible]

11. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSELHO E EMPREGADOS

[illegible]

Despesas com salários	2021 Exercício	2020 Exercício
Honorários da diretoria e conselho	2.101	2.067
Salários - empregados	342	317
Vale Refeição - empregados	54	25
Total de despesas	2.497	2.409

Encargos sociais e obrigações	2021 Exercício	2020 Exercício
Férias e 13 salário - empregados	80	65
Licença remunerada	63	94
Gratificação anual	135	141
Despesas de INSS	642	623
Despesas de FGTS	137	127
Total de despesas	1.057	1.050

12. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2021 Exercício	2020 Exercício
a) Serviços Técnicos Especializados		
Auditoria independente	223	229
CETIP	13	27
Banco Mandatário	35	65
Assessoria Contábil	181	141
Agente Fiduciário	29	46
Agência de Rating	46	43
Auditoria interna	73	70
	600	621
b) Anúncios e Publicações	161	137
c) Despesas Legais e Societárias	7	8
d) Outras Despesas Operacionais		
Taxa CVM	51	51
Taxas Estaduais e Municipais	3	3
Seguros D&O	58	52
Outras despesas operacionais	39	13
	151	118

13. RESULTADO FINANCEIRO

	2021 Exercício	2020 Exercício
Receitas financeiras:		
Rendimento fundos investimentos	3.299	1.094
Juros Ativos - Selic	92	-
Descontos obtidos	6	5
Subtotal	3.397	1.099
Despesas financeiras:		
(-) Aplicação em fundos investimentos	34	42
Subtotal	34	42
Total do resultado financeiro	3.363	1.057

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

	2021 Exercício	2020 Exercício
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	[illegible]	10.399
(-) Exclusão Ajuste a Valor Justo	1.501	6.512
(+) Adição Despesas Indedutíveis	33.351	30.792
(-) Exclusão - Diferenças Temporárias Dedutíveis	(30.125)	-
Base de cálculo antes da compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL) não reconhecidos anteriormente	11.391	47.703
JCP Provisionado	(3.000)	(6.202)
Compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL)	-	-
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	8.391	41.501
Imposto de Renda (IRPJ) Corrente	2.074	10.351
Contribuição Social (CSLL) Corrente	755	3.735
IRPJ e CSLL Diferidos - Ajuste	28	26
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias	(752)	(10.242)

Com o resgate integral antecipado das debêntures subordinadas (nota explicativa nº 7), a partir de junho de 2021 a Companhia passou a registrar em perdas a totalidade dos créditos rompidos da carteira de Direitos Creditórios do PEP e do PPI Rompidos. [illegible]

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controlador: O Contrato de Cessão de Direitos Creditórios do PEP no montante de R$ 5.903.622, de 28 de novembro de 2014, foi firmado com o Estado de São Paulo, controlador da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as transações existentes com partes relacionadas são:

	Notas	31/12/2021 Ativo (Passivo)	31/12/2021 Receita (Despesa)	31/12/2020 Ativo (Passivo)	31/12/2020 Receita (Despesa)
Estado de São Paulo					
Direitos Creditórios - PPI Rompidos	5	12.694	-	12.531	74
Direitos Creditórios - PEP Rompidos	5	62.123	-	76.343	8.535
Valores Transitórios a Receber	6	97.302	-	15.262	-
- Debêntures 2ª Série da 2ª Emissão	7	-	(1.229)	(40.303)	(15.253)
- Valores Transitórios a pagar	8	(1.547)	-	(436)	-
- Juros a pagar sobre o Capital Próprio	10	(3.000)	-	(6.202)	-
- Receitas de indenização	7	-	44.796	-	43.472

[illegible]

Despesas - Debêntures Subordinadas (2ª Emissão 2ª Série)

Detalhamento da Despesas	31/12/2021	31/12/2020
Juros	1.229	15.253
Reversão Ajuste a Valor Justo	643	5.343
Total de Despesas	1.872	20.596

16. GERENCIAMENTO DE RISCOS

[illegible]

	Natureza do risco associado	31/12/2021 Saldo exposto ao risco	31/12/2020 Saldo exposto ao risco
Ativos expostos a risco			
Caixa e Bancos	Mercado, liquidez e crédito	353	176
Aplicações Financeiras	Mercado, liquidez e crédito	104.132	68.081
Direitos Creditórios (1)	Mercado, crédito, liquidez e operacional	236.677	426.210
Passivos expostos a risco			
Debêntures (2)	Liquidez, mercado e operacional	23.349	82.998

[illegible] ...além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, do saldo dos títulos emitidos. A Companhia monitora os fluxos de pagamentos de suas dívidas e possui ativos para fazer frente a seus fluxos de pagamentos conforme tabelas abaixo:

31/12/2021 — Análise do Risco de Liquidez

Prazo	1ª Série da 2ª Emissão	Outras Obrigações
0 a 3 meses	13.208	1.547
3 a 6 meses	10.041	-
Total	23.249	1.547

31/12/2020 — Análise do Risco de Liquidez

Prazo	1ª Série da 2ª Emissão	Outras Obrigações
0 a 3 meses	18.146	436
3 a 6 meses	15.241	-
6 a 12 meses	28.377	-
1 a 3 anos	21.234	-
Total	82.998	436

O fluxo de realização dos ativos financeiros que fazem frente aos pagamentos, está apresentado na nota explicativa nº 5. Pré-pagamentos - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição prevista nos títulos emitidos que permite amortizações efetuadas pelos devedores. Risco operacional - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar essas eventuais deficiências, a Companhia estabeleceu políticas, processos, procedimentos e rotinas de verificação, realizadas por profissionais próprios, inclusive por aqueles mandatados fiduciariamente, e/ou por área diversa daquela em que o procedimento se originou. A Companhia tem como premissa a melhoria contínua dos processos substantivos, especialmente aqueles relacionados à evolução e acompanhamento dos recebíveis adquiridos (Direitos Creditórios) e Debêntures colocadas no mercado, de forma a proporcionar maior eficiência aos controles internos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam a sua adequada proteção a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação e recuperação de dados e informações. Gestão do capital: A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo participações de não controladores, quando for o caso. A Administração também monitora o nível de dividendos distribuídos para acionistas da Companhia. A Administração procura manter um equilíbrio entre os melhores retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens/segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o período. Análise de sensibilidade: A Companhia não está exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas Demonstrações Contábeis. Os instrumentos financeiros representados pelas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão (liquidada em junho de 2021) e pelos respectivos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão dessas Debêntures estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de qualquer cenário econômico ao qual a Companhia possa estar exposta. Com relação à 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures também não há descasamento de prazo com o respectivo lastro dos recebíveis, porém os recebíveis são atualizados a uma taxa prefixada, enquanto as Debêntures possuem remuneração flutuante com base no DI, adicionado de spread fixo de 2,60% a.a. O indicador oficial de inflação no país, o IPCA, fechou o ano de 2021 a 10,06%, ficando bem acima do teto da meta de 5,25% estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, sendo a maior alta nos últimos 6 anos. Conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) todos os 9 grupos de produtos e serviços acompanhados subiram no ano, tendo apresentado as maiores variações os grupos de transportes (21,03%), habitação (13,05%), artigos de residência (12,07%) e vestuário (10,31%). O resultado da inflação de 2021 foi influenciado principalmente pelas altas nos combustíveis, energia elétrica e gás de botijão. O cenário inflacionário para 2022 denota um esperado arrefecimento, porém as projeções do mercado financeiro indicam uma inflação novamente acima do teto da meta, que adicionado aos problemas de ordem fiscal, as tensões políticas em ano de eleições majoritárias, as atuais adversidades climáticas e de escassez insumos podendo comprometer safras futuras, dentre outros riscos internacionais, inclusive bélicos, devem levar o Comitê de Política Monetária a continuar os movimentos de elevação da taxa básica de juros, que hoje se encontra em 10,75% a.a., levando a SELIC para o patamar dos 12,5% a.a. A confirmação deste cenário ensejará uma ligeira piora no resultado da Companhia restrita às operações relacionadas à 2ª Estruturação, especificamente na carteira passiva relacionada às suas obrigações com debêntures emitidas remuneradas pela taxa DI. Em contrapartida, a Companhia apresentará uma melhora bastante significativa no resultado financeiro, em razão do volume de aplicações financeiras na renda fixa referenciada na taxa DI ser bem superior ao saldo devedor nas debêntures. Neste cenário, na visão consolidada, o resultado líquido tende a melhorar, conforme se pode observar no quadro abaixo.

Cenários	Saldo 31/12/2021	Provável 11,75%	Possível (i) 14,60%	Remoto (ii) 17,63%
Ativo				
Aplicações Financeiras	104.132	116.368	119.426	122.485
Direitos Creditórios (PPI)	5.172	5.439	5.506	5.573
Direitos Creditórios (PEP)	231.505	259.934	259.934	259.934
Total do Ativo	340.809	381.741	384.866	387.992
Variação		40.932	44.057	47.183

	Saldo 31/12/2021	Provável 11,75%	Possível (i) 14,60%	Remoto (ii) 17,63%
Passivo				
Debêntures Mezanino	23.349	26.771	27.475	28.179
Total do Passivo	23.349	26.771	27.475	28.179
Variação		3.422	4.126	4.830
Resultado = TT Ativo - TT Passivo		37.510	39.932	42.353
Resultado da Variação			2.422	4.843

(i) Aumento de 25% da taxa básica de juros (Selic) provável
(ii) Aumento de 50% da taxa básica de juros (Selic) provável

i) Cenário Possível: premissa considerada pela Administração com elevação de 25% na variável de risco (aumento de 25% na taxa básica de juros) indica uma variação positiva no resultado líquido de R$ 2.422. ii) Cenário Remoto: premissa considerada pela Administração com elevação de 50% na variável de risco (aumento de 50% na taxa básica de juros) indica uma variação positiva no resultado líquido de R$ 4.843.

17. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste na emissão de valores mobiliários no mercado de capitais, lastreados em Direitos Creditórios do programa de parcelamento de tributos, cedidos pelo Estado de São Paulo, sendo este o único segmento de negócio da Companhia e a base para tomada de decisões dos administradores.

18. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizado para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	2021 Exercício	2020 Exercício
Lucro/Prejuízo do exercício (R$ mil)	4.559	6.529
Número de Ações durante o exercício	4.130.956	3.954.477
Lucro/Prejuízo por ação - básico e diluído (R$)	1,10368	1,65097

19. TRANSAÇÕES QUE NÃO IMPACTARAM A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Todas as transações realizadas pela Companhia que envolveu o caixa estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2021 e 2020, sendo efetuados como ajuste usual no resultado do período os valores contábeis de despesa de depreciação, da realização do ajuste a valor de mercado e de perdas no recebimento de créditos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa, e que, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa: • Compensação no valor nominal das debêntures da 2ª série da 2ª emissão do montante relativo à dação em pagamento dos direitos creditórios de PEP rompidos, conforme menção na nota explicativa nº 7, no valor de R$ 32.963 (R$ 118.980, em 31 de dezembro de 2020).

20. INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), registra-se que a CPSEC, no período de nove meses, não contratou nem teve serviços prestados pela BDO RCS Auditores Independentes S.S. que não aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

21. OUTROS ASSUNTOS

Em atenção à orientação da CVM de 10 de março de 2020, por meio do Ofício Circular SNC/SEP/nº 02/2020, a Administração da Companhia informa que no exercício de 2021 houve uma desaceleração no volume de rompimento de direitos creditórios associado ao Covid 19, com evidentes sinais de arrefecimento dos seus efeitos. Quando comparado à projeção orçamentária, foi verificada uma redução de 11,9% nas de perdas de créditos, bem como um ligeiro declínio de 2,7% na arrecadação da carteira de direitos creditórios cedidos à Companhia, motivado principalmente pela aplicação da taxa SELIC na atualização de alguns parcelamentos, em substituição da taxa prefixada estabelecida no Decreto nº 58.811/2012 (e seguintes) do Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS/SP, por ordem/decisão judicial. A análise dos impactos nas atividades operacionais e desempenho financeiro da Companhia, inerentes ao advento da COVID-19, estão refletidos na nota 1 - Contexto Operacional.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Considerando a consolidação da Companhia no mercado de capitais e a alteração de seu estatuto social aumentando a possibilidade de sua atuação no âmbito de operações de securitização, conforme mencionado na nota nº 1, em outubro de 2021 a administração apresentou aos seus acionistas proposta de reestruturação patrimonial, a qual abrange a redução do seu capital social em R$ 130 milhões, dos atuais R$ 413 milhões, considerado excessivo para sua situação. A redução proposta não interfere na plena continuidade dos seus negócios e planos futuros, sendo a restituição aos acionistas representadas com parte de suas disponibilidades de caixa (R$ 57 milhões), e parte com a compensação de valores transitórios a receber (R$ 73 milhões), mencionados na nota explicativa nº 6. Concluída as etapas de comprovação e de atendimento dos aspectos legais, a proposta de redução de capital foi submetida e aprovada pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Antonio Luque — Juan Francisco Carpenter
Jorge Luiz Avila da Silva — Maísa Fernandes de Araujo
Cesar Akio Yokoyama — João Germano Böttcher Filho
Andrea Maria Ramos Leonel

DIRETORIA

Jorge Luiz Avila da Silva - Diretor Presidente
Max Freddy Frauendorf - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Jorge Luiz Avila da Silva - Diretor de Gestão Corporativa

CONTADOR

Renato Vieira Pita
CRC nº 1SP215.876/O-8 - CPF 280.830.348-35

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Securitização – CPSEC, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, complementados pelas Notas Explicativas e pelo Relatório de Administração, sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nas análises realizadas, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração e à vista do relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS, datado de 30 de março de 2022, sem ressalvas, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de ser submetidas à deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.

São Paulo, 30 de março de 2022.

Nelson Luiz Baeta Neves Filho — Diego Allan Vieira Domingues — Reinaldo Iapequino — Marisa de Andrada Santarem — Jorge Damião de Almeida

DECLARAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300, 9º andar, CEP 01017-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07 ("Companhia"), nos termos dos incisos V, do parágrafo 1º, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 30 de março de 2022.

Max Freddy Frauendorf — Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Jorge Luiz Avila da Silva — Diretor de Gestão Corporativa
Jorge Luiz Avila da Silva — Diretor Presidente

DECLARAÇÃO SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300, 9º andar, CEP 01017-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07 ("Companhia"), nos termos dos incisos V, do parágrafo 1º, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, datado de 30 de março de 2022, relativamente às informações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 30 de março de 2022.

Max Freddy Frauendorf — Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Jorge Luiz Avila da Silva — Diretor de Gestão Corporativa
Jorge Luiz Avila da Silva — Diretor Presidente

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 2021

1. **INTRODUÇÃO: 1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria da Companhia Paulista de Securitização foi instituído em cumprimento à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ao Decreto estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, e ao Estatuto Social, sendo seus membros eleitos pelo Conselho de Administração em agosto de 2018, recentemente modificado pela inclusão de membro independente Celia Maria da Silva Carvalho em maio de 2021, em substituição a Andrea Maria Ramos Leonel, que assumiu a coordenação por ocasião da renúncia de Fábio de Barros Pinheiro. **1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria:** Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da CPSEC, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna. O Comitê de Auditoria atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. Para assegurar sua atuação de forma eficiente, seus membros se reúnem, periodicamente, com a Diretoria da Companhia, órgãos de assessoria e atuais auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes (BDO), para discutir assuntos relativos ao planejamento e execução da auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O Comitê de Auditoria também se reune com os com executivos representantes da Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. (GT), responsáveis pelo planejamento, execução e resultados obtidos de procedimentos de auditoria interna. **1.3 Composição:** O Comitê de Auditoria, com funcionamento permanente, é composto por três membros, sem mandato fixo, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Possuem capacitação técnica para o exercício do cargo, são independentes e suas funções são indelegáveis. **2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO:** O presente relatório contempla informações de um período anual coincidente ao ano fiscal, incluindo as atividades até a aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O Comitê de Auditoria reuniu-se 14 (quatorze) vezes no ano de 2021, realizando sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações à Administração acerca de melhorias nos processos e controles. Todas as reuniões realizadas no período ocorreram por videoconferência, em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 2.493, de 30 de março de 2020, e pelo Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020 e demais normativos correlatos. Essas reuniões envolveram os Diretores da CPSEC, os Auditores Independentes (BDO) e os Auditores Internos (Grant Thornton) e trataram do acompanhamento gerencial das operações de securitização em curso, das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, além dos temas abaixo mencionados. As atas das reuniões expressam de forma resumida o conteúdo discutido nas reuniões, são publicadas no site da Companhia e disponibilizadas ao Conselho de Administração e os documentos e relatórios apresentados permanecem à disposição, na sede da Companhia, aos Auditores Independentes e Órgãos de controle e fiscalização a que a Companhia se submete. **3. TEMAS ABORDADOS:** No exercício em questão, os principais temas abordados foram: (i) Indicadores Gerenciais, (ii) ampliação do quadro de pessoal, (iii) relatório de auditoria interna do 5º trimestre (2o semestre de 2020), (iv) proposta do calendário de reuniões do Comitê para o período de 2021 a 2023, (v) regimento interno do Comitê, (vi) Código de Conduta e Integridade da Companhia, (vii) demonstrações financeiras do 1º trimestre de 2021, (viii) proposta de prorrogação do contrato de auditoria externa, (ix) relatório do auditor independente sobre sistema de controles internos, (x) prorrogação de contratos com Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, (xi) proposta de renovação de apólices de seguros "D&O", (xii) certame licitatório para contratação de serviços contábeis, (xiii) proposta de prorrogação de contrato de serviços de auditoria interna - "Grant Thornton", (xiv) relatório de atividades da Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno do 2º semestre de 2020, (xv) relatório da auditoria interna referente ao 2º trimestre do 2º ciclo anual, (xvi) cronograma de atividades da auditoria interna para o 3º ciclo anual, (xvii) follow ups dos apontamentos da auditoria interna - "Grant Thornton", (xviii) proposta da redução de capital apresentada pela Diretoria da Companhia, (xix) processo de alteração do quadro de pessoal, (xx) relatório do Teste de Contingência, (xxi) demonstrações financeiras relativas ao 3º trimestre de 2021, (xxii) relatório de auditoria relativos ao 2º ciclo anual (3º e 4º trimestres); (xxiii) plano de auditoria para o 3º ciclo anual, (xxiv) status das providências relacionadas ao processo de redução de capital, e (xxv) planejamento estratégico 2022-2026 e Plano de Negócios 2022. **4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS:** A Administração é responsável pelo desenho e implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Companhia, bem como, de controles internos para prevenir, detectar e corrigir os erros e irregularidades significativas. O Comitê de Auditoria registrou como adequada a atuação da administração da CPSEC com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia, embora passíveis de maior automação dos processos, o qual recomendou o seu desenvolvimento. Considerou ainda que, as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. A Companhia possui Ouvidoria e Canal de Denúncias através de convênio com a SEFAZ. Em 2021 não houve nenhuma denúncia válida nesses canais. **5. ACOMPANHAMENTO DOS APONTAMENTOS IDENTIFICADOS PELA AUDITORIA INTERNA - GRANT THORNTON:** Em agosto, o Comitê de Auditoria reuniu-se com a Auditoria Interna para acompanhar os trabalhos de avaliação do Manual de Procedimentos e avaliação da Aderência Regulatória (Lei nº 13.303/2016), cujo resultado finalizado registrou os apontamentos descritos a seguir: (i) Código de Conduta e Integridade devidamente elaborado e divulgado, que prevê a realização de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controles internos, código de conduta, Lei Anticorrupção e demais temas relacionados à Companhia, que se comprometeu a elaborar cronograma de treinamento dos membros estatutários até dez/21, item ainda pendente de execução; (ii) Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento devidamente constituído e formalizado, cujo regimento interno foi elaborado de acordo com compromisso da Companhia, a partir da constatação de sua ausência. O Regimento deve estabelecer as responsabilidades e diretrizes sobre o órgão estatutário, e dessa forma foi apresentado. Por fim, ao avaliar a divulgação das informações requeridas na Lei nº 13.303/2016 foi identificada a ausência de divulgação das seguintes informações: Política de Divulgação de Informações e o Relatório Integrado referente ao ano de 2020, o que foi tempestivamente ajustado. **6. AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE REDUÇÃO DE CAPITAL:** Em reunião específica para esse fim, a Companhia apresentou a esse Comitê de Auditoria, para discussão, a proposta de redução de capital, objetivando: (i) adequar o capital social da Companhia ao seu modelo de negócios, (ii) buscar a adequação da liquidez em razão do aumento substancial das disponibilidades financeiras a partir de junho de 2021, decorrentes da liquidação da 2ª Série da 2ª Emissão ("Subordinada"), (iii) otimizar dispêndio tributário da Companhia com o excesso de liquidez, considerando o Estado ser imune a impostos e (iv) amortizar a conta "Valores Transitórios a Receber" do Estado, no montante total de até R$ 130 milhões, condicionada à aprovação de debenturistas em assembleia especial, na seguinte forma: (a) pelo saldo total de R$ 73 milhões representados por valores transitórios a receber do Estado, e (b) a diferença em caixa até o limite de R$ 57 milhões. O Comitê de Auditoria avaliou a proposta de Redução de Capital e concluiu pela não existência de óbices contábeis para o encaminhamento das etapas de aprovação da referida proposta. **7. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTES:** O Comitê de Auditoria mantém um canal regular de comunicação com a BDO, auditores independentes da CPSEC, permitindo a discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, os quais, conforme relatório sobre a adequação das demonstrações financeiras, apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela BDO, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da Companhia e revisões das informações financeiras trimestrais (ITRs) do 1º, 2º e 3º trimestres de 2021, bem como da auditoria do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. **8. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da Companhia, em observância à legislação societária, práticas contábeis e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Comitê de Auditoria reuniu-se com os Diretores para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela Companhia na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pela CVM. Discutiu também com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2021, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. **9. CONCLUSÃO:** Baseado nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos relatórios da Companhia e nos relatórios produzidos pela Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco as operações da Companhia. O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da administração e da Auditoria Independente, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 28 de março de 2022.

Andrea Maria Ramos Leonel (Coordenadora) — Celia Maria da Silva Carvalho — Sergio Citeroni

Continua ▸

Guerra bagunça a produção de pequenas indústrias brasileiras

Preço de transporte, resinas, peças plásticas e ferro gusa afeta empresas

GUERRA NA UCRÂNIA

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO A guerra na Ucrânia e seus impactos sobre as cadeias de insumos e matérias-primas chegou também às micro e pequenas indústrias. O efeito mais imediato vem do custo do transporte, pressionado pela alta dos combustíveis, e dos derivados de petróleo, no geral, como as resinas.

As micro e pequenas indústrias de São Paulo começaram a recalibrar suas expectativas para os próximos meses, depois de uma melhora no otimismo até meados de fevereiro, diz o presidente do sindicato do setor, Joseph Couri.

"Além da guerra, ainda têm Covid na China e elevação de juros. Os custos das matérias-primas já vinham altos e com muitos atrasos", afirma.

A taxa básica de juros da economia, a Selic, foi a 11,75% ao ano na reunião mais recente do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central. A elevação dos juros, prevê Couri, vai reduzir e encarecer o crédito para o setor.

No mês passado, segundo pesquisa Datafolha para o Simpi (Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias de São Paulo), 54% dos empresários do setor avaliavam a situação dos negócios como ótima ou boa. Antes de fevereiro, a última vez em que tantos industriais paulistas disseram estar satisfeitos havia sido registrada em junho de 2014, com 53% de bom ou ótimo.

O efeito da alta dos combustíveis sobre o transporte pesa sobre as empresas a partir de diversas frentes. Uréo Pereira, a gerente de cadeia de suprimentos da Gemü, empresa de origem alemã que produz válvulas, diz que esses custos já subiram 13,5% neste ano.

A empresa tem frota própria para atender parte dos deslocamentos, mas depende de outros transportadores para movimentar mercadoria para acabamento e receber insumos.

Além do baque dos combustíveis, a empresa se prepara para novos aumentos em peças plásticas, uma vez que resinas são afetadas pelos preços do petróleo. Desde 2020, plásticos tiveram alta de 60%.

Em outra frente de altas, o ferro gusa subiu 25% em fevereiro. Na indústria como um todo, esse é um material bastante utilizado. Na Gemü, diz Pereira, é usado em quase 100% do que é produzido.

"Tentamos [desde o início da pandemia] segurar o máximo possível o repasse de preços. Trabalhamos em redução de custo, implantamos ferramentas para melhorar processos, mas esse é um ano em que já não dá mais para segurar".

Apesar de certo otimismo em alguns indicadores em fevereiro, a pesquisa Simpi/Datafolha mostrava a persistência das dificuldades com preços e cumprimento de prazos, ainda que em patamar menor do que o registrado no início do ano passado.

> Além da guerra, ainda têm Covid na China e elevação de juros. Os custos das matérias-primas já vinham altos e com muitos atrasos
>
> **Joseph Couri**
> presidente do Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias de São Paulo

Em fevereiro de 2022, 74% das micro e pequenas indústrias de São Paulo diziam enfrentar dificuldade com alta no preço de insumos e matérias-primas. Outros 41% disseram estar lidando com a falta de materiais e 39%, com o atraso na entrega.

Segundo a pesquisa Simpi/Datafolha, em fevereiro, o percentual de indústrias que disse ter registrado alta significativa de preços em relação ao mês anterior caiu. Foram 59% em fevereiro e tinha chegado a 72% em janeiro de 2021, o pico da série iniciada em março de 2013. Das que disseram ter registrado aumento de custos significativo, 47% disseram que as altas vieram de matéria-prima e insumos.

O desencanto com os efeitos da guerra sobre a economia não está restrito aos micro e pequenos industriais. A CNI (Confederação Nacional da Indústria) prevê revisar em abril a expectativa de crescimento do país em 2022.

A entidade diz estar preocupada principalmente com os aumentos de preços de petróleo, energia e insumos. Em março, 22 de 29 setores da indústria pesquisados pela confederação registraram queda na confiança.

Inflação afeta compras para o Ramadã em países do mundo muçulmano

BEIRUTE | AFP A invasão russa na Ucrânia no final de fevereiro intensificou os problemas alimentares de alguns países da África e do Oriente Médio e afeta os preparativos para o Ramadã, o mês de jejum muçulmano que começa no próximo fim de semana e no qual as mesas tradicionalmente ficam repletas de comida ao anoitecer.

Os fiéis, que tradicionalmente interrompem o jejum ao cair da noite com fartas refeições em família, agora têm dificuldade para pagar pelos produtos básicos, diante da alta de preços dos alimentos e do combustível.

"Os preços altos estão afetando e estragando o clima do Ramadã", disse à agência AFP Sabah Fatoum, 45, moradora da Faixa de Gaza, bloqueada por Israel, onde os preços dispararam até 11%, segundo as autoridades palestinas.

"Soubemos que os preços voltarão a subir durante o Ramadã, é um peso para nós."

Rússia e Ucrânia estão entre os principais exportadores mundiais de produtos agrícolas como trigo, óleo vegetal e milho.

Por isso, portanto, a interrupção dos fluxos de exportação em consequência do conflito entre os dois países aumenta o temor de crises de fome, especialmente no Oriente Médio e na África.

No Iêmen, país mais pobre da península Arábica e assolado pela guerra desde 2014, as consequências já são notadas.

Na capital, Sanaa, Mohsen Saleh, 43, lembra que os preços aumentam todos os anos no Ramadã, mas neste ano "subiram como espuma".

"A situação econômica é muito difícil. A maioria das pessoas no Iêmen é pobre e está no limite, não pode continuar nesse ritmo", disse ele.

Na Síria, desde 2011 palco de uma guerra que deixou cerca de 60% da população em situação de insegurança alimentar, o Ramadã será ainda menos festivo este ano.

O azeite é vendido em quantidades limitadas e o preço mais que duplicou depois da invasão da Ucrânia. O governo sírio, que depende em grande medida de Moscou para a importação de trigo, também está racionando o cereal, além de açúcar e arroz, por temer a escassez.

"Pensei que o último Ramadã seria o mais frugal, mas parece que neste ano teremos que tirar ainda mais pratos [do cardápio]", afirmou Basma Shabani, 62.

As organizações beneficentes da Tunísia, que intensificam a coleta de alimentos para famílias necessitadas nas vésperas do Ramadã, estão ficando sem doações devido ao agravamento da situação socioeconômica. "Normalmente enchemos o carro depois de uma hora, mas este ano não", disse Mohamed Malek, 20, voluntário de uma associação.

A situação se repete no Líbano, que desde 2019 sofre a pior crise econômica de sua história. "A forte solidariedade que entra em ação, especialmente durante meses como o Ramadã, será posta à prova este ano", disse Bujar Hoxha, diretor da ONG Care International no Líbano.

No Egito, maior importador de trigo russo e ucraniano, o presidente Abdel Fattah Al Sisi tabelou o preço do pão não subvencionado depois que seu preço subiu 50%.

A moeda local também desvalorizou 17% este mês.

"Se antes uma pessoa comprava três quilos de verduras, hoje só compra um", disse Oum Badreya, vendedora ambulante no oeste do Cairo.

A Somália, que sofre sua pior seca em 40 anos, se prepara para um Ramadã sombrio. O mês "será diferente porque os preços do combustível e dos alimentos estão disparando", disse Adla Nour, morador de Mogadíscio.

Cathay Pacific planeja voo mais longo do mundo para evitar Rússia

HONG KONG | AFP A companhia aérea Cathay Pacific planeja lançar o voo de passageiros mais longo do mundo em abril, com o desvio de sua rota Nova York-Hong Kong que, em vez de sobrevoar o Ártico, cruzará o Atlântico, a Europa e a Ásia Central para evitar a Rússia.

O novo trajeto será "pouco abaixo de 9.000 milhas náuticas" (16.668 quilômetros) percorridas em algo em torno de 17 horas, informou a empresa de Hong Kong em um comunicado à agência AFP na terça-feira (29).

Será o voo mais longo em distância, embora não em tempo, pois fica ligeiramente abaixo da rota da Singapore Airlines entre a cidade-estado asiática e Nova York, que percorre 15.343 quilômetros em 18 horas.

A Cathay não indicou os motivos para evitar o espaço aéreo russo, que já havia sobrevoado no passado.

Várias companhias aéreas cancelaram suas conexões com a Rússia, ou evitam seu espaço aéreo desde o início da invasão da Ucrânia, em 24 de fevereiro. Já Moscou fechou seu céu para vários países europeus e todos os voos ligados ao Reino Unido.

A empresa de Hong Kong está tentando obter uma autorização de voo para esta rota que cruzará o Atlântico, a Europa e a Ásia Central. Devido aos fortes ventos sazonais no Oceano Pacífico nesta época do ano, a companhia aérea prefere a opção transatlântica, no lugar da transpacífica.

Hoje, os voos dos Estados Unidos e de outros oito países para Hong Kong estão proibidos, em razão da pandemia. Poderão retomar suas conexões a partir de 1º de abril, graças a uma flexibilização das regras para a contenção da Covid-19.

O voo de maior distância do mundo

---- Antigo trajeto
12.990 km / Cerca de 15 horas

— Novo trajeto
16.668 km / Cerca de 17 horas

Duas facetas do sistema meritocrático

Escolas asseguram melhores lugares sociais para quem segue padrão europeu, branco

Cida Bento
Conselheira do Ceert (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), é doutora em psicologia pela USP

O "sistema meritocrático", que muitas vezes é a principal justificativa das instituições para explicar a ausência de pessoas negras nos cargos de liderança, é construído lentamente ao longo da história do país e começa muito antes do período de inserção no mercado de trabalho.

Uma das tantas características do "sistema meritocrático" brasileiro é assegurar os melhores lugares sociais para quem segue o padrão europeu, branco. Mesmo em cidades onde a maioria da população é negra, esse padrão é exigido.

É o que se observa no caso da adolescente RMS, de 13 anos, aluna do Colégio Municipal Dr. João Paim, em São Sebastião do Passé (BA), que foi mandada para casa, sem aviso prévio aos seus responsáveis, porque seu cabelo foi considerado "inchado" e inadequado para que ela assistisse às aulas.

Interpelado por Jaciara, mãe da adolescente, o funcionário da escola sugeriu que a menina alisasse o cabelo, mostrando a foto de uma menina branca com o cabelo liso como padrão adequado para frequentar as aulas.

Jaciara diz que a filha chegou em casa chorando muito e dizendo que não queria mais estudar no colégio e, no momento de raiva, chegou até a xingar o próprio cabelo.

A reação da adolescente mostra o que milhares de crianças, adolescentes e jovens negros vivenciam em escolas inóspitas que lhes causam mal-estar, impactando suas competências afetivo-emocionais, elementos fundamentais para assegurar a aprendizagem.

E o desejo de não mais voltar à escola explicitado pela adolescente revela também uma das facetas da evasão escolar, que atinge muito mais a população negra que a branca.

Essa situação mostra ainda uma escola que cria ambientes mais acolhedores para um perfil do alunado em detrimento de outros, o que vai se materializar também, futuramente, nas organizações empregadoras.

O Coletivo de Entidades Negras (CEN) acompanha o caso da estudante, buscando assegurar seus direitos e que os autores dos atos racistas sejam punidos.

O coletivo sinaliza para a discriminação contra signos e símbolos da cultura afro-brasileira, a qual precisa ser debatida, como preconiza a LDB, alterada pela lei 10.639/03. Ou seja, o poder público é fundamental para assegurar uma escola mais equânime, mas o que se observa, infelizmente, é exatamente o contrário.

O Censo Escolar, principal instrumento de coleta de informações da educação básica e base para construção de políticas públicas, por orientar a divisão de recursos entre estados e municípios e a implementação de programas de responsabilidade do Governo Federal, vem sofrendo silenciosas mudanças.

A base de dados sobre gênero, cor e raça dos docentes e do alunado foram alteradas e só aparecem em grandes blocos, impedindo que se ampliem os estudos e se aprofunde o conhecimento sobre o impacto de atitudes de escolas como a citada acima na aprendizagem e evasão escolar.

Ao fazer um comparativo entre as bases de microdados do Censo Escolar de 2020 com a do ano de 2021, uma série de variáveis não está mais disponível.

Não é mais possível acessar os microdados do Censo de 1995 até 2020, apenas o de 2021 e, diferentemente das edições anteriores, os microdados trazem um único arquivo de dados, que não contempla o perfil de professores e gestores (sexo, raça/cor e formação).

Enfim, não se combatem as desigualdades ocultando as informações sobre ela, mas cumprindo a lei e implementando políticas que qualifiquem o ensino e tornem a escola acolhedora para todas as crianças.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | **SEX. Nelson Barbosa** | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Venda da Oi ameaça promessa de ligação grátis por 31 anos

Oi Chip 31 faz 20 anos ainda com adeptos; firmas não garantem continuidade

Daniela Arcanjo

SÃO PAULO Em 2002, a Oi começou a operar no Brasil com uma campanha agressiva: a Chip Oi 31. A operadora vendeu chips que permitiam ligar gratuitamente para outros celulares da mesma operadora aos finais de semana durante 31 anos.

"Falar de graça por 31 anos no final de semana era coisa de outro mundo. Pouca gente tinha telefone móvel, e quando você queria falar com alguém tinha que ir no orelhão", afirma o morador de Sete Lagoas (MG) Marcio Maciel.

"A gente não sabia que ia chegar nesse ponto de a comunicação estar tão acessível. Nem pensava em ter internet no celular."

Vinte anos depois —e 11 antes do prazo acabar—, a venda das redes móveis da Oi para suas concorrentes ameaça encurtar a vida da promoção.

Com a venda da Oi, os mais de 40 milhões de consumidores que usam os serviços de telefonia serão transferidos para uma nova operadora nos próximos meses. Serão divididos entre Tim, Vivo e Claro.

O problema é que nem a Oi nem as compradoras assumem oficialmente a manutenção do acordo.

A Oi diz que a promoção "permanecerá ativa enquanto houver o vínculo contratual com o cliente". A **Folha** perguntou se esse contrato permaneceria vigente após a venda, mas a empresa não respondeu.

Consultadas sobre se assumiriam o compromisso de manter a promoção, Tim, Vivo e Claro não se pronunciaram, mas segundo o Procon (Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor), as empresas "precisam manter as condições oferecidas para quem já contratou".

Segundo pesquisa do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), os planos das outras operadoras são até cinco vezes maiores que os da Oi, o que preocupa a advogada do Programa de Telecomunicações e Direitos Digitais da entidade, Camila Leite Contri.

"Especialmente pela Oi ter planos reconhecidamente mais acessíveis no mercado, deveria haver a manutenção desses preços", afirma.

A advogada lembra que planos com descontos nas ligações estão cada vez mais comuns desde o início dos anos 2.000, quando a campanha foi lançada, mas a continuação das ofertas ainda não foi especificada pelas autoridades que analisaram a compra, o Cade e a Anatel.

No caso de judicialização, explica, a resposta pode ser desfavorável ao consumidor. "Por isso seria importante ter uma regra explícita para essa transição."

A Anatel deu 90 dias a partir da aprovação para que as operadoras apresentassem um plano de comunicação para os consumidores sobre a transição, mas, por enquanto, a indefinição deixa ansiosos os consumidores que ainda usam o chip.

> Hoje em dia a questão maior são os dados, falar ao telefone virou uma coisa arcaica. Mas eu mantenho ele [número da Oi] por uma questão emocional, uma coisa afetiva
>
> **Wendell Figueiredo dos Santos**
> cliente da Oi

Um deles é o técnico em eletrônica Wendell Figueiredo dos Santos, que tinha 19 anos quando a promoção foi ao ar. Em seu primeiro emprego e morando fora de casa, achou que seria bom ter um celular. "Na época era uma das promoções mais atrativas", afirma.

Até hoje ele mantém o número com recargas de R$ 10 a cada dois ou três meses, mas não para fazer ligações gratuitas ao final de semana.

"Eu sei que tem muitas linhas novas, inclusive eu tenho uma outra. Hoje em dia a questão maior são os dados, falar ao telefone virou uma coisa arcaica. Mas eu mantenho ele por uma questão emocional, uma coisa afetiva. Foi o meu primeiro telefone, e eu tenho muitos cadastros na internet com esse número", conta ele.

Até meados de 2010, porém, ainda usava o recurso. Ele lembra que, quando comprou, era uma "época de vacas magras". "Era muito caro manter um aparelho telefônico, uma linha telefônica. Eu recarregava e dava 23h59 da sexta já estava esperando para fazer ligação."

Na época em que a promoção da Oi foi lançada, o mercado era de ligações caras e dificuldade de comunicação.

"Foi uma febre. Era o boom da comunicação particular", lembra o policial Rafael da Silva Barbosa, hoje com 35 anos. Quatro anos antes da promoção, em 1998, a Telebrás era privatizada. Até então, para ter uma linha era preciso se inscrever em sorteios ou pagar no mercado paralelo o preço de um carro popular.

Rafael não chegou a ter o chip, mas um primo seu teve e isso foi suficiente. "A diversão do final de semana era o Oi 31 anos. A gente sentava na calçada, comia alguma coisa e saía ligando à vontade."

O borracheiro de Sete Lagoas Marcio Maciel, hoje com 41 anos, comprou o seu chip no final da promoção e vendeu em 2004 por R$ 950 (o que equivaleria a R$ 2.457,65 hoje). "Como ficou muito escasso, o pessoal começou a procurar. Era um bom negócio vender", conta ele.

Enquanto ficou com o celular, porém, lhe foi útil —ele até o emprestava para amigos que estavam namorando à distância. "Os mais novos, se você ligar, eles desligam e ficam esperando você mandar mensagem por WhatsApp."

Wendell, que ainda tem o chip, espera alguma mensagem da operadora que explique como os clientes dessa promoção vão ficar. "Se vai haver uma mudança, a gente precisa ser avisado. Eu tenho um contrato de 31 anos."

Hacker conta como assumiu controles de carros da Tesla

Roberto Dias

DUBAI "Foi muito interessante fazer isso a partir do meu quarto na Alemanha", conta David Colombo, 19 anos e status de neocelebridade.

Pudera, o "isso" que ele fez dentro de sua casa foi tomar o controle de várias funções de pelo menos 25 carros da Tesla em 13 países, expondo uma falha de segurança importantíssima para a indústria de veículos com piloto automático.

O episódio ocorreu no início deste ano e, diz o hacker, teve início acidental. Dono de uma empresa de cibersegurança, ele prestava serviços para uma companhia francesa quando precisou estudar um determinado software. Nesse processo, acabou encontrando a falha que lhe dava acesso aos veículos.

David Colombo, 19, fala no World Government Summit, em Dubai Roberto Dias/Folhapress

E o que ele poderia fazer, se quisesse? Abrir portas e janelas, descobrir a localização do veículo, saber se havia ou não alguém dentro, mexer no rádio e piscar luzes. Coisas que afirma não ter feito sem permissão dos donos. Não tinha como dirigi-los remotamente, mas poderia destravá-los e sair guiando os carros se estivesse próximo deles. Além, claro, de conseguir atrapalhar bastante a vida de um motorista que os conduzisse naquele momento.

Detectada a falha, ele avisou a empresa, que respondeu rapidamente, consertando o problema. Só depois disso é que ele tornou pública a história.

Cinco anos atrás, o CEO da Tesla, Elon Musk, fazia piadas com os perigos da segurança digital. "Em tese, se alguém pudesse hackear todos os Teslas autônomos, a pessoa poderia mandá-los todos para Rhode Island [o menor estado dos EUA]", dizia. "Seria o fim da Tesla e haveria um monte de gente brava em Rhode Island."

O ocorrido agora mostra que o tempo da piada ficou para trás.

"Estamos ficando cada vez mais vulneráveis, sem dúvida", afirmou Colombo durante o World Government Summit, evento anual que acontece em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. "Não estamos falando de ciberataques que podem acontecer, mas sim de ataques que já estão acontecendo."

O hacker precisou convencer a família e a escola de que sua vida profissional passava justamente por esse problema real.

"Fiquei interessado em tecnologia com 9 anos, quando ganhei meu primeiro smartphone", diz ele. Um ano depois, veio o primeiro laptop. "Isso abriu um mundo novo para mim. Queria saber como ele funciona."

Começou a programar e descobriu vulnerabilidades no código que escrevia. Nasceu aí o interesse por cibersegurança. "Gastei todo o meu tempo aprendendo. Três da manhã eu estava sentado na frente do meu laptop."

Naturalmente, faltou tempo para escola. Conseguiu uma permissão especial para ir ao colégio no máximo duas vezes por semana e passou a se dedicar a sua nova empresa.

"Você não precisa ir para a universidade para aprender sobre cibersegurança. Não é como se tornar médico. Pode usar a internet para aprender sobre a internet", diz ele. "O que está por trás disso não é mágica."

O jornalista Roberto Dias viajou a convite da Agência de Notícias dos Emirados Árabes Unidos

Nintendo adia novo Zelda, e ações caem 6%

TÓQUIO | REUTERS As ações da Nintendo caíram 6% nesta quarta após o adiamento para 2023 do lançamento da esperada sequência do game "The Legend of Zelda: Breath of the Wild".

A queda ocorre depois que as ações da Nintendo subiram 25% no acumulado do ano até o fechamento de terça (29), afastando preocupações de que o console Switch possa ter atingido o pico de vendas. A empresa atualizou o sistema operacional do videogame em outubro e lançou um título da franquia bilionária "Pokémon" em janeiro.

Ainda sem título oficial, a sequência de "The Legend of Zelda: Breath of the Wild", lançado em 2017, é motivo de grandes expectativas pelos fãs da franquia. No Metacritic, plataforma de críticas de games, o título figura em 14º na lista dos melhores jogos de todos os tempos.

"Decidimos estender um pouco o nosso tempo de desenvolvimento, adiando o lançamento para o segundo trimestre de 2023", disse Eiji Aonuma, produtor dos jogos "The Legend of Zelda".

ALCOA WORLD ALUMINA BRASIL LTDA.

CNPJ: 06.167.730/0001-68

Relatório da Administração

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a V.Sas., as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 acompanhadas das Notas Explicativas. A Diretoria está à disposição dos senhores acionistas para as informações que julgarem necessárias. São Paulo, 30 de março de 2022. **A Diretoria**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6 (a)	189.327	203.513
Caixa restrito	6 (b)	2.006	1.923
Contas a receber de clientes	7	20.258	20.686
Estoques	8	426.752	291.563
Transações com partes relacionadas	19	583.975	338.596
Créditos fiscais a compensar	9	156.113	105.082
Dividendos a receber	11	-	425
Outros ativos	10	70.684	57.504
		1.449.115	1.018.292
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		1.743	1.229
Créditos fiscais a compensar	9	473.797	527.591
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23 (a)	333.526	367.128
Outros ativos	10	92.284	97.601
		901.350	993.549
Investimentos	11	48.300	48.166
Imobilizado	13	4.310.952	4.300.678
Intangível	14	1.332	116
Direito de uso	15	8.459	9.894
		5.270.389	5.352.403
Total do ativo		**6.719.504**	**6.371.695**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	16	476.917	363.479
Obrigações tributárias e trabalhistas	17	80.936	55.601
Arrendamentos a pagar	18	4.685	8.817
Transações com partes relacionadas	19 (a)	77.012	101.620
Provisão para contingências	20	16.926	7.641
Provisão para gastos ambientais	21	47.808	12.818
Outros passivos		19.588	19.206
		723.772	569.382
Não circulante			
Arrendamentos a pagar	18	3.075	443
Provisão para gastos ambientais	21	100.326	130.314
Outros passivos		45.819	35.440
		149.220	166.197
Total do passivo		872.992	735.579
Patrimônio líquido	22		
Capital social		4.840.178	5.180.279
Ajuste de avaliação patrimonial		(582)	(654)
Reserva de capital		13.755	3.919
Reserva de lucros		511.151	408.418
Lucros acumulados		482.010	44.154
Total do patrimônio líquido		5.846.512	5.636.116
Total do passivo e do patrimônio líquido		**6.719.504**	**6.371.695**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2021	2020
Receita líquida de vendas	24	3.111.923	2.647.670
Custo das vendas	25	(2.344.313)	(2.057.637)
Lucro bruto		767.610	590.033
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	25	(177.301)	(140.164)
Despesas com vendas	25	(3.962)	(4.872)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	14.931	(14.667)
Resultado operacional		601.278	430.330
Resultado financeiro	27		
Receitas financeiras		93.285	35.703
Despesas financeiras		(52.725)	(26.150)
Variações monetárias e cambiais líquidas		35.609	73.074
Receitas financeiras líquidas		76.263	82.597
Participação em sociedade coligada	11	(291)	(1.238)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		677.250	511.689
Imposto de renda e contribuição social	23(d)	(93.507)	(173.265)
Lucro líquido do exercício		583.743	338.424
Quotas do capital social no final do exercício - milhares	22	484.017.841	518.027.843
Lucro líquido por quota do capital social no fim do exercício - R$		1,17	0,00066

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	583.743	338.424
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Plano de pensão	72	(484)
Total do resultado abrangente do exercício	583.815	337.940

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	677.250	511.689
Ajustes		
Depreciação e amortização	418.921	377.646
Ajuste a valor presente	(7.571)	(10.587)
Provisões	(55.737)	(15.556)
Alienação de ativos	(505)	(38)
Prêmio de opções de ações	9.836	1.324
Equivalência patrimonial	291	1.238
	1.042.485	865.316
Variações no capital circulante		
Nas contas a receber	426	1.338
Nos estoques	(135.143)	(46.572)
Em transações com partes relacionadas (ativo e passivo)	(260.272)	(107.038)
Em outros ativos operacionais	(37.660)	(68.109)
Em fornecedores	116.288	39.156
Em outras contas a pagar e demais provisões	103.138	101.888
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	809.262	785.579
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(436.173)	(313.280)
Recebimento por venda de ativos	5.986	952
Dividendos recebidos	-	5.158
Movimento de caixa restrito	(83)	(49)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(430.270)	(307.219)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de arrendamentos	(9.923)	(13.313)
Redução de capital	(340.101)	(461.542)
Dividendos pagos	(43.154)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(393.178)	(474.855)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(14.186)	3.905
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)	203.513	199.608
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 6)	189.327	203.513

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial: Plano de pensão	Reserva de Capital: Prêmio de opções de ações	Reserva de Capital: Outras reservas	Reserva de Lucro: Incentivos Fiscais	Reserva de Lucro: Reserva para Reinvestimento	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019		5.641.821	(170)	2.172	423	322.715	-	(209.997)	5.756.964
Redução de capital	22(a)	(461.542)	-	-	-	-	-	-	(461.542)
Obrigações com benefício de aposentadoria	2(i)	-	(484)	-	-	-	-	-	(484)
Prêmio de opções de ações		-	-	1.324	-	-	-	-	1.324
Destinação para reserva de incentivos fiscais	22(c)	-	-	-	-	85.703	-	(85.703)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	338.424	338.424
Em 31 de dezembro de 2020		5.180.279	(654)	3.496	423	408.418	-	44.154	5.636.116
Redução de capital	22(a)	(340.101)	-	-	-	-	-	-	(340.101)
Obrigações com benefício de aposentadoria	22(b)	-	72	-	-	-	-	-	72
Prêmio de opções de ações	22(b)	-	-	9.836	-	-	-	-	9.836
Destinação para reserva de incentivos fiscais	22(c)	-	-	-	-	101.733	-	(101.733)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	583.743	583.743
Dividendos pagos	22(f)	-	-	-	-	-	-	(43.154)	(43.154)
Constituição de reserva para investimento	22(e)	-	-	-	-	-	1.000	(1.000)	-
Em 31 de dezembro de 2021		4.840.178	(582)	13.332	423	510.151	1.000	482.010	5.846.512

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: 1.1. Contexto: As atividades da Alcoa World Alumina Brasil Ltda. ("AWA Brasil" ou "Empresa"), com sede em São Paulo, concentram-se principalmente na exploração econômica das atividades minerárias, como pesquisa, lavra, beneficiamento e comércio de minério de alumínio e minérios, e também na produção e comercialização de alumina. [illegible] ... tinuamente os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Empresa não transfere e nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre esse ativo. **2.3.2. Passivos financeiros: (a) Classificação:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021, os passivos financeiros da Empresa, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **(b) Reconhecimento e mensuração:** Após o reconhecimento inicial, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **(c) Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. **2.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para devedores duvidosos. **2.5. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio de avaliação dos estoques. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.6. Investimentos:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem influência significativa, mas não o controle. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de uma investida. O ágio de aquisições de coligadas é registrado como "Investimento". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. **2.7. Ativos intangíveis:** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável que é em média de três anos. **2.8. Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, minas, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e benfeitorias	5 a 70
Equipamentos e instalações	3 a 40
Veículos	1 a 27
Móveis e utensílios	4 a 10
Mina/Direito de Uso	25 a 47

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.9. *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa ("UGC")). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.10. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.11. Provisões:** As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de arrendamento e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. São estabelecidas provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. A Empresa goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos na unidade do Maranhão e Juruti, condicionados à constituição de reserva de lucros por montante equivalente. Esses incentivos foram concedidos pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e consistem na redução de 75% do imposto de renda sobre resultados apurados nas unidades mencionadas, até o ano-base de 2027 e 2026, respectivamente. Em 2018, a Empresa obteve a extensão do prazo de usufruir do incentivo fiscal da unidade produtora de alumina no Maranhão, de 2022 para 2027, em decorrência de investimentos realizados em projetos de expansão na fábrica. **2.13. Benefícios a empregados: (a) Obrigações de aposentadoria:** A Empresa patrocina um plano de pensão de contribuição definida para seus funcionários, segundo o qual a Empresa faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. **(b) Benefícios com base em ações:** A controladora da Empresa, Alcoa Corporation, outorgou opções de compra de suas ações de emissão própria a parte dos empregados, diretores e executivos da Empresa, as quais somente poderão ser exercidas após prazos específicos de carência. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido, período no qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito na "Reserva de capital prêmio de opção de ações". Na data do balanço, a Empresa revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos provavelmente serão adquiridos com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida à reserva de capital, prospectivamente. **(c) Benefícios de rescisão:** Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pela Empresa antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Empresa reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados a seu valor presente. **(d) Participação nos lucros:** A Empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos quotistas da Empresa após certos ajustes. A Empresa reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). **2.14. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, transfere o controle dos produtos, momento que é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa, conforme descrição a seguir. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Venda de produtos:** O reconhecimento da receita de vendas nos mercados interno e externo, que substancialmente refere-se à venda de alumina, baseia-se nos princípios a seguir: (i) Mercado interno: as vendas são feitas à vista ou a prazo, com prazo médio de recebimento de 30 dias. (ii) Mercado externo: normalmente são vendas feitas a empresas ligadas localizadas no exterior, segundo prazo médio de recebimento de 30 dias. O registro da receita ocorre desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos. Substancialmente, essas características são atendidas por ocasião do integral cumprimento das obrigações de desempenho. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Empresa reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber. **2.15. Arrendamentos:** Para a adoção do CPC 06 (R2), a Empresa estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para o prazo dos seus contratos. As taxas utilizadas no cálculo variaram de acordo com cada prazo e natureza de cada contrato por possuírem taxas de captação distintas. **2.16. Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio:** A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os quotistas da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, quando aplicável, e devidamente aprovada até essa data. **2.17. Consórcio:** Conforme Nota 12, a Empresa é membro do Consórcio Alumar ("Alumar") do qual detém uma participação proporcional em determinados ativos e passivos, bem como na produção de alumina. A contabilização das participações da Empresa no consórcio incorpora as contas de ativo, passivo e resultado, proporcionalmente à respectiva participação detida pela Empresa no empreendimento e os respectivos custos de aquisição, conforme estipulado no contrato. **2.18. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Tais estimativas podem divergir das premissas adotadas pela administração, sobretudo em função de flutuações relativas a variáveis macroeconômicas não controláveis. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são: (a) provisões para contingências; (b) imposto de renda e contribuição social diferidos ativos; (c) impacto de impairment nos investimentos, no ativo imobilizado e nos tributos a recuperar; (d) provisão para gastos ambientais; (e) revisão da vida útil do ativo imobilizado; e (f) ajuste a valor presente do PIS e Cofins e ICMS sobre ativo imobilizado. **3. Gestão de risco financeiro: 3.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Empresa a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo e valor presente e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Empresa, segundo as políticas aprovadas pela matriz. A tesouraria identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Empresa. **(a) Risco de mercado:** A Empresa atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos. Considerando os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, reconhecidos em 31 de dezembro de 2021, uma eventual desvalorização do real em relação ao dólar, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, resultaria no reconhecimento de um ganho de aproximadamente R$ 42.081 para cada 10 pontos percentuais (2020 - aumento de R$ 25.640), dado que na data da presente demonstração financeira, existe uma exposição ativa superior aos passivos denominados em dólar. Sabendo que o preço de venda de parte das mercadorias e produtos comercializados pela entidade é atrelado à cotação da alumina (API - *alumina price index*), a qual é denominada em dólares dos Estados Unidos. Portanto, uma eventual valorização da moeda americana resultaria em um incremento das receitas da Empresa em moeda local, impactando positivamente seu resultado. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. A área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites predefinidos. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Considera-se baixo o risco da carteira de recebíveis devido ao volume de vendas *intercompany*, que representa 94% das vendas totais. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais e compilada pela tesouraria do Grupo. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas e exigências regulatórias externas ou legais, caso seja aplicável - por exemplo, restrições de moeda. Para garantir liquidez imediata e manter as necessidades de investimento nos projetos de crescimento, o Grupo conta com o apoio imediato da matriz. Assim, além das linhas de crédito disponíveis, o Grupo pode negociar a qualquer momento as condições de pagamento e recebimento com partes relacionadas, bem como solicitar novos aportes de capital ou empréstimos à matriz, minimizando qualquer risco momentâneo de liquidez. Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa apresentou capital circulante líquido positivo de R$ 612.137 (em 2020 R$ 449.910). A tesouraria investe o excesso de caixa em contas-correntes com incidência de juros e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos e/ou liquidez adequados para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano
Em 31 de dezembro de 2021	
Fornecedores	476.917
Contas a pagar - partes relacionadas	77.012

4. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores registrados pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares. A Empresa aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1) • Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3). **5. Instrumentos financeiros por categoria:**

	2021 Ativos ao custo amortizado	2020 Ativos ao custo amortizado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	191.333	205.436
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	604.233	359.282
	795.566	564.718

	2021 Passivos mensurados ao custo amortizado	2020 Passivos mensurados ao custo amortizado
Passivos		
Fornecedores e transações com partes relacionadas	553.929	465.099
	553.929	465.099

6. Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito: (a) Caixa e equivalentes de caixa:

	2021	2020
Caixa e bancos	14.420	108.129
Depósito interbancário internacional (i)	141.549	-
Certificados de depósitos bancários	33.358	95.384
	189.327	203.513

(i) Depósitos interbancários internacionais denominados em dólares estadunidenses e convertidos para o real, moeda de divulgação, na data de encerramento das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2021, caixa e equivalentes de caixa incluíam substancialmente saldos de depósito interbancário internacional relativos à aplicação *overnight* provenientes de exportações, remunerado à taxa média anual de 0,09% (0,12% em 2020) e certificados de depósitos bancários, denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e pelo custo amortizado, que foram remunerados em 2021 à base média de 96,8% do CDI (96,2% em 2020). **(b) Caixa restrito:**

	2021	2020
Caixa restrito	2.006	1.923
	2.006	1.923

O montante da caixa restrito refere-se a depósito para reinvestimento do IRPJ, em decorrência de gastos realizados nas operações localizadas na região Norte. Nos termos da legislação vigente, tal montante permanece depositado em conta específica no Banco da Amazônia sendo, desde a data da efetivação do depósito até sua liberação, remunerado com base na Taxa Extramercado do Banco Central, em torno de 92% da SELIC. **7. Contas a Receber:**

	2021	2020
Mercado interno	10.807	13.942
Mercado externo	9.451	6.744
	20.258	20.686

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, caso seja necessária, será reconhecida em bases consideradas suficientes pela administração para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos. No encerramento das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, não havia riscos de créditos identificados para o registro da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A exposição atual de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil do contas a receber acima. A empresa não mantém nenhum título como garantia. **8. Estoques:**

	2021	2020
Matérias-primas	151.587	100.295
Produtos em processo	100.406	76.922
Materiais de manutenção e consumo	96.843	75.001
Produto acabado	70.083	33.315
Outros	8.017	6.254
Provisão para obsolescência	(179)	(224)
	426.752	291.563

A Alcoa World Alumina Brasil Ltda. possui compromisso formalizado por contrato de *take or pay* para adquirir aproximadamente 2,3 mil toneladas métricas (informação não auditada) anualmente de bauxita da Mineração Rio do Norte S.A. ("MRN"), estando acordado entre as partes a permissão da variação desta quantidade contratada de até 12% a mais ou 8% a menos, por opção da Empresa. O preço será calculado com base na cotação do alumínio na Bolsa de Valores de Londres (London Metal Exchange (LME)). **9. Créditos fiscais a compensar:**

	2021	2020
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (ii)	685.255	690.979
Créditos de IRPJ e CSLL (i)	18.611	44.018
Imposto sobre Produto Industrializado (IPI)	5.498	12.142
Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS)	435.624	418.512
Ajuste ao valor recuperável (*impairment*) do ICMS (iii)	(398.945)	(401.632)
Ajuste a valor presente	(116.094)	(131.346)
	629.910	632.673
Circulante	156.113	105.082
Não circulante	473.797	527.591
	629.910	632.673

Os créditos de tributos federais referem-se substancialmente ao recolhimento a maior de IRPJ e CSLL, e ao PIS, COFINS e ICMS oriundos substancialmente das aquisições de ativo imobilizado e matéria-prima/intermediários/embalagem, necessários às operações da Empresa. A administração da Empresa possui planos operacionais que garantem a realização da totalidade dos créditos fiscais de longo prazo, quando não provisionados. Quando não houver alteração na expectativa de utilização dos créditos, os mesmos serão reduzidos ao valor recuperável. i) Durante o ano de 2021 a Empresa recebeu o montante de R$ 22.510 referente aos créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL de períodos anteriores cujos pedidos de restituição foram analisados e concluídos pela Receita Federal do Brasil - "RFB"; (ii) A Empresa havia ingressado com duas ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS ajuizadas antes de março de 2017. Em 31 de dezembro de 2021, nenhuma das referidas ações havia obtido decisão definitiva (com o "trânsito em julgado"). Em relação a essa matéria, em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - "STF" proferiu decisão favorável aos contribuintes quanto ao mérito por meio do acórdão em sede de repercussão geral RE 574.706. Em maio de 2021, esta mesma corte encerrou a discussão quanto ao direito creditório das empresas, e definiu em sede de julgamento de Embargos de Declaração: a) a modulação dos efeitos da decisão, a vigorar a partir de 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a referida data; b) o entendimento de que o ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS. Diante dos fatos descritos acima, em dezembro de 2021, a Empresa registrou créditos tributários extemporâneos passível de mensuração confiável no montante de R$ 33.584; sendo deste R$ 32.094 registrado na rubrica de Outras Receitas Operacionais (vide Nota Explicativa 26 - "Outras despesas operacionais, líquidas") daqueles créditos de data-base de anos anteriores à 2021 e R$ 1.490 registrados na rubrica de Impostos e Deduções sobre Venda (vide Nota Explicativa 24 - Receitas) daqueles créditos de data-base do próprio ano de 2021. Ademais, a Empresa reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no montante R$ 11.419 em relação ao crédito registrado na Empresa. (iii) O ajuste a valor recuperável (*impairment*) sobre os créditos de ICMS acumulados no Estado do Maranhão foi registrado de forma integral em dezembro de 2018, dada a ausência de perspectiva de utilização dos referidos créditos de ICMS identificada naquele momento, uma vez que as transações de vendas domésticas da Empresa não se apresentavam em patamares suficientes para tal compensação. Diante desse cenário, a partir de dezembro de 2018, a Empresa permanece registrando o respectivo ajuste com contrapartida ao custo da alumina vendida. Em setembro de 2021, a Alcoa Corporation anunciou a intenção do religamento da redução de alumínio (*Smelter*) da sua unidade de São Luís no Maranhão pertencente à Alcoa Alumínio S.A. (coligada e investidora majoritária da Empresa). Em 31 de dezembro de 2021, o referido projeto de religamento já se encontrava em andamento, mas ainda em sua fase inicial. Essa nova operação poderá trazer vendas domésticas de alumina entre a Empresa e a sua coligada Alcoa Alumínio S.A. em suas operações no consórcio Alumar (no Maranhão), o que poderia trazer compensações dos referidos créditos tributários de ICMS dentro do estado do Maranhão. Dessa forma, e aliado aos riscos e incertezas operacionais e de execução em um cronograma e planejamento de um projeto de tal magnitude e complexidade, a Administração da Empresa tomou a decisão de manter a estratégia do registro do ajuste a valor recuperável (impairment) até o momento em que o projeto for concluído e a Empresa iniciar a compensação dos respectivos créditos tributários por meio de vendas domésticas.

continua→☆

→ continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 da ALCOA WORLD ALUMINA BRASIL LTDA. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Outros Ativos:

	2021	2020
Custos diferidos a amortizar (abertura de minas/platô)	86.332	91.933
Contrato CCC (Petrobras) (i)	51.669	41.824
Despesas antecipadas	16.460	12.776
Adiantamento a fornecedores	735	665
Outros ativos a receber	7.772	7.893
	162.968	155.105
Circulante	70.684	57.504
Não circulante	92.284	97.601
	162.968	155.105

(i) A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) é o encargo do setor elétrico brasileiro, cobrado nas "tarifas de distribuição" e nas "tarifas de uso" dos sistemas elétricos de distribuição e transmissão - TUSD e TUST, que é pago por todas as empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica e pelas concessionárias de transmissão de energia elétrica para cobrir os custos anuais da geração termelétrica eventualmente produzida no país, principalmente na região norte do Brasil (onde está localizada a planta de Juruti), em áreas que ainda não estão integradas ao Sistema Interligado Nacional, chamadas de "sistemas isolados", o cujo montante anual é fixado pela ANEEL para cada empresa em função do seu mercado, e também da maior ou menor necessidade de uso das usinas termelétricas. A energia elétrica gerada por usinas termelétricas é, aproximadamente, de três a quatro vezes mais cara do que aquela gerada por usinas hidrelétricas e os habitantes da região norte do Brasil não têm acesso a esta energia mais barata. Assim, a CCC foi criada pelo art. 13, inciso III da Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, tendo como objetivo subsidiar a energia elétrica destinada aos "sistemas isolados" para que o consumidor possa ter uma tarifa de energia elétrica semelhante à dos consumidores servidos por geração hidráulica.

11. Investimentos:

Investimentos em sociedades coligadas:	2021	2020
Em 1º de janeiro	48.166	52.085
Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas	(291)	(1.238)
Dividendos declarados de coligada	-	(425)
Dividendos declarados e revertidos	425	-
Dividendos recebidos	-	(2.260)
Em 31 de dezembro	48.300	48.166

13. Imobilizado:

	Terrenos/Minas/Direitos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Desmobilização de ativos	Total em operação	Obras em andamento (i)	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro 2019	65.580	2.947.347	887.579	290.684	8.112	19.608	4.218.920	165.081	4.384.001
Aquisição	-	3.789	-	-	-	34.155	37.944	275.335	313.280
Alienação	-	(649)	(220)	(39)	(44)	-	(952)	-	(952)
Provisão impairment (realização parcial)	-	7	(16)	-	-	-	(9)	-	(9)
Depreciação	(13.149)	(192.426)	(80.149)	(52.456)	(3.456)	(23.615)	(365.251)	-	(365.251)
Transferências	-	112.178	53.701	25.784	3.641	-	195.224	(195.224)	-
Transferências Pis e Cofins (ii)	-	(21.264)	(4.151)	(251)	(1)	-	(25.667)	(4.724)	(30.391)
Saldos em 31 de dezembro 2020	52.431	2.848.982	856.745	263.652	8.252	30.148	4.060.210	240.468	4.300.678
Custo Total	73.133	4.904.026	1.889.157	658.556	39.595	118.749	7.683.246	240.468	7.923.714
Depreciação acumulada	(20.702)	(2.055.044)	(1.032.442)	(394.904)	(31.343)	(88.601)	(3.623.036)	-	(3.623.036)
Valor Residual	52.431	2.848.982	856.745	263.652	8.252	30.148	4.060.210	240.468	4.300.678
Saldos em 31 de dezembro 2020	52.431	2.848.982	856.745	263.652	8.252	30.148	4.060.210	240.468	4.300.678
Aquisição	-	9.032	4.995	156	97	67.537	81.817	352.907	434.724
Alienação	-	(5.519)	(448)	-	(19)	-	(5.986)	-	(5.986)
Provisão impairment (realização parcial)	-	(559)	306	-	-	-	(253)	-	(253)
Depreciação	(8.552)	(269.257)	(69.701)	(37.808)	(2.945)	(20.350)	(407.613)	-	(407.613)
Transferências	723	207.213	15.897	6.471	1.735	(47.958)	184.081	(184.081)	-
Transferências Pis e Cofins (ii)	-	(73)	-	-	-	-	(73)	(10.525)	(10.598)
Saldos em 31 de dezembro 2021	44.602	2.790.819	807.794	232.471	7.120	29.377	3.912.183	398.769	4.310.952
Custo Total	73.856	5.120.271	1.908.712	664.128	41.401	138.329	7.946.697	398.769	8.345.466
Depreciação acumulada	(29.254)	(2.329.452)	(1.100.919)	(431.657)	(34.281)	(108.951)	(4.034.514)	-	(4.034.514)
Valor Residual	44.602	2.790.819	807.794	232.471	7.120	29.377	3.912.183	398.769	4.310.952
Taxas Anuais de depreciação - %	2-10	2-4	3-13	4-24	10-25				

(*) Obras em Andamento (i) Em obras em andamento constam principalmente custos de projetos em Juruti que visam a estabilidade e continuidade do processo produtivo, bem como projetos de manutenção das operações da Mina de Juruti e Refinaria de São Luís. Tais custos são transferidos para as respectivas contas do imobilizado no momento da sua entrada em operação. (ii) Por tratarem-se de Créditos Fiscais a recuperar a parcela de PIS e COFINS que estava classificada no grupo de imobilizado. Este saldo refere-se a créditos fiscais extemporâneos obtidos substancialmente em projetos de expansão da Refinaria.

14. Ativo Intangível:

	Softwares
Saldos em 31 de dezembro de 2019	225
Aquisição	-
Amortização	(109)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	116
Aquisição	1.449
Amortização	(233)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.332
Taxas anuais de amortização - %	33

15. Direitos de uso: Os ativos de direito de uso são demonstrados a seguir:

Vidas úteis (em anos)				2021	2020
	Máxima	Mínima	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de uso de máquinas, equipamentos e imóveis	3	2	19.530	(11.075)	8.455	9.894
			19.530	(11.075)	8.455	9.894

A movimentação do saldo de direito de uso é demonstrada a seguir:

	2020	Adição	Amortização	2021
Direito de uso de máquinas, equipamentos e imóveis	9.894	9.636	(11.075)	8.455
	9.894	9.636	(11.075)	8.455
	2019	Adição	Amortização	2020
Direito de uso de máquinas, equipamentos e imóveis	14.317	7.863	(12.286)	9.894
	14.317	7.863	(12.286)	9.894

16. Fornecedores:

	2021	2020
Operação da refinaria - Alumar	311.088	207.265
Operação e construção das minas de bauxita - Juruti	160.396	157.045
Ajuste a valor presente	(4.468)	(1.618)
Outros	911	783
	476.917	363.475

(a) Transações e saldos:

	Ativo circulante Valores a receber 2021	2020	Passivo circulante Contas a pagar 2021	2020	Receita de vendas (produtos e serviços) 2021	2020	Compras de insumos de produção e serviços 2021	2020
Moeda estrangeira								
Alcoa World Alumina LLC (i)	534.652	307.083	28.294	30.936	2.642.957	2.166.017	93.940	71.913
Alcoa Asia	-	-	88	80	-	-	807	777
Alcoa of Australia Ltd.	355	120	2.654	2.609	-	472	26.752	24.856
Alcoa Europa	215	49	921	428	336	433	3.462	3.101
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
	535.222	307.252	31.958	34.053	2.643.293	2.166.922	124.961	100.647
Moeda local								
Alcoa Alumínio S.A.	48.753	31.344	45.031	67.567	282.976	256.933	76.108	109.981
Companhia Geral de Minas (CGM)	-	-	-	-	-	-	-	-
	48.753	31.344	45.054	67.567	282.976	256.933	76.108	109.981
	583.975	338.596	77.012	101.620	2.926.269	2.423.855	201.069	210.628

	Variação Cambial 2021	2020
Moeda estrangeira		
Alcoa World Alumina LLC	25.256	80.131
Alcoa Asia	(7)	(12)
Alcoa of Australia Ltda.	79	(433)
Alcoa Europa	(3)	(39)
	25.325	79.647

(i) Aumento no AR (Alumina Price Index) de alumina que reflete nas exportações para AWA LLC. A Empresa mantém transações comerciais com sociedades ligadas na compra e venda de produtos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita líquida proveniente de produtos vendidos para partes relacionadas representou aproximadamente 94% (2020 - 91%) do total da receita líquida da Empresa.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo a administradores	2.681	7.626
Outros benefícios de longo prazo a administradores	2.287	2.054
	4.968	9.680

20. Provisão para contingências: (a) Saldos:

	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	2021 Provisões para contingências líquidas	2020 Provisões para contingências líquidas
Tributários	13.102	-	13.102	5.776
Trabalhistas	1.692	(344)	1.348	2.065
Cíveis	2.476	-	2.476	-
	17.270	(344)	16.926	7.841

(b) Movimentações: A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.736
Adições	6.416
Baixas	(4.582)
Atualizações monetárias	374
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.944
Adições	9.110
Baixas	(1.234)
Atualizações monetárias	1.450
Saldo em 31 de dezembro de 2021	17.270

Segue a participação da Empresa nos resultados da coligada, companhia de capital fechado, com o também no total do seu ativo (incluindo ágio) e passivo:

Nome	País	Ativo	Passivo	Receita	Lucro/Prejuízo	Percentual de participação
2021						
MRN - Mineração Rio do Norte S.A.	Brasil	174.386	(132.792)	71.822	(291)	4,62%
2020						
MRN - Mineração Rio do Norte S.A.	Brasil	179.677	(138.217)	75.462	(1.238)	4,62%

12. Consórcio Alumar: A Empresa é membro do Consórcio Alumar, do qual detém uma participação proporcional em determinados ativos e passivos, bem como na produção de alumina. Em 2021 e 2020, as participações no Consórcio Alumar são de 39,96% na refinaria em atividade e 54% no projeto de expansão (concluído em 2012). O valor líquido dos ativos e passivos do Consórcio Alumar, consolidado proporcionalmente à participação da Empresa, estão apresentados abaixo:

	2021	2020
Ativo		
Circulante		
Contas a Receber	77	108
Estoques	43.564	35.108
Outros créditos	4.369	2.762
	48.010	37.978
Não circulante		
Imobilizado e intangível (i)	1.688.958	1.642.136
Outros créditos	1.582	691
	1.690.540	1.642.827
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	(138.631)	(85.178)
Outros passivos	(26.255)	(22.012)
	(164.886)	(107.190)

(i) A depreciação do ativo imobilizado e a amortização do intangível do consórcio são registradas diretamente na Empresa. A depreciação e a amortização acumuladas em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 2.095.016 (2020 - R$ 1.888.274).

17. Obrigações trabalhistas e tributárias:

	2021	2020
Obrigações tributárias		
Provisões IRPJ e CSLL	28.093	13.305
Outras obrigações tributárias	10.787	7.373
Ajuste sobre o tratamento de tributos sobre o lucro	83	82
ICMS	5	5
	38.968	20.765
Obrigações trabalhistas		
Salário, férias e 13º salário	9.189	8.116
Participação nos resultados	22.354	17.717
INSS	5.118	4.403
FGTS	1.479	1.417
Contribuições trabalhistas	1.761	1.561
Outras obrigações trabalhistas	1.967	1.623
	41.868	34.836
	80.836	55.601

18. Arrendamentos a pagar:

	2020	Adições	Realização AVP	Pagamento principal e juros	2021
Direito de uso de máquinas, equipamentos e imóveis	9.260	9.104	358	(9.923)	7.760
	9.260	9.104	358	(9.923)	7.760

(i) Variação cambial sobre contrato de leasing em dólares estadunidenses (USD)

	2019	Adições	Juros	Pagamento principal e juros	Outros	2020
Direito de uso de máquinas, equipamentos e imóveis	13.433	7.863	973	(13.313)	304	9.260
	13.433	7.863	973	(13.313)	304	9.260

	2021	2020
Circulante	4.085	8.817
Não circulante	3.675	443
	7.760	9.260

19. Transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Empresa e sua controladora, entidades ligadas e outras partes relacionadas. A Alcoa Alumínio S.A. presta serviços administrativos e de contabilidade a companhia de estudos e de custos corporativos, gerenciais e operacionais, sem compensação financeira para a AWA Brasil. Os saldos referentes às transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as empresas do grupo estão destacados a seguir:

(c) **Natureza das contingências:** A Empresa é parte envolvida em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e outros, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas com base em pareceres de seus assessores jurídicos internos e externos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração. Para os casos em que a perda é considerada provável, a Empresa reconhece a provisão em suas demonstrações financeiras. Os principais processos de natureza tributária em discussão estão apresentados a seguir: (i) CFEM - Em 2011 e 2018, a Empresa recebeu do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) notificações fiscais de lançamento de débito formalizando a exigência de diferença de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) referentes ao período de setembro de 2009 a outubro de 2017. A Empresa recolhe a CFEM sobre o custo agregado de lavra, beneficiamento e todos os custos e despesas para a entrega da bauxita úmida (beneficiada) no Porto de Juruti - PA. O DNPM entende que a CFEM deve considerar base mais ampla, adicionando à base utilizada pela Empresa todos os custos e despesas (incluído frete fluvial-marítimo) referentes à transferência da bauxita do estabelecimento onde se dá sua transformação industrial (Maranhão), até a etapa em que é obtido o subproduto aluminato de sódio, sem quaisquer deduções previstas na legislação de regência. (ii) COFINS-PIS. Débito referente a suposto excesso de aproveitamento de ressarcimento de créditos de COFINS e PIS vinculados a receitas de exportação referentes ao período compreendido entre 2005 e 2011, sendo que 80% dos valores pleiteados foram negados e 50% adiantados. Contra as decisões que indeferiram parte dos créditos pleiteados foram apresentadas as competentes manifestações de inconformidade e recursos, ora pendentes de julgamento pelo CARF. (iii) ICMS-PA. Glosa de créditos referentes à aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado cujo pagamento e aproveitamento foi objeto de acordo entre AWAB e Estado do Pará, para que aquela aderisse a uma anistia fiscal (Regularizar). (iv) ICMS-PA. Exigência de diferenças de ICMS em operações de transferência de bauxita do estabelecimento minerador (Juruti - PA) para o estabelecimento industrializador (São Luís - MA), sob alegação de suposto subfaturamento por parte da Empresa. O critério adotado para determinação da base de cálculo nesta transferência é o custo da mercadoria produzida, tal como previsto e definido na Lei Complementar nº 87/1996. (d) **Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa possuía outros processos, cuja materialização é estimada como possível de perda na avaliação dos consultores jurídicos, mas não provável. Para tais processos a administração da Empresa, baseada na opinião de seus assessores, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas. Os valores envolvidos são:

Em 31 de dezembro de 2021	523.208
Em 31 de dezembro de 2020	489.147

Os montantes acima apresentados referem-se em grande medida a contingências de natureza tributária, envolvendo sobretudo processos relacionados a créditos de ICMS nas esferas estaduais, e créditos de PIS e COFINS na esfera federal. **21. Provisão para gastos ambientais:** O montante de R$ 148.134 (R$143.132 em 2020) refere-se a provisões de recuperação ambiental sobre as áreas de mineração.

	2021	2020
Saldo inicial	143.132	105.912
Adição de provisões	45.236	48.482
Consumo de provisão em áreas recuperadas	(40.234)	(11.262)
Total de provisões	148.134	143.132

22. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social da Empresa, em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 4.840.178 (R$ 5.180.279 em 2020), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e bens está dividido em 484.017.841.345 (518.027.942.845 em 2020), as quais têm o valor nominal unitário de R$0,01 (em 2020 R$ 0,01), distribuídas entre os quotistas da seguinte forma:

Quotista	Número de quotas	Percentual de quotas	Valor	Percentual de valor
Alcoa Alumínio S.A.	221.209.350.325	45,70	2.212.093.503	45,70
Alumina Limited do Brasil S.A.	147.472.899.616	30,47	1.474.728.996	30,47
Alcoa International Holdings Company	33.878.047.964	6,99	338.780.480	6,99
Alumina Brazil Holdings PTY Limited	22.585.365.114	4,67	225.853.651	4,67
Alcoa World Alumina LLC	15.972.010.830	3,30	159.720.108	3,30
Gruppara Participações S.A.	25.740.100.730	5,32	257.401.007	5,32
Butiá Participações S.A.	17.160.066.766	3,55	171.600.668	3,55
	484.017.841.345	100,00	4.840.178.413	100,00

Conforme estipulado no contrato social, para efeito do exercício do direito de voto e para cálculo do montante a ser distribuído a cada quotista a título de distribuição de lucros, bem como para a atribuição de outros direitos econômicos às quotas representativas do capital social, será considerado o número de quotas detido por cada quotista, independentemente de seu valor nominal. Em 2021, a Empresa efetuou redução de capital no montante de R$ 340.101 (2020 - R$ 461.542), por entender não ser mais necessário um montante de capital tão excessivo, haja vista que os processos de estabilização de suas operações, expansão da sua refinaria em São Luís e instalação do projeto de mineração em Juruti já foram concluídos. **(b) Prêmio de opções de ações:** A opção de recebimento de prêmios baseados em ações é disponibilizada a alguns empregados da Empresa pela emissão de ações da Controladora final da AWA Brasil, a Alcoa Corporation. Em 1º de janeiro de 2006, com a adoção das normas internacionais e descritas no CPC 10, a Empresa passou a reconhecer o resultado de compensação (valor líquido de perdas estimadas) da participação concedida aos funcionários, proporcionalmente, com base no período determinado de permanência do empregado na Empresa e no valor justo do instrumento patrimonial outorgado apurado na data da mensuração. A determinação do valor justo da ação requer julgamento, que inclui estimativas para a taxa de juros livre de riscos, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos e perdas esperadas. Caso algumas dessas premissas variem significativamente das informações atuais, o pagamento baseado em ações pode ser impactado. **(c) Reserva para incentivos fiscais:** Constituída de acordo com o estabelecido pela diretoria da Empresa, deliberado em Assembleia Geral Ordinária, essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, descritos na Nota 23 (f), reconhecidos no resultado do exercício. No ano de 2021 foi constituída reserva para incentivos fiscais no valor de R$ 101.733 (2020 - R$ 85.703). **(d) Reserva legal:** A constituição e utilização da reserva legal será objeto de deliberação em Assembleia, em linha com o Estatuto Social da Empresa. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **(e) Reserva de lucro para investimento:** A reserva de lucros para investimentos refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a qual tem por finalidade atender as necessidades e destinações futuras da Empresa, a ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas. O saldo desta reserva de investimento permanece à disposição da Administração da Empresa, e sua destinação será objeto de deliberação em Assembleia. Adicionalmente, essa reserva pode ser realizada para a distribuição de dividendos. Em 2021 foi constituída reserva para investimentos no valor de R$ 1.000, conforme deliberação em Assembleia Geral Ordinária. **(f) Distribuição de dividendos:** Durante o ano de 2021 a Empresa realizou pagamento de dividendos no valor de R$ 43.154, aprovados através da Assembleia Geral Ordinária, referente ao saldo de lucros acumulados no patrimônio líquido apurados até 31 de dezembro de 2020. **23. Imposto de renda e contribuição social diferidos: (a) Composição dos tributos diferidos ativos:**

	2021	2020
Provisões temporariamente não dedutíveis	190.382	200.043
Diferenças resultantes da adoção dos padrões internacionais de contabilidade	(24.457)	(31.662)
Outras diferenças temporárias	1.528	1.467
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	166.073	197.280
Não circulante	333.526	367.128

(b) Período estimado de realização: Os valores dos ativos diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	2021
2021	199.356
2022	19.863
2023	22.177
2024	28.924
2025	36.871
2026	26.335
	333.526

A estimativa de realização dos impostos diferidos ativos encontra-se respaldada pelo plano de negócios da Empresa, o qual pode conter informações sobre eventos futuros sujeitos a incertezas e fatores que fogem do seu controle, tais como precificação futura da alumina e bauxita, flutuações de moeda e condições de mercado. Mencionados fatores poderão diferir das premissas adotadas pela administração na elaboração do seu plano de negócios, podendo resultar em diferenças materiais quando comparados aos montantes aqui apresentados. Outra consideração, é a limitação sobre a compensação dos prejuízos fiscais até o máximo de 30% do lucro tributável de exercícios subsequentes, que amplia consideravelmente o total dos resultados tributáveis necessários para extinguir os prejuízos acumulados. Ainda sobre esse tópico, cabe ressaltar que embora a legislação vigente tenha determinado que os prejuízos fiscais só possam ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável, esta o faz de modo a assegurar sua utilização a qualquer tempo, permitindo assim que o saldo passível de compensação possa ser conservado pelo contribuinte por prazo indeterminado. Por fim, não há uma correlação integral entre o lucro líquido da Empresa e as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Empresa. A administração da Empresa possui planos operacionais que garantem a realização da totalidade dos ativos fiscais diferidos de longo prazo, descritos na Nota 1. Em 2021 houve uma redução no saldo dos tributos diferidos de R$ 33.602 (em 2020 uma redução de R$ 113.844). **(c) Movimentação líquida do imposto de renda diferido:**

	2021	2020
Em 1º de janeiro	367.128	480.972
Redução registrada no exercício	(33.602)	(113.844)
Em 31 de dezembro	333.526	367.128

(d) Reconciliação do benefício do imposto de renda e da contribuição social:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	677.259	511.889
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(230.265)	(173.974)
Participações em sociedades controladas e coligadas	(99)	(421)
Doações e Contribuições não dedutíveis	(4.530)	-
Ajuste conforme perspectiva de realização (i)	38.372	(78.124)
Lucro da Exploração (redução de 75% do IRPJ)	101.733	73.463
Reintegra	847	721
Outros	435	5.071
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(93.507)	(173.265)
Alíquota efetiva	13,81%	33,85%

(i) Em função de mudanças nas premissas macroeconômicas utilizadas no Plano de Negócios da Empresa, manteve-se o ajuste do valor do imposto de renda diferido sobre os prejuízos fiscais, de modo a refletir a projeção de consumo dos prejuízos dentro do período do benefício de redução do imposto de renda. Em 2021 e 2020, a geração projetada de lucro tributável em períodos futuros revelou que os prejuízos fiscais serão integralmente consumidos dentro do prazo do benefício. **(e) Revisão das autoridades fiscais:** As declarações de imposto de renda das pessoas jurídicas estão sujeitas à revisão por um período de cinco exercícios. Outros impostos, contribuições e encargos de natureza fiscal e previdenciária estão, também, sujeitos à revisão por diferentes períodos prescricionais. **(f) Incentivos fiscais - subvenção para investimentos:** A Empresa goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de alumina produzida na unidade localizada em São Luís do Maranhão, bem como em relação à bauxita produzida em Juruti no estado do Pará. Esses incentivos foram concedidos pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e consistem na redução de 75% do imposto de renda sobre resultados apurados nas unidades mencionadas, até o ano-base de 2027 e 2026, respectivamente. Em 2021 a Empresa apresentou lucro fiscal e o referido incentivo totalizou R$ 101.733 (R$ 85.703 em 2020), conforme demonstrado no item "d" da presente nota.

24. Receitas:

	2021	2020
Receita bruta de vendas		
Mercado interno	503.964	534.466
Mercado externo	2.768.651	2.243.579
Impostos e deduções sobre vendas (i)	(161.692)	(130.375)
Receita líquida das vendas	3.111.923	2.647.670

(i) Em dezembro de 2021, a Empresa registrou créditos tributários extemporâneos passíveis de mensuração confiável no montante de R$ 33.584 (vide Nota Explicativa 9 - Créditos fiscais a compensar); sendo deste R$ 32.094 registrado na rubrica de Outras Receitas Operacionais (vide Nota Explicativa 26 - Outras despesas operacionais, líquidas), créditos de data-base de anos anteriores à 2021 e R$ 1.490 registrado na rubrica de Impostos e Deduções sobre Venda daqueles créditos de data-base do próprio ano de 2021.

25. Custos e despesas por natureza:

	2021	2020
Matérias-primas e materiais de consumo	930.684	855.800
Outros custos de produção	510.724	431.181
Despesas de depreciação e amortização (Nota 13,14 e 15)	418.921	377.646
Despesas gerais e administrativas	177.361	140.164
Despesa de benefícios a empregados (Nota 28)	167.997	140.385
Custo de energia elétrica e combustíveis	110.361	81.140
Despesas de frete	16.815	14.763
Despesas com vendas	3.962	4.873
Outros custos e despesas	169.801	156.723
Custo total das vendas, custos de distribuição e despesas administrativas	2.525.576	2.202.674
Custo das vendas	2.344.313	2.057.637
Despesas com vendas	3.962	4.873
Despesas gerais e administrativas	177.361	140.164
	2.525.576	2.202.674

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	2021	2020
Gastos de serviços com P&D	(14.277)	(11.627)
Provisão de gastos com reestruturação	-	225
Resultado na venda/baixa de imobilizado e intangível	394	32
Créditos tributários (i)	32.094	-
Outros	(3.280)	(3.296)
	14.931	(14.667)

(i) Em dezembro de 2021, a Empresa registrou créditos tributários extemporâneos passível de mensuração confiável no montante de R$ 33.584 (vide Nota Explicativa 09 - Créditos fiscais a compensar); sendo deste R$ 32.094 registrado na rubrica de Outras Receitas Operacionais, daqueles créditos de data-base de anos anteriores à 2021 e R$ 1.490 registrado na rubrica de Impostos e Deduções sobre Venda (vide Nota Explicativa 24 - Receitas) daqueles créditos de data-base do próprio ano de 2021.

27. Resultado financeiro:

	2021	2020
Receitas financeiras		
Ajuste a valor presente	91.454	33.305
Juros sobre aplicações financeiras	1.095	1.392
Outras receitas financeiras	740	1.006
	93.289	35.703
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente	(50.231)	(24.880)
Juros	(2.244)	(1.300)
Outras despesas financeiras	(250)	-
	(52.725)	(26.180)
Variações monetárias e cambiais líquidas		
Caixa e equivalentes de caixa (i)	19.793	291
Saldos de contas a pagar e receber terceiros (ii)	15.906	72.783
	35.699	73.074
	76.263	82.597

(i) Em 2021 o ganho cambial se deve à tendência de valorização do dólar estadunidense (USD) frente ao real ao longo do período. (ii) Em 2021 as exportações contribuíram para a redução do ganho cambial, dada uma menor volatilidade ao longo do período, frente a alta valorização do dólar estadunidense (USD) ocorrida em 2020.

28. Despesa de benefícios a empregados:

	2021	2020
Remunerações	67.597	60.159
Custos previdenciários	23.854	20.557
Custos com plano de saúde e assistência médica (ii)	31.359	10.987
Participação nos resultados (iii)	22.235	16.641
Custos com plano de aposentadoria e pensões (i)	4.839	4.306
Demais benefícios	8.247	6.381
Opções de ações (iv)	9.836	1.324
	167.997	140.385

	Plano de pensão
Mudança do teto do Passivo Oneroso	72

(i) Custos com plano de aposentadoria e pensões: A Empresa e outras empresas ligadas ("Patrocinadoras") mantêm um Plano de Seguridade Social ("Plano") que cobre substancialmente todos os seus funcionários. O plano é de contribuição definida, denominado Alcoa Previ. Esse Plano é constituído pelas contribuições mensais dos funcionários ("participantes") e das Patrocinadoras. Todos os funcionários são elegíveis ao Plano. As Patrocinadoras contribuem com 1% do salário aplicável do participante ("contribuição geral") e com 50% da contribuição básica do funcionário. (ii) Custos com plano de saúde e assistências médicas: Gastos relativos a benefícios com planos de saúde e odontológico, assistência médica, hospitalar e odontológica para os colaboradores da Empresa. O significativo aumento destes custos em 2021 comparados com 2020 estão ligados principalmente a gastos relativos ao combate e prevenção, informação e conscientização de pessoal, ações de cuidados, compra de utensílios, materiais de apoio e de proteção, adaptação de ambientes por conta da Pandemia de Covid-19. (iii) Alteração do percentual e transferência de colaboradores, conforme estratégia da Empresa. (iv) Prêmio de opção de ações: A opção de recebimento de prêmios baseados em ações é disponibilizada a alguns empregados da Empresa pela emissão de ações da Controladora final, a Alcoa Corporation. Em 2021 e 2020, o número definitivo de opções concedidas se baseou no fluxo de caixa da Alcoa contra um alvo pré-estabelecido. As opções de ações caracterizam-se conforme segue:

Data da opção	Condições específicas de aquisição	Prazo do contrato - anos	Opção de recarga	Metodologia de liquidação
2004 a 2009	Três anos (1/3 ao ano)	Seis	Não há	Patrimônio
2010 em diante	Três anos (1/3 ao ano)	Dez	Não há	Patrimônio

Adicionalmente às opções de pagamento com base em ações descritas acima, a Alcoa Corporation também disponibiliza prêmios com base em unidades de ações restritas que têm prazo de validade de três anos da data de emissão. Os participantes do plano de compensação com base em ações da Empresa têm a opção de receber sua gratificação em ações regulares, ações restritas ou a combinação de ambos, sendo que a opção deve ser definida antes da emissão e é irrevogável. O saldo final em quantidade de opções de ações em milhares em 31 de dezembro de 2021 é de 5 opções (2020 - 11). **29. Seguros (não auditados):** As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2021, foram contratados pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Limite máximo de indenização ("LMI")
Riscos Operacionais (i)	2.630.959
Responsabilidade Civil (ii)	27.371
Riscos de Engenharia	675.714
D&O (iii)	54.000
Cyber (iv)	27.583
Seguro Residencial	16.599

(i) A apólice de Riscos Operacionais é contratado globalmente consolidando-se todas as localidades da Alcoa no mundo e, portanto, possui um único Limite Máximo de Indenização. (ii) A apólice de Responsabilidade Civil Geral é contratada e alinhada ao programa de seguros global da Alcoa, sendo o LMI da apólice local de R$ 27.371. (iii) A apólice de D&O é contratada de forma consolidada e possui um único limite máximo de indenização comum a todas as localidades. (iv) A apólice de Cyber é contratada e alinhada ao programa de seguros global da Alcoa, sendo o LMI da apólice local de R$ 27.583. Todos os valores em riscos referentes a Transportes e Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos estão segurados em suas respectivas apólices. **30. Eventos Subsequentes: (a) Venda das participações na investida MRN - Mineração Rio do Norte (investida):** Em 15 de fevereiro de 2022, após decisão de sua controladora Alcoa Corporation a Empresa assinou um contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade de sua participação societária na entidade MRN - Mineração Rio do Norte S.A. ("MRN") para a South32 Minerals S.A.. Este contrato de venda também abordou todas as subsidiárias da Alcoa Corporation com participação na MRN. O valor total da venda global (considerando todas as subsidiárias) de acordo com o contrato celebrado é de USD 40 milhões (quarenta milhões de dólares):- USD 10 milhões (dez milhões de dólares) serão pagos na data de conclusão efetiva da operação- USD 30 milhões (trinta milhões de dólares) vinculados a concretização de certas condições contratuais, que se forem satisfeitas serão pagas futuramente (com prazo até 2026). Em 22 de fevereiro, o respectivo contrato foi enviado para revisão e aprovação do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Em 02 de março, o referido órgão publicou o Edital 115, dando publicidade a tal transação. Em 18 de março o mencionado órgão publicou a aprovação e autorização para prosseguimento da operação. Para as tratativas finais e formalização de toda a transação a expectativa é de finalização até o final do mês de abril de 2022. Diante deste cenário, dada as incertezas futuras de realização ou não das condições estabelecidas em contrato para o gatilho do pagamento do valor dos USD 30 milhões (trinta milhões de dólares, ora mencionado), a Administração da Empresa decidiu por não registrar qualquer ajuste a valor recuperável do ativo (impairment) sobre os valores de investimentos registrado em seu ativo (Nota Explicativa 11). Neste sentido, se surgir algum indicativo de que tais condições para o pagamento dos USD 30 milhões (trinta milhões de dólares) não serão atendidas, a Empresa irá efetuar o registro de um ajuste a valor recuperável do ativo (impairment) em seus livros (valor estimado de R$ 33.726 calculado na data-base de fevereiro de 2022 e R$ 35.253 calculado na data-base de dezembro de 2021).

Diretoria

Diretor-Presidente: Otávio Augusto Rezende Carvalheira

Diretor Financeiro: Gisele Fernanda Salvador

Contador

Celso Ricardo Baccini - CRC nº 1SP-232884/O-3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas Alcoa World Alumina Brasil Ltda.

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Alcoa World Alumina Brasil Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alcoa World Alumina Brasil Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme descrito na Nota 9 às demonstrações financeiras, a Empresa registrou em 2018 provisão para perda (*impairment*) da totalidade de seus créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Estado do Maranhão. O anúncio da retomada da produção de alumínio na unidade de São Luís do Maranhão traz novos elementos frente à eventual realização destes créditos tributários. Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que, na data do balanço, se houver alguma indicação de que a perda reconhecida em períodos anteriores para um ativo, possa não mais existir ou ter diminuído, a Empresa deve estimar o valor recuperável desse ativo. Devido à ausência da análise de recuperabilidade de tais créditos tributários, não nos foi possível concluir quanto à adequação da provisão para perda dos referidos ativos que, em 31 de dezembro de 2021, totaliza R$ 398.945 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da coligada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Empresa. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Empresa. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Mairken Stranguetti Nogueira
Contador
CRC 1SP255830/O-3

Alunos	Matriculados	Não Pagantes	Pagantes
Noturno	101	53	48
SUB TOTAL	4.368	1.211	3.157
	100,00%	27,72%	72,28%
Stricto Sensu			
Mestrado	116	64	52
Doutorado	64	33	31
SUB TOTAL	180	97	83
Lato Sensu	57	1	56
TOTAL	4.605	1.309	3.296
	100,00%	28,43%	71,57%
Total de Alunos Pagantes de Graduação			3.157
Obrigatoriedade do Número de Bolsas (1 para 5)			631
Beneficiados com os Programas (PROUNI/BAS)=100%			1.045
Beneficiados com os Programas (PROUNI/BAS)=50%			58

Aparentes diferenças na soma são fruto de arredondamentos.

Bolsas Concedidas	PROUNI		Total	BAS		Total	TAG	CCT	Outras	Não Aproveitável	Total	Não Pagantes		Pagantes
Noturno	33	-	33	7	3	10	10	1	2	-	56	53	3	-
SUB TOTAL	914	2	916	131	56	187	121	32	13	12	1.281	1.211	58	12
	71,35%	0,16%	71,51%	10,23%	4,37%	14,60%	9,45%	2,50%	1,01%	0,94%	100,00%	94,54%	4,53%	0,94%
Stricto Sensu														
Mestrado	-	-	-	-	-	-	-	-	64	35	99	64	-	35
Doutorado	-	-	-	-	-	-	-	-	33	29	62	33	-	29
SUB TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	97	64	161	97	-	64
Lato Sensu	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0	1	1	-	-
TOTAL	914	2	916	131	56	187	-	32	111	76	1.443	1.309	58	76
	63,34%	0,14%	63,48%	9,08%	3,88%	12,96%	0,00%	2,22%	7,69%	5,27%	91,61%	90,71%	4,02%	5,27%

Beneficiados com os Programas de Bolsas "Não Pagantes" de Graduação.	1.090
Beneficiados com os Programas de Bolsas "Não Pagantes" de Stricto Sensu.	97
Beneficiados com os Programas de Outras Bolsas de todos os cursos	135

3. QUADRO DEMONSTRATIVO DA RECEITA BASE DE CÁLCULO

Mensalidades a receber no início do exercício		(+)	1.475
RECEITA BRUTA	Mensalidades	Bolsas	Líquido
Graduação			
Engenharia	118.488	26.948	91.540
Matutino	66.832	13.519	53.313
Noturno	51.656	13.429	38.227
Ciência da Computação	7.880	1.643	6.237
Administração SBC	3.276	869	2.407
Administração SP	2.397	898	1.499
Matutino	412	147	265
Noturno	1.985	751	1.234
SUB TOTAL	132.040	30.358	101.682
	129,86%	29,86%	100,00%
Stricto Sensu			
Mestrado	3.538	1.828	1.710
Doutorado	1.746	1.101	645
SUB TOTAL	5.284	2.928	2.356
Lato Sensu	718	1	716
TOTAL	138.042	33.288	104.754
	131,78%	31,78%	100,00%
Mensalidades a receber no final do exercício		(-)	986
Valor Base de Cálculo em 31.12.21			105.243

Aparentes diferenças na soma são fruto de arredondamentos.

16.1. Quadro demonstrativo da aplicação da receita escolar em GRATUIDADE

QUADRO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DA RECEITA ESCOLAR EM GRATUIDADES

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DA RECEITA EM GRATUIDADES

ALUNOS	BOLSAS 100%					BOLSAS 50%				TOTAL
	PROUNI	BAS	CCT	TAG	OUTRAS	PROUNI	BAS	CCT	OUTRAS	GERAL
Graduação										
Engenharia	20.000	3.670	428	2.822	177	17	669	0	76	26.948
Diurno	10.520	685	242	1.612	97	8	298	0	58	13.519
Noturno	9.571	1.985	186	1.210	80	9	371	0	18	13.429
Ciência da Computação	1.266	88	120	120	24	0	24	0	0	1.643
Administração SBC	520	135	84	12	19	0	0	0	0	869
Administração SP	398	132	47	261	28	0	33	0	0	898
Diurno	13	25	31	74	0	0	4	0	0	147
Noturno	385	107	16	186	28	0	29	0	0	751
SUB TOTAL	22.274	3.025	678	3.315	248	17	726	0	76	30.358
	73,37%	9,96%	2,23%	10,92%	0,82%	0,06%	2,39%	0,00%	0,25%	100,00%
Stricto Sensu										
Mestrado	0	0	0	0	1.479	0	0	0	349	1.828
Doutorado	0	0	0	0	815	0	0	0	286	1.101
SUB TOTAL	0	0	0	0	2.294	0	0	0	635	2.928
Lato Sensu	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
TOTAL	22.274	3.025	678	3.315	2.543	17	726	0	711	33.288
	66,91%	9,09%	2,04%	9,96%	7,64%	0,05%	2,18%	0,00%	2,13%	100,00%
Total Aplicado Efetivamente em Gratuidades dos Cursos de Graduação										26.042
Beneficiados com os Programas (PROUNI /BAS) = INTEGRAL										25.299
Beneficiados com os Programas (PROUNI /BAS) = PARCIAL										742
Percentual aplicado efetivamente em Gratuidades dos cursos de Graduação										25,70%
Beneficiados com o "Termo de Ajuste de Gratuidades (TAG)" = INTEGRAL										3.315

16.2. Programa Universidade para Todos - PROUNI: A Fundação aderiu ao Programa Universidade para Todos - PROUNI sob a égide da Medida Provisória nº 213, de 10/09/2004, convertida na Lei nº 11.096, de 13/01/2005 e vem mantendo-se vinculada ao programa, realizando os termos de aditamentos nos prazos legais. Como aderente ao PROUNI, a Fundação concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) para estudantes que se enquadram no perfil socioeconômico estabelecido pela Lei nº 11.096/2005. No exercício de 2021, foram aplicados R$ 22.291 (R$ 22.444 em 2020) nas bolsas concedidas no PROUNI. **16.3. Programa de Bolsas de Assistência Social (BAS):** A Fundação mantém, também, programa próprio de concessão de bolsas de estudo integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) para estudantes que se enquadram no perfil socioeconômico estabelecido pela Lei nº 12.101/2009 em conformidade com seus estatutos, denominado Programa de Bolsas de Assistência Social (BAS), no qual foi aplicado, durante o exercício de 2021, o montante de R$ 3.751 (R$ 5.959 em 2020). Também foram concedidas bolsas de outras naturezas: a) CCT - Obrigação por convenção coletiva de trabalho - R$ 678 (R$ 625 em 2020); b) Outras bolsas de Graduação - R$ 323 (R$ 323 em 2020); c) Outras bolsas Stricto Sensu - R$ 2.928 (R$ 2.668 em 2020); d) Outras bolsas Lato Sensu - R$ 1 (R$ 145 em 2020). **16.4. Termo de Ajuste de Gratuidades (TAG):** Além das bolsas já indicadas, no exercício 2021, permaneceram em usufruto 121 bolsas integrais concedidas aos alunos de graduação enquadrados no perfil socioeconômico estabelecido pela Lei nº 11.096/2005, em cumprimento ao Termo de Ajuste de Gratuidade - TAG nº 04/2017 (extrato publicado no D.O.U. de 10/05/2017), cujo montante financeiro aplicado correspondeu a R$ 3.315. Das 121 bolsas TAG usufruídas em 2021, 71 foram concedidas em 2018 e 50 foram concedidas em 2019, conforme discriminação abaixo:

Cursos de Graduação	Números de bolsas concedidas TAG 2018	2019	2020	2021	Montante aplicado com o TAG 2018	2019	2020	2021
Engenharia	52	43	95	95	1.345	1.183	2.716	2.822
Matutino	28	22	50	50	785	659	1.552	1.612
Noturno	24	21	45	45	560	524	1.164	1.210
Ciência da Computação	2	3	5	5	42	67	116	120
Administração SBC	5	1	6	6	81	17	107	112
Administração SP	12	3	15	15	194	52	269	260
Matutino	4	1	5	5	65	17	90	74
Noturno	8	2	10	10	129	35	179	186
	71	50	121	121	1.662	1.320	3.208	3.315
	5,11%	2,92%	6,03%	9,45%	4,05%	3,53%	7,58%	10,92%

17. Custos dos serviços educacionais: Representada por:	2021	2020
Custos com salários dos professores	(23.508)	(24.600)
Custos com salários dos professores de apoio	(16.295)	(16.619)
Custos com salários dos funcionários de apoio	(8.546)	(8.887)
Custos com salários de monitoria	(247)	(333)
Custos com salários de estagiários	(18)	(31)
Custos com benefícios a empregados	(25.557)	(33.547)
Custos com imobilizado e intangível	(5.040)	(5.321)
Custos com curso lato sensu	(206)	(272)
	(79.417)	(89.610)

18. Despesas gerais e administrativas: Representada por:	2021	2020
Despesas com salários	(7.653)	(7.688)
Despesas com benefícios a empregados	(1.223)	(1.343)
Despesas com suprimentos administrativos	(183)	(388)
Despesas com manutenção	(6.351)	(5.601)
Despesas com serviços de limpeza	(2.853)	(2.853)
Despesas com serviços de terceiros	(7.063)	(6.597)
	(25.326)	(24.470)

19. Outras despesas e receitas operacionais: Representado por:	2021	2020
Despesas com serviços públicos	(2.645)	(2.370)
Material e serviços de escritório	(58)	(69)
Material de laboratório	(207)	(136)
Impostos, taxas e contribuições estaduais	(14)	(3)
Impostos, taxas e contribuições municipais	(56)	(53)
Impostos, taxas e outras contribuições	(1.081)	(370)
Despesas com viagens e estadias	(3)	(2)
Despesas com seguros	(104)	(122)
Despesas com informática	(6.506)	(4.958)
Projetos de mestrado e doutorado	(59)	(91)
Projetos de conclusão de curso	(8)	(28)
Projetos de competição	(822)	(661)
Bolsas do programa nacional de Pós-doutorado (PNPD)	(30)	(83)
Bolsas de convênios privados	(134)	(204)
Bolsas de auxílio - monitor	(159)	(722)
Programa de desempenho acadêmico de graduação (PDA)	(70)	(93)
Outras receitas	1.814	1.721
	(10.142)	(8.244)

20. Despesas com provisões: Representado por:	2021	2020
Provisão de contingências trabalhistas	(59)	(1.024)
	(59)	(1.024)

21. Resultado financeiro: Representado por:

Receitas financeiras	2021	2020
Rendimento de aplicações financeiras	18.770	44.994
Multas, juros e descontos obtidos	805	745
Mensalidade escolar de anos anteriores por cobrança judicial	1.148	772
	20.723	46.511
Despesas financeiras	**2021**	**2020**
Despesas bancárias	(94)	(151)
Descontos concedidos	(361)	(250)
Ajuste para perdas em Títulos e Valores Mobiliários pela marcação a mercado	(20.210)	-
	(20.665)	(401)
Resultado financeiro líquido	**58**	**46.110**

22. Imunidade: A Fundação Educacional Inaciana "Padre Sabóia de Medeiros" entende que, por ser uma instituição de educação sem fins lucrativos, nos termos do artigo 150, VI, alínea "c" e § 4º, da Constituição Federal, tem direito à imunidade tributária, que consiste em vedação constitucional ao poder de tributar, uma vez que cumpre os requisitos estabelecidos pelo artigo 14 do Código Tributário Nacional, sob a vigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, tem direito à imunidade das contribuições destinadas ao custeio da seguridade social, outorgada pelo § 7º do artigo 195 da Constituição Federal, que até a publicação da Lei Complementar nº 187, publicada em 17/12/2021, por decisão do Supremo Tribunal Federal, era regulamentada pelo artigo 14 do Código Tributário Nacional. A imunidade, diversamente da isenção, não constitui Renúncia Fiscal. **23. Isenção das contribuições incidentes sobre a folha de salários destinadas a outras entidades e órgãos - terceiros:** Sob a vigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, a Fundação Educacional Inaciana "Padre Sabóia de Medeiros" é isenta das contribuições destinadas a outras entidades e órgãos (terceiros), por força do disposto no § 5º do artigo 3º da Lei nº 11.457/2007. No exercício de 2021, o montante da isenção usufruída foi R$ 2.930.

Diretoria

Pe. Theodoro Paulo Severino Peters S.J. - Presidente

Dr. Marco Riguzzi - Diretor Tesoureiro

José Carlos da Silva - Contador - CRC 1SP178436/O-3

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da **Fundação Educacional Inaciana "Pe. Sabóia de Medeiros" - FEI** - São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Educacional Inaciana "Pe. Sabóia de Medeiros" - FEI ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Educacional Inaciana "Pe. Sabóia de Medeiros" - FEI em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas específicas aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)). **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Fundação e apresentada como informação suplementar de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado", foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Fundação. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação à demonstração financeira. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas específicas aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação; - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional; - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 23/03/2022.

bakertilly

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S. CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Marchesini Contador CRC 1SP-244.093/O-1

KALUNGA S.A.

CNPJ 43.283.811/0001-50
NIRE 35.300.558.120

Relatório da Administração

Em cumprimento às determinações estatutárias e legais, submetemos à apreciação dos acionistas as Demonstrações Financeiras da Kalunga S.A. para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 24 de março de 2022. **A Administração.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2021	2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.201	72.670
Contas a receber	7	78.294	126.396
Aplicações financeiras	6	3.487	-
Estoques	8	488.014	444.462
Impostos a recuperar	9	480.219	467.058
Outros ativos		5.620	2.816
Total do ativo circulante		**1.071.835**	**1.113.402**
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	10	508.826	526.974
Depósitos judiciais	11	20.519	10.060
Impostos a recuperar	9	117.177	155.586
Imobilizado	13	114.029	137.866
Intangível		2.467	3.536
Direito de uso	12	488.941	502.961
Total do ativo não circulante		**1.251.959**	**1.336.983**
Total do ativo		**2.323.794**	**2.450.385**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2021	2020
Passivo circulante			
Fornecedores	14	793.833	711.221
Empréstimos e financiamentos	15	229.896	244.779
Empréstimos com partes relacionadas	10	107.076	82.833
Obrigações trabalhistas		30.420	26.437
Obrigações fiscais	16	28.515	26.142
Passivo de arrendamento	12	82.264	64.181
Dividendos a pagar		11.957	-
Receita diferida	17	2.039	2.111
Outros passivos		26.903	28.478
Total do passivo circulante		**1.312.903**	**1.186.182**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	458.476	583.213
Passivo de arrendamento	12	462.722	478.650
Provisão para desmantelamento		6.092	5.336
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	8.634	9.780
Obrigações fiscais	16	8.567	14.498
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	17.453	18.309
Total do passivo não circulante		**961.944**	**1.109.786**
Total do passivo		**2.274.847**	**2.295.968**
Patrimônio líquido			
Capital social	19.a	8.300	8.300
Reserva de capital		6	6
Reserva Legal	19.c	1.660	-
Reserva para investimento	19.d	38.981	3.111
Reserva especial de dividendos	19.e	-	143.000
Total do patrimônio líquido		**48.947**	**154.417**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.323.794**	**2.450.385**

As notas explicativas são parte integrante das demostrações financeiras

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2021	2020
Receita líquida	21	2.054.498	1.809.199
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados		(1.314.553)	(1.184.529)
Lucro bruto		**739.945**	**624.670**
(Despesas) receitas operacionais			
Com vendas	22	(517.148)	(468.877)
Gerais e administrativas	23	(67.408)	(61.877)
Outras receitas líquidas	24	20.166	1.011
		(564.390)	**(529.743)**
Lucro operacional		**175.555**	**94.927**
Despesas financeiras	25	(171.730)	(146.387)
Receitas financeiras	25	67.248	48.816
Resultado financeiro	25	**(104.482)**	**(97.571)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**71.073**	**(2.644)**
Corrente	26	(22.442)	(8.134)
Diferido	26	856	8.005
Imposto de renda e contribuição social	26	**(21.586)**	**(129)**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**49.487**	**(2.773)**
Quantidade de ações do capital social	27	500.000.000	500.000.000
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (expresso em Reais)	27	0,0990	(0,0055)

As notas explicativas são parte integrante das demostrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	49.487	(2.773)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	**49.487**	**(2.773)**

As notas explicativas são parte integrante das demostrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva para investimento	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019		**8.300**	**6**	-	-	-	**172.055**	**180.361**
Aumento de capital	19.b	23.171	-	-	-	-	(23.171)	-
Cisão parcial	19.b	(23.171)	-	-	-	-	-	(23.171)
Constituição de reservas	19.e	-	-	-	5.884	143.000	(148.884)	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(2.773)	(2.773)
Compensação do prejuízo do exercício		-	-	-	(2.773)	-	2.773	-
Em 31 de dezembro de 2020		**8.300**	**6**	-	**3.111**	**143.000**	-	**154.417**
Pagamento de dividendos	19.e	-	-	-	-	(143.000)	-	(143.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	49.487	49.487
Constituição de reservas	19.c	-	-	1.660	35.870	-	(37.530)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(11.957)	(11.957)
Em 31 de dezembro de 2021		**8.300**	**6**	**1.660**	**38.981**	-	-	**48.947**

As notas explicativas são parte integrante das demostrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Kalunga S.A. ("Kalunga" ou "Companhia") possui sede na cidade de São Paulo, tem por atividade preponderante o comércio de papéis em geral, papelaria, artigos escolares, materiais de escritório em geral, microcomputadores, softwares, equipamentos e materiais de informática em geral, entre outros, que operam sob a denominação comercial da Kalunga. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía três centros de distribuição localizados no Estado de São Paulo, e 222 lojas distribuídas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pará, Piauí, Sergipe (223 lojas em 31 de dezembro de 2020). Em 14 de outubro de 2020, os sócios quotistas aprovaram a conversão da Companhia de uma Sociedade Limitada para uma Sociedade por Ações, e a alteração da razão social de Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda. para Kalunga S.A. e as 830.000.000 quotas foram convertidas em 500.000.000 ações ordinárias. Em 8 de março de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria "A" na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **COVID-19** A Companhia continua monitorando o andamento da pandemia de COVID-19 e seus impactos nas operações. A Companhia adotou uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pelo COVID-19 durante 2020 que continuam válidas até o momento, incluindo: (i) instituição de comitês extraordinários visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia da COVID-19; (ii) adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia; (iii) otimização do estoque do CD Clientes, que efetua todo o atendimento das vendas dos canais virtuais em quantidade julgada suficiente para fazer frente ao crescimento desse segmento, e eventual desaceleração da indústria ou redução de fornecimento; (iv) alinhamento com prestadores de serviços de logística, buscando mitigar eventuais impactos adversos nos serviços de entrega em domicílio;(v)reforço do número de colaboradores tanto do CD Clientes, quanto do SAC e do atendimento virtual, através de realocação de colaboradores de outras áreas; (vi) emprego de home office para trabalhadores, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes, principalmente para os colaboradores que fazem parte do grupo de risco (maiores de 60 anos, gestantes, diabetes e hipertensos, dentre outros); (vii) negociações individuais com seus colaboradores, para aplicação de reduções de jornada, inicialmente com a MP 936/20, e posteriormente com a MP 1.045/21, até agosto de 2021; (viii) em função da pandemia do COVID-19, vários Estados proporcionaram programas de parcelamento de ICMS. A Companhia aderiu a esses programas em quase todos os Estados (menos em São Paulo), solicitando o parcelamento dos pagamentos de ICMS de competência de março, abril e maio de 2020. O retorno das atividades presenciais em 2021, após um período longo de restrições em 2020, refletiu positiva e diretamente nas operações da Companhia. Quando comparado o exercício findo em 31 dezembro de 2021 com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida de vendas apresentou um aumento de 13,6%, sendo justamente as lojas físicas que apresentaram um melhor desempenho, com um aumento de 19,0%. Por outro lado, o canal de digital apresentou diminuição de 4,1%, refletindo o retorno dos clientes às lojas físicas, mas ainda se manteve acima de 20% da receita líquida total da Companhia, representando 20,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia conseguiu expandir a margem bruta de 34,5% em 31 de dezembro de 2020 para 36,0% em 31 de dezembro de 2021. Houve ainda o acréscimo, já líquido de impostos, no valor de R$ 20.156 relativos a créditos de PIS / COFINS descritos na nota explicativa 9 (ii). Todos esses fatores contribuíram para recuperação do resultado apresentado no exercício anterior, de R$ 2.773 de prejuízo líquido para um lucro líquido de R$ 49.487, apurado no exercício findo em 2021. Seguindo as orientações dos Ofícios Circulares/CVM/SNC/SEP nº 02/20 e nº 03/20, e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do COVID-19, a Companhia revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo: (i) **Perdas estimadas de contas a receber** A partir de 20 de março de 2020, por determinações governamentais, a Companhia teve suas operações negativamente afetadas pelo COVID-19, dado que foi obrigada a cumprir com o fechamento das lojas físicas. Por conta disso, ainda que a Administração da Companhia não tenha feito alterações nas práticas comerciais, acabou ocorrendo uma migração das vendas das lojas físicas para os canais digitais, sobretudo o e-commerce. Em decorrência desta migração, a Companhia acabou, apesar de tomar todas as medidas aplicáveis, incluindo a utilização de diferentes serviços de verificação de dados e de proteção contra fraudes, sendo alvo de fraudes em compras efetuadas com cartões de crédito em que os detentores não reconheciam a transação. Em 2021, decorrente da redução das fraudes acima citadas, a Administração prezando pelas melhores práticas, estimou o percentual de perdas sobre o faturamento nos canais digitais, através de cartões de crédito, em 0,77% (0,95% em 2020), o qual é utilizado como métrica para constituição e/ou manutenção da provisão para perda de crédito esperada. Adicionalmente, a Administração da Companhia, percebendo que o recrudescimento da pandemia manteria por mais tempo os efeitos adversos do COVID-19 sobre a economia brasileira e as empresas em geral, manteve seu monitoramento intensivo sobre os recebimentos de faturas e inadimplência de recebíveis. Desta forma, percebe-se que ainda que fosse esperada uma piora no índice de atraso, a ação efetiva da Administração da Companhia durante a pandemia mitigou esse risco. Os percentuais de recuperação históricos da Kalunga para as diferentes faixas de Vencidos e A Vencer – Faturado continuaram servindo de base para o cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos. Como resultado desse monitoramento intensivo, a Companhia manteve os níveis de provisão para perdas com recebíveis. Em relação ao total do contas a receber de clientes, a provisão em 31 de dezembro de 2021 equivale a 1,8% (1,1% em 31 de dezembro de 2020). O aumento percentual é decorrência do saldo de antecipações de recebíveis de R$ 32.097, existente em 31 de dezembro de 2021 que não havia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. (ii) **Valor de recuperação dos estoques** Em relação ao valor de recuperação dos estoques, a Companhia não apurou nenhuma oscilação relevante em relação aos custos de aquisição. Como pode ser constatado na demonstração do resultado do exercício, a margem bruta no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, quando comparado a 31 de dezembro de 2020, aumentou em 1,5 ponto percentual, de 34,5% para 36,0%. (iii) **Taxas de juros utilizadas para descontos a valor presente** O cenário atual de taxa básica de juros indica um aumento gradual da taxa de juros. Conforme Reunião do COPOM de 07 e 08 de dezembro de 2021, a Selic nesse ano ficou definida em 9,25% a.a., enquanto a taxa acumulada em 12 meses em 31 de dezembro de 2020 foi de 2,75%. Como consequência desse cenário e considerando as taxas de antecipação de recebíveis praticadas recentemente, a Companhia revisou as taxas de juros utilizadas para desconto a valor presente em 31 de dezembro de 2021, que resultaram num aumento quando comparadas com 31 de dezembro de 2020, como segue:

	2021	2020
Taxa de juros – AVP Clientes	0,99% am	0,40%am
Taxa de juros – AVP Fornecedores	1,26% am	0,52%am
Taxa de juros – AVP Arrendamentos	0,64% am	0,40%am

(iv) **Realização de imposto de renda diferido ativo** Refere-se basicamente ao imposto incidente sobre adições temporárias, normais à atividade da Companhia. Não foi observada nenhuma evidência que possa afetar a sua realização. (v) **Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso** Não foi observada nenhuma evidência que afete a recuperação desses ativos. (vi) **Identificação dos descontos obtidos em contratos de arrendamento que estão relacionados com a COVID 19** Como resultado dessa revisão, a Companhia identificou ajustes relacionados aos benefícios recebidos de arrendadores no valor de R$ 11.726 (Nota 12). (R$ 27.780 em 31 de dezembro de 2020). **Aquisição da Spiral** Em 29 de outubro de 2020, a Companhia firmou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, com Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia (em conjunto com os "Vendedores") para a aquisição de 100% das quotas da Spiral do Brasil Ltda. ("Spiral"), no valor total de R$ 106.250. O pagamento da transação de compra das quotas se dará mediante compensação com parcela do crédito cedido pela Kalunga contra os Vendedores, na forma dos artigos 368 e seguintes da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada. A conclusão da referida transação até 31 de dezembro de 2021 ainda não havia ocorrido e está sujeita à aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia e de realização de oferta pública inicial de ações, ocasião em que a Kalunga passará à condição de acionista controladora da Spiral. **2. Base de elaboração** As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Em consonância com a Deliberação CVM N. 557, de 12 de novembro de 2008, a Companhia na condição de companhia aberta apresenta as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, segundo o CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou passivo circulante líquido de R$ 241.068 (R$ 72.780 em 31 de dezembro de 2020) derivado principalmente de sua estratégia de operar com ênfase em capital de terceiros. A Administração da Companhia ressalta que o prazo médio de recebimento de clientes é de 18 dias em 31 de dezembro de 2021 (30 dias em 31 de dezembro de 2020) enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 232 dias em 31 de dezembro de 2021 (270 dias em 31 de dezembro de 2020). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Em decorrência do cenário de pandemia do COVID 19, a Administração ajustou as operações visando: i) os cuidados necessários com a saúde dos funcionários; ii) a preservação de caixa; iii) o fechamento de certas lojas físicas; e iv) a aceleração de migração de vendas dos canais físicos para os canais digitais. A Companhia apresenta um patrimônio líquido de R$ 48.947 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 154.417 em 31 de dezembro de 2020), sendo sua redução decorrente da distribuição de dividendos aos acionistas. Apesar da extensão do cenário de pandemia da COVID-19 no exercício de 2021, a Companhia apresentou um lucro líquido de R$ 49.487 que comparado aos R$ 2.773 de prejuízo apurado em 2020, representa um aumento de 1.884,5%. Em relação à geração de caixa operacional, a Companhia apresentou um caixa positivo de R$ 306.619 em 2021 que comparado aos R$ 117.846 gerados em 2020, representando um aumento de 160%. A estratégia de crescimento da Companhia permanece baseada na expansão dos pontos de vendas no território nacional, sobretudo canalizando sua atuação em locais em que ainda está pouco presente. Continuam os estudos e desenvolvimento de atividades alternativas, principalmente focando nos canais digitais e "*Omnichannel*" da operação, com o desenvolvimento de novas ferramentas e formas de atendimento ao cliente, como por exemplo o *store pick-up* e o *shipping from store*. Adicionalmente, a Administração identifica boas possibilidades para a expansão de unidades de Copy & Print dentro das lojas Kalunga, que em 2021 gerou receita líquida de R$ 2.611 (R$ 1.914 em 2020), mesmo com o impacto da pandemia do COVID-19. Analisando o desempenho do crescimento da Companhia, a Administração acredita muito no *Online Partner Store*, em que a Companhia faz parcerias exclusivas com alguns de seus fornecedores para efetuar a gestão e operação de seus e-commerces. Desde sua inauguração no quarto trimestre de 2019, este serviço vem apresentando resultados significativos. As vendas brutas com Online Partner Store foram de R$ 72 milhões em 2021, aumento de 81% em relação ao exercício anterior (R$ 42 milhões em 2020). A Companhia, como em anos anteriores, tem utilizado os recursos de instituições financeiras de grande porte no mercado nacional. As linhas de crédito mais utilizadas são: capital de giro (garantidos por aval dos acionistas e recebíveis) e antecipações de recebíveis (cartões). As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Devido a arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2022. **3. Políticas contábeis. 3.1 Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação, são valorizados pelo custo amortizado e acrescidos de rendimentos auferidos até a data de reporte e sujeitos a risco insignificante de desvalorização. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2 Contas a receber de clientes** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e serviços no decurso normal das atividades da Companhia, classificados no ativo circulante, uma vez que são recebíveis de curto prazo. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor líquido de realização, ajustado a valor presente, e compreendem basicamente as operações com cartões de crédito e vendas a prazo. Para as vendas com cartões de crédito, o risco de inadimplência é das administradoras de cartões de crédito. Sobre as vendas com cartão de crédito a Companhia reconhece apenas as perdas com vendas não reconhecidas pelo cliente (*chargeback*), para os demais recebíveis a Companhia registra a provisão para perdas de crédito esperada conforme a normativa aplicável. **3.3 Estoques** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição ajustado a valor presente e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda, bem como determinados tributos sobre as vendas, deduzidos de acordos comerciais recebidas de fornecedores. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem negativa, quando aplicável, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação. **3.4 Acordos comerciais** Acordos comerciais e descontos obtidos de fornecedores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares, são apresentados como redutores do custo das compras e, portanto, a parcela de produtos

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma))

	Notas	2021	2020
Atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		71.073	(2.644)
Ajuste para reconciliar o lucro (prejuízo) antes dos tributos com o fluxo de caixa:			
Crédito extemporâneo de PIS e COFINS	9.2 e 24	(23.116)	-
Depreciação e amortização		117.401	102.254
Perda na alienação ou baixa de ativo imobilizado e ativo por direito de uso		7.039	275
Provisão para perdas de crédito esperada de contas a receber	7	1.780	2.398
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	(210)	817
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques		969	(120)
Juros sobre empréstimos para partes relacionadas	25	(38.486)	(28.669)
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	25 e 28.3	73	460
Juros de empréstimos e financiamentos	25 e 28.3	57.286	39.178
Juros de passivos de arrendamento	12	62.062	61.354
Descontos obtidos em arrendamentos	12	(11.726)	(27.780)
Ajuste a valor presente de contas a receber, estoques e fornecedores		(4.569)	6.864
Atualização monetária dos depósitos judiciais		(347)	862
Outros		(7.581)	(3.579)
		231.648	**151.670**
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		46.162	41.533
Estoques		(48.206)	77.493
Impostos a recuperar		34.839	17.971
Outros ativos		(2.802)	426
Depósitos judiciais		(10.112)	(1.183)
Adiantamentos a partes relacionadas		(29.897)	(27.686)
Fornecedores		91.026	(147.566)
Obrigações trabalhistas		3.983	(1.028)
Obrigações fiscais		(3.948)	19.974
Receita diferida		(72)	(1.462)
Pagamento de processos cíveis e trabalhistas		(936)	(770)
Outros passivos		(1.579)	(3.393)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(8.134)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**310.106**	**117.845**
Atividades de investimentos			
Empréstimos concedidos para partes relacionadas, líquido de recebimentos		(56.468)	(43.387)
Aplicações Financeiras		(3.487)	-
Aquisição de ativo imobilizado	13	(15.392)	(18.762)
Aquisição de ativos intangíveis		(414)	(2.233)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(75.761)**	**(64.382)**
Atividades de financiamentos			
Empréstimos captados de partes relacionadas, líquido de pagamentos	28	24.170	(67.613)
Pagamentos de passivo de arrendamento	28	(118.078)	(90.682)
Captação de empréstimos e financiamentos, líquidos dos custos de transação	28	54.875	337.542
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	28	(55.354)	(63.429)
Amortização de empréstimos e financiamentos	28	(196.427)	(128.660)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(290.814)**	**(12.841)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(56.469)**	**40.622**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		72.670	32.048
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		16.201	72.670

As notas explicativas são parte integrante das demostrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma))

	2021	2020
Receitas	**2.709.202**	**2.377.117**
Vendas de mercadorias e serviços	2.707.975	2.377.859
Outras receitas	3.007	1.656
Provisão/reversão de perdas de crédito esperada	(1.780)	(2.398)
Insumos adquiridos de terceiros	**(1.901.426)**	**(1.737.808)**
Custos de mercadorias e serviços vendidos	(1.646.875)	(1.485.736)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(253.275)	(251.517)
Perda/recuperação de ativos	(1.276)	(555)
Valor adicionado bruto	**807.776**	**639.309**
Retenções	**(117.401)**	**(108.648)**
Depreciação e amortização	(117.401)	(108.648)
Valor adicionado líquido produzido	**690.375**	**530.661**
Valor adicionado recebido em transferência	**70.048**	**50.749**
Receitas financeiras	70.048	50.749
Valor adicionado total a distribuir	**760.423**	**581.410**
Distribuição do valor adicionado	**(760.423)**	**(581.410)**
Pessoal	**(204.725)**	**(172.329)**
Remuneração direta	(167.949)	(143.063)
Benefícios	(21.123)	(17.044)
F.G.T.S.	(15.653)	(12.222)
Impostos, taxas e contribuições	**(338.841)**	**(286.339)**
Federais	(77.213)	(64.614)
Estaduais	(246.988)	(206.973)
Municipais	(14.640)	(14.752)
Remuneração de capitais de terceiros	**(167.370)**	**(125.515)**
Aluguéis	(119.056)	25.401
Despesas financeiras	(38.222)	(136.843)
Outros	(10.092)	(14.073)
Remuneração de capitais próprios	**(49.487)**	**2.773**
Prejuízo (Lucros retidos)	(37.530)	2.773
Dividendos distribuídos	(11.957)	-

As notas explicativas são parte integrante das demostrações financeiras

não comercializados é apresentada como redutora do custo dos estoques. A liquidação destes acordos ocorre por meio de depósitos em espécie ou abatimento de faturas a pagar aos fornecedores. Saldos de acordos comerciais cuja obrigação da Companhia foi cumprida, porém não recebidos, são apresentados como recebíveis quando não há saldos a pagar ao respectivo fornecedor. **3.5 Depósitos judiciais** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. São inicialmente registrados pelo valor de desembolso do depósito e subsequentemente atualizados pelos indexadores aplicáveis. **3.6 Ativos e passivos circulantes e não circulantes** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos que são classificados sempre no ativo/passivo não circulante, independentemente do seu prazo e realização/liquidação. **3.7 Ajuste a valor presente** O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita, dos respectivos ativos e passivos. A Companhia efetua o desconto a valor presente do contas a receber de clientes, estoques, arrendamentos e fornecedores. As taxas utilizadas e montantes dos ajustes a valor presente estão descritas nas Notas 7, 8, 12 e 14. **3.8 Intangível** São classificados nesta conta os gastos com aquisições de licenças de uso de softwares utilizadas na operação do banco de dados e dos sistemas operacionais, estando avaliados pelo custo de aquisição. Conforme análises técnicas da área de tecnologia a vida útil estimada é de cinco anos, amortizado durante esse período de forma linear. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de amortização são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.9 Arrendamentos** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **A Companhia como arrendatária** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor conforme definido pelo CPC 06 R2 / IFRS 16. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, e estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, no mínimo, pelo prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **Passivos de arrendamento** No início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos, a serem realizados durante a vigência do arrendamento, brutos de PIS e COFINS a recuperar, quando esta seja permitida pelo contrato e seja intenção da Companhia. Tais pagamentos incluem valores fixos, menos quaisquer incentivos a receber, valores variáveis que dependem de um índice ou taxa, e/ou valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Quando aplicável os pagamentos incluem o preço de exercício de opção de compra ou pagamento de multa por rescisão contratual, de acordo com a opção exercida pela Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no exercício em que ocorrer o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a taxa de empréstimo incremental nominal, na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, quando aplicável. **Provisão para desmantelamento de lojas** Para os contratos de aluguéis de lojas, a Companhia efetua uma estimativa dos custos a serem incorridos para desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do contrato de arrendamento. A provisão para desmantelamento é demonstrada na conta separada do passivo não circulante, tendo como contrapartida o ativo por direito de uso. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de contratos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia não possui contratos de arrendamento em que atua como arrendadora. **3.10 Imobilizado** Os terrenos, as benfeitorias e as instalações, compreendem os gastos com as estruturas e a preparação para operacionalizar as lojas. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. As benfeitorias são depreciadas pelo menor prazo entre a vida útil estimada da benfeitoria ou do prazo de arrendamento. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia avaliou as taxas atuais de depreciação e concluiu que não são ajustadas, considerando que não houve nenhuma mudança significativa em seus negócios. Dessa forma, decidiu manter inalteradas as taxas de depreciação, calculadas usando o método linear para alocar os custos dos ativos durante a sua vida útil estimada, como segue:

	Taxa média de depreciação em % a.a	
	2021	2020
Benfeitorias em imóveis de terceiros (conforme prazo contratual da locação)	12,5	12,5
Instalações	9,6	9,6
Empilhadeiras	8,3	8,3
Móveis, utensílios	9,4	9,4
Aeronaves	3,9	3,9
Veículos	5	5
Outros	10,9	10,9

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **3.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Caso haja necessidade de estimar o valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital da Companhia, limitado ao prazo de utilização previsto para o ativo, que pode ser contratual ou com base em sua vida útil. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes para as unidades geradoras de caixa (definidas como lojas e centros de distribuição), os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. A perda por desvalorização do ativo, quando identificada, é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para os ativos intangíveis, direito de uso e ativo imobilizado é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação ou amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. **3.12 Fornecedores** Correspondem às obrigações a pagar por mercadorias e serviços, que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estão apresentadas descontadas a valor presente. **3.13 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos** A Companhia disponibiliza a seus fornecedores e para a parte relacionada Spiral a possibilidade de realização de uma operação triangular com instituições financeiras denominada "risco sacado". Essa operação possibilita que os fornecedores, desde que previamente aprovados pela Companhia, antecipem o recebimento de suas faturas junto a instituições financeiras, mediante desconto por uma taxa de juros pactuada entre as partes. Os prazos de pagamento e os preços praticados na compra de produtos desses fornecedores se mantêm os mesmos antes e depois da inclusão no risco sacado, há somente a alteração do destinatário do pagamento (instituição financeira ao invés do fornecedor), bem como os prazos de pagamentos estão compreendidos dentro do ciclo normal de operação da Companhia. Portanto a Companhia apresenta o saldo destas transações operacionais em "Fornecedores nacionais – risco sacado" em seu passivo circulante. Cabe salientar que estes títulos são mantidos na avaliação do ajuste a valor presente. **3.14 Empréstimos e financiamentos** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são subsequentemente registrados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros. **3.15 Provisões. Geral.** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.16 Tributos. Imposto de renda e contribuição social - correntes.** Ativos e passivos tributários correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias. A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. As antecipações ou os valores passíveis de compensação, quando aplicável, são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização. **Tributos diferidos** Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data de encerramento do exercício entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto, quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal). O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados, quando aplicáveis, são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data de encerramento do exercício. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, a Companhia possui o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, houver o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **Tributos sobre as vendas.** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais. **3.17 Benefícios a funcionários e administradores.** A Companhia não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou de benefícios pós emprego para os funcionários e administradores e não mantém plano de benefícios a funcionários e administradores na forma de planos de bônus ou participação nos lucros. **3.18 Reconhecimento de receitas e custos** A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios descritos a seguir: **a) Venda de produtos** A receita de venda de produtos à vista e a prazo é reconhecida quando a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador. **b) Prestação de serviços** Pela atuação da Companhia nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, seguro contra roubo, furto e quebra acidental e serviços gráficos (Copy & Print) as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados. **c) Direito de devolução** As operações de venda seguidas de eventuais devoluções ocorrem substancialmente nas operações de e-commerce. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são normalmente em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor. Os créditos de devolução não utilizados são realizados como receitas após 12 meses quando, conforme política da Companhia, expira a validade para troca destes créditos. **d) Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados** Os custos das mercadorias vendidas e os custos dos serviços prestados são reconhecidos pelo regime de competência respeitando o reconhecimento de sua respectiva receita. Os gastos com frete incorridos para transporte de suas mercadorias dos centros de distribuição para as lojas da rede de atendimento ao público estão classificados como custo das mercadorias vendidas. O custo das mercadorias vendidas é apresentado líquido dos valores relativos a acordos comerciais recebidos de fornecedores. **3.19 Receitas (despesas) financeiras** Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários. São reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas. **3.20 Lucro (prejuízo) por ação** O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações da Companhia pelo número médio ponderado de ações durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas em quotas efetivas. O prejuízo no exercício é considerado anti-dilutivo. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto diluitivo sobre o lucro por ação. Na data da apresentação das demonstrações financeiras a Companhia não possuía instrumentos de patrimônio portanto o lucro (prejuízo) básico e diluído são idênticos. **3.21 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **i) Ativos financeiros. Reconhecimento inicial e mensuração** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente.** A Companhia possui instrumentos financeiros ativos somente da categoria custo amortizado. Dessa forma, descrevemos abaixo a prática contábil de mensuração subsequente somente para essa categoria. **Ativos financeiros ao custo amortizado.** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem principalmente contas a receber de clientes e partes relacionadas. **Desreconhecimento.** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** As perdas esperadas de crédito são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas esperadas de crédito são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda esperada de crédito de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas esperadas de crédito durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda esperada de crédito). Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas esperadas de crédito. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas esperadas de crédito em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A provisão para perdas de créditos esperadas é calculada com base no histórico de perdas dos últimos 2 anos, porém considerando também as perdas esperadas sobre os recebíveis a vencer. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **ii) Passivos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos ou deduzidos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem principalmente fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, e contas a pagar a partes relacionadas. **Mensuração subsequente** A Companhia possui instrumentos financeiros passivos somente da categoria custo amortizado. Dessa forma, descrevemos abaixo a prática contábil de mensuração subsequente somente para essa categoria. **Passivos financeiros ao custo amortizado** Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **Desreconhecimento** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **iii) Compensação de instrumentos financeiros** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **iv) Mensuração do valor justo** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos divulgados nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. **3.22 Demonstração do valor adicionado** A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS. A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros, (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3.23 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021. Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A mesma pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período de aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma. **3.24 Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes** Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, os seguintes pronunciamentos e alterações foram emitidos, mas ainda não estão vigentes: CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de Seguro estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. O pronunciamento estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. Alterações no CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis envolvendo a classificação como passivo circulante e não circulante. Também houve alteração relacionados a aplicação do julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações serão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023. Alterações no CPC 23 / IAS 8 – As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023. A Administração, de forma preventiva, verifica a aplicabilidade das novas normas e alterações emitidas para a Companhia, bem como, avalia o impacto nas demonstrações financeiras, se aplicável. **3.25 Segmento operacional** A Companhia possui um único segmento operacional que é utilizado pela Administração para fins de análise e tomada de decisão. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem com as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir: **Recuperação de créditos tributários** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições tributárias vigentes para a Companhia. **Ativo imobilizado e intangível** O tratamento contábil dos ativos imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão. Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização. **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária)** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos. **Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos** A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de

mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos (como o rating de crédito, spreads históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	9.730	25.455
Aplicações financeiras	6.471	47.215
	16.201	72.670

O saldo de aplicações financeiras é composto substancialmente por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), de liquidez imediata, em bancos de primeira linha e que rendem entre 98% a 102% (103% em 2020) da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário)

6. Aplicações Financeiras O saldo de R$ 3.487 refere-se as aplicações em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) com vencimentos em novembro e dezembro de 2022, com rendimentos entre 98% e 100% da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário)

7. Contas a receber

	2021	2020
Cartões de crédito e débito de terceiros (i)	51.402	104.094
Duplicatas a receber (ii)	21.953	18.554
Carteira digital / *Marketplace*	2.128	-
Outros créditos - representados por notas de débitos e outros	3.321	3.159
Vendas à vista de lojas (a ser depositado)	2.377	3.262
Ajuste a valor presente (AVP)	(1.482)	(1.322)
	79.699	127.747
Provisão para perdas de crédito esperada	(1.405)	(1.351)
	78.294	126.396

(i) As operações com cartões de crédito de terceiros podem ser pagas em até 10 parcelas sem juros e sem encargos financeiros. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo bruto de cartões de terceiros é de R$ 83.499 (R$ 104.094 em 31 de dezembro de 2020) e o saldo de antecipações de cartões é de R$ 32.097 (zero em 31 de dezembro de 2020). (ii) As vendas a prazo para pessoa jurídica são realizadas por meio de emissão de duplicatas podendo ser pagas em até três parcelas, sem incidência de encargos financeiros.

Composição por prazo de vencimento dos recebíveis:

	2021	2020
A vencer	77.778	125.786
Vencidos até 30 dias	968	1.031
Vencidos de 31 até 60 dias	126	254
Vencidos de 61 até 90 dias	81	71
Vencidos de 91 até 360 dias	249	435
Vencidos acima de 360 dias	497	190
	79.699	127.747

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada está conforme abaixo:

	2021	2020
Saldo inicial	(1.351)	(3.247)
(+) Constituição de provisão	(1.780)	(2.398)
(-) Baixa por perda efetiva do contas a receber	1.726	4.294
Saldo final	(1.405)	(1.351)

Qualidade de créditos. Parte substancial das vendas é realizada por meio de cartões de crédito de diversas bandeiras. A Companhia considera baixo o risco de crédito e adota como política baixar diretamente para o resultado os créditos vencidos para os quais foram esgotados todos os procedimentos de tentativa de recuperação. Foi constituída provisão para perda de crédito esperada, baseada na média histórica de perdas, sendo apurada com base em estudos conjuntos do setor financeiro e do setor contábil da Companhia. Assim a Companhia concluiu que o risco de perdas é equivalente a 1,8% em 31 de dezembro de 2021 (1,01% em 31 de dezembro de 2020) sobre o total das contas a receber líquido de antecipações de cartões. A Administração da Companhia julga que os saldos de provisão são suficientes para cobrir perdas esperadas. **Ajuste a valor presente.** O valor presente é calculado com base na taxa de desconto de 12,5% ao ano (4,9% em 31 de dezembro de 2020), que seria aplicada pela tesouraria da Companhia, caso ocorressem antecipações dos recebíveis com as instituições financeiras.

8. Estoques

	2021	2020
Mercadorias para revenda		
nos centros de distribuição	202.605	189.823
nas lojas	306.034	269.367
Acordos comerciais	(12.826)	(11.583)
Ajuste a valor presente (AVP)	(6.469)	(2.784)
Provisão para obsolescência	(1.330)	(361)
	488.014	444.462

O valor presente das compras de produtos, não vencidos em 2021 foi calculado considerando a taxa de 1,26% ao mês, (0,40% em 2020) apurada como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nessa rubrica até o momento de sua realização.

9. Impostos a recuperar

	2021	2020
Créditos de ICMS-ST a recuperar (i)	340.099	333.980
ICMS-ST a recuperar - operações correntes (saldo credor)	2.315	2.200
Créditos de PIS/COFINS a recuperar (ii)	236.006	253.421
PIS/COFINS a recuperar	16.093	10.322
Antecipação IRPJ/CSLL	595	19.164
PIS/COFINS a recuperar – aquisição de imobilizado	2.288	3.557
Total	597.396	622.644
Circulante	480.219	467.058
Não circulante	117.177	155.586

(i) **ICMS substituição tributária** A partir de 10 de abril de 2008, conforme Decretos Estaduais nº 52.847 e nº 52.942, vários produtos comercializados passaram a ser tributados observando o regime de substituição tributária. O valor do ICMS pago antecipadamente (incluso nas notas fiscais dos fornecedores) é contabilizado em rubrica específica do ativo, sendo levado a resultado na conta "Impostos incidentes sobre vendas" quando do faturamento pela venda dos respectivos produtos. Para as saídas interestaduais o imposto começou a ser recuperado em julho de 2011. Até 31 de dezembro de 2021, o montante recuperado no exercício foi de R$ 147.056 (R$ 118.671 em 31 de dezembro de 2020), conforme legislação específica. Os valores relativos à ICMS-ST são utilizados apenas após a obtenção do código "hash", informado pela SEFAZ, e preferencialmente para pagamento a fornecedores. (ii) **Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS** A Companhia possui duas ações ajuizadas discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente pagos a tal título, conforme segue: Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100: discute-se o direito da Companhia referente aos fatos geradores ocorridos antes da vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, já foi obtida decisão judicial favorável definitiva, transitada em julgado em 28/02/2019, autorizando a compensação dos valores indevidamente recolhidos de PIS e de COFINS, no período de 28/11/2002 até 31/12/2014; neste caso vale ressaltar que apesar do Mandado haver sido ajuizado em 2010, a sentença judicial considerou que os valores foram recolhidos indevidamente desde 2002, porque já havia sido o período apresentado em juízo um Protesto Interruptivo de Prescrição em 2007. Como o Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100 teve trânsito em julgado de forma definitiva em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia reconheceu em 2019 créditos totais de PIS/COFINS no montante total de R$ 257.607 sendo R$ 142.391 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais e R$ 115.216 relativos à atualização monetária e juros como receitas financeiras. A Administração identificou riscos de recuperabilidade sobre os créditos que foram reduzidos em R$ 15.767. Estes créditos potenciais foram avaliados como ativo contingente e, portanto, não registrados. Para este crédito potencial complementar, a Administração está preparando documentação suporte para o pedido de habilitação junto às autoridades fiscais. Em 30 de setembro de 2019, a Companhia protocolou o pedido de habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil. Em 2 de outubro de 2020, foi emitido pela Receita Federal o Despacho Decisório nº 1244/2020, que deferiu o pedido da Companhia de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (processo 0011786-06.2010.4.03.6100). Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100: discute-se o direito da Companhia referente aos fatos geradores ocorridos após a vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, foi concedida a medida liminar (em 15/12/2017) para autorizar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, tendo este provimento sido confirmado em sentença proferida em 14/02/2019. Com esteio nessas decisões, foi efetuada a referida exclusão do ICMS, da seguinte forma: (i) por meio de reconhecimento de créditos extemporâneos, em relação ao ano de 2018, e (ii) diretamente na apuração, a partir de 2019. Em 13 de maio de 2021, o Plenário do STF decidiu que a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS é válida a partir de 15/03/2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento do Recurso Especial (RE) 574.706. Diante deste evento, a Companhia efetuou o registro contábil dos créditos do PIS / COFINS, para o período compreendido entre 1º de abril e 31 de dezembro de 2017, no montante atualizado de R$ 28.015, atualizado pela Taxa SELIC conforme item (i) da decisão, e não registrou ainda os possíveis créditos relativos ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de março de 2017. O registro do crédito teve como contrapartida R$ 23.116 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais e R$ 4.899 relativos à atualização monetária e juros como receitas financeiras. Em 4 de agosto de 2021 foi realizado o julgamento do Recurso de Apelação da Fazenda Nacional, tendo o Tribunal decidido pela: (i) manutenção da sentença na parte em que garantiu o direito das empresas de excluírem o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, incluído o ICMS-ST; e (ii) aplicação da modulação dos efeitos definida no julgamento de repercussão geral firmado pelo STF, de modo a não reconhecer o direito de as empresas reaverem os valores indevidamente pagos no período entre a vigência da Lei nº 12.973/2014 e 03/2017 (que foi a data do primeiro julgamento do STF). Especificamente com relação ao item (ii) da decisão acima mencionada, baseada na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia decidiu apresentar os competentes recursos, especialmente visando discutir a questão da modulação, de modo que não seja restringido o seu direito no mencionado período. Após o registro inicial, estes créditos tributários continuam sendo atualizados com base à SELIC, sendo que no exercício de 2021 foram registrados R$ 8.917 como resultados financeiros (R$ 3.579 em 31 de dezembro de 2020). Os efeitos tributários incidentes sobre os créditos (principal) foram registrados em mesma data como imposto diferido passivo. Portanto o saldo apresentado na rubrica PIS/COFINS a recuperar, está assim composto:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	257.332
Reconhecimento de créditos de transações de 2020	35.665
Atualização monetária dos créditos (após o registro inicial) referentes ao Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100	3.579
Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS	(43.155)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	253.421
Reconhecimento de crédito de transações de 2021	37.150
Reconhecimento de crédito extemporâneo do período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2017	23.116
Atualização monetária dos créditos (após o registro inicial)	8.917
Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS	(86.598)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	236.006

O efeito dos créditos decorrentes do Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100 descritos na movimentação da conta acima foram registrados através da redução do valor da própria despesa na rubrica "PIS e COFINS sobre vendas", redutora das vendas brutas.

10. Partes relacionadas

a) Saldos com partes relacionadas

	2021	2020
Ativo não circulante		
Adiantamentos e conta corrente		
Spiral do Brasil Ltda. (i)	63.185	29.410
Contratos de mútuo		
Acionistas controladores (ii)	439.134	492.086
Blantys Participações Ltda. (ii)	6.507	5.478
	508.826	526.974
Passivo circulante		
Fornecedores		
KA Solution – Tecnologia	901	982
Spiral do Brasil Ltda – risco sacado	85.237	94.647
Empréstimos com partes relacionadas		
Spiral do Brasil Ltda. (iii)	103.003	82.833
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda. (iv)	4.073	-
	107.076	82.833
Arrendamentos e outras contas a pagar		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	736	690
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	1.272	950
	195.222	180.102
Passivo não circulante		
Arrendamentos e outras contas a pagar		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	4.295	4.712
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	7.099	6.254
	11.394	10.966

(i) Refere-se a adiantamentos e conta corrente com parte relacionada permitindo a importação e produção de materiais comercializados pela Companhia. A conta corrente é sujeita à encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que em 2021 ficou entre 0,38% e 1,17% ao mês (entre 0,38% e 0,65% em 2020), sem vencimento predeterminado. (ii) Refere-se a contratos de mútuo classificados no ativo não circulante sujeitos a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que em 2021 ficou entre 0,38% e 1,17% ao mês (entre 0,38% e 0,65% em 2020), sem vencimento predeterminado. (iii) Até 2021 foram realizadas operações de adiantamento de recebíveis pela Spiral relacionadas às compras da Kalunga concluídas ao longo dos anos, nos exercícios subsequentes. Os recursos obtidos pela Spiral decorrentes de adiantamentos junto às instituições financeiras foram transferidos para a Kalunga, que registrou a obrigação com a Spiral em empréstimos com partes relacionadas. Sendo essa transação um passivo assumido pela Companhia com características de financiamento e consequentemente apresentados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa. A Spiral não cobra juros ou encargos sobre essas transações com a Kalunga, sendo os vencimentos em 30 de março e 11 de junho de 2022. (iv) Refere-se a contrato de mútuo, no valor de R$ 4.000, firmado em 10 de novembro de 2021, cujo encargo financeiro corresponde à taxa média ponderada da captação de empréstimos contratados pelo mutuante junto a seus credores e o vencimento em 09 de novembro de 2026.

b) Transações com partes relacionadas

2021

	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendimentos Ltda	Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Acionistas controladores	Blantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	**174.855**	-	-	-	-	-
Aluguéis pagos e apropriados	-	-	721	1.084	-	-
Despesas com tecnologia	-	13.095	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	-	**13.095**	**721**	**1.084**	-	-
Receitas financeiras – mútuo	3.877	-	-	-	34.122	487
Despesas financeiras	-	-	(73)	-	-	-
Total resultado financeiro	**3.877**	-	**(73)**	-	**34.122**	**487**

2020

	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Acionistas controladores	Blantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	**180.532**	-	-	-	-	-
Aluguéis pagos e apropriados	-	-	675	903	-	-
Despesas com tecnologia	-	12.204	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	-	**12.204**	**675**	**903**	-	-
Receitas financeiras – mútuo	1.724	-	-	-	26.650	295
Despesas financeiras	-	-	(460)	-	-	-
Total resultado financeiro	**1.724**	-	**(460)**	-	**26.650**	**295**

c) **Relacionamentos com partes relacionadas:** As partes relacionadas listadas nos quadros anteriores correspondem a entidades controladas pelos (ou sob influência dos) acionistas controladores da Kalunga. A Companhia não possui vínculos societários com estas entidades, seja como investida ou investidora. • Spiral do Brasil Ltda. – fornecedor de produtos fabricados e importados para revenda. A Kalunga proporciona suporte financeiro através de adiantamentos e mútuos de curto prazo ("conta corrente") para esta empresa. Além disso a Kalunga possui financiamentos feitos pela Spiral conforme detalhado no item (iii) anterior; • Blantys Participações Ltda. – a Companhia não realiza transações operacionais com essa parte relacionada, proporcionando apenas suporte financeiro através de mútuos;• Ka Solution Tecnologia – parte relacionada que realiza a atividade de desenvolvimento de TI da Companhia; • DMMG Participações e Empreendimentos Ltda. – locadora do imóvel da sede administrativa da Companhia. Além da locação, a Companhia eventualmente proporciona suporte financeiro através de contratos de mútuos; • Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. – locadora do imóvel da loja situada no bairro de Sacomã (São Paulo). As condições e preços das transações entre as partes relacionadas são estabelecidas em acordos entre as entidades. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas de créditos nas contas a receber de partes relacionadas. As despesas relativas à remuneração do pessoal chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas abaixo:

	2021	2020
Remuneração e encargos	7.604	820
Benefícios	919	264
Total	8.523	1.084

d) **Avais com partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia é avalista da Spiral: (i) Em contratos de FINIMP, para aquisição de mercadoria, com o Banco Bradesco S.A., no valor de R$ 13,2 milhões, com vencimentos entre janeiro de 2022 e maio de 2022 (R$ 15,4 milhões em 31 de dezembro de 2020); (ii) Em cartas de crédito para importação com o Banco Bradesco S.A., com vencimentos entre janeiro de 2022 e maio de 2022, no valor de R$ 13,7 milhões (R$ 5,1 milhões em 31 de dezembro de 2020) e R$ 0,3 milhões com o Santander do Brasil S/A, com vencimento maio de 2022; e (iii) Em cédula de crédito bancário junto ao Banco Itaú, no valor de R$ 6,8 milhões, (R$ 10,0 milhões em 31 de dezembro de 2020) com vencimentos mensais e sucessivos de janeiro de 2022 a novembro de 2024.

11. Depósitos judiciais

	2021	2020
Processos tributários - PIS/COFINS (i)	9.937	8.803
Processos tributários – IRPJ/CSLL (ii)	6.171	-
Processos trabalhistas	499	636
Processos cíveis	689	621
Processos tributários - ICMS DIFAL (iii)	3.223	-
	20.519	10.060

(i) Refere-se majoritariamente ao depósito em juízo dos valores de créditos de PIS e COFINS tomados sobre as despesas consideradas insumos (taxa de cartões, material de embalagens, despesas com telefones e depreciação de máquinas e equipamentos) referentes ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015 para mitigar possíveis efeitos do auto de infração descrito na Nota 18, e a partir de então a Administração não reconheceu tais créditos. (ii) A partir do segundo trimestre de 2021, a Companhia passou a depositar em juízo os montantes relativos à tributação do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS sobre a atualização monetária dos créditos extemporâneos oriundos da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS (Nota 18). A partir de setembro de 2021, baseado no julgamento do leading case RE nº 1.063.187/SC realizado no STF no caso da incidência do IRPJ e CSLL, os depósitos judiciais não foram mais efetuados. (iii) Trata-se de questionamento judicial da legalidade da exigência do Diferencial de Alíquota de ICMS ("DIFAL") pelas Unidades da Federação ("UFs") nas vendas interestaduais de mercadorias destinadas a consumidores finais não contribuintes do ICMS ("Serviços"). A partir da decisão do STF sobre os embargos de declaração dos estados da federação, passaram a ser efetuados depósitos judiciais a partir da competência setembro de 2021.

12. Arrendamentos

	Direito de uso	Passivo de Arrendamento
Saldos em 31 de dezembro de 2020	502.961	(542.831)
Novos contratos	12.106	(11.937)
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos	78.094	(78.094)
Baixa de contratos	(17.509)	19.156
Amortização de direito de uso	(86.711)	-
Juros apropriados no exercício	-	(62.062)
Descontos obtidos COVID-19	-	11.726
Pagamentos de arrendamentos	-	119.056
Saldos em 31 de dezembro de 2021	488.941	544.986
Circulante	-	(82.264)
Não circulante	488.941	(462.722)
Direito de uso, líquidos de amortização	485.821	-
Provisão para desmantelamento, líquido de amortização	3.120	-
Total	488.941	-

	Direito de uso	Passivo de Arrendamento
Saldos em 31 de dezembro de 2019	514.393	(533.148)
Novos contratos	21.785	(21.785)
Provisão de desmantelamento de lojas - componente do Direito de uso	163	
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos	47.806	(47.806)
Baixa de contratos	(2.685)	2.800
Amortização de direito de uso	(78.501)	-
Juros apropriados no exercício	-	(61.354)
Descontos obtidos COVID-19	-	27.780
Pagamentos de arrendamentos	-	90.682
Saldos em 31 de dezembro de 2020	502.961	(542.831)
Circulante	-	(64.181)
Não circulante	502.961	(478.650)
Direito de uso, líquidos de amortização	499.387	-
Provisão para desmantelamento, líquido de amortização	3.574	-
Total	502.961	-

O direito de uso inclui os contratos de locação da Companhia que se referem a imóveis onde estão instaladas as lojas, centros de distribuição e prédio administrativo, bem como locação de equipamentos de informática. A composição dos ativos por direito de uso é como segue:

	2021	2020
Imóveis	488.683	502.685
Equipamentos de informática	258	276
Total	488.941	502.961

A amortização é calculada em bases lineares pelo prazo vigente dos contratos, mais uma renovação, quando aplicável, sendo contabilizada em resultado, conforme sua natureza, em despesa de vendas ou gerais e administrativas, reduzida pelo rateio dos créditos de PIS/COFINS sobre os pagamentos de arrendamentos. Tais contratos tem uma duração de locação que varia de 5 a 24 anos e, quando praticamente certa sua renovação, é considerada a renovação por mais 5 anos, sem alterações nos demais termos e condições. Além disso esses contratos determinam que os pagamentos mínimos são reajustados anualmente pelos índices de inflação, que variam de acordo com as negociações com o locador. As despesas de escalonamento de juros sobre os arrendamentos em resultado apresentam-se reduzida pelo rateio dos créditos de PIS/COFINS sobre os pagamentos de arrendamentos. A Companhia não possui compromissos relevantes relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor. No exercício de 2021, as despesas relativas a estes arrendamentos foram irrelevantes. A taxa média ponderada dos juros de empréstimos incremental aplicado no cálculo do desconto a valor presente dos arrendamentos foi de 10%% a.a. (10,0% a.a. em 2020), apurada sobre as transações de captação de recursos obtida pela Companhia junto a instituições financeiras e ajustes de riscos e garantias. Parte dos contratos de arrendamento da Companhia são baseados em pagamentos variáveis (normalmente um percentual sobre o faturamento das lojas). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas relativas a pagamentos de aluguéis variáveis totalizaram R$ 444 (R$ 1.457 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia não identificou indicadores de não recuperação de ativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O valor de arrendamentos a pagar vincendo a longo prazo está assim distribuído:

	Pagamentos	Crédito potencial de PIS e COFINS
De 2023 a 2027	538.708	49.830
De 2028 a 2032	74.200	6.864
De 2033 a 2036	6.881	636
Total dos pagamentos mínimos	619.789	57.330
Ajuste a valor presente dos pagamentos mínimos	(157.067)	
Valor presente dos pagamentos mínimos	462.722	

Informações adicionais – Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019.

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/N. 02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal). Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras. A comparação dos saldos dos fluxos de arrendamentos, com e sem a projeção de inflação, está demonstrada abaixo:

	2021	2022	2023	2024	2025
Passivo de arrendamento					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	544.186	462.592	373.121	285.024	200.009
Projeção Nominal e Taxa nominal	640.653	564.864	473.691	376.090	274.807
Ativo de direito de uso (i)					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	486.541	392.400	300.933	218.539	145.826
Projeção Nominal e Taxa nominal	529.555	429.707	331.760	242.703	163.771
Encargos financeiros					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	(62.062)	(57.528)	(47.979)	(37.994)	(28.214)
Projeção Nominal e Taxa nominal	(76.088)	(69.048)	(59.822)	(49.230)	(37.999)
Despesa de amortização do direito de uso (i)					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	(86.380)	(93.162)	(91.467)	(82.394)	(72.713)
Projeção Nominal e Taxa nominal	(85.202)	(99.590)	(97.948)	(89.057)	(78.932)
Total de despesa					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	(148.442)	(150.690)	(139.446)	(120.388)	(100.927)
Projeção Nominal e Taxa nominal	(161.290)	(168.638)	(157.770)	(138.287)	(116.931)

(i) projeção considera apenas o componente de direito de uso referente ao fluxo descontado dos pagamentos mínimos de arrendamento.

13. Imobilizado

	Imobilizado Terrenos	Benfeitorias	Instalações	Equipamentos de informática	Empilhadeiras	Móveis e Utensílios	Aeronaves	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total imobilizado
Saldos em 31/12/2019	20.781	65.785	57.602	4.934	3.995	6.072	6.063	126	5.024	1.413	171.795
Custo total	20.781	147.105	99.978	23.785	6.511	11.472	9.152	159	7.715	1.413	328.071
Depreciação acumulada	-	(81.320)	(42.376)	(18.851)	(2.516)	(5.400)	(3.089)	(33)	(2.691)	-	(156.276)
Valor contábil, líquido	20.781	65.785	57.602	4.934	3.995	6.072	6.063	126	5.024	1.413	171.795
Acuisição	-	9.907	5.557	1.532	90	1.586	-	-	14	76	18.762
Baixas	-	(312)	-	-	-	-	-	-	(78)	-	(390)
Depreciação	-	(15.839)	(8.499)	(2.195)	(486)	(970)	(353)	(8)	(780)	-	(29.130)

	Imobilizado Terrenos	Benfeitorias	Instalações	Equipamentos de informática	Empilhadeiras	Móveis e Utensílios	Aeronaves	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total imobilizado
Cisão parcial	(20.781)	-	-	-	-	-	-	-	(1.918)	(472)	(23.171)
Transferências	-	-	274	-	-	1	-	-	-	(275)	-
Saldos em 31/12/2020	-	**59.541**	**54.934**	**4.271**	**3.599**	**6.689**	**5.710**	**118**	**2.262**	**742**	**137.866**
Custo total	-	148 090	105.809	25.317	6.601	13.060	8.951	159	3.685	742	312.414
Depreciação acumulada	-	(88.549)	(50.875)	(21.046)	(3.002)	(6.371)	(3.241)	(41)	(1.423)	-	(174.548)
Valor contábil, líquido	-	**59.541**	**54.934**	**4.271**	**3.599**	**6.689**	**5.710**	**118**	**2.262**	**742**	**137.866**
Aquisição	-	5.288	7.681	704	233	326	704	-	5	451	15.392
Baixas	-	(9.483)	-	-	-	-	(208)	-	-	-	(9.691)
Depreciação	-	(15.303)	(9.724)	(2.093)	(504)	(1.082)	(468)	(8)	(356)	-	(29.538)
Transferências	-	-	17	-	-	290	-	-	-	(307)	-
Saldos em 31/12/2021	-	**40.043**	**52.908**	**2.882**	**3.328**	**6.223**	**5.738**	**110**	**1.911**	**886**	**114.029**
Custo total	-	143.895	113.507	26.021	6.834	13.676	9.447	159	3.690	886	318.115
Depreciação acumulada	-	(103.852)	(60.599)	(23.139)	(3.506)	(7.453)	(3.709)	(49)	(1.779)	-	(204.086)
Valor contábil, líquido	-	**40.043**	**52.908**	**2.882**	**3.328**	**6.223**	**5.738**	**110**	**1.911**	**886**	**114.029**

A Companhia não identificou indícios que indicassem potencial não recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, o valor de R$ 2.635 (R$ 3.885 em 31 de dezembro de 2020), relativos aos bens do ativo imobilizado foram dados em garantias dos empréstimos e financiamentos.

14. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores nacionais - terceiros	719.038	619.884
Fornecedores nacionais - risco sacado com terceiros (i)	3.847	2.565
Fornecedores nacionais - risco sacado com partes relacionadas (i)	85.237	94.647
Ajuste a valor presente (AVP)	(14.289)	(5.875)
	793.833	711.221

O ajuste a valor presente para 31 de dezembro de 2021 foi calculado considerando a taxa de 1,26% ao mês (0,52% a.m. em 31 de dezembro de 2020) apurada como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nessa rubrica até o momento de sua realização. (i) A Companhia disponibiliza a seus fornecedores e para a parte relacionada Spiral a possibilidade de realização de uma operação triangular com instituições financeiras denominada "risco sacado". Essa operação possibilita que os fornecedores, desde que previamente aprovados pela Companhia, antecipem o recebimento de suas faturas junto a instituições financeiras, mediante desconto por uma taxa de juros pactuada entre as partes. Cabe salientar que estes títulos são mantidos na avaliação do ajuste a valor presente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram antecipados R$ 20.512 pelos fornecedores terceiros que geraram uma receita de comissão à Companhia de R$ 606 (em 2020 foram antecipados R$ 18.961 e a receita foi de R$ 1.450), registrada como receita financeira, líquida do custo de captação e impostos incidentes.

15. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Juros	Vencimento	2021	2020
Capital de giro - Cédula de Crédito Bancário (CCB)	Variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 2,10% a 3,95% a.a	Ago/2025	686.677	824.642
Compror (financiamento de compras)	Variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 1,19% ao ano	Jun/2021	-	357
Outros financiamentos	Juros fixos de 10,1% a 12,4% a.a	Nov/2024	1.695	2.993
			688.372	827.992
Circulante			229.896	244.779
Não circulante			458.476	583.213

Composição do não circulante, por ano de vencimento:

Ano	2021	2020
2022	-	148.676
2023	193.851	174.309
2024	165.855	161.302
2025	98.770	98.926
	458.476	**583.213**

Os contratos não possuem cláusulas restritivas. A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada na Nota 28.3. **a. Garantias:** Em garantia dos contratos de capital de giro e Compror, foram concedidas cédulas de crédito bancário avalizadas pelos acionistas controladores e mais recebíveis de cartões de crédito em 13% a 30% do saldo devedor do empréstimo (dependendo da instituição financeira) e, a critério do credor, caso o saldo de garantia de recebíveis não atenda aos limites contratados, a instituição financeira tem o direito a retenção de recebíveis até os limites de garantias estipuladas, nos períodos apresentados os limites de garantias foram atendidas, bem como, requerer a alocação de certa quantia em aplicação financeira na própria instituição financeira. Já nos contratos outros financiamentos, as garantias são os próprios bens financiados mais aval dos acionistas controladores.

16. Obrigações fiscais

	2021	2020
IRRF a recolher	1.850	1.460
ISS de terceiros a recolher	68	81
CSLL, PIS, COFINS e IOF a recolher	2.035	275
Impostos sobre vendas e serviços a recolher	17.943	15.958
Total de impostos a pagar	**21.896**	**17.774**
Parcelamento PIS/COFINS - PERT	**15.186**	**22.866**
Total de obrigações fiscais	**37.082**	**40.640**
Circulante	28.515	26.142
Não circulante	8.567	14.498

Em setembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/17, para pagamento de auto de infração, relativo a créditos de PIS/COFINS, relativos ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015. Com a adesão, a multa aplicada foi reduzida em 40% e os juros em 80%, sendo parcelado em 150 parcelas mensais e consecutivas, vencida a primeira em 30/09/2017 e a última em 31 de janeiro de 2030. A partir de então, a Companhia deixou de tomar determinados créditos, porém ajuizou ação contra a Receita Federal do Brasil - RFB com o objetivo de recuperá-los. Com objetivo de minimizar os efeitos de possíveis novos autos de infração em relação as operações do ano de 2016 e parte do ano de 2017 foram efetuados depósitos judiciais. A seguir demonstramos a movimentação do parcelamento de tributos:

Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2019	**8.026**
Novos parcelamentos	21.790
Atualização monetária	547
Pagamentos realizados	(7.497)
Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2020	**22.866**
Novos parcelamentos (i)	1.260
Atualização monetária	390
Pagamentos realizados	(9.330)
Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2021	**15.186**
Circulante	6.619
Não circulante	8.567

(i) Em 25 de março de 2021, a Companhia aderiu ao parcelamento do auto de infração referente ao não recolhimento de ICMS para operações de saída no Distrito Federal.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2021	2020
2022	-	6.164
2023	3.473	3.396
2024	849	823
2025	849	823
2026	849	823
2027	849	823
2028	849	823
2029	849	823
	8.567	**14.498**

17. Receita diferida

	2021	2020
Garantia estendida e seguros para roubo, furto e quebra acidental (i)	1.932	1.988
Adiantamentos recebidos (ii)	107	123
	2.039	**2.111**

(i) O seguro de garantia estendida tem como objeto garantir ao segurado (cliente da Kalunga) a reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de evento amparado pelas condições gerais da apólice de seguros. Pelas vendas do seguro de garantia, a Kalunga é remunerada entre 50% a 70% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro de garantia estendida, registrando tal recebimento na rubrica "Receita diferida". Findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela seguradora (até o quinto dia útil do mês subsecuente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica "Venda de serviços". A Companhia iniciou em 2019 também a comercialização de seguro para roubo, furto e quebra acidental, o qual garante ao segurado (cliente da Kalunga) a indenização, reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de sinistros amparados pelas condições gerais da apólice de seguros. Pelas vendas desta modalidade, a Kalunga é remunerada em 49% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro contra roubo, furto e quebra acidental, registrando tal recebimento na rubrica "Receita diferida". As apurações têm frequência em regime mensal, e findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela Seguradora (até o décimo dia útil do mês subsequente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica "Venda de serviços". (ii) Trata-se de adiantamentos recebidos para publicações de propagandas na Revista Kalunga.

18. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

a) Provisões para perdas prováveis.

Foram constituídas provisões sobre as causas que os assessores jurídicos consideram como perda provável, demonstradas a seguir:

	2021	2020
Trabalhistas	1.455	2.479
Cíveis	623	531
Tributárias	6.556	6.770
	8.634	**9.780**

Contingências trabalhistas: As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores, requerendo indenizações e verbas previdenciárias incorporadas. **Contingências cíveis:** As causas cíveis referem-se a reclamações efetuadas por consumidores dentro do âmbito do Código de Defesa do Consumidor. **Contingências tributárias:** As causas tributárias referem-se a créditos de PIS / COFINS, tomados de janeiro de 2017 a setembro de 2020, que poderão ser questionados pela autoridade competente. A Companhia está avaliando em conjunto com sua assessoria tributária a alternativa mais adequada para mitigação do risco envolvido. A movimentação das provisões para perdas prováveis está demonstrada abaixo:

	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.999	863	6.871	9.733
Provisão (reversão)	731	187	(101)	817
Pagamentos	(251)	(519)	-	(770)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2.479**	**531**	**6.770**	**9.780**
Provisão (reversão)	(548)	552	(214)	(210)
Pagamentos	(476)	(460)	-	(936)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.455**	**623**	**6.556**	**8.634**

b) Contingências avaliadas como perda possível, portanto, não provisionadas. Os processos judiciais de risco de perda possível, estão apresentados abaixo por natureza:

Natureza	2021	2020
Cível	1.250	84
Trabalhista	7.388	2.669
Tributário	16.639	126.329
	25.277	**129.082**

Os valores relacionados a causas tributárias em 31 de dezembro de 2021 se referem substancialmente a: i) Auto de infração lavrado durante o exercício de 2017 sobre créditos de PIS e COFINS tomados pela Companhia no montante de R$ 5.921 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 7.250 em 31 de dezembro de 2020); e ii) A Companhia, até 30 de junho de 2021, amparada na posição de seus assessores jurídicos, não adicionou a atualização monetária dos créditos extemporâneos da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS (Nota 9), na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social nem na base de tributação de PIS e COFINS. Os assessores jurídicos avaliaram até essa data que, em caso de autuação, o risco de perda é possível. A partir de setembro de 2021, baseado no julgamento do *leading case* RE nº 1.063.187/SC realizado no STF, os assessores jurídicos da Companhia passaram a classificar o risco de perda como remoto, no caso da incidência do IRPJ e CSLL, e mantém como possível o risco de perda relativo à incidência de PIS / COFINS, sobre as atualizações monetárias na repetição de indébitos, no montante de R$ 8.047 (R$ 104.548 em 31 de dezembro de 2020, sendo R$ 97.074 de IR / CS e R$ 7.474 de PIS / COFINS).

19. Patrimônio líquido

(a) Capital social Em 31 de dezembro de 2021 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 8.300, representado por 500.000.000 ações ordinárias (idem em 31 de dezembro de 2020), sendo 50% detido por cada um dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 750.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal (idem em 31 de dezembro de 2020). **(b) Alterações societárias** Em 1º de setembro de 2020, foi efetuado um aumento de capital pelos sócios quotistas no montante de R$ 23.171, através de parte do saldo de lucros acumulados. Foi mantida a participação de 50% detido por cada um dos sócios quotistas. Conforme alteração e consolidação do contrato social datada de 1º de setembro de 2020, foi efetuada a cisão parcial do acervo líquido contábil, que foi transferido para a empresa Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. O acervo líquido contábil transferido foi no montante de R$ 23.171, e está representado em sua integralidade por bens do ativo imobilizado (Nota 13). Em 14 de outubro de 2020, os sócios quotistas aprovaram a conversão da Companhia de uma Sociedade Limitada para uma Sociedade por Ações, e a alteração da razão social para Kalunga S.A. e as 830.000.000 quotas foram convertidas em 500.000.000 ações ordinárias. **(c) Reserva legal** Conforme artigo 193 da Lei 6.404/76 e 28 do Estatuto Social, do lucro líquido do exercício apurado, deduzidos os prejuízos acumulados e qualquer provisão de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, serão destinados 5%, no mínimo, do saldo remanescente para a constituição de reserva legal, no limite, em que o saldo desta reserva não supere 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 foi constituída reserva legal no montante de R$ 1.680. **(d) Reserva para investimento** Conforme artigo 28 §3º do Estatuto Social, após a constituição da reserva legal e observada a distribuição mínima obrigatória de dividendos, a Assembleia Geral poderá, por proposta da Administração, destinar o lucro líquido remanescente para constituição de reserva para investimento, a qual tem a finalidade de assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro. O saldo desta reserva não poderá ultrapassar, junto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, o capital social. Em 31 de dezembro de 2021 foram constituídos R$ 35.870 de reserva de investimento, encerrando o exercício social com um saldo de R$ 38.981. As reservas de lucros, a de investimentos mais a reserva legal descrita no "c", ultrapassam o capital social, em desacordo com o artigo 199 da Lei 6.404/76. (Com relação a esse assunto vide Nota Explicativa 32 - Eventos subsequentes.) **(e) Reserva especial de dividendos** Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2021, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R$ 143.000 com base na reserva especial de dividendos. O valor dos dividendos aprovados foi liquidado através de compensação com o saldo devedor de mútuo mantido com os acionistas controladores (Nota 10). **(f) Dividendos mínimos obrigatórios** Em consonância com artigo 202 da Lei 6.404/76 e artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, foram destinados R$ 11.957 para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. **(g) Custos com emissão de ações** Conforme descrito na Nota 1, em 8 de março de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria "A" na CVM, visando uma captação de recursos financeiros através de oferta pública inicial de ações (IPO). Conforme requerido pelo CPC 08 (R1), os custos de transação incorridos até 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 3.638, foram mantidos em conta transitória como pagamento antecipado no grupo de outros ativos circulantes. Caso o IPO seja concretizado, esse montante será baixado contra uma conta redutora de patrimônio líquido como custos de emissão de ações. Caso a Companhia desista do IPO, então esse montante será baixado como despesa no resultado do exercício corrente.

20. Gestão de capital Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital da Companhia, a Administração pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice do grau de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos de curto e longo prazo, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, os quais podem ser assim sumariados:

	2021	2020
(+) Empréstimos e financiamentos	688.372	827.992
(-) Aplicação financeira	(3.487)	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(16.201)	(72.670)
(=) Dívida líquida	**668.684**	**755.322**
(+) Total do patrimônio líquido	48.947	154.417
(=) Total do capital	**717.631**	**909.739**
Índice de alavancagem financeira - %	93,18	83,03

21. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2021	2020
Vendas brutas de produtos	2.766.729	2.426.693
Venda de serviços	11.141	9.982
Ajuste a valor presente (AVP)	(19.057)	(13.153)
Devoluções	(50.838)	(45.663)
ICMS sobre vendas	(441.758)	(382.745)
PIS e COFINS sobre vendas	(211.184)	(185.434)
ISSQN sobre vendas de serviços	(535)	(481)
Receita líquida	2.054.498	1.809.199

A abertura da receita líquida por canal de vendas é como segue:

	2021	2020
Lojas físicas	1.639.130	1.377.067
Canal digital	412.757	430.218
Copy & Print	2.611	1.914
	2.054.498	1.809.199

22. Despesas com vendas

	2021	2020
Salários e encargos sociais	(213.357)	(185.171)
Amortização de direito de uso de arrendamentos (i)	(78.761)	(72.140)
Depreciação e amortização	(28.504)	(27.655)
Taxa de cartão de crédito	(33.501)	(27.319)
Propaganda e publicidade	(31.043)	(29.401)
Aluguéis (ii)	(22.299)	(1.478)
Energia elétrica, água e telefone	(24.395)	(19.579)
Fretes com vendas	(17.963)	(25.736)
Imposto predial e taxas de funcionamento	(13.928)	(13.379)
Despesas com manutenção	(6.443)	(7.892)
Despesas com ICMS/ICMS Difal	(16.273)	(17.671)
Serviços de terceiros	(10.849)	(7.706)
Materiais de embalagem	(5.487)	(5.575)
Impressos e material de escritório	(3.487)	(2.809)
Royalties	(2.344)	(3.602)
Provisão para perdas esperadas do contas a receber	(1.780)	(2.398)
Quebra de caixa	(320)	(175)
Pró-labore	-	(270)
Outras despesas	(6.414)	(18.921)
	(517.148)	(468.877)

(i) Esse montante compreende R$ 86.711 de amortização de direito de uso dos arrendamentos e gastos com desmantelamento (R$ 78.501 em 2020), líquido de R$ 7.950 de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos (R$ 6.361 em 2020). (ii) Esse montante contempla o desconto de R$ 11.726 obtido dos arrendadores devido ao COVID-19 (R$ 27.780 em 2020).

23. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Serviços de terceiros	(27.780)	(28.557)
Salários e encargos sociais	(28.204)	(21.915)
Provisão (reversão) de contingências e despesas de indenizações	210	(174)
Manutenção	(676)	(1.376)
Depreciação e amortização	(2.517)	(2.459)
Amortização de direito de uso de arrendamentos (i)	(644)	(429)
Energia elétrica, água e telefone	(421)	(448)
Aluguéis	(197)	(243)
Pró-labore	(5.400)	(270)
Legais e tributárias	(191)	(884)
Outras despesas	(1.588)	(5.122)
	(67.408)	(61.877)

(i)Esse montante compreende R$ 710 (R$ 473 em 2020) de amortização de direito de uso dos arrendamentos e gastos com desmantelamento (Nota 12), líquido de R$ 66 (R$ 44 em 2020) de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos.

24. Outras receitas operacionais, líquidas

	2021	2020
Crédito extemporâneo – PIS e COFINS (i)	23.116	-
Outras receitas e despesas	(2.950)	1.011
	20.166	1.011

(i) A Companhia reconheceu em 2021 créditos de PIS/COFINS pela exclusão do ICMS da base de cálculo referente ao período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2017. Tal reconhecimento foi decorrente da decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) ocorrida em 13 de maio de 2021 ratificando a exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS a partir de 15 de março de 2017. O montante total foi de R$28.015 mil, sendo R$23.116 de valores de principal e R$4.899 de receita financeira pela atualização monetária registrado como receitas financeiras. Vide Nota 9.

25. Resultado financeiro

	2021	2020
Despesas financeiras		
Juros sobre passivo de arrendamento (ii)	(59.619)	(59.813)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(57.286)	(39.178)
Juros s/ empréstimos c/ partes relacionadas	(73)	(460)
Despesas bancárias	(2.844)	(5.533)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(38.861)	(34.083)
Outros	(13.027)	(7.320)
	(171.730)	(146.387)
Receitas financeiras		
Juros sobre contratos de mútuo (partes relacionadas)	38.486	28.669
Juros ativos	326	254
Descontos obtidos	26	442
Rendimento de aplicações financeiras e operações de liquidez imediata e comissões sobre operações de risco sacado	1.318	2.171
Ajustes a valor presente de contas a receber	18.898	14.158
Variação monetária	1.508	1.122
(-) Impostos sobre receitas financeiras	(2.231)	(1.934)
Atualização monetária PIS / COFINS (i)	8.917	3.934
	67.248	48.816
Resultado financeiro	(104.482)	(97.571)

(i) Atualização monetária dos créditos de PIS e COFINS do ganho de causa transitada e julgada de ação ajuizada discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, líquido de impostos incidentes. Vide Nota 9. (ii) Esse montante compreende R$ 62.062 de juros de arrendamento (Nota 12), líquido de R$ 2.443 de PIS e COFINS (R$ 61.354 e R$ 1.541 em 2020, respectivamente).

26. Imposto de renda e contribuição social

(a) Conciliação da taxa efetiva

	2021	2020
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	71.073	(2.644)
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais - 34%	(24.165)	899
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
PAT - Programa de alimentação do trabalhador	342	134
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	24	24
Outras adições e exclusões permanentes	2.213	(1.186)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(21.586)	(129)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(22.442)	(8.134)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	856	8.005
	(21.586)	(129)
	30,37%	-4,88%

(b) Diferido

A composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos está abaixo demonstrada:

	2021	2020
Provisão para perdas de crédito esperada	(478)	(459)
Provisão para perdas de estoques	(452)	(123)
Provisões para contingências trabalhistas e cível	(2.936)	(3.325)
Ajuste a valor presente	2.155	602
Arrendamentos	(19.055)	(13.555)
Diferença de taxa de depreciação	377	244
Ganho de causa exclusão de ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (Nota 9)	43.683	41.367
Bonificação de estoques não realizados	(4.361)	(3.938)
Outros	(1.480)	(2.504)
Imposto de renda diferido passivo, líquido	**17.453**	**18.309**

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos está abaixo demonstrada:

	2021	2020
Saldo inicial imposto de renda diferido passivo, líquido	(18.309)	(26.314)
Constituição (reversão) no resultado do exercício	856	8.005
Saldo final imposto de renda diferido passivo, líquido	(17.453)	(18.309)

27. Resultado por ação

O cálculo do (prejuízo) lucro líquido básico e diluído por ação é feito por meio da divisão do (prejuízo) lucro líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações existentes no exercício. A Companhia não possuía instrumentos diluidores do (prejuízo) lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	49.487	(2.773)
Quantidade média ponderada de ações no exercício	500.000.000	500.000.000
Lucro (prejuízo) por ação – básico e diluído (expressos em Reais)	0,0990	(0,0055)

28. Instrumentos financeiros

28.1 Gestão de risco financeiro. As atividades da Companhia a expõe a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. **(a) Risco de mercado** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço. **Risco de taxa de juros** A Companhia está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre equivalentes de caixa e sobre os empréstimos e financiamentos que têm suas taxas atreladas substancialmente à variação do CDI. Os parcelamentos de impostos estão atrelados substancialmente à Selic. No caso dos empréstimos e financiamentos, o risco associado decorre da possibilidade de aumento nas taxas de juros que resultem em acréscimo das despesas financeiras. Já para as aplicações financeiras, o risco decorre da possibilidade de redução nas taxas de CDI que diminuam as receitas financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de

volatilidade dessas taxas. Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve as oscilações que podem gerar ganhos ou perdas para a Companhia com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada. Apesar da revogação da Instrução CVM nº 475/08, entendemos que a apresentação dos percentuais de deterioração de 25% e 50% continuam sendo úteis para entendimento da sensibilidade envolvida nos instrumentos financeiros da Companhia. A análise de sensibilidade demonstrada abaixo considera a variação das taxas de juros sobre os ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021:

	Risco	2021	Taxa	Resultado Financeiro – Cenário provável (i)	Cenário 25%	Cenário 50%
Ativos:						
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Redução do CDI	6.471	CDI	302	226	152
Aplicações financeiras (AC)	Redução do CDI	3.487	CDI	400	300	201
Partes relacionadas	Redução do CDI	508.826	CDI	59.075	44.306	29.538
	Subtotal	**518.784**		**59.777**	**44.832**	**29.891**
Passivos:						
Empréstimos e financiamentos: capital de giro e Compror (*)	Alta do CDI	688.802	CDI	(79.970)	(99.963)	(119.955)
Parcelamento de tributos	Alta da Selic	15.186	Selic	(1.405)	(1.756)	(2.108)
	Subtotal	**703.988**		**(81.375)**	**(101.719)**	**(122.063)**
	Total	**185.204**		**(21.598)**	**(56.887)**	**(92.172)**

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data base de 30 de dezembro de 2021 (11,61% a.a.) para 360 dias. Para o cenário provável da SELIC foi considerada a projeção divulgada em Boletim Focus emitido pelo Banco Central em 03 de dezembro de 2021 (9,25% a.a.). (*) Valor bruto dos custos de amortizar de captações de recursos de terceiros

(b) Risco de crédito A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de créditos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber, o qual atualmente não é significativo, pois parte substancial das vendas é realizada à vista, ou, por meio de cartão de crédito, onde o risco de crédito é substancialmente com as administradoras de cartões. Para caixa e equivalentes de caixa, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não concentrar os investimentos em um único grupo econômico. **(c) Risco de liquidez** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Para gerenciar a liquidez do caixa, a Administração estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros, mantendo controle efetivo. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um capital circulante líquido de R$ 229.111 (R$ 72.780 em 31 de dezembro de 2020). O endividamento está representado substancialmente por empréstimos e financiamentos com terceiros e com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2021	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Fornecedores	793.833	-	-	-	793.833
Passivo de arrendamento	82.264	394.326	68.396	-	544.986
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	107.076	107.076
Empréstimos e financiamentos	229.896	193.851	264.625	-	688.372
Total	**1.105.993**	**588.177**	**333.021**	**107.076**	**2.134.267**

Em 31 de dezembro de 2020	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Fornecedores	711.221	-	-	-	711.221
Passivo de arrendamento	64.181	303.176	175.474	-	542.831
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	82.833	82.833
Empréstimos e financiamentos	244.779	583.213	-	-	827.992
Total	**1.020.181**	**886.389**	**175.474**	**82.833**	**2.164.877**

(d) Instrumentos derivativos A Companhia não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros instrumentos de risco. Em 31 de dezembro de 2021 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

28.2 Classificação dos instrumentos financeiros

	Classificação	Hierarquia Valor Justo	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Nível 2	16.201	72.670
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 2	78.294	126.396
Aplicação financeira	Custo amortizado	Nível 2	3.487	-
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	508.826	526.974
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	20.519	10.060
			627.327	**736.100**
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	793.833	711.221
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	688.372	827.992
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 2	544.986	542.831
Empréstimos com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	107.076	82.833
			2.134.267	**2.164.877**

Os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2021 estão próximos dos valores justos nas respectivas datas. Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

28.3 Mudanças dos passivos financeiros nas atividades de financiamento

2021

	Em 31 de dezembro de 2020	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Juros provisionados	Descontos obtidos	Em 31 de dezembro de 2021
Passivo de arrendamento	542.831	(56.017)	(62.061)	69.897	62.062	(11.726)	544.986
Empréstimos e financiamentos	827.992	(196.427)	(55.354)	54.875	57.286	-	688.372
Empréstimos com partes relacionadas	82.833	(232.344)	-	256.514	73	-	107.076
	1.453.656	**(484.788)**	**(117.415)**	**381.286**	**119.421**	**(11.726)**	**1.340.434**

2020

	Em 31 de dezembro de 2019	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Juros provisionados	Descontos obtidos	Em 31 de dezembro de 2020
Passivo de arrendamento	533.148	(32.706)	(57.976)	66.791	61.354	(27.780)	542.831
Empréstimos e financiamentos	643.380	(128.660)	(63.428)	337.542	39.178	-	827.992
Empréstimos com partes relacionadas	149.966	(401.504)	(875)	334.766	460	-	82.833
	1.326.494	**(562.870)**	**(122.279)**	**739.099**	**100.992**	**(27.780)**	**1.453.656**

29. Pagamento baseado em ações Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de dezembro de 2020 foi aprovado o Plano de Outorga de Ações Restritas. A Administração do plano e outorga de opções caberá ao Conselho de Administração. Até 31 de dezembro de 2021, não foram outorgadas opções e não houve, consequentemente, nenhum registro contábil desse plano.

30. Transações que não afetam caixa As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	2021	2020
Abatimento de dividendos distribuídos do mútuo a receber de partes relacionadas	143.000	-
Arrendamentos contratados durante o exercício e provisão de desmantelamento	11.652	21.948
Remensuração de arrendamentos	79.227	47.806
Descontos obtidos no pagamento de arrendamento	11.726	27.780
Baixa de contratos de arrendamento	1.485	115
Aumento de capital com lucros acumulados	-	23.171
Cisão parcial de ativo imobilizado	-	(23.171)
Compensação de IR e CS correntes com saldo de pagamentos a maior em 2020	10.789	-
Compensação de IR e CS correntes com créditos de PIS e COFINS	8.967	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	11.957	-

31. Seguros contratados Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém cobertura de seguros para o ativo imobilizado, estoques e despesas fixas de um ano, como a seguir indicados, para cobrir os riscos de eventuais sinistros: (a) Estabelecimentos comerciais (lojas) - incêndio, raio, explosão e outros eventos da natureza,no montante total de R$ 716.056 (R$ 719.507 em 31 de dezembro de 2020), com um limite máximo garantido de R$ 98.100 (R$ 95.000 em 31 de dezembro de 2020); Centros de Distribuição no montante total de R$ 263.080 (R$ 314.317 em 31 de dezembro de 2020), com um limite máximo garantido de R$ 225.302 (R$ 245.100 em 31 de dezembro de 2020); (b) Demais riscos, incluindo responsabilidade civil, nos montantes máximos de R$ 5.500 (R$ 3.167 em 31 de dezembro de 2020); (c) Seguro aeronáutico no montante limite de US$ 13 milhões de dólares americanos (idem em 31 de dezembro de 2020), equivalentes a R$ 72.547 (R$ 67.557 em 31 de dezembro de 2020); (d) Responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O) com um limite máximo garantido de R$ 60.000 (R$ 80.000 em 31 de dezembro de 2020); e (e) Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética (CyberEdge) com um limite máximo garantido de R$ 1.000.

32. Eventos subsequentes Em atendimento ao artigo 202 da Lei 6.404/76, e ao artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, foi registrado no encerramento do exercício social o valor de R$ 11.957 relativos à distribuição do dividendo mínimo obrigatório, e R$ 35.870 relativos a Reserva para Investimentos, conforme descrito na nota explicativa 19 – Patrimônio Líquido. Com o objetivo de reforçar a estrutura de capital da Companhia, a Diretoria Executiva propôs e foi acatado pelo Conselho de Administração, que os valores relativos ao dividendo mínimo obrigatório e a reserva de investimentos, que totalizam R$ 47.827, sejam utilizados para aumento do Capital Social, elevando o mesmo de R$ 8.300 para R$ 56.127. Esta proposta está sujeita à deliberação dos acionistas na próxima Assembleia Geral a ser convocada.

Conselho da Administração

Paulo Sérgio Menezes Garcia – Presidente do Conselho de Administração
Emerson Piovezan – Vice-Presidente do Conselho de Administração
José Roberto Menezes Garcia
Antonio Maurício Maurano
German Pasquale Quiroga Vilardo

Diretoria

José Roberto Menezes Garcia – Diretor-Presidente
Felipe de Albuquerque Campos – Diretor Financeiro e de Relação com Investidores
Hoslei Amauri Touro Pimenta – Diretor

CONTADOR
Jovino Domingues Vieira
CRC-SP: 1SP 128.130/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Kalunga S.A. - São Paulo - SP.

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Kalunga S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Créditos de PIS e COFINS oriundos da exclusão de ICMS da base de cálculo** Conforme divulgado na nota explicativa 8, a Companhia obteve decisão judicial de trânsito em julgado garantindo-lhe o direito de excluir o ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, referentes ao período de 28 de novembro de 2002 a 31 de julho de 2014, incluindo a correção devida. Tal trânsito em julgado ocorreu em 29 de fevereiro de 2019, e está em linha com o apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 15 de março de 2017, data que foi fixada a tese de repercussão geral, quando do julgamento do recurso extraordinário (RE) 574.706. Consequentemente, foram reconhecidos créditos de PIS e COFINS no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais foram mensurados considerando julgamentos, interpretações e premissas da administração, e outras informações conforme a documentação que suportam os créditos. Adicionalmente, em 2021 a Companhia reconheceu os créditos do PIS e COFINS, decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo, para o período compreendido entre 1º de abril de 2017 e 31 de dezembro de 2017 no montante de R$ 28.015 mil, incluindo a correção devida, levando em consideração a decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) ocorrida em 13 de maio de 2021 ratificando a exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS a partir de 15 de março de 2017. O processo de cálculo de tais créditos envolveu um número relevante de operações, bem como julgamentos relevantes da administração sobre as modalidades de ICMS que deram origem aos créditos tributários reconhecidos. Em 31 de dezembro de 2021 o valor dos créditos de PIS e COFINS a recuperar era de R$ 236.006 mil. Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido a magnitude dos valores envolvidos e do julgamento aplicado na mensuração das estimativas utilizadas por parte da administração na elaboração das projeções para realização desses créditos, as quais podem ser afetadas por condições futuras de mercado e econômicas que não estão sob o controle da Companhia. **Como a nossa auditoria conduziu esse assunto** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o envolvimento de especialistas em impostos para nos auxiliar a avaliar os impactos fiscais envolvidos; a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia; a avaliação da integridade das bases utilizadas para apuração dos créditos; a interpretação da administração dos termos e condições da sentença prolatada e a razoabilidade dos julgamentos aplicados pela administração nos cálculos para determinação dos créditos tributários e sua realização futura e a adequação das divulgações na nota explicativa 8 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados na mensuração dos créditos tributários e na expectativa de realização destes créditos, assim como as divulgações incluídas na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos. Demonstração do valor adicionado.** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Carmen Lucia Chulek Carone
Contador CRC-PR 054644/O-7

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Despacho do Prefeito Municipal de Quatá de 30/03/2022. Processo Licitatório nº 009/2022 – Tomada de Preços nº 002/2022 – Adjudicando e homologando o procedimento licitatório referente à Tomada de Preços nº 002/2022, do tipo menor preço, para contratação de empresa para recapeamento asfáltico em ruas municipais, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, em favor da empresa OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A. Marcelo de Souza Pécchio - Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDURI

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022

... Móvel Pessoal (SMP - Serviço Móvel Pessoal), no sistema pós-pago, abrangendo as ligações locais (VC1), ligações de longa distância (VC-2 e VC-3) e de roaming nacional, whatsapp, serviços de mensagens de texto e pacote de dados para acesso à internet por meio das unidades móveis, portabilidade das linhas existentes, para um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. ABERTURA DA SESSÃO: 18 de abril de 2.022. HORAS: 10 Horas. LOCAL: Câmara Municipal de Manduri, sito à Rua Goiás, nº 1.111, Parque das Abelhas. O Edital com os dados completos encontra-se disponível aos interessados no endereço acima especificado, e no site: www.camaramanduri.sp.gov.br

Manduri, 24 de março de 2.022. CICERO APARECIDO DE BARROS - Presidente

PREFEITURA DE REGISTRO

AVISO DE EDITAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2022

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Registro - **EDITAL:** Tomada de Preços nº 012/2022 - **OBJETO: Contratação de empresa objetivando a infraestrutura urbana, através da prestação dos serviços de: Lote 01 - Pavimentação, recapeamento, drenagem e obras complementares em diversas ruas do Município e Lote 02 - Iluminação em diversas ruas do Município, pagos através do Termo de Convênio nº 100526/2021, firmado com a Secretaria de Desenvolvimento Regional. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Obras.** Os interessados deverão estar devidamente cadastrados (Possuir Certificado de Registro Cadastral dentro do prazo de validade) ou atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior a data do recebimento das propostas.

ENTREGA DOS ENVELOPES: nº 01 - Habilitação e nº 02 - Proposta de Preços: até as **09h00** do dia **19/04/2022** na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, sito à Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - Registro/SP **ABERTURA DOS ENVELOPES:** nº 01 - Habilitação e nº 02 - Proposta às **09h05** do dia **19/04/2022** na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.**

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Pelo telefone (13) 3828-1060 ou pelo e-mail licitacao3@registro.sp.gov.br.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na Divisão de Compras e Licitações, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 17:00 horas ou pelo endereço eletrônico da **Prefeitura Municipal de Registro** www.registro.sp.gov.br **através dos links "VEJA MAIS", "Licitações"**.

Registro, em 30 de março de 2022
ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR
Secretário Municipal de Administração

COGNA Educação S.A.

CNPJ nº 02.800.026/0001-40 - NIRE 31.300.025.187
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Cogna Educação S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a se realizar no dia 29 de abril de 2022, às 15h, de modo exclusivamente digital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; (ii) deliberar sobre a absorção, pela reserva de capital, do prejuízo apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; (iii) fixar o número de membros a compor o Conselho de Administração e eleger dos seus membros; (iv) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal; (v) caso o Conselho Fiscal seja instalado, fixar o respectivo número de membros; e (vi) aprovada a composição do Conselho Fiscal, eleger seus membros e os respectivos suplentes, bem como fixar a sua remuneração. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2022; (ii) acrescentar nova atividade complementar e acessória às atividades educacionais e modificar atividade constante do objeto social da Companhia, com a consequente inclusão da alínea "i" e alteração da alínea "k" do art. 2º do estatuto social da Companhia; e (iii) alterar a sede da Companhia. Esclarecimentos: Conforme autorizado pelo Artigo 21-C, §3º da Instrução CVM nº 481/09, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, podendo os senhores acionistas da Companhia participar e votar por meio do sistema eletrônico, ou exercer o direito de voto mediante ... [illegible] ... pela Comissão de Valores Mobiliários no âmbito do Processo Administrativo CVM nº RJ2015/3074, do Processo CVM nº RJ 2003/5457, do Parecer CVM/SJU nº 037/85 e do Parecer CVM/SJU/10 de 24.01.1985. Participação Por Meio Digital: Os acionistas que desejarem participar na Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=3AE83EC18CC6, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até o dia 27 de abril de 2022, inclusive) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo indicado. Os seguintes documentos são de envio obrigatório pelo acionista para viabilizar a sua participação: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação do acionista, além dos seguintes documentos, em sua via original ou cópia autenticada:

Para pessoas físicas:	• Documento de identidade com foto do acionista.
Para pessoas jurídicas:	• Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e • Documento de identidade com foto do representante legal.
Para fundos de investimento:	• Último regulamento consolidado do fundo; • Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e • Documento de identidade com foto do representante legal.
Em relação aos documentos indicados acima, a Companhia solicita, conforme o caso, reconhecimento de firma, notarização, consularização (ressalvados os procedimentos alternativos eventualmente admitidos em razão de acordos ou convenções internacionais).	

No caso de procurador ou representante legal, deverá realizar o Cadastro com seus dados no endereço https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=3AE83EC18CC6. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, deverá enviar por meio do link enviado para o e-mail informado no Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O procurador ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação da habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de ... [illegible] ...

Belo Horizonte, 29 de março de 2022. Rodrigo Calvo Galindo - Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM - SP

EXTRATO DE CONTRATO

... [illegible] ...

COMUNICADO DE RATIFICAÇÃO

... [illegible] ...

COMUNICADO DE ADJUDICAÇÃO

... [illegible] ...

COMUNICADO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Jumirim leva ao conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº 03/22 – Processo nº 17/22, tendo como objeto: "AQUISIÇÃO DE UMA MINI ESCAVADEIRA", foi homologado pela autoridade competente, Daniel Vieira em favor da empresa LASS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Data: 22/03/2022.

Jumirim, 30 de março de 2022. Daniel Vieira. Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

EDERSON FERREIRA DOS SANTOS, Diretor do Departamento de Obras, Serviços e Estradas, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Decreto nº 4.307/2019, e em conformidade com o disposto no artigo 43, da Lei Federal nº 8.666/93, HOMOLOGA a Empresa KAPA PAVIMENTAÇÃO LTDA cujo objeto é a contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para recapeamento asfáltico da Rua das Magnólias, Rua dos Oitis, Rua das Perobas, Rua das Dálias e Rua das Jussaras no Jardim Primavera, com valor global de R$ 499.816,62 (quatrocentos e noventa e nove mil, oitocentos e dezesseis reais e sessenta e dois centavos) relativo à Tomada de Preços nº 005/22 – Processo nº 026/22.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

EDERSON FERREIRA DOS SANTOS, Diretor do Departamento de Obras, Serviços e Estradas, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Decreto nº 4.307/2019, e em conformidade com o disposto no artigo 43, da Lei Federal nº 8.666/93, ADJUDICAR a Empresa KAPA PAVIMENTAÇÃO LTDA cujo objeto é a contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para recapeamento asfáltico da Rua das Magnólias, Rua dos Oitis, Rua das Perobas, Rua das Dálias e Rua das Jussaras no Jardim Primavera, com valor global de R$ 499.816,62 (quatrocentos e noventa e nove mil, oitocentos e dezesseis reais e sessenta e dois centavos) relativo à Tomada de Preços nº 005/22 – Processo nº 026/22.

EXTRATO DE CONTRATO DE TOMADA DE PREÇOS

Modalidade: Tomada de Preços nº 005/22 – Processo nº 026/22

Contratante: Prefeitura Municipal de Cerqueira César. Contratada: KAPA PAVIMENTAÇÃO LTDA., Valor: R$ 499.816,62 (quatrocentos e noventa e nove mil, oitocentos e dezesseis reais e sessenta e dois centavos). Objeto: contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para recapeamento asfáltico da Rua das Magnólias, Rua dos Oitis, Rua das Perobas, Rua das Dálias e Rua das Jussaras no Jardim Primavera.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

MAURO BERTOLANI JUNIOR, Secretário Municipal de Saúde, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Decreto nº 4.307/2019, e em conformidade com o disposto no artigo 43, da Lei Federal nº 8.666/93, HOMOLOGA a Empresa J.J. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA cujo objeto é a contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para reforma da ESF Benedicta Leite Marques do Bairro Nove de Julho, com valor global de R$ 107.780,46 (cento e sete mil, setecentos e oitenta reais e quarenta e seis centavos); relativo à Tomada de Preços nº 001/22 – Processo nº 019/22.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

MAURO BERTOLANI JUNIOR, Secretário Municipal de Saúde, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Decreto nº 4.307/2019, e em conformidade com o disposto no artigo 43, da Lei Federal nº 8.666/93, ADJUDICAR a Empresa J.J. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA cujo objeto é a contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para reforma da ESF Benedicta Leite Marques do Bairro Nove de Julho, com valor global de R$ 107.780,46 (cento e sete mil, setecentos e oitenta reais e quarenta e seis centavos); relativo à Tomada de Preços nº 001/22 – Processo nº 019/22.

EXTRATO DE CONTRATO DE TOMADA DE PREÇOS

Modalidade: Tomada de Preços nº 001/22 – Processo nº 019/22

Contratante: Prefeitura Municipal de Cerqueira César, Contratada: J.J. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, Valor: R$ 107.780,46 (cento e sete mil, setecentos e oitenta reais e quarenta e seis centavos). Objeto: contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para reforma da ESF Benedicta Leite Marques do Bairro Nove de Julho.

CSN MINERAÇÃO S.A.

CNPJ/ME 08.902.291/0001-15 - NIRE 31.300.025.144 - Companhia Aberta

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2022

Ficam os senhores acionistas da CSN Mineração S.A. ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a realizar-se no dia 29 de abril de 2022, às 16h, de modo exclusivamente digital, nos termos da Instrução CVM 481/09, conforme alterada, por meio da ... [illegible] ...

Benjamin Steinbruch - Presidente do Conselho de Administração

Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 47.508.411/0001-56 – NIRE 35.300.089.901

Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada de modo exclusivamente digital e remoto no dia 27 de abril de 2022, às 15:00 horas, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia. Em sede de Assembleia Geral Ordinária: I. Tomada das contas dos administradores e exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; II. Proposta para destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; III. Fixação de 9 (nove) membros para o mandato do Conselho de Administração; IV. Proposta de eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e indicação do Presidente e dos Co-Vice-Presidentes; e V. Fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal da Companhia, caso os acionistas requeiram a sua instalação. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: I. Proposta de realocação do montante de R$ 1.843.934.426,56, decorrente de incentivos fiscais outorgados à Companhia nos anos de 2017 a 2020, inicialmente destinados à Reserva de Expansão prevista no Estatuto Social da Companhia, para a Reserva de Incentivos Fiscais conforme prevista no Art. 195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada; e II. Proposta de alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir os aumentos de capital aprovados em reunião do Conselho de Administração. O percentual mínimo de participação no capital votante necessário à solicitação do sistema de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração será de 5% (cinco por cento), conforme Instrução CVM 165. A requisição do referido processo de voto múltiplo deverá ser encaminhada por escrito à Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da Assembleia. Informamos que permanecem à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, nas páginas de relações de investidores da Companhia (www.gpari.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada, incluindo a proposta da administração e manual de participação para esta Assembleia ("Proposta da Administração" e "Manual de Participação"). Participação na Assembleia Geral via sistema eletrônico: Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia por meio da plataforma digital deverão acessar o endereço eletrônico ... [illegible] ...

São Paulo, 28 de março de 2022.

Guillaume Marie Didier Gras
Vice-Presidente de Finanças e Diretor de Relações com Investidores do GPA

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Despacho do Prefeito Municipal de Quatá de 30/03/2022. Processo Licitatório nº 010/2022 – Tomada de Preços nº 003/2022 – Adjudicando e homologando o procedimento licitatório referente à Tomada de Preços nº 003/2022, do tipo menor preço, para contratação de empresa para recapeamento asfáltico em ruas municipais, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, em favor da empresa OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A. Marcelo de Souza Pécchio - Prefeito Municipal

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220006

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220006 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 62022, até o dia 18/04/2022, às 14h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 29 de Março de 2022. ALEXANDRE FONTENELE BIZERRIL - PREGOEIRO

SÃO PAULO TURISMO S/A

CNPJ/MF Nº 62.002.886/0001-60 - NIRE 35300015967

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, às 11h (onze horas) do dia 29 de abril de 2022 (sexta-feira), virtualmente, via plataforma Microsoft Teams, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021;

(ii) Eleição de até 03 (três) membros para compor o Conselho Fiscal da SPTURIS, e respectivos suplentes, todos para mandato de 01 (um) ano, vagas estas destinadas à acionista controladora da Companhia, a Prefeitura Municipal de São Paulo, podendo os atuais membros serem reeleitos ou não, desde que observado o número máximo de reconduções previstas no Estatuto Social;

(iii) Eleição de 01 (um) membro para compor o Conselho Fiscal da SPTURIS, e respectivos suplentes, com mandato de 01 (um) ano, representante dos acionistas minoritários, nos termos dos artigos 161 e 240 da Lei Federal nº 6.404/76, e, por fim,

(iv) Eleição de 01 (um) membro para compor o Conselho Fiscal da SPTURIS, e respectivos suplentes, com mandato de 01 (um) ano, representante dos acionistas preferencialistas, nos termos dos artigos 161 e 240 da Lei Federal nº 6.404/76

A solicitação do link para participação na AGO deverá ser feita pelo e-mail anapaula@spturis.com até as 11h00 do dia 28/04/2022, dia útil anterior a realização da AGOE.

As informações aos Acionistas, bem como todos os documentos necessários à apreciação dos senhores, se encontram à disposição na sede da SPTURIS, na Rua Boa Vista, nº 280, Centro Histórico - São Paulo/SP, aos cuidados da Secretaria de Governança Corporativa, desde 25/03/2022, por ocasião da publicação do Aviso aos Acionistas, também no dia 25/03/2022. Referidos documentos também podem ser consultados no endereço eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.com.br).

Com relação aos itens (iii) e (iv) da Ordem do Dia, em havendo eventual indicação de membros por parte dos acionistas minoritários e/ou preferencialistas para composição do Conselho Fiscal, estes devem atentar-se ao quanto disposto nas informações aos Acionistas, publicadas na CVM em 30/03/2022.

São Paulo, 31 de março de 2022.
GUSTAVO GARCIA PIRES
Diretor Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Pelo presente EDITAL, o Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DO MOBILIÁRIO E MONTAGEM INDUSTRIAL DE MIRASSOL E VOTUPORANGA, inscrito no C.N.P.J. nº 51.847.812/0001-08, com sede na Rua Rodrigues Alves, nº 2031, Centro, município de Mirassol, Estado de São Paulo, CONVOCA todos os trabalhadores integrantes da categoria profissional das Indústrias do Mobiliário; todos os trabalhadores integrantes da categoria profissional da Construção Civil de Grandes Estruturas, de Montagens Industriais e Engenharia Consultiva, da Construção Pesada, Construção Civil de Pequenas Estruturas, de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias, de Pinturas Gesso e Decorações, de Olarias e de Impermeabilização e todos os trabalhadores integrantes da categoria profissional das indústrias de Serraria e Carpintaria, REPRESENTADAS PELO SINDICATO, OBJETO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA, dos Municípios de Bálsamo, Jaci, Mirassol, Monte Aprazível, Neves Paulista, Tanabi, Votuporanga, Mirassolândia, Poloni, Nipoã, Nhandeara, União Paulista, Floreal, Magda, Macaubal, Sebastianópolis do Sul e Monções, para participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias, a serem realizadas nos seguintes dias, horários e locais: Da categoria profissional das indústrias do Mobiliário: dia 07 de abril de 2022 às 19h:00m, na cidade de Votuporanga/SP, na sede social do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção do Mobiliário e Montagem Industrial de Mirassol e Votuporanga, estabelecida na Rua Amarildes Gallo, nº 6370, Bairro Cecap II. Da categoria profissional das Indústrias da Construção Civil de Grandes Estruturas, de Montagens Industriais e Engenharia Consultiva, da Construção Pesada, Construção Civil de Pequenas Estruturas, de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias, de Pinturas Gesso e Decorações, de Olarias e de Impermeabilização no dia 08 de abril de 2022, às 17h:50m, na cidade de Mirassol/SP, na sede social do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção do Mobiliário e Montagem Industrial de Mirassol e Votuporanga, estabelecido na rua Rodrigues Alves, nº 20-31, Centro. Da categoria profissional das indústrias do Mobiliário: dia 08 de abril de 2022 às 19h:00m, na cidade de Mirassol/SP, na sede social do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção do Mobiliário e Montagem Industrial de Mirassol e Votuporanga, estabelecido na rua Rodrigues Alves, nº 20-31, Centro. Da categoria profissional das Indústrias de Serraria e Carpintaria no dia 11 de abril de 2022, às 19:00 horas, na cidade de Mirassol/SP, na sede social do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção do Mobiliário e Montagem Industrial de Mirassol e Votuporanga, estabelecido na rua Rodrigues Alves, nº 20-31, Centro, em primeira convocação, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura, discussão e aprovação da ata anterior; 2) Leitura, discussão e aprovação do rol de reivindicações dos trabalhadores para renovação das normas coletivas de trabalho das categorias com vigência a partir de 01 de maio de 2022 e 01 de junho de 2022 (Serraria); 3) Concessão de poderes à diretoria do Sindicato para que juntamente com a diretoria da Federação, seja dado início ao processo de negociação, podendo firmar Acordo e/ou Convenção Coletiva de Trabalho, podendo ainda, se necessário, instaurar o competente Dissídio Coletivo(econômico/greve), outorgando para tanto, poderes à Federação, por procuração, para este fim; 4) Leitura, discussão e aprovação da proposta do Sindicato sobre o desconto da contribuição da categoria para receita orçamentária da entidade e exercício do direito de oposição; 5) Decidir pela manutenção das Assembleias em caráter permanente até o final das negociações, mediante convocação por boletins se necessário. Se nas horas aprazadas não houver "quorum", as Assembleias realizar-se-ão em segunda convocação, uma hora após a primeira convocação, nos mesmos dias e locais, com os presentes, cujas deliberações, constantes da ordem do dia, terão plena validade para todas as categorias. Mirassol/SP, 30 de março de 2022. Gilmar Antonio Guilhen - Presidente

CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A.

CNPJ/ME nº 42.771.949/0016-83 - NIRE 35300211760-1
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. Acionistas do CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A. ("Companhia") para reunir-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 10 horas, a ser realizada no Hotel Pullman & Grand Mercure São Paulo Vila Olímpia, Sala São Paulo 7, localizada na Rua Olimpíadas, nº 205, Vila Olímpia, Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04551-000 ("Hotel"), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("AGOE"): Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório anual da administração e dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal da Companhia; e (ii) Fixar o limite do valor da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2022. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) Deliberar sobre a proposta de reforma do estatuto social da Companhia. Informações Gerais: Local da Assembleia: A administração esclarece que optou pela realização da AGOE no Hotel, próximo à sua sede, para maior comodidade e conforto de seus acionistas, tendo em vista não possuir um espaço físico adequado para comportar muitos acionistas em sua sede. Importante mencionar que o Hotel fica localizado a apenas 190 metros de distância, a pé, da sede da Companhia, de modo que os acionistas não enfrentarão dificuldades ou esforços adicionais para acesso ao local, em comparação com o que ocorreria caso a Assembleia fosse realizada na sede da Companhia. Nesse sentido, o mapa abaixo indica o trajeto e o tempo estimado de locomoção entre a sede da Companhia e o Hotel:

Participação na AGOE: Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações ordinárias ... [illegible] ...

Sergio Tufik - Presidente do Conselho de Administração.

SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA.

CNPJ: 42.898.825/0001-15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2021 do SICOOB CREDICOM - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área de Saúde do Brasil Ltda., na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2021 o SICOOB CREDICOM completou 29 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar e atender as demandas financeiras dos seus cooperados com excelência e profissionalismo, com destaque para a concessão de crédito, onde vem atuando com eficiência e eficácia, conforme recomendado pelos seus cooperados.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2021, o SICOOB CREDICOM obteve um resultado antes das destinações e dos juros ao capital de R$ 92.105 mil representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 14,97%. Desse montante, R$ 16.922 mil foram destinados ao pagamento de juros ao capital social integralizado pelos cooperados.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R$ 1.648.748 mil. Por sua vez a carteira de crédito representava R$ 2.352.064 mil.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída (em mil):

Empréstimos	R$ 2.048.462	87,10%
Financiamentos	R$ 83.101	3,53%
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	R$ 209.873	8,92%
Títulos Descontados	R$ 10.628	0,45%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 34,20% da carteira, no montante de R$ 804.389 mil.

4. Captação

As captações, no total de R$ 3.593.345 mil, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 15,38%.

As captações encontravam-se assim distribuídas (em mil):

Depósitos à Vista	R$ 724.470	20,16%
Depósitos a Prazo	R$ 2.576.866	71,71%
Obrig. por Emissão – LCI	R$ 118.463	3,30%
Obrig. por Emissão – LCA	R$ 173.547	4,83%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 19,39% da captação, no montante de R$ 688.726 mil.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDICOM em 31/12/2021 era de R$ 575.867 mil. O quadro de associados era composto por 70.054 cooperados, havendo um acréscimo de 12,67% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do proposto tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos conforme definido em política de crédito devidamente aprovada pelo Conselho de Administração e validada pelo Banco Central do Brasil, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do associado, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDICOM adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados (no nosso caso representado pelos Delegados eleitos), o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui uma estrutura de Controles Internos, composta por um gerente, cinco analistas e um assistente, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regimento da Diretoria Executiva, o Código de Conduta, e o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito anualmente na AGO, sendo que o atual conselho foi eleito na AGO de 2021, com mandato até a homologação da AGO de 2022 pelo Banco Central do Brasil, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus Balancetes mensais e seu Balanço Patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE ou OCEMG, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDICOM aderiram, por meio de compromisso firmado e registrado digitalmente, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007, representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor que atua em uma estrutura centralizada. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2021, a Agente de Ouvidoria do SICOOB CREDICOM registrou 190 (cento e noventa) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 190 reclamações, 97 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte - MG, 28 de março de 2022.

Diretoria Executiva

Dr. Fábio Botelho de Carvalho - Diretor Administrativo
Dr. Múcio Pereira Diniz - Diretor Financeiro
Dr. Orestes Miraglia Júnior - Diretor Comercial
Dr. Paulo César Gomes Guerra - Diretor de Expansão

Conselho de Administração

Dr. João Augusto Oliveira Fernandes - Presidente
Dr. Antônio Carlos Cioffi - Vice-presidente
Dr. Eduardo Antônio Viveiros Duarte
Dr. Gláucio Galeno Ribeiro de Carvalho
Dr. Luiz Adelmo Lodi Neto
Dr. Luiz Antônio Ferreira
Dra. Maria Inês de Miranda Lima
Dra. Maria Virgínia Furquim Werneck Marinho
Dr. Nisio Gomes de Souza
Dr. Reinaldo Pimenta de Pádua
Dr. Rômulo Augusto Pinheiro

BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		4.386.030	3.693.645
DISPONIBILIDADES	4	7.844	8.476
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		4.358.035	3.656.669
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	642	583
Títulos e Valores Mobiliários	6	325.074	231.863
Relações Interfinanceiras	4	1.648.748	1.549.640
Centralização Financeira		1.648.748	1.549.640
Operações de Crédito	7	2.352.064	1.855.504
Outros Ativos Financeiros	8	31.507	19.079
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(63.666)	(46.091)
(-) Operações de Crédito	7.a	(62.590)	(45.421)
(-) Outras	8.1	(1.076)	(670)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	2.862	1.843
OUTROS ATIVOS	10	2.268	1.471
INVESTIMENTOS	11	65.948	56.990
IMOBILIZADO DE USO	12	31.132	27.684
INTANGÍVEL	13	8.296	4.774
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(23.689)	(18.171)
TOTAL DO ATIVO		4.386.030	3.693.645

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.386.030	3.693.645
DEPÓSITOS	14	3.301.336	2.994.665
Depósitos à Vista		724.470	618.051
Depósitos Sob Aviso		29.101	30.095
Depósitos à Prazo		2.547.765	2.346.519
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		401.335	133.812
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	15	292.009	119.729
Relações Interfinanceiras		103.008	6.891
Repasses Interfinanceiros	16	103.008	6.891
Outros Passivos Financeiros	17	6.318	7.192
PROVISÕES	19	18.621	16.310
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	20	3.244	2.140
OUTROS PASSIVOS	21	46.080	35.442
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22	615.414	511.276
CAPITAL SOCIAL	22.a	411.537	344.294
RESERVAS DE SOBRAS		68.625	51.264
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		135.252	115.718
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.386.030	3.693.645

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019		319.504	(996)	38.327	-	95.168	452.003
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Ao FATES		-	-	-	-	(2.700)	(2.700)
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		-	-	-	-	(300)	(300)
Constituição de Reservas		-	-	6.300	59.300	(65.600)	-
Distribuição de sobras para associados		354	-	-	-	(26.568)	(26.214)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		24.737	(248)	-	-	-	24.489
Por Devolução (-)		(7.904)	-	-	-	-	(7.904)
Estorno de Capital		(3)	-	-	-	-	(3)
Reversões de Reservas		-	-	-	(59.300)	59.300	-
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	75.338	75.338
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	(8.964)	(8.964)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		8.850	-	-	-	-	8.850
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		-	-	6.637	-	(6.637)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(3.319)	(3.319)
Saldos em 31/12/2020		345.538	(1.244)	51.264	-	115.718	511.276
Saldos em 31/12/2020		345.538	(1.244)	51.264	-	115.718	511.276
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Ao FATES		-	-	-	-	(3.000)	(3.000)
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		-	-	-	-	(300)	(300)
Constituição de Reservas		-	-	7.000	67.400	(74.400)	-
Distribuição de sobras para associados		22.858	-	-	-	(38.018)	(15.160)
Constituição de reservas por Incorporações		-	-	2.926	-	-	2.926
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		38.157	(398)	-	-	-	37.759
Por Devolução (-)		(10.020)	-	-	-	-	(10.020)
Estorno de Capital		(5)	-	-	-	-	(5)
Reversões de Reservas		-	-	-	(67.400)	67.400	-
Reversões de Fundos		-	-	-	-	4.653	4.653
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	92.106	92.106
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	(16.922)	(16.922)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		16.650	-	-	-	-	16.650
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		-	-	7.435	-	(7.435)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(3.718)	(3.718)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	(830)	(830)
Saldos em 31/12/2021		413.178	(1.642)	68.625	-	135.252	615.414
Saldos em 30/06/2021		388.393	(1.430)	61.190	67.400	38.699	554.252
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		-	-	-	-	(300)	(300)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		13.707	(212)	-	-	-	13.495
Por Devolução (-)		(5.567)	-	-	-	-	(5.567)
Estorno de Capital		(5)	-	-	-	-	(5)
Reversões de Reservas		-	-	-	(67.400)	67.400	-
Reversões de Fundos		-	-	-	-	4.653	4.653
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	53.705	53.705
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	(16.922)	(16.922)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		16.650	-	-	-	-	16.650
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		-	-	7.435	-	(7.435)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(3.718)	(3.718)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	(830)	(830)
Saldos em 31/12/2021		413.178	(1.642)	68.625	-	135.252	615.414

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS - Em milhares de Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		188.217	300.646	205.636
Operações de Crédito	25	129.182	219.160	161.767
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4	53.173	73.364	38.825
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	16	24	16
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6	5.846	8.098	5.028
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	26	(98.909)	(142.280)	(77.192)
Operações de Captação no Mercado		(83.190)	(116.164)	(61.227)
Operações de Empréstimos e Repasses		(1.118)	(1.410)	(580)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(14.601)	(24.706)	(15.385)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		89.308	158.366	128.444
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(32.273)	(60.855)	(50.044)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	27	15.885	29.276	19.978
Rendas de Tarifas	28	4.779	9.573	9.693
Dispêndios e Despesas de Pessoal	29	(27.787)	(53.254)	(42.466)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	30	(28.241)	(53.213)	(42.261)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(1.330)	(2.266)	(1.498)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	31	6.893	14.104	13.203
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	32	(2.472)	(5.075)	(6.793)
PROVISÕES	33	(1.208)	(1.472)	(306)
Provisões/Reversões para Contingências		50	56	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(1.258)	(1.528)	(306)
RESULTADO OPERACIONAL		55.827	96.039	78.994
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	34	(122)	(121)	(56)
Lucros em Transações com Valores e Bens		11	11	-
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(121)	(121)	(38)
Ganhos de Capital		44	55	34
(-) Perdas de Capital		(56)	(66)	(52)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		55.705	95.918	78.938
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	(12)	-
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		-	(6)	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		-	(6)	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(2.000)	(3.800)	(2.700)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		53.705	92.106	75.338
JUROS AO CAPITAL	24	(16.922)	(16.922)	(8.964)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		36.783	75.184	66.374

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em milhares de Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		53.705	92.106	75.338
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		53.705	92.106	75.338

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em milhares de Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		55.705	95.918	78.938
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(538)	(914)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		14.601	24.706	15.385
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		1.258	1.528	306
Provisões/Reversões para Contingências		(50)	(56)	-
Atualização de Depósitos em Garantia		(166)	(234)	(139)
Depreciações e Amortizações		2.037	3.991	3.644
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		73.385	125.315	96.320
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(51)	(58)	-
Títulos e Valores Mobiliários		(231.091)	(93.211)	(231.863)
Operações de Crédito		(365.529)	(502.863)	(544.797)
Outros Ativos Financeiros		(9.362)	(13.084)	2.097
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(550)	(1.019)	(564)
Outros Ativos		1.723	(797)	341
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos à Vista		92.934	106.419	204.795
Depósitos sob Aviso		(29.829)	(993)	(1.267)
Depósitos à Prazo		224.965	201.246	360.795
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		105.256	172.280	56.380
Relações Interfinanceiras		81.262	96.116	618
Outros Passivos Financeiros		2.623	(874)	(1.556)
Provisões		436	839	411
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		1.286	1.104	(65)
Outros Passivos		(34.832)	(10.084)	(6.754)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES		-	(3.000)	(2.700)
FATES - Atos Cooperativos		(3.718)	(3.718)	(3.319)
FATES - Atos Não Cooperativos		(830)	(830)	-
Outras Destinações		(300)	(300)	(300)
Imposto de Renda		-	(6)	-
Contribuição Social		-	(6)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(92.222)	72.536	(71.438)
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos		-	251	615
Distribuição de Sobras da Central		-	288	300
Aquisição de Intangível		(3)	(402)	(252)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(748)	(2.040)	(3.517)
Aquisição de Investimentos		(3.967)	(8.958)	(9.302)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(4.718)	(10.861)	(12.156)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		13.495	37.759	24.489
Devolução de Capital à Cooperados		(5.567)	(10.020)	(7.904)
Estorno de Capital		(5)	(5)	(3)
Distribuição de sobras para associados		-	(15.160)	(26.214)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		16.650	16.650	8.850
Aumento nas reservas por incorporações		-	2.926	-
Reversões de Fundos		4.653	4.653	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		29.226	36.803	(783)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(67.714)	98.476	(84.417)
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		1.724.306	1.558.116	1.642.533
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		1.656.592	1.656.592	1.558.116
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(67.714)	98.476	(84.417)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em Milhares de reais)

1. Contexto Operacional

O SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA., é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 25/08/1992, filiada à CCE CRED EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDICOM, sediado à Avenida do Contorno, 4265 - Bairro São Lucas, Belo Horizonte - MG, possui 37 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades em Minas Gerais: BELO HORIZONTE, CONTAGEM, MONTES CLAROS, NOVA LIMA, DIVINÓPOLIS, JUIZ DE FORA, IPATINGA, CORONEL FABRICIANO, TIMÓTEO, OURO PRETO, CONSELHEIRO LAFAIETE, ITABIRA, MARIANA, JOÃO MONLEVADE, SÃO JOÃO DEL REI, BARBACENA, BETIM E UBERLÂNDIA. Em São Paulo na cidade de SÃO PAULO. Na Bahia em SALVADOR.

O SICOOB CREDICOM tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

I - Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados, em suas atividades específicas, com a finalidade de fomentar a sua produção e a sua produtividade;

II - A formação educacional de seus associados, visando estimular o cooperativismo, com a difusão de informações técnicas que auxiliem no aprimoramento da sua produção e da sua qualidade de vida, pela prática da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito;

III - A prática, em conformidade com os normativos vigentes, das seguintes operações, dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras, aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo - com ou sem emissão de certificado - e fundos de investimento, visando a preservar o poder de compra da moeda e rentabilizar os recursos, obter empréstimos ou repasses de instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, inclusive por meio de depósitos interfinanceiros, receber recursos oriundos de fundos oficiais e, em caráter eventual, recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses;

IV - Conceder créditos e prestar garantias, somente a cooperados;

V - Contratar serviços com o objetivo de viabilizar a compensação de cheques e as transferências de recursos no sistema financeiro, de prover necessidades de funcionamento da instituição ou de complementar os serviços prestados pelo SICOOB CREDICOM aos cooperados;

VI - Prestar os seguintes serviços, além de outros, visando ao atendimento aos cooperados e aos não cooperados:

a) Cobrança, custódia e recebimentos e pagamentos por conta de terceiros, entidades públicas ou privadas;

b) Correspondente no país, nos termos da regulamentação em vigor;

c) Aos bancos cooperativos, com vistas à colocação, em nome e por conta da instituição contratante, de produtos e serviços oferecidos por esta última, inclusive os relativos a operações de câmbio;

d) A instituições financeiras, em operações realizadas em nome e por conta da instituição contratante, destinadas a viabilizar a distribuição de recursos de financiamento sujeitos à legislação ou regulamentação específica, ou envolvendo equalização de taxas de juros pelo Tesouro Nacional, compreendendo a formalização, concessão e liquidação de operações de crédito celebradas com os tomadores finais dos recursos e;

e) Distribuição de cotas de fundos de investimento administrados por instituições autorizadas, observada, inclusive, a regulamentação aplicável editada pela CVM.

VI - Participar do capital social de outras cooperativas, instituições financeiras e entidades, conforme legislação vigente;

VII - Realizar, conforme legislação vigente, qualquer outra operação que seja do interesse do SICOOB CREDICOM e de seus cooperados.

Em todos os aspectos de suas atividades, devem ser rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e da indiscriminação religiosa, racial e social.

1.1 Situação Especial

Em 2021, o SICOOB CREDICOM, com o objetivo de ampliar o atendimento aos seus associados, possibilitando o aumento do Patrimônio Líquido e do limite para operações, garantindo assim, um novo posicionamento no mercado, promoveu a incorporação da Cooperativa de Crédito dos Médicos e Demais Profissionais de Nível Superior da Área de Saúde de Salvador e Região Metropolitana Ltda. – SICOOB CREDMED, que foi devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizada em 01/03/2021 e homologada pelo Banco Central do Brasil – BACEN conforme processo nº 0000187683. Demonstram-se abaixo incrementos patrimoniais mais significativos em 01/03/2021:

DESCRIÇÃO	R$
ATIVO	52.542.913,85
Disponibilidades	298.251,95
Centralização Financeira	11.792.615,43
Operações de Crédito	32.180.990,69
Diversos	5.408.081,28
Permanente	2.862.994,50
PASSIVO	38.018.035,21
Depósitos à Vista	15.511.842,32
Depósitos a Prazo	16.280.405,86
Outras Obrigações	2.225.787,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.524.878,64
Capital Social	10.982.261,87
Reservas	2.925.777,65
Sobras do Exercício	616.839,12
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52.542.913,85

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 28/03/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

I) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

II) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

III) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

IV) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 "Novo Coronavírus"

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. O SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA. junto a seus associados, empregados e a comunidade estão contribuindo para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

O SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA., visando administrar e conter os efeitos da crise, tomou diversas providências, das quais destacam-se:

Desde o início da pandemia, março de 2020, o SICOOB CREDICOM vem tomando todas as medidas cabíveis no sentido de preservar e assegurar a saúde das pessoas que atuam e interagem com a organização, sejam elas: funcionários, cooperados, fornecedores e prestadores de serviços.

Os esforços do SICOOB CREDICOM, voltados ao cuidado com as pessoas em tempos de pandemia, têm se estendido além dos limites organizacionais, alcançando, inclusive, entidades filantrópicas e parceiros diversos.

Como já amplamente divulgado, a Cooperativa mantém, desde março de 2020, um plano de contingência elaborado especificamente para definir as ações de enfrentamento da pandemia da Covid-19. Há ainda um comitê formado pela Diretoria, Superintendência e as áreas de Comunicação/Marketing e Assessoria Jurídica, o qual se reúne periodicamente para cumprir com suas atribuições, quais sejam:

1. Apoiar as medidas de prevenção emanadas pelos órgãos competentes, disseminando-as nos municípios em que a Cooperativa atua, sensibilizando os colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e cooperados da importância do cuidado neste momento de crise.

2. Definir diretrizes e providências a serem adotadas para evitar a propagação interna do Coronavírus, no âmbito da Cooperativa, assim como, concentrar medidas adequadas para minimizar os efeitos do vírus no cenário de crise mundial.

3. Direcionar todos os esforços e adotar as medidas cabíveis para minimizar possíveis impactos diante de casos de contaminação de colaboradores da Cooperativa.

4. Definir a estratégia de comunicação, assegurando que todo o público envolvido, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores, cooperados e sociedade em geral, sejam devidamente informados das ações e orientações da Cooperativa no enfrentamento da pandemia.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas

SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA.

CNPJ: 42.898.825/0001-15

judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa
Compostos pelas Disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por Aplicações Financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários
A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira
Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito
As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito
Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.
As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem 09 (nove) níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia
Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos
Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do BANCO SICOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso
Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível
Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes
Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses
As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como dos respectivos custos a apropriar, conforme os encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos
Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos
São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos
Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões
São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes
São reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais
São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por direito.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social
O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidências sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante
No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*
A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.
Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes
Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:
- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4. Caixa e Equivalente de Caixa
O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	7.844	8.476
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	1.648.748	1.549.640
TOTAL	1.656.592	1.558.116

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	53.173	73.364	38.825

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante
Aplicações em depósitos interfinanceiros - Ligadas	642	-	583	-
TOTAL	642	-	583	-

Referem-se à aplicação financeira junto ao BANCO SICOOB para suportar uma Carta de Fiança emitida em nome do SICOOB CREDICOM para contratação de aluguel do imóvel em São Paulo (PA Paulista).
Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
CDI-POS-CDICE - BANCOOB	-	642	-	642
TOTAL	-	642	-	642

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram respectivamente:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16	24	16

6. Títulos e Valores Mobiliários
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	325.064	-	201.889	29.974
Cotas de Fundos de Investimento	2	-	-	-
Títulos dados em Garantia - Outros	8	-	-	-
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	325.074	-	-	-
TOTAL	325.074	-	201.889	29.974

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Letras Financeiras - CDI, custodiadas no BANCO SICOOB, com remuneração entre 102,50% e 110,50% do CDI.
Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
Títulos de Renda Fixa	143.516	181.548	-	325.064
TOTAL	143.516	181.548	-	325.064

Abaixo o resultado auferido com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Títulos de Renda Fixa	5.846	8.098	5.028
TOTAL	5.846	8.098	5.028

7. Operações de Crédito
a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2021 Total	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante	31/12/2020 Total
Empréstimos e Títulos Descontados	613.305	1.445.785	2.059.090	504.811	1.229.803	1.734.614
Financiamentos	36.584	46.517	83.101	27.289	33.505	60.794
Financiamentos Rurais	131.550	78.323	209.873	29.495	30.601	60.096
Total de Operações de Crédito	781.435	1.570.625	2.352.064	561.595	1.293.909	1.855.504
(-) Provisões para Operações de Crédito	(25.132)	(37.458)	(62.590)	(16.826)	(28.594)	(45.420)
TOTAL	756.307	1.533.167	2.289.474	544.769	1.265.315	1.810.084

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	1.775	-	-	1.775		5.612	
A	0,5%	Normal	883.952	33.637	141.085	1.058.674	(5.293)	783.814	(3.915)
B	1%	Normal	457.745	22.771	39.362	519.879	(5.199)	364.807	(3.648)
B	1%	Vencidas	1.306	121	-	1.427	(14)	149	(1)
C	3%	Normal	591.790	20.647	29.148	641.584	(19.248)	613.442	(18.403)
C	3%	Vencidas	10.743	641	-	11.385	(342)	22.935	(688)
D	10%	Normal	70.890	3.872	-	74.762	(7.476)	37.998	(3.800)
D	10%	Vencidas	2.673	39	278	2.989	(299)	1.435	(143)
E	30%	Normal	10.577	518	-	11.096	(3.329)	5.905	(1.772)
E	30%	Vencidas	3.243	50	-	3.294	(988)	3.651	(1.095)
F	50%	Normal	1.525	49	-	1.573	(787)	1.645	(823)
F	50%	Vencidas	4.912	117	-	5.029	(2.515)	3.631	(1.816)
G	70%	Normal	1.946	100	-	2.045	(1.432)	1.485	(1.039)
G	70%	Vencidas	2.764	177	-	2.941	(2.059)	2.406	(1.684)
H	100%	Normal	5.226	131	-	5.358	(5.358)	3.258	(3.258)
H	100%	Vencidas	8.022	231	-	8.253	(8.253)	3.331	(3.331)
Total Normal			2.025.426	81.726	209.595	2.316.746	(48.120)	1.817.966	(36.662)
Total Vencidos			33.663	1.377	278	35.318	(14.469)	37.538	(8.759)
Total Geral			2.059.090	83.101	209.873	2.352.064	(62.590)	1.855.504	(45.420)
Provisões			(58.352)	(2.236)	(2.002)	(62.590)		(45.420)	
Total Líquido			2.000.738	80.865	207.871	2.289.474		1.810.084	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	195.921	417.384	1.445.785	2.059.090
Financiamentos	10.109	26.475	46.517	83.101
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	11.741	119.809	78.323	209.873
TOTAL	217.771	563.668	1.570.625	2.352.064

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado – Comércio	112.301	-	2.511	114.812	4,88%
Setor Privado – Indústria	21.410	-	-	21.410	0,91%
Setor Privado – Serviços	1.525.498	21.354	29.143	1.575.995	67,00%
Pessoa Física	306.416	61.581	119.008	487.005	20,71%
Outros	93.465	166	59.211	152.842	6,50%
TOTAL	2.059.090	83.101	209.873	2.352.064	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	45.421	36.207
Constituições/Reversões no período	27.873	15.397
Transferência para prejuízo no período	(10.704)	(6.183)
Saldo Final	62.590	45.420

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	103.874	4,00%	90.771	5,00%
10 Maiores Devedores	527.634	22,00%	439.218	24,00%
50 Maiores Devedores	1.264.544	54,00%	1.010.326	54,00%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	35.360	31.174
Implantação de saldo por incorporação	5.053	-
Valor das operações transferidas no período	11.609	6.183
Valor das operações recuperadas no período	(3.857)	(1.997)
Saldo Final	48.165	35.360

8. Outros Ativos Financeiros
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	1.462	-	742	-
Rendas a Receber (b)	15.488	-	4.194	206
Títulos e Créditos a Receber (c)	618	-	492	
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	18	13.920	-	13.445
TOTAL	17.587	13.920	5.428	13.650

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo BANCO SICOOB, em virtude de coobrigação contratual;
(b) Em Rendas a Receber estão registrados: rendas a receber de serviços prestados aos cooperados pelo recebimento de Convênios diversos no valor de R$ 1.918 mil; o rendimento mensal sobre o saldo médio mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CECREMGE em Dez/2021 no valor R$ 12.677 mil e Outras Rendas a receber no valor de R$ 893 mil.
(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas no valor de R$ 618 mil;
(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais no valor de R$ 13.938 mil estão registrados os depósitos judiciais para PIS/COFINS/IRPJ/CSLL/ Trabalhista e processos fiscais na Receita Federal.
Os Depósitos Judiciais relativos aos processos trabalhistas montam o valor de R$ 27 mil. Os judiciais oriundos da incorporada Credmed montam em R$ 18 mil. Os depósitos de PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e Fiscais montam o valor de R$ 13.893 mil, são atualizados mensalmente pela SELIC, em atendimento ao disposto no § do artigo 32º da Lei nº 6.830 de 22.09.1980. Considera-se, também, para a referida atualização, o que prevê na redação dada pela Medida Provisória 449/2008. Em contrapartida a cooperativa possui passivo constituído para suportar o montante acima.
Através da Lei nº 11.051, de 30 de dezembro de 2004, em seu artigo 30, as Cooperativas de Crédito ficaram dispensadas do recolhimento do PIS e da COFINS sobre os atos cooperativos. Desta forma a Cooperativa, a partir da competência dezembro de 2004, deixou de depositar judicialmente o valor da contribuição do PIS e da COFINS sobre os atos cooperativos, passando a recolher junto à Secretaria da Receita Federal as contribuições para o PIS e a COFINS apenas sobre os atos não cooperativos.
O SICOOB CREDICOM questiona judicialmente a legalidade destas contribuições, anteriores a dezembro de 2004, desta forma a mesma possui passivo constituído de PIS e COFINS, em 31/12/2021, no montante de R$ 12.373 mil, tendo por garantia depósitos judiciais que totalizam o mesmo valor.
Além disso, questiona judicialmente a legalidade de IRPJ e CSLL no valor de R$ 87 mil, oriundo do processo de incorporação do Sebraecoop, e que também são atualizados mensalmente pela correção da taxa referencial – Selic.
A cooperativa possui também um processo judicial junto à Receita Federal, no valor de R$ 44 mil, um processo junto ao INSS no valor de R$ 90 mil e outro no valor de R$ 131 mil na Receita Federal, sendo os dois últimos oriundos da incorporada Unicred BH. Ressaltamos que a cooperativa possui um passivo constituído no mesmo valor, tanto para o processo do IRPJ/CSLL do Sebraecoop (R$ 87 mil), quanto para os processos junto à Receita Federal e o INSS (R$ 265 mil) que montam o total de R$ 352 mil.
Em março/2017 a cooperativa passou a recolher o PIS sobre a Folha de salários por meio de Depósito Judicial, com fundamento no art. 2º, § 1º da Lei 9.715/1998. Em 31/12/2021 os valores recolhidos montam R$ 1.169 mil, possuindo passivo constituído no mesmo valor.

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros
A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(1.076)	-	(670)	-
TOTAL	(1.076)	-	-	-

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
E	30%	Vencidas	353	353	(106)	42	(13)
F	50%	Vencidas	182	182	(91)	53	(26)
G	70%	Vencidas	161	161	(113)	56	(39)
H	100%	Vencidas	767	767	(767)	592	(592)
Total Geral			1.462	1.462	(1.076)	742	(670)
Provisões			(1.076)	(1.076)		(670)	
Total Líquido			386	386		72	

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	91	2.771	-	1.843
TOTAL	91	2.771	-	1.843

Na rubrica Ativos Fiscais Correntes e Diferidos está registrado IRPJ e CSLL sobre Atos Não Cooperativos a compensar no valor de R$ 2.862 mil.

10. Outros Ativos
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	155	-	214	-
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	26	-	23	-
Devedores Diversos – País (a)	178	-	220	-
Ativos não Financ. Mantidos para Venda – Recebidos (b)	-	606	54	-
Despesas Antecipadas (c)	1.189	115	785	175
TOTAL	1.547	721	1.296	175

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R$ R$ 38 mil), Pendências a Regularizar no BANCO SICOOB (R$ 37 mil) e outros (R$ 103 mil);
(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019.
(c) Na rubrica Despesas Antecipadas está registrado o montante de R$ 1.304 mil referente a: 1) Prêmios de Seguros a reconhecer pelo regime da competência (R$ 78 mil); 2) Vale Transporte, Vale Refeição e Alimentação a reconhecer (R$ 685 mil); 3) Plano de Saúde e Fornecedores (R$ 366 mil); 4) Aluguel Antecipado do PA Semper, a reconhecer conforme prazo contratual no valor de R$ 175 mil (sendo R$ 115 mil no Longo Prazo).

11. Investimentos
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	52.327	45.500
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito (b)	11.528	9.420
Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito (c)	27	27
Outras Participações (d)	2.065	2.042
TOTAL	65.948	56.990

(a) Referem-se a cotas de capital no Sicoob Central Cecremge, avaliados pelo método de custo de aquisição;
(b) Referem-se a ações do Banco Sicoob, avaliados pelo método de custo de aquisição;
(c) Referem-se a cotas de capital na Fencom – Federação Nacional das Cooperativas Médicas;
(d) Referem-se a ações na Unimed Participações e cotas de capital na Confebras – Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito.

12. Imobilizado de Uso
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Imobilizado de Uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso (a)		636	648
Terrenos		407	407
Edificações	4%	2.420	2.420
Instalações	10% a 50%	11.268	11.217
Móveis e equipamentos de Uso	10%	4.976	4.448
Sistema de Processamento de Dados	20%	7.710	6.693
Sistema de Segurança	10%	639	394
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		3.053	1.456
Total de Imobilizado de Uso		31.132	27.684
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.325)	(1.228)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(7.318)	(5.014)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(9.018)	(7.577)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(1.483)	(137)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(19.144)	(13.956)
TOTAL		11.988	13.728

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

13. Intangível
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados (a)	3.436	2.926
Sistemas De Comunicação E De Segurança (b)	476	464
Licenças E Direitos Autorais E De Uso (c)	1.384	1.384
Total de Intangível	5.296	4.774
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(4.545)	(4.215)
TOTAL	751	559

(a) O valor registrado na rubrica "Sistemas de Processamento de Dados", refere-se a programas operacionais da Cooperativa;
(b) O valor registrado na rubrica "Sistema de comunicação e de segurança", refere-se à sistema de vigilância da Cooperativa;
(c) O valor registrado na rubrica "Licenças e direitos autorais e de uso", refere-se a 35 licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob – SISBR, adquiridas entre agosto de 2009 e abril de 2013, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central Cecremge cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação.

14. Depósitos
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante
Depósito à Vista (a)	724.470	-	618.051	-
Depósito Sob Aviso (b)	29.101	-	30.094	-
Depósito a Prazo (b)	2.521.740	26.025	2.327.264	19.255
TOTAL	3.275.312	26.025	2.975.409	19.255

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade;
(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo;
Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas tem seu valor dividido pelo número de titulares, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.933/21. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em "Dispêndios de captação no mercado".
c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	94.436	3,00%	108.229	4,00%
10 Maiores Depositantes	496.706	14,00%	425.841	14,00%
50 Maiores Depositantes	925.958	26,00%	756.333	25,00%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(881)	(1.255)	(841)
Despesas de Depósitos a Prazo	(72.982)	(101.451)	(54.396)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(4.266)	(5.541)	(1.881)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(2.513)	(3.060)	(74)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(2.548)	(4.856)	(4.034)
TOTAL	(83.190)	(116.164)	(61.227)

15. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos
Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme (Lei nº 10.931/04). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	118.462	-	25.002	-
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	155.952	17.594	52.264	42.462
TOTAL	274.414	17.594	77.266	42.462

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 15 d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

16. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses
São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.
a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante
Recursos do Bancoob	76.448	33.898	4.266	3.080
(-) Despesas a Apropriar Bancoob	(4.791)	(2.548)	(189)	(266)
TOTAL	71.657	31.351	4.077	2.814

b) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(1.118)	(1.410)	(580)
TOTAL	(1.118)	(1.410)	(580)

17. Outros Passivos Financeiros
Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	5.031	-	7.009	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	152	-	178	-
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	1.135	-	5	-
TOTAL	6.318	-	7.192	-

(a) Referem-se a convênios recebidos dos cooperados e repassados posteriormente às empresas conveniadas (Liberty Seguros, Mapfre etc.) e à cheques administrativos emitidos pela cooperativa a pedido dos cooperados e ordens de pagamento de proventos a não cooperados pendentes de pagamento.
(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R$ 1.112 mil), e Operações com Títulos e Valores Mobiliários (R$ 23 mil).

18. Instrumentos Financeiros
O SICOOB CREDICOM opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.
Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

19. Provisões
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas	4.097	64	2.452	32
Provisão Para Contingências	-	14.460	-	13.826
TOTAL	4.097	14.523	2.452	13.858

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	232.606	177.889
TOTAL	232.606	177.889

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais
Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.
Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021 Provisão para Demandas Judiciais	31/12/2021 Depósitos Judiciais	31/12/2020 Provisão para Demandas Judiciais	31/12/2020 Depósitos Judiciais
PIS (a)	2.168	2.168	2.136	2.136
PIS FOLHA	1.169	1.169	854	854
COFINS (a)	10.206	10.206	10.056	10.056
Trabalhistas	394	27	417	56
Outras Contingências (b)	524	368	364	343
TOTAL	14.460	13.938	13.826	13.445

a) Do montante acima de R$ 14.460 mil aproximadamente 86% (R$ 12.374 mil) equivale à provisão para PIS e COFINS, decorrente de ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes dos atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS, conforme já detalhado anteriormente, inclusive com contrapartida de depósitos em juízo, contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia, conforme citado na Nota nº 8 item d.
b) O valor citado em "Outras Contingências" (R$ 524 mil) refere-se ao provisionamento de um processo judicial junto à Receita Federal (R$ 44 mil), um processo junto ao INSS (R$ 90 mil) e uma PERDCOMP (R$ 131 mil), sendo os dois últimos oriundos da incorporada Unicred BH; questiona judicialmente a legalidade de IRPJ e CSLL oriundo do processo de incorporação do Sebraecoop (R$ 87 mil); Bloqueios judiciais da incorporada Credmed (9 mil); Provisão para perda provável de processo de natureza Cível (R$ 163 mil).
Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDICOM, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando 21 (vinte e um) processos no montante de R$ 1.450 mil.
O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

20. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	141	-	159	-
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.972	-	1.296	-
Outros	1.131	-	684	-
TOTAL	3.244	-	2.140	-

21. Outros Passivos
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	26.209	-	18.748	-
Cheques Administrativos	-	-	1	-
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	4.188	-	3.681	-
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	12.378	-	9.946	-
Credores Diversos – País (c)	3.304	-	3.063	-
TOTAL	46.079	-	35.442	-

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutários e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante
Provisão para Participações nas Sobras (a.1)	3.800	-	2.700	-
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	9.395	-	5.996	-
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	13.014	-	10.052	-
TOTAL	26.209	-	18.748	-

(a.1) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras;
(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;
(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.4.
(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas e Encargos de Pessoal (R$ 5.004 mil) e Provisão de Despesas Administrativas (R$ 7.374 mil).
(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar BANCO SICOOB (R$ 2.225 mil), Valores a Repassar a Cooperativa Central (R$ 104 mil), Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R$ 79 mil) e outros (R$ 896 mil).

22. Patrimônio Líquido
a) Capital Social
O capital social integralizado, pertencente integralmente aos cooperados, está representado, em 31/12/2021, por 109.743.200 cotas de R$ 3,75 cada uma, totalizando R$ 411.537 mil (em 31/12/2020, por 91.811.774 cotas de R$ 3,75 cada uma, totalizando R$ 344.294 mil). De acordo com o Estatuto Social do SICOOB CREDICOM, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	411.537	344.294
Associados	70	62

b) Fundo de Reserva - Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades. O saldo da Reserva Legal em 31/12/2021 é de R$ 68.625 mil.
c) Sobras Acumuladas - As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29/04/2021, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da seguinte forma:
- 6,05% para Fundo de Reserva, no valor de R$ 7.000;
- 19,75% para Conta Capital, no valor de R$ 22.858;
- 13,10% para Conta Corrente, no valor de R$ 15.160;
- 2,59% para FATES, no valor de R$ 3.000;
- 58,25% para Fundo de Reserva para Expansão, no valor de R$ 67.400;
- 0,26% para o Instituto Sicoob Credicom, no valor de R$ 300.

SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA.

CNPJ: 42.898.825/0001-15

d) Destinações Estatutárias e Legais
A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2021	2020
Sobra líquida do exercício	75.182	66.374
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(830)	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	74.352	66.374
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(7.435)	(6.637)
FATES - Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(3.718)	(3.319)
Sobras Apuradas	63.199	56.418
(+) Reversão de Reserva de Expansão	67.400	59.300
(+) Reversão de Dispêndios com FATES	4.653	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	135.252	115.718

23. Resultado de Atos Não Cooperativos
O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
(+) Sobra/Perda líquida do exercício	75.194	66.374
(-) Resultado de Atos com associados	(66.478)	(61.272)
(-) Ajustes de Resultados com não associados	(12)	-
(-) Outras deduções (Conforme Resolução do Sicoob 129/16 e Res. 145/16)	(7.874)	(5.432)
(=) Resultado de Atos Não Cooperativos	830	(330)

24. Juros ao Capital Próprio
A cooperativa promoveu o pagamento da remuneração do capital social, visando remunerar o capital do seu associado. Os critérios para o pagamento obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O pagamento foi demonstrado na DSP - Demonstração de Sobras ou Perdas e na DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997. O SICOOB CREDICOM promoveu o crédito da remuneração do capital social relativo ao exercício 2021 no dia 31/12/2021 (R$ 16.922 mil), conforme deliberação do Conselho de Administração.

Descrição	31/12/2021
Remuneração de Capital Social – Associados e Ex-associados	16.922
Valor líquido distribuído como Remuneração do Capital Social	16.850

25. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	78	171	167
Rendas de Empréstimos	115.208	156.527	147.442
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	763	1.440	892
Rendas de Financiamentos	4.634	8.620	7.469
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	2.799	5.073	2.184
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	797	1.011	247
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	93	121	36
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	1.810	1.810	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas	248	298	273
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	2.752	4.088	3.058
TOTAL	129.182	219.160	161.767

26. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas De Captação	(83.180)	(118.164)	(61.227)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(1.118)	(1.410)	(680)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	24.104	39.570	30.705
Reversões de Provisões para Outros Créditos	196	255	233
Provisões para Operações de Crédito	(37.949)	(62.981)	(45.117)
Provisões para Outros Créditos	(962)	(1.550)	(1.205)
TOTAL	(98.910)	(142.280)	(77.192)

27. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	4.072	7.558	5.728
Rendas de Serviços de Custódia	-	-	-
Rendas de Garantias Prestadas	9	10	6
Rendas de Outros Serviços	11.804	21.708	14.244
TOTAL	15.885	29.276	19.978

28. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.118	2.212	2.057
Rendas de Serviços Prioritários - PF	569	1.224	2.053
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	98	199	193
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	2.994	5.939	5.391
TOTAL	4.779	9.573	9.693

29. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(335)	(601)	(476)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(898)	(2.094)	(1.681)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(4.878)	(9.459)	(7.576)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(5.033)	(9.783)	(7.823)
Despesas de Pessoal - Proventos	(16.572)	(31.185)	(24.774)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(65)	(114)	(120)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(6)	(17)	(16)
TOTAL	(27.787)	(53.254)	(42.466)

30. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(449)	(866)	(753)
Despesas de Aluguéis	(3.551)	(6.843)	(6.296)
Despesas de Comunicações	(1.822)	(3.500)	(2.987)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(384)	(735)	(620)
Despesas de Material	(288)	(457)	(299)
Despesas de Processamento de Dados	(2.297)	(4.627)	(4.111)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.030)	(1.798)	(719)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(893)	(1.754)	(473)
Despesas de Publicações	-	(23)	-
Despesas de Seguros	(244)	(430)	(289)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(6.862)	(12.316)	(10.252)
Despesas de Serviços de Terceiros	(2.331)	(4.257)	(2.554)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.920)	(3.864)	(3.586)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.143)	(2.082)	(1.725)
Despesas de Transporte	(573)	(1.127)	(1.065)
Despesas de Viagem no País	(431)	(723)	(427)
Despesas de Amortização	(114)	(210)	(199)
Despesas de Depreciação	(1.923)	(3.780)	(3.445)
Outras Despesas Administrativas	(1.986)	(3.819)	(2.459)
TOTAL	(28.241)	(53.213)	(42.261)

31. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	337	855	1.246
Dividendos	-	351	615
Distribuição de sobras da central	-	288	300
Atualização depósitos judiciais	166	234	139
Rendas de Repasses Interfinanceiros	65	93	71
Outras rendas operacionais	274	786	1.075
Rendas oriundas de cartões de crédito e Adquirência	6.051	11.593	9.848
TOTAL	6.893	14.104	13.293

32. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(53)	(64)	(50)
Outras Despesas Operacionais	(1.255)	(2.253)	(2.348)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(565)	(1.088)	(987)
Outras Contribuições Diversas	-	(7)	-
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(337)	(498)	(77)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	-	(23)	(28)
Perdas - Fraudes Externas	(245)	(65)	-
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(1)	(2)	-
Contrib. ao Fundo de Estabilidade e Liquidez	-	-	(3.227)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(257)	(895)	-
TOTAL	(2.472)	(5.075)	(6.783)

33. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para Contingências	50	56	-
Reversões de Provisões para Contingências	50	56	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(1.258)	(1.528)	(306)
Provisões para Garantias Prestadas	(2.863)	(4.842)	(2.781)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	1.605	3.314	2.475
TOTAL	(1.208)	(1.472)	(306)

34. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Lucro em Transações com Valores de Bens	11	11	-
Ganhos de Capital	44	55	34
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(121)	(121)	(38)
(-) Perdas de Capital	(56)	(66)	(52)
TOTAL	(122)	(121)	(55)

35. Resultado Não Recorrente
Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

36. Partes Relacionadas
São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.
As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.
As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.
As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.
a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2021:
No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	156	0,0069%	1
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	999	0,0439%	6
TOTAL	1.155	0,0507%	7
Montante das Operações Passivas	183.807	5,8018%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021	
Empréstimos e Financiamentos	0,0276%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,0090%
Crédito Rural (modalidades)	0,0322%
Aplicações Financeiras	5,6018%

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2021:
No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	5	0	0,0252%
Conta Garantida	3	0	0,0160%
Financiamentos Rurais	1.463	7	0,6973%
Empréstimos	9.189	64	0,4573%
Financiamentos	146	1	0,1723%
Direitos Creditórios Descontados	21	0	0,1929%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	10.624	1,4732%	0%
Depósitos a Prazo	94.661	3,6735%	0,7821%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	2.186	0,7487%	0,7269%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	1,7500%	0
Empréstimos	1,1228%	0
Financiamentos	0,8400%	0
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	97,2047%	0
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	4,2952%	0

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.
d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	129
Crédito Rural	1.625
Empréstimos	138.557
Financiamentos	3.839

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Subunidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
1502 Beneficiários de Gar. Prestadas para Operações Com Outras Pessoas	20.504	-
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	663	484

f) Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R$) 2º sem/21	31/12/2021	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R$) 2º sem/20	31/12/2020
INSS Diretoria/ Conselheiros	(247)	(539)	(216)	(431)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(898)	(2.094)	(841)	(1.681)

37. Cooperativa Central
O SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA., em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRED EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.
O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.
Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.
O SICOOB CREDICOM responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.
Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	1.648.748	1.549.640
Ativo - Investimentos	52.327	45.500
Total das Operações Ativas	1.701.075	1.595.140

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	53.173	73.364	38.825
Total das Receitas	53.173	73.364	38.825
Mensalidades	(290)	(950)	(563)
Total das Despesas	(290)	(950)	(563)

38. Gerenciamento de Risco
A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.
A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.
O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).
O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.
São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.
A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

38.1 Risco operacional
As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.
O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.
A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

38.2 Risco de Crédito
As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.
O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.
Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.
A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:
a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da instituição;
m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.
As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

38.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros
O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).
O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e da variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.
As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.
A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.
Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:
a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciam, no mínimo:
a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança;
a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;
a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;
a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;
a.5) aplicação de cenários de estresse;
a.6) definição de planos de contingência.
b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.
Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.
São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.
O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

38.4 Risco de Liquidez
O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.
As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.
A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.
O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente às boas práticas de gestão.
Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:
a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciam, no mínimo:
limite mínimo de liquidez;
fluxo de caixa projetado;
aplicação de cenários de estresse;
definição de planos de contingência.
b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e do gerenciamento do risco de liquidez;
c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.
São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

38.5 Risco Socioambiental
As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.
O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:
a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.
As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.
O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

38.6 Gerenciamento de Capital
O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.
As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderem formalmente.
O processo de gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

38.7 Gestão de Continuidade de Negócios
As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.
O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:
a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade de ocorrência de incidentes;
d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).
O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.
São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).
Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

39. Seguros Contratados – Não Auditado
A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

40. Índice de Basileia
As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	575.867	475.704
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.829.150	2.294.736
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	20,35	20,73
Imobilizado para cálculo do limite	14.080	15.797
Índice de imobilização (limite 50%) %	2,45	3,32

41. Benefícios a Empregados
A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres). O plano é administrado pela Unimed Seguradora S/A e as contribuições da cooperativa são limitadas a 3% (três por cento) do salário base dos funcionários.
Os desembolsos efetuados pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Contribuição Previdência Privada	(317)	(555)	(251)	(499)
TOTAL	(317)	(555)	(251)	(499)

BELO HORIZONTE-MG, 28 de março de 2022

Dr. João Augusto Oliveira Fernandes
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Antônio Carlos Goffi
Vice-presidente do Conselho de Administração

Dr. Fábio Botelho de Carvalho
Diretor Administrativo

Dr. Orestes Miraglia Júnior
Diretor Comercial

Dr. Múcio Pereira Diniz
Diretor Financeiro

Dr. Paulo César Gomes Guerra
Diretor de Expansão

Cenilson da Costa Porto
Contador – CRCMG nº 66.917
CPF: 028.463.956-75

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da SICOOB CREDICOM - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área de Saúde do Brasil Ltda.
Belo Horizonte - MG

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis do SICOOB CREDICOM - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área de Saúde do Brasil Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDICOM em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG 28 de março de 2022
Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA., reunidos ordinariamente para analisar o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Sobras Acumuladas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, e para emitir o seu parecer sobre estas demonstrações, declaram, para os devidos fins legais e estatutários, que examinaram, conferiram as contas, inspecionaram os documentos atinentes, constatando estar tudo devidamente correto e em ordem. Assim, e considerando também o parecer sem ressalvas emitido pela Auditoria da CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa se pronunciam de forma unânime, favoravelmente à aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária, das contas apresentadas pela Diretoria, referentes ao exercício 2021.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022

DRA. CLÁUDIA TEIXEIRA DA COSTA LODI
DR. FREDERICO JOSÉ AMEDEE PÉRET
DR. LAURO PINHEIRO FERREIRA DE ARAÚJO
DR. LUIZ ANTÔNIO SETTE E CAMARA
DRA. MARIA MERCEDES ZUCHERATTO CASTRO
DR. SEBASTIÃO ALVES DE SOUZA JUNIOR

UNIVERSO ONLINE S.A. - CNPJ/ME nº 01.109.184/0001-95 - Aviso aos Acionistas - Informamos que se encontram à disposição dos acionistas, na sede da Universo Online S.A. ("Companhia"), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.384, 6º andar, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, São Paulo/SP, os documentos relativos ao exercício findo em 31.12.2021 da Companhia, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404/76. São Paulo/SP, 30 de março de 2022. [illegible]

UOL Edtech Tecnologia Educacional S.A. - CNPJ/ME nº 08.777.577/0001-37 - Aviso aos Acionistas - Informamos que se encontram à disposição dos acionistas na sede da UOL Edtech Tecnologia Educacional S.A. ("Companhia"), na Alameda Barão de Limeira, nº 425, 7º andar, Parte A, Campos Elíseos, CEP 01.202-900, São Paulo/SP, os documentos relativos ao exercício findo em 31.12.2021 da Companhia, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404/76. São Paulo/SP, 30 de março de 2022. Sergio Ricardo Mariano (Diretor).

Edital de Recolhimento da Contribuição Sindical Anual - Pelo presente edital, o Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado de São Paulo - SENALBA/SP, faz saber aos senhores empregadores das Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado de São Paulo, que conforme dispõe o art. 582 da Consolidação das Leis do Trabalho, o desconto da Contribuição Sindical de seus empregados, deve ser efetuado até o dia 31 de março do corrente ano e recolhido através da respectiva guia emitida pela Caixa Econômica Federal e remetida por esta entidade. Deverá ser descontada de todos os empregados 01 (um) dia de serviço a título de Contribuição Sindical, compreendendo a remuneração do empregado para todos os efeitos legais, além da importância fixa estipulada, as gratificações, prêmios, adicionais, comissões ou outras vantagens a quaisquer títulos pagas pelo empregador. Ficam os interessados cientificados, desde já que o não recolhimento da Contribuição Sindical, de seus empregados até o dia 29 de abril de 2.022, importará na multa de 10% (dez por cento) nos trinta primeiros dias, com adicional de 2% (dois por cento) ao mês subsequente, juros de 1% (um por cento) e atualização monetária conforme estabelece o artigo 600 da Consolidação das Leis do Trabalho. As guias de recolhimento já estão sendo expedidas, devendo os empregadores que não as receber até o dia 30 de março, solicitá-las a este Sindicato, através do endereço eletrônico cobranca@senalba.com.br ou emiti-las no site sindical.caixa.gov.br. São Paulo, 29 de março de 2.022. Luiz Guedes da Conceição Aparecida - Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220446 - IG No 1154281000

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220446 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, para atender as necessidades da área de Vigilância, para atender as necessidades da SESA e Unidades Vinculadas, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4462022, até o dia 18/04/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 28 de Março de 2022. RAIMUNDO VIEIRA COUTINHO - PREGOEIRO

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

comgás

Companhia Aberta

CNPJ/ME: 61.856.571/0001-17 - NIRE: 35.300.045.611

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Companhia de Gás de São Paulo - Comgás ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral") a ser realizada no dia 28 de abril de 2022, às 10h00, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 21-C da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481/09"), conforme alterada, inclusive pela Instrução CVM nº 622, de 17 de abril de 2020 ("ICVM 622/20"), sem prejuízo do uso dos boletins de voto a distância como meio para o exercício do direito de voto, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (A) **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Aprovação das contas dos Administradores e do Relatório da Administração, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021; (ii) Aprovação da Destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31.12.2021; (iii) Aprovação do Orçamento de Capital referente ao exercício de 2022; (iv) Fixação do número de membros do Conselho de Administração; (v) Eleição dos membros do Conselho de Administração; (vi) Instalação do Conselho Fiscal da Companhia; (vii) Fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia; (viii) Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; (ix) Ratificação da remuneração global anual dos Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia referente ao exercício 2021; e (x) Aprovação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2022. (B) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Alteração da sede social da Companhia. 1. **Instruções Gerais:** A Companhia informa que, em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19) e as medidas recomendadas pelas autoridades para prevenir a sua propagação, incluindo evitar a aglomeração de pessoas, realizará a Assembleia Geral de modo exclusivamente digital, nos termos da ICVM 622/20. A administração da Companhia recomenda que os seus Acionistas optem pela participação por meio dos boletins de voto a distância disponibilizados pela Companhia nos termos da ICVM 481/09 e conforme instruções contidas no Manual e Proposta da Administração divulgados pela Companhia. A Companhia informa que disponibilizará um sistema eletrônico de participação remota que permitirá que os Acionistas participem da Assembleia Geral sem a necessidade de se fazerem presentes fisicamente. A participação dos Acionistas na Assembleia Geral está condicionada à apresentação dos documentos solicitados no Manual divulgado pela Companhia, de acordo com a forma de participação escolhida pelo Acionista, que, conforme acima exposto, poderá optar por participar por meio eletrônico na plataforma digital ou por boletim de voto a distância. O sistema eletrônico para participação remota estará disponível para acesso a partir das 09:30h do dia 28 de abril de 2022. Por meio da plataforma digital, o Acionista terá acesso ao vídeo da mesa e aos áudios da sala de conferência onde será realizada a Assembleia Geral e poderá manifestar-se via áudio. As orientações e os dados para conexão no sistema eletrônico, incluindo a senha necessária, serão enviados aos acionistas que manifestarem interesse em participar remotamente por meio do e-mail Investidores@comgas.com.br, aos cuidados da Área de Relações com Investidores da Companhia, até o dia 26 de abril de 2022 (inclusive). Nesse mesmo e-mail os Acionistas deverão enviar também os documentos indicados no Manual. Encontra-se à disposição dos Acionistas nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (ri.comgas.com.br), em observância ao parágrafo único do artigo 121, caput do artigo 133 e aos artigos 9º e seguintes da Instrução CVM nº 481/09, cópia do Manual e da Proposta da Administração, dos boletins de voto a distância e dos documentos pertinentes às matérias que serão debatidas na Assembleia Geral. São Paulo, 29 de março de 2022. **Rubens Ometto Silveira Mello** - Presidente do Conselho de Administração.

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 06.057.223/0001-71 - NIRE 33.300.272.909

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada de modo exclusivamente digital no dia 28 de abril de 2022, às 15:00 horas, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: I. Tomada das contas dos administradores e exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; II. Proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício de 2022; III. Proposta para destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 [illegible]; e V. Fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2022. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: I. Aumento do capital social da Companhia no valor de R$ [illegible], mediante a capitalização de reservas de lucros, sem a emissão de novas ações, com a consequente alteração da redação do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia e sua consolidação. Informamos que permanecem à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, nas páginas de relações de investidores da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada, incluindo a proposta da administração e manual de participação para a Assembleia ("Proposta da Administração e Manual de Participação"). Participação na Assembleia por meio de plataforma digital: Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia por meio da plataforma digital deverão acessar o website [illegible], preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, conforme indicados abaixo, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 26 de abril de 2022. [illegible]

[illegible] de Participação e o item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia com relação à documentação e formalidades para participação nas assembleias gerais da Companhia, devem prevalecer as disposições da Proposta da Administração e Manual de Participação. Informações detalhadas sobre a participação do acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia, inclusive orientações para envio do Boletim e ainda, orientações sobre acesso à plataforma digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia constam da Proposta da Administração e Manual de Participação. São Paulo, 29 de março de 2022. Jean-Charles Henri Naouri - Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Despacho do Prefeito Municipal de Quatá De 30/03/2022. Processo Licitatório nº. 008/2022 – Tomada de Preços nº. 001/2022 – Adjudicando e homologando o procedimento Licitatório referente a Tomada de Preços nº. 001/2022, do tipo menor preço, para contratação de empresa para recapeamento asfáltico em ruas municipais, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, em favor da empresa OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A, com preço de total de R$ 352.116,62 (trezentos e cinquenta e dois mil, cento e dezesseis reais e sessenta e dois centavos). Marcelo de Souza Pécchio - Prefeito Municipal

Edital de convocação - Assembleia Geral Extraordinária - Sindicato dos Trabalhadores Municipais Ativos e Inativos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Louveira (SindLouv) - CNPJ nº 11.575.433/0001-91, por seu presidente infra-assinado, nos termos do artigo 15 do Estatuto Social, convoca a todos os Servidores Públicos Municipais sindicalizados para comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada na sede do Sindicato, situado na avenida Ricieri Chiquelo, 116, Sala 25, Santo Antônio, Louveira/SP, dia 5 de abril de 2022 (terça-feira), às 17h30 em primeira convocação; caso não seja atingido o quórum, a assembleia será realizada em segunda convocação, trinta minutos mais tarde, às 18 horas, com qualquer número dos presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Prorrogação do mandato da atual Diretoria e demais órgãos desta entidade. Louveira, 31 de março de 2022. Eli Bueno Rodrigues - Presidente.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022

A Câmara Municipal de Mococa, através de sua Presidente, torna público que fará realizar às 14 horas, do dia 14/04/2022, quinta-feira, em sua sede, sita na Praça Marechal Deodoro nº 26, Centro, em Mococa/SP, licitação na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, tipo MAIOR DESCONTO SOBRE VALOR DE BOMBA POR LITRO DE COMBUSTÍVEL, visando a aquisição de combustível (gasolina comum) para abastecimento de seu veículo pelo prazo de 12 meses. O Edital e demais documentos pertinentes à licitação em apreço estarão disponíveis no mural de avisos da Câmara Municipal e setor de licitações, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, podendo o mesmo ser obtido mediante cópia em mídia removível do interessado sem qualquer custo ou, se preferir, mediante solicitação por e-mail: contato@mococa.sp.leg.br, ou no site da Câmara Municipal https://www.mococa.sp.leg.br/ na aba Editais de Licitações. Maiores informações pelo telefone: (19) 3656-0002.

Mococa, 31 de março de 2022.

Elisângela Mazini Mazaro Breganol

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - MUNICÍPIO DE OURO VERDE/SP

Acham-se abertas as Licitações: Tomada de Preços nº04/2022 – PC nº33/2022, Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de projeto de iluminação do Estádio Municipal de Futebol Alberto Sophia, neste município, incluindo mão de obra, equipamentos e todos os materiais necessários, de acordo com os Projetos (Anexos I,II), Planilha Orçamentária (Anexo III), Cronograma Físico-Financeiro (Anexo IV), Memorial Descritivo (Anexo V) e Quadro de Composição do BDI (Anexo VI), anexos ao edital e em conformidade com a solicitação do Depto. de Engenharia de Ouro Verde. Data Sessão: 18/04/2022 às 09h; Tomada de Preços nº05/2022 – PC nº34/2022, Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução da proposta do Convênio nº 100566/2022, firmado com a Secretaria de Desenvolvimento Regional – Governo do Estado de São Paulo, compreendendo mão de obra com fornecimento de materiais e equipamentos para execução de 3.971,56m2 de Recapeamento Asfáltico com a utilização de revestimento do tipo CBUQ espessura 3,00cm nas vias do Município: Rua Maranhão (entre Rua Mato Grosso e Rua Ceará), Rua Iguaçu (entre Rua Acre e Rua Santa Catarina) e Rua Iguaçu (entre Av. Rio grande do Sul e Rua Mato Grosso), conforme Projetos (Anexo I e II), Memorial Descritivo (Anexo III), Quadro de BDI (Anexo IV), Planilha Orçamentária (Anexo V), Cronograma (Anexo VI) e Relatório Fotográfico (Anexo VII). Data Sessão: 18/04/2022 às 13h30. Os editais serão fornecidos aos interessados em horário comercial, nos dias úteis, no Depto. de Licitação - Paço Municipal, sito na Av. São Paulo, 936 e através do site da Prefeitura www.ouroverde.sp.gov.br. Informações (18) 3872-1106 ou licitacao@ouroverde.sp.gov.br. Ouro Verde/SP, 31 de Março de 2022. CLAUDINEI DOS SANTOS - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE FICA ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL) PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2022 – PROCESSO Nº 50/2022, CUJO OBJETO É "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA POLICLÍNICA MUNICIPAL". A SESSÃO DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO SERÁ DIA 13/04/2022 ÀS 9 HORAS, NA AV. SANTA CRUZ, Nº 355 - NO PAÇO MUNICIPAL - IPERÓ - SÃO PAULO, TEL (15) 3459-9999. IPERÓ, 30 DE MARÇO DE 2022. LEONARDO ROBERTO FOLIM – PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE FICA ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL) PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2022 – PROCESSO Nº 51/2022, CUJO OBJETO É "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE". A SESSÃO DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO SERÁ DIA 13/04/2022 ÀS 14 HORAS, NA AV. SANTA CRUZ, Nº 355 - NO PAÇO MUNICIPAL - IPERÓ - SÃO PAULO, TEL (15) 3459-9999. IPERÓ, 30 DE MARÇO DE 2022. LEONARDO ROBERTO FOLIM – PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE ESTÁ ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL) PARA REGISTRO DE PREÇOS SOB O Nº 25/2022, PARA "AQUISIÇÃO DE RAÇÕES PARA CÃES E GATOS (ADULTOS E FILHOTES)" A SESSÃO DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO SERÁ NO DIA 14/04/2022 ÀS 09 HORAS NA AV. SANTA CRUZ, Nº 355, IPERÓ/SP, TEL. (15) 3459-9999. IPERÓ, 30 DE MARÇO DE 2022. LEONARDO ROBERTO FOLIM - PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Despacho do Prefeito Municipal de Quatá De 10/03/2022. Processo Licitatório nº. 011/2022 – Tomada de Preços nº. 004/2022 – Adjudicando e homologando o procedimento Licitatório referente a Tomada de Preços nº. 004/2022, do tipo menor preço, para contratação de empresa para recapeamento asfáltico em ruas municipais, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, em favor da empresa OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A, com preço de total de R$ 257.672,53 (duzentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta e três centavos). Marcelo de Souza Pécchio - Prefeito Municipal

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2022

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 019/2022. **OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição material de limpeza e descartáveis, com entrega parcelada em cronograma e locais fornecidos pelas Secretarias Municipais solicitantes, conforme as especificações mínimas exigidas. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** até o dia 12/04/2022 às 09h00min e **ABERTURA DOS ENVELOPES:** na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br. Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 30 de Março de 2022.

SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA

Diretor de Compras e Licitações

SAAEB SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO – SAAEB AMBIENTAL –

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO 04/2022 – EDITAL 04/2022 - Concorrência 01/2022

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bebedouro – SAAEB AMBIENTAL torna público para conhecimento dos interessados que realizará às **10:00** horas do dia **17/05/2022** no Setor de Licitações de seu edifício licitação na modalidade Concorrência nº 01/2022 que tem como objeto contratação de empresa para prestação de Serviço de Engenharia Especializada em Implantação de Centro de Operação Integrada de Serviços e Ativos Técnicos - COI, para o SAAEB, com todos os procedimentos necessários para recebimento e despacho dos serviços baseados em mapas georreferenciados incluindo a implantação do Projeto de Macromedição de Nível com Automação via Telemetria para os reservatórios existentes do município de Bebedouro/SP - Contrato FEHIDRO nº 141/2021, conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência e demais anexos do Edital. O Edital 04/2022 e seus anexos poderão ser solicitados por e-mail e estão disponíveis na íntegra no site do SAAEB AMBIENTAL: https://www.saaebambiental.com.br. Maiores informações pelo telefone: 17 3344-5407 ou pelo e-mail saaeb.licitacao@bebedouro.sp.gov.br. Bebedouro/SP, 30/Março/2022.

Fábio Rocha Caliari - Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20210050

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20210050 de interesse da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Material de Consumo – Bandeiras e Insígnias, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 752022, até o dia 18/04/2022, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2022. JOSÉ EDSON BEZERRA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220040

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220040 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de tubo galvanizado, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3962022, até o dia 18/04/2022, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 28 de Março de 2022. VALDA FARIAS MAGALHÃES - PREGOEIRA

GUSTAVO REIS LEILOEIRO OFICIAL

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

PRESENCIAL E ON-LINE - GALPÃO COMERCIAL EM GUARULHOS/SP

Gustavo Cristiano Samuel dos Reis, Leiloeiro Público Oficial, matrícula JUCESP nº 766, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário Remaza Administradora de Consórcio LTDA., com sede em São Paulo, Capital, à Rua Pedroso, nº 407 – Térreo, 1º, 2º e 3º andares, Bairro Liberdade, inscrita no CNPJ nº 62.354.059/0001-67, levará à PÚBLICO LEILÃO, de modo Presencial, sito à Rua Arruda Coutinho, 347 – Conj. 2601 - Pinheiros – CEP: 05424-150 – São Paulo/SP, e Online, através do site eletrônico: www.gustavoreisleiloes.com.br, o imóvel abaixo descrito: [illegible]

Informações: (11) 3819-3137 ou www.gustavoreisleiloes.com.br

Fibrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A.

CNPJ/ME nº 36.619.747/0001-30 - NIRE 35.3.0055043-8

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020 (não auditado)
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	497.029	-
Contas a receber de clientes	59.064	-
Partes relacionadas	830	-
Tributos a recuperar	971	-
Despesas antecipadas	525	-
Outros ativos	234	-
Total do ativo circulante	558.653	-
Não Circulante		
Depósitos judiciais	50	-
Despesas antecipadas	2.807	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.383	-
Direito de uso	132.280	-
Imobilizado	455.170	-
Intangível	110.240	-
Total do ativo não circulante	712.930	-
Total do Ativo	1.271.583	-

PASSIVO	31/12/2021	31/12/2020 (não auditado)
Circulante		
Fornecedores	134.518	-
Juros sobre debêntures	12.929	-
Arrendamentos a pagar	38.518	-
Obrigações tributárias	5.385	-
Obrigações trabalhistas	6.707	-
Partes relacionadas	2.227	-
Total do passivo circulante	200.664	-
Não Circulante		
Debêntures a pagar	550.000	-
Arrendamentos a pagar	109.136	-
Outras contas a pagar	7.798	-
Total do passivo não circulante	666.934	-
Patrimônio Líquido		
Capital social	71.696	-
Reserva de capital	645.285	-
Capital a integralizar	(282.000)	-
Prejuízos Acumulados	(30.996)	-
Total do patrimônio líquido	403.985	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.271.583	-

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R$, exceto lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - em reais)

	31/12/2021	31/12/2020 (não auditado)
Receita Operacional Líquida	55.385	-
Custo dos serviços prestados	(21.770)	-
Lucro Bruto	33.615	-
Receitas (Despesas) Operacionais		
Gerais e administrativas	(67.880)	-
Outras receitas, líquidas	3.257	-
Resultado de equivalência patrimonial	(2.571)	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	(33.349)	-
Despesas financeiras	(20.751)	-
Receitas financeiras	10.221	-
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(43.379)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Corrente	-	-
Diferido	12.383	-
Prejuízo do Exercício	(30.996)	-
Quantidade de Ações	2.000.000	100
Prejuízo Básico e Diluído por Ação - R$	(15,4978)	-

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de Capital	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2020 (Não Auditado)					
Aumento de capital com ativos	32.996	206.565	-	-	239.561
Aumento de capital com caixa	20.500	184.500	-	-	205.000
Aumento de capital subscrito	26.200	253.800	(282.000)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(30.996)	(30.996)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	71.696	645.285	(282.000)	(30.996)	403.985

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2021	31/12/2020 (não auditado)
Prejuízo do Exercício	(30.996)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	(30.996)	-

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2021	31/12/2020 (não auditado)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do exercício	(30.996)	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	16.700	-
Amortização IFRS 16	13.661	-
Despesa Financeira IFRS 16	2.581	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.383)	-
Juros sobre debêntures	12.929	-
Apropriação "fee" - empréstimos e financiamentos	3.044	-
Resultado de equivalência patrimonial	2.571	-
Aumento de ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(57.009)	-
Outras contas a receber	(830)	-
Impostos a recuperar	(885)	-
Outros ativos	(3.388)	-
Aumento (redução) de passivos operacionais:		
Fornecedores	113.064	-
Obrigações tributárias	5.110	-
Obrigações trabalhistas	14.529	-
Arrendamento de contratos	(1.035)	-
Outros passivos	(1.257)	-
Caixa gerado pelas operações	74.523	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de investimentos	(95.119)	-
Aumento de capital em controlada	(95.000)	-
Aquisição de imobilizado ou intangível	(157.233)	-
Caixa na incorporação da controlada	15.675	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(331.677)	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	205.000	-
Partes relacionadas	2.227	-
Captação de debêntures	550.000	-
Pagamento de fee sobre debêntures	(3.044)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	754.183	-
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	497.029	-
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	-	-
No fim do exercício	497.029	-
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	497.029	-

A DIRETORIA — **Marina Pimentel do Rosário - Contadora - CRC 1SP258632**

As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia e no digital: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/

Metlife Planos Odontológicos Ltda.

CNPJ nº 03.273.825/0001-78 - ANS 40.648-1

Navigating life together

Relatório da Administração

Temos a satisfação de apresentar aos nossos acionistas, parceiros de negócios e clientes as Demonstrações Financeiras da MetLife Planos Odontológicos Ltda. ("Operadora"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

A empresa

A Operadora faz parte do grupo americano MetLife Inc., líder global de seguros, planos de previdência e programas de benefícios para empregados, servindo 100 milhões de clientes em cerca de 40 países. O grupo obteve, no exercício de 2021, a arrecadação consolidada de prêmios, tarifas e outras receitas de US$ 71,1 bilhões e alcançou ativos de US$ 759,7 bilhões.

Atuando no Brasil desde 2008 no segmento de operação de planos de assistência odontológica, conta hoje com uma rede referenciada de mais de 38 mil opções de atendimento em todo o Brasil, mais de 1.212 milhões beneficiários cobertos, apoiados por uma estrutura com 87 colaboradores.

Desempenho

Os ativos totais fecharam em um patamar de R$ 97,8 milhões no final do exercício e o patrimônio líquido foi de R$ 57,9 milhões, com lucro líquido de R$ 5 milhões. As provisões técnicas totais atingiram o montante de R$ 19,4 milhões e o montante das contraprestações em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 273,6 milhões.

No exercício de 2021, a Operadora efetuou pagamento de tratamentos odontológicos de seus beneficiários no montante de R$ 103,1 milhões. Este valor corresponde a 2.055.343 eventos pagos no período. No mesmo período, o índice de sinistralidade obtido foi de 40,1%.

Investimentos

A Operadora vem dando ênfase no desenvolvimento de novos canais de distribuição, aproveitando as competências em sistemas de gestão e produtos, bem como uma equipe capacitada nesses assuntos, hoje existentes nas outras operações da própria MetLife na América Latina.

Como plano de longo prazo, um dos pontos estratégicos da Operadora é investir na melhoria contínua dos serviços para aprimorar ainda mais o atendimento a segurados e corretores, sustentado por investimentos em Tecnologia da Informação.

Em recursos humanos, para apoiar a execução da estratégia da Operadora, são realizados constantes investimentos para a capacitação da liderança e equipes.

Governança Corporativa

A Operadora segue as políticas adotadas pela matriz dando grande importância à manutenção de adequados processos de controles internos e estrito cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos pela Administração e pelos reguladores (Compliance).

A Operadora vem continuamente aperfeiçoando suas políticas e procedimentos e investindo em treinamento de funcionários voltados aos processos de prevenção a fraudes, lavagem de dinheiro e comportamento ético.

A Deloitte, empresa de auditoria externa, e a área de auditoria interna gerenciada diretamente pela matriz são as entidades que prestam serviços de auditoria. A auditoria interna tem um papel fundamental no sistema de controles internos e avaliação de riscos da Operadora, da mesma maneira como os Departamentos de riscos e de controles internos.

A análise dos riscos e controles operacionais identificados pela estrutura de Riscos e Controles Internos é documentada em controles eletrônicos, com revisão e reportes periódicos à equipe Regional Latam.

Compromisso e agradecimentos

A diretoria da Operadora está confiante no crescimento de suas operações no Brasil e na continuidade dos seus investimentos. O nível de crescimento das Contraprestações atingidas ao longo dos últimos anos, caracterizado por um forte incremento das vendas, base de clientes, alcance geográfico e o resultado positivo e consistente atingido nos deixam confiantes de que estamos construindo uma operação sólida e de longo prazo.

Aproveitamos para reiterar nossos votos de estima à Agência Nacional de Saúde - ANS, aos nossos parceiros de negócios, clientes em geral e aos nossos colaboradores, a quem expressamos um especial reconhecimento pelo empenho e competência dedicados à MetLife Planos Odontológicos Ltda., promovendo uma constante melhoria dos produtos e serviços oferecidos aos nossos clientes.

A Administração.

Evolução dos indicadores de desempenho

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	2021	2020
Ativo circulante		**42.892**	**38.859**
Disponível		187	223
Realizável		**42.705**	**38.636**
Aplicações financeiras	4	29.667	28.181
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		19.356	12.700
Aplicações livres		10.311	15.481
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	10.851	5.777
Contraprestações pecuniárias a receber		10.378	5.725
Operadoras de planos assistência saúde		74	52
Outros créditos de operações com planos de assistência saúde		399	-
Despesas diferidas		785	191
Créditos tributários e previdenciários	6	1.322	3.046
Bens e títulos a receber	7	80	1.430
Despesas antecipadas		-	11
Ativo não circulante		**54.931**	**78.942**
Realizável a longo prazo		**54.931**	**78.709**
Aplicações financeiras	4	34.029	65.836
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		7.228	22.615
Aplicações livres		26.801	43.221
Ativo fiscal diferido	6	20.534	12.819
Depósitos judiciais e fiscais		368	54
Imobilizado		-	6
Imóveis de uso próprio		-	6
Imóveis - Hospitalares / odontológicos		-	3
Imóveis - Não hospitalares / odontológicos		-	3
Intangível	8	-	227
Total do ativo		**97.823**	**117.801**

PASSIVO	Nota explicativa	2021	2020
Passivo circulante		**39.653**	**25.536**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		19.356	12.127
Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG		2.696	787
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	9b)	8.214	4.882
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	9c)	8.446	6.458
Débitos de operações de assistência à saúde		1.944	1.376
Comercialização sobre operações		1.944	1.376
Tributos e encargos sociais a recolher	10	3.552	3.878
Débitos diversos	11	14.801	12.155
Não circulante		**246**	**1.312**
Provisões para tributos diferidos		2	1.274
Provisões para ações judiciais	12	244	38
Patrimônio líquido		**57.924**	**86.953**
Capital social	13a)	51.050	48.308
Reservas de lucros	13d)	9.202	36.173
Ajustes de avaliação patrimonial	13b)	(2.328)	2.472
Total do passivo		**97.823**	**117.801**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	2021	2020
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	14	273.565	219.597
Receitas com operações de assistência à saúde		287.616	231.000
Contraprestações líquidas		287.616	231.000
(-)Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(14.051)	(11.403)
Eventos indenizáveis líquidos	15	(109.737)	(77.219)
Eventos conhecidos ou avisados		(107.748)	(78.971)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(1.989)	1.752
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		163.828	142.378
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	16	(54.012)	(34.062)
Resultado bruto		109.816	108.316
Despesas de comercialização	17	(51.364)	(36.366)
Despesas administrativas	18	(54.222)	(53.403)
Resultado financeiro líquido	19	2.473	5.926
Receitas financeiras		2.550	5.941
Despesas financeiras		(77)	(15)
Resultado antes dos impostos e das participações		6.703	24.473
Imposto de renda	20	(4.080)	(3.398)
Contribuição social	20	(1.708)	(1.262)
Impostos diferidos	20	4.114	(2.613)
Resultado líquido		5.029	17.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	5.029	17.200
Outros resultados abrangentes		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(4.800)	(1.122)
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(7.273)	(1.699)
Efeitos tributários	2.473	578
Resultado abrangente total do exercício	229	16.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		39.944	22.199	3.554	-	65.737
Aumento de Capital		8.364	-	-	-	8.364
Ajustes de Avaliação Patrimonial	4/13b)	-	-	(1.122)	-	(1.122)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	17.200	17.200
Proposta da destinação do Lucro:						
Reserva de Lucros	13d)	-	13.974	-	(13.974)	-
Juros sobre o Capital Próprio - R$0,07 por cota	13c)	-	-	-	(3.226)	(3.226)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		48.308	36.173	2.472	-	86.953
Aumento de Capital		2.742	-	-	-	2.742
Ajustes de Avaliação Patrimonial	4/13b)	-	-	(4.800)	-	(4.800)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.029	5.029
Proposta da destinação do Lucro:						
Reserva de Lucros	13d)	-	5.029	-	(5.029)	-
Distribuição de dividendos - R$0,63 por cota	13c)	-	(32.000)	-	-	(32.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		51.050	9.202	(2.328)	-	57.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2021	2020
Recebimento de planos saúde	251.315	212.262
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(100.390)	(84.618)
Pagamento de comissões	(65.242)	(48.646)
Pagamento de pessoal	(6.542)	(7.159)
Pagamentos de pró-labore	(1.483)	(1.304)
Pagamento de serviços de terceiros	(187)	(186)
Pagamento de tributos	(29.348)	(27.517)
Aplicações financeiras	(8.203)	(26.958)
Outros pagamentos operacionais	(39.956)	(15.807)
Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades operacionais	(36)	27
Variação de caixa e equivalente de caixa	(36)	27
Caixa - Saldo inicial	223	196
Caixa - Saldo final	187	223
Aumento/Redução Em Caixa E Equivalentes De Caixa	(36)	27
Ativos livres no início do exercício	58.703	4.403
Ativos livres no final do exercício	30.775	58.703
Aumento/(diminuição) nas aplicações financeiras - Recursos livres	(27.928)	54.300
Conciliação do lucro líquido do exercício ao caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.029	17.200
Mais	294	113
Depreciações e amortizações	231	107
Juros e variações monetárias sobre provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	63	6
Atividades operacionais	(5.359)	(17.286)
Variação das aplicações	23.123	(19.463)
Variação dos créditos de operações com planos de assistência à saúde	(5.074)	531
Variação dos títulos e créditos a receber	(3.907)	2.884
Variação das despesas antecipadas	11	21
Variação de outros créditos a receber	756	1.090
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	7.229	(1.930)
Variação dos débitos de operações de assistência à saúde	568	(463)
Variação dos tributos e contribuições a recolher	(326)	1.618
Variação de débitos diversos	(26.611)	(1.040)
Variação de provisões para tributos diferidos	(1.128)	(554)
Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades operacionais	(36)	27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A MetLife Planos Odontológicos Ltda. ("Operadora") está localizada na Rua Flórida, 1.595 - Brooklin Novo, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, cuja controladora é a MetLife Inc., uma sociedade de capital aberto devidamente constituída no estado de *Delaware* nos Estados Unidos da América, localizada na 1.095 *Avenue of the Americas*, Nova York, e tem como objetivo a operação de planos privados de assistência à saúde, exclusivamente odontológicos, bem como a realização de outras atividades condizentes com esse objetivo.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e de acordo com o Plano de Contas instituído pela Resolução Normativa - nº 435, de 23 de novembro de 2018, e alterações posteriores, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sendo as principais práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

3 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de até 3 meses e com risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estes eram compostos por saldos de caixas e bancos registrados na rubrica "Disponível".

b) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requeiram a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo; ou
- For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Operadora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Resultado Financeiro", na demonstração do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos e não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em ganhos e perdas não realizados, no patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

c) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados no ativo dentro da categoria de empréstimos e recebíveis e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado "contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde". A provisão para perda sobre créditos é constituída conforme RN nº 418/16 e alterações posteriores sendo constituído 100% dos créditos a receber vencidos acima de 60 dias para clientes pessoas físicas e 90 dias para pessoa jurídica, em montante suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização desses créditos.

d) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear levando-se em consideração a vida útil e econômica dos bens.

e) Intangível

Representado por licença de uso de software, amortizados pelo prazo de 60 meses.

f) Demais ativos realizáveis a longo prazo

São representados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as provisões para perdas.

g) Despesas Diferidas

As comissões sobre contraprestações são diferidas de acordo com o prazo de vigência dos contratos com faturamento mensal e vigência média inferior a 15 dias.

h) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisão de eventos a liquidar

Os custos dos serviços prestados são registrados com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis líquidos.

Provisão de eventos ocorridos e não avisados

A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA é apurada conforme Resolução Normativa - RN nº 393/15 e alterações posteriores e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que ainda não tenham sido notificados à Operadora. A Operadora constitui a PEONA integralmente utilizando metodologia atuarial própria conforme instrução da RN nº 393/15 e alterações posteriores.

Provisão para prêmios/contraprestações não ganhos (PPCNG)

A Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas (PPCNG) é calculada "pro rata die" relativa à parcela de prêmio/contraprestação cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu, conforme Resolução Normativa - RN nº 393/15 e alterações.

Teste de Adequação dos Passivos

O Teste de Adequação do Passivo (TAP) passou a ser exigido à partir da data-base de 31 de dezembro de 2020, e é elaborado na data-base do encerramento do exercício social para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas para estimar o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de planos odontológicos, considerando as vigências desses contratos, limitadas ao horizonte máximo de 8 (oito) anos. Esse teste é elaborado segregando-se entre as modalidades valor individual, coletivo empresarial, coletivo por adesão e corresponsabilidade assumida. As estimativas correntes dos fluxos de caixa são descontadas a presente com base nas estruturas a termo de taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA. Em 31 de dezembro de 2021, a estimativa corrente de fluxo de caixa descontada a valor presente é R$72.050.549. Como conclusão do TAP, não há insuficiência em nenhum dos agrupamentos considerados, assim não há a necessidade de constituição da Provisão de Insuficiência de Contraprestações (PIC).

i) Reconhecimento das receitas operacionais

As receitas de contraprestações dos planos de assistência odontológica são reconhecidas, observados os períodos de coberturas contratuais, pelo regime de competência. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência odontológica são contabilizadas pelo regime de competência.

j) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com operação própria de atendimento odontológico são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

k) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias e dos encargos incorridos. As comissões sobre prêmios emitidos, registradas no passivo circulante pelo regime de competência, são devidas aos corretores de seguros quando do efetivo recebimento das contraprestações.

l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R$240 no exercício. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

m) Imposto de renda e contribuição social diferida

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "Liability Method", equivalente ao CPC 32) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o montante do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, aprovados anualmente pela Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Operadora e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

n) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Contas a pagar" e "Débitos de operações com seguros". Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive, quando aplicável, honorários, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

o) Provisões para processos judiciais

A avaliação da provisão para os processos judiciais, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC nº 25 - Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes. As provisões para processos judiciais são classificadas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a causa das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os processos judiciais classificados como perda provável são integralmente provisionados, como provisão para ações judiciais. Obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal.

p) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para realização de contas a receber, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e para riscos tributários. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá vir a ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Operadora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

q) Normas e interpretações novas e revisadas e já emitidas e não adotadas

O CPC editou os pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas abaixo.

CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. Essa norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. A ANS aprovou a adoção desta norma para adoção para o exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2022.

CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Essa norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. A ANS aprovou a adoção desta norma para adoção para o exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2023.

CPC 50 - "Contratos de Seguro" O pronunciamento substitui o CPC 11 - Contratos de Seguro que ainda não foi aprovado pela ANS. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguro:

- Modelo padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo.
- "Premium Allocation Approach - PAA": aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão.
- "Variable Fee Approach": abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de caixa futuros esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos.
- Ajuste ao risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa.
- Margem contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato.
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

4 APLICAÇÕES

a) Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

	2021 Custo atualizado	2021 Valor Justo	2021 Ajustes TVM	2021 Efeitos tributários	2021 Líquido tributos (iii)	2020 Valor Justo
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:						
Fundos de Investimento - renda fixa (i)	10.311	10.311	-	-	-	9.655
Subtotal	10.311	10.311	-	-	-	9.655
Ativos financeiros disponíveis para venda:						
Notas do tesouro nacional - NTN (ii)	-	-	-	-	-	75.375
Letras do Tesouro Nacional - LTN (ii)	56.912	53.385	(3.527)	1.199	(2.328)	8.658
Subtotal	56.912	53.385	(3.527)	1.199	(2.328)	84.362
Total	67.223	63.696	(3.527)	1.199	(2.328)	94.017
Circulante		29.667				28.181
Não Circulante		34.029				65.836

(i) O valor das cotas de fundos de investimento - renda fixa foi apurado com base nos valores das cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Operadora aplica seus recursos. Os fundos de investimento em que a Operadora aplica não são exclusivos.

(ii) Os títulos públicos federais foram atualizados pela variação da taxa SELIC e foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos

Continua...

Metlife Planos Odontológicos Ltda.

CNPJ nº 03.273.825/0001-78 - ANS 40.648-1

Navigating life together

... Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Estes títulos possuem mercado ativo com liquidez diária (iv) Valores contabilizados diretamente em conta de patrimônio líquido-ganhos e perdas não realizados - TVM.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os títulos públicos integrantes da carteira encontravam-se sob custódia de instituição financeira intermediária. A custódia das cotas dos fundos de investimento é mantida diretamente pelos administradores desses fundos.

Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2021, as mensurações dos instrumentos financeiros foram obtidas de preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1) R$ 53.385 (R$ 84.362 em 2020) e Nível 3) R$ 10.311 (R$ 9.655 em 2020).

b) Aplicações por prazo de vencimento

Em 31 de dezembro de 2021, os vencimentos dos ativos estão distribuídos conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Até 3 meses ou sem vencimento	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	10.311	-	-	10.311
Fundos de investimento - renda fixa	10.311	-	-	10.311
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	6.337	47.048	53.385
Títulos de renda fixa públicos	-	6.337	47.048	53.385
Total das aplicações	10.311	6.337	47.048	63.696
Circulante				29.667
Não Circulante				34.029

5 CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (CLIENTES)

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são inicialmente reconhecidos pelo valor justo. Considerando que as operações têm prazo médio de recebimento de até 30 dias, a Administração entende que os ajustes a valor presente resultariam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras.

2021

	A vencer Até 30 dias	Vencidas Até 30 dias	De 31 a 60 dias	Acima de 60 dias	Provisão para perda sobre créditos	Total
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	10.951	14.968	4.481	10.105	(29.654)	10.851
Total líquido	10.951	14.968	4.481	10.105	(29.654)	10.851

2020

	A vencer Até 30 dias	Vencidas Até 30 dias	De 31 a 60 dias	Acima de 60 dias	Provisão para perda sobre créditos	Total
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5.109	7.009	5.170	3.294	(14.805)	5.777
Total líquido	5.109	7.009	5.170	3.294	(14.805)	5.777

a) Movimentação de créditos de operações com planos de assistência à saúde:

	2021	2020
Créditos de operações com planos de assist. à saúde no início do exercício	5.777	6.308
Contraprestações emitidas	287.616	231.000
Recebimentos	(251.315)	(212.262)
Reversão (constituição) de provisão para perdas sobre crédito	(14.851)	(3.729)
Baixas/cancelamentos	(16.376)	(15.540)
Créditos de operações com planos de assist. à saúde no final do exercício	10.851	5.777

6 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Operadora apresenta base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal no montante de R$ 8.548 (R$ 16.784 em 2020) e diferenças temporárias no montante de R$ 41.259 (R$ 20.291 em 2020) a compensar com lucros futuros. A legislação permite que as bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores sejam compensadas com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% de cada lucro tributável auferido em determinado ano, conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Impostos a compensar (i)	1.322	3.046
IR e CS sobre outras diferenças temporárias (a)	14.028	7.112
IR e CS sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (a)	2.907	5.707
Sobre marcação a mercado de título classificado como disponível para venda	3.599	-
Total	21.856	15.865
Circulante	1.322	3.046
Não circulante	20.534	12.819

(i) Os impostos a compensar são formados, substancialmente, por créditos a compensar.

(a) Demonstrações dos cálculos dos créditos tributários:

	2021	2020
Base negativa acumulada de contribuição social	8.548	16.784
Adições temporárias (i)	41.259	20.921
Total	49.807	37.705
Alíquota de contribuição social	9%	9%
Créditos tributários de contribuição social	4.483	3.393
Prejuízo fiscal acumulado	8.548	16.784
Adições temporárias (i)	41.259	20.921
Total	49.807	37.705
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Créditos tributários de imposto de renda	12.452	9.426
Total do crédito tributário constituído	16.935	12.819
Crédito tributário sobre ajuste TVM	3.599	-
Total do crédito tributário	20.534	12.819

(i) As diferenças temporárias são formadas, basicamente, por provisões judiciais e provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA).

ATIVO	Total	2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031
Realização IRPJ/CSLL	19.136	3.262	2.816	1.507	1.507	1.507	7.536

7 BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2021	2020
Adiantamentos a funcionários	80	87
Outros créditos a receber (i)	-	1.343
Total	80	1.430

(i) Refere-se à baixa antecipada, ocorrida em 31 de dezembro, mas o crédito na conta bancária ocorre apenas no 1º dia útil do ano subsequente.

8 INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	2021 Total	2020 Total
Licenças de uso de software	20	2.097	(2.097)	-	227
Total		2.097	(2.097)	-	227

9 RECURSOS PRÓPRIOS MÍNIMOS, DEPENDÊNCIA OPERACIONAL E PROVISÕES TÉCNICAS

Em 16 de dezembro de 2010, a ANS publicou a Resolução Normativa - RN nº 243/10, que estabelece regras para constituição de provisões técnicas, critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo e dependência operacional. As principais definições foram:

a) O Patrimônio Mínimo Ajustado - PMA representa o valor mínimo do patrimônio líquido ou patrimônio social, calculado a partir da multiplicação de fatores determinados pelo capital-base R$ 9.727 (R$ 8.977 em 31 de dezembro de 2020), anualmente atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Por esta regra, o PMA requerido desta Operadora, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 314 (R$ 290 em 31 de dezembro de 2020) e o patrimônio líquido ajustado da Operadora, em 31 de dezembro de 2021, de R$ 52.620 (R$ 81.008 em 31 de dezembro de 2020).

b) Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a provisão de eventos a liquidar, nos montantes de R$ 8.214 e R$ 4.882, respectivamente, representam valores relativos à prestação de serviços odontológicos efetuados por profissionais e clínicas conveniados à Operadora em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, por política interna efetuamos a baixa contábil dos eventos pendentes a mais de 360 dias da data de aviso.

c) A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA é apurada conforme Resolução Normativa - RN nº 393/15 e alterações e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que ainda não tenham sido notificados à Operadora. A Operadora constitui a PEONA integralmente segundo os parâmetros mínimos determinados pela RN nº 393/15 e alterações. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a PEONA foi registrada nos montantes de R$ 8.446 e R$ 6.458, respectivamente.

d) A Operadora aderiu à antecipação do capital baseado em riscos (CBR) seguindo os parâmetros definidos pela RN nº 451/20. Em 31 de dezembro de 2021 o Capital Regulatório (CR) foi calculado em:

Capital regulatório	2021	2020
Patrimônio líquido	55.526	86.953
(-) Créditos tributários (s/prejuízo e base negativa)	(2.906)	(5.707)
(-) Despesas Antecipadas	-	(11)
(-) Ativo Intangível	-	(227)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	52.620	81.008
(A) 0,20 vezes das contraprestações - últimos 12 meses	57.523	46.200
(B) 0,33 vezes da média dos eventos - últimos 36 meses	35.641	23.872
(C) Margem de solvência total = maior entre (A) e (B)	57.523	46.200
(D) Capital baseado em riscos	23.502	-
Capital Regulatório (CR) (i) = maior entre 75% de (C) e (D)	43.142	39.401
Suficiência/(Insuficiência)	9.478	41.606

(i) O Capital Regulatório em 2020 foi calculado com base na proporção cumulativa de 85,28% da Margem de solvência total.

10 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2021	2020
Tributos e contribuições sobre o lucro a recolher		
IR e CS Sobre o Lucro	583	775
Imposto Sobre Serviços	757	355
PIS	120	105
COFINS	737	646
Subtotal	2.197	1.881
Tributos e contribuições de terceiros a recolher		
Imposto de Renda Retido de terceiros	442	794
Taxa de Saúde Suplementar	400	400
Imposto Sobre Serviços	198	242
Contribuições Previdenciárias	160	423
FGTS	55	55
PIS/COFINS/CSLL	100	75
Subtotal	1.355	1.997
Total de Tributos e Contribuições a Recolher	3.552	3.878

11 DÉBITOS DIVERSOS

	2021	2020
Outros débitos diversos (i)	-	2.743
Fornecedores a pagar	10.360	5.301
Intercompany a pagar (nota 21)	1.617	2.066
Depósitos de terceiros	1.066	603
Obrigações com pessoal	1.758	1.442
Total	14.801	12.155

(i) Refere-se, principalmente, a JCP a pagar, saldo este utilizado para aumento de capital em 2021.

12 PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

A Operadora é parte de processos judiciais envolvendo riscos. A movimentação dos saldos das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

Obrigações legais e provisões para riscos:	2020 Valor da provisão	Adições	Atualização monetária	Reversões/ pagamentos	2021 Valor da provisão
Provisões cíveis	38	236	23	(53)	244
Total	38	236	23	(53)	244

As provisões cíveis relativas a perdas prováveis referem-se a 35 processos, no montante de R$ 244 e as relativas a perdas possíveis não provisionados referem-se a 38 processos cíveis, no montante de R$ 142 (não relacionados a tratamentos realizados aos beneficiários dos planos odontológicos) sendo que os pedidos mais frequentes referem-se ações declaratórias e indenizatórias de danos e perdas morais.

As provisões trabalhistas relativas a perdas possíveis não provisionados referem-se a 2 processos no montante de R$ 14, sendo que os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, descanso semanal remunerado, reflexos do 13º salário e aviso prévio.

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 01 de abril de 2021, o capital social foi aumentado de R$ 48.308 para R$ 51.050, com a emissão de novas quotas, ficando o capital representado por 51.050.399 (48.307.789 em 2020) quotas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, mediante a capitalização dos juros sobre o capital próprio de períodos anteriores deliberados nesta data.

b) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial da Operadora referem-se, principalmente, à variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários R$ (2.328) (R$ 2.472 em 2020), conforme nota explicativa nº 4.

c) Juros sobre Capital Próprio

Em 2021, a Operadora distribuiu dividendos relativos a ganhos auferidos em exercícios anteriores no montante de R$ 32.000. Em 2020 foi distribuído juros sobre o capital próprio do respectivo exercício no montante de R$ 3.226.

d) Reservas de lucros

Em 2021, a Operadora destinou reservas de lucros no montante de R$ 5.026 (R$ 13.874 em 2020).

14 CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS DE PLANOS OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde, no total de R$ 273.565 (R$ 219.597 em 2020), compõem-se das contraprestações líquidas apropriadas deduzidas dos tributos diretos (ISS, PIS e COFINS). Compõe o saldo da conta as operações de Corresponsabilidade Assumida nos contratos como preço preestabelecido no montante de R$ 4.401 (R$ 4.239 em 2020).

15 EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de R$ 109.737 (R$ 77.219 em 2020) referem-se aos custos dos serviços odontológicos, de acordo com os termos de relações contratuais com a rede de cirurgiões-dentistas e com a remuneração estipulada na tabela de procedimentos vigente. Inclui também os reembolsos efetuados aos associados pela utilização de benefícios odontológicos fora da rede credenciada de cirurgiões-dentistas, menos a recuperação de eventos indenizáveis e menos a variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA. Compõe o saldo da conta o montante de R$ 3.228 (R$ 3.272 em 2020) referente aos contratos de Corresponsabilidade Assumida como preço preestabelecido.

16 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Despesas com apólices e contratos	(602)	(681)
Despesas com telemarketing e assistências	(15.700)	(13.294)
Reversão (Provisão) para perdas sobre créditos	(14.851)	(3.729)
Baixas (i)	(18.806)	(11.375)
Outras despesas	(53)	(4.583)
Total	(54.012)	(34.062)

(i) Baixas dos valores a receber dos planos individuais referente a cancelamento de cobrança das faturas vencidas acima de 180 dias.

17 DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO

As despesas de comercialização referem-se às comissões, agenciamentos e pró-labore incorridos/pagos para a rede de corretores independentes e a outros canais de distribuição.

	2021	2020
Despesas com comissões	(49.451)	(36.281)
Despesas com pró-labore	(1)	(49)
Despesas com agenciamento	(1.912)	(36)
Total	(51.364)	(36.366)

18 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	(16.020)	(17.052)
Despesas com localização e funcionamento	(3.357)	(3.046)
Despesas com taxas e emolumentos	(582)	(1.843)
Despesas com publicidade e propaganda	(2.727)	(1.682)
Despesas de rateio com partes relacionadas (nota 21)	(30.485)	(29.281)
Outras (i)	(1.051)	(499)
Total	(54.222)	(53.403)

(i) Inclui, principalmente, outros custos de prestações de serviços por terceiros.

19 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2021	2020
Receitas financeiras:		
Receitas com títulos de renda fixa	2.550	5.941
Subtotal	2.550	5.941
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros sobre tributos	(77)	(15)
Subtotal	(77)	(15)
Total do resultado financeiro	2.473	5.926

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do exercício é demonstrada como segue:

	2021 IR	2021 CS	2020 IR	2020 CS
Resultado antes dos impostos e das participações	6.703	6.703	24.473	24.473
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.676)	(603)	(6.118)	(2.203)
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças permanentes				
Juros sobre o capital próprio	-	-	807	290
Outras adições (exclusões) permanentes	621	(16)	(8)	(41)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	1.055	619	5.319	1.954
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(4.080)	(1.708)	(3.398)	(1.262)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	3.025	1.089	(1.921)	(692)

21 PARTES RELACIONADAS

A Operadora apresenta saldos relativos a transações com partes relacionadas com a Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., compartilhando, inclusive, instalações, recursos humanos e outros insumos necessários para atingir os objetivos sociais e não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

	Passivo 2021	Passivo 2020	Despesas 2021	Despesas 2020
Metropolitan Life Seguros e Previdência S.A.				
Contas a pagar (nota 11)	1.617	2.066	-	-
Despesa (nota 18)	-	-	(30.485)	(29.281)
	1.617	2.066	(30.485)	(29.281)

22 COBERTURA DE SEGUROS

A Operadora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Em 31 de dezembro de 2021, os seguros referem-se a riscos diversos de R$ 49.549 e responsabilidade civil de R$ 76.235 e englobam também as empresas Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. e MetLife Administradora de Planos Multipatrocinados Ltda.

23 GERENCIAMENTO DE RISCO

A Operadora acredita que uma assertiva Gestão de Riscos é essencial para a sustentabilidade do seu negócio e o pleno atendimento aos seus clientes, acionistas, stakeholders e colaboradores.

Visando alcançar os objetivos estratégicos com a Gestão de Riscos, a companhia é estruturada no modelo de 03 linhas de defesa, o qual permite a participação de todas as áreas e níveis hierárquicos da Companhia, desde as áreas de negócio até a alta administração na avaliação dos riscos inerentes à Operadora.

A área de Gestão de Riscos da Operadora é independente e se reporta diretamente para a Diretoria Regional de Riscos, garantindo imparcialidade nas suas avaliações e submissão de resultados.

Risco Operacional

A Operadora avalia periodicamente os riscos inerentes aos quais está exposta na dimensão inerente e residual. De maneira a quantificar a materialização dos Riscos Operacionais, a Companhia compõe uma base de dados de perdas em sua operação mediante metodologia própria. Cabe destacar que as áreas operacionais e de negócio são partes fundamentais na avaliação deste tipo de risco.

Gestão de capital

O gerenciamento do capital da Operadora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócio bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam o Patrimônio Mínimo Ajustado (Resolução Normativa - RN nº 451).

Risco de mercado e concorrência

A Operadora opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos odontológicos com benefícios similares, incluindo as seguradoras do ramo saúde e operadoras de planos de saúde e médicos hospitalares.

Risco de flutuação dos custos médicos odontológicos

Os contratos possuem prazo médio de 24 meses, cláusula de rescisão com aviso prévio de 60 dias e multa contratual para rescisões solicitadas fora do prazo. Em sua maioria também possuem cláusulas de reajuste anual do valor das taxas praticadas através do índice de sinistralidade, que consiste na divisão do valor dos custos incorridos nos últimos doze meses pelas contraprestações pecuniárias líquidas.

Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Operadora não receber valores decorrentes das contraprestações vencidas. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes.

Através de controles internos adequados, a Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na nota explicativa nº 3c.

No tocante à exposição do risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através de um comitê de investimento se observados os dispostos da RN nº 392/15 da ANS no tocante à aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores.

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco através do equacionamento contínuo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Operadora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de investimentos. A Operadora busca reduzir os impactos das alterações nas taxas de juros através da elaboração de mandatos de investimento estabelecidos, considerando diversos aspectos, tais como: perfil de negócio, estudos atuariais e aspectos de liquidez.

Análise de sensibilidade de variações da taxa de juros

As flutuações das taxas de juros de curto prazo tais como o CDI, a Selic ou ainda as variações na Estrutura a Termo de Taxa de Juros, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e equivalente de caixa.

Em 31 de dezembro de 2021, se as taxas médias de mercado de 2020 fossem 2% maiores ou menores do que o verificado no período e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 aumentaria/diminuiria em aproximadamente R$ 125.

24 COVID-19

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde, declarou a COVID-19 como uma pandemia, como efeito imediato a Operadora colocou em ação um plano de continuidade de negócios, que nos permitiram manter nossos processos operacionais, níveis de atendimento ao cliente, relacionamentos com parceiros e ambiente de controle. Em 2021 continuamos monitorando os efeitos relacionados à pandemia do coronavírus COVID-19 e mantemos o nosso plano de continuidade de negócios.

Em relação à avaliação dos impactos nos negócios, a Operadora observou um aumento de 25% nas contraprestações, que já haviam crescido em 2020 a despeito da Pandemia e um aumento da sinistralidade de 42%, neste caso em razão da redução dos eventos em 2020 por conta do isolamento social e o aumento em 2021, já reflexo do retorno dos clientes a uma rotina mais normal de tratamentos.

A Administração acompanha a evolução da pandemia e mantém o monitoramento para possíveis impactos Financeiros, Patrimoniais, em seus Resultados e no Fluxo de Caixa.

25 TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS OU FINANCIAMENTOS

A Operadora em 2021 efetuou aumento de capital com juros sobre o capital próprio no montante de R$ 2.742.

26 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração da Operadora em 30 de março de 2022.

Diretoria

Breno Persona Machado Gomes - Diretor-Presidente

Francisco Ignacio Espinoza Concha - Diretor Financeiro

Responsável Técnico

Luís Danilo Bronzatto Maurici

Controller

Tatiane Paula dos Santos

Contador

Marcos Antonio Klein - CRC 1SP225765/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À Diretoria e Acionistas da **Metlife Planos Odontológicos Ltda.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Metlife Planos Odontológicos Ltda. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metlife Planos Odontológicos Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE ESTÁ ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL) PARA REGISTRO DE PREÇOS SOB O Nº 26/2022, PARA "AQUISIÇÃO DE MATERIAL E FLORES ORNAMENTAIS DE JARDINAGEM E PAISAGISMO". A SESSÃO DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO SERÁ NO DIA 18/04/2022 ÀS 14 HORAS NA AV. SANTA CRUZ, Nº 355, IPERÓ/SP. TEL. (15) 3459-9999. IPERÓ, 30 DE MARÇO DE 2022. LEONARDO ROBERTO FOLIM - PREFEITO MUNICIPAL

Companhia Lithographica Ypiranga

Em Liquidação

CNPJ/MF 60.829.157/0001-56 - NIRE 35.300.040.058

Convocação - Assembleia Geral Ordinária - Artigo 213

Convoco os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na forma do artigo 213 da Lei nº 6.404/76, a realizar-se na sede social na Rua Tagipuru, 235, 1º andar, sala 14, São Paulo/SP, em 29/04/2022, às 12hs, para prestar-lhe contas dos atos e operações praticados no período e apresentar-lhe o relatório e o balanço do estado da liquidação. São Paulo, 24/03/2022 **Walney de Araújo Moura - Liquidante.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE FICA ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL) PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2022 – PROCESSO Nº 49/2022, CUJO OBJETO É "AQUISIÇÃO DE MONITORES E TIRAS REAGENTES". A SESSÃO DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO SERÁ DIA 12/04/2022 ÀS 15 HORAS, NA AV. SANTA CRUZ, Nº 355, PAÇO MUNICIPAL, IPERÓ/SP. TEL (15) 3459-9999. IPERÓ, 30 DE MARÇO DE 2022. LEONARDO ROBERTO FOLIM – PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 41/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 74/2022 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 37/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022 - EDITAL Nº. 41/2022 – Acha-se aberto, no município de Aramina, licitação, do tipo menor preço para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (MICROCOMPUTADOR COM MONITOR E IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLOR DAL) CONFORME QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS CONTIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, conforme condições editalícias. A sessão pública ocorrerá impreterivelmente no dia 20 de abril de 2022, às 09h00min, no site www.bbmnet.com.br. Os autos, disponíveis para qualquer cidadão, bem como as cópias dos Editais e seus anexos estarão disponíveis aos interessados para aquisição e consulta, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, das 08h00min às 17h00min, na Rua Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro – Aramina – SP, telefone 0xx16 – 3752 - 7002, através do site www.aramina.sp.gov.br, ou ainda no site www.bbmnet.com.br. Aramina/SP, 30 de março de 2022. MARIA MADALENA DA SILVA – Prefeita. FÁBIO LIMA DONZELLI – Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE

PROCESSO Nº 0434/2022 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2022 – OBJETO: SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014, PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO VISANDO O GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO NO CENTRO VOCACIONAL ESCOLA EDUCAÇÃO INFANTIL [illegible] - Prefeito Municipal

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº [illegible]. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única, do Foro de Artur Nogueira, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULO HENRIQUE ADUAN CORRÊA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) [illegible] ESTRUTURAS METÁLICAS EIRELI, CNPJ [illegible], com endereço à Rua Antonio Sia, 425, Centro, CEP 13160-000, Artur Nogueira - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Copérfil - Indústria e Comércio de Perfilados Ltda. [illegible] Dado e passado nesta cidade de Artur Nogueira, aos 17 de março de 2022.

LEILÃO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas. Leilão 003/2022. Espécie: Licitação, na modalidade leilão, para venda de bens Fundo Nacional Antidrogas/FUNAD. AMPARO LEGAL: em conformidade com a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pelas Leis nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993 e nº 9.804, de 30 de junho de 1999; Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019 e, com base no art. 6º do Decreto nº 95.650, de 19 de janeiro de 1988 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Decreto 21.981, de 19 de outubro de 1932, alterado pelo Decreto 22.427, de 01 de fevereiro de 1933 e Lei nº 13.886 de 17 de outubro de 2019. DATA E LOCAL: dia 14/04/2022, às 11h (horário de Brasília/DF) Devido a pandemia (COVID 19) e as recomendações de distanciamento social, o Leilão será realizado apenas na modalidade on line, através do endereço eletrônico www.lideleiloes.com.br, com abertura de lances dia 06 de ABRIL de 2022. Objeto: Os bens a serem leiloados constituem os lotes discriminados no anexo integrante do edital, os quais poderão ser examinados, previamente, no período de 01 a 11 de ABRIL de 2022 das 9hs as 11:30hs e das 14hs as 16hs mediante a agendamento prévio exceto nos finais de semana e feriado, conforme endereços dispostos também no anexo supra citado. EDITAL: Os interessados poderão ter acesso da cópia do edital do leilão na íntegra a partir do dia 31/03/2022, nos seguintes endereços eletrônicos www.lideleiloes.com.br e http://www.justica.gov.br. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Serão prestadas pela Comissão Especial de Licitação, em horário comercial, no seguinte e-mail: comissaoleilaosp@sp.gov.br ou ainda pelo telefone (11) 4425-2905 / (11) 4425-5925, com a equipe da LEILOEIRA OFICIAL e pelo e-mail: lideleiloes@lideleiloes.com.br

Leiloeira oficial TATIANA PAULA ZANI DE SOUSA – JUCESP 723

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 054/2022 – Proc. Adm. nº. 204/2022

Objeto: Registro de Preços para a **LOCAÇÃO DE BARRACAS TIPO PIRÂMIDE**, para utilização em eventos geridos por todas as secretarias municipais de Santana de Parnaíba, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, pelo período de 12 (doze) meses. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 31/03/2022, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site www.santanadeparnaiba.sp.gov.br, na aba serviços para sua empresa, licitações. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 12/04/2022, às 10h00min.**

Santana de Parnaíba, 30 de março de 2022.

ORDENADOR DE PREGÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 050/2022 – Proc. Adm. nº. 187/2022

Objeto: Registro de Preços para **CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO VISUAL PARA DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES**, atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Comunicação Social pelo período de 12 (doze) meses. Considerando a necessidade de retificação e redistribuição dos lotes do instrumento convocatório, visando ampliar a competitividade, republica-se o referido nas seguintes condições: **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 31/03/22, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site www.santanadeparnaiba.sp.gov.br, na aba serviços para sua empresa, licitações. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 12/04/2022, às 10h00min.**

Santana de Parnaíba, 30 de março de 2022.

ORDENADOR DE PREGÃO

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Guaratinguetá

Aviso de Abertura de Licitação. Processo: Tomada de Preços 004/22.
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços pavimentação e drenagem na rua Cuiabá bairro Vista Alegre. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 19/04/2022, às 09:00 horas.

Aviso de Abertura de Licitação. Processo: Tomada de Preços 005/22.
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de drenagem no núcleo Diana José Benedito, rua Pedro Rosa bairro Campo do Galvão. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 19/04/2022, às 13:30 horas.

Aviso de Abertura de Licitação. Processo: Tomada de Preços 006/22.
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de Revitalização da Praça Santo Antônio - Centro Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 19/04/2022, às 15:30 horas.

Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 034/22.
Objeto: Aquisição de livros novos pedagógicos destinados a rede municipal de ensino de Guaratinguetá. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 12/04/2022, às 09:00 horas.

Aviso de Prorrogação de Licitação. Process Presencial nº 018/22.
Aquisição de coletes e bonés para os servidores da frente de trabalho. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 12/04/2022, às 13:00 horas.

Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 039/22.
Objeto: Registro de preços para futura aquisição de água mineral para a Secretaria Municipal de Saúde. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 12/04/2022, às 15h30.

Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 040/22.
Objeto: Aquisição de lenços descartáveis para combate ao COVID-19, a serem fornecidos aos usuários SUAS da rede especial de Assistência Social. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 12/04/2022, às 14h30.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

Andrea Maria Ramos Leonel, CPF 104.434.358-39, DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de Conselheira de Administração do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG, CNPJ 38.486.817/0001-94.

ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.

Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet)
Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB
Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo

Belo Horizonte, 30 de março de 2022.

Andrea Maria Ramos Leonel
CPF – 104.434.358-39

BANCO CENTRAL DO BRASIL
Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência-Técnica em Belo Horizonte (GTBHO)
Avenida Álvares Cabral, 1.605 – 2º andar – Santo Agostinho
30170-001 Belo Horizonte – MG

EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo De 20 Dias. [illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 40/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 72/2022 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 36/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2022 - EDITAL Nº. 40/2022 – Acha-se aberto, no município de Aramina, licitação, do tipo menor preço para AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO QUILÔMETRO PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme condições editalícias. A sessão pública ocorrerá impreterivelmente no dia 19 de abril de 2022, às 13h30min, no site www.bbmnet.com.br. Os autos, disponíveis para qualquer cidadão, bem como as cópias dos Editais e seus anexos estarão disponíveis aos interessados para aquisição e consulta, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, das 08h00min às 17h00min, na Rua Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro – Aramina – SP, telefone 0xx16 – 3752 - 7002, através do site www.aramina.sp.gov.br, ou ainda no site www.bbmnet.com.br. Aramina/SP, 30 de março de 2022. MARIA MADALENA DA SILVA – Prefeita. FÁBIO LIMA DONZELLI – Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

EXTRATO DE EDITAL REPUBLICADO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 013/2021
OBJETO: "REURBANIZAÇÃO DA AV. SÉRGIO GREGÓRIO E RUA JOÃO ROBERTO CORREIA - VILA SÔNIA"
Tipo: Menor Preço
Regime de Execução: EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS
Processo Administrativo: 119/2021
Data e horário da licitação: 05/05/2022 às 10:00 Hs.
Lei Federal Nº 8.666/93, suas alterações e Normas Complementares, Lei Federal 12.844/2013 alterada pela Lei Federal nº 13.161/2015 e lei Federal nº 13.670/2018, Lei Federal Nº 4.320/64, Lei Complementar Federal Nº 101/00, Lei Federal Nº 10.028/00, Lei Federal Nº 11.079/04, Lei federal 12.305/2010, Lei Complementar 1.660/2013, Decreto Municipal nº 5.919/2015, Lei Complementar Federal Nº 123 De 14/12/06, Lei Complementar nº 147/14, Decreto Federal 7.983/2013, Acórdão 2.622/2013 TCU-Plenário, Lei Complementar Municipal Nº 667/13, Complementar Municipal nº 714/15 alterada pelas Lei Complementar nº 726/16, Lei Complementar nº 735/17 e Lei Complementar nº 739/17, Decreto Municipal 3.855/05 e Demais Legislações Pertinentes à matéria.
Os interessados poderão obter o Caderno Integral do Edital através do site www.praiagrande.sp.gov.br a partir do dia 01/04/2022 ou consultar o presente Edital na Secretaria Municipal de Obras Públicas - SEOP, situada na Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Mirim, Praia Grande - SP no horário das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 hs. O interessado poderá de forma facultativa remeter por e-mail o Recibo de Retirada de Edital pela Internet (Anexo G) deste edital informando a Razão Social/Nome, CNPJ/CPF, Número do telefone e e-mail em que poderá receber eventuais informações, esclarecimentos ou elementos complementares, na forma do disposto do supracitado Anexo "G".

Praia Grande, 30 de março de 2022.
ENGº ELOISA OJEA GOMES TAVARES - Secretária Municipal de Obras Públicas

QUALITYPE INFORMÁTICA S.A. - CNPJ/ME nº 20.893.135/0001-30 - Aviso aos Acionistas - Informamos que se encontram à disposição dos acionistas na sede da Qualitype Informática S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda Vicente Pinzon, nº 54, 11º andar, Vila Olímpia, CEP 04547-130, São Paulo/SP, os documentos relativos ao exercício findo em 31.12.2021 da Companhia, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404/76. São Paulo/SP, 30 de março de 2022. Sergio Ricardo Mendes (Diretor).

UOL DIVEO TECNOLOGIA S.A. - CNPJ/ME nº 01.588.770/0001-60 - Aviso aos Acionistas - Informamos que se encontram à disposição dos acionistas na sede da UOL Diveo Tecnologia S.A. ("Companhia"), na Alameda Barão de Limeira, nº 425, 7º andar, Campos Elíseos, CEP 01202-900, São Paulo/SP, os documentos relativos ao exercício findo em 31.12.2021 da Companhia, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404/76. São Paulo/SP, 30 de março de 2022. Marcelo Magon Epstein (Diretor).

CIVAP - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema
Aviso de Homologação e de Adjudicação
Ref. Concorrência 001/2021 - Proc. 22/2021.
Objeto: Concessão Administrativa para a exploração de serviços de tratamento e destinação final dos resíduos, com previsão de aproveitamento energético visando a redução da massa que se encaminhará ao destino final. Comunica a homologação dos procedimentos realizados pela Comissão Especial de Licitações e a adjudicação do objeto da licitação ao Consórcio BAL, constituído pelas empresas MPE Engenharia e Serviços S.A., SIGLA Sinalização e Construções Ltda., e FORTNORT Desenvolvimento Ambiental e Urbano Eireli, pelo valor de contraprestação de R$ 85,00 (oitenta e cinco reais) pela tonelada de resíduos. Íntegra em: www.civap.com.br. Assis, 30 de março de 2022. Oscar Gozzi - Presidente

Prefeitura Municipal de São Carlos

CONVITE Nº 06/2021
PROCESSO Nº 3043/202
COMUNICADO DE REABERTURA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO RECINTO DOS MACACOS NO PARQUE ECOLÓGICO, NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS. COMUNICAMOS, pelo presente, a **REABERTURA** do Convite em epígrafe. Os envelopes referentes a esta Licitação serão recebidos e protocolados impreterivelmente até às 14h00 do dia 08/04/2022. São Carlos, 29 de março de 2022 Ricardo Alonso - *Presidente*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2021
PROCESSO Nº 14095/2021 ID 930791
COMUNICADO DE REABERTURA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GELADEIRA INDUSTRIAL, A FIM DE ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. COMUNICAMOS, pelo presente, a REABERTURA do certame em epígrafe. As propostas serão recebidas e cadastradas até às 08h00 do dia 12/04/2022, com o início da sessão pública sendo às 09h30 do mesmo dia. São Carlos, 30 de março de 2022 Daniel Muller de Carvalho - *Pregoeiro*

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO – Tomada de Preços nº 014/2022 – Processo nº 081/2022

Objeto: Contratação de empresa para execução das obras de construção da Unidade de Saúde do Jardim Planalto. Tipo: menor preço – Encerramento: 20 de abril de 2022 às 09h00 – Cadastramento: Poderá ser feito até as 17h00 horas do dia 18 de abril de 2022 – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista. Fone: 14-3269 7022/3269 7088. Fax 14-3263.0040. Lençóis Paulista, 30 de março de 2022. LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 39/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 73/2022 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 35/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022 - EDITAL Nº. 39/2022 – Acha-se aberto, no município de Aramina, licitação, do tipo menor preço para AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO QUILÔMETRO – EMENDA 2021.092.23092, conforme condições editalícias. A sessão pública ocorrerá impreterivelmente no dia 19 de abril de 2022, às 09h00min, no site www.bbmnet.com.br. Os autos, disponíveis para qualquer cidadão, bem como as cópias dos Editais e seus anexos estarão disponíveis aos interessados para aquisição e consulta, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, das 08h00min às 17h00min, na Rua Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro – Aramina – SP, telefone 0xx16 – 3752 - 7002, através do site www.aramina.sp.gov.br, ou ainda no site www.bbmnet.com.br. Aramina/SP, 30 de março de 2022. MARIA MADALENA DA SILVA – Prefeita. FÁBIO LIMA DONZELLI – Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – *Assembleia Geral Extraordinária da Categoria e Trabalhadores* – Pelo presente edital, o Presidente do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo - *SIFUSPESP*, no uso das atribuições, que lhe foram conferidas por força do Estatuto Social em vigor, convoca todos os associados desta entidade quites e no gozo dos seus direitos estatutários, a todos os trabalhadores integrantes da categoria, em sua base territorial, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária da categoria dos trabalhadores penitenciários, a ser realizada no dia 05 de abril de 2022, às 10:00 horas, funcionando, na forma do § 2º, do Artigo 14, do Estatuto Social, mediante a presença de qualquer número de interessados, na Sede Social do Sindicato, sito à Rua Dr. Zuquim, 244 - Santana, na cidade de São Paulo - SP, para apreciar e deliberar, em maioria simples, sobre a seguinte Ordem do Dia: I - Escolha e autorização para ajuizamento de ações de natureza coletiva em atendimento às demandas da categoria. As deliberações serão tomadas na forma estatutária. Fábio César Ferreira – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 053/2022 – Proc. Adm. nº. 202/2022

Objeto: Registro de Preços para o **FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS ROLÔ BLACKOUT SOB MEDIDA**, incluindo todos os materiais e acessórios necessários à instalação, de forma parcelada, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e Secretaria Municipal de Atividade Física Esporte e Lazer, pelo período de 12 (doze) meses. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 31/03/2022, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site www.santanadeparnaiba.sp.gov.br, na aba serviços para sua empresa, licitações. Início da sessão de disputa de lances: Dia 12/04/2022, às 10h00min.

Santana de Parnaíba, 30 de março de 2022.

ORDENADOR DE PREGÃO

PREFEITURA DE Guararema

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial 12/2022, PROCESSO: 140/2022, OBJETO RESUMIDO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DO CEMAPA, INCLUINDO APREENSÃO, GUARDA ADEQUADA DE ANIMAIS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE, TRIAGEM DE ANIMAIS DA FAUNA SILVESTRE E/OU EXÓTICA EM SITUAÇÃO DE INTERESSE À SAÚDE PÚBLICA, TRATO, MANEJO, E ASSISTÊNCIA VETERINÁRIA DOS ANIMAIS SOB GUARDA DO CEMAPA E A EXECUÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE CONTROLE REPRODUTIVO DE CÃES E GATOS ATRAVÉS DE ESTERILIZAÇÃO CIRÚRGICA, INCLUINDO MICROCHIPAGEM. DATA E HORA DA LICITAÇÃO: 13/04/2022 as 09h00, LOCAL DA LICITAÇÃO: Sala de Licitações do Paço Municipal, na Praça Cel. Brasilio Fonseca, 35, Centro, Guararema – SP. O Edital poderá ser lido e obtido na íntegra no Paço Municipal de Guararema, no período das 08h30min às 16h00. Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8000 Ramal 8086.

JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE,
Prefeito Municipal

Blu Pay Tecnologia de Dados S.A.

CNPJ nº 33.873.062/0001-67

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	112	152
Contas a receber com clientes		47	-
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto resultado por quota)

	2021	2020
Receita de vendas líquida	564	-
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(3.983)	(2.220)
Lucro bruto	(3.419)	(2.220)
Despesas com vendas	(59)	(218)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(1.454)
Lucro antes do resultado financeiro	(3.478)	(3.892)
Receitas financeiras	881	1
[illegible]	[illegible]	[illegible]

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	-	20
Equivalentes de caixa	112	132
Caixa e equivalentes de caixa	112	152
Total circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	112	152

4. Tributos: a) Imposto Diferido:

	2020	Resultado IR/CSLL diferidos	2021
Prejuízo fiscal	1.366	1.182	2.548
Outras adições temporárias	51	39	90
Total de impostos diferidos ativos	1.417	1.221	2.638
Total impostos diferidos	1.417	1.221	2.638

BOREALIS — Borealis Brasil S.A. - CNPJ nº 13.204.698/0001-09

Demonstrações Financeiras - exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	Notas	2021	2020
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	37.290	17.050
Contas a receber de clientes	6	66.580	58.984
Estoques	7	71.448	46.393
Impostos a recuperar	8	26.384	6.595
Outros créditos		1.794	208
Total do ativo circulante		203.496	129.229
Não circulante			
Impostos a recuperar	8	29.350	8.883
Depósitos judiciais	15	4.154	4.420
Ativo de direito de uso	9	1.472	1.968
Imobilizado	10	98.199	101.958
Total do ativo não circulante		133.215	118.227
Total do ativo		336.711	247.456
Passivo Circulante		2021	2020
Fornecedores	11	10.837	15.676
Partes relacionadas	13	66.096	38.457
Impostos e contribuições a recolher		1.996	223
Salários, encargos e férias a pagar	12	6.424	3.432
Provisão para demandas judiciais	15	5.789	5.000
Empréstimos e financiamentos	14	-	11.421
Passivo de arrendamento	9	790	1.024
Dividendos a pagar		15.063	-
Outras contas a pagar		2.013	485
Total do passivo circulante		109.010	75.718
Não circulante			
Outras contas a pagar		136	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		15.077	695
Provisão para demandas judiciais	15	3.350	8.513
Passivo de arrendamento	9	701	978
Total do passivo não circulante		19.264	10.186
Total do passivo		128.274	85.904
Patrimônio líquido	16		
Capital social		94.744	94.744
Reserva de capital		53	53
Reservas de lucros		113.640	66.755
Total do patrimônio líquido		208.437	161.552
Total do passivo e do patrimônio líquido		336.711	247.456

Demonstração do resultado abrangente	2021	2020
Lucro líquido do exercício	63.422	6.208
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente	63.422	6.208

Demonstração do resultado

	Notas	2021	2020
Receita operacional líquida	17	514.539	272.232
Custos dos produtos vendidos	18	(420.080)	(235.646)
Lucro bruto		94.459	36.586
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	18	(8.979)	(6.223)
Administrativas e gerais	18	(15.956)	(17.765)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	26.439	2.914
Lucro Operacional		95.968	15.512
Despesas financeiras	20	(4.324)	(8.397)
Receitas financeiras	20	4.741	2.646
Receitas (despesas) financeiras líquidas		417	(5.751)
Lucro antes do I.R. e contribuição social		96.385	9.761
I.R. e contribuição social - Correntes		(18.581)	4
Diferidos		(14.382)	(3.557)
	8	(32.963)	(3.553)
Lucro líquido do exercício		63.422	6.208
Lucro por lote de mil ações - R$		669,41	65,52
Quantidade de ações ao final do exercício		94.743.513	94.743.513

Fluxo de caixa das atividades operacionais

	2021	2020
Lucro antes do I.R. e contribuição social	96.385	9.761
Depreciação	8.456	8.786
Perda na baixa de ativo imobilizado	56	271
Adição (exclusão) de provisão para obsolescência dos estoques - Nota 7	327	(188)
Provisão para demandas judiciais, trabalhistas - Nota 15	1.917	5.425
Transferências e variações monetárias de depósitos judiciais	704	159
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(91)	91
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos financeiros	382	5.302
	108.136	29.607
(Aumento) redução nas contas a receber de clientes	(7.504)	(21.611)
(Aumento) redução nos estoques	(25.383)	(11.854)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(40.256)	14.293
(Aumento) redução em outras contas do ativo	(1.586)	67
Aumento (redução) em fornecedores	(4.839)	10.448
Aumento (redução) em partes relacionadas Nota 13	27.641	39.593
Aumento (redução) em impostos a pagar	1.773	(1.843)
Aum.(redução) nas demais contas do passivo	4.657	(1.701)
Pagamento de depósitos e demandas judiciais	(6.728)	(354)
	(52.256)	7.038
Caixa líq. gerado pelas atividades operacionais	55.903	36.645
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17.613)	4
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(3.457)	(1.243)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(3.457)	(1.243)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos financeiros - Notas 13 e 14	(11.421)	(17.840)
Amortização de juros sobre empréstimos financeiros - Notas 13 e 14	(323)	(776)
Pagamento de arrendamento		
Pagamento de contrato de arrendamento Nota 9	(1.316)	(935)
Amortização de juros sobre arrendamento Nota 9	(59)	(71)
Pagamento de dividendos	(1.474)	(8.741)
Caixa líq. usado nas atividades de financiam.	(14.593)	(28.363)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa, líq.	20.240	7.043
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	17.050	10.007
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	37.290	17.050
Aumento do caixa e equivalentes de caixa, líq.	20.240	7.043

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Legal	Retenção de lucros	Reserva para distribuição de dividendos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2019	94.744	53	10.778	45.769	8.742	-	164.086
Lucro do exercício líquido	-	-	-	-	-	6.208	6.208
Destinações: Reserva legal	-	-	311	-	-	(311)	-
Reserva para distribuição de dividendos	-	-	-	-	5.897	(5.897)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	(8.742)	-	(8.742)
Saldos em 31/12/2020	94.744	53	11.089	45.769	5.897	-	161.552
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	63.422	63.422
Destinações: Reserva legal	-	-	3.171	-	-	(3.171)	-
Retenção de lucros (Nota 16)	-	-	-	45.188	-	(45.188)	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	(1.474)	(15.063)	(16.537)
Reserva de retenção de lucro	-	-	-	4.423	(4.423)	-	-
Saldos em 31/12/2021	94.744	53	14.260	95.380	-	-	208.437

Elde Francisco Garcia - Diretor Presidente
Ricardo de Lima Félix - Diretor Vice-Presidente
Emerson de Oliveira Guimarães - Contador - CRC: 1SP-178216/O-5

As notas explicativas encontram-se à disposição na sede Social

Prefeitura da Estância Turística de Salto

Edital – Pregão Eletrônico nº 21/2022
Processo Administrativo nº 1807/2022
Sistema de Registro de Preços

Encontra-se aberta licitação visando a convocação de possíveis licitantes, através do Sistema de Registro de Preços, para fornecimento de Concreto Usinado FCK 200 e 250, para manutenções e obras diversas a serem executadas no município de Salto/SP, conforme especificações e quantidades anexas ao edital, a cargo da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.
O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadorias, na data de 14 de abril de 2022.
Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 01/04/2022 até as 08hs do dia 14/04/2022.
Abertura de Propostas Iniciais: 14/04/2022 às 08h05min.
Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 14/04/2022 às 09hs.
O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação.
Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nº (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br
Estância Turística de Salto, 30 de março de 2022.
Sandro Roberto Stivanin – Secretário de Obras e Serviços Públicos

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 001/2022 – SESI – Contratação de pessoa jurídica especializada no ramo de construção civil, para a escolha da proposta comercial de menor preço, pelo regime de Empreitada por preço Global, para a realização dos serviços de construção e adequação das instalações da Unidade do Sesi Paulista, com o objetivo de padronizar o conceito arquitetônico, modernizar e reorganizar os espaços de aprendizagem, criando uma referência de estrutura física que favoreça a integração e a construção de novas experiências, em atendimento às ações empenhadas pelo Sesi/PE. Data de abertura: 18/04/2022 – 09:00 Horas – Presidente: Azevaneth Carneiro

Demais informações e aquisição do Edital, poderão ser obtidas no site: www.pe.sesi.br e pelos telefones 81 3412-8522 / 8508, e-mail: licitacao@sistemafiepe.org.br e no Edf. Casa da Indústria, localizado na Avenida Cruz Cabugá nº 767.

Recife, 31 de março de 2022.

Comissão Permanente de Licitação – Sistema FIEPE.

EQUATORIAL ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 03.220.438/0001-73
NIRE 2130000838-8 | Código CVM nº 02001-0
Companhia Aberta

EDITAL DE CANCELAMENTO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. EQUATORIAL ENERGIA S.A. ("Companhia"), vem, pelo presente, informar os senhores acionistas da Companhia acerca do cancelamento da Assembleia Geral Extraordinária que ocorreria no dia 30 de março de 2022 às 11:00h, de maneira exclusivamente digital, cuja ordem do dia consistia na (1) a alteração do estatuto social da Companhia; (2) a consolidação do estatuto social da Companhia; e (3) a autorização aos administradores da Companhia para a prática de todos os atos necessários para efetivar as deliberações anteriores ("AGE"). O cancelamento da AGE foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada nesta data e foi motivado pela necessidade de melhor avaliar as recomendações e comentários recebidos de acionistas da Companhia sobre as alterações estatutárias que serão implementadas, sempre no melhor interesse da Companhia. Em decorrência do cancelamento da AGE, fica sem efeito o edital de convocação da AGE publicado (a) no jornal "Folha de São Paulo" nas edições dos dias 08, 09 e 10 de março de 2022, nas páginas A23, A21 e A23 (respectivamente); (b) no jornal "O Imparcial", nas edições dos dias 08, 09 e 10 de março de 2022, nas páginas 06, 05 e 05 (respectivamente); e (c) no jornal "Imirante", nova denominação do jornal "O Estado do Maranhão" nas edições dos dias 08, 09 e 10 de março de 2022, seção "Editais" nas páginas 1, 1 e 1 (respectivamente). São Luís/MA, 29 de março de 2022. Carlos Augusto Leone Piani – Presidente do Conselho de Administração.

SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM E TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE SÃO PAULO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EX-TRABALHADORES DA EMPRESA SERMA SERVIÇOS MÉDICOS ASSISTENCIAIS LTDA. ("FALIDA")

[illegible]

São Paulo, 30 de março de 2022. Jefferson Emoy Santos Caproni – Presidente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2022

O Município de Jaguariúna torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberta nesta Prefeitura, TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2022, cujo objeto é a execução de obras de construção e instalação de Poço Artesiano, Casa de Química e Abrigo de Poço Artesiano no bairro Santo Antônio do Jardim, conforme demais informações descritas no Edital. O encerramento se dará no dia 20 de abril de 2022, às 09:00 horas. [illegible]
Jaguariúna, 30 de março de 2022.
Antonia M. S. X. Brasilino – Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2022 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Jaguariúna torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto nesta Prefeitura, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2022, cujo objeto é o registro de preços de até 676 toneladas de cloreto férrico 38% em solução para tratamento de água, conforme demais especificações descritas no Edital. [illegible]
Jaguariúna, 30 de março de 2022.
Antonia M. S. X. Brasilino – Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2022

Torna-se público e para conhecimento dos interessados que a Tomada de Preços acima mencionada, que tem por objeto "Prestação de serviços de recapeamento asfáltico e implantação de sinalização horizontal e vertical, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários para o recapeamento de trecho da Rua Maranhão, entre os nºs 451/477 e o balão de contorno da Avenida Antônio Pinto Catão na zona urbana do Município de Jaguariúna – Contrato de Financiamento nº 0529.795-19 – operação de crédito autorizada pela Lei Municipal 2646/19 – FINISA", foi adjudicada e homologada dia 30 de março de 2022, em favor da licitante CONVERD CONSTRUCAO CIVIL EIRELI – CNPJ: 02.647.165/0001-85, pelo valor global de R$ 366.536,42.
Jaguariúna, 30 de março de 2022.
Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva – Secretária de Gabinete

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL N.º 320/2021-TP

Acha-se aberta no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, licitação na modalidade de **Tomada de Preços** – tipo: Menor Preço Contratação das obras e serviços de recuperação da erosão do talude localizado no km 41+000m da SP-354 – Rodovia Edgar Máximo Zambotto, no Município de Cajamar, incluindo a elaboração de projeto executivo, valor do orçamento de R$ 3.014.425,34 pelo prazo de 06 meses.
O edital poderá ser consultado pela internet, no site **www.der.sp.gov.br**. A versão completa do Edital poderá ser retirada das 09 às 17 horas, na Avenida do Estado, nº 777 – 2º andar – sala 2012, mediante entrega no ato de um CD-R para aquisição da versão em mídia eletrônica.
Os envelopes contendo a proposta de preços (envelope 1) e documentação (envelope 2) serão recebidos, em Sessão Pública **até às 15h00 do dia 19/04/2022, na sede do DER/SP**, no 2º andar, Sala de Licitações – ala A, com início da Sessão de Abertura logo após o vencimento do prazo de entrega dos envelopes, na mesma data e local, na presença de interessados.
As empresas interessadas poderão obter maiores esclarecimentos e informações na sede do DER/SP, na Avenida do Estado, 777 – 2º andar – sala 2012 – Comissão Julgadora de Licitações – CJL, na cidade de São Paulo – SP, ou através dos telefones 0XX(11) 3311.1583, 0XX(11) 3311.1580, 0XX(11) 3311.1584 nos dias úteis das 9 às 12 e das 14 às 17 horas ou através do e-mail **ecolicitacoes@der.sp.gov.br**.
As informações estarão disponíveis no site **http://www.e-negociospublicos.gov.br** ou **www.der.sp.gov.br**.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAQUARAL

Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº 06/2022
Processo Licitatório nº 41/2022 – Edital nº 13/2022

Órgão Licitante: Município de Taquaral. Modalidade: Pregão Presencial nº 06/2022, do tipo "menor preço por item". Objeto: Aquisição de Materiais Escolares e de Expediente, destinados aos Departamentos de Educação, Assistência Social, Saúde e Administração, pelo período de 12 (doze) meses. Credenciamento: das 07h30 às 08h do dia 18/04/2022. Início da Sessão: 08h do mesmo dia, na sede da Prefeitura, na Rua do Cafezal, nº 530. Edital completo e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.taquaral.sp.gov.br ou pelo e-mail licita@taquaral.sp.gov.br.
Taquaral, 30 de março de 2022. Paulo Sérgio Cardoso de Oliveira – Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

COMUNICADO DE REABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO

1) PA nº 38.135/2021. PE 03/2022. Objeto: Contratação de Empresa para fornecimento de Cadeira de Rodas e Andador. Edital RETIFICADO com a exigência de registro na ANVISA do objeto, com REABERTURA da Sessão Pública no dia 19/04/2022 às 10:00 horas. O edital estará disponível para a retirada dos interessados, através do sítio da Portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br e da Prefeitura Municipal de Cotia, www.cotia.sp.gov.br/editais-cotia.
a) Dr. Magno Sauter – Secretário Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

"AVISO DE LICITAÇÃO"
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2022 – EDITAL Nº 018/2022

Objeto: Prestação de Serviços de Arbitragem. Encerramento: 12 (doze) de abril de 2.022 às 09h00. Informações: A Cópia completa do Edital poderá ser adquirida no site da Prefeitura https://www.itapecerica.sp.gov.br/ no Portal da Transparência. O mesmo também poderá ser adquirido, mediante apresentação de mídia, no Departamento de Suprimentos, sito à Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – Itapecerica da Serra, no horário das 08:30 às 16:30 horas, nos dias úteis, ou mediante solicitação através do endereço eletrônico pregao@itapecerica.sp.gov.br, informando os dados cadastrais do interessado, bem como mantendo seu cadastro atualizado para receber todos os comunicados referente ao certame. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone 4668.9000 ramais 9100 ou 9112, com código de acesso (DDD) 0XX11.
Itapecerica da Serra, 30 de março de 2.022.
EDNÉIA P. OLIVEIRA – Assessora Especial – Secretaria de Assuntos Jurídicos

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

ERRATA PUBLICAÇÃO DE 16/03/2022 – AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 01/22 – PROCESSO: 1031/22

Objeto: Contratação de empresa para construção da nova EMEB Jardim Botânico, em atendimento a Secretaria de Educação. A Prefeitura do Município de Jandira, através da Comissão Permanente de Licitações (COPEL), torna público, a reabertura da licitação acima mencionada, a qual terá o recebimento dos envelopes documentos de habilitação e proposta comercial até o dia 29/04/2022, as 10:00 hs, na Rua Elton Silva, nº 14, Centro – Próximo ao SENAI, Jandira, data, local e horário em que se dará a sessão para abertura dos mesmos. Os interessados deverão adquirir o edital Retificado no endereço acima pelo valor de R$ 38,66 (trinta e oito reais e sessenta e seis centavos) ou gratuitamente pelo site www.jandira.sp.gov.br. As informações poderão ser obtidas pelo endereço eletrônico licitacoes@jandira.sp.gov.br ou pelo telefone (11) 4619-8508.
Valter Pucharelli – Presidente da Copel

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO

PE.159/2022 – PEC.00522/2022 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO – Abertura do Pregão em 13/04/2022 às 14:00 horas.
O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta – SBC, das 8:30 às 17 horas e no site www.compras.saobernardo.sp.gov.br. Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5495

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS

PC.434/2021 – CP.10.035/2021 – RERRATIFICAÇÃO II – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA, ASSESSORIA E EXECUÇÃO DAS AÇÕES, PRODUTOS E SERVIÇOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS CONSTITUÍDAS PELOS ASSENTAMENTOS IRREGULARES NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. – O edital estará disponível para realização de download no site www.saobernardo.sp.gov.br/licitacao, bem como para consulta e obtenção no Serviço de Licitações e Operações – SA.213.1, na Av. Kennedy nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Bairro Anchieta, nesta cidade, das 8h30 às 17h00, devendo o interessado estar munido de CD (Compact Disc) gravável. – ENTREGA DOS ENVELOPES: 20/05/2022 às 10h00. – S. B. Campo, em 30 de março de 2022.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS

PC.374/2022 – CP.10.011/2022 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO CONTÍNUOS DO SISTEMA VIÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. – O edital estará disponível para realização de download no site www.saobernardo.sp.gov.br/licitacao, bem como para consulta e obtenção no Serviço de Licitações e Operações – SA.213.1, na Av. Kennedy nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Bairro Anchieta, nesta cidade, das 8h30 às 17h00, devendo o interessado estar munido de CD (Compact Disc) gravável. – ENTREGA DOS ENVELOPES: 06/05/2022 às 10h00. – S. B. Campo, em 30 de março de 2022.

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO No 20220153

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220153 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de nutrição, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1532022, até o dia 18/04/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 29 de Março de 2022. CIRÍACO BARBOSA DAMASCENO NETO – PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Aviso de ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – Extrato – Tomada de Preços nº 006/2022

Diante da Adjudicação e decorrido o prazo recursal sem a interposição de nenhum recurso, a Comissão de Licitações comunica a HOMOLOGAÇÃO do objeto da Tomada de Preços nº 006/2022, cujo o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE CALÇADA EM BLOCO INTERTRAVADO NO ENTORNO DO PSF IMIGRANTES E FUTURA INSTALAÇÃO DA ESCOLA IMIGRANTES – CONVÊNIO SDR Nº 101262/2021, adjudicou o item à empresa LOTUS CONSTRUTORA ME no valor de R$ 146.185,17 (cento e quarenta e seis mil cento e oitenta e cinco reais e dezessete centavos), por ter apresentado o menor preço por item. Holambra, 30 de março de 2022. Fernando Henrique Capato – Prefeito Municipal

Extrato do Contrato nº 012/2022 – Tomada de Preços nº 014/2022

Contratante Município de Holambra – Contratada LOTUS CONSTRUTORA ME – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A A EXECUÇÃO DE REFORMA DE BANCOS DE JARDIM EM DIVERSAS PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA – Vigência Contrato 12 (doze) meses – Valor global R$ 73.610,07 (setenta e três mil seiscentos e dez reais e sete centavos) – Modalidade Tomada de Preços – Assinatura em 24/02/2022. Holambra, 23 de março de 2022. Fernando Henrique Capato – Prefeito Municipal

Extrato do Contrato nº 011/2022 – Tomada de Preços nº 013/2022

Contratante Município de Holambra – Contratada LOTUS CONSTRUTORA ME – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTE DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA NOVO FLORESCER – CONVÊNIO DADE Nº 210/2019 – Vigência Contrato 12 (doze) meses – Valor global R$ 165.415,59 (cento e sessenta e cinco mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta e nove centavos) – Modalidade Tomada de Preços – Assinatura em 22/02/2022. Holambra, 23 de março de 2022. Fernando Henrique Capato – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO No 20212325

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20212325, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuros e eventuais serviços de impressos padronizados (Capa e contracapa de prontuário médico, pastas com orelhas, janela e bolsa, pastas com janela e bolso e adesivo para visitante), por um período de 12 (doze) meses. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 23252021, até o dia 18/04/2022, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 29 de Março de 2022. CIRÍACO BARBOSA DAMASCENO NETO – PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE FICA ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL) PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2022 – PROCESSO Nº48/2022, CUJO OBJETO É "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CONCENTRADORES DE OXIGÊNIO". A SESSÃO DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO SERÁ DIA 12/04/2022 ÀS 9 HORAS, NA AV. SANTA CRUZ, Nº 355, NO PAÇO MUNICIPAL, IPERÓ/SP, TEL (15) 3459-9999. IPERÓ, 30 DE MARÇO DE 2022. LEONARDO ROBERTO FOLIM – PREFEITO MUNICIPAL.

SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL – IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL – à Av. Ibirapuera, nº 981 – 6º andar, o PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 225/2022 – PROCESSO IAMSPE N.º 6654/2021 – OFERTA DE COMPRA Nº 512101[illegible] – PARA AQUISIÇÃO DE: FINASTERIDA, LOSARTAN, POTÁSSICO. O encerramento e abertura dar-se-ão no dia 13/4/2022 às 9:00 HS. Os interessados deverão acessar, a partir de [illegible]/04/2022, o endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes. O EDITAL DA PRESENTE LICITAÇÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL TAMBÉM NO SITE WWW.E-NEGOCIOSPUBLICOS.COM.BR. SÃO PAULO, 30 MARÇO 2022.

HOSPITAL MUNICIPAL "DR. TABAJARA RAMOS" – Aviso de abertura de licitação – Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos" Pregão Eletrônico nº 18/2022- UASG 927826 Processo Licitatório nº 314/2022- Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos e realização de cirurgias oftalmológicas para os usuários do SUS, Emenda Parlamentar –Proposta nº 36000423952202100, com abertura às 09h00min do dia 18 de abril de 2022. O edital completo encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitações, situada no 2º andar do Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos", sito a Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Planalto Verde, na cidade de Mogi Guaçu/SP, no horário das 08h30min às 16h00min, em dias úteis, e/ou através dos sites www.gov.br/pt-br e www.mogiguacu.sp.gov.br. Mogi Guaçu, 30 de março de 2022. Wagner Tadeu Cezaroni – Superintendente

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

EDITAL Nº 09/2022 – P.P. nº 08/2022. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão Presencial nº 08/2022. OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de Usinagem, Tornearia, Plaina, Fresa e Caldeiraria; Solda Comum e Especial, para fabricação ou recuperação de peças e equipamentos eletromecânicos dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário; tudo com fornecimento de material e mão de obra, pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrição contida no Anexo I do Edital. SESSÃO DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO: Dia 14/04/2022 a partir das 09:00 horas na Divisão de Suprimentos – Rua São Luis, nº 359 – Marília-SP. O Edital completo bem como maiores informações poderão ser obtidos no endereço acima, pelo fone (14) 3402-8510, no site: daem.com.br ou por e-mail: daecompras@daem.com.br e licitacaodaem@gmail.com.
Marília, 30 de março de 2022. João Augusto de Oliveira Filho- Presidente DAEM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO –. O Município de Emilianópolis, faz saber que se encontra aberta a Tomada de Preços nº 01/2022. A presente licitação é do tipo MENOR PREÇO GLOBAL e tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS PARA TECNOLOGIA LED NAS VIAS PÚBLICAS URBANAS, CONTEMPLANDO A RETIRADA DAS LÂMPADAS OU LUMINÁRIAS ATUAIS E INSTALAÇÃO DAS NOVAS LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA LED, CONFORME PLANILHAS, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO ANEXOS AO EDITAL – PROCESSO: SDR-PRC-2022-00519-DM CONVÊNIO: 100446/2022. Será regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e Lei Complementar 123/06 e alterações. Edital completo e seus anexos estão disponíveis aos interessados, por e-mail: juridico@emilianopolis.sp.gov.br ou pelo Telefone para contato: (0xx18) 3594 1190 ou no site: www.emilianopolis.sp.gov.br. A sessão de abertura será no dia 19 de abril de 2022, com início as 09:00 horas. Emilianópolis, 30 de março de 2022. João Batista Arratel – Prefeito

PREFEITURA DE BOITUVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2022

ÓRGÃO: PREFEITURA DE BOITUVA; EDITAL: PP 21/2022; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM ENGENHARIA CIVIL/HIDRÁULICA REST. PCA CEL ANTONIO FRANCO; MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL; ENCERRAMENTO: 14.04.2022 ÀS 14H00MIN. O EDITAL COMPLETO PODERÁ SER RETIRADO NA PREFEITURA DE BOITUVA, NO DEPTO. DE LICITAÇÃO À AV. TANCREDO NEVES, 01, CENTRO, BOITUVA/SP, NO HORÁRIO DAS 08:30 ÀS 17:00 HORAS OU ATRAVÉS DO SITE WWW.BOITUVA.SP.GOV.BR. PREFEITURA DE BOITUVA, EM 30 DE MARÇO DE 2022. CARLOS RODOLFO ARAÚJO CRUZ – SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE, PARQUES E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Prefeitura Municipal de Boraceia

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 7/2022

Objeto: Registro de preços de gêneros alimentícios de padaria. Encerramento: 12/04/2022 às 9h00. Edital: www.boraceia.sp.gov.br.

Pregão Eletrônico 5/2022

Objeto: Registro de preços de medicamentos. Encerramento: 13/04/2022 às 9h00. Edital: www.boraceia.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2022

O Prefeito Municipal de Iacri torna público que se encontra aberta no Setor de Compras o Edital da Tomada de Preços nº 003/2022 – Processo nº 024/2022, objetivando a contratação de empresa do ramo para execução de 1.431,37 m² de pavimentação asfáltica do tipo CBUQ, com 3,00 cm de espessura, em vias urbanas do município de Iacri-SP. O encerramento dar-se-á no dia 18 de abril de 2.022, às 09:00 horas. A abertura dos Envelopes será às 09:15 horas do mesmo dia. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site www.iacri.sp.gov.br e na Prefeitura Municipal de Iacri, Setor de Licitações, sito à Rua Ceará 1783, Centro, Iacri/SP, Fones (14) 3485-8000/8525, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira.
Iacri, 30 de março de 2022.
Carlos Alberto Freire – Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MIRANDÓPOLIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 998/2022 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2022 – EDITAL Nº 08/2022 – TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – Everton Luiz Fernandes Sodario Raimundo, Prefeito do Município de Mirandópolis, no uso de suas atribuições legais e considerando a regularidade do procedimento, resolve, por bem, ADJUDICAR E HOMOLOGAR o Processo Administrativo nº 998/2022, Processo Licitatório nº 11/2022, na modalidade Pregão Presencial nº 08/2022, destinado ao Registro de Preços para aquisição de calçados que serão destinados aos alunos das unidades escolares de Educação Básica (Ensino Infantil e Ensino Fundamental) do Município de Mirandópolis, conforme decisão da Pregoeira, em favor da empresa: PÉ COM PÉ CALÇADOS LTDA – CNPJ: 55.541.130/0006-38 – Lotes: 01 e 02. Fica a empresa acima mencionada, convocada a comparecer ao Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua das Nações Unidas, nº. 400, Centro, Mirandópolis-SP, a fim de assinar a respectiva Ata de Registro de Preços. Mirandópolis/SP, 30 de março de 2.022. Everton Luiz Fernandes Sodario Raimundo – Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS PAULISTA – SP

Aviso de Suspensão da Tomada de Preços nº 04/2022. O Município de Pedrinhas Paulista torna público a SUSPENSÃO, do processo de licitação na modalidade Tomada de Preços nº 04/2022. Processo nº 664/2022 que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVITALIZAÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA, conforme descrição contida nos ANEXOS do edital, cuja sessão de abertura estava marcada para o dia 01/04/2022. Sendo posteriormente e oportunamente divulgada nova data de abertura para o referido procedimento licitatório. Maiores informações devem ser solicitadas: Prefeitura Municipal de Pedrinhas Paulista – Departamento de Licitação – Horário de expediente das 8h00min às 17h00min – Rua Pietro Maschietto nº 125 – Centro – Pedrinhas Paulista – SP – CEP 19.865-000 – Fone/fax (0XX18) 3375-9090- e-mail: compras@pedrinhaspaulista.sp.gov.br- www.pedrinhaspaulista.sp.gov.br – Pedrinhas Paulista, 30 de março de 2022- Freddie Costa Nicolau – Prefeito Municipal

Pro Magno Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ nº 11.504.089/0001-42 – NIRE 35300376214
Aviso aos Acionistas

São Paulo-SP, 30 de março de 2022 – A Pro Magno Empreendimentos e Participações S/A ("Companhia"), em atendimento ao disposto no caput do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades Anônimas"), informa aos seus acionistas e ao mercado que estão disponíveis para consulta de V. Sas. na sede social da Companhia e através de e-mail enviado à V.Sas. os seguintes documentos pertinentes à Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("AGO") a ser realizada no mês de abril de 2022: (a) o Balanço Patrimonial da Companhia relativo aos exercícios findos em 31 dezembro de 2021 e de 2020; (b) as Demonstrações dos Resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020; (c) a Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020; (d) a Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020; e (e) o parecer dos auditores independentes. Atenciosamente, Maria Cecília Ismael Rima – Diretora da Companhia.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 06/22 – Processo Nº 18/22 – RETIFICADO

Objeto: aquisição de equipamentos de informática, em atendimento à Secretaria de Desenvolvimento Social. A Prefeitura do Município de Jandira torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por intermédio da "Bolsa Brasileira de Mercadorias – BBMNET – sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br, estando a abertura da sessão agendada para o dia 14/04/2022 às 09h00. O Edital e seus anexos estão disponíveis em www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.jandira.sp.gov.br – aba transparência. As informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br ou telefone (11) 4619-8223
Magali Mareu de Rossi – Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO MARCONDES

PROCESSO ADMINISTRATIVO 016/2022
PREGÃO PRESENCIAL 005/2022

A Prefeitura do Município de Alfredo Marcondes-SP, TORNA PÚBLICO aos interessados que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2022, do tipo MENOR PREÇO, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, SERVIDORES E CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE, SUPORTE A REDE, SUPORTE DE WEBSITE TÉCNICO QUE PERTENÇAM A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, SEM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. O Edital na íntegra poderá ser obtido no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal, Rua Osvaldo Cruz, 401, Alfredo Marcondes, tel: (18) 3266-4090, ramal 4092, de 2ª a 6ª feira, no horário das 8:00 as 16:00 horas, pelo e-mail: pmlicitacoesmarcondes@hotmail.com, ou no site: https://www.alfredomarcondes.sp.gov.br/. A sessão será realizada no Paço Municipal, no endereço acima, iniciando-se no dia 18 de abril de 2022, as 09:00 horas e será conduzida Pregoeira e Equipe de Apoio.
Alfredo Marcondes, 30 de março de 2022.
Celso Peani Passos – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO MARCONDES

PROCESSO ADMINISTRATIVO 019/2022
PREGÃO PRESENCIAL 006/2022

A Prefeitura do Município de Alfredo Marcondes-SP, TORNA PÚBLICO aos interessados que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2022, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA O DESENVOLVIMENTO DE AULAS DE BALLET CLÁSSICO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO SETOR DE DIFUSÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE ALFREDO MARCONDES – SP, CONFORME DESCRIÇÃO, PRAZOS E DEMAIS OBRIGAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA. O Edital na íntegra poderá ser obtido no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal, Rua Osvaldo Cruz, 401, Alfredo Marcondes, tel: (18) 3266-4090, ramal 4092, de 2ª a 6ª feira, no horário das 8:00 as 16:00 horas, pelo e-mail: pmlicitacoesmarcondes@hotmail.com, ou no site: https://www.alfredomarcondes.sp.gov.br/. A sessão será realizada no Paço Municipal, no endereço acima, iniciando-se no dia 19 de abril de 2022, as 09:00 horas e será conduzida Pregoeira e Equipe de Apoio.
Alfredo Marcondes, 30 de março de 2022.
Celso Peani Passos – Prefeito Municipal

Homem espera ônibus no Capão Redondo, em SP, onde mais ocorre roubo de celular à noite Mathilde Missioneiro - 15.fev.22/Folhapress

Dois terços têm medo de sair à noite no país, diz Datafolha

Incentivo de Bolsonaro a armas não se reverteu em mais interesse pelo tema

Igor Gielow

SÃO PAULO Quase dois terços dos brasileiros temem sair às ruas de suas cidades à noite. São 37% aqueles que afirmam se sentir muito inseguros após escurecer em relação ao que percebiam há um ano, e 27% os que dizem ter um pouco de insegurança.

É o que revela pesquisa do Datafolha feita nos dias 22 e 23 de março em 181 cidades. Foram ouvidas 2.556 pessoas com mais 16 anos, e a margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou menos.

O instituto quis saber como anda a sensação de insegurança do brasileiro. Foram feitas duas questões acerca da percepção: o temor de frequentar ruas de sua cidade e de seu bairro, mais próximas das residências. O número dos que se sentem muito inseguros cai para 31% no segundo grupo.

Disseram se sentir um pouco inseguros em seus bairros 25%, equivalentes aos 27% que assim se sentem em relação à cidade toda. Já iguais 23% nos dois grupos se dizem "mais ou menos seguros", enquanto 14% se sentem muito seguros nas suas cidades —ante 22% daqueles que dizem o mesmo sobre seus bairros.

O corte regional só traz diferença quando é avaliada a região Sul do país. Ali, 28% se dizem muito seguros em seus bairros à noite. Nas outras regiões, o índice varia de 20% a 21%. Na amostra do Datafolha, são sulistas 15% dos ouvidos.

Mulheres (53% da amostra) temem mais as ruas de suas cidades no período noturno: 45%, ante 27% dos homens. Apenas 9% das entrevistadas se dizem muito seguras. Fazendo eco aos números de violência segmentados por raça, 42% dos pretos se sentem muito inseguros, ante 34% dos que se declaram brancos e 36%, de pardos.

A sensação de segurança é maior no interior. Entre moradores de regiões metropolitanas, 48% se dizem muito inseguros à noite em suas cidades, taxa que cai a 28% em municípios interioranos.

Em dezembro de 2019, o Datafolha havia feito uma questão sobre ter medo ou não de andar nas ruas à noite, que não pode ser comparada em termos evolutivos com os dados desta pesquisa. Naquela ocasião, 72% diziam temer sair após escurecer, 50% deles afirmando ter muito medo.

37% dos brasileiros dizem se sentir mais inseguros à noite na rua do que há um ano

Você diria que hoje se sente muito seguro, mais ou menos seguro, um pouco inseguro ou muito inseguro ao andar depois de escurecer nas ruas da sua cidade do que se sentia há um ano?

Você diria que hoje se sente muito seguro, mais ou menos seguro, um pouco inseguro ou muito inseguro ao andar depois de escurecer nas ruas do seu bairro do que se sentia há um ano?

Você ou alguém na sua casa possui arma de fogo?

Perfil de quem tem arma de fogo em casa

Alguma vez já pensou em comprar uma arma de fogo?

Com a flexibilização das regras para compra de armas, você pretende comprar uma arma de fogo?

Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.556 entrevistas em todo o Brasil, distribuídas por 181 municípios, com pessoas de 16 anos ou mais, nos dias 22 e 23 de março. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos

O instituto também quis saber agora, assim como fez em julho de 2005 e, já sob o governo de Jair Bolsonaro, em abril de 2019, o interesse do brasileiro sobre armas como forma de defesa pessoal.

O presidente é um cultor do armamentismo e faz disso uma de suas bandeiras, tendo flexibilizado diversas regras para facilitar o acesso do brasileiro a armas e munição.

Como resultado, viu crescer o registro de portes e de armas, especialmente nas franjas com fiscalização mais opaca, como a dos chamados CACs (caçadores, atiradores e colecionadores).

Na infame reunião ministerial de abril de 2020, cuja divulgação do vídeo gerou intensa crise, Bolsonaro disse que considerava armar a população algo necessário para evitar tentações autoritárias, contrariando a ideia do monopólio estatal da violência.

Ele repetiu o enunciado diversas vezes em público depois, levando à crítica de adversários de que buscava sim formar milícias em seu apoio.

Nada disso se reverteu em um maior interesse da população pelo tema em seu governo. Questionados se já pensaram em comprar uma arma para se defender da violência, 72% dizem que não, o mesmo índice de três anos (73%) atrás e oito pontos percentuais a menos do que no distante 2005.

Entre aqueles que aprovam o governo Bolsonaro (25% do total da pesquisa), o índice de quem já pensou em adquirir uma arma salta de 28% no geral para 40%. Apenas 4% dos entrevistados dizem possuir armamento em casa, o mesmo patamar de 2019 (5%), e 2% desses dizem que não são os donos da arma.

Informados pelo Datafolha de que há flexibilizações de regras em discussão, 80% seguem dizendo que não têm interesse em comprar armas e 19%, têm, como em 2019 (20%). Entre aqueles que acham o governo ótimo ou bom, o número de interessados sobe a 32%.

Entre aqueles que têm armas em casa, homens (82%) são a maioria, com uma idade média de 47 anos. São moradores de regiões metropolitanas (56%), do Sudeste (52%), com renda acima de 5 salários mínimos (37%) e com nível superior (36%). Apoiadores do governo somam 9%.

Aglomeração estimada da nova cracolândia já supera a antiga em SP

Mariana Zylberkan

SÃO PAULO A nova cracolândia, localizada desde o último dia 18 na praça Princesa Isabel, na região central de São Paulo, já tem um número estimado de usuários de drogas maior do que a antiga, no entorno da praça Júlio Prestes.

Segundo integrantes de reunião do programa Redenção ouvidos pela reportagem, foram contabilizadas pela administração municipal, nesta segunda-feira (28), por volta de 530 pessoas no chamado fluxo, aglomeração de dependentes químicos em cena de uso de drogas.

O número foi apresentado pela prefeitura em encontro virtual que ocorreu no mesmo dia, quando o assunto foi discutido por policiais civis e militares e representantes dos governos estadual e municipal.

Antes da mudança, a soma era de 500, aproximadamente, segundo o delegado Roberto Monteiro, da 1ª Delegacia Seccional do Centro.

O aumento diário de usuários na praça é relatado pelos assistentes sociais que atuam na cracolândia. Eles usam como parâmetro a maior presença de barracas no centro da praça, estratégia usada para se proteger da vigilância, já que há maior concentração de copa de árvores que impedem o registro de imagens aéreas feitas por drones.

Procurada, a Prefeitura de São Paulo não comentou a estimativa de 530 pessoas na cracolândia que foi apresentada na reunião e forneceu os dados referentes à contagem de pessoas na praça Princesa Isabel durante o turno da manhã.

A administração municipal disse que na segunda-feira havia 120 barracas e 111 pessoas e que na última sexta-feira (25) assistentes sociais contabilizaram 256 barracas e 310 pessoas.

No período da manhã sempre há menor concentração de usuários na cracolândia porque é quando a maioria dos usuários sai em busca de comida, material reciclável para vender ou se dirige aos centros de convivência de moradores de rua.

A prefeitura também afirmou que foram feitas 4.400 abordagens na praça Princesa Isabel de 19 a 25 de março, o que representa 628, em média, por dia.

Apesar de não ser uma medida de contagem de pessoas, e sim de atendimentos feitos pelos assistentes sociais, o número de 628 abordagens por dia é bem maior do que o dado fornecido pela administração em relação à presença de pessoas na praça apenas no período da manhã.

As abordagens resultaram, segundo a prefeitura, em 20 pessoas que aceitaram a oferta de abrigo e foram encaminhadas para o CTA (Centro de Acolhimento Temporário) Arsenal da Esperança e para o CTA 11, ambos na Mooca, na zona leste.

Na reunião do programa Redenção desta segunda-feira, os agentes públicos demonstraram preocupação com o fato de a nova cracolândia estar em meio a duas avenidas movimentadas, Duque de Caxias e Rio Branco, diferente da situação anterior, em que os usuários se concentravam em duas ruas com pouca circulação.

O novo cenário exige, por exemplo, um maior número de guardas-civis para conter os usuários e mais servidores municipais para fazer a limpeza do local.

Além disso, exige a criação de outras rotinas de limpeza, que já estavam consolidadas anteriormente.

Durante as ações de limpeza, costumava haver conflitos entre usuários e guardas-civis que auxiliavam os agentes municipais no processo de mover o fluxo para permitir a passagem do caminhão com jatos d'água.

A concentração de usuários de drogas mudou de endereço após ordem do crime organizado para que a multidão saísse das ruas que antes formavam a cracolândia, de acordo com a polícia.

Antes, a praça Princesa Isabel era ocupada, em maior parte, por moradores de rua que perderam a renda durante a pandemia de Covid-19.

Segundo assistentes sociais ouvidos pela reportagem, os sem-teto têm deixado a praça após a chegada do fluxo com medo do aumento da violência.

A mudança do fluxo do ponto que concentrava havia pelo menos 30 anos pegou muita gente de surpresa. Uma comerciante da alameda Dino Bueno conta que chegou para trabalhar no sábado (19) e simplesmente não viu mais os usuários de drogas.

Uma das motivações da mudança apontada pelos usuários e representantes de movimentos sociais que atuam na região é o fato de a praça Princesa Isabel oferecer mais rotas de fuga durante as operações policiais.

Frequentadores relatam que eram cada vez mais frequentes as abordagens policiais que os encurralavam na rua Helvétia e na alameda Cleveland, antigos endereços da cracolândia.

Duas vezes por dia, agentes especiais da GCM (Guarda Civil Metropolitana) obrigavam o fluxo a se deslocar para permitir a limpeza das ruas pelos funcionários da prefeitura. Muitas vezes a movimentação terminava em conflito.

Praça Princesa Isabel, no centro de São Paulo, com fluxo de usuários de droga Danilo Verpa - 23.mar.22/Folhapress

Local onde funcionará o novo sistema da polícia de São Paulo que reestrutura o trabalho de investigação Karime Xavier/Folhapress

Polícia de SP cria BO único e novo sistema de investigação

Plataforma utiliza inteligência artificial que ajudará a solucionar crimes

Rogério Pagnan

SÃO PAULO A Polícia Civil de São Paulo lançou na tarde desta quarta-feira (30) um novo sistema operacional que, entre outras mudanças, prevê a unificação de boletim de ocorrência com a Polícia Militar e, também, uma plataforma de investigação que utiliza inteligência artificial na solução de crimes.

As medidas foram anunciadas pela cúpula da segurança em evento no Palácio da Polícia, na região central da capital.

Uma das novidades previstas no SPJ (Sistema de Polícia Judiciária), nome do sistema, é plataforma de investigação capaz de analisar e cruzar informações entre boletins de ocorrência e bancos de dados —imagens, digitais e DNA. O cruzamento automático de informações permitirá, por exemplo, identificar se há um criminoso responsável por uma série de homicídios, segundo a polícia.

O novo sistema teve um investimento superior a R$ 60 milhões.

Um dos reflexos do uso da plataforma será o fim de álbuns de fotos de suspeitos, constante alvo de críticas de especialistas por resultar na prisão de inocentes.

De acordo com a polícia, quando a vítima descrever o crime e as características do criminoso, o sistema apresentará ao investigador um grupo de pessoas com características e modo de atuação semelhantes.

A indicação dos suspeitos, segundo a polícia, levará em conta princípios de criminologia incorporados ao sistema. Por exemplo: 80% dos autores praticam delitos a até três quilômetros de onde moram.

Com os apontamentos da plataforma, policiais trabalharão para confirmar ou descartar o envolvimento de um suspeito. Será o início de uma investigação, não o fim dela, segundo a Polícia Civil.

Para a advogada Flávia Rahal, da Innocence Project Brasil —que atua para reverter condenações injustas—, o fim dos álbuns de fotografias de suspeito é medida muito bem-vinda, por se tratar de um meio "fomentador de injustiças".

"Isso não significa dizer que um sistema baseado em algoritmos deve ser levado como absolutamente infalível. Ao contrário. Nós temos reconhecimento facial feito por algoritmos que já demonstrou ser extremamente falho", disse ela.

A ferramenta lançada é capaz, ainda, de realizar pesquisas por meio de fotos ou imagens captadas por câmeras de segurança. Atualmente, isso é feito de maneira pontual, mas passará a ser sistematizado em todo o estado. O banco de dados reúne mais de 60 milhões de imagens digitais.

Outra mudança que está em fase de testes e promete ser implantada em todo o estado até o final do ano é o boletim de ocorrência único para as polícias Civil e Militar. Um registro feito pelo PM na rua será o mesmo usado pelo delegado no distrito, algo que não acontece atualmente.

Ainda segundo a polícia, na maioria dos casos, os PMs não precisarão mais conduzir as pessoas envolvidas em uma ocorrência para o distrito. Após a inserção das informações no sistema da própria PM, os dados serão encaminhados à Delegacia Eletrônica e, na sequência, ao DP responsável pelo caso.

Cópia do BO e eventuais intimações para mais esclarecimentos da ocorrência deverão ser encaminhados aos envolvidos por email, segundo a polícia.

A Polícia Civil estima que só na capital a PM apresente cerca de 300 mil ocorrências nos DPs anualmente. Com a mudança, a expectativa é que esse número seja reduzido para cerca de 20 mil.

Até nas situações mais graves, em que os envolvidos precisarão ser levados ao DP, a polícia prevê que o BO único reduzirá o retrabalho da Polícia Civil, já que as versões tomadas pelos PMs na rua já estarão disponíveis para o delegado no sistema quando as partes forem apresentadas a ele.

A mudança tende a desafogar o fluxo de pessoas nos distritos policiais.

O novo sistema da polícia também vai criar um único arquivo de ocorrência. As complementações e alterações posteriores serão feitas no mesmo BO, facilitando o controle e produção de estatísticas.

De acordo com a polícia, com esse "boletim versionado", a Segurança Pública paulista será capaz de produzir estatísticas de esclarecimento de casos, o que inexiste hoje.

De acordo com o sociólogo Luís Flávio Sapori, há uma série de vantagens no BO único. "Ele cria um procedimento de integração entre as polícias, permitindo a agilidade na avaliação dos crimes registrados e posterior instauração do inquérito policial", disse o professor, um dos idealizadores de serviço semelhante implantado em Minas Gerais em 2004.

> **Ele [BO único] cria um procedimento de integração entre as polícias, permitindo a agilidade na avaliação dos crimes registrados e posterior instauração do inquérito policial**
>
> **Luís Flávio Sapori**
> sociólogo

A Polícia Civil também anunciou que vai instalar nos próximos meses câmeras nos distritos policiais. Uma câmera focará o depoente e outra, com ângulo de 180 graus, as demais pessoas presentes na sala. A ideia é que isso evite eventuais abusos dos policiais e alegações de abusos por parte de suspeitos.

Os depoimentos gravados, aliados ao boletim único, reduzirão em mais da metade o tempo gasto na elaboração de flagrantes, estimam os policiais civis envolvidos na implantação do sistema.

Segundo eles, hoje, o tempo médio de um flagrante em São Paulo é de cerca de duas horas e meia. Com a medida, esse tempo deve cair para uma hora.

Outra ampliação da tecnologia no trabalho da polícia será na Delegacia da Mulher Online e, também, no CPJ (Centros de Polícia Judiciária) que estão sendo criados. Eles funcionarão em 44 unidades espalhadas pelo estado 24 horas por dia e, até o final do ano, devem ser 165 unidades.

Nessas unidades, por exemplo, uma vítima de violência doméstica será encaminhada para uma sala especial e atendida virtualmente por uma delegada, que poderá solicitar imediatamente à Justiça medidas de proteção. Não precisará esperar a abertura da DDM física em horário comercial.

Atualmente, o estado tem 138 delegacias da mulher, mas apenas 11 delas abrem 24 horas por dia, em cinco municípios. As 44 unidades atenderão o mesmo número de cidades da Grande SP e interior.

As CPJ funcionarão em esquema parecido, mas, para crimes comuns. Envolvidos em ocorrência em cidades sem delegados, serão atendidos virtualmente pela autoridade policial em centrais específicas.

Principais mudanças

BO ÚNICO
- **O que é:** As polícias Militar e Civil de São Paulo terão boletim de ocorrência único
- **Como funcionará:** Os registros feitos por PMs durante atendimento de ocorrência entrarão diretamente no sistema da Delegacia Eletrônica Partes serão dispensadas ainda no local e solicitantes receberão cópia da ocorrência e intimações por email

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
- **O que é:** Sistema cruza informações entre registros em todo o estado para identificar comportamento padrões e provas recolhidas nas investigações
- **Como funcionará:** Detalhes da forma de atuação, características do suspeito, imagens, impressões digitais e até perfil de DNA serão confrontados automaticamente pelo sistema entre todos boletins e inquéritos

SISTEMA DE CÂMERAS
- **O que é:** Depoimentos em distrito serão gravados em áudio e vídeo
- **Como funcionará:** Todos os depoimentos nas unidades policiais serão registrados em áudio e vídeo. Depoimentos serão transcritos automaticamente para em documento para compor inquérito policial

ÍNDICE DE ESCLARECIMENTO
- **O que é:** Banco de dados da polícia produzirá informações do trabalho da polícia
- **Como funcionará:** Boletim de ocorrência em SP será único e, também, "versionado". Todas as informações ficarão em único arquivo (sem adendos) e casos solucionados entrarão para estatísticas automaticamente Inteligência artificial ajudará na análise de casos solucionados com prisão de suspeito de crimes em série

ATENDIMENTOS A DISTÂNCIA
- **O que é:** Polícia abre 44 centros de atendimento 24 horas para atendimento de ocorrências de violência doméstica (DDMs) e de crimes de forma geral
- **Como funcionará:** Vítimas de violência doméstica poderão procurar centros de atendimento espalhados pelo estado e que funcionarão 24 horas por dia.

Fonte: Polícia Civil de São Paulo

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Dedicou-se aos trabalhadores e também aos seus ideais

JIUMAR MOREIRA DO CARMO (1959-2022)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO O sindicalista Jiumar Moreira do Carmo destacava-se pela inteligência, dedicação e extrema responsabilidade com o trabalho. Tudo o que se propunha a fazer era perfeito.

Natural de Tucuruí (PA), em 1979, foi admitido na área de processamento de dados da Petrobras. A militância no movimento sindical começou cedo, bem antes de se tornar diretor do Sindipetro (Sindicato dos Petroleiros).

"Jiumar colaborou na reorganização do movimento sindical da categoria petroleira nos anos 1980", conta Bruno Terribas, um dos diretores do Sindicato dos Petroleiros do PA/AM/MA/AP.

Em 1987, Jiumar participou da eleição do Sindipetro, foi suplente da diretoria e desde então transitou por vários departamentos.

"Ele reunia as características importantes de um mentor intelectual", afirma Bruno.

Metódico, organizado e sistemático, Jiumar tinha visão crítica e séria de tudo o que fazia. Mesmo duro no debate político, nunca deixou de ser atencioso e educado. Sempre foi solidário e dedicado aos ideais que abraçou.

Ao longo de sua jornada na militância levantou muitas bandeiras: defesa dos direitos da classe trabalhadora, dos direitos sociais e trabalhistas, da Petrobras estatal e em prol do monopólio estatal do petróleo e gás. Também lutou pelos direitos dos funcionários ativos, aposentados e pensionistas.

Jiumar foi diretor do Sindipetro PA/AM/MA/AP, da Federação Nacional dos Petroleiros e militante do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado).

Desde o início da pandemia, Jiumar preocupou-se com os trabalhadores da Petrobras e participou de reuniões com a direção da empresa sobre as medidas de proteção contra a Covid-19 aos funcionários que estavam em atividades presenciais.

Segundo Bruno, Jiumar tinha os rins transplantados e foi infectado pelo coronavírus. O sindicalista morreu dia 24 de março, aos 62 anos, devido a complicações da Covid-19. Deixa a esposa, filhos e um neto.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo:
tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

O machista e o sexista vão à guerra

Quando o campo cultural está conflagrado, a precisão vocabular fica arisca

Sérgio Rodrigues

Escritor e jornalista, autor de "O Drible" e "Viva a Língua Brasileira"

Precisão vocabular —a escolha da palavra exata, não de um sinônimo aproximado— é mais de meio caminho andado para quem quer se expressar bem. Isso vale para a fala e para a escrita, mas nesta, sem a desculpa do improviso, a exigência é maior.

Em nosso país bacharelesco, a precisão costuma ser confundida com preciosismo, com "vocabulário rico". Nada mais falso. É possível ser cirúrgico manejando um vocabulário de mil palavras e lambão com um de dez mil.

Não há receita de bolo. De simples a precisão vocabular não tem nada, mas quem disse que seria fácil? Mora no cruzamento de infinitas variáveis ligadas tanto ao contexto quanto ao repertório cultural compartilhado por falante e ouvinte, escritor e leitor.

A ênfase recai no adjetivo "compartilhado". Isso significa que, quando o campo cultural está conflagrado, encontrar a sintonia fina da precisão pode se aproximar do impossível.

Um caso recente que rendeu quebra-pau (em sentido figurado e saudável, nada a ver com a cerimônia do Oscar) nos bastidores da Folha *é ilustrativo das cascas de banana no caminho da precisão.*

Tudo começou quando o colega Antonio Prata lançou a questão: por que o jornal —como a imprensa em geral— preferiu chamar de sexista, em vez de machista, a ode nojenta do deputado Mamãe Falei à predação sexual de refugiadas de guerra?

Machismo, afinal, é uma palavra mais estabelecida na língua, familiar para mais gente, e nomeia um dos pilares de nossa tradição cultural latino-americana. Qual o sentido de substituí-la por um anglicismo que só recentemente vem pegando de verdade por aqui?

Consta que "sexism" foi um neologismo cunhado em 1965 pela professora universitária americana Pauline Leet, numa analogia explícita com racismo.

Outro argumento: além de serem palavras mais conhecidas, machismo e machista levam sobre sexismo e sexista uma vantagem que devemos valorizar na busca da precisão: seu sentido é mais específico, menos genérico.

De fato, o machismo pode ser visto como uma das modalidades do sexismo, que em tese abrange qualquer discriminação com base em gênero ou sexo —embora tenha nascido para designar machismo mesmo, de longe a forma principal que o sexismo assume no mundo, com exceção da mitológica tribo das amazonas.

Será que no fim do dia (cof) a ascensão fulgurante de "sexismo" no Brasil é sobre (cof-cof) nossa anglofilia roxa e nada mais?

Vamos com calma. Embora o fascínio brasileiro pelo que nos chega do inglês seja sem dúvida parte da explicação, convém levar em conta alguns argumentos que vão em sentido contrário aos anteriores.

Quando Leet criou o termo "sexism", já circulava na língua americana —desde os anos 1940— a palavra "machismo", assim mesmo, com grafia importada do espanhol. Por que ela a preteriu?

Provavelmente porque o sentido daquele espanholismo era diferente: orgulho masculino, virilidade, valentia. Tudo ridículo e cafona, não se discute. Mas se a ideia era denunciar uma ação contra as mulheres, uma negação de seus direitos, um crime, a palavra era difusa demais. Não servia.

Também por aqui machismo tem a acepção de "qualidade, ação ou modos de macho" ao lado da de "comportamento que tende a negar à mulher a extensão de prerrogativas ou direitos do homem" (Houaiss). Essa imprecisão não parece alheia ao sucesso de "sexismo" entre nós.

Vai que chamassem o Mamãe Falei de machista e ele tomasse como elogio.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Maria Homem | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | **SEX. Tati Bernardi** | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Victor Godoy Veiga, cotado para assumir o MEC no lugar de Milton Ribeiro Luis Fortes -14.mar.22/MEC

Cotado para assumir o MEC também esteve com pastores

Victor Godoy Veiga, nº 2 da pasta e sem experiência anterior em educação, é nome mais forte para o cargo

Nathalia Garcia e Paulo Saldaña

BRASÍLIA Com a exoneração do pastor Milton Ribeiro do MEC (Ministério da Educação), a pasta fica sob a responsabilidade de Victor Godoy Veiga, antes secretário-executivo, até que o presidente Jair Bolsonaro (PL) decida o substituto.

Ele foi nomeado interino na edição desta quarta (30) do Diário Oficial da União.

O número 2 do MEC na gestão de Ribeiro é também o principal cotado para ficar à frente do ministério, mas o presidente ainda não decidiu.

Ribeiro deixou o cargo nesta segunda (28) sob acusações de privilegiar pastores suspeitos de negociar liberações de verbas da pasta em troca de vantagem indevida. Sua queda ocorreu uma semana após a **Folha** revelar áudio em que ele fala em priorizar os amigos de um dos pastores e que isso seria um pedido de Bolsonaro.

Pessoa de confiança de Ribeiro, Victor Godoy já esteve com os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura em eventos no MEC como o de 13 de janeiro de 2021, quando o ex-ministro recebeu prefeitos e os pastores em agenda classificada como "alinhamento político".

Em fevereiro de 2021, sentou-se ao lado do ministro e de Bolsonaro em encontro com os religiosos e 23 prefeitos. Também compôs a mesa ao lado de Arilton e Gilmar em outro evento com prefeitos e os pastores em 15 abril passado.

Há relatos de negociação de liberações nesse dia em hotel usado pelos pastores e em um restaurante de Brasília.

Godoy foi ainda o responsável por preparar e encaminhar à CGU (Controladoria-Geral da União) ofício com denúncia da atuação dos pastores que Ribeiro diz ter recebido e despachado em agosto passado. Mas o ministro manteve forte interlocução com os pastores depois disso.

O MEC não deu detalhes sobre a denúncia. A **Folha** questionou a pasta sobre a presença de Godoy em encontros com os pastores, sem ter resposta.

Em uma publicação em rede social, Victor Godoy agradeceu pela indicação ao cargo e afirmou que irá atuar com "rigor para incrementar os mecanismos de transparência e integridade na aplicação dos recursos educacionais, inclusive, colaborando com os órgãos de investigação e controle".

Servidores do MEC e parlamentares ligados à pasta apostam na manutenção de Godoy. Internamente, funcionários temem que mais uma troca de todo o comando possa intensificar uma paralisia na pasta.

Segundo relatos, Bolsonaro estaria disposto a mantê-lo no cargo e avaliar a reação da base de apoio. Como ele deve anunciar mudanças ministeriais na quinta (31), há a expectativa de que a decisão sobre o MEC saia também neste dia.

Há cobiça de integrantes do centrão pelo cargo, mas lideranças desse bloco de parlamentares que apoia Bolsonaro avaliam já estarem atendidos com o comando do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Ligado ao MEC, o fundo gerencia as verbas federais de transferências para municípios —sobre as quais os pastores atuavam.

O presidente do FNDE, Marcelo Lopes da Ponte, era chefe de gabinete de Ciro Nogueira (PP-PI), ministro da Casa Civil destacado no centrão. O órgão ainda tem diretores indicados pelo PL, partido do presidente, e outras legendas do bloco.

A **Folha** mostrou que, sob Ribeiro e com o centrão no FNDE, o órgão virou uma espécie de balcão político. Dados oficiais mostram uma explosão de aprovações de obras, ausência de critérios técnicos, burla no sistema e priorização de pagamentos a aliados.

Assim como ocorreu após outras trocas no MEC, reapareceu entre os cotados o nome de Anderson Ribeiro Correia, reitor do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica). Um grupo de militares e evangélicos defende sua nomeação. Correia já presidiu a Capes neste governo.

O governo Bolsonaro já teve três ministros da Educação, com Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub e Milton Ribeiro. Nenhum tinha experiência prévia com formulação de políticas públicas na área de educação e tiveram gestões criticadas por educadores e especialistas.

O mesmo ocorre agora com o ministro interino. Victor Godoy Veiga não tinha experiência técnica com políticas de educação pública até chegar ao MEC, em julho de 2020, convidado por Ribeiro. Antes disso, atuou como auditor federal de Finanças e Controle da CGU, onde trabalhou por 16 anos.

Na CGU, também esteve à frente da coordenação-geral de Auditoria da Área Fazendária, da coordenação-geral de Auditoria das Áreas de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da diretoria de Auditoria da Área Social.

No início de 2019, passou a dirigir a área de Acordos de Leniência da Secretaria de Combate à Corrupção da CGU e fazia parte do setor que auditava o MEC —único contato prévio com a pasta e com o tema.

Godoy tem graduação em Engenharia de Redes de Comunicação de Dados pela UnB (Universidade de Brasília) e pós-graduação em Globalização, Justiça e Segurança Humana, segundo dados divulgados pelo governo.

A nomeação de Godoy foi a primeira mudança na equipe da pasta promovida por Ribeiro logo após a sua chegada, em julho de 2020. O auditor substituiu Antonio Paulo Vogel, servidor federal de carreira que havia chegado ao posto com o ex-ministro Weintraub.

Como secretário-executivo, Godoy sempre foi tido como homem de confiança do agora ex-ministro Ribeiro. Com a ajuda dele, Ribeiro atuou nos bastidores a favor de uma faculdade presbiteriana denunciada por fraude no Enade 2019. O secretário-executivo da pasta teria dado um recado em nome de Ribeiro a lideranças do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) de que haveria demissões caso chegassem à Polícia Federal indícios de fraude em um centro universitário ligado a pastores aliados.

Governo Bolsonaro quer usar questões repetidas no Enem 2022 e 2023

BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro (PL) quer colocar no Enem de 2022 e 2023 questões já usadas em edições anteriores. O motivo é a escassez de perguntas prontas e adequadas para uso na prova, pois não houve a elaboração em número suficiente.

O plano de repetir questões está em minuta do edital do Enem e em nota técnica do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). O órgão é ligado ao MEC (Ministério da Educação) e responsável pelo exame, que é a principal porta de entrada para o ensino superior no país.

"A edição 2022 do Enem poderá utilizar itens inéditos e itens já utilizados em edições anteriores", diz a minuta do edital do exame, documento ainda interno e não publicado oficialmente. O plano foi revelado pelo portal UOL e confirmado pela **Folha**.

O documento interno do Inep fala também em manter o mesmo expediente na prova de 2023. Questionado, o Inep não respondeu.

O Inep sabe ao menos desde fevereiro de 2021 sobre a falta de questões para elaborar o Enem, como mostrou a **Folha** em novembro passado, em meio a uma crise vivida no Inep.

Essa escassez foi uma das travas, inclusive, para que não fosse atendida de modo mais intenso a intenção da equipe do ex-ministro Milton Ribeiro de interferir em conteúdos da prova de 2021.

No ano passado, às vésperas do exame, o governo passou por uma crise que envolveu denúncias de interferência em conteúdo e assédio moral de servidores. A **Folha** ainda em revelou novembro que Bolsonaro chegou a pedir para Ribeiro questões que tratassem o golpe de 1964 por revolução, em consonância com o revisionismo histórico que ele e seus apoiadores defendem.

Até o fim do ano passado, não havia produção de novas questões desde 2019. O agora ex-ministro Ribeiro, no entanto, chegou a afirmar, no fim do ano, que haveria questões suficientes "para mais algum tempo" —ao contrário do que mostram os documentos internos do Inep.

O Enem é elaborado com base em um modelo matemático, a TRI (Teoria de Resposta ao Item), que exige questões calibradas com relação a parâmetros como o de dificuldade. Antes de serem utilizadas nas provas, elas devem ser respondidas por um grupo similar àquele que normalmente faz o exame (nos chamados pré-testes) para essa calibragem.

Os itens "também passam por uma análise de adequabilidade por parte das equipes pedagógicas e pela equipe psicométrica", indica a nota interna do Inep. A carência de itens considerados adequados atinge as quatro áreas da prova, mas é mais grave em linguagens.

O Inep tem apenas 43 itens adequados de linguagens, o que não é suficiente para elaborar uma prova (que prevê 45 itens por área do exame). Há 46 de ciências humanas, 61 de matemática e 75 de ciências da natureza.

As informações estão na nota do Inep, de 23 de março. O número de itens pré-testados, mas sem análise de adequabilidade, é maior. Varia de 289 (ciências da natureza) a 630 (ciências da natureza).

A cada ano o governo organiza ao menos duas edições, a regular e para pessoas privadas de liberdade. Isso exige um mínimo de 90 questões de cada uma das quatro áreas da prova. O governo não pretende realizar novos pré-testes uma vez que há previsão de mudança da prova a partir de 2024.

"Considerando a possibilidade de reutilizar 4.680 itens, que foram aplicados para milhões de candidatos nas edições realizadas no Enem, não haverá a necessidade de executar novos pré-testes para viabilizar as edições 2022 e 2023", afirma a nota, assinada pelos diretores de Avaliação da Educação Básica, Michele Cristina Silva Melo, de Gestão e Planejamento, Jôfran Lima Roseno, e outros dois coordenadores. **PS**

> “
> Considerando a possibilidade de reutilizar 4.680 itens [...], não haverá a necessidade de executar novos pré-testes para viabilizar as edições 2022 e 2023
>
> **Inep**

saúde

659.570 mortes
276 entre terça e quarta-feira

29.912.417 casos
30.440 registrados em 24 horas

Ministro da Saúde recua e desiste de decretar agora o fim da pandemia

Queiroga e Jair Bolsonaro prometeram acabar com a crise sanitária no Brasil, o que cabe só à OMS

Mateus Vargas

BRASÍLIA Depois de prometer encerrar a pandemia da Covid-19 até o fim de março, medida que cabe apenas à OMS (Organização Mundial da Saúde), o Ministério da Saúde confirmou nesta quarta-feira (30) que deve entregar flexibilizações mais brandas da crise sanitária.

A ideia é derrubar, até a próxima sexta-feira (1º de abril), a cobrança de teste de detecção da Covid-19 de passageiros vacinados que entram no Brasil, além de dispensar o período de quarentena, mas não o exame, daqueles que não foram imunizados.

A pasta também avalia se consegue revogar nesta semana regras do governo federal sobre o uso de máscaras em ambientes de trabalho.

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e o presidente Jair Bolsonaro (PL) chegaram a prometer acabar com a pandemia no Brasil e a declarar que a Covid-19 se tornou uma endemia.

O plano era reforçar a versão de que o governo federal venceu a crise sanitária, além de desestimular o uso de máscaras e outras medidas de proteção contra o vírus.

Como mostrou a **Folha**, Queiroga modulou o discurso ao ser alertado por auxiliares que não tem poder de encerrar a pandemia. O ministro consegue apenas revogar a Espin (Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional), reconhecida em fevereiro de 2020. Este seria o principal caminho para esvaziar as restrições contra a Covid.

Contudo o ministro também foi alertado de que revogar a Espin tem custo alto, porque é este status que dá lastro ao aval ao uso emergencial de vacinas, compras sem licitação e outras regras ligadas à pandemia.

"Apesar de ser um ato discricionário do ministro, [encerrar a emergência sanitária] depende de uma série de análises", disse Queiroga à imprensa nesta quarta-feira (30), ao reconhecer que não irá ainda declarar o fim deste status nos próximos dias, como havia prometido.

"Só na Anvisa são 70 resoluções em função da emergência sanitária. E aqui no Ministério da Saúde, mais de 170", afirmou ainda o ministro.

> Apesar de ser um ato discricionário do ministro, [encerrar a emergência sanitária] depende de uma série de análises. [...] Só na Anvisa são 70 resoluções em função da emergência sanitária. E aqui, no Ministério da Saúde, mais de 170
>
> **Marcelo Queiroga**
> ministro da Saúde

Queiroga disse que o ministério está trabalhando para "harmonizar" medidas que já estão sendo tomadas por estados e municípios, como desobrigar o uso de máscaras em alguns locais. Ele ainda reconheceu que não terá o poder de obrigar um gestor público a revogar regras sobre o uso da proteção.

"A gente também discute com o Ministério do Trabalho a possibilidade de flexibilizar o uso de máscaras em ambientes de trabalho. Estamos discutindo algumas relações, questões jurídicas, com expectativa de publicação breve", disse o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Rodrigo Cruz.

Como mostrou a **Folha**, depois de desidratar a promessa de acabar com a pandemia, a Saúde passou a mirar a revogação de regras que são tidas como desnecessárias neste momento, em que casos e óbitos da Covid estão em queda, como a restrição para exportar medicamentos, oxigênio e outros itens de saúde.

Já o fim da cobrança de testes da Covid a viajantes vacinados deve valer em aeroportos e nas fronteiras terrestre e aquaviária. As mudanças foram sugeridas pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) na última semana. A decisão final será oficializada em portaria pelo Ministério da Saúde, pela Casa Civil, pelo Ministério da Justiça e da Infraestrutura.

Pela regra atual, quem entra no Brasil por voo internacional deve apresentar resultado negativo em teste para Covid e certificado de vacinação.

Caso não esteja vacinado, além de apresentar o teste, o passageiro deve realizar quarentena de até 14 dias. Este isolamento pode ser dispensado a partir do quinto dia, desde que o viajante esteja assintomático.

Em 3 de março, o presidente publicou uma foto ao lado de Queiroga e disse que o ministro "estuda rebaixar para endemia a situação da Covid-19 no Brasil". Bolsonaro reforçou a ideia, que não está ao alcance do governo brasileiro, no último dia 16. "Devemos, a partir do início do mês que vem, com a decisão do ministro da Saúde de colocar fim à pandemia, voltarmos à normalidade no Brasil".

De forma geral, a mudança de pandemia para endemia ocorre quando a doença deixa de ser uma situação de emergência sanitária global e passa a apresentar número estável, mesmo que alto, de casos e morte em um local determinado. Nas últimas semanas, Queiroga apresentou o cenário da pandemia e um esboço das flexibilizações aos presidentes de Poderes.

A declaração da emergência sanitária é delimitada por uma portaria de 2011. O texto afirma, em resumo, que o Brasil deve entrar neste status quando se depara com surtos e epidemias com risco de disseminação nacional, produzidos por agentes infecciosos inesperados, apresentem gravidade elevada ou sobrecarreguem o SUS.

O ministro Marcelo Queiroga e o presidente Jair Bolsonaro durante cerimônia no Palácio do Planalto Ueslei Marcelino - 8.mar.22/Reuters

Diretoria da Anvisa aprova uso emergencial da pílula da Pfizer para tratamento da Covid

Raquel Lopes

BRASÍLIA A diretoria colegiada da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância de Saúde) aprovou o uso emergencial da pílula da Pfizer para a Covid-19. O tratamento será vendido com o nome de Paxlovid.

A pílula é composta por comprimidos de nirmatrelvir e ritonavir, sendo indicada para o tratamento da Covid-19 em adultos que não requerem oxigênio suplementar e que apresentam risco aumentado de progressão para a forma grave da doença.

A agência reguladora disse que foram avaliados no protocolo de autorização de uso emergencial todas as evidências científicas, os riscos e benefícios do medicamento.

A pílula não está autorizada para início de tratamento em pacientes que requeiram hospitalização devido a manifestações graves ou críticas da Covid-19. Também não está autorizada para profilaxia pré ou pós-exposição para prevenção da infecção.

O medicamento também não está autorizado para uso por mais de cinco dias. Além disso, como não há dados do uso da pílula em mulheres grávidas, recomenda-se que seja evitada a gravidez durante o tratamento com o medicamento e, como medida preventiva, até sete dias após o término do tratamento.

A Pfizer disse, em dezembro do ano passado, que a análise final de sua pílula antiviral para Covid mostrou quase 90% de eficácia para evitar internações e mortes em pacientes de alto risco. Além disso, dados de laboratório sugerem que a droga mantém sua eficácia contra a variante ômicron do coronavírus, de rápida disseminação.

O Ministério da Saúde avalia a utilização do medicamento no SUS (Sistema Único de Saúde).

O medicamento já possui aprovação para uso emergencial nos Estados Unidos, na Europa, no Canadá, na China, na Austrália, no Japão, no Reino Unido e no México.

Saúde deve incorporar ao SUS 1º remédio contra o coronavírus

Mateus Vargas

BRASÍLIA A Conitec, comissão ligada ao Ministério da Saúde, recomendou nesta quarta-feira (30) a incorporação ao SUS do baricitinibe para pacientes adultos com Covid-19 hospitalizados.

Fabricado pelo laboratório Lilly, o anti-inflamatório usado principalmente no tratamento da artrite reumatoide deve ser o primeiro medicamento contra a Covid-19 ofertado na rede pública contra o novo coronavírus.

A Saúde ainda precisa publicar uma portaria confirmando a incorporação do produto.

O medicamento deve ser entregue a pacientes adultos, hospitalizados, "que necessitam de oxigênio por máscara ou cateter nasal, ou que necessitam de alto fluxo de oxigênio ou ventilação não invasiva", segundo um extrato da decisão da Conitec.

O governo ainda não divulgou estimativa de quantos pacientes devem receber o produto e qual deve ser o preço para a compra do medicamento.

Hoje a primeira geração de medicamentos contra a Covid-19 é encontrada apenas na rede privada.

Em nota, a Conitec informou que o baricitinibe atua sobre o sistema imune e auxilia no processo de recuperação de quadros inflamatórios.

"Estudos observaram que o uso do baricitinibe mais terapia padrão (já adotada) contribuiu para uma redução significativa da mortalidade nos pacientes, quando comparado aos pacientes que receberam apenas a terapia padrão", afirmou a comissão.

Apesar de não ter ainda incorporado nenhuma nova tecnologia contra a Covid ao SUS, o governo Jair Bolsonaro (PL) mobilizou a ala pró-cloroquina no Ministério da Saúde para boicotar a discussão sobre vetar o uso do "kit Covid" na rede pública.

O baricitinibe é registrado no Brasil para o tratamento de artrite reumatoide e dermatite atópica. Em setembro de 2021, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) aprovou a indicação contra a Covid-19.

> Estudos observaram que o uso do baricitinibe mais terapia padrão (já adotada) contribuiu para uma redução significativa da mortalidade nos pacientes, quando comparado aos pacientes que receberam apenas a terapia padrão
>
> **Conitec**
> comissão ligada ao Ministério da Saúde

Internações em SP se mantêm em queda após fim de máscaras

SÃO PAULO As internações causadas por Covid-19 mantêm ritmo de queda após o fim da obrigatoriedade do uso de máscaras em ambientes fechados no estado de São Paulo, anunciado pelo governador João Doria (PSDB) no último dia 17.

O estado registrou nesta quarta-feira (30) menos de 2.000 pacientes internados em razão da doença, o menor número desde março de 2020. "A queda da pandemia ocorre de forma homogênea em todo o estado e isso é resultado direto da vacinação", afirmou o governador em entrevista coletiva.

O número atual de internações representa queda de 84% em comparação com o fim de janeiro, quando houve o pico de contaminações provocado pela variante ômicron. A taxa de ocupação de leitos de UTI é de 23,3% no estado e de 28,6% na região metropolitana de São Paulo.

O acumulado de duas semanas é o período usado como referência para definir o comportamento dos dados epidemiológicos de forma acurada já que o prazo é eficaz em dissolver distorções nas avaliações feitas dia a dia, por exemplo.

O fim do uso obrigatório de máscaras em ambientes abertos foi decretado em 9 de março.

De acordo com os dados divulgados pelo governo, na semana epidemiológica encerrada no último dia 26, a média diária de novas internações ficou em 196. Em comparação às demais semanas deste ano, é a menor quantidade.

Segundo o governador, os leitos até então destinados ao tratamento de Covid-19 serão utilizados para pacientes com outras enfermidades. Dos 91 hospitais estaduais em São Paulo, 41 ainda têm leitos ocupados por pacientes com coronavírus.

O coordenador do comitê científico do governo estadual, Paulo Menezes, disse que a população do estado está em uma posição epidemiológica muito segura, o que dá tranquilidade em relação aos desfiles das escolas de samba programados para abril.

Segundo João Gabbardo, coordenador executivo do Comitê Científico do governo estadual, não houve nenhum impacto negativo nos índices da pandemia em decorrência da flexibilização do uso de máscaras.

A utilização do item ainda é exigida em hospitais, serviços de saúde, transporte público e locais de acesso, como estações de metrô e trem e terminais de ônibus. (entenda as regras).

Além disso, continua obrigatório em aviões e em espaços de acesso controlado de aeroportos, como a área de embarque, por norma da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

ambiente

Fiscais do Ipaam (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas) vistoriam desmatamento no município de Apuí (AM) Lalo de Almeida - 20.ago.20/Folhapress

Presidente do Ibama facilita a prescrição de multas ambientais

Eduardo Fortunato Bim já foi afastado do cargo pelo Supremo, em 2021, na operação Akuanduba

Vinicius Sassine

BRASÍLIA O presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Eduardo Fortunato Bim, assinou um despacho no último dia 21 em que anula etapas de processos de infração ambiental e amplia as possibilidades de prescrição das multas aplicadas a pessoas e empresas que cometem infrações ambientais.

Bim, nomeado pelo ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, considerou inválida a notificação de infratores por edital para apresentação de alegações finais nos processos, em casos em que seria possível localizar os autuados.

Em nota, o Ibama disse que o entendimento do despacho "incorpora a jurisprudência dos TRFs (Tribunais Regionais Federais) da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões, bem como do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e da AGU (Advocacia-Geral da União)".

A medida repete a atuação que fez Bim ser afastado do cargo, em 2021, pelo STF (Supremo Tribunal Federal), pela operação Akuanduba.

O modelo sugerido pelo seu ex-chefe, numa reunião ministerial em abril de 2020, era o de "passar a boiada". "Precisa haver um esforço nosso aqui, enquanto estamos neste momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas", disse Salles na ocasião.

No novo despacho, obtido pela Folha, Bim, mais uma vez, muda normas infralegais e impõe a anulação de notificações por edital e dos atos processuais posteriores, que passam a ser inválidos para interromper a prescrição dos autos, como consta no documento.

Assim, processos deverão prescrever, que é quando a punição deixa de ser aplicada em razão da perda de prazos processuais.

Antes, Bim suspendeu os efeitos de uma instrução normativa que previa a necessidade de emissão de autorização de exportação para a remessa de cargas de madeira nativa para o exterior.

Segundo a PF, essa mudança teria facilitado o contrabando de madeira explorada ilegalmente. O despacho do presidente do Ibama foi o alvo central da Operação Akuanduba.

Técnicos do Ibama apontam que o novo despacho de Bim deve ter efeito sobre milhares de processos. O próprio presidente do órgão afirmou, no documento, que a maioria das unidades do Ibama adotou como prática a intimação por edital para as alegações finais.

O novo entendimento contraria um parecer da PFE (Procuradoria Federal Especializada) do Ibama vigente desde 2011, que diz que a apresentação de alegações finais a partir de notificação por edital não afronta artigos da lei que regula o processo administrativo na esfera pública federal.

O presidente do Ibama afirmou no despacho que, desde 1997, o STF (Supremo Tribunal Federal) "rechaça" intimação por edital em processo administrativo sem que o interessado esteja em lugar incerto e não sabido. Bim, porém, diz que a decisão do Supremo se refere ao ato inicial, que é a citação. Para ele, não deve haver distinção entre citação e intimação.

A gestão de Salles no MMA (Ministério do Meio Ambiente) alterou o processo de análise de autos de infração ambiental, de forma a enfraquecer a fiscalização empreendida pelos órgãos especializados, principalmente o Ibama. O enfraquecimento da fiscalização é uma bandeira do presidente Jair Bolsonaro (PL).

No mesmo decreto em que instituíram a conciliação ambiental, a etapa a mais no caminho das multas, Salles e Bolsonaro alteraram a forma de apresentação das alegações finais.

Um decreto de 2008 estabelece que as alegações finais devem ser apresentadas em até dez dias após o fim da instrução do processo.

Segundo o que estava previsto no decreto, "a autoridade julgadora publicará em sua sede administrativa e em sítio na rede mundial de computadores a relação dos processos que entrarão na pauta de julgamento, para fins de apresentação de alegações finais pelos interessados".

> Não pode o gestor público enfiar a cabeça embaixo da terra e fingir que não conhece o direito reconhecido pelos tribunais
>
> **Eduardo Fortunato Bim**
> presidente do Ibama

O decreto da conciliação ambiental modificou esse entendimento, com nova previsão: "A autoridade julgadora notificará o autuado por via postal com aviso de recebimento ou por outro meio válido que assegure a certeza de sua ciência, para fins de apresentação de alegações finais."

Com o despacho do último dia 21, o presidente do Ibama considerou nulas as notificações por edital para apresentação de alegações finais quando o autuado "não é indeterminado, desconhecido ou com domicílio indefinido".

"A nulidade da intimação gera a anulação de todos os atos processuais subsequentes, que não surtem efeitos jurídicos, nem mesmo para interromper eventual prescrição da pretensão punitiva ou da intercorrente, pois não se admite que atos nulos gerem efeito interruptivo da prescrição", afirmou Bim no documento.

Questões paralelas à cobrança da multa, como embargos, demolições e apreensões, também não interrompem a prescrição, decidiu o presidente do Ibama.

O ato de Bim se soma a outras evidências de prescrição de multas ambientais no governo Bolsonaro, reveladas pela Folha.

Reportagem publicada no último dia 13 mostrou risco de prescrição de mais de 5.000 autos de infração lavrados em 2020, o segundo ano do mandato de Bolsonaro. A quantidade equivale à metade dos autos daquele ano. O risco é apontado pelo próprio Ibama, num documento da Superintendência de Apuração de Infrações Ambientais.

Um cruzamento de dados feito em seguida pela reportagem revelou que mais de R$ 1 bilhão em multas de 2020 permanecem sem encaminhamento a setores de conciliação. São 647 autuações com multas superiores a R$ 200 mil. O risco de prescrição existe principalmente para autos ainda não levados à conciliação. Na lista estão 28 madeireiras e centenas de desmatadores da Amazônia.

O despacho anterior de Bim, de 25 de fevereiro de 2020, foi alvo central de uma investigação da PF sobre facilitação de contrabando de madeira da Amazônia para o exterior.

O presidente do Ibama dispensou a necessidade de autorização de exportação de madeira, e o órgão passou a aceitar apenas o DOF (Documento de Origem Florestal), necessário para o transporte de madeira dentro do país.

A flexibilização durou até a deflagração da Operação Akuanduba pela PF, em maio de 2021, autorizada pelo STF.

O ministro Alexandre de Moraes determinou a suspensão dos efeitos do despacho. Bim, investigado pela PF, foi suspenso do cargo por 90 dias, por determinação de Moraes. Ele retomou as funções de presidente do Ibama em agosto de 2021.

Salles, também investigado por suposta participação no esquema, deixou o cargo de ministro em junho de 2021, em meio às investigações da PF.

Agora, o novo despacho do presidente do Ibama anula etapas de processos e amplia os riscos de prescrição de multas.

"Não pode o gestor público enfiar a cabeça embaixo da terra e fingir que não conhece o direito reconhecido pelos tribunais", afirmou Bim. "Seria cegueira deliberada do gestor deixar acumular passivo, que deve ser mitigado pelo seu próprio ato corrigindo os rumos estatais."

Segundo o presidente do Ibama, deve haver respeito ao contraditório e à ampla defesa. "Há gasto de recursos humanos e materiais do Estado em atividade que contraria pacífica jurisprudência quando se deveria empregar esses mesmos recursos em outras ações da política ambiental que não são rechaçadas pelo Poder Judiciário."

esporte

Chelsea ganha 7 postos e cola no Palmeiras no Ranking Folha

Campeão mundial supera Flamengo, Cruzeiro e Inter na edição 2021 da lista

Kai Havertz festeja o gol do título mundial do Chelsea ante o Palmeiras Suhaib Salem - 12.fev.22/Reuters

Ranking Folha do futebol mundial

Clube	Pontos
1º Real Madrid (ESP)	1.630
2º Milan (ITA)	1.010
3º Bayern (ALE)	960
3º Boca Juniors (ARG)	960
5º Barcelona (ESP)	945
6º Liverpool (ING)	790
7º Peñarol (URU)	750
8º Independiente (ARG)	725
9º Juventus (ITA)	660
10º São Paulo (BRA)	620
11º River Plate (ARG)	615
12º Ajax (HOL)	580
13º Inter de Milão (ITA)	570
14º Nacional (URU)	540
15º Manchester United (ING)	490
15º Santos (BRA)	490
19º Grêmio (BRA)	420
19º Palmeiras (BRA)	420
23º Flamengo (BRA)	360
26º Cruzeiro (BRA)	300
26º Internacional (BRA)	300
30º Corinthians (BRA)	240
38º Vasco (BRA)	160
50º Atlético-MG (BRA)	130
67º Athletico (BRA)	80
102º Fluminense (BRA)	50
118º São Caetano (BRA)	40
175º Botafogo (BRA)	20
175º Chapecoense (BRA)	20
248º CSA (BRA)	10
248º Goiás (BRA)	10
248º Ponte Preta (BRA)	10
248º Red Bull Bragantino (BRA)	10

SÃO PAULO As campanhas vitoriosas que registrou em 2021 renderam ao Chelsea um salto no Ranking **Folha** do futebol mundial. A equipe ganhou sete posições na lista, um levantamento histórico publicado desde 2002 e liderado com folga pelo Real Madrid.

Campeão da Champions League em cima do Manchester City (1 a 0), o time londrino ganhou 70 pontos. Foram mais 10 com o triunfo na Supercopa da Europa, contra o Villarreal (6 a 5 nos pênaltis, após 1 a 1 no tempo regulamentar). A vitória sobre o Palmeiras (2 a 1) no Mundial valeu outros 80.

O Chelsea, assim, atingiu aquela que atualmente é a pontuação máxima em uma temporada, 160. Totalizando 410, pulou da 28ª para a 21ª colocação, deixando para trás Benfica, Flamengo, Porto, Atlético de Madrid, Cruzeiro, Internacional e Al Ahly.

A equipe inglesa ficou imediatamente atrás justamente daquela que foi sua vítima na final do Mundial, nos Emirados Árabes Unidos. Com 420 pontos, o Palmeiras, vice-campeão do mundo, está empatado com o Grêmio em 19º lugar.

"Todo o mundo está com inveja da gente", afirmou o técnico alemão Thomas Tuchel, ao comemorar a vitória em Abu Dhabi. "Como garoto, você sonha com uma final assim. É muito especial, queríamos jogar uma decisão sem arrependimentos."

Não foi fácil. O Chelsea teve dificuldades com a retranca montada pelo técnico do Palmeiras, Abel Ferreira. Quando finalmente abriu o placar, em cabeceio de Lukaku, cedeu pênalti tolo em toque de mão de Thiago Silva e ofereceu o empate a Raphael Veiga.

A igualdade foi mantida até os 12 minutos do segundo tempo da prorrogação. Aí, o alemão Kai Havertz cobrou pênalti cometido em outro toque de mão, este de Luan, e deu ao time de Londres seu primeiro título mundial.

> Todo o mundo está com inveja da gente. Como garoto, você sonha com uma final assim. É muito especial, queríamos jogar uma decisão sem arrependimentos
>
> **Thomas Tuchel**
> técnico alemão que comanda o Chelsea

Na tentativa anterior, diante de outro brasileiro, a formação azul havia fracassado. Na decisão de 2012, disputada em Yokohama, no Japão, o Corinthians levou a melhor e triunfou por 1 a 0, gol do peruano Paolo Guerrero.

Apesar de não ter alcançado o grande sonho em 2021, o Palmeiras também ganhou postos no ranking. Conquistou 70 pontos ao obter o título da Copa Libertadores, levou 50 pelo vice mundial e subiu cinco lugares.

A agremiação alviverde já assegurou mais 10 pontos na edição 2022 do ranking, com o título da Recopa Sul-Americana em duelo com o Athletico Paranaense. Assim, ficará à frente do Grêmio, que, na segunda divisão nacional, não disputará torneios internacionais neste ano.

O Ranking **Folha** do futebol mundial considera apenas competições internacionais. Somam pontos equipes campeãs e vice-campeãs. Para ser contabilizado no levantamento, um torneio precisa ter representatividade, cunho oficial e sequência.

Sem êxito internacional, Arsenal é superado por equipe saudita em lista

SÃO PAULO Nem quando viveu seu grande momento neste século, com as conquistas do Campeonato Inglês nas temporadas 2000/01 e 2003/04, o Arsenal conseguiu ganhar títulos internacionais. Agora, quando sofre até no próprio cenário nacional, o clube vem caindo no Ranking **Folha** do futebol mundial.

O problema é que a tradicional equipe londrina não tem conseguido sucesso fora do território inglês —e vem registrando glórias bem limitadas dentro dele.

Na edição 2020/21 de seu torneio nacional, a Premier League, o Arsenal terminou apenas na oitava colocação. Assim, não obteve classificação para a Champions League, para a Liga Europa ou para a bem menos expressiva Conference League.

Como resultado, em 2021/22, está restrito a disputas domésticas. Em 2020/21, ainda teve uma campanha relativamente longeva na Liga Europa, mas acabou sendo derrotado pelo espanhol Villarreal na fase semifinal.

Assim, a agremiação britânica ficou estacionada nos 107 pontos e caiu da 58ª para a 59ª colocação. Foi ultrapassada pelo Al Hilal, da Arábia Saudita, que conquistou a principal competição de clubes da Ásia, a AFC Champions League —e deu trabalho ao Chelsea no Mundial.

A agremiação levou 15 pontos pelo título continental e chegou aos 114, saltando da 62ª para a 57ª posição. Ficaram para trás, além do Arsenal, o também inglês Tottenham (58º, com 110 pontos), o belga Anderlecht (60º, com 106), o alemão Borussia Mönchengladbach (61º, com 100) e o argentino Lanús (empatado em 61º, com 100).

O Arsenal não pontua no Ranking **Folha** internacional desde 2019. Na ocasião, fez 10 pontos pelo frustrante vice-campeonato na Liga Europa. Perdeu a decisão de goleada: 4 a 1 para o Chelsea.

Na edição de 2021, o campeão mundial Chelsea foi quem mais pontuou: fez 160 pontos, totalizou 410 e subiu para 21º lugar. Já o Manchester United, vice-campeão da Liga Europa, somou 10, chegou a 490 e assumiu a 15ª posição.

Também teve pontuação significativa o Manchester City, que foi à decisão da Champions League, levou 40 pontos e passou a ostentar 60, na 92ª colocação. O melhor inglês ainda é o Liverpool, campeão mundial de 2019, que não pontuou em 2021, mas manteve boa frente sobre os rivais de seu país. Com 790 pontos, está em sexto no geral.

O brasileiro Gabriel Martinelli, do Arsenal, clube que não tem tido sucesso em jogos internacionais Glyn Kirk - 24.fev.22/AFP

Estão invadindo a Série A

Times das já chamadas segunda e terceira divisões decidem taça com os da primeira

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Notem a rara leitora e o raro leitor que há uma insidiosa invasão de times das Séries B, C e D, eufemismos criados para aposentar o que não faz muito tempo era chamado de Segundona, Terceirona etc., em claro desafio às equipes da Série A, antigamente chamada de Primeirona.

Difícil explicar por quê, e talvez o vizinho Sérgio Rodrigues, autor do maravilhoso "O Drible", o melhor romance sobre futebol já escrito na língua português, saiba dizer.

Não, não espere dele a explicação para o que acontece dentro do campo, embora seja bem capaz de ter uma teoria.

Difícil é entender se letras, B, C e D minimizam os numerais que antes definiam o lugar de cada clube nos campeonatos que disputavam.

Mas deixe pra lá o embate entre números e letras, e passemos a examinar o que está em curso neste momento no país nas decisões dos campeonatos estaduais e até mesmo num regional.

Comecemos pelos primeiros.

Tirante o eixo Rio-São Paulo e Goiás, nos quais as decisões envolvem apenas times da Série A —Fla-Flu, Palmeiras e São Paulo, e Atlético Goianiense e Goiás— de norte a sul, de leste a oeste, o que se vê é bem diferente.

No Rio Grande do Sul, Grêmio, da B, contra Ypiranga, da C.

O Inter, da A, vê o rival às portas do pentacampeonato.

No Paraná, o Coritiba, que voltou à A, contra o Maringá, da D, com o Athletico (A) de fora.

Em Minas, o Atlético Mineiro, último campeão brasileiro e da Copa do Brasil, contra o Cruzeiro, em seu terceiro ano na B.

E daí para cima, ou para baixo, como em Santa Catarina, até na Copa do Nordeste, onde Fortaleza, da A, brilhantemente, decidirá com o Sport, da B, não se encontram times da principal divisão nacional.

Ah, sim, no Campeonato Cearense, o Fortaleza enfrentará o Caucaia, da Série D, enquanto o Ceará (A) chupa o dedo.

Verdade que no Brasil Central há outra exceção, com o Cuiabá, da A, contra o União Rondonópolis, que não está nem na D.

Na Bahia, nem Bahia (B), nem Vitória (C) chegaram sequer às semifinais.

A injusta repartição de renda também no futebol brasileiro, causadora, por exemplo, da situação de desalento no futebol pernambucano, é responsável por boa parte da situação ao condenar até quem já foi protagonista ao ostracismo, embora outra boa parte seja culpa do modelo de gestão ultrapassado.

O Cuiabá SAF é prova disso, e tudo indica que veio para ficar, depois de subir em 2020 e disputar sem maiores sustos o Campeonato Brasileiro passado.

Treinadores sincerões

Louváveis as declarações de Abel Ferreira e Rogério Ceni ao imputarem a eliminação do rival Corinthians à diferença entre jogar a semifinal com dois dias de descanso contra quem teve quatro, como o São Paulo.

Alguém dirá que ambos estão se prevenindo de situações futuras que os atinjam, mas não importa, porque têm carradas de razão.

Agora, se a FPF errou ao submeter o Corinthians a tamanho desequilíbrio, e errou, errou mais ainda a frouxa direção corintiana que aceitou calada o despautério.

Tudo somado e subtraído, que a Fiel agradeça o disparate porque, se tivesse se classificado, correria o risco de jogar a final estadual no domingo (3/4) para estrear na terça-feira (5) pela Libertadores. E na altitude de 3.600 metros de La Paz.

Se descansado será dureza enfrentar o Always Ready, cansado seria impossível.

Tite ensinou como fazer diante da Bolívia.

Incompatibilidade de gênios é motivo para o divórcio?

O que fazer quando existe amor e os dois estão frustrados e insatisfeitos?

Mirian Goldenberg

Antropóloga e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é autora de "A invenção de uma Bela Velhice"

Fiz mais de duas décadas de análise e de terapias freudiana, junguiana, reichiana, lacaniana, cognitivo-comportamental e outras que nem sei nomear. Outro dia me perguntaram se algum insight terapêutico mudou radicalmente o rumo da minha vida. Foi fácil responder.

Há alguns anos, estava querendo me divorciar do meu ex-marido, mas sem coragem, pois não encontrava um motivo concreto para a separação. Eu me sentia infeliz, apesar de o meu ex ser um companheiro apaixonado, fiel, inteligente, sério e sincero. Até hoje, anos após a separação, ele é uma das raras pessoas em quem confio plenamente.

Logo no nosso primeiro encontro eu perguntei —brincando, é lógico— se ele sofria de incontinência verbal e verborragia, se conseguia colocar ponto, vírgula e interrogação nas suas frases. Ele fala bastante; eu sou calada, quieta e tenho que fazer um enorme esforço para falar. Ele gosta de sair, viajar e passear; eu, de ficar quieta em casa, lendo, estudando e escrevendo. Ele fica com a televisão ligada o tempo todo e fala horas no celular; eu não ligo a televisão e só uso o celular para questões de trabalho. Ele é sociável e adora encontrar os amigos; eu, como ele sempre criticou, sou "ermitã e bicho do mato".

Ele me amava, eu o amava, mas o diagnóstico era simples: incompatibilidade de gênios ou de personalidades. Eu não conseguia ser a minha melhor versão com ele, e não permitia que ele fosse a sua melhor versão comigo. Ao contrário, apesar do amor, éramos a nossa pior versão um com o outro. Quantas vezes ele me disse que fazia um enorme sacrifício para me agradar e não conseguia?

Mas o que fazer quando existe amor e os dois estão frustrados e insatisfeitos? Tentamos nos separar uma vez, mas voltamos alguns meses depois. Fomos buscando nos acertar até que uma viagem que deveria ter sido a nossa segunda lua de mel foi um verdadeiro inferno. Ele querendo ficar o tempo todo com casais de amigos, eu querendo ficar só com ele. Assim que o avião pousou no Rio de Janeiro decidi me separar.

Fui ao meu analista com uma folha onde escrevi um balanço do meu casamento. De um lado, as coisas boas: amor, companheirismo, fidelidade, confiança, amizade, admiração e respeito. De outro, coisas ruins: brigas, implicâncias, chatices, irritações, discussões por bobagens, falta de escuta, de diálogo, de compreensão e de intimidade. Antes de eu ler a minha listinha, o psicanalista pegou a folha de papel da minha mão, rasgou em pedacinhos e disse simplesmente: "Acabou!".

"Será que acabou mesmo?", ainda tentei dizer apontando as coisas boas. Ele me interrompeu: "Acabou!".

Como ele é lacaniano, a sessão também acabou no momento em que ele rasgou a minha listinha.

Conto esse caso para refletir sobre as razões de casamentos que pareciam perfeitos terem terminado na pandemia. Quando escuto casais reclamando de relações doentias, tóxicas e abusivas, de traições, mentiras, deslealdades, violências físicas, psicológicas e verbais, percebo que tive muita sorte por ter tido maridos e namorados que me ensinaram a amar e ser amada. Nenhuma das razões que os casais usaram para justificar o fim do casamento aconteceu comigo. Mas, em função das nossas incompatibilidades e brigas constantes, meu ex não fazia bem para mim e eu também não fazia bem a ele, apesar de ele nunca ter admitido isso.

Hoje meu ex está muito mais feliz com uma mulher que combina com ele e que deve gostar do seu jeito falante e sociável. Eu estou mais feliz com um amor que sabe respeitar o meu jeitinho "bicho do mato" e minha necessidade de silêncio, quietude e solidão.

Só agora, na maturidade, descobri um amor tranquilo e gostoso, que sabe me fazer rir e adora rir das minhas palhaçadas, que me ama exatamente do jeito que eu sou e que não tenta me mudar. Confesso que ele também reclama que trabalho demais e que sou "pouco sociável", mas, pelo menos até hoje, isso não tem sido um obstáculo para a nossa felicidade. Aprendi a cantar, como Tom Jobim e Vinicius de Moraes, "bom é mesmo amar em paz. Brigas nunca mais".

MANIFESTANTES PALESTINOS OCUPAM PORTO DE GAZA NO DIA DA TERRA PALESTINA
Protesto acontece no dia seguinte a ataque a tiros com cinco vítimas em Tel Aviv por membro do Fatah, morto na sequência Suhaib Salem/Reuters

SYLVIA COLOMBO | folha.com/sylviacolombo

William e Kate passam saia justa em visita ao Caribe

Já seria hora de a rainha Elizabeth 2ª deixar de ser a chefe de Estado de países que foram colônias britânicas na América Latina e no Caribe? Barbados já decidiu que sim, e realizou sua cerimônia de separação da coroa em novembro do ano passado. A família real agiu com condescendência, enviando o príncipe Charles —primeiro na linha de sucessão— para sorrir e apoiar os locais, mantendo as aparências.

Mas a lista de países do lado de cá do Atlântico que ainda têm o monarca britânico como líder (ainda que simbólico) do Estado ainda é grande. Para acalmar os ânimos de ativistas que se entusiasmaram com a iniciativa de Barbados, a rainha enviou duas joias de sua coroa para espalharem sua simpatia pela Jamaica, por Belize e pelas Bahamas. Afinal, neste 2022, comemoram-se os 70 anos de seu reinado, e a família real não quer estragar a foto da festa.

Os três países são independentes, mas continuam sendo parte da Commonwealth e mantêm a Rainha como chefe de Estado. A ideia era que os duques de Cambridge viajassem para mostrar que não há contradição nisso, os tempos de opressão já estão longe e agora todos devem ser amigos. Muitos habitantes desses países, porém, não concordam com a ideia e preferem uma separação total, como fez Barbados.

Durante a visita, houve protestos, cartas e palavras duras à família real, em geral exigindo um pedido de desculpas formal. Este não veio, apesar de algumas palavras amenas de William na tentativa de colocar panos quentes na discussão.

O primeiro susto foi em Belize, quando o casal foi impedido de aterrissar seu helicóptero numa região em que os camponeses estavam contra a visita. Passado o contratempo, William e Kate estiveram numa região de ruínas maias e numa plantação de cacau.

Foi na Jamaica que a resistência se mostrou mais forte. O país comemora em agosto os 60 anos de sua independência, e muitos jamaicanos creem que já passou da hora de retirar a figura da rainha como cabeça de um estado que já é livre há tanto tempo. Mais, um grupo de mais de 200 intelectuais e figuras de destaque da sociedade pediu que a família real se desculpasse pelas dores e danos causados ao país pela escravidão e pela colonização e oferecesse algum tipo de reparação.

A carta por eles assinada diz: "Não vemos razão para celebrar os 70 anos da ascensão de sua avó ao trono do Reino Unido porque sua liderança, assim como a de seus predecessores, perpetuaram a maior tragédia de direitos humanos da história da humanidade. Não temos nada a celebrar nos 70 anos de reinado da rainha, porque para nós foram anos de muito sofrimento".

O texto ainda convocava a monarquia e o governo do Reino Unido a darem "uma desculpa pública pelos crimes contra a humanidade cometidos pelos britânicos, incluídos aí a exploração dos indígenas da Jamaica, o tráfico de escravos, a exploração de bens de nossa terra e a colonização em geral".

Se William e Kate estavam esperando apenas tomar sol, velejar e dançar ritmos locais, a recepção não foi exatamente a esperada. O documento ainda acusava o casal, especificamente, de serem "beneficiários diretos da exploração do Caribe".

Numa manifestação em Kingston, na Jamaica, às portas de uma recepção oficial do governo local ao casal, havia cartazes que perguntavam: "quem votou na Rainha? Eu não", ou diziam: "Vocês pertencem a contos de fadas, não à Jamaica".

Em seu discurso final, William tentou dar uma resposta aos protestos, mas sem promessas nem desculpas formais. "Eu concordo com meu pai, que disse recentemente em Barbados que a escravidão foi uma atrocidade que marcará para sempre nossa história. Expresso minha profunda tristeza. A escravidão foi uma coisa abominável, que nunca deveria ter acontecido."

Se as palavras do príncipe oferecem algum conforto, ainda não são as desculpas formais que esses países esperam dos britânicos. E uma das reflexões da rainha nesta comemoração de seus 70 anos de reinado deveria ser, de fato, se faz algum sentido que ela seja a monarca de nações tão distantes do Reino Unido e que tanto sofreram durante a colonização britânica.

Leitura dramática retrata primeira guerra de independência da Ucrânia

GUERRA NA UCRÂNIA

Em meio à guerra na Ucrânia, a **Folha** convidou o ator Alexandre Borges para ler trechos de duas cenas da peça "Os Dias dos Turbin", de Mikhail Bulgákov (1891-1940).

Em 1918, meses após a Revolução Russa, a Alemanha dá apoio para uma Ucrânia independente liderada por Skoropádski, que se declara hétmã, título histórico do chefe dos cossacos.

Com a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, o nacionalista ucraniano Petliura se rebela contra o hétmã. Em Moscou, os bolcheviques se preparam para avançar contra ambos.

É com esse pano de fundo que se passa a peça de Bulgákov, também autor do romance "O Mestre e Margarida". Nascido e formado em Kiev, ele foi convocado como médico militar no conflito contra os bolcheviques.

"Os Dias dos Turbin" estreou em 1926 no Teatro de Arte de Moscou. Criticado na imprensa soviética, chegou a ser tirado de cartaz por três anos, mas retornou e, até 1941, somou 987 apresentações.

A peça mostra o impacto da guerra civil sobre o coronel Aleksei Turbin e seus irmãos. Ele é designado para comandar uma divisão do hétmã, contra Petliura, mas gostaria de enfrentar, na verdade, os bolcheviques.

A gravação foi no Taib (Teatro de Arte Israelita Brasileiro), na Casa do Povo, no Bom Retiro, em São Paulo, em 19 de março.

Acesse o vídeo pelo QR Code

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
31.mar.1922

Aviadores pousam nas Canárias em travessia atlântica

Os aviadores portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho, que na manhã de quinta-feira (30) decolaram de Lisboa rumo ao Rio, na tentativa de fazer a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, chegaram com sucesso durante a tarde em Las Palmas, nas ilhas Canárias (Espanha), onde fazem escala.

Jornais de Madri publicaram que os pilotos tiveram uma recepção triunfal por parte das autoridades e do povo da ilha.

Com a curiosidade dos moradores, que aclamavam entusiasticamente os dois portugueses, um cordão de isolamento foi montado pela força pública local em torno do hangar onde o avião foi recolhido.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Câmeras ao leste

Festival É Tudo Verdade começa hoje com seleção de documentários que ajudam a entender a guerra na Ucrânia e o poder acumulado por Putin

Detalhe do cartaz de 'Navalny', um dos destaques do festival
Divulgação

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO O noticiário em chamas com a guerra na Ucrânia também aumenta a temperatura do É Tudo Verdade, maior festival de documentários na América Latina, que começa nesta quinta-feira com uma seleção de 77 filmes. O gênero, afinal, extrapola o entretenimento, é uma ferramenta poderosa para aprendermos sobre a nossa história e entendermos, também, o que acontece à nossa volta.

Amir Labaki, fundador e organizador do evento, sempre que uma edição está para começar, lembra que o documentário é um gênero dinâmico, capaz de refletir os dilemas de seu tempo e registrar o que nos aflige com rapidez.

É o que não falta na lista desta 27ª edição são filmes que se debruçam sobre a escalada de poder de Vladimir Putin ou a ascensão de ideias autoritárias no leste europeu, que, com o lançamento em meio ao conflito, acabam por oferecer um mergulho profundo e conveniente em suas raízes.

Com potencial de ser um dos longas mais concorridos do É Tudo Verdade, "Navalny" é um deles e está na competição de longas-metragens internacionais. Dirigido pelo canadense Daniel Roher e premiado no Festival Sundance, o filme acompanha os meses seguintes ao envenenamento de Alexei Navalni, principal opositor de Putin na Rússia.

"A história dele é possivelmente a mais extraordinária que eu já ouvi, é algo que poderia ter sido escrito por Shakespeare", afirma o cineasta.

"É sobre um homem que desafia um líder poderoso, é envenenado, sobrevive à tentativa de assassinato e renasce das cinzas de sua experiência de quase morte só para voltar ao seu país e para as garras do leão. Quando soube da história, entendi imediatamente que ela daria um ótimo documentário de suspense."

"Navalny", de fato, deixa o espectador tenso, já que nunca sabemos quando a filmagem de Roher pode ser interrompida por alguma tentativa de calar o opositor russo.

Ao longo do documentário, vemos como a mulher de Alexei Navalni penou para conseguir tirar o marido da Rússia quando ele entrou em coma. Na Alemanha, os médicos confirmaram que havia veneno em seu corpo, algo que os russos negaram. A substância era Novitchok, uma herança da União Soviética.

Continua na pág. C2

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

FOGO ALTO

O Ministério da Saúde intensificou as negociações com a Pfizer para a aquisição da pílula contra a Covid-19, que será comercializada com o nome de Paxlovid. O uso emergencial do medicamento foi aprovado na quarta (30) pela Anvisa. Segundo a farmacêutica, ele tem eficácia de 90% para determinados grupos de pacientes.

FOGO 2 Um dos problemas a serem contornados é o custo do tratamento, que dura até cinco dias: US$ 250 dólares. O governo tenta baixar o valor, já que deve fazer uma compra volumosa.

CESTA A segunda questão é definir a quantidade da aquisição. Nos cálculos atuais, com a epidemia arrefecendo e o número de casos de Covid-19 caindo aceleradamente, a projeção de pacientes que podem precisar de tratamento é mais modesta. Mas nada garante que uma nova onda da doença está descartada. Neste caso, o número de pacientes pode aumentar exponencialmente.

CESTA 2 Ainda não está claro, por outro lado, qual é a quantidade que a Pfizer poderia efetivamente entregar ao Brasil, já que outros países também buscam adquirir o medicamento.

GARANTIAS O ministério vê ainda a necessidade de ser amparado por uma lei que permita a compra mesmo que a farmacêutica não se responsabilize por eventuais efeitos colaterais do Paxlovid —como ocorreu com as vacinas.

ENDEREÇO O setor privado não poderá comprar a pílula, já que a Pfizer vende o produto apenas aos governos.

BULA A pílula é composta por comprimidos de nirmatrelvir e ritonavir, sendo indicada para o tratamento da Covid-19 em adultos que não requerem oxigênio suplementar e que apresentam risco aumentado de progressão para a forma grave da doença.

BULA 2 A pílula não está autorizada para início de tratamento em pacientes que requeiram hospitalização devido a manifestações graves ou críticas da Covid-19. Também não está autorizada para profilaxia pré ou pós-exposição para prevenção da infecção.

BULA 3 O medicamento também não está autorizado para uso por mais de cinco dias. Além disso, como não há dados do uso da pílula em mulheres grávidas, recomenda-se que seja evitada a gravidez durante o tratamento com o medicamento e, como medida preventiva, até sete dias após o término do tratamento.

MELHORA Levantamento do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS) mostra que o número de pessoas empregadas no setor cresceu 1% entre novembro de 2021 e janeiro de 2022, atingindo a marca de 4,6 milhões de trabalhadores.

SEGURANÇA No total de empregados em janeiro deste ano, 3,7 milhões (79%) pertenciam ao setor privado com carteira assinada —um crescimento de um ponto percentual em relação ao mês anterior.

PIPOCA

Fotos Bruno Poletti/Divulgação

A atriz Monica Iozzi **1** recebeu convidados na pré-estreia do filme "Mar de Dentro", no Espaço Itaú do shopping Frei Caneca, na noite de terça (29). Ela interpreta a protagonista do longa. O ator Rafael Losso **2**, que faz parte do elenco, compareceu ao evento. A cineasta Tata Amaral **3** também foi prestigiar o lançamento

LÍNGUA A cerimônia de posse da escritora e psicanalista Betty Milan, eleita para a cadeira quatro da Academia Paulista de Letras (APL), irá ocorrer nesta quinta-feira (31), na sede da entidade. A autora foi colunista da **Folha** e escreveu ficções como "A Trilogia do Amor". Ela assume a cadeira que ficou vaga com a morte do historiador Celio Debes.

LÍNGUA 2 Formada em medicina pela USP, ela especializou-se em psicanálise na França, onde foi orientada por Jacques Lacan. Os dois trabalharam juntos na Universidade Paris 8.

ARTE O Centro Cultural Fiesp abre no próximo dia 6 exposição gratuita e inédita com 62 obras do xilogravurista J.Borges, considerado um dos maiores artistas do gênero. Na noite anterior à abertura para o público, Borges estará presente no espaço, situado na avenida Paulista, em recepção para convidados.

IMPASSE O presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns, José Carlos Dias, fará nesta sexta (1º) uma visita ao Caaf (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense), da Unifesp. Acompanhado de outros integrantes da entidade, ele vai discutir a situação da sede do centro, que está sendo ameaçado de despejo.

IMPASSE 2 No local é realizada a identificação das ossadas da vala de Perus, onde foram enterradas clandestinamente vítimas da repressão da ditadura. Este trabalho pode ser paralisado por causa da situação.

IMPASSE 3 O centro funciona em imóvel alugado na Vila Mariana. O espaço foi vendido, e o novo proprietário deu um prazo até o final de julho para o Caaf deixar o lugar.

com Bianka Vieira, Bruno B. Soraggi, Karina Matias e Manoella Smith

Câmeras ao leste

Continuação da pág. C1

Já recuperado, Navalni montou uma equipe que tentou rastrear seus envenenadores, chegando, então, a sujeitos ligados a Moscou que, num simples trote, entregaram de bandeja a história. O opositor voltou à Rússia logo depois, teve sua organização de combate à corrupção proibida ao ser declarada extremista e, na semana passada, foi condenado a nove anos de prisão.

"Foi claramente um julgamento encenado. E tudo isso que acontece na Rússia, e agora na Ucrânia, é assustador, fruto de um regime tirânico que tem silenciado qualquer oposição", diz Roher. "Eu espero que esse filme também converse com os brasileiros, porque o contexto político de vocês, que passaram por uma ditadura e agora têm um presidente que não respeita a democracia e a mídia, tem tudo a ver com o que acontece lá."

Por vezes descrita por opositores como uma guerra pessoal de Putin, movida a anseios que remontam aos anos de império e de União Soviética, o conflito na Ucrânia é só uma parte da relação complicada da Rússia com seus vizinhos. Outros documentários do É Tudo Verdade, por sua vez, se voltam a esses países e exploram seus laços com Moscou.

"O Processo - Praga 1952", outro longa internacional em competição, ressuscita a velha Tchecoslováquia e um julgamento encenado que opôs líderes do partido comunista local e aqueles leais a Moscou, nos anos 1950. Segundo sua diretora, a francesa Ruth Zylberman, a guerra em curso hoje é fruto de um novo tipo de imperialismo, que espelha o protagonismo desproporcional que os russos tinham na época da União Soviética.

Continua na pág. C3

+ ONDE VER

'A História do Olhar' Presencial e online, a partir desta quinta (31)

'Manual' e 'Relações Próximas' Online, a partir desta sexta (1º)

'A Ordem Reina' e 'A História do Cinema' Presencial e online, a partir desta sexta (1º)

'Navalny' e 'Os Caras do Estreito' Online, a partir deste sábado (2)

'A História da Guerra Civil' Presencial e online, a partir de domingo (3)

'O Filme da Sacada' Online, a partir de domingo (3)

'O Processo - Praga 1952' Online, a partir de 7/4

Sessões presenciais em SP, no CCSP, Espaço Itaú, IMS e Sesc 24 de Maio, e no Rio, no Espaço Itaú e no IMS. Programação em etudoverdade.com.br. Até 10/4. Grátis

Cinema está mais fértil do que nunca, afirma Mark Cousins

Com dois filmes em exibição no É Tudo Verdade, britânico abre festival propondo análise intrínseca ao ato de olhar

Sérgio Alpendre

SÃO PAULO "O cinema era um rio, agora é um delta." Poético e alusivo como suas obras literárias e cinematográficas. Assim o historiador britânico Mark Cousins comenta a abertura que vemos em seu trabalho para o cinema de outros países, generosa em comparação com a maior parte das histórias do cinema, escritas ou visuais. O cineasta conversou com este repórter por email e contou um pouco mais de seu pensamento, de seus gostos e desejos, além de como vê a realização cinematográfica.

"Há mais vozes hoje do que há 50 anos. Isso faz com que o cinema seja mais fértil do que nunca. Pode não ser mais na corrente principal, como nos anos 1950, mas é mais complexo e abrangente, uma aventura", ele afirma.

Em seus trabalhos, somos convidados a um agradável passeio por cenas de filmes de todo o mundo, com as mais inesperadas conexões. Essa é a característica mais marcante de seu famoso monumento cinematográfico, "A História do Cinema: Uma Odisseia", de 2011, assim como de seu livro "A História do Cinema".

Continua na pág. C3

Continuação da pág. C2

"Eu preferiria que meu filme não fosse tão atual", diz ela, que é de ascendência ucraniana e polonesa. "Quando eu propus esse filme, eu sabia que falaria de um julgamento antigo, esquecido, mas ao mesmo tempo que tem relação com países como Rússia, China e até o Brasil, já que é sobre como a verdade é manipulada no debate político."

"O Processo" deriva de uma investigação que encontrou gravações originais do julgamento de Rudolf Slanski e outros 13 opositores, mais tarde restauradas e, agora, narradas tanto por imagens de arquivo, quanto pelos filhos e netos daqueles que foram condenados falsamente.

Zylberman diz que é um documentário que questiona a verdade, algo que foi ignorado no julgamento de 1952. "Se a mentira fundamenta uma sociedade, ela eventualmente destrói tudo à sua volta, de relações familiares a diplomáticas", afirma a francesa.

"É exatamente o que estamos vendo hoje na Rússia, uma pessoa com justificativas que são como um câncer, corrompendo tudo ao redor."

Da Belarus, vem "Manual", curta-metragem sobre a brutalidade empregada contra manifestantes na ressaca da última eleição presidencial do país, também herança do autoritarismo na região.

Da própria Rússia, "A História da Guerra Civil" é parte da nova sessão de clássicos do É Tudo Verdade e foi recuperado no ano passado. A produção mostra o desenrolar do conflito entre os bolcheviques e seus opositores, logo após a revolução de outubro de 1917.

Outro longa exibido de forma especial é "Relações Próximas", que acompanha a viagem do cineasta Vitali Manski, em 2014 e 2015, à Ucrânia, para visitar parentes. Sua câmera, em conversa com eles, explica a crise política que abatia e continua abatendo o país, com separatistas que são hoje usados por Putin como justificativa para a guerra.

Nem sempre há disputa nas relações mostradas no É Tudo Verdade, no entanto. Em "Os Caras do Estreito", por exemplo, vemos uma cooperação entre engenheiros tchecos e russos para construir um túnel de cem quilômetros que liga a Rússia aos Estados Unidos —o que não seria bem visto no atual contexto de estranhamento entre essas duas nações.

Já "O Filme da Sacada" ajuda a compreender melhor a sociedade polonesa —que, também vizinha da Rússia, ligou o sinal de alerta com a invasão da Ucrânia e tem defendido sanções mais duras a Moscou. Mas é inofensivo, mesmo funcionando como um bom retrato daquela gente.

Até o Brasil entrou na onda de documentários didáticos para o momento. Em "A Ordem Reina", que compete entre os curtas nacionais, Fernanda Pessoa passeia por diversas experiências revolucionárias ocorridas no século 20, algumas vinculadas ao status de relacionamento da Rússia com seus vizinhos. Ao som dos dizeres da filósofa marxista Rosa Luxemburgo, ela nos leva a refletir por que, afinal, brigamos tanto hoje.

Esses e outros filmes ganham exibição gratuita, presencial e online, até o dia 10 de abril. O É Tudo Verdade ainda tem em sua programação debates, palestras, homenagens e seu tradicional prêmio, que pode levar alguns desses títulos para a consideração dos votantes do próximo Oscar.

Leia mais na pág. C7

À esq., o cineasta Mark Cousins em imagem de 'A História do Olhar' e cena do documentário nacional 'A Ordem Reina'; acima, cena de 'A História da Guerra Civil'; à dir., Alexei Navalni e sua mulher no longa 'Navalny'
Fotos Divulgação

Continuação da pág. C2

Dois novos longas dirigidos por Cousins, ambos produzidos no ano passado, estarão na abertura do É Tudo Verdade, o maior festival de documentários do Brasil, que começa nesta quinta-feira. São eles "A História do Cinema: Uma Nova Geração" —continuação lógica de "Uma Odisseia"— e "A História do Olhar". Com eles, o cineasta analisa filmes antigos e recentes de modo pessoal e aprofundado.

Mark Cousins nasceu na Inglaterra, mas cresceu na Irlanda do Norte, embora atualmente esteja radicado em Edimburgo, na Escócia. Com 56 anos, e apesar de ter escrito em veículos especializados como a Prospect e a Sight and Sound, ele não se considera um crítico de cinema. Ao menos, não na última década.

"Eu nunca resenho filmes, por exemplo. Sou um humilde admirador dos grandes filmes, assim como sou admirador de grandes construções —a arquitetura é meu primeiro amor." Mas seus filmes oferecem um bom pensamento a respeito de outras obras, com análises e ideias dignas de um bom crítico. Seus trabalhos são construções.

No polêmico "40 Dias para Aprender Cinema", exibido no É Tudo Verdade de 2020, o historiador e cineasta sugere cortes nos monumentais "Limite", de Mário Peixoto, e "Kwaidan", de Masaki Kobayashi, provocando a ira de alguns críticos brasileiros, que movimentaram as redes sociais naquela época.

Queiram ou não, dizer que um filme deveria ser menor do que é pode ser tabu na crítica de hoje, mas não deixa de ser uma atitude de julgamento crítico. Ele diz que ainda pensa dessa maneira, aliás, e que alguns grandes filmes podem também ser enfadonhos. Quem há de negar? Não é o caso dos filmes lembrados, mas é o de tantos outros.

"Fazer filmes é usar planos e cortes para mostrar o vale das lágrimas e o topo da montanha." Poético e alusivo, novamente. Cousins é da escrita, mas soube aproveitar bem o poder das palavras em suas produções audiovisuais.

Em "A História do Cinema: Uma Nova Geração", vemos como essa formulação se traduz numa seleção de imagens instigantes, que proporciona análises geralmente precisas e únicas, mesmo que a escolha dos filmes não seja do agrado de todos. Nem tem como ser, na verdade. Ninguém vai contestar que "Coringa" seja um filme importante no que entendemos por contemporaneidade, ou que documentários ocuparam boa parte do que de mais interessante se fez em cinema neste século.

Em "A História do Olhar", fala do azul como uma das primeiras cores que o marcou e vislumbra conosco o céu. Ao ser instigado a fazer um filme sobre a história das cores no cinema, ele agradece, já que adoraria fazer algo assim.

Pergunto ainda, provocando a sua cinefilia, sobre o magnífico azul do filme português "A Flor do Mar", de João César Monteiro. Ele diz que adora e acrescenta "Blue", de Derek Jarman, "A Liberdade É Azul", de Krzysztof Kieslowski, e o adorável e "blue" "A Estratégia da Aranha", de Bernardo Bertolucci —lembrando que "blue", em inglês, também quer dizer "triste".

Triste pode parecer este belo "A História do Olhar", no qual ele mostra sua própria cirurgia de catarata. Ter a visão ameaçada pode ser terrível para alguém que ama o cinema, mas Cousins organiza seu filme de maneira muito direta, enfrentando o problema e pensando, a propósito, em diversas questões relativas ao olhar, como o voyeurismo, a mania dos selfies, o daltonismo e a curiosidade das pessoas diante de um terrível acidente.

Ele se enxerga mais como voyeur ou poeta do que como historiador. "Eu observo —construções, corpos, filmes— e então dou forma a essas observações. Faço um filme a partir delas." Parece simples, mas sem a formação de um crítico e historiador seria mais difícil estabelecer conexões como as que vemos em seus filmes.

Cousins já explorou diversos assuntos —cidades como Estocolmo ou Belfast, uma correspondência visual com a cineasta e atriz iraniana Mania Akbari, o cinema de Orson Welles e de todas as mulheres que se aventuraram na realização e passaram por seu radar, crianças, uma história do olhar, a ideia de aprender cinema, entre outros.

Pergunto se há algo que ele nunca filmaria, algum assunto proibido em seu cinema. "Você vai notar que não filmo muito outras pessoas. Isso porque sou bem tímido e relutante a me intrometer. Filmar, para mim, é também algo gentil. No passado, filmei neonazistas, mas detesto a tensão que isso provoca."

Mesmo se interessando por cinematografias de todo o mundo, não conhecia o longa brasileiro "Sem Essa Aranha", de Rogério Sganzerla, um dos mais emblemáticos do chamado "cinema marginal". Viu trechos no YouTube, e o filme pareceu a ele "efervescente e fabuloso".

E fala da facilidade de se ver um filme na internet segundos após ter ouvido falar sobre ele. "Nunca subestimemos essa possibilidade."

Sobre "A Agonia", de Júlio Bressane, diz que não vê há muitos anos, mas se lembra de ser semelhante ao grande filme do senegalês Djibril Diop Mambety, "Touki Bouki", "um filme que adoro", ou mesmo "Coração Selvagem", de David Lynch.

Curiosa essa última comparação. Haverá alguma inusitada conexão entre Bressane e Lynch em algum de seus futuros estudos visuais? Esperemos. E que Mark Cousins faça mais e mais filmes. O espectador se emocionará com trechos dos longas que exibirá nos próximos dias.

'Cavaleiro da Lua' se opõe a mundo sem pecado

Série inspirada em quadrinho menos pop da Marvel propõe reflexão sobre a violência em trama com deuses egípcios

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Desde que se lançou nas séries com o Disney+, o Universo Cinematográfico Marvel vem deixando para o formato serializado algumas de suas tramas mais adultas e contemporâneas. Enquanto "WandaVision" era uma comédia nostálgica que se transformava num ensaio sobre o luto, "Loki" bombou nas redes sociais com sua ficção científica complexa e "Falcão e o Soldado Invernal" pôs o racismo em pauta.

Agora, "O Cavaleiro da Lua" estreia propondo uma discussão ainda mais delicada —e, portanto, protagonizada por um herói que, talvez, mais pareça o vilão da história para alguns espectadores.

Na série, inspirada num quadrinho menos pop da coleção da Marvel, seguimos Marc Spector, um ex-agente da CIA que é cooptado por um deus egípcio da ficção para ser seu "avatar" —uma espécie de apóstolo— na Terra. Seu maior dever é desmantelar uma organização liderada por Arthur Harrow, um líder excêntrico e populista que representa uma outra divindade.

Seu discurso é carismático —afinal, ele oferece abrigo e comida aos pobres, tem uma tranquilidade e autocontrole invejáveis e se apresenta como uma pessoa simples, quase franciscana—, mas esconde um propósito, no mínimo, questionável.

Com o poder que foi concedido a ele por sua deusa egípcia, ele é capaz de sentir se uma pessoa é boa, ruim ou se vai se tornar uma coisa ou outra —e, se há maldade em seu futuro, Harrow a mata sem rodeios, numa espécie de justiça prévia à la "Minority Report: A Nova Lei".

"Há uma ideia interessante na série sobre como seria um mundo sem pecado. Este país [os Estados Unidos] hoje pensa que algo é totalmente bom ou totalmente ruim, e nada é assim", afirma Ethan Hawke, intérprete de Harrow.

"Esse dualismo nos gera problemas, porque queremos que as coisas sejam isso ou aquilo, mas a vida é muito mais complexa. Meu personagem quer criar um mundo sem pecado, mas não há vida sem morte."

As duas divindades egípcias da história —o Cavaleiro da Lua e Harrow— se opõem por causa desse dualismo. O primeiro acredita que todos merecem o benefício da dúvida, enquanto o segundo acha que, para criar um mundo melhor, é preciso fazer justiça com as próprias mãos e eliminar o mal pela raiz.

Segundo Hawke, o debate é bastante atual, especialmente no desenrolar do conflito na Ucrânia. "Essa discussão entre violência e não violência, agir e não agir, está sempre presente. Meu personagem se apega à ideia de que a cura é parte do veneno, algo usado para justificar guerras."

O ator de "Antes do Pôr do Sol" e "Boyhood" reforça que há em "Cavaleiro da Lua" uma mensagem para os "tempos voláteis" em que vivemos, que dialoga com a Ucrânia, mas também com a pandemia, a crise do clima e as demandas por justiça social. Se a conversa tivesse ocorrido alguns dias depois do Oscar, talvez Hawke até lembrasse o tapa que Will Smith deu em Chris Rock como um desses momentos em que nos questionamos se a violência é a melhor saída.

Hawke é mais um astro de Hollywood contratado pela Marvel para estrelar um de seus vários projetos. Ao seu lado, em "Cavaleiro da Lua", está Oscar Isaac, que começa a série como um atrapalhado atendente da loja de lembrancinhas do Museu Britânico, em Londres. Por sofrer do que acredita ser sonambulismo, ele se acorrenta à cama todas as noites —mas, na verdade, ele acorda na madrugada a mando do deus Khonshu, sem saber.

Hawke diz que o que chamou a sua atenção para "Cavaleiro da Lua" foi a possibilidade de trabalhar com personagens pouco conhecidos, o que aliviaria a pressão de ser o rosto de uma adaptação da Marvel e possibilitaria que a trama ganhasse contornos mais independentes, sem seguir tantas fórmulas.

"Eu tenho assistido a todos esses filmes nas últimas duas décadas e tenho muitos amigos que atuaram neles, então sempre me perguntei como seria fazer parte disso", conta. "Com 'Cavaleiro da Lua', notamos que o segredo para o sucesso é mudar, a Marvel não pode ficar só fazendo a mesma coisa, por isso essa série é tão surpreendente."

Além de Hawke e Isaac, "Cavaleiro da Lua" tem F. Murray Abraham como a voz de Khonshu. No elenco ainda estão Gaspard Ulliel, astro francês morto precocemente em janeiro, após um acidente de esqui, e uma brasileira —Fernanda Andrade, que esteve na franquia "CSI" e também no terror "Filha do Mal".

Cavaleiro da Lua
EUA, 2022. Criação: Doug Moench
Com: Oscar Isaac, Ethan Hawke e Gaspard Ulliel. Disponível no Disney+

O ator Oscar Isaac como Steven Grant em cena da série 'O Cavaleiro da Lua', que estreia no Disney+ Divulgação

Vale a pena ver de novo

Remake de Pantanal mostra desejo da Globo de reviver era de ouro das novelas

Mauricio Stycer
Jornalista e crítico de TV, autor de 'Topa Tudo por Dinheiro'. É mestre em sociologia pela USP

A decisão da Globo de refazer "Pantanal", um grande sucesso da TV Manchete em 1990, é repleta de significados e simbolismos. O mais evidente, e de certa forma cômico, é a oportunidade da emissora de encerrar uma chacota que dura 32 anos, pelo erro cometido por Boni ao recusar o projeto de Benedito Ruy Barbosa.

Ambos, aliás, concordam que a culpa foi do então diretor Herval Rossano, a quem o chefão encarregou de levar uma equipe ao Pantanal para avaliar as condições de fazer a novela. A visita de inspeção ocorreu no período de cheias, levando à conclusão de que a produção seria inviável e teria custo inestimável.

Rossano (1935-2007) confirmou esta história em entrevista à Veja: "Não me eximo da responsabilidade pela perda de 'Pantanal' para a Manchete, mas acho que a novela ainda hoje seria inviável na Globo. A Globo é uma empresa grande demais, em que os atores trabalham no máximo oito horas por dia e fazem exigências que não fazem nas outras emissoras".

O entusiasmado, mas imprudente Adolpho Bloch, ao ser apresentado ao projeto, teria dito a Benedito: "Não quero saber quanto você ganha na Globo. Pago três vezes mais para você vir fazer essa novela aqui. Eu banco". Inaugurada em junho de 1983, a TV Manchete fechou, atolada em dívidas, em maio de 1999. "Pantanal" foi o maior sucesso da curta história da emissora.

Refazendo "Pantanal", a Globo sinaliza também um desejo de recolocar as novelas num patamar de relevância e audiência que elas perderam nos últimos anos. Trata-se da primeira grande aposta de Ricardo Waddington, diretor de entretenimento, e José Luiz Villamarim, diretor de teledramaturgia, dois experientes profissionais, promovidos em novembro de 2020 a essas funções na emissora.

Este retorno de "Pantanal" é também uma grande homenagem a Benedito. A merecida reverência começa pelo fato de o roteirista Bruno Luperi, neto do autor, ter assumido a função de adaptar e atualizar o texto da novela.

Benedito é um dos responsáveis pela "era de ouro" das novelas no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. Além da trama exibida pela Manchete, são de sua autoria, neste período, "Os Imigrantes", feita na Band, "Renascer", "O Rei do Gado" e "Terra Nostra", entre outras produzidas pela Globo.

Ao longo de duas longas entrevistas ao projeto Memória Globo, editadas no livro "Autores - Histórias da Teledramaturgia", a certa altura ele é questionado sobre como define o seu universo ficcional. "O meu universo é o Brasil", diz, de pronto. E não soa pretensioso ou arrogante ao fazer essa afirmação; todas as suas novelas citadas aqui neste texto comprovam isso.

São sagas com tintas épicas que conjugam as melhores características do folhetim com a ambição de reconstituir episódios que evocam glórias e tragédias do passado e dos tempos atuais. Falando sobre o seu processo de criação, Benedito sempre disse que "grande parte das histórias, evidentemente, vem da imaginação, mas o fundamental vem das experiências de vida".

Com alma de repórter, olhos atentos e ouvidos abertos, viajou muito pelo país, recolhendo histórias e "causos" que foram parar em suas novelas, além, é claro, das próprias vivências, da infância humilde, em Minas e no interior de São Paulo, aos primeiros passos na capital, morando em cortiço e trabalhando como contador.

Os dois primeiros capítulos da nova versão de "Pantanal", de qualidade excepcional, já dão uma ideia do tamanho de Benedito Ruy Barbosa. As cenas que culminam numa chacina de trabalhadores rurais, após serem enganados por um vendedor de terras, são de uma atualidade gritante.

Quando proíbem o 'fora, Bolsonaro'

Opositores já organizam um 'Forabolsonaraço' para ser marcado em breve

Flávia Boggio

Roteirista. Escreve para programas e séries da TV Globo

Foi em vão a medida de Raul Araújo, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), contra a organização do festival do Lollapalooza, proibindo artistas que se manifestassem e gritassem "fora, Bolsonaro" durante as apresentações.

O partido do presidente, o PL, foi responsável pela ação para impedir que artistas puxassem gritos de "fora, Bolsonaro" das multidões. No período do festival, ficou proibido dizer "fora, Bolsonaro".

Reivindicações de integrantes do PL alegavam que a plateia poderia ouvir um artista gritar "fora, Bolsonaro" e, realmente, desejar que o pedido "fora, Bolsonaro" fosse atendido.

A ação veio após as primeiras apresentações de artistas como Pabllo Vittar e Marina, que gritaram "fora, Bolsonaro", o que foi repetido pela multidão. "Gritar 'fora, Bolsonaro' pode influenciar um número altíssimo de eleitores, o que justifica a proibição de falar 'fora, Bolsonaro'", disse um integrante do PL.

Bolsonaro teria apoiado a decisão, que previa multa de R$ 50 mil para quem gritasse "fora, Bolsonaro".

Os artistas, entretanto, não se abalaram com o valor da pena e repetiram "fora, Bolsonaro" ainda mais entusiasmados.

Legalmente, os atos da Justiça Eleitoral de proibir manifestações de "fora, Bolsonaro" são inconstitucionais. Também produzem um efeito contrário. No caso do Lollapalooza, tornou-se obrigatório que todos os artistas gritassem "fora, Bolsonaro".

Solidária, a cantora Anitta se ofereceu para pagar a multa para quem gritasse "fora, Bolsonaro" e também abriu mão de uma bolsa nova ao gritar "fora, Bolsonaro".

O PL, após ver que o tiro saiu pela culatra, desistiu da ação para tentar impedir que dissessem "fora, Bolsonaro".

Nos bastidores, dizem que a decisão de recuar veio do próprio Bolsonaro, que teria ficado irritado ao ver que milhares de jovens gritavam mais intensamente "fora, Bolsonaro".

Após reconhecer que proibir gritar "fora, Bolsonaro" seria censura, o ministro Raul Araújo também voltou atrás, reconhecendo que todos os artistas têm garantida pela Constituição ampla liberdade de gritar "fora, Bolsonaro".

Realizada a revogação, o caso fica definitivamente encerrado e todos estão autorizados a gritar "fora, Bolsonaro".

Opositores já organizam um "Forabolsonaraço" para ser marcado em breve.

Galvão Bertazzi

DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Gregorio Duvivier | QUI. Flávia Boggio | **SEX. Renato Terra** | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes

tonygoes@uol.com.br

Manhattan Connection estreia agora 100% online

Manhattan Connection

Canal MyNews no YouTube, 20h30

Depois de 18 anos no GNT, nove no GloboNews e uma breve e tumultuada passagem pela TV Cultura, o talk show comandado por Lucas Mendes em Nova York chega à sua 29ª temporada em versão online, no canal de notícias de Mara Luquet e Antonio Tabet. Caio Blinder e Felipe Nunes serão fixos na bancada e Diogo Mainardi faz uma participação especial nesta reestreia. No primeiro programa, Mendes deve entrar ao vivo diretamente de Lviv, na Ucrânia.

Panelaço

Canal Panelaço no YouTube, a partir de 10h

O programa de culinária vegana comandado por João Gordo estreia temporada, gravada na cozinha da Nave Coletiva.

A Professora de Violino

Filmicca, 16 anos

Nina Hoss venceu o prêmio de melhor atriz no Festival de San Sebastián pelo papel de uma professora que negligencia o próprio filho em prol de um aluno com um notável talento para a música.

Os Bolenas: Escândalos de Família

Belas Artes à la Carte, 18 anos

Produzida pela BBC, esta série documental em três episódios usa dramatizações e depoimentos de especialistas para contar a história do clã de Ana Bolena, a segunda mulher do rei inglês Henrique 8º.

Evoé, Retrato de um Antropófago

Itaú Cultural Play, grátis

O Itaú Cultural celebra os 85 anos de José Celso Martinez Corrêa com conteúdos sobre o diretor teatral no site e também com este documentário de Tadeu Jungle e Elaine César.

Especial Explorando o Desconhecido

Discovery, 22h15, e Discovery+, 10 anos

O canal abre nova faixa de programação com a série inédita "O Mistério da Fazenda Blind Frog", sobre homem que procura por ouro em terras aparentemente amaldiçoadas.

Libelu – Abaixo a Ditadura

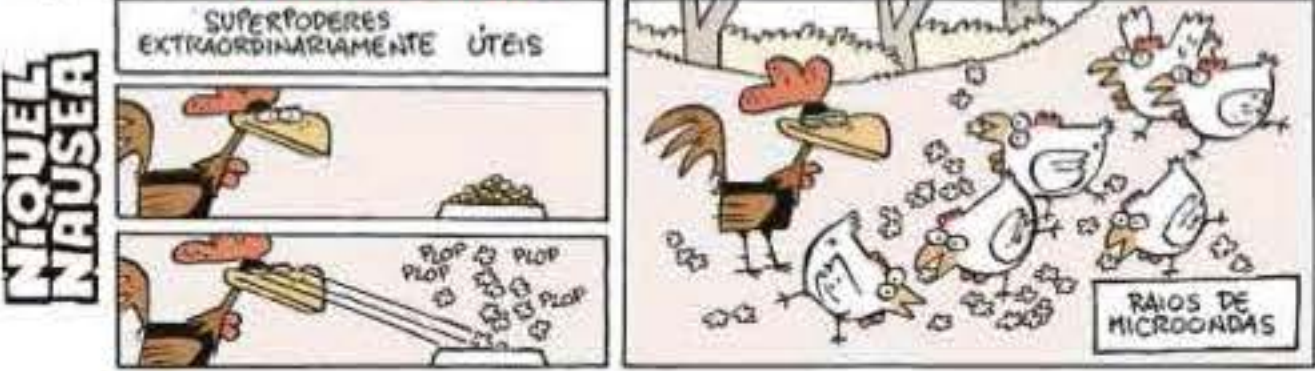
Cultura, 23h, 14 anos

Vencedor do festival É Tudo Verdade, de 2020, o documentário de Diógenes Muniz fala do Liberdade e Luta, movimento estudantil famoso pela irreverência surgido em 1976. Inédito na TV aberta.

QUADRINHOS

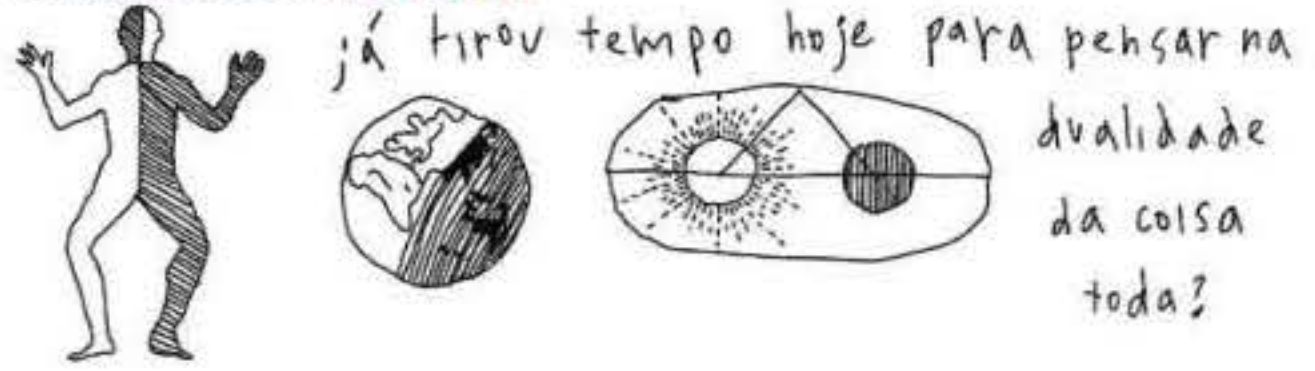
Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

A Vida Como Ela Yeah *Adão Iturrusgarai*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

GODOKU

texto.art.br/fsp

		E	H	O				
O				E	S		H	R
R					F	D		
A						F	S	
	R	O						H
		A	R					S
D	P		O	S				F
				D	H	E		

As regras do Godoku são simples: o jogador deve preencher o quadro maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que os espaços em branco contenham as letras presentes no diagrama. As letras não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid. No destaque será lido um outro nome para um frango novo

SOLUÇÃO

P	D	E	H	O	R	S	F	A
O	A	F	D	E	S	P	H	R
R	S	H	P	A	F	D	O	E
A	H	P	E	R	O	F	S	D
E	F	D	S	H	A	R	P	O
S	R	O	F	P	D	A	E	H
H	E	A	R	F	P	O	D	S
D	P	R	O	S	E	H	A	F
F	O	S	A	D	H	E	R	P

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Plantação de uma gramínea cujos colmos, ocos, possuem vários usos **2.** Segundo a bíblia, o primeiro homem / Celebração de casamento **3.** A ator norte-americano Clooney, de "Gravidade" / Ivan Pavlov (1849-1936), fisiologista russo **4.** Eliana Pittman, cantora / Um processo de tratamento e acabamento da madeira **5.** (Delirium) Uma consequência do alcoolismo **6.** Abertura que separa a boca da faringe / (Hot) Pão com salsicha **7.** Serviço de Atendimento Médico de Urgência **8.** Fundamental / Dia, nos EUA **9.** (Net.) Imagem usada em chats **10.** As iniciais do ator Tonico, de "A Grande Família" / Tornar-se seguidor de um movimento **11.** Reunir documentos para formar um processo / O símbolo químico do metal das alianças de casamento **12.** O Zé músico de "Quando Será?" **13.** (Fig.) Necessidade de adquirir algo / (de gato) Dispositivo de sinalização das estradas.

VERTICAIS

1. Cidade gaúcha na fronteira com o Uruguai / No futebol, o mesmo que ângulo ou forquilha **2.** Discípulo / Misturado com elementos estranhos, heterogêneos **3.** Camada de tinta / O que sobrou do que foi diminuído / O Brady, atleta do futebol americano **4.** Local destinado à prostituição / Caixão de defunto **5.** Parte amarelada do ovo / Lutar **6.** Região paulista com grande concentração de indústrias / Elemento químico usado em isqueiros **7.** O Borges músico mineiro / Aparelho usado como apoio para ajudar a caminhar / (Ingl.) Um tamanho de roupas **8.** (Psiq.) Impulso irresistível por bebidas geralmente alcoólicas **9.** Planta usada para cobrir quiosques / O escritor francês de Maupassant / Cada uma das direções marcadas na rosa dos ventos.

HORIZONTAIS: 1. Bambual. **2.** Adão, Boda. **3.** George, IP. **4.** EP, Decapê. **5.** Tremens. **6.** Goela, Dog. **7.** SAMU. **8.** Vital, Day. **9.** Emoticon. **10.** TF, Aderir. **11.** Autuar, Au. **12.** Rodrix. **13.** Fome, Olho. **VERTICAIS: 1.** Bagé, Gaveta. **2.** Adepto, Impuro. **3.** Mão, Resto, Tom. **4.** Bordel, Ataúde. **5.** Gema, Lidar. **6.** Abecê, Cério. **7.** Lô, Andador, XL. **8.** Dipsomania. **9.** Sapé, Guy, Rumo.

Marta Mello

Projeto de Brasil egípcio

O MST não poderia ter sido mais cirúrgico no protesto contra falsos profetas

Fernanda Torres

Atriz e roteirista, autora de 'Fim' e 'A Glória e Seu Cortejo de Horrores'

Bem que Milton Ribeiro tentou se agarrar à mão de Deus, mas o Senhor preferiu soltar. O Ministério da Educação de Jair é mesmo de alta rotatividade. Com menos de um ano de gestão pela frente, o próximo a esquentar a cadeira deveria se limitar a lançar a campanha "Educação pra quê?", resumindo o trabalho realizado pelos quatro antecessores na pasta.

Dentre todas as manifestações de repúdio à profanação da Bíblia e ao propinaço que, suspeita-se, rolaram à solta no MEC, destaco a do MST, ocorrida no dia 25 de março, em Brasília. Dez! Nota dez, no quesito alegoria! Pintados de dourado egípcio e carregando um bezerro de ouro num andor, os participantes distribuíram barras falsas do vil metal, numa apresentação digna do teatro Oficina.

Moisés aplaudiria de pé.

Só mesmo um ato cívico carnavalesco para dar conta do milagre da multiplicação de pastores picaretas que assola o país. Pi-ca-re-tas, repito, numa alusão às palavras do líder da bancada evangélica, o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), no GloboNews Debate.

A fé move montanhas. Respeito muito os que a têm, e desprezo, em igual medida, os que se valem da mesma para explorar os incautos.

Na Rússia, diante de um estádio lotado de devotos, Vladimir Putin apelou para o Novo Testamento, a fim de justificar as baixas da sua guerra particular. "Não existe amor maior do que dar a própria vida pelos verdadeiros amigos", disse, citando João Evangelista, num discurso já preparado para os familiares de soldados abatidos, que retornarão para casa num caixão.

O grande erro dos soviéticos, segundo o czar, foi ter dado as costas para a Igreja Ortodoxa. Com a bênção do patriarca, o bem afortunado Putin fez a alegria dos oligarcas próximos, jurando zelar pela moral e pelos bons costumes dos cordeiros da mãe Rússia. Aleluia! Agora, só falta apertar o botão vermelho e deflagrar o Armagedão.

No Brasil do Mito, o Deus acima de todos, ao que parece, esconde o toma lá dá cá dos que pregam com uma arminha na mão. Chuta-se para o corner o Estado laico, se proclamando representante direto de um Pai Eterno Todo Poderoso. Facilita demais.

Mas não é de hoje que o autoritarismo recorre ao poder divino para governar. Alguns estudiosos defendem, inclusive, que a religião pariu o Estado.

Essa é uma das teorias debatidas pelo antropólogo David Graeber e pelo arqueólogo David Wengrow em "The Dawn of Everything", livro sobre a origem da desigualdade, que acaba de ser lançado nos Estados Unidos e está disponível na versão ebook no Brasil.

Todos aprendemos na escola que a revolução agrícola gerou um excedente de produção, que permitiu a concentração de riqueza e o surgimento de castas, classes, cidades, reinos e, mais tarde, do Estado. Mas o processo que levou caçadores coletores paleolíticos a optarem pelo sedentarismo agrícola ainda não é totalmente explicado.

Em "Homo Sapiens", o historiador Yuval Noah Harari defende a sedutora ideia de que foi o trigo que nos escravizou, nos condenando ao trabalho insano de arar, plantar e colher. Graeber e Wengrow criticam o determinismo da teoria e apostam, entre outros fatores, no poder de persuasão divino.

Padarias inteiras foram encontradas em tumbas de faraós egípcios, considerados deuses vivos e filhos diretos de Osíris, inventor da agricultura e deus dos mortos. E os mais antigos fornos de assar pão em larga escala do Egito, escavados em sítios arqueológicos vizinhos a cemitérios de múmias. As aluviões do Nilo podem ter prosperado graças às sagradas demandas fúnebres, as mesmas que exigiam o sacrifício de todos os que serviram ao soberano em vida, para continuarem a assisti-lo no além.

Por um Deus, morre-se e mata-se em devoção cega. É por isso que não se deve misturar política com religião.

A pequena cidade de Abadiânia, em Goiás, floresceu na aba de um João que, não à toa, acoplou Deus ao nome. O milagreiro fez do município um feudo, desenvolvendo o turismo e o comércio da região, em torno de um centro de atendimento místico. João Teixeira de Farias reunia, em si, os três fundamentos que Graeber e Wengrow consideram essenciais para o surgimento do Estado: a violência, o carisma e o conhecimento secreto.

Muitas das vítimas de estupro do charlatão demoraram a denunciá-lo por temerem a violência de seu exército de capangas, o seu carisma junto aos poderosos e o ódio dos que acreditavam nos seus poderes secretos.

O MST não poderia ter sido mais cirúrgico no protesto contra os falsos profetas desse projeto de Brasil egípcio abadiânico.

Que as urnas nos iluminem em outubro.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Marcelo Coelho | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | **SEX. Djamila Ribeiro** | SÁB. Mario Sergio Conti

A atriz Jada Pinkett Smith em festa da revista Vanity Fair, em março Danny Moloshok/Reuters

Jada Pinkett Smith já disse que não liga para a cabeça raspada

Dias antes do Oscar, atriz que foi alvo de piada de Chris Rock celebrou careca

Teté Ribeiro

SÃO PAULO Se tem uma mulher que não precisa que o marido tome atitude extrema, deselegante e pública para confrontar um humorista —conhecido de ambos— que fez piada sobre uma condição de saúde que não representa o menor risco à vida, mas causa queda de cabelo, essa mulher é a atriz, produtora, cantora, compositora e apresentadora Jada Pinkett Smith, de 50 anos.

Aliás, ela só revirou os olhos quando ouviu Chris Rock dizer que não podia esperar para a ver no próximo "G.I. Jane", referência ao longa de 1997 estrelado por Demi Moore e para o qual ela raspou o cabelo.

Sentada na primeira fila do teatro Dolby, em Los Angeles, ao lado de Will Smith, de vestido esmeralda com saia rodada e mangas compridas, olhos maquiados e um brinco dramático de pedras preciosas, Jada já tinha postado naquela mesma noite uma série de fotos e um vídeo curtinho sensualizando com o look.

Pouco menos de uma semana antes, no TikTok, em que também é presença constante, fez um vídeo em que contava sua história —e de seu cabelo— em Hollywood. Na legenda estava escrito "be proud of your crown", ou tenha orgulho de sua coroa, e as hashtags #iamnotmyhair, ou eu não sou meu cabelo, e #hairjourney, ou jornada capilar.

"Sendo uma mulher preta e lidando com o cabelo em Hollywood, na época em que eu comecei, fazer o cabelo parecer o mais europeu possível era sempre o lance", disse. "E isso era sempre um desafio, porque eu gostava do meu cabelo selvagem e enrolado."

"Tive de aprender a ter coragem para dizer 'não, não vou fazer isso'. Por isso me sinto tão livre hoje —não dou a mínima para o que as pessoas pensam sobre a minha careca. Porque —adivinha— eu a amo", ele conclui, no final do vídeo.

Mulheres pretas, especialmente as americanas, e seus cabelos —ou melhor, os estilos e os procedimentos demorados, às vezes doloridos que elas enfrentaram para ter o visual que querem— já foram tema de um documentário bem-humorado chamado "Good Hair", ou cabelo bom, de 2009, estrelado e produzido por Chris Rock. Sim, o mesmo que levou um tapa na cara ao vivo na TV no domingo.

Jada sofre de alopecia, distúrbio que provoca a queda dos cabelos. Em 2018, ela falou sobre o problema pela primeira vez, no talk show que ela apresenta no Facebook Watch, Red Table Talk, ao lado da mãe e sua filha, Willow Smith. O talk show já está na quinta temporada, tem 105 episódios e ganhou um Emmy.

O 15º episódio da quarta temporada, veiculado em setembro, se chama "Jada Goes Bald", ou Jada fica careca. Além das apresentadoras, a careca de Jada foi discutida e celebrada junto à atriz, produtora e humorista Tiffany Hadish.

O tom era de conquista. Depois de anos lutando contra os sinais do distúrbio que enfrenta, usando turbantes, lenços e faixas, decidiu raspar a cabeça e assumir o visual com estilo. O assunto voltou a ser discutido em outros episódios de Red Table Talk, alguns com a presença de Will Smith.

Jada começou a carreira como dançarina e coreógrafa, formada pela Baltimore School for the Arts, e estreou como atriz aos 19 anos na sitcom "A Different World", em 1991. Cinco anos depois, fez seu primeiro filme de sucesso, "O Professor Aloprado", ao lado de Eddie Murphy. No ano seguinte, ficou grávida do namorado, Will Smith, e foi forçada pela mãe a se casar com ele. Chorou na cerimônia.

Fez parte ainda da trilogia "The Matrix", aparecendo nos dois segundos filmes da série. Sua personagem, Niobe, também faz parte do elenco de "The Matrix Resurrections", lançado no ano passado. Além do trabalho como atriz, ela também dirige e produz os videoclipes do marido e dos filhos. Ainda canta e compõe.

E não acredita em monogamia. Num episódio de Red Table Talk, o casal discutiu os rumores de infidelidade de Jada, que teve um relacionamento com o rapper August Alsina, de 29 anos. Alsina disse que o namoro tinha sido "permitido" por Will Smith. Jada rebate essa frase no talk show dizendo que "só quem poderia dar essa permissão era eu".

Doença leva Bruce Willis a anunciar a aposentadoria

SÃO PAULO A família do ator Bruce Willis, de 67 anos, anunciou que o astro está se aposentando após receber um diagnóstico de afasia, distúrbio causado por um dano cerebral que afeta a capacidade comunicativa.

A informação foi divulgada por membros da família do ator, que publicaram no Instagram um comunicado. "Aos fãs incríveis do Bruce, nós queremos compartilhar enquanto família que nosso amado Bruce está passando por problemas de saúde e recebeu recentemente um diagnóstico de afasia, o que está impactando suas habilidades cognitivas", afirma a nota. "Como resultado disso, Bruce está se retirando da carreira que tanto significava para ele."

"Esse é um momento desafiador para nossa família e nós ficaremos muito gratos pelo constante amor, pela compaixão e pelo apoio de vocês", afirma outro trecho da nota. "Vamos passar por essa como uma família forte e unida, e nós gostaríamos de trazer isso pois sabemos o quanto ele significa para vocês, assim como vocês para ele."

Ator de grande sucesso em Hollywood, Willis estourou na carreira na série de televisão "A Gata e o Rato", transmitida entre 1985 e 1989 nos Estados Unidos. Outro papel que o alçou à fama foi como John McClane, no filme de ação "Duro de Matar", de 1988, seu primeiro trabalho como protagonista de uma franquia de longas blockbusters, segmento no qual ele se destacou no cinema.

Ao longo da carreira, os filmes do astro já renderam mais de US$ 5 bilhões ao redor do mundo. Ele já foi indicado a quatro Globos de Ouro (levou um) e três troféus Emmy (ganhou dois).

guiafolha

1

Fotos Divulgação

Conheça 15 filmes imperdíveis para assistir no É Tudo Verdade

Com entrada gratuita, festival tem sessões no streaming e presenciais em SP

Gabriela Valdanha

SÃO PAULO Lutas indígenas, atos contra governos autoritários, bullying, a Rússia sob Vladimir Putin e outros temas que fervilham hoje no noticiário saltaram rapidamente do jornalismo para as telas de cinema, com documentaristas apontando suas lentes para esses acontecimentos —e muitas dessas produções estão no É Tudo Verdade, que tem início nesta quinta (31).

Apesar dos eventos presenciais serem uma realidade hoje em São Paulo, o festival de documentários chega à 27ª edição em formato híbrido, com retorno cauteloso às salas de cinema e exibições online.

Serão exibidos gratuitamente 77 títulos de 34 países. Na capital paulista, as exibições vão se dividir entre o Centro Cultural São Paulo, o Espaço Itaú de Cinema, o IMS Paulista e o Sesc 24 de Maio.

A grade completa, no entanto, estará disponível só no streaming. Mais especificamente, divididos entre as plataformas É Tudo Verdade Play, Itaú Cultural Play e Sesc Digital. Os títulos podem ser vistos até o limite de visualizações ser atingido ou durante 24 horas.

Já quem decidir aproveitar um filminho nos cinemas vai ter de seguir os protocolos sanitários, alguns mais rígidos do que os exigidos atualmente. Será necessário apresentar o comprovante de vacinação contra a Covid-19, as salas terão capacidade reduzida e será preciso usar máscara durante a sessão, mesmo com a flexibilização anunciada pelo governo estadual.

Nesses casos, a retirada de ingressos deve ser feita com uma hora de antecedência. Nas plataformas É Tudo Verdade Play e Itaú Cultural Play, deve-se fazer um cadastro gratuito. Já no Sesc Digital, basta dar o play. A grade completa está no site do festival.

Confira ao lado 15 filmes imperdíveis exibidos no evento, divididos por assuntos.

É Tudo Verdade

Presencialmente em Centro Cultural São Paulo (r. Vergueiro, 1.000), Espaço Itaú Augusta (r. Augusta, 1.475), IMS (av. Paulista, 2.424) e Sesc 24 de Maio (r. 24 de Maio, 109). Online no É Tudo Verdade Play (etudoverdadeplay.com.br), Sesc Digital (sesc.digital) e Itaú Cultural Play (itauculturalplay.com.br). Desta quinta (31) até 10/4. Gratuito. Mais em etudoverdade.com.br

2

3

4

5

ASSÉDIO

Quando Fazíamos Bullying

Jay Rosenblatt, seus antigos colegas de colégio e a professora da época revisitam um episódio de bullying 50 anos depois. Foi indicado ao Oscar.

EUA, Alemanha, 2021. Dir.: Jay Rosenblatt. 10 anos. No IMS Paulista, sex. (1º), às 15h30. Online em 10/4, às 19h, em É Tudo Verdade Play (limite de 500 visualizações)

CINEBIOGRAFIAS

2 Belchior – Apenas um Coração Selvagem

Perfila o cantor e compositor cearense morto em 2017, a partir de entrevistas, imagens de arquivo, letras e poemas lidos pelo ator Silvero Pereira.

Brasil, 2022. Dir.: Camilo Cavalcanti e Natália Dias. Livre. No Espaço Itaú de Cinema Augusta, 7/4, às 20h. Online em 7/4, às 21h, em É Tudo Verdade Play (1.800 visualizações); 8/4, às 13h, em É Tudo Verdade Play (200 plays), seguido de debate, às 15h, no canal do festival no YouTube

Cesária Évora

Traça um retrato íntimo de Cesária Évora, a diva dos pés descalços e uma das cantoras de maior reconhecimento da língua portuguesa. Selecionado para o festival SXSW 2022.

Portugal, 2022. Dir.: Ana Sofia Fonseca. 12 anos. Online em 6/4, às 19h, no É Tudo Verdade Play (1.500 visualizações)

4 Oscar Micheaux: O Super-Herói do Cinema Negro

O filme lança luz sobre Oscar Micheaux, pioneiro da indústria cinematográfica afro-americana, que escreveu, dirigiu e produziu mais de 40 filmes. Indicado ao prêmio Golden Eye, em Cannes.

Itália, 2021. Dir.: Francesco Zippel. 10 anos. Online em 10/4, às 15h, no É Tudo Verdade Play (mil visualizações)

CRIMES SEM SOLUÇÃO

Assassinos sem Punição

O diretor investiga por que pessoas que cometeram assassinatos durante o Holocausto nunca foram julgadas.

Reino Unido, 2021. Dir.: David Nicholas Wilkinson. 14 anos. Online na seg. (4), às 19h, no É Tudo Verdade Play (limite de 1.500 visualizações)

Cadê Heleny?

Em stop-motion, recupera a vida de Heleny Guariba, professora e diretora de teatro desaparecida nos anos 1970, na ditadura militar brasileira.

Brasil, 2022. Dir.: Esther Vital. 18 anos. No IMS Paulista, dom. (3), às 17h30. Online de 1º a 10 de abril, no Itaú Cultural Play, em 5/4, às 16h, há debate no canal do festival no YouTube

JFK Revisitado: Através do Espelho

Mais de 30 anos depois do drama "JFK: A Pergunta que Não Quer Calar", Oliver Stone retorna ao assassinato do presidente americano John Kennedy, em 1963 —mas, agora, na forma de um documentário.

EUA, 2021. Dir.: Oliver Stone. 12 anos. Online em 8/4, às 19h, no É Tudo Verdade Play (1.500 visualizações)

LUTAS INDÍGENAS

Adeus, Capitão

Vincent Carelli fala de Krohokrenhum, líder dos gavião parkatejê, morto em 2016.

Brasil, 2022. Dir.: Vincent Carelli e Tita. Livre. No Espaço Itaú Augusta, 5/4, às 20h. Online em 5/4, às 21h, no É Tudo Verdade Play (1.800 plays); em 6/4, às 12h, no É Tudo Verdade Play (200 visualizações), seguido de debate, às 15h, no canal do festival no YouTube

5 O Território

Exibe a luta dos uru-eu-wau-wau contra o desmatamento feito por madeireiros. Premiado em Sundance.

Brasil, Dinamarca, EUA, 2022. Dir.: Alex Pritz. 12 anos. No Espaço Itaú de Cinema Augusta, 10/4, às 20h. Online em 10/4, às 21h, no É Tudo Verdade Play (1.500 visualizações)

DITADURAS

1 Diários de Mianmar

Como um manifesto, costura vídeos e reflexões sobre o golpe em Mianmar em 2021. Premiado na Berlinale.

Mianmar, 2022. Dir.: Coletivo Cinematográfico de Mianmar. 14 anos. Online no sáb. (2), às 13h, no É Tudo Verdade Play (1.500 visualizações)

2 Quando uma Cidade se Levanta

Acompanha pessoas nos protestos contra a China em Hong Kong, em junho de 2019.

Hong Kong e Reino Unido, 2021. Dir.: Iris Kwong, Ip Kar Man, Cathy Chu, Han Yan Yuen, Huang Yuk-kwok, Jenn Lee e Evie Cheung. 14 anos. Online na sex. (1º), às 13h, no É Tudo Verdade Play (limite de 1.500 visualizações)

RÚSSIA SOB PUTIN

Navalny

Filme sobre Alexei Navalni, ativista opositor de Vladimir Putin que sobreviveu a uma tentativa de envenenamento.

EUA, 2022. Dir.: Daniel Roher. 12 anos. Online em 5/4, às 17h, no É Tudo Verdade Play (de 1.500 visualizações)

CLÁSSICOS

A História da Guerra Civil

Apresentado só uma vez, nos anos 1920, o filme tem entre os diretores Dziga Vertov, de "Um Homem com uma Câmera".

Rússia, 1922. Dir.: Dziga Vertov e Nikolai Izvolov. 10 anos. No IMS Paulista, dom. (3), às 15h30. Online no sáb. (2), às 11h, no É Tudo Verdade Play (1.500 plays)

Chico Antônio - O Herói com Caráter

Eduardo Escorel resgata uma figura mencionada por Mário de Andrade: o mestre popular Chico Antônio.

Brasil, 1983. Dir.: Eduardo Escorel. Livre. No IMS Paulista, sáb. (2), às 15h30. Online no dom. (3), às 11h, no É Tudo Verdade Play (1.500 visualizações)

É Tudo Verdade – Baseado num Filme Inacabado de Orson Welles

Reconstitui a obra homônima e jamais finalizada de Orson Welles feita na América do Sul, com cenas no Brasil.

EUA, 1993. Dir.: Orson Welles, Bill Krohn e Myron Meisel. 10 anos. No IMS Paulista, nesta sex. (1º), às 17h30

turismo

Viagens pet friendly oferecem aventura e luxo

Brasileiros consideram bichos como 'filhos', diz pesquisa, e escolhem destinos com base em como eles serão recebidos

Andrea Miramontes

SÃO PAULO Parte da família, os pets entraram de vez no mundo das viagens. Hotéis, pousadas, passeios, aventuras como o rafting, lounge vip e até trens históricos se adaptaram para receber —muito bem, obrigada— esse público.

No pós-Covid, 82% dos brasileiros querem viajar com seus animais de estimação, de acordo com a Hoteis.com, que ouviu mais de oito mil pessoas em pesquisa feita em 2020.

Já a plataforma de reservas Booking apurou que 40% dos brasileiros escolhem o destino com base em como seus pets serão recebidos. O levantamento entrevistou quase 50 mil pessoas, em 28 países, também em 2020. Em pesquisa anterior, 65% brasileiros afirmaram que seu pet é tão importante quanto um filho.

No Airbnb, o tópico figura entre os cinco principais filtros para quem aluga imóvel: wifi de qualidade, cozinha equipada, estacionamento gratuito, ar-condicionado e acomodação pet friendly.

E não basta aceitar os bichinhos, é preciso mimá-los. Prova disso é que os tutores não querem levar seus filhotes para que eles fiquem em canis ou gatis, mas, sim, para criar uma experiência divertida para o animal e curti-la ao lado dele.

Em Brotas, por exemplo, no interior de São Paulo, cães acompanham humanos em restaurantes, docerias e até em botes para aventuras. A cidade foi uma das primeiras a incluir os animais na prática do rafting, há mais de uma década.

Lá também é possível praticar stand-up paddle, além de trilhas e mergulhos no rio, tudo com os pets ao lado. Hoje, 70% dos hotéis e pousadas do destino aceitam a bicharada.

Muitas acomodações criaram piscinas especiais para eles, com PH controlado, borda com saída fácil, brinquedoteca, parques com agility e até cardápios especiais, que incluem sorvetes de frutas desenvolvidos para focinhos gulosos.

Socorro (SP), a 135 quilômetros da capital, também está de olho nos viajantes com pet. Adaptou parques, trilhas, cachoeiras, aventuras como o rafting, o stand-up e o caiaque, bem como passeios históricos para receber filhos de patas.

Em Curitiba (PR), os pets são bem-vindos a bordo do trem Serra Verde Express, o trem da Serra do Mar Paranaense. Um vagão, decorado e adaptado, recebeu caminhas para os novos passageiros, que curtem a paisagem junto dos tutores. Na cidade, é possível se hospedar no Grand Mercure Curitiba Rayon, entre outros com quartos voltados a este público.

Minas Gerais também tem experiências pet. Em Monte Verde, eles podem botar as patinhas em diversos restaurantes, lojas e bares. Acomodações também fazem questão de recebê-los soltos, em amplo espaço verde —na pousada Morada das Nuvens, por exemplo, são aceitos todos os portes de animais.

E pensa que só cachorro pega estrada? Nada disso. Porcos, coelhos, gatos, tartarugas e até cabritos são mimados nas viagens. Era o caso de Joaquim, um cabrito que, mesmo paraplégico, não desgrudava de sua tutora, a veterinária Marina Passadore, em nenhuma das viagens que ela fazia.

"Por essa condição dele, eu ficava com ele 24h todos os dias. Fazia tudo junto, ia a restaurantes e viajava. Ele tinha uma paixão pelo mar, então íamos muito para a praia. Ele amava escorregar do tapetinho para deitar na areia", lembra Marina.

"Em todo lugar que íamos, as pessoas ficavam encantadas. Ele era muito sociável, simpático e carismático. Brinco que sorria demais e posava para fotos. Todos queriam foto com ele. Ele sabia que chamava atenção e adorava."

Entre os lugares que Joaquim visitou —o cabritinho morreu com um ano e dois meses, em agosto de 2020—, esteve a pousada Pura Vida, em Maresias (SP). Nela, animais de qualquer espécie e porte dormem com seus tutores no quarto, curtem piscina especial em formato de ossinho, divertem-se na brinquedoteca pet e ainda podem finalizar o dia no salão de beleza para eles.

Um quarto com tela recebe turistas que viajam com felinos. A acomodação está equipada com caixa higiênica, arranhador, bebedouro de fonte e brinquedos. A sala de TV do hotel também foi "gatificada", com prateleiras, nichos e pontes.

> Doenças como cinomose, parvovirose e raiva podem ser fatais, então, vacinar é fundamental. E não deixe o pet comer nenhuma planta durante a aventura
>
> **Bruno Sattelmayer**
> veterinário

Grande parte de Maresias, aliás, se adaptou ao turismo pet friendly com restaurantes e quiosques de praia dispostos a receber os bichos viajantes —são, no entanto, espaços cercados e privados na areia. Na praia, em geral, os municípios brasileiros proíbem o acesso de cachorros, com raras exceções como Santos (SP), que recentemente liberou, com regras, os pet perto do mar.

Nos hotéis, não faltam mimos para os clientes. O all inclusive Villa Rossa, em São Roque (SP), personalizou a experiência pet com um kit de boas-vindas com brinquedos, biscoitos, e camas, inclusive gigantes para animais GG.

No Hilton, no bairro do Morumbi, na capital paulista, cachorros também são recebidos com um kit contendo bichos de pelúcia, bolinha, bifinhos, biscoitos e snacks saudáveis. No quarto, assim que os hóspedes entram, já estão ali esperando por eles uma caminha e dois potes de alumínio para água e comida.

O Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) também mira o turismo pet friendly, e inaugurou recentemente a sala vip pet friendly Plaza Premium Lounge. Filhos de patas pagam R$ 50 para aguardar o embarque no maior conforto, do ladinho do tutor.

Ter vacinas em dia é uma obrigação em geral, acentuada no caso do turismo. Em grande parte dos casos, para passeios e hospedagem é necessário apresentar a carteirinha com a ficha médica do bichinho atualizada.

"Doenças como cinomose, parvovirose e raiva podem ser fatais, então, vacinar é fundamental. São indispensáveis, ainda, medicamentos contra pulgas, carrapatos e insetos. Esses parasitas podem causar anemia, doenças bacterianas e doenças no sangue", explica o veterinário e analista de Educação Corporativa da Cobasi, Bruno Sattelmayer. "Existem espécies de mosquitos que provocam uma grave doença cardíaca, na qual as larvas se instalam no órgão. Há ainda o risco de leishmaniose, grave zoonose, que pode ser evitada com repelentes."

Além dos cuidados médicos, é preciso também respeitar o limite dos pets durante as viagens. Animais idosos, por exemplo, não aguentam andar pelas trilhas ou fazer esportes nos botes. Fora isso, recomenda-se aos tutores ficar de olho no que o animal consome ao longo das trilhas.

"Não deixe o pet comer nenhuma planta durante a aventura. Algumas das mais conhecidas que podem intoxicar são orquídeas, lírios, espada-de-são-jorge, comigo-ninguém-pode, samambaia, manacá e costela-de-adão", avisa Sattelmayer.

Em Curitiba, os animais são bem-vindos a bordo do trem Serra Verde Express; eles viajam em um vagão decorado e adaptado com caminhas especiais para estes passageiros Divulgação/Brunno Covello

Lembranças sussuradas com raiva

Eu já vi como é viver com medo de dizer as coisas

Zeca Camargo

Jornalista e apresentador, autor de "A Fantástica Volta ao Mundo"

Não vejo Grigore nem Sam há anos. E olha que eu tinha a ilusão de que eles seriam meus amigos para sempre. Talvez ainda sejam, Grigore bebendo uma cerveja num bar em Bucareste, Sam vendo um por do sol no templo de Neak Pean, no Camboja. Mas essas são conexões feitas antes das redes sociais. Com sorte, sobrevivem no éter.

A lembrança deles veio nesta semana quando flertamos com uma ameaça frágil, infame e desastrada de censura no nosso instável cotidiano. A Folha *cobriu bem a recente tentativa de proibir artistas no Lollapalooza de expressar suas opiniões. E esse gatilho me fez voltar a Grigore e Sam.*

Muito já foi escrito sobre o despropósito de tal ato, para não falar da burrice eterna de tentar abafar um movimento jovem proibindo sua manifestação (a resposta empiricamente comprovada é sempre chamar ainda mais atenção para o objeto da proibição). Mas Sam e Grigore me trouxeram outra perspectiva para o imbróglio.

Sam era filho da "revolução" de Pol Pot, uma das maiores atrocidades histórica dos tempos modernos. Líder do Khmer Vermelho, sua ditadura brutal (1975/79) matou algo entre 1,5 milhão e 2 milhões de pessoas —um número impressionante, até porque era cerca de um quarto da população do país naquela época.

Um guia com seus trinta e poucos anos, Sam (codinome ocidental que facilitava seus contatos com os turistas) era mais reservado que a maioria dos orientais. Mas, por algum canal inexplicável, ele se sentiu à vontade, depois de uma certa convivência, para contar um pouco de sua história.

Nos piores períodos do Khmer Vermelho, Sam passava dias, semanas, com sua mãe e suas irmãs num buraco, esperando seu pai voltar com comida. Uma volta que, diga-se, não era certa.

E o tom reticente com que ele me descrevia tudo era tímido e raivoso, como se mesmo anos depois de a ameaça de repressão ter sido afastada ele ainda tivesse medo das palavras. Não muito diferente de como Grigore desabafava comigo.

Nessa mesma viagem, a volta ao mundo de 2004, fui apresentado a ele num café que certamente não existe mais, chamado Turabo, no centro antigo da capital romena. Nos conectamos imediatamente e logo vi que ele queria falar de Bucareste, mas não sobre as coisas que meu guia oficial, Cornel, me apresentava.

Saindo do Turabo uma tarde, ele me levou à alfaiataria de um tio seu ali perto, com o impossivelmente charmoso nome de Casa Elegantei. Fui apresentado ao senhorzinho que não saía de trás de sua máquina de costura e ouvi as mais tristes histórias de uma família que quase sumiu.

Pai, irmão, irmã, tios e primos e primas de Grigore tinham desaparecido sob o regime atroz de Nicolae Ceausescu, ausências com as quais ele aprendeu a conviver, mas não a se acostumar, na sua infância e adolescência. Narradas para mim com raiva sussurrada.

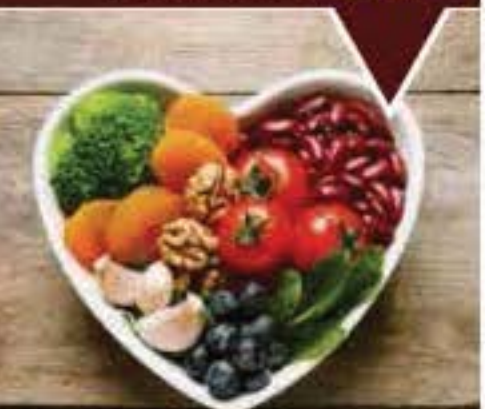
Seu medo era o mesmo que o de Sam: que alguém ouvisse tudo e o punisse. A pedido de Grigore, nem citei nosso encontro no livro que publiquei sobre essa viagem. Esta é a primeira vez que divido com alguém suas histórias.

E o faço porque o fantasma da censura, do espectro da força proibitiva diante de qualquer narrativa e do medo que isso, a longo prazo, pode provocar, voltou a assombrar o Brasil no último domingo. O perigo foi afastado, hoje você nem acha mais notícias sobre isso na home do dia.

Mas, a qualquer nova ameaça parecida, eu vou me lembrar de novo de Sam e de Grigore. Porque eu já vi como é viver com medo de dizer as coisas. E isso não tem lugar no mundo que a gente quer conhecer.

| QUI. **Josimar Melo**, Zeca Camargo

EstúdioFOLHA APRESENTA

Belém em família

Parque Belém

Fibra/Divulgação

Um dos bairros mais tradicionais da zona leste oferece atrações para todas as idades e clima de tranquilidade raro em São Paulo

Este é um exemplar cortesia da Folha de S.Paulo + caderno especial Mercado Imobiliário. Distribuição autorizada pelo Artigo 26, parágrafo 2º da Lei 14.517/2007, com nova redação dada pela Lei nº 14.583/2007
Projeto de Marketing realizado pelo Departamento Comercial da Folha de S.Paulo. Diagramação: Filipe Rocha. Jornalista responsável: Vaguinaldo Marinheiro.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Fibra/Divulgação

Parque Mooca

Belém para a família

Bairro e seu entorno oferecem diversas opções para divertir várias gerações

O Belém é um bairro tradicional, que oferece uma atmosfera de tranquilidade rara em São Paulo. Marcados pela tranquilidade e pela receptividade de seus moradores, o Belém e seu entorno são ideais para famílias que buscam qualidade de vida e diversão.

A região é rodeada por áreas verdes como o parque estadual Manoel Pitta, o parque Piqueri, o parque da Mooca, o parque D. Pedro 20 e o parque Ceret.

São locais com ótimas estruturas para prática de esportes, playgrounds para crianças, além de belas paisagens e contato com a natureza.

Quem quer conhecer mais da história da cidade pode visitar o Museu da Imigração, que conta a história dos trabalhadores que chegaram de outros países e ajudaram a forjar a identidade dos paulistanos.

A Vila Maria Zélia, uma das primeiras vilas operárias da cidade, é outro marco histórico do bairro.

O Catavento Cultural, museu interativo de ciências, instalado no Palácio das Indústrias, também é uma ótima opção de entretenimento para toda a família.

O museu tem quatro seções: o universo, sua origem e como é formado; a vida no planeta terra, sua evolução e curiosidades; a física e a química, e a sociedade e problemas enfrentados pelo coletivo.

O edifício histórico, um dos mais belos da cidade, é uma atração à parte.

Outro espaço para cultura nessa região da cidade é o teatro Gamaro, com 756 lugares, que recebe shows musicais, peças de teatro e eventos corporativos e conta com um café.

Para os amantes da patinação, o Roller Jam oferece uma experiência descontraída com clima retrô, DJs e alimentação.

Filhos e pais mais aventureiros podem se divertir no Mooca Skate Park, a poucos metros da estação Belém do metrô, e o Skate City Mooca, com pista coberta ao lado da estação Bresser-Mooca.

A região do Belém também abriga um dos estádios de futebol mais tradicionais da cidade, o do Juventus.

Seu clube social tem piscina, playground, espaço para churrasco, pista de corrida e caminhada, restaurantes, lanchonetes, escolas de idiomas, escola infantil e cursos como jazz, balé, zumba, ioga, esportes aquáticos e judô.

Para almoços, jantares ou celebrações especiais em família, o Belém e seu entorno apresentam diversas opções de restaurantes que proporcionam verdadeiras viagens culinárias.

A Pizzaria Ideal, por exemplo, serve uma das melhores pizzas do bairro desde os anos 1940.

Outro marco da culinária italiana na zona leste é o Don Carlini, que serve massas, risotos, carnes, peixes e aves desde 1985.

O Guadalajara mistura os estilos mexicano e texano, combinação que faz muito sucesso nos Estados Unidos.

A cozinha japonesa está representada por casas como o Temaki Station, e os cortes nobres de carne argentina podem ser apreciados no Bracia Parrilla.

Com uma mescla de tradição e modernidade em um ambiente acolhedor, o Belém recebe e diverte todas as famílias.

Shutterstock

Vista aérea da região do Belém

5 motivos para morar no Belém

Bairro oferece mobilidade, comércio, serviços e ótima vizinhança

Avenida Radial Leste

1. TRANSPORTE

Morar no Belém é ter o privilégio de aproveitar todas as alternativas de transporte que a cidade oferece, com comodidade e conforto.

O bairro é servido pela linha 3-vermelha do metrô, com as estações Bresser-Mooca e Belém. A linha liga a Barra Funda, na zona oeste, a Itaquera.

A partir dela é possível acessar também as linhas 4-amarela e 1-azul, do metrô, e os trens da CPTM, permitindo ao chegar rapidamente e de forma prática a diversas áreas da cidade.

A região também é cortada por importantes vias, como as avenidas do Estado, Salim Farah Maluf e Alcântara Machado, que proporcionam alternativas de caminhos para os motoristas de carro.

O bairro possui diversas avenidas com faixas segregadas para ônibus, que facilitam o deslocamento. É possível, ainda, se locomover de bicicleta pelas diferentes ciclofaixas da região.

No Belém, o morador tem o privilégio de escolher como se locomover.

2. AMPLA OFERTA DE COMÉRCIO

A região do Belém abriga um comércio vibrante. A oferta de alimentos da zona cerealista, por exemplo, é uma das opções que tornam a vida do morador muito mais fácil.

Lojas de rua, galerias e pequenos shoppings montam um cenário que torna possível fazer compras do dia a dia ou procurar itens especiais sem precisar de grandes deslocamentos.

O bairro também está a poucos minutos de alguns dos melhores shoppings da zona leste como o Anália Franco, o Boulevard Tatuapé, o Metrô Tatuapé e o Mooca Plaza Shopping.

3. ÓTIMA VIZINHANÇA

O Belém é cercado por bairros que convidam a um passeio ou complementam sua oferta de comércio e serviços.

A Mooca com seu comércio vibrante e a ampla oferta de restaurantes influenciados por imigrantes é um deles.

O Tatuapé e o Jardim Anália Franco, por sua vez, atraem com bons parques e uma noite badalada.

Na região do Ipiranga, o parque da Independência e o Aquário de São Paulo são dois programas imperdíveis para famílias.

Já na região central, o mercado municipal, a praça da Sé e a Liberdade misturam história, tradição, boas opções de comércio e boa gastronomia.

4. CAMINHOS

A ótima mobilidade do Belém proporciona ao morador a facilidade de acessar algumas das principais vias da cidade e escapar rapidamente para uma viagem.

O bairro está a poucos minutos da marginal Tietê e das saídas para as rodovias Presidente Dutra e Ayrton Senna, que levam ao interior de São Paulo e ao Rio de Janeiro.

Do Belém é possível chegar ao aeroporto de Guarulhos em cerca de 30 minutos de carro ou 50 minutos usando transporte público.

O bairro também permite fácil acesso ao ABC paulista e está a cerca de 1 hora e 30 minutos do litoral sul de São Paulo.

5. SERVIÇOS

O Belém abriga uma ampla gama de supermercados (Dia, Extra e St Marché), padarias, farmácias, bancos, agências dos Correios e outros serviços.

O bairro e seu entorno apresentam hospitais como Oswaldo Cruz, São Camilo, Cema, Villa-Lobos e São Cristóvão.

Estudantes de nível superior encontram ali diversas ofertas de cursos nos campi de universidades como Anhembi Morumbi, São Judas, Unisanta e Anhanguera.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Shutterstock

Saúde no prato

Conheça hábitos de alimentação saudáveis que podem ajudar a transformar o corpo e o bem-estar

Médicos e especialistas em saúde concordam que o que as pessoas colocam no prato diariamente tem forte impacto no bem-estar.

Fazer escolhas conscientes e mais saudáveis pode transformar o corpo, ajudar a impulsionar a mente e melhorar a saúde.

Não é necessário cortes radicais ou abdicar totalmente de prazeres como doces e churrascos. Mas a escolha de hábitos saudáveis e moderação podem gerar um impacto enorme no bem-estar e ajudar na produtividade, na redução de problemas como insônia, taquicardia e ansiedade, entre outros.

DIETA BALANCEADA

Manter uma alimentação balanceada é a chave para o bem-estar. Ao ingerir alimentos naturais e frescos e em quantidade equilibrada, o corpo amplia a produção de hormônios relativos ao bem-estar, como dopamina, serotonina e endorfina, ajudando a promover mais disposição e produtividade.

O excesso de açúcar, gordura e aditivos químicos, por sua vez, atrapalha o bom funcionamento do corpo.

Uma alimentação balanceada deve incluir por dia duas frutas; três tipos de verduras e legumes; leites e laticínios; óleos bons para saúde (como azeite extravirgem); oleaginosas (como castanhas e amendoins); cereais (como pães e arroz) e proteína (carne magra para quem não é vegetariano ou vegano).

Mas manter essa rotina no dia a dia não significa que é proibido comer doces, carnes gordas ou beber refrigerantes. Se controladas, essas "transgressões" ajudam a quebrar o estresse que a busca por uma alimentação saudável pode acabar gerando. Moderação é a chave.

HOME OFFICE SAUDÁVEL

Trabalhar em casa e se alimentar bem tem sido um desafio de muitos profissionais durante a pandemia.

Levantar a todo momento para abrir a geladeira e abusar do delivery são dois hábitos que geram impacto negativo no peso e na saúde. Uma das estratégias para evitar isso é planejar as refeições.

Uma boa lista de supermercado com itens pensados para a semana toda, incluindo vegetais, folhas e frutas ajuda a evitar muitas saídas para compras e deixa a geladeira cheia de opções saudáveis.

Preparar de uma vez grandes quantidades de arroz, feijão e carne e congelar em pequenas porções ou até em marmitas completas também facilita na hora das refeições. O alimento dura até três meses no congelador.

ÁGUA

A água é uma das principais aliadas do bem-estar e do bom funcionamento do corpo. Ela auxilia na absorção dos nutrientes, no funcionamento do intestino, no metabolismo, protege e hidrata articulações e células.

O consumo de pelo menos dois litros diários também ajuda a regular a pressão sanguínea.

Substituir a água por sucos, refrigerantes ou mesmo água com gás não é uma boa escolha. Essas bebidas carregam açúcares e outras substâncias que acrescentam calorias ao dia a dia e podem ter efeitos nocivos no organismo.

O gás também tem efeito erosivo nos dentes e pode promover a produção de gases.

ALIADOS

Alguns alimentos têm o poder de elevar o astral, melhorar o humor e aumentar a disposição. Se consumidos com equilíbrio, eles podem ser ótimos aliados para o bem-estar. O chocolate (pelo menos 70% cacau) ajuda a melhorar o humor e prolongar a sensação de bem-estar.

As folhas escuras, como espinafre, são fonte de vitaminas do complexo B e ajudam em quadros depressivos. O abacate é rico em vitamina B3, que atua no sistema nervoso ajudando a manter os hormônios que regulam as substâncias químicas do cérebro. Oleaginosas têm atuação no cérebro. A concentração de vitamina B1 ajuda a melhorar a concentração, já o selênio atua para evitar depressão, irritação e ansiedade.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Shutterstock

Trabalho em casa

Cada vez mais necessários nos apartamentos, home offices podem ser funcionais e convidativos em espaços de todos os tamanhos

O home office se consolidou como uma alternativa para profissionais de diversas áreas.

Para trabalhar em casa com bem-estar e boa produtividade, é importante montar um espaço confortável e agradável.

Em apartamentos maiores, em que o morador pode definir um cômodo apenas com essa função, é mais fácil conseguir privacidade e investir em áreas grandes para armazenamento.

Mas mesmo em espaços pequenos é possível conseguir unir praticidade e conforto para trabalhar bem.

Confira dicas para a montagem de home offices de qualquer tamanho.

1. INVISTA NA ILUMINAÇÃO

Quanto mais luz natural, melhor. A luz do sol, além de iluminar o ambiente, contribui para a sensação de bem-estar e aumenta a disposição e a produtividade.

Mesas de trabalho próximas a janelas são uma boa opção.

É importante que a iluminação da bancada de trabalho seja de luz direta, sem sombras ou obstáculos. Fitas de LED podem ser uma solução.

Além disso, é importante ter uma luminária de mesa para leituras mais focadas. Ela também ajuda em home offices que dividem espaço com outros cômodos e já têm sua iluminação definida.

2. MESA E CADEIRA

Mesa e cadeira são os principais itens de qualquer home office. Antes de escolher a mesa, é importante delimitar e medir o espaço em que ela vai ficar e qual altura terá.

Se o home office estiver em um ambiente com múltiplas funções é importante que a mesa siga a decoração do espaço.

Em quartos e cozinhas, uma opção prática e personalizada é projetar armários que contemplem uma mesa de trabalho.

Cadeiras ergonômicas são a melhor opção para quem irá passar muitas horas trabalhando sentado.

3. ÁREAS DE ARMAZENAMENTO

Aproveite as paredes para instalar armários aéreos, prateleiras ou nichos.

Essa é uma ótima solução principalmente para espaços pequenos em que gaveteiros podem atravancar a passagem.

As estantes e os nichos também abrem espaço para itens de decoração, como vasos de plantas, que ajudam a criar um ambiente mais acolhedor.

4. CORES

As cores têm o poder de influenciar a produtividade e o bem-estar.

Em home offices, a melhor opção é optar por tons mais claros, neutros e suaves, que dão a sensação de amplitude e deixam o ambiente mais iluminado.

Cores mais vibrantes como vermelho, laranja e amarelo, no entanto, são aliadas da criatividade e ajudam a combater a monotonia.

Em escritórios mais amplos, podem aparecer na cadeira, em cortinas e tapetes ou até em uma parede inteira.

Ambientes menores e mais sóbrios podem ganhar esse toque de cor com detalhes como objetos de decoração, moldura, vasos, porta-canetas etc.

5. PRIVACIDADE E SOSSEGO

Nem sempre é possível ter um escritório em um cômodo em que se possa fechar a porta e trabalhar com tranquilidade.

Em apartamentos menores, o home office irá fazer parte de um espaço com múltiplas funções.

Nesse caso, é importante buscar locais que sejam menos barulhentos como, por exemplo, longe da TV.

O quarto costuma ser uma boa opção para a instalação do home office por ter um trânsito menor de pessoas durante o dia.

Varandas, no entanto, podem ser uma boa alternativa. Quando fechadas com vidro, podem ser um espaço de privacidade e ainda garantir boa iluminação durante o dia todo.

EstúdioFOLHA

APRESENTAM

Fibra/Divulgação

Perspectiva ilustrada do decorado de 3 dormitórios de 60 m² do Alive Home Club Belém

Para chamar de lar

Com plantas que encantam famílias, solteiros e casais, Alive Home Club Belém tem lazer de clube e localização privilegiada

Conforto para toda a família, lazer de clube, comodidade e localização privilegiada.

O Alive Home Club Belém chega à zona leste para proporcionar conforto, bem-estar e qualidade de vida.

O empreendimento da incorporadora Fibra Experts oferece opções de plantas para todos os perfis de moradores. É impossível não encontrar um apartamento para chamar de lar.

Famílias que buscam morar com qualidade e conforto poderão escolher a residência que melhor atende às suas necessidades.

O Alive Home Club Belém terá apartamentos de um (30 m²), dois (40 m², 52 m², 62 m² e 80 m²) e três dormitórios (60 m² a 67 m²), com vaga de garagem.

Os apartamentos contarão com previsão para o nivelamento do piso do terraço com o living, infraestrutura para instalação de ar-condicionado e tomadas USB no dormitório principal e no living.

Todo o conforto e a praticidade das unidades residenciais se refletem nas áreas comuns do empreendimento.

O Alive Home Club Belém será um condomínio clube com infraestrutura de lazer completa. As áreas externas contarão com piscinas adulto e infantil, playground, churrasqueira e redário.

Os animais de estimação também receberão atenção especial e terão seu próprio pet place para diversão e exercícios.

Os moradores poderão receber convidados no salão de festas e no espaço gourmet, e a diversão de adultos e crianças estará assegurada com a brinquedoteca, o salão de jogos, a quadra coberta e fitness.

O empreendimento também contará com estruturas para tornar a vida mais prática, como coworking, lavanderia e bicicletário.

Terá ainda lojas no térreo, que acrescentarão ainda mais conveniência ao dia a dia.

Outro fator de destaque do Alive Home Club Belém é a localização privilegiada a apenas 400 m do metrô Bresser-Mooca.

O morador terá a facilidade de escolher como se deslocar –a pé, de carro, bicicleta ou transporte público– pelo bairro e pela cidade.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Metrô
Duas linhas permitem ligação rápida com várias áreas da cidade
Pág. 3

Av. Professor Luiz Ignácio Anhaia Mello

LOCALIZAÇÃO PRIVILEGIADA

Oásis
Parques oferecem verde e infraestrutura para lazer e esportes
Pág. 4

Boas compras
Shoppings apresentam boas lojas, restaurantes e salas de cinema
Pág. 6

Servida pelo monotrilho e a poucos minutos da Paulista e da região Central, Vila Prudente atrai com ótima mobilidade, serviços, comércio de qualidade e belas áreas verdes

Este é um exemplar cortesia da Folha de S.Paulo – caderno especial Mercado Imobiliário. Distribuição autorizada pelo Artigo 26, parágrafo 2º da Lei 14.517/2007, com nova redação dada pela Lei nº 14.583/2007
Projeto de Marketing realizado pelo Departamento Comercial da Folha de S.Paulo. Diagramação: Filipe Rocha. Jornalista responsável: Vaguinaldo Marinheiro.

EstúdioFOLHA APRESENTA

EM ASCENSÃO

Nativas/Divugação

Churrascaria Nativas

Mundo Animal/Divugação

Mundo Amimal

Vila Prudente é um dos bairros que mais cresce na zona leste e oferece qualidade de vida e convivência com moradia, comércio e serviços de qualidade

A Vila Prudente mudou de cara nos últimos dez anos. Hoje, é um dos bairros que mais se desenvolvem na zona leste.

Casas e pequenos comércios deram lugar a novos edifícios de ótimo padrão e a uma oferta mais qualificada de lojas e serviços.

A chegada do metrô também transformou a mobilidade da região, que já contava com avenidas importantes e corredores de ônibus. O ir e vir se tornou mais rápido e confortável. Assim, o bairro tem atraído cada vez mais pessoas em busca de qualidade de vida e conveniência.

A estrutura de comércio e serviços é ampla e variada.

A região conta com supermercados, padarias, farmácias, pet shops, agências bancárias e dos Correios, feiras livres, hortifrútis e academias, entre outros serviços.

A Vila Prudente também abriga instituições de ensino de qualidade, que englobam da educação básica à faculdade e ao ensino técnico.

GASTRONOMIA E LAZER

A gastronomia do bairro apresenta forte influência de diversas regiões do globo.

Uma delas vem do leste europeu (principalmente Rússia, Lituânia e Polônia), de onde saíram imigrantes que se fixaram no entorno da Vila Prudente após a Segunda Guerra Mundial.

Na Rotisserie Quarena, por exemplo, é possível provar o virtiniai (ravióli lituano) e o balandeliai (charuto de repolho recheado com arroz e carne moída).

O Galpão da Mamma, por sua vez, apresenta pratos italianos e portugueses. Além de massas, carnes, peixes e risotos, oferece uma ótima seleção de burratas.

Já a Churrascaria Nativas representa bem o Brasil nesse cardápio variado. Além dos cortes selecionados, preparados no melhor estilo gaúcho, também oferece um amplo e diversificado buffet, com ilha de comida japonesa, frutos do mar, massas, peixes, saladas, queijos especiais e muito mais.

As crianças também têm seu espaço, numa lanchonete temática muito especial. Com ambiente inspirado na selva, a Mundo Animal proporciona ao seu público uma experiência diferenciada, a começar pelo cardápio: os pratos levam nomes de animais, como "Elefante", "Rinoceronte", "Leão", "Girafa" e "Zebra". Uma das especialidades da lanchonete é a torre de batatas, conhecida como batatão. São batatas fritas acompanhadas por diferentes carnes e recheios e por molhos variados.

A Vila Prudente e seu entorno também oferecem várias opções de lazer, como o Parque da Vila Prudente.

O Aquário de São Paulo e o Museu do Ipiranga ficam a poucos minutos de carro. A região também possui dois shoppings (Mooca Plaza e Central Plaza) com salas de cinema, restaurantes e atrações de lazer para toda a família.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Fotos Divugação/EZTEC

Estação Oratório

PRIVILÉGIO

Com estação Oratório do metrô, Vila Prudente oferece facilidade de acesso a diversas áreas da cidade

Morar perto do metrô é uma das principais vantagens que um paulistano pode encontrar em um bairro. E a Vila Prudente oferece essa facilidade.

Por meio dos trilhos, uma das mais valorizadas áreas da zona leste está conectada a diversas partes de São Paulo.

A estação Oratório da linha 10-prata, popularmente conhecida como monotrilho, garante essa facilidade de deslocamento aos moradores. Ela possui 10 estações e liga São Mateus à Vila Prudente.

Interligada à linha 2-verde, permite acesso tranquilo à região da avenida Paulista. Em cerca de 25 minutos, o morador pode acessar museus, parques, shoppings, serviços, lojas e atrações de lazer de uma das áreas mais nobres da cidade.

A região central da cidade, por sua vez, está a cerca de 25 minutos de trem da Vila Prudente.

A partir da linha 2 também é possível fazer conexões com as linhas 1-azul, 5-lilás e 4-amarela do metrô, além da 10-esmeralda da CPTM.

O terminal da Vila Prudente, a poucos minutos da estação Oratório, conecta o metrô a linhas de ônibus que atendem os corredores Paes de Barros e Expresso Tiradentes.

A Vila Prudente é servida por importantes avenidas, como a Professor Luiz Ignácio de Anhaia Mello, a do Estado e a Salim Farah Maluf. O bairro está a cerca de 20 minutos de carro da marginal Tietê e da rodovia Presidente Dutra e a menos de 40 minutos do aeroporto internacional de Guarulhos.

Os ciclistas também encontram caminhos seguros pelo bairro, principalmente na via que acompanha o monotrilho na avenida Professor Luiz Ignácio de Anhaia Mello.

IR E VIR NA VILA PRUDENTE

Estações de metrô

• Vila Prudente
Linhas 15-prata e 2-verde

• Oratório • linha 15-prata

Principais avenidas

• Luiz Ignácio de Anhaia Mello

• Salim Farah Maluf

• Avenida do Estado

EstúdioFOLHA: APRESENTA

Fotos Divugação/EZTEC

Parque Ecológico da Vila Prudente

AO AR LIVRE

Parque Ecológico da Vila Prudente cria oásis para moradores, que contam com diversas áreas verdes na região

Morar perto de áreas verdes é um privilégio para os moradores de uma cidade grande como São Paulo. Na zona leste, ele é ainda maior.

A região abriga diversos parques e praças que oferecem tranquilidade, diversão e saúde a seus frequentadores.

Um desses oásis é o parque Professora Lydia Natalizio Diogo, ou apenas parque ecológico da Vila Prudente.

Inaugurado em 1996, ele recebeu o atual nome em 2004, em homenagem a uma professora que atuou na região.

O local possui uma bela área verde, com árvores e grama. Um dos destaques é o jardim japonês, com lago com carpas e cascata. Entre as árvores do parque estão ipê-roxo, jaqueira, pau-brasil, pinheiro do paraná e jasmim-manga, entre outros.

"Assim que cheguei para trabalhar aqui, de cara me apaixonei. Nossos colaboradores, assim como eu, também são apaixonados pelo parque. Isso garante serviços eficientes, segurança perfeita e zeladoria constante, garantindo um parque com muita sensação de segurança e limpeza", diz Edna Santana, administradora do Parque da Vila Prudente.

Edna Santana, administradora do Parque da Vila Prudente

O parque é equipado com playground, pista para corrida e caminhada, com 1.350 metros, equipamentos de ginástica, muitas árvores e excelente área gramada. "A área de lazer para as crianças é aparelhada com brinquedos em excelentes condições", diz Edna.

CACHORRÓDROMO

O parque recebe diariamente cerca de 2 mil pessoas e nos fins de semana, esse número chega a 6 mil usuários, segundo Edna. Cerca de 30% dos frequentadores vão ao parque na companhia de seus pets. Os animais não podem andar soltos, é obrigatório o uso de guia. Mas já está em análise a construção de um "cachorródromo" no local. "Estamos reivindicando a construção desse espaço e logo logo vamos conseguir", afirma Edna.

Outra excelente área de lazer da região é o parque Sabesp Mooca (Radialista Fiori Gigliotti), com mais de 200 árvores, trilha, pista para caminhada e corrida, bicicletário, espreguiçadeiras, espaços para prática de esportes e atividades culturais e playground.

A entrada é feita por meio de uma rampa acessível, que cria um percurso lúdico sobre a vegetação e leva a um mirante.

O parque Ceret, por sua vez, atrai visitantes de outras áreas da cidade. Esse tradicional espaço de lazer tem 286.000 m², que abrigam diversas espécies da mata atlântica.

Os amantes do esporte podem jogar futebol em campos de tamanho oficial. O parque oferece ainda quadras de basquete, vôlei, vôlei de praia, tênis, futebol de areia e poliesportiva, além de pista de atletismo — com local para arremessos de peso e disco—, campo de rúgbi, cancha de bocha, ginásio poliesportivo, sala de boxe, salas de ginástica e cinco academias ao ar livre.

As crianças contam com playground acessível e bike park, onde podem brincar com seus skates, bicicletas e patins.

O parque Ceret também abriga três piscinas, sendo uma delas uma das maiores piscinas da América Latina, com 100 m de comprimento por 50 m de largura.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Keiny Andrade/Estúdio Folha

Shopping Anália Franco

Divulgação

Shopping Garden

BOAS COMPRAS

Shoppings com mix de lojas bem selecionados, atrações de lazer e serviços convidam a um passeio na zona leste

Encontrar os melhores produtos e vivenciar uma experiência agradável. Esses são os desejos de quem sai de casa e procura um shopping para fazer compras.

Com uma arquitetura elegante e moderna, o shopping Anália Franco se destaca na região da Vila Prudente. Todos os ambientes foram cuidadosamente planejados e decorados para proporcionar uma experiência única.

Inaugurado em 1999, logo se tornou uma referência de compras na zona leste e acompanhou o crescimento e desenvolvimento da região.

O local apresenta uma excelente variedade de produtos em suas 402 lojas e muitas opções de serviços, restaurantes, cafés, lanchonetes e sorveterias, entre outras atrações.

O shopping abriga ainda unidades do laboratório Fleury e da rede de academias Cia Athletica.

Entre as atrações de lazer estão nove salas de cinema (três delas com tecnologia 3D e uma 4DX) e o Play Space, um espaço lúdico de recreação e festas onde as crianças podem se divertir com segurança.

Sua programação estimula a criatividade e inclui atividades como oficinas especiais de culinária, slime, artesanato, teatro de fantoches, show de mágica, camarim de penteados, fantasias, desfile, gincanas e espaço baby.

MOOCA PLAZA

O Mooca Plaza Shopping é outro importante centro de compras da região.

Ele oferece um mix completo de lojas e restaurantes como Outback Steakhouse, America, The Fifties e Nakombi, entre outros.

O shopping abriga salas de cinema e espaços para entretenimento de crianças e pets. Conta, ainda, com o Neo Geo, complexo de entretenimento com montanha-russa, carrinho bate-bate e jogos, e atrações sazonais, como patinação no gelo.

O local também oferece uma série de serviços como lotérica, sapataria, farmácia, pet shop, depilação, ótica, agência de viagens, câmbio, podologia, manicure e cabeleireiro.

Além de bons shoppings, a zona leste também apresenta um comércio de rua variado.

A marca Mya Haas, por exemplo, ocupa um prédio de cinco andares com sapatos, bolsas, acessórios e serviços de estética.

Já o shopping Garden é especializado em flores, plantas e acessórios para jardinagem e paisagismo.

Servida pelo metrô e próxima à região central, a Vila Prudente também permite fácil acesso a tradicionais áreas de comércio da cidade como a 25 de Março, o Brás e a Liberdade.

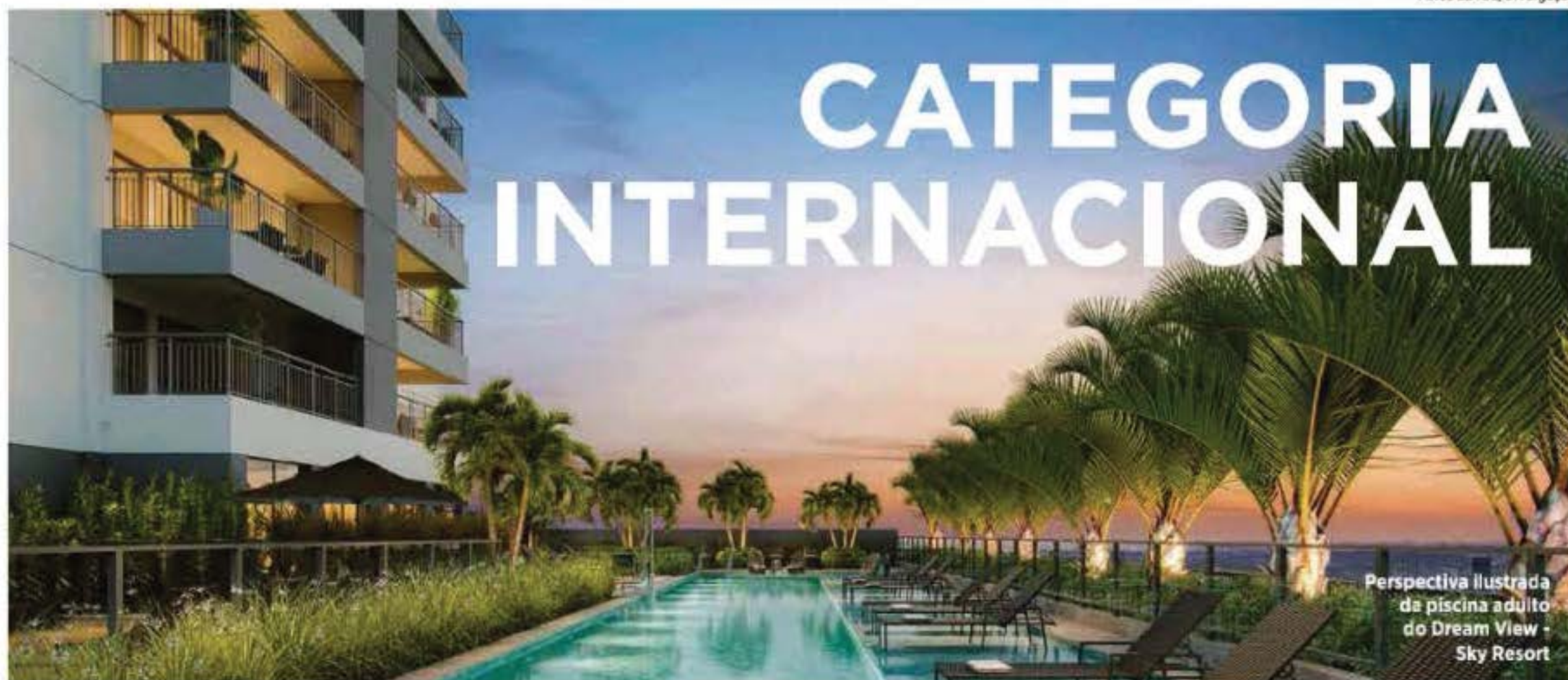
Alberto Rocha/Estúdio Folha

Mooca Plaza Shopping

EstúdioFOLHA

APRESENTAM

Fotos EZTEC/Divulgação

CATEGORIA INTERNACIONAL

Perspectiva ilustrada da piscina adulto do Dream View - Sky Resort

O empreendimento Dream View - Sky Resort leva nova forma de morar à Vila Prudente com lazer de resort e rooftop no 39º pavimento, a mais de 115 m de altura

Com um sky resort a mais de 115 metros de altura, o Dream View - Sky Resort chega para transformar a forma de morar na Vila Prudente. O empreendimento da EZTEC é o primeiro residencial de categoria internacional criado para a região.

Com projeto arquitetônico da MCAA Arquitetos, paisagismo de Benedito Abbud e projeto de decoração de Marcia Brunello ele valoriza o verde, o lazer e o conforto com sofisticação e qualidade.

O residencial terá o entorno arborizado e ambientes de convivência elegantes, com churrasqueiras, salão de festas, espaço gourmet e lounges para todas as idades.

A estrutura de lazer será completa, com a qualidade de um resort.

No High Living, a 115 metros de altura, serão criadas áreas elegantes e intimistas para momentos de relaxamento ou para receber amigos.

Durante o dia será possível descansar apreciando o sol. À noite, as festas irão ganhar uma atmosfera única sob a lua, as estrelas e as luzes da cidade, com uma vista panorâmica.

O rooftop do Dream View - Sky Resort, a 115 metros do chão, irá oferecer bar e lounge com terraços cuidadosamente decorados e equipados, além de uma piscina exclusiva.

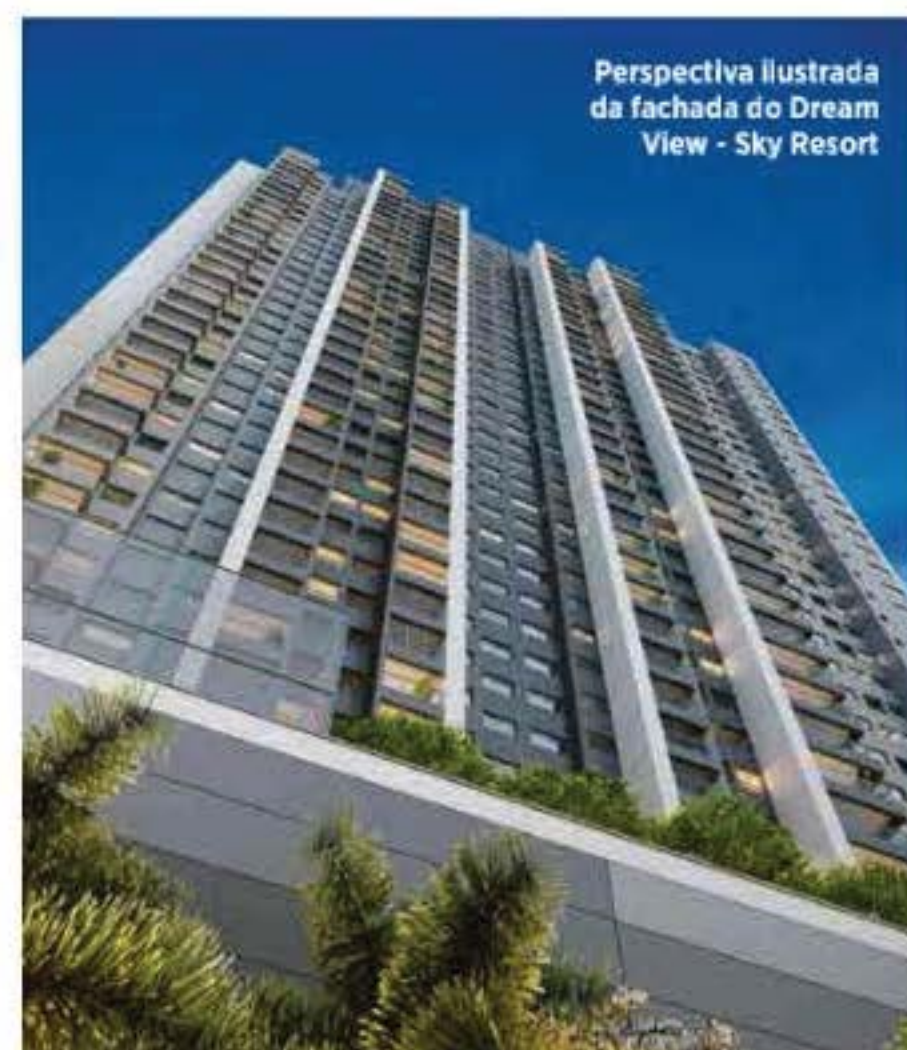
Localizado em um andar elevado, o conjunto aquático do empreendimento terá piscina com raia de 25 metros com iluminação, piscina infantil, deck molhado e solário, de onde será possível apreciar uma bela vista da cidade.

Nas áreas sociais, o espaço fitness será assinado pela Cia Athletica, uma das mais conceituadas redes de academias do país.

As crianças poderão usufruir de uma quadra e dois playgrounds, além de uma brinquedoteca inspirada na filosofia Montessori, com todos os brinquedos ao alcance das crianças para proporcionar experiências lúdicas e de aprendizado.

Os apartamentos, de 63 m² a 93 m², terão dois ou três dormitórios, com suíte.

O mais alto residencial da Vila Prudente, o Dream View - Sky Resort estará a apenas 300 metros da estação Oratório da linha 15-prata do monotrilho. A avenida Professor Luiz Ignácio de Anhaia Mello, que conta com ciclovia, está a apenas um minuto do empreendimento.

Com todo conforto e elegância de um resort e em uma localização estratégica, o novo empreendimento da EZTEC irá transformar a forma de morar na Vila Prudente.

Perspectiva ilustrada da fachada do Dream View - Sky Resort

EstúdioFOLHA APRESENTA

Bem-estar
Ibirapuera proporciona contato com a natureza, esportes e lazer
Pág. 2

Parque Ibirapuera

Shutterstock

Além do verde
Parque mais famoso de São Paulo abriga museus importantes
Pág. 3

Boa mesa
Confira roteiro com destaques da gastronomia na Vila Clementino e região
Pág. 6

ENTRE A NATUREZA E O MELHOR DA METRÓPOLE

Vila Clementino oferece o bem-estar de estar ao lado do parque Ibirapuera e da vibrante avenida Paulista, dois símbolos de São Paulo

Este é um exemplar cortesia da Folha de S.Paulo • caderno especial Mercado Imobiliário. Distribuição autorizada pelo Artigo 26, parágrafo 2º da Lei 14.517/2007, com nova redação dada pela Lei nº 14.583/2007
Projeto de Marketing realizado pelo Departamento Comercial da Folha de S.Paulo. Diagramação: Filipe Rocha. Jornalista responsável: Vaguinaldo Marinheiro.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Parque Ibirapuera

UM PARQUE DE DIVERSÕES

Cartão-postal de São Paulo, Ibirapuera une esportes, lazer, cultura e gastronomia em meio a muito verde

Oca

CULTURA

O parque Ibirapuera reúne alguns dos melhores museus de São Paulo. O MAM (Museu de Arte Moderna) abriga um dos principais acervos do país. Localiza-se em um edifício que faz parte do conjunto arquitetônico projetado por Oscar Niemeyer no parque em 1954 e foi reformado por Lina Bo Bardi em 1982 para abrigar o museu. O MAC (Museu de Arte Contemporânea), por sua vez, destaca-se pelo excelente conjunto de obras do século 20. O prédio oferece uma bela vista do parque. Já o Museu Afro Brasil tem 6.000 obras, entre pinturas, esculturas, gravuras, fotografias, documentos e peças etnológicas brasileiras e estrangeiras que abarcam diversos aspectos dos universos culturais africanos e afro-brasileiros. O Ibirapuera também abriga dois prédios que recebem exposições, a Oca e o pavilhão da Bienal.

O parque apresenta, ainda, o Auditório Ibirapuera, concebido nos anos 1950 por Niemeyer, que só teve sua obra finalizada em 2005. Em sua decoração, destaca-se uma escultura de Tomie Ohtake. Recebe principalmente espetáculos musicais e teatrais.

ESPORTE

O Ibirapuera oferece uma ampla gama de opções para quem quer se exercitar ou apenas se divertir em jogos com os amigos.

O parque tem quadras poliesportivas, campo de futebol e pistas para corrida e caminhada, além de vias e espaços para ciclistas, skatistas e patinadores, como a marquise.

A ciclovia do parque possui 2.745 metros de extensão.

Os corredores tomam o parque diariamente em grupos ou sozinhos para treinar nos três percursos oferecidos: 1,2 km, 3 km e 6 km. Diversas assessorias esportivas fazem treinos no local.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Fotos Keiny Andrade/Estúdio Folha

Parque Ibirapuera

Os gramados e praças também são constantemente usados por praticantes de ioga, mahamudra e tai chi chuan, entre outras atividades.

DESCANSO E CONTEMPLAÇÃO

O Ibirapuera é conhecido internacionalmente por suas belas paisagens e atrações naturais. As mais icônicas estão à beira do lago. Todos os dias, pessoas se sentam à beira da água para contemplar o parque. As praças da Paz, do Porquinho e Burle Marx também são ótimos locais para quem quer descansar sob a sombra das árvores.

Outra bela atração é o Pavilhão Japonês, localizado às margens do lago. Ele é composto por um edifício principal suspenso, com salas anexas, um salão de exposição e um lago de carpas. O local foi inspirado no palácio Katsura, antiga residência de verão do imperador japonês, erguido em 1620 em Quioto.

Já o Jardim das Esculturas abriga 30 obras de artistas brasileiros entre o MAM, a Bienal e a OCA. Em meio ao projeto paisagístico de Burle Marx surgem obras de artistas como Carlos Fajardo, Amílcar de Castro e Emanoel Araújo.

Quem quer mais contato com a natureza pode visitar o Viveiro Manequinho Lopes, que produz mudas para serem plantadas pela cidade e funciona também como centro de pesquisa. Possui um acervo com cerca de 200 espécies diferentes de plantas. Os visitantes podem conhecer dez estufas (casas de vegetação), 97 estufins (canteiros suspensos), três telados (estruturas cobertas com tela de sombreamento) e 39 quadras com mudas prontas para o fornecimento aos órgãos públicos municipais.

Auditório Ibirapuera

BRINCADEIRA

O parque possui três áreas projetadas para a diversão das crianças. O playground principal é amplo e aberto, com brinquedos feitos de madeira e opções de desafios para diversas idades. Os mais novos podem se divertir também em um parquinho cercado, que garante mais segurança. Há ainda uma área com brinquedos acessíveis.

Cachorros e seus donos podem brincar nas áreas cercadas em que é possível correr sem coleira. Esses locais ficam entre os portões 6 e 7.

GASTRONOMIA

Lanchonetes e restaurantes são ótimas opções para quem precisa matar a fome enquanto passeia pelo parque. O Madureira Sucos, o Café Bienal e as lanchonetes Sabor Ibira 1 e 2 oferecem refeições rápidas e bebidas para repor as energias.

O restaurante do MAM serve um delicioso bufê de almoço com vista para o Jardim das Esculturas. O MAC, por sua vez, abriga o Vista, um restaurante com cardápio variado e uma das mais belas vistas do parque.

Parque Ibirapuera

EstúdioFOLHA APRESENTA

Emiliano Capozoli/Estúdio Folha

VILA CLEMENTINO: O QUE SÃO PAULO TEM DE MELHOR

Região oferece comércio, serviços e transporte de qualidade ao mesmo tempo que proporciona contato fácil com a natureza e o bem-estar

Bairro nobre da zona sul de São Paulo, a Vila Clementino é procurada por quem busca unir todas as facilidades e atrações oferecidas pela metrópole a uma atmosfera de tranquilidade rodeada pelo verde.

Localizada ao lado do Parque Ibirapuera e próxima da avenida Paulista, essa região em constante valorização é excelente para investir ou morar, já que é uma das mais queridas da capital paulista.Estar ao lado dos dois principais cartões postais da cidade permite ao morador usufruir de uma ampla gama de opções de lazer, comércio e serviços, além de contar com uma mobilidade ímpar para se deslocar por São Paulo.

O Ibirapuera é um parque completo, com atrações culturais, museus, quadras poliesportivas, campo gramado, playgrounds e belas paisagens, entre outras atrações.

Morar ao lado do parque proporciona bem-estar, contato com a natureza, oportunidades para manter a boa forma e a saúde e diversas opções de diversão para toda a família.

Já a badalada avenida Paulista é um dos principais centros de negócios da cidade, além de concentrar uma ampla gama de serviços.

A Paulista também abriga importantes shopping centers (o principal deles é o Cidade de São Paulo), lojas, cinemas, teatros e instituições de ensino e cultura.

MOBILIDADE

Escolhida pelos paulistanos como a melhor região para morar em São Paulo, de acordo com pesquisa do Datafolha, a zona sul é notória pela ampla oferta de transporte e opções de deslocamento.

A Vila Clementino é servida pelas linhas 5-lilás e 1-azul, interligadas à linha 2-verde, proporcionando deslocamento rápido a diversas partes da cidade.

Além disso, é acessível pelas avenidas Rubem Berta, Domingos de Morais e rua Sena Madureira, entre outras, e permite chegar ao aeroporto de Congonhas em apenas dez minutos.

O bairro também tem ciclofaixas que tornam mais fácil e seguro os deslocamentos de quem gosta de andar de bike.

COMPRAS E SERVIÇOS

A Vila Clementino possui uma ótima oferta de comércio e serviços, com supermercados (Pão de Açúcar, Carrefour, Extra, Dia e Pastorinho, entre outros), bancos, farmácias e pet shops.

O principal centro de compras é o shopping Metrô Santa Cruz, que oferece um bom mix de lojas com opções como Tok&Stok, Zelo, Samsung, L'Occitane, Havaianas e Camicado, entre outras. O shopping também oferece uma série de serviços, restaurantes e salas de cinema.

O morador da Vila Clementino conta com um comércio de rua interessante e pode acessar em poucos minutos as lojas de Moema, da Vila Mariana e todas as opções da avenida Paulista.

Essa região é reconhecida por abrigar diversos hospitais que são referência na cidade, como São Camilo, Instituto Dante Pazzanese, São Paulo, Oswaldo Cruz, Santa Catarina, Santa Joana e HCor.

O bairro e seu entorno também apresentam importantes laboratórios como Fleury, SalomãoZoppi, Lavoisier e CDB, entre outros.

A Vila Clementino e seus arredores também abrigam importantes instituições de ensino como os colégios Bandeirantes, Arquidiocesano e Liceu Pasteur e as faculdades ESPM, Belas Artes e Unifesp.

Para famílias que procuram excelente localização e comodidade sem abrir mão da proximidade com o verde, a Vila Clementino pode oferecer o melhor de São Paulo.

EstúdioFOLHA APRESENTA

TRADIÇÃO JAPONESA EM MOEMA

Restaurante Kazuki apresenta criações originais em ambiente intimista há mais de 30 anos

Mais de 30 anos atrás um pequeno restaurante japonês abriu as portas em Moema em uma região totalmente residencial. Na época, foi uma aposta arriscada.

Mas com atenção especial à qualidade dos ingredientes, sushimen talentosos e atendimento atencioso, o Kazuki conquistou o paladar dos moradores e se consolidou como um dos melhores restaurantes japoneses da região.

'Nossa proposta é poder proporcionar aos clientes uma experiência única e o melhor da culinária japonesa feita com amor, dedicação e profissionalismo. Nossa casa tem um ambiente descontraído e harmônico, com uma equipe de ótimo astral e atenciosa', avalia Kazuki Sato, proprietário e sushiman do restaurante, que começou a manusear as facas atrás do balcão aos 15 anos.

A casa oferece serviço a la carte e menu degustação, elaborado pelos chefs de acordo com os melhores peixes do dia. Nele também aparecem ingredientes nobres como vieira japonesa, foie gras, ovas e trufados, entre outros.

O prato mais pedido é o combinado Sato, que apresenta criações contemporâneas como o Shissô Spicy (folha de shissô tempurá com tartar apimentado de atum).

O Kazuki tem conceito intimista, com poucas mesas e ambiente aconchegante. Uma ótima opção para quem busca uma viagem pela culinária japonesa.

Al. dos Guaramomis, 248; tel.: 97605-4228 ou 5051-1081

Kazuki/Divulgação

CONFIRA OUTRAS OPÇÕES NO BAIRRO

BRÁZ QUINTAL

Uma das melhores pizzas da cidade é servida em um belo quintal aconchegante e repleto de verde. O cardápio tem sabores tradicionais, como calabresa e aliche, e receitas exclusivas, como a caprese (mussarela de búfala, tomate caqui, folhas gigantes de manjericão e pesto de azeitonas pretas). **R. Gandavo, 447; tel.: 5082-3800**

TORTTERIA D'ALMADA

Tortas, bolos, doces e salgados lindos e deliciosos podem ser apreciados nas poucas mesas do salão ou levados para casa. A torta de limão, azedinha na medida certa, é de comer ajoelhado. Aceita encomendas. **R. Luís Góis, 1.548; tel.: 5071-2343**

ZINO ADEGA E RESTAURANTE

Ambiente acolhedor, com decoração rústica e quintal com mesas ao redor de um pé de carambola, serve delícias da culinária italiana. No menu se destacam as carnes, as massas e os risotos. Local ideal para jantar romântico a dois. **R. Joaquim Távora, 1317; tel.: 99366-8070**

1900 PIZZERIA

Uma das mais famosas pizzarias da cidade tem sabores especiais como o da pizza Amatriciana, com molho tradicional italiano "all'amatriciana" (tomate pelado com panceta ao vinho branco) e mussarela de ovelha. Os discos podem ser feitos com farinha tradicional ou integral, sem glúten e sem lactose. **R. Estado de Israel, 240; tel.: 5575-1900**

VISTA

No topo do Museu de Arte Contemporânea, o restaurante tem uma vista do parque Ibirapuera de tirar o fôlego. Da cozinha do chef Marcelo Corrêa Bastos saem sabores de todos os cantos do país em apresentações únicas, como o arroz de suã com vieiras, arroz de cogumelo ao tucupi, o polvo grelhado com arroz negro, a moqueca baiana e o filé mignon com purê de batata-doce tostada. **Av. Pedro Álvares Cabral, 1301; tel.: 2658-3188**

TIRRENO

Restaurante especializado em cozinha mediterrânea e inspirado na culinária italiana. Serve saladas, antepastos italianos, pratos como massas, risotos e grelhados, em um ambiente rústico e acolhedor. **R. Coronel Lisboa, 710; tel.: 5549-5105 e 94830-5380**

EstúdioFOLHA : APRESENTAM

PARA TODOS OS ESTILOS

Perspectiva ilustrada da piscina do Expression Ibirapuera

Perspectiva ilustrada da piscina no rooftop no 20º pavimento do Exalt

Fotos EZTEC/Divulgação

EZTec leva à Vila Clementino o Expression e o Exalt Ibirapuera by EZ, empreendimentos que atendem a diferentes perfis com alta qualidade, lazer completo e localização privilegiada, vizinha do Ibirapuera e da avenida Paulista

Ter o Ibirapuera como vizinho. Estar a poucos minutos da avenida Paulista e de tudo o que essa região oferece. Fazer compras, resolver as tarefas do dia a dia, estudar em boas instituições e cuidar da saúde e do bem-estar sem enfrentar deslocamentos longos e cansativos.

Morar em uma localização privilegiada é o sonho de quem quer aproveitar o que São Paulo tem de melhor. E para satisfazer esse desejo, a EZTec preparou dois lançamentos que atendem às expectativas e demandas de diferentes perfis de moradores. Todos podem ter esse privilégio.

O Expression Ibirapuera chegará à região da Vila Clementino com apartamentos amplos e aconchegantes com duas a quatro suítes (122 m² a 169 m²), duas a três vagas de garagem e depósito.

As residências foram planejadas com atenção a detalhes como hall social privativo, elevadores sociais com controle de acesso, automação de persianas, infraestrutura para ar-condicionado e tomadas USB, entre outros.

Localizado na rua Coronel Lisboa, tem projeto arquitetônico da LE Arquitetos, decoração de Priscilla Zarzur e paisagismo de Benedito Abbud.

O Expression terá fachada contemporânea, com gradil em vidro no terraço social, e áreas de lazer completas com piscina de 25 metros coberta, piscina adulto e infantil, playground, quadra recreativa, brinquedoteca e pet place.

Também apresentará estrutura para cuidar do corpo, do bem-estar e do relaxamento, com espaço fitness planejado pela Cia Athletica, sauna seca, sala de massagem, spa da piscina coberta, deck molhado e solarium.

Os moradores poderão receber amigos em um salão de festas elegante e na área da churrasqueira, para eventos mais descontraídos.

O projeto do empreendimento também prevê a possibilidade de serviços pay-per-use, como home repair, lavanderia e reparo de roupas, beauty care, massagem, personal trainer, serviços de limpeza e pet care.

NOVO ESTILO DE VIDA

Na mesma região privilegiada da Vila Clementino, a EZTec também lançará o Exalt Ibirapuera by EZ.

Localizado na rua Borges Lagoa, a apenas 550 m da estação Santa Cruz do Metrô e próximo a ciclovias, tornará mais fácil os deslocamentos de quem busca comodidade.

O Exalt leva esse conceito para dentro do empreendimento. Um lobby com concierge ajudará a tornar o dia a dia mais prático.

Um espaço de coworking decorado e equipado atenderá à nova demanda do home office. Assim como a lavanderia, que ajudará na resolução das tarefas do cotidiano.

Os moradores também terão à disposição áreas para receber amigos em diferentes tipos de eventos. O Exalt terá salão de festas, churrasqueira e lounge externo decorados com cuidado para valorizar todos os encontros.

Para momentos de lazer e cuidado pessoal, o empreendimento oferecerá piscina coberta de 25 metros, espaço beauty, sala de massagem e fitness com design by Cia Athletica.

As crianças poderão se divertir na brinquedoteca e no playground, e os pets terão um espaço próprio para brincar.

O destaque do lazer, no entanto, estará no 20º pavimento, com uma piscina paradisíaca de 25 metros, solarium, sky lounge bar, sky barbecue e sky gourmet.

As residências terão plantas flexíveis, que se adaptam ao ritmo e estilo de vida de cada um, com studios e apartamentos de um ou dois dormitórios (23 m² a 65 m²).

Com opções para diversos perfis, a Vila Clementino tem dois novos destinos para quem busca uma vida prática e confortável na metrópole, aproveitando o que a cidade tem de melhor.

SUCESSO DE VENDAS

CONDIÇÕES EXCLUSIVAS DE LANÇAMENTO • VILA CLEMENTINO

A EXPRESSÃO MÁXIMA DA SOFISTICAÇÃO NO MELHOR ENDEREÇO DA VILA CLEMENTINO.

- Hall social privativo
- Elevadores sociais com controle de acesso (1)
- Totem para carregamento de carro elétrico (1)
- Gerador para atender todas as unidades e áreas comuns (1)

(1) Conforme memorial descritivo.

122 A 169 M² | 3 A 4 SUÍTES

2 A 3 VAGAS E DEPÓSITO

CONHEÇA COM EXCLUSIVIDADE O MARAVILHOSO DECORADO E GANHE UM VINHO ROSÉ PISCINE STRIPES*.

(*) Válido um VINHO ROSÉ PISCINE STRIPES 750 ml por visitante/grupo. Obrigatório passar pelo atendimento do corretor e fazer o preenchimento completo do cadastro. Válido para as 30 primeiras pessoas que visitarem o plantão até o dia 17/04/2022. Promoção não cumulativa com outras peças da campanha e com outras centrais de atendimento da EZTEC. Necessária a apresentação deste impresso.

FOTO ILUSTRATIVA GARRAFA DE 750 ML

SAIBA MAIS

VISITE O DECORADO:

RUA BORGES LAGOA, 232,
COM ACESSO TAMBÉM PELA
RUA CORONEL LISBOA, 713
EZTEC.COM.BR - 3135-5119

Intermediação:

Comercialização:

Incorporação e Construção:

Central de Atendimento Abyara Brokers: Av. Ibirapuera, 2332, Torre I - 9º andar - Moema - São Paulo (SP) - Fone: 3888-9200 - www.abyara.com.br. Diariamente até as 21h. CRECI: 20.363-J. Central de Atendimento EZTEC: R. Domingos de Morais, 2187 - Torre Dubai - Sala 114 - Vila Mariana - São Paulo (SP) - Fone: 5056-8308 - Diário/24 horas - www.eztec.com.br. CRECI: 5677-J. As perspectivas são ilustrativas e possuem sugestão de decoração. Os móveis e os utensílios são de dimensões comerciais e não fazem parte do contrato. Islandia Incorporadora Ltda. CNPJ: 27.097.332/0001-92. Registro nº 2 na matrícula 239.217, no 14º Cartório Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo. (*) Válido um VINHO ROSÉ PISCINE STRIPES 750 ML por visitante/grupo. Obrigatório passar pelo atendimento do corretor e fazer o preenchimento completo do cadastro. Válido para as 30 primeiras pessoas que visitarem o plantão até o dia 17/04/2022. Necessária a apresentação deste impresso. Promoção não cumulativa com outras peças da campanha e com outras centrais de atendimento da EZTEC. A retirada do brinde está condicionada à apresentação de documento comprobatório de identidade, RG e CPF. Não é permitido uma mesma pessoa retirar outro brinde nos próximos 90 dias em qualquer plantão da EZTEC. Apenas para maiores de 18 anos. Beba com moderação. Material preliminar sujeito a alterações. MANTENHA A CIDADE LIMPA. NÃO JOGUE ESTE IMPRESSO EM VIAS PÚBLICAS. Impresso em MARÇO/2022. 81224

KALUNGA S.A.

CNPJ 43.283.811/0001-50
NIRE 35.300.558.120

Relatório da Administração

Em cumprimento às determinações estatutárias e legais, submetemos à apreciação dos acionistas as Demonstrações Financeiras da Kalunga S.A. para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 24 de março de 2022. **A Administração.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2021	2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.201	72.670
Contas a receber	7	78.294	126.396
Aplicações financeiras	6	3.487	-
Estoques	8	488.014	444.462
Impostos a recuperar	9	480.219	467.058
Outros ativos		5.620	2.816
Total do ativo circulante		1.071.835	1.113.402
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	10	508.826	526.974
Depósitos judiciais	11	20.519	10.060
Impostos a recuperar	9	117.177	155.586
Imobilizado	13	114.029	137.866
Intangível		2.467	3.536
Direito de uso	12	488.941	502.961
Total do ativo não circulante		1.251.959	1.336.983
Total do ativo		2.323.794	2.450.385

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2021	2020
Passivo circulante			
Fornecedores	14	793.833	711.221
Empréstimos e financiamentos	15	229.896	244.779
Empréstimos com partes relacionadas	10	107.076	82.833
Obrigações trabalhistas		30.420	26.437
Obrigações fiscais	16	28.515	26.142
Passivo de arrendamento	12	82.264	64.181
Dividendos a pagar		11.957	-
Receita diferida	17	2.039	2.111
Outros passivos		26.903	28.478
Total do passivo circulante		1.312.903	1.186.182
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	458.476	583.213
Passivo de arrendamento	12	462.722	478.650
Provisão para desmantelamento		6.092	5.336
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	8.634	9.780
Obrigações fiscais	16	8.567	14.498
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	17.453	18.309
Total do passivo não circulante		961.944	1.109.786
Total do passivo		2.274.847	2.295.968
Patrimônio líquido			
Capital social	19.a	8.300	8.300
Reserva de capital		6	6
Reserva Legal	19.c	1.660	-
Reserva para Investimento	19.d	38.981	3.111
Reserva especial de dividendos	19.e	-	143.000
Total do patrimônio líquido		48.947	154.417
Total do passivo e patrimônio líquido		2.323.794	2.450.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2021	2020
Receita líquida	21	2.054.498	1.809.199
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados		(1.314.553)	(1.184.529)
Lucro bruto		739.945	624.670
(Despesas) receitas operacionais			
Com vendas	22	(517.148)	(468.877)
Gerais e administrativas	23	(67.408)	(61.877)
Outras receitas, líquidas	24	20.166	1.011
		(564.390)	(529.743)
Lucro operacional		175.555	94.927
Despesas financeiras	25	(171.730)	(146.387)
Receitas financeiras	25	67.248	48.816
Resultado financeiro	25	(104.482)	(97.571)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		71.073	(2.644)
Corrente	26	(22.442)	(8.134)
Diferido	26	856	8.005
Imposto de renda e contribuição social	26	(21.586)	(129)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		49.487	(2.773)
Quantidade de ações do capital social	27	500.000.000	500.000.000
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (expresso em Reais)	27	0,0990	(0,0055)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	49.487	(2.773)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	49.487	(2.773)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva para investimento	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019		8.300	6	-	-	-	172.055	180.361
Aumento de capital	19 b	23.171	-	-	-	-	(23.171)	-
Cisão parcial	19 b	(23.171)	-	-	-	-	-	(23.171)
Constituição de reservas	19 e	-	-	-	5.884	143.000	(148.884)	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(2.773)	(2.773)
Compensação do prejuízo do exercício		-	-	-	(2.773)	-	2.773	-
Em 31 de dezembro de 2020		8.300	6	-	3.111	143.000	-	154.417
Pagamento de dividendos	19 e	-	-	-	-	(143.000)	-	(143.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	49.487	49.487
Constituição de reservas	19 d	-	-	1.660	35.870	-	(37.530)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(11.957)	(11.957)
Em 31 de dezembro de 2021		8.300	6	1.660	38.981	-	-	48.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. **Contexto operacional** A Kalunga S.A. ("Kalunga" ou "Companhia") possui sede na cidade de São Paulo, tem por atividade preponderante o comércio de papéis em geral, papelaria, artigos escolares, materiais de escritório em geral, microcomputadores, softwares, equipamentos e materiais de informática em geral, entre outros, que operam sob a denominação comercial da Kalunga. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía três centros de distribuição localizados no Estado de São Paulo, e 222 lojas distribuídas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pará, Piauí, Sergipe (223 lojas em 31 de dezembro de 2020). Em 14 de outubro de 2020, os sócios quotistas aprovaram a conversão da Companhia de uma Sociedade Limitada para uma Sociedade por Ações, e a alteração da razão social de Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda. para Kalunga S.A. e as 830.000.000 quotas foram convertidas em 500.000.000 ações ordinárias. Em 8 de março de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria "A" na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **COVID-19** A Companhia continua monitorando o andamento da pandemia de COVID-19 e seus impactos nas operações. A Companhia adotou uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pelo COVID-19 durante 2020 que continuam válidas até o momento, incluindo: (i) instituição de comitês extraordinários visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia do COVID-19; (ii) adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia; (iii) otimização do estoque do CD Clientes, que efetua todo o atendimento das vendas dos canais virtuais em quantidade julgada suficiente para fazer frente ao crescimento desse segmento, e eventual desaceleração da indústria ou redução de fornecimento; (iv) alinhamento com prestadores de serviços de logística, buscando mitigar eventuais impactos adversos nos serviços de entrega em domicílio;(v)reforço do número de colaboradores tanto do CD Clientes, quanto do SAC e do atendimento virtual, através de realocação de colaboradores de outras áreas; (vi) emprego de home office para trabalhadores, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes, principalmente para os colaboradores que fazem parte do grupo de risco (maiores de 60 anos, gestantes, diabetes e hipertensos, dentre outros); (vii) negociações individuais com seus colaboradores, para aplicação de reduções de jornada, inicialmente com a MP 936/20, e posteriormente com a MP 1.045/21, até agosto de 2021; (viii) em função da pandemia do COVID-19, vários Estados proporcionaram programas de parcelamento de ICMS. A Companhia aderiu a esses programas em quase todos os Estados (menos em São Paulo), solicitando o parcelamento dos pagamentos de ICMS de competência de março, abril e maio de 2020. O retorno das atividades presenciais em 2021, após um período longo de restrições em 2020, refletiu positiva e diretamente nas operações da Companhia. Quando comparado o exercício findo em 31 dezembro de 2021 com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida de vendas apresentou um aumento de 13,6%, sendo justamente as lojas físicas que apresentaram um melhor desempenho, com um aumento de 19,0%. Por outro lado, o canal de digital apresentou diminuição de 4,1%, refletindo o retorno dos clientes às lojas físicas, mas ainda se manteve acima de 20% da receita líquida total da Companhia, representando 20,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia conseguiu expandir a margem bruta de 34,5% em 31 de dezembro de 2020 para 36,0% em 31 de dezembro de 2021. Houve ainda o acréscimo, já líquido de impostos, no valor de R$ 20.156 relativos a créditos de PIS / COFINS descritos na nota explicativa 9 (i). Todos esses fatores contribuíram para recuperação do resultado apresentado no exercício anterior, de R$ 2.773 de prejuízo líquido para um lucro líquido de R$ 49.487, apurado no exercício findo em 2021. Seguindo as orientações dos Ofícios Circulares/CVM/SNC/SEP nº 02/20 e nº 03/20, e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do COVID-19, a Companhia revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo: **(i) Perdas estimadas do contas a receber** A partir de 20 de março de 2020, por determinações governamentais, a Companhia teve suas operações negativamente afetadas pelo COVID-19, dado que foi obrigada a cumprir com o fechamento das lojas físicas. Por conta disso, ainda que a Administração da Companhia não tenha feito alterações nas práticas comerciais, acabou ocorrendo uma migração das vendas das lojas físicas para os canais digitais, sobretudo o e-commerce. Em decorrência desta migração, a Companhia acabou apesar de tomar todas as medidas aplicáveis, incluindo a utilização de diferentes serviços de verificação de dados e de proteção contra fraudes, sendo alvo de fraudes em compras efetuadas com cartões de crédito em que os detentores não reconheciam a transação. Em 2021, decorrente da redução das fraudes acima citadas, a Administração prezando pelas melhores práticas, estimou o percentual de perdas sobre o faturamento nos canais digitais, através de cartões de crédito, em 0,77% (0,95% em 2020), o qual é utilizado como métrica para constituição e/ou manutenção da provisão para perda de crédito esperada. Adicionalmente, a Administração da Companhia, percebendo que o recrudescimento da pandemia manteria por mais tempo os efeitos adversos do COVID-19 sobre a economia brasileira e as empresas em geral, manteve seu monitoramento intensivo sobre os recebimentos de faturas e inadimplência de recebíveis. Desta forma, percebe-se que ainda que fosse esperada uma piora no índice de atraso, a ação efetiva da Administração da Companhia durante a pandemia mitigou esse risco. Os percentuais de recuperação históricos da Kalunga para as diferentes faixas de Vencidos e A Vencer – Faturado continuaram servindo de base para o cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos. Como resultado desse monitoramento intensivo, a Companhia manteve os níveis de provisão para perdas com recebíveis. Em relação ao total do contas a receber de clientes, a provisão em 31 de dezembro de 2021 equivale a 1,8% (1,1% em 31 de dezembro de 2020). O aumento percentual é decorrência do saldo de antecipações de recebíveis de R$ 32.097, existente em 31 de dezembro de 2021 que não havia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **(ii) Valor de recuperação dos estoques** Em relação ao valor de recuperação dos estoques, a Companhia não apurou nenhuma oscilação relevante em relação aos custos de aquisição. Como pode ser constatado na demonstração do resultado do exercício, a margem bruta no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, quando comparado a 31 de dezembro de 2020, aumentou em 1,5 ponto percentual, de 34,5% para 36,0%. **(iii) Taxas de juros utilizadas para descontos a valor presente** O cenário atual de taxa básica de juros indica um aumento gradual da taxa de juros. Conforme Reunião do COPOM de 07 e 08 de dezembro de 2021, a Selic nesse ano ficou definida em 9,25% a.a., enquanto a taxa acumulada em 12 meses em 31 de dezembro de 2020 foi de 2,75%. Como consequência desse cenário e considerando as taxas de antecipação de recebíveis praticadas recentemente, a Companhia revisou as taxas de juros utilizadas para desconto a valor presente em 31 de dezembro de 2021, que resultaram num aumento quando comparadas com 31 de dezembro de 2020, como segue:

	2021	2020
Taxa de juros – AVP Clientes	0,99% am	0,40%am
Taxa de juros – AVP Fornecedores	1,26% am	0,52%am
Taxa de juros – AVP Arrendamentos	0,64% am	0,40%am

(iv) Realização de imposto de renda diferido ativo Refere-se basicamente ao imposto incidente sobre adições temporárias, normais à atividade da Companhia. Não foi observada nenhuma evidência que possa afetar a sua realização. **(v) Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso** Não foi observada nenhuma evidência que afete a recuperação desses ativos. **(vi) Identificação dos descontos obtidos em contratos de arrendamento que estão relacionados com a COVID 19** Como resultado dessa revisão, a Companhia identificou ajustes relacionados aos benefícios recebidos de arrendadores no valor de R$ 11.726 (Nota 12) (R$ 27.780 em 31 de dezembro de 2020). **Aquisição da Spiral** Em 29 de outubro de 2020, a Companhia firmou contrato de compra e venda de cuotas e outras avenças, com Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia (em conjunto com os "Vendedores") para a aquisição de 100% das quotas da Spiral do Brasil Ltda. ("Spiral"), no valor total de R$ 106.250. O pagamento da transação de compra das quotas se dará mediante compensação com parcela do crédito detido pela Kalunga contra os Vendedores, na forma dos artigos 368 e seguintes da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada. A conclusão da referida transação até 31 de dezembro de 2021 ainda não havia ocorrido e está sujeita à aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia e da realização de oferta pública inicial de ações, ocasião em que a Kalunga passará à condição de acionista controladora da Spiral. 2. **Base de elaboração** As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Em consonância com a Deliberação CVM N. 557, de 12 de novembro de 2008, a Companhia na condição de companhia aberta apresenta as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, segundo o CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou passivo circulante líquido de R$ 241.068 (R$ 72.780 em 31 de dezembro de 2020) derivado principalmente de sua estratégia de operar com ênfase em capital de terceiros. A Administração da Companhia ressalta que o prazo médio de recebimento de clientes é de 18 dias em 31 de dezembro de 2021 (30 dias em 31 de dezembro de 2020) enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 232 dias em 31 de dezembro de 2021 (270 dias em 31 de dezembro de 2020). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Em decorrência do cenário de pandemia do COVID 19, a Administração ajustou as operações visando: i) os cuidados necessários com a saúde dos funcionários; ii) a preservação de caixa; iii) o fechamento de certas lojas físicas; e iv) a aceleração de migração de vendas dos canais físicos para os canais digitais. A Companhia apresenta um patrimônio líquido de R$ 48.947 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 154.417 em 31 de dezembro de 2020), sendo sua redução decorrente da distribuição de dividendos aos acionistas. Apesar da extensão do cenário de pandemia da COVID-19 no exercício de 2021, a Companhia apresentou um lucro líquido de R$ 49.487 que comparado aos R$ 2.773 de prejuízo apurado em 2020, representa um aumento de 1.884,5%. Em relação a geração de caixa operacional, a Companhia apresentou um caixa positivo de R$ 306.619 em 2021 que comparado aos R$ 117.845 gerados em 2020, representando um aumento de 160%. A estratégia de crescimento da Companhia permanece baseada na expansão dos pontos de vendas no território nacional, sobretudo canalizando sua atuação em locais em que ainda está pouco presente. Continuam os estudos e desenvolvimento de atividades alternativas, principalmente focando nos canais digitais e "*Omnichannel*" da operação, com o desenvolvimento de novas ferramentas e formas de atendimento ao cliente, como por exemplo o *store pick-up* e o *shipping from store*. Adicionalmente, a Administração identifica boas possibilidades para a expansão de unidades de Copy & Print dentro das lojas Kalunga, que em 2021 gerou receita líquida de R$ 2.611 (R$ 1.914 em 2020), mesmo com o impacto da pandemia do COVID-19. Analisando o desempenho do crescimento da Companhia, a Administração acredita muito no *Online Partner Store*, em que a Companhia faz parcerias exclusivas com alguns de seus fornecedores para efetuar a gestão e operação de seus e-commerces. Desde sua inauguração no quarto trimestre de 2019, este serviço vem apresentando resultados significativos. As vendas brutas com Online Partner Store foram de R$ 72 milhões em 2021, aumento de 81% em relação ao exercício anterior (R$ 42 milhões em 2020). A Companhia, como em anos anteriores, tem utilizado os recursos de instituições financeiras de grande porte no mercado nacional. As linhas de crédito mais utilizadas são: capital de giro (garantidos por aval dos acionistas e recebíveis) e antecipações de recebíveis (cartões). As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Devido a arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2022. **3. Políticas contábeis. 3.1 Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação, são valorizados pelo custo amortizado e acrescidos de rendimentos auferidos até a data de reporte e sujeitos a risco insignificante de desvalorização. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2 Contas a receber de clientes** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e serviços no decurso normal das atividades da Companhia, classificados no ativo circulante, uma vez que são recebíveis de curto prazo. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor líquido de realização, ajustado a valor presente, e compreendem basicamente as operações com cartões de crédito e vendas a prazo. Para as vendas com cartões de crédito, o risco de inadimplência é das administradoras de cartões de crédito. Sobre as vendas com cartão de crédito a Companhia reconhece apenas as perdas com vendas não reconhecidas pelo cliente (*chargeback*), para os demais recebíveis a Companhia registra a provisão para perdas de crédito esperada conforme a normativa aplicável. **3.3 Estoques** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição ajustado a valor presente e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda, bem como determinados tributos sobre as vendas, deduzidos de acordos comerciais recebidas de fornecedores. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem negativa, quando aplicável, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação. **3.4 Acordos comerciais** Acordos comerciais e descontos obtidos de fornecedores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares, são apresentados como redutores do custo das compras e, portanto, a parcela de produtos

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma))

	Notas	2021	2020
Atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		71.073	(2.644)
Ajuste para reconciliar o lucro (prejuízo) antes dos tributos com o fluxo de caixa:			
Crédito extemporâneo de PIS e COFINS	9.2 e 24	(23.116)	
Depreciação e amortização		117.401	102.254
Perda na alienação ou baixa de ativo imobilizado e ativo por direito de uso		7.039	275
Provisão para perdas de crédito esperada de contas a receber	7	1.780	2.398
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	(210)	817
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques		969	(120)
Juros sobre empréstimos para partes relacionadas	25	(38.486)	(28.669)
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	25 e 28.3	73	460
Juros de empréstimos e financiamentos	25 e 28.3	57.286	39.178
Juros de passivos de arrendamento	12	62.062	61.354
Descontos obtidos em arrendamentos	12	(11.726)	(27.780)
Ajuste a valor presente de contas a receber, estoques e fornecedores		(4.569)	6.864
Atualização monetária dos depósitos judiciais		(347)	862
Outros		(7.581)	(3.579)
		231.646	151.670
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		46.162	41.533
Estoques		(48.206)	77.493
Impostos a recuperar		34.839	17.971
Outros ativos		(2.802)	426
Depósitos judiciais		(10.112)	(1.183)
Adiantamentos a partes relacionadas		(29.897)	(27.686)
Fornecedores		91.026	(147.566)
Obrigações trabalhistas		3.983	(1.028)
Obrigações fiscais		(3.948)	19.974
Receita diferida		(72)	(1.462)
Pagamento de processos cíveis e trabalhistas		(936)	(770)
Outros passivos		(1.579)	(3.393)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(8.134)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		316.106	117.845
Atividades de investimentos			
Empréstimos concedidos para partes relacionadas, líquido de recebimentos		(56.468)	(43.387)
Aplicações Financeiras		(3.487)	
Aquisição de ativo imobilizado	13	(15.392)	(18.762)
Aquisição de ativos intangíveis		(414)	(2.233)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(75.761)	(64.382)
Atividades de financiamentos			
Empréstimos captados de partes relacionadas, líquido de pagamentos	28	24.170	(67.613)
Pagamentos de passivo de arrendamento	28	(118.078)	(90.682)
Captação de empréstimos e financiamentos, líquidos dos custos de transação	28	54.875	337.542
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	28	(55.354)	(63.428)
Amortização de empréstimos e financiamentos	28	(196.427)	(128.660)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(290.814)	(12.841)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(56.469)	40.622
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		72.670	32.048
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		16.201	72.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma))

	2021	2020
Receitas	2.709.202	2.377.117
Vendas de mercadorias e serviços	2.707.975	2.377.859
Outras receitas	3.007	1.656
Provisão/reversão de perdas de crédito esperada	(1.780)	(2.398)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.901.426)	(1.737.808)
Custos de mercadorias e serviços vendidos	(1.646.875)	(1.485.736)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(253.275)	(251.517)
Perda/recuperação de ativos	(1.276)	(555)
Valor adicionado bruto	807.776	639.309
Retenções	(117.401)	(108.648)
Depreciação e amortização	(117.401)	(108.648)
Valor adicionado líquido produzido	690.375	530.661
Valor adicionado recebido em transferência	70.048	50.749
Receitas financeiras	70.048	50.749
Valor adicionado total a distribuir	760.423	581.410
Distribuição do valor adicionado	(760.423)	(581.410)
Pessoal	(204.725)	(172.329)
Remuneração direta	(167.949)	(143.063)
Benefícios	(21.123)	(17.044)
F.G.T.S.	(15.653)	(12.222)
Impostos, taxas e contribuições	(338.841)	(286.339)
Federais	(77.213)	(64.614)
Estaduais	(246.988)	(206.973)
Municipais	(14.640)	(14.752)
Remuneração de capitais de terceiros	(167.370)	(125.515)
Aluguéis	(119.056)	25.401
Despesas financeiras	(38.222)	(136.843)
Outros	(10.092)	(14.073)
Remuneração de capitais próprios	(49.487)	2.773
Prejuízo (Lucros retidos)	(37.530)	2.773
Dividendos distribuídos	(11.957)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

não comercializados é apresentada como redutora do custo dos estoques. A liquidação destes acordos ocorre por meio de depósitos em espécie ou abatimento de faturas a pagar aos fornecedores. Saldos de acordos comerciais cuja obrigação da Companhia foi cumprida, porém não recebidos, são apresentados como recebíveis quando não há saldos a pagar ao respectivo fornecedor. **3.5 Depósitos judiciais** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. São inicialmente registrados pelo valor de desembolso do depósito e subsequentemente atualizados pelos indexadores aplicáveis. **3.6 Ativos e passivos circulantes e não circulantes** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos que são classificados sempre no ativo/passivo não circulante, independentemente do seu prazo de realização/liquidação. **3.7 Ajuste a valor presente** O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita, dos respectivos ativos e passivos. A Companhia efetua o desconto a valor presente do contas a receber de clientes, estoques arrendamentos e fornecedores. As taxas utilizadas e montantes dos ajustes a valor presente estão descritas nas Notas 7, 8, 12 e 14. **3.8 Intangível** São classificados nesta conta os gastos com aquisições de licenças de uso de softwares utilizados na operação do banco de dados e dos sistemas operacionais, estando avaliados pelo custo de aquisição. Conforme análises técnicas da área de tecnologia a vida útil estimada é de cinco anos, amortizado durante esse período de forma linear. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de amortização são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.9 Arrendamentos** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **A Companhia como arrendatária** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor conforme definido pelo CPC 06 R2 / IFRS 16. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento inicialmente reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, a estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, no mínimo, pelo prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **Passivos de arrendamento** No início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos, a serem realizados durante a vigência do arrendamento, brutos de PIS e COFINS e renovação, quando esta seja permitida pelo contrato e seja intenção da Companhia. Tais pagamentos incluem valores fixos, menos quaisquer incentivos a receber, valores variáveis que dependem de um índice ou taxa, e/ou valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Quando aplicável, os pagamentos incluem o preço de exercício de opção de compra, ou o pagamento de multa pela rescisão contratual, de acordo com a opção exercida pela Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no exercício em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a taxa de empréstimo incremental nominal, na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma mudança no prazo do arrendamento e/ou alteração nos pagamentos (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, quando aplicável. **Provisão para desmantelamento de lojas** Para os contratos de aluguéis de lojas, a Companhia efetua uma estimativa dos custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do contrato de arrendamento. A provisão para desmantelamento é demonstrada em conta separado do passivo não circulante, tendo como contrapartida o ativo por direito de uso. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia não possui contratos de arrendamento em que atua como arrendadora. **3.10 Imobilizado** Os terrenos, as benfeitorias e as instalações, compreendem os gastos com as estruturas e a preparação para operacionalizar as lojas. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados, as benfeitorias são depreciadas pelo menor prazo entre a vida útil estimada da benfeitoria ou do prazo de arrendamento. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia avaliou as taxas atuais de depreciação e concluiu que são adequadas, considerando que não houve nenhuma mudança operacional relevante em seu negócio. Dessa forma, decidiu manter inalteradas as taxas de depreciação, calculadas usando o método linear para alocar os custos dos ativos durante a sua vida útil estimada, como segue:

	Taxa média de depreciação em % a.a	
	2021	2020
Benfeitorias em imóveis de terceiros (conforme prazo contratual da locação)	12.5	12.5
Instalações	9.6	9.6
Empilhadeiras	8.3	8.3
Móveis, utensílios	9.4	9.4
Aeronaves	3.9	3.9
Veículos	5	5
Outros	10.9	10.9

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **3.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Caso haja necessidade de estimar o valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital da Companhia, limitado ao prazo de utilização previsto para o ativo, que pode ser contratual ou com base em sua vida útil. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes para as unidades geradoras de caixa (definidas como lojas e centros de distribuição), os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. A perda por desvalorização do ativo, quando identificada, é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para os ativos intangíveis, direito de uso e ativo imobilizado, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação ou amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. **3.12 Fornecedores** Correspondem às obrigações a pagar por mercadorias e serviços, que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estão apresentadas descontadas a valor presente. **3.13 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos** A Companhia disponibiliza a seus fornecedores e para a parte relacionada Spiral a possibilidade de realização de uma operação triangular com instituições financeiras denominada "risco sacado". Essa operação possibilita que os fornecedores, desde que previamente aprovados pela Companhia, antecipem o recebimento de suas faturas junto a instituições financeiras, mediante desconto por uma taxa de juros pactuada entre as partes. Os prazos de pagamento e os preços praticados na compra de produtos desses fornecedores se mantem os mesmos antes e depois da inclusão no risco sacado, há somente a alteração do destinatário do pagamento (instituição financeira ao invés do fornecedor), bem como os prazos de pagamentos estão compreendidos dentro do ciclo normal de operação da Companhia. Portanto a Companhia apresenta o saldo destas transações operacionais em "Fornecedores nacionais – risco sacado" em seu passivo circulante. Cabe salientar que estes títulos são mantidos na avaliação do ajuste a valor presente. **3.14 Empréstimos e financiamentos** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são subsequentemente registrados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros. **3.15 Provisões. Geral** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e que uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.16 Tributos. Imposto de renda e contribuição social - correntes.** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias. A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. As antecipações ou os valores passíveis de compensação, quando aplicável, são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização. **Tributos diferidos** Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data de encerramento do exercício entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto, quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal). O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados, quando aplicáveis, são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data de encerramento do exercício. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, a Companhia possui o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, houver o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **Tributos sobre as vendas.** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais. **3.17 Benefícios a funcionários e administradores** A Companhia não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou de benefícios pós emprego para os funcionários e administradores e não mantém plano de benefícios a funcionários e administradores na forma de planos de bônus ou participação nos lucros. **3.18 Reconhecimento de receitas e custos** A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios descritos a seguir: **a) Venda de produtos** A receita de venda de produtos à vista e a prazo é reconhecida quando a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador. **b) Prestação de serviços** Pela atuação da Companhia nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, seguro contra roubo, furto e quebra acidental e serviços gráficos (Copy & Print) as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia e os seus valores puderem ser confiavelmente mensurados. **c) Direito de devolução** As operações de venda seguidas de eventuais devoluções ocorrem substancialmente nas operações de e-commerce. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são normalmente em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor. Os créditos de devolução não utilizados são realizados como receitas após 12 meses quando, conforme política da Companhia, expira a validade para troca destes créditos. **d) Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados** Os custos das mercadorias vendidas e os custos dos serviços prestados são reconhecidos pelo regime de competência respeitando o reconhecimento de sua respectiva receita. Os gastos com frete incorridos para transporte de suas mercadorias dos centros de distribuição para as lojas da rede de atendimento ao público estão classificados como custo das mercadorias vendidas. O custo das mercadorias vendidas é apresentado líquido dos valores relativos a acordos comerciais recebidos de fornecedores. **3.19 Receitas (despesas) financeiras** Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários. São reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas. **3.20 Lucro (prejuízo) por ação** O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações da Companhia pelo número médio ponderado de ações durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas em quotas efetivas. O prejuízo no exercício é considerado anti-diluitivo. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto diluitivo sobre o lucro por ação. Na data da apresentação das demonstrações financeiras a Companhia não possuía instrumentos de patrimônio portanto o lucro (prejuízo) básico e diluído são idênticos. **3.21 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **i) Ativos financeiros. Reconhecimento inicial e mensuração** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente.** A Companhia possui instrumentos financeiros ativos somente na categoria custo amortizado. Dessa forma, descrevemos abaixo a prática contábil de mensuração subsequente somente para essa categoria. **Ativos financeiros ao custo amortizado.** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem principalmente contas a receber de clientes e partes relacionadas. **Desreconhecimento.** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** As perdas esperadas de crédito são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas esperadas de crédito são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda esperada de crédito de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas esperadas de crédito durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda esperada de crédito). Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas esperadas de crédito. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas esperadas de crédito em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A provisão para perdas de créditos esperadas é calculada com base no histórico de perdas dos últimos 2 anos, porém considerando também as perdas esperadas sobre os recebíveis a vencer. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **ii) Passivos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos ou deduzidos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem principalmente fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, e contas a pagar a partes relacionadas. **Mensuração subsequente** A Companhia possui instrumentos financeiros passivos somente na categoria custo amortizado. Dessa forma, descrevemos abaixo a prática contábil de mensuração subsequente somente para essa categoria. **Passivos financeiros ao custo amortizado** Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **Desreconhecimento** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **iii) Compensação de instrumentos financeiros** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **iv) Mensuração do valor justo** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos divulgados nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. **3.22 Demonstração do valor adicionado** A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS. A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros, (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3.23 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021. Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A mesma pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma. **3.24 Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes** Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, os seguintes pronunciamentos e alterações foram emitidos, mas ainda não estão vigentes: CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de Seguro estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. O pronunciamento estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. Alterações no CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis envolvendo a classificação como passivo circulante e não circulante. Também houve alteração relacionados a aplicação do julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações serão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023. Alterações no CPC 23 / IAS 8 – As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023. A Administração, de forma preventiva, verifica a aplicabilidade das novas normas e alterações emitidas para a Companhia, bem como, avalia o impacto nas demonstrações financeiras, se aplicável. **3.25 Segmento operacional** A Companhia possui um único segmento operacional que é utilizado pela Administração para fins de análise e tomada de decisão. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem com as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir: **Recuperação de créditos tributários** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições tributárias vigentes para a Companhia. **Ativo imobilizado e intangível** O tratamento contábil dos ativos imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão. Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização. **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária)** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos. **Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos** A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de

mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos (como o rating de crédito, *spreads* históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	9.730	25.455
Aplicações financeiras	6.471	47.215
	16.201	72.670

O saldo de aplicações financeiras é composto substancialmente por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), de liquidez imediata, em bancos de primeira linha e que rendem entre 98% a 102% (103% em 2020) da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

6. Aplicações Financeiras O saldo de R$ 3.487 refere-se as aplicações em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) com vencimentos em novembro e dezembro de 2022, com rendimentos entre 98% e 100% da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

7. Contas a receber

	2021	2020
Cartões de crédito e débito de terceiros (i)	51.402	104.094
Duplicatas a receber (ii)	21.953	18.554
Carteira digital / *Marketplace*	2.128	-
Outros créditos - representados por notas de débitos e outros	3.321	3.159
Vendas à vista de lojas (a ser depositado)	2.377	3.262
Ajuste a valor presente (AVP)	(1.482)	(1.322)
	79.699	127.747
Provisão para perdas de crédito esperada	(1.405)	(1.351)
	78.294	126.396

(i) As operações com cartões de crédito de terceiros podem ser pagas em até 10 parcelas sem juros e sem encargos financeiros. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo bruto de cartões de terceiros é de R$ 83.499 (R$ 104.094 em 31 de dezembro de 2020) e o saldo de antecipações de cartões é de R$ 32.097 (zero em 31 de dezembro de 2020). (ii) As vendas a prazo para pessoa jurídica são realizadas por meio de emissão de duplicatas podendo ser pagas em até três parcelas, sem incidência de encargos financeiros.

Composição por prazo de vencimento dos recebíveis:

	2021	2020
A vencer	77.778	125.766
Vencidos até 30 dias	968	1.031
Vencidos de 31 até 60 dias	126	254
Vencidos de 61 até 90 dias	81	71
Vencidos de 91 até 360 dias	249	435
Vencidos acima de 360 dias	497	190
	79.699	127.747

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada está conforme abaixo:

	2021	2020
Saldo inicial	(1.351)	(3.247)
(+) Constituição de provisão	(1.780)	(2.398)
(-) Baixa por perda efetiva de contas a receber	1.726	4.294
Saldo final	(1.405)	(1.351)

Qualidade de créditos. Parte substancial das vendas é realizada por meio de cartões de crédito de diversas bandeiras. A Companhia considera baixo o risco de crédito e adota como política baixar diretamente para o resultado os créditos vencidos para os quais foram esgotados todos os procedimentos de tentativa de recuperação. Foi constituída provisão para perda de crédito esperada, baseada na média histórica de perdas, sendo apurada com base em estudos conjuntos do setor financeiro e do setor contábil da Companhia. Assim a Companhia concluiu que o risco de perdas é equivalente a 1,8% em 31 de dezembro de 2021 (1,01% em 31 de dezembro de 2020) sobre o total das contas a receber líquido de antecipações de cartões. A Administração da Companhia julga que os saldos de provisão são suficientes para cobrir perdas esperadas. **Ajuste a valor presente.** O valor presente é calculado com base na taxa de desconto de 12,5% ao ano (4,9% em 31 de dezembro de 2020), que seria aplicada pela tesouraria da Companhia, caso ocorressem antecipações dos recebíveis com as instituições financeiras.

8. Estoques

	2021	2020
Mercadorias para revenda		
nos centros de distribuição	202.605	189.823
nas lojas	306.034	269.367
Acordos comerciais	(12.826)	(11.583)
Ajuste a valor presente (AVP)	(6.469)	(2.784)
Provisão para obsolescência	(1.330)	(361)
	488.014	444.462

O valor presente das compras de produtos, não vendidos em 2021 foi calculado considerando a taxa de 1,26% ao mês (0,40% em 2020) apurado como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nessa rubrica até o momento de sua realização.

9. Impostos a recuperar

	2021	2020
Créditos de ICMS-ST a recuperar (i)	340.099	333.980
ICMS-ST a recuperar - operações correntes (saldo credor)	2.315	2.200
Créditos de PIS/COFINS a recuperar (ii)	236.006	253.421
PIS/COFINS a recuperar	16.093	10.322
Antecipação IRPJ/CSLL	595	19.164
PIS/COFINS a recuperar – aquisição de imobilizado	2.288	3.557
Total	597.396	622.644
Circulante	480.219	467.058
Não circulante	117.177	155.586

(i) ICMS substituição tributária A partir de 10 de abril de 2008, conforme Decretos Estaduais nº 52.647 e nº 52.942, vários produtos comercializados passaram a ser tributados observando o regime de substituição tributária. O valor do ICMS pago antecipadamente (incluso nas notas fiscais dos fornecedores) é contabilizado em rubrica específica do ativo, sendo levado a resultado na conta "Impostos incidentes sobre vendas" quando do faturamento pela venda dos respectivos produtos. Para as saídas interestaduais o imposto começou a ser recuperado em julho de 2011. Até 31 de dezembro de 2021, o montante recuperado no exercício foi de R$ 147.056 (R$ 118.671 em 31 de dezembro de 2020), conforme legislação específica. Os valores relativos à ICMS-ST são utilizados apenas após a obtenção do código "hash", informado pela SEFAZ, e preferencialmente para pagamento a fornecedores. **(ii) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS** A Companhia possui duas ações ajuizadas discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente pagos a tal título, conforme segue: Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100: discute-se o direito da Companhia referente aos fatos geradores ocorridos antes da vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, já foi obtida decisão judicial favorável definitiva, transitada em julgado em 28/02/2019, autorizando a compensação dos valores indevidamente recolhidos de PIS e de COFINS, no período de 29/11/2002 até 31/12/2014; neste caso vale ressaltar que apesar do Mandado haver sido ajuizado em 2010, a sentença judicial considerou que os valores foram recolhidos indevidamente desde 2002, porque já havia sido o período apresentado em juízo um Protesto Interruptivo de Prescrição em 2007. Como o Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100 teve trânsito em julgado de forma definitiva em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia reconheceu em 2019 créditos totais de PIS/COFINS no montante total de R$ 257.607 sendo R$ 142.391 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais e R$ 115.216 relativos à atualização monetária e juros como receitas financeiras. A Administração identificou riscos de recuperabilidade sobre os créditos que foram reduzidos em R$ 15.767. Estes créditos potenciais foram avaliados como ativo contingente e, portanto, não registrados. Para este crédito potencial complementar, a Administração está preparando documentação suporte para o pedido de habilitação junto às autoridades fiscais. Em 30 de setembro de 2019, a Companhia protocolou o pedido de habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil. Em 2 de outubro de 2020, foi emitido pela Receita Federal o Despacho Decisório nº 1244/2020, que deferiu o pedido da Companhia de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (processo 0011786-06.2010.4.03.6100). Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100: discute-se o direito da Companhia referente aos fatos geradores ocorridos após a vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, foi concedida a medida liminar (em 15/12/2017) para autorizar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, tendo este provimento sido confirmado em sentença proferida em 14/02/2019. Com esteio nessas decisões, foi efetuada a referida exclusão do ICMS, da seguinte forma: (i) por meio de reconhecimento de créditos extemporâneos, em relação ao ano de 2018, e (ii) diretamente na apuração, a partir de 2019. Em 13 de maio de 2021, o Plenário do STF decidiu que a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS é válida a partir de 15/03/2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento do Recurso Especial (RE) 574.706. Diante deste evento, a Companhia efetuou o registro contábil dos créditos do PIS / COFINS, para o período compreendido entre 1º de abril e 31 de dezembro de 2017, no montante atualizado de R$ 28.015, atualizado pela Taxa SELIC conforme item (i) da decisão, e não registrou ainda os possíveis créditos relativos ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de março de 2017. O registro do crédito teve como contrapartida R$ 23.116 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais e R$ 4.899 relativos à atualização monetária e juros como receitas financeiras. Em 4 de agosto de 2021 foi realizado o julgamento do Recurso de Apelação da Fazenda Nacional, tendo o Tribunal decidido pela: (i) manutenção da sentença na parte em que garantiu o direito das empresas de excluírem o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, incluído o ICMS-ST; e (ii) aplicação da modulação dos efeitos definida no julgamento de repercussão geral firmado pelo STF, de modo a não reconhecer o direito de as empresas reaverem os valores indevidamente pagos no período entre a vigência da Lei nº 12.973/2014 e 03/2017 (que foi a data do primeiro julgamento do STF). Especificamente com relação ao item (ii) da decisão acima mencionada, baseada na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia decidiu apresentar os competentes recursos, especialmente visando discutir a questão da modulação, de modo que não seja restringido o seu direito no mencionado período. Após o registro inicial, estes créditos tributários continuam sendo atualizados com base à SELIC, sendo que no exercício de 2021 foram registrados R$ 8.917 como resultados financeiros (R$ 3.579 em 31 de dezembro de 2020). Os efeitos tributários incidentes sobre os créditos (principal) foram registrados em mesma data como imposto diferido passivo. Portanto o saldo apresentado na rubrica PIS/COFINS a recuperar, está assim composto:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	257.332
Reconhecimento de créditos de transações de 2020	35.665
Atualização monetária dos créditos (após o registro inicial) referentes ao Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100	3.579
Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS	(43.155)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	253.421
Reconhecimento de crédito de transações de 2021	37.150
Reconhecimento de crédito extemporâneo do período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2017	23.116
Atualização monetária dos créditos (após o registro inicial)	8.917
Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS	(86.598)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	236.006

O efeito dos créditos decorrentes do Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100 descritos na movimentação da conta acima foram registrados através da redução do valor da própria despesa na rubrica "PIS e COFINS sobre vendas", redutora das vendas brutas.

10. Partes relacionadas

a) Saldos com partes relacionadas

	2021	2020
Ativo não circulante		
Adiantamentos e conta corrente		
Spiral do Brasil Ltda. (i)	63.185	29.410
Contratos de mútuo		
Acionistas controladores (ii)	439.134	492.086
Biantys Participações Ltda. (ii)	6.507	5.478
	508.826	526.974
Passivo circulante		
Fornecedores		
KA Solution – Tecnologia	901	982
Spiral do Brasil Ltda – risco sacado	85.237	94.647
Empréstimos com partes relacionadas		
Spiral do Brasil Ltda. (iii)	103.003	82.833
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda. (iv)	4.073	-
	107.076	82.833
Arrendamentos e outras contas a pagar		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	736	690
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	1.272	950
	195.222	180.102
Passivo não circulante		
Arrendamentos e outras contas a pagar		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	4.295	4.712
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	7.099	6.254
	11.394	10.966

(i) Refere-se a adiantamentos e conta corrente com parte relacionada permitindo a importação e produção de materiais comercializados pela Companhia. A conta corrente é sujeita à encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que em 2021 ficou entre 0,38% e 1,17% ao mês (entre 0,38% e 0,65% em 2020), sem vencimento predeterminado. (ii) Refere-se a contratos de mútuo classificados no ativo não circulante sujeitos a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que em 2021 ficou entre 0,38% e 1,17% ao mês (entre 0,38% e 0,65% em 2020), sem vencimento predeterminado. (iii) Até 2021 foram realizadas operações de adiantamento de recebíveis pela Spiral relacionadas às compras da Kalunga concluídas ao longo dos anos, nos exercícios subsequentes. Os recursos obtidos pela Spiral decorrentes de adiantamentos junto às instituições financeiras foram transferidos para a Kalunga, que registrou a obrigação com a Spiral em empréstimos com partes relacionadas. Sendo essa transação um passivo assumido pela Companhia com características de financiamento e consequentemente apresentados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa. A Spiral não cobra juros ou encargos sobre essas transações com a Kalunga, sendo os vencimentos em 30 de março e 11 de junho de 2022. (iv) Refere-se a contrato de mútuo, no valor de R$ 4.000, firmado em 10 de novembro de 2021, cujo encargo financeiro corresponde a taxa média ponderada da captação de empréstimos contratados pelo mutuante junto a seus credores e o vencimento em 09 de novembro de 2026.

b) Transações com partes relacionadas

2021

	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Acionistas controladores	Biantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	174.855	-	-	-	-	-
Aluguéis pagos e apropriados	-	-	721	1.084	-	-
Despesas com tecnologia	-	13.095	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	-	13.095	721	1.084	-	-
Receitas financeiras – mútuo	3.877	-	-	-	34.122	487
Despesas financeiras	-	-	(73)	-	-	-
Total resultado financeiro	3.877	-	(73)	-	34.122	487

2020

	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Acionistas controladores	Biantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	180.532	-	-	-	-	-
Aluguéis pagos e apropriados	-	-	675	903	-	-
Despesas com tecnologia	-	12.204	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	-	12.204	675	903	-	-
Receitas financeiras – mútuo	1.724	-	-	-	26.650	295
Despesas financeiras	-	-	(460)	-	-	-
Total resultado financeiro	1.724	-	(460)	-	26.650	295

c) Relacionamentos com partes relacionadas: As partes relacionadas listadas nos quadros anteriores correspondem a entidades controladas pelos (ou sob influência dos) acionistas controladores da Kalunga. A Companhia não possui vínculos societários com estas entidades, seja como investida ou investidora. • Spiral do Brasil Ltda. – fornecedor de produtos fabricados e importados para revenda. A Kalunga proporciona suporte financeiro através de adiantamentos e mútuos de curto prazo ("conta corrente") para esta empresa. Além disso a Kalunga possui financiamentos feitos pela Spiral conforme detalhado no item (iii) anterior; • Biantys Participações Ltda. – a Companhia não realiza transações operacionais com essa parte relacionada, proporcionando apenas suporte financeiro através de mútuos;• Ka Solution Tecnologia – parte relacionada que realiza a atividade de desenvolvimento de TI da Companhia; • DMMG Participações e Empreendimentos Ltda. – locadora do imóvel da sede administrativa da Companhia. Além da locação, a Companhia eventualmente proporciona suporte financeiro através de contratos de mútuos; • Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. – locadora do imóvel da loja situada no bairro de Sacomã (São Paulo). As condições e preços das transações entre as partes relacionadas são estabelecidas em acordos entre as entidades. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas de créditos nas contas a receber de partes relacionadas. As despesas relativas à remuneração do pessoal chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas abaixo:

	2021	2020
Remuneração e encargos	7.604	820
Benefícios	919	264
Total	8.523	1.084

d) Avais com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia é avalista da Spiral: (i) Em contratos de FINIMP, para aquisição de mercadoria, com o Banco Bradesco S.A., no valor de R$ 13,2 milhões, com vencimentos entre janeiro de 2022 e maio de 2022 (R$ 15,4 milhões em 31 de dezembro de 2020); (ii) Em cartas de crédito para importação com o Banco Bradesco S.A., com vencimentos entre janeiro de 2022 e maio de 2022, no valor de R$ 13,7 milhões (R$ 5,1 milhões em 31 de dezembro de 2020) e R$ 0,3 milhões com o Santander do Brasil S/A, com vencimento maio de 2022; e (iii) Em cédula de crédito bancário junto ao Banco Itaú, no valor de R$ 8,8 milhões, (R$ 10,0 milhões em 31 de dezembro de 2020) com vencimentos mensais e sucessivos de janeiro de 2022 a novembro de 2024.

11. Depósitos judiciais

	2021	2020
Processos tributários - PIS/COFINS (i)	9.937	8.803
Processos tributários – IRPJ/CSLL (ii)	6.171	-
Processos trabalhistas	499	636
Processos cíveis	689	621
Processos tributários - ICMS DIFAL (iii)	3.223	-
	20.519	10.060

(i) Refere-se majoritariamente ao depósito em juízo dos valores de créditos de PIS e COFINS tomados sobre as despesas consideradas insumos (taxa de cartões, material de embalagens, despesas com telefones e depreciação de máquinas e equipamentos) referentes ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015 para mitigar possíveis efeitos do auto de infração descrito na Nota 18, e a partir de então a Administração não reconheceu tais créditos. (ii) A partir do segundo trimestre de 2021, a Companhia passou a depositar em juízo os montantes relativos à tributação do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS sobre a atualização monetária dos créditos extemporâneos oriundos da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS (Nota 18). A partir de setembro de 2021, baseado no julgamento do leading case RE nº 1.063.187/SC realizado no STF, no caso da incidência do IRPJ e CSLL, os depósitos judiciais não foram mais efetuados. (iii) Trata-se de questionamento judicial da legalidade da exigência do Diferencial de Alíquota de ICMS ("DIFAL") pelas Unidades da Federação ("UFs") nas vendas interestaduais de mercadorias destinadas a consumidores finais não contribuintes do ICMS ("Serviços"). A partir da decisão do STF sobre os embargos de declaração dos estados da federação, passaram a ser efetuados depósitos judiciais a partir da competência setembro de 2021.

12. Arrendamentos

	Direito de uso	Passivo de Arrendamento
Saldos em 31 de dezembro de 2020	502.961	(542.831)
Novos contratos	12.106	(11.937)
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos	78.094	(78.094)
Baixa de contratos	(17.509)	19.158
Amortização de direito de uso	(86.711)	-
Juros apropriados no exercício	-	(62.062)
Descontos obtidos COVID-19	-	11.726
Pagamentos de arrendamentos	-	119.056
Saldos em 31 de dezembro de 2021	488.941	544.986
Circulante	-	(82.264)
Não circulante	488.941	(462.722)
Direito de uso, líquidos de amortização	485.821	-
Provisão para desmantelamento, líquido de amortização	3.120	-
Total	488.941	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	514.393	(533.148)
Novos contratos	21.785	(21.785)
Provisão de desmantelamento de lojas - componente do Direito de uso	163	
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos	47.806	(47.806)
Baixa de contratos	(2.685)	2.800
Amortização de direito de uso	(78.501)	-
Juros apropriados no exercício	-	(61.354)
Descontos obtidos COVID-19	-	27.780
Pagamentos de arrendamentos	-	90.682
Saldos em 31 de dezembro de 2020	502.961	(542.831)
Circulante	-	(64.181)
Não circulante	502.961	(478.650)
Direito de uso, líquidos de amortização	499.387	-
Provisão para desmantelamento, líquido de amortização	3.574	-
Total	502.961	-

O direito de uso inclui os contratos de locação da Companhia que se referem a imóveis onde estão instaladas as lojas, centros de distribuição e prédio administrativo, bem como locação de equipamentos de informática. A composição dos ativos por direito de uso é como segue:

	2021	2020
Imóveis	488.683	502.685
Equipamentos de informática	258	276
Total	488.941	502.961

A amortização é calculada em bases lineares pelo prazo vigente dos contratos, mais uma renovação, quando aplicável, sendo contabilizada em resultado, conforme sua natureza, em despesa de vendas ou gerais e administrativas, reduzida pelo rateio dos créditos de PIS/COFINS sobre os pagamentos de arrendamentos. Tais contratos tem uma duração de locação que varia de 5 a 24 anos e, quando praticamente certa sua renovação, é considerada a renovação por mais 5 anos, sem alterações nos demais termos e condições. Além disso esses contratos determinam que os pagamentos mínimos são reajustados anualmente pelos índices de inflação, que variam de acordo com as negociações com o locador. As despesas de escalonamento de juros sobre os arrendamentos em resultado apresentam-se reduzida pelo rateio dos créditos de PIS/COFINS sobre os pagamentos de arrendamentos. A Companhia não possui compromissos relevantes relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor. No exercício de 2021, as despesas relativas a estes arrendamentos foram irrelevantes. A taxa média ponderada dos juros de empréstimos incremental aplicado no cálculo do desconto a valor presente dos arrendamentos foi de 10%% a.a. (10,0% a.a. em 2020), apurada sobre as transações de captação de recursos obtida pela Companhia junto a instituições financeiras e ajustes de riscos e garantias. Parte dos contratos de arrendamento da Companhia são baseados em pagamentos variáveis (normalmente um percentual sobre o faturamento das lojas). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas relativas a pagamentos de aluguéis variáveis totalizaram R$ 444 (R$ 1.457 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia não identificou indicadores de não recuperação de ativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O valor de arrendamentos a pagar vincendo a longo prazo está assim distribuído:

	Pagamentos	Crédito potencial de PIS e COFINS
De 2023 a 2027	538.708	49.830
De 2028 a 2032	74.200	6.864
De 2033 a 2036	6.881	636
Total dos pagamentos mínimos	619.789	57.330
Ajuste a valor presente dos pagamentos mínimos	(157.067)	
Valor presente dos pagamentos mínimos	462.722	

Informações adicionais – Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/N. 02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal). Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras. A comparação dos saldos dos fluxos de arrendamentos, com e sem a projeção de inflação, está demonstrada abaixo:

	2021	2022	2023	2024	2025
Passivo de arrendamento					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	544.986	462.592	373.121	285.024	200.009
Projeção Nominal e Taxa nominal	640.653	564.864	473.691	376.090	274.807
Ativo de direito de uso (i)					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	488.941	392.400	300.933	218.539	145.826
Projeção Nominal e Taxa nominal	529.555	429.707	331.760	242.703	163.771
Encargos financeiros					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	(62.062)	(57.528)	(47.979)	(37.994)	(28.214)
Projeção Nominal e Taxa nominal	(76.088)	(69.048)	(59.822)	(49.230)	(37.999)
Despesa de amortização do direito de uso (i)					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	(86.380)	(93.162)	(91.467)	(82.394)	(72.713)
Projeção Nominal e Taxa nominal	(85.202)	(99.590)	(97.948)	(89.057)	(78.932)
Total de despesa					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	(148.442)	(150.690)	(139.446)	(120.388)	(100.927)
Projeção Nominal e Taxa nominal	(161.290)	(168.638)	(157.770)	(138.287)	(116.931)

(i) projeção considera apenas o componente de direito de uso referente ao fluxo descontado dos pagamentos mínimos de arrendamento.

13. Imobilizado

	Imobilizado Terrenos	Benfeitorias	Instalações	Equipamentos de informática	Empilhadeiras	Móveis e Utensílios	Aeronaves	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total imobilizado
Saldos em 31/12/2019	20.781	65.785	57.602	4.934	3.995	6.072	6.063	126	5.024	1.413	171.795
Custo total	20.781	147.105	99.978	23.785	6.511	11.472	9.152	159	7.715	1.413	328.071
Depreciação acumulada	-	(81.320)	(42.376)	(18.851)	(2.516)	(5.400)	(3.089)	(33)	(2.691)	-	(156.276)
Valor contábil, líquido	20.781	65.785	57.602	4.934	3.995	6.072	6.063	126	5.024	1.413	171.795
Aquisição	-	9.907	5.557	1.532	90	1.586	-	-	14	76	18.762
Baixas	-	(312)	-	-	-	-	-	-	(78)	-	(390)
Depreciação	-	(15.839)	(8.499)	(2.195)	(486)	(970)	(353)	(8)	(780)	-	(29.130)

	Imobilizado Terrenos	Benfeitorias	Instalações	Equipamentos de informática	Empilhadeiras	Móveis e Utensílios	Aeronaves	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total imobilizado
Cisão parcial	(20.781)	-	-	-	-	-	-	-	(1.918)	(472)	(23.171)
Transferências	-	-	274	-	-	1	-	-	-	(275)	-
Saldos em 31/12/2020	-	**59.541**	**54.934**	**4.271**	**3.599**	**6.689**	**5.710**	**118**	**2.262**	**742**	**137.866**
Custo total	-	148.090	105.809	25.317	6.601	13.060	8.951	159	3.685	742	312.414
Depreciação acumulada	-	(88.549)	(50.875)	(21.046)	(3.002)	(6.371)	(3.241)	(41)	(1.423)	-	(174.548)
Valor contábil, líquido	-	**59.541**	**54.934**	**4.271**	**3.599**	**6.689**	**5.710**	**118**	**2.262**	**742**	**137.866**
Aquisição	-	5.298	7.681	704	233	326	704	-	5	451	15.392
Baixas	-	(9.483)	-	-	-	-	(208)	-	-	-	(9.691)
Depreciação	-	(15.303)	(9.724)	(2.093)	(504)	(1.082)	(468)	(8)	(356)	-	(29.538)
Transferências	-	-	17	-	-	290	-	-	-	(307)	-
Saldos em 31/12/2021	-	**40.043**	**52.908**	**2.882**	**3.328**	**6.223**	**5.738**	**110**	**1.911**	**886**	**114.029**
Custo total	-	143.895	113.507	26.021	6.834	13.676	9.447	159	3.690	886	318.115
Depreciação acumulada	-	(103.852)	(60.599)	(23.139)	(3.506)	(7.453)	(3.709)	(49)	(1.779)	-	(204.086)
Valor contábil, líquido	-	**40.043**	**52.908**	**2.882**	**3.328**	**6.223**	**5.738**	**110**	**1.911**	**886**	**114.029**

A Companhia não identificou indícios que indicassem potencial não recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, o valor de R$ 2.635 (R$ 3.885 em 31 de dezembro de 2020), relativos aos bens do ativo imobilizado foram dados em garantias dos empréstimos e financiamentos.

14. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores nacionais - terceiros	719.038	619.884
Fornecedores nacionais - risco sacado com terceiros (i)	3.847	2.565
Fornecedores nacionais - risco sacado com partes relacionadas (i)	85.237	94.647
Ajuste a valor presente (AVP)	(14.289)	(5.875)
	793.833	711.221

O ajuste a valor presente para 31 de dezembro de 2021 foi calculado considerando a taxa de 1,26% ao mês (0,52% a.m. em 31 de dezembro de 2020) apurada como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nessa rubrica até o momento de sua realização. (i) A Companhia disponibiliza a seus fornecedores e para a parte relacionada Spiral a possibilidade de realização de uma operação triangular com instituições financeiras denominada "risco sacado". Essa operação possibilita que os fornecedores, desde que previamente aprovados pela Companhia, antecipem o recebimento de suas faturas junto a instituições financeiras, mediante desconto por uma taxa de juros pactuada entre as partes. Cabe salientar que estes títulos são mantidos na avaliação do ajuste a valor presente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram antecipados R$ 20.512 pelos fornecedores terceiros que geraram uma receita de comissão à Companhia de R$ 606 (em 2020 foram antecipados R$ 18.961 e a receita foi de R$ 1.450), registrada como receita financeira, líquida do custo de captação e impostos incidentes.

15. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Juros	Vencimento	2021	2020
Capital de giro - Cédula de Crédito Bancário (CCB)	Variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 2,10% a 3,95% a.a.	Ago/2025	686.677	824.642
Compror (financiamento de compras)	Variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 1,19% ao ano	Jun/2021	-	357
Outros financiamentos	Juros fixos de 10,1% a 12,4% a.a.	Nov/2024	1.695	2.993
			688.372	827.992
Circulante			229.896	244.779
Não circulante			458.476	583.213

Composição do não circulante, por ano de vencimento:

Ano	2021	2020
2022	-	148.676
2023	193.851	174.309
2024	165.855	161.302
2025	98.770	98.926
	458.476	583.213

Os contratos não possuem cláusulas restritivas. A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada na Nota 28.3. **a. Garantias:** Em garantia dos contratos de capital de giro e Compror, foram concedidas cédulas de crédito bancário avalizadas pelos acionistas controladores e mais recebíveis de cartões de crédito em 13% a 30% do saldo devedor do empréstimo (dependendo da instituição financeira) e, a critério do credor, caso o saldo de garantia de recebíveis não atenda aos limites contratados, a instituição financeira tem o direito a retenção de recebíveis até os limites de garantias estipuladas, nos períodos apresentados os limites de garantias foram atendidas, bem como, requerer a alocação de certa quantia em aplicação financeira na própria instituição financeira. Já nos contratos outros financiamentos, as garantias são os próprios bens financiados mais aval dos acionistas controladores.

16. Obrigações fiscais

	2021	2020
IRRF a recolher	1.850	1.460
ISS de terceiros a recolher	68	81
CSLL, PIS, COFINS e IOF a recolher	2.035	275
Impostos sobre vendas e serviços a recolher	17.943	15.958
Total de impostos a pagar	**21.896**	**17.774**
Parcelamento PIS/COFINS - PERT	**15.186**	**22.866**
Total de obrigações fiscais	**37.082**	**40.640**
Circulante	28.515	26.142
Não circulante	8.567	14.498

Em setembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/17, para pagamento de auto de infração, relativo a créditos de PIS/COFINS, relativos ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015. Com a adesão, a multa aplicada foi reduzida em 40% e os juros em 80%, sendo parcelado em 150 parcelas mensais e consecutivas, vencida a primeira em 30/09/2017 e a última em 31 de janeiro de 2030. A partir de então, a Companhia deixou de tomar determinados créditos, porém ajuizou ação contra a Receita Federal do Brasil - RFB com o objetivo de recuperá-los. Com objetivo de minimizar os efeitos de possíveis novos autos de infração em relação as operações do ano de 2016 e parte do ano de 2017 foram efetuados depósitos judiciais. A seguir demonstramos a movimentação do parcelamento de tributos:

Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2019	**8.026**
Novos parcelamentos	21.790
Atualização monetária	547
Pagamentos realizados	(7.497)
Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2020	**22.866**
Novos parcelamentos (i)	1.260
Atualização monetária	390
Pagamentos realizados	(9.330)
Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2021	**15.186**
Circulante	6.619
Não circulante	8.567

(i) Em 25 de março de 2021, a Companhia aderiu ao parcelamento do auto de infração referente ao não recolhimento de ICMS para operações de saída no Distrito Federal.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2021	2020
2022	-	6.164
2023	3.473	3.396
2024	849	823
2025	849	823
2026	849	823
2027	849	823
2028	849	823
2029	849	823
	8.567	14.498

17. Receita diferida

	2021	2020
Garantia estendida e seguros para roubo, furto e quebra acidental (i)	1.932	1.988
Adiantamentos recebidos (ii)	107	123
	2.039	2.111

(i) O seguro de garantia estendida tem como objeto garantir ao segurado (cliente da Kalunga) a reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de evento amparado pelas condições gerais da apólice de seguros. Pelas vendas do seguro de garantia, a Kalunga é remunerada entre 50% a 70% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro de garantia estendida, registrando tal recebimento na rubrica "Receita diferida". Findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela seguradora (até o quinto dia útil do mês subsequente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica "Venda de serviços". A Companhia iniciou em 2019 também a comercialização de seguro para roubo, furto e quebra acidental, o qual garante ao segurado (cliente da Kalunga) a indenização, reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de sinistros amparados pelas condições gerais da apólice de seguros. Pelas vendas desta modalidade, a Kalunga é remunerada em 49% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro contra roubo, furto e quebra acidental, registrando tal recebimento na rubrica "Receita diferida". As apurações têm frequência em regime mensal, e findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela Seguradora (até o décimo dia útil do mês subsequente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica "Venda de serviços". (ii) Trata-se de adiantamentos recebidos para publicações de propagandas na Revista Kalunga.

18. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

a) Provisões para perdas prováveis.

Foram constituídas provisões sobre as causas que os assessores jurídicos consideram como perda provável, demonstradas a seguir:

	2021	2020
Trabalhistas	1.455	2.479
Cíveis	623	531
Tributárias	6.556	6.770
	8.634	9.780

Contingências trabalhistas: As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores, requerendo indenizações e verbas previdenciárias incorporadas. **Contingências cíveis:** As causas cíveis referem-se a reclamações efetuadas por consumidores dentro do âmbito do Código de Defesa do Consumidor. **Contingências tributárias:** As causas tributárias referem-se a créditos de PIS / COFINS, tomados de janeiro de 2017 a setembro de 2020, que poderão ser questionados pela autoridade competente. A Companhia está avaliando em conjunto com sua assessoria tributária a alternativa mais adequada para mitigação do risco envolvido. A movimentação das provisões para perdas prováveis está demonstrada abaixo:

	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1.999**	**863**	**6.871**	**9.733**
Provisão (reversão)	731	187	(101)	817
Pagamentos	(251)	(519)	-	(770)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2.479**	**531**	**6.770**	**9.780**
Provisão (reversão)	(548)	552	(214)	(210)
Pagamentos	(476)	(460)	-	(936)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.455**	**623**	**6.556**	**8.634**

b) Contingências avaliadas como perda possível, portanto, não provisionadas. Os processos judiciais de risco de perda possível, estão apresentados abaixo por natureza:

Natureza	2021	2020
Cível	1.250	84
Trabalhista	7.388	2.669
Tributário	16.639	126.329
	25.277	129.082

Os valores relacionados a causas tributárias em 31 de dezembro de 2021 se referem substancialmente a: i) Auto de infração lavrado durante o exercício de 2017 sobre créditos de PIS e COFINS tomados pela Companhia no montante de R$ 5.921 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 7.250 em 31 de dezembro de 2020); e ii) A Companhia, até 30 de junho de 2021, amparada na posição de seus assessores jurídicos, não adicionou a atualização monetária dos créditos extemporâneos da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS (Nota 9), na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social nem na base de tributação de PIS e COFINS. Os assessores jurídicos avaliaram até essa data que, em caso de autuação, o risco de perda é possível. A partir de setembro de 2021, baseado no julgamento do *leading case* RE nº 1.063.187/SC realizado no STF, os assessores jurídicos da Companhia passaram a classificar o risco de perda como remoto, no caso da incidência do IRPJ e CSLL, e mantém como possível o risco de perda relativo à incidência de PIS / COFINS, sobre as atualizações monetárias na repetição de indébitos, no montante de R$ 8.047 (R$ 104.548 em 31 de dezembro de 2020, sendo R$ 97.074 de IR / CS e R$ 7.474 de PIS / COFINS).

19. Patrimônio líquido

(a) Capital social Em 31 de dezembro de 2021 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 8.300, representado por 500.000.000 ações ordinárias (idem em 31 de dezembro de 2020), sendo 50% detido por cada um dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 750.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal (idem em 31 de dezembro de 2020). **(b) Alterações societárias** Em 1º de setembro de 2020, foi efetuado um aumento de capital pelos sócios quotistas no montante de R$ 23.171, através de parte do saldo de lucros acumulados. Foi mantida a participação de 50% detido por cada um dos sócios quotistas. Conforme alteração e consolidação do contrato social datada de 1º de setembro de 2020, foi efetuada a cisão parcial de acervo líquido contábil, que foi transferido para a empresa Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. O acervo líquido contábil transferido foi no montante de R$ 23.171, e está representado em sua integralidade por bens do ativo imobilizado (Nota 13). Em 14 de outubro de 2020, os sócios quotistas aprovaram a conversão da Companhia de uma Sociedade Limitada para uma Sociedade por Ações, e a alteração da razão social para Kalunga S.A. e as 830.000.000 quotas foram convertidas em 500.000.000 ações ordinárias. **(c) Reserva legal** Conforme artigo 193 da Lei 6.404/76 e 28 do Estatuto Social, do lucro líquido do exercício apurado, deduzidos os prejuízos acumulados e qualquer provisão de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, serão destinados 5%, no mínimo, do saldo remanescente para a constituição de reserva legal, no limite, em que o saldo desta reserva não supere 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 foi constituída reserva legal no montante de R$ 1.660. **(d) Reserva para investimento** Conforme artigo 28 §3º do Estatuto Social, após a constituição da reserva legal e observada a distribuição mínima obrigatória de dividendos, a Assembleia Geral poderá, por proposta da Administração, destinar o lucro líquido remanescente para constituição de reserva para investimento, a qual, tem a finalidade de assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro. O saldo desta reserva não poderá ultrapassar, junto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, o capital social. Em 31 de dezembro de 2021 foram constituídos R$ 35.870 de reserva de investimento, encerrando o exercício social com um saldo de R$ 38.981. As reservas de lucros, a de investimentos mais a reserva legal descrita no "c", ultrapassam o capital social, em desacordo com o artigo 199 da Lei 6.404/76. (Com relação a esse assunto vide Nota Explicativa 32 - Eventos subsequentes.) **(e) Reserva especial de dividendos** Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2021, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R$ 143.000 com base na reserva especial de dividendos. O valor dos dividendos aprovados foi liquidado através de compensação com o saldo devedor de mútuo mantido com os acionistas controladores (Nota 10). **(f) Dividendos mínimos obrigatórios** Em consonância com artigo 202 da Lei 6.404/76 e artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, foram destinados R$ 11.957 para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. **(g) Custos com emissão de ações** Conforme descrito na Nota 1, em 8 de março de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria "A" na CVM, visando uma captação de recursos financeiros através de oferta pública inicial de ações (IPO). Conforme requerido pelo CPC 08 (R1), os custos de transação incorridos até 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 3.638, foram mantidos em conta transitória como pagamento antecipado no grupo de outros ativos circulantes. Caso o IPO seja concretizado, esse montante será baixado contra uma conta redutora de patrimônio líquido como custos de emissão de ações. Caso a Companhia desista do IPO, então esse montante será baixado como despesa no resultado do exercício corrente.

20. Gestão de capital Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital da Companhia, a Administração pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice do grau de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos de curto e longo prazo, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, os quais podem ser assim sumariados:

	2021	2020
(+) Empréstimos e financiamentos	688.372	827.992
(-) Aplicação financeira	(3.487)	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(16.201)	(72.670)
(=) Dívida líquida	**668.684**	**755.322**
(+) Total do patrimônio líquido	48.947	154.417
(=) Total do capital	**717.631**	**909.739**
Índice de alavancagem financeira - %	93,18	83,03

21. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2021	2020
Vendas brutas de produtos	2.766.729	2.426.693
Venda de serviços	11.141	9.982
Ajuste a valor presente (AVP)	(19.057)	(13.153)
Devoluções	(50.838)	(45.663)
ICMS sobre vendas	(441.758)	(382.745)
PIS e COFINS sobre vendas	(211.184)	(185.434)
ISSQN sobre vendas de serviços	(535)	(481)
Receita líquida	2.054.498	1.809.199

A abertura da receita líquida por canal de vendas é como segue:

	2021	2020
Lojas físicas	1.639.130	1.377.067
Canal digital	412.757	430.218
Copy & Print	2.611	1.914
	2.054.498	1.809.199

22. Despesas com vendas

	2021	2020
Salários e encargos sociais	(213.357)	(185.171)
Amortização de direito de uso de arrendamentos (i)	(78.761)	(72.140)
Depreciação e amortização	(28.504)	(27.655)
Taxa de cartão de crédito	(33.501)	(27.319)
Propaganda e publicidade	(31.043)	(29.401)
Aluguéis (ii)	(22.299)	(1.478)
Energia elétrica, água e telefone	(24.395)	(19.579)
Fretes com vendas	(17.963)	(25.736)
Imposto predial e taxas de funcionamento	(13.928)	(13.379)
Despesas com manutenção	(6.443)	(7.892)
Despesas com ICMS/ICMS Difal	(16.273)	(17.671)
Serviços de terceiros	(10.849)	(7.706)
Materiais de embalagem	(5.487)	(5.575)
Impressos e material de escritório	(3.487)	(2.809)
Royalties	(2.344)	(3.602)
Provisão para perdas esperadas do contas a receber	(1.780)	(2.398)
Quebra de caixa	(320)	(175)
Pró-labore	-	(270)
Outras despesas	(6.414)	(18.921)
	(517.148)	(468.877)

(i) Esse montante compreende R$ 86.711 de amortização de direito de uso dos arrendamentos e gastos com desmantelamento (R$ 78.501 em 2020), líquido de R$ 7.950 de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos (R$ 6.361 em 2020). (ii) Esse montante contempla o desconto de R$ 11.726 obtido dos arrendadores devido ao COVID-19 (R$ 27.780 em 2020).

23. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Serviços de terceiros	(27.780)	(28.557)
Salários e encargos sociais	(28.204)	(21.915)
Provisão (reversão) de contingências e despesas de indenizações	210	(174)
Manutenção	(676)	(1.376)
Depreciação e amortização	(2.517)	(2.459)
Amortização de direito de uso de arrendamentos (i)	(644)	(429)
Energia elétrica, água e telefone	(421)	(448)
Aluguéis	(197)	(243)
Pró-labore	(5.400)	(270)
Legais e tributárias	(191)	(884)
Outras despesas	(1.588)	(5.122)
	(67.408)	(61.877)

(i)Esse montante compreende R$ 710 (R$ 473 em 2020) de amortização de direito de uso dos arrendamentos e gastos com desmantelamento (Nota 12), líquido de R$ 66 (R$ 44 em 2020) de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos.

24. Outras receitas operacionais, líquidas

	2021	2020
Crédito extemporâneo – PIS e COFINS (i)	23.116	-
Outras receitas e despesas	(2.950)	1.011
	20.166	1.011

(i) A Companhia reconheceu em 2021 créditos de PIS/COFINS pela exclusão do ICMS da base de cálculo referente ao período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2017. Tal reconhecimento foi decorrente da decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) ocorrida em 13 de maio de 2021 ratificando a exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS a partir de 15 de março de 2017. O montante total foi de R$28.015 mil, sendo R$23.116 de valores de principal e R$4.899 de receita financeira pela atualização monetária registrado como receitas financeiras. Vide Nota 9.

25. Resultado financeiro

	2021	2020
Despesas financeiras		
Juros sobre passivo de arrendamento (ii)	(59.619)	(59.813)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(57.286)	(39.178)
Juros s/ empréstimos c/ partes relacionadas	(73)	(460)
Despesas bancárias	(2.844)	(5.533)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(38.881)	(34.083)
Outros	(13.027)	(7.320)
	(171.730)	(146.387)
Receitas financeiras		
Juros sobre contratos de mútuo (partes relacionadas)	38.486	28.669
Juros ativos	326	254
Descontos obtidos	26	442
Rendimento de aplicações financeiras e operações de liquidez imediata e comissões sobre operações de risco sacado	1.318	2.171
Ajustes a valor presente de contas a receber	18.898	14.158
Variação monetária	1.508	1.122
(-) Impostos sobre receitas financeiras	(2.231)	(1.934)
Atualização monetária PIS / COFINS (i)	8.917	3.934
	67.248	48.816
Resultado financeiro	(104.482)	(97.571)

(i) Atualização monetária dos créditos de PIS e COFINS do ganho de causa transitada e julgada de ação ajuizada discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, líquido de impostos incidentes. Vide Nota 9. (ii) Esse montante compreende R$ 62.062 de juros de arrendamento (Nota 12), líquido de R$ 2.443 de PIS e COFINS (R$ 61.354 e R$ 1.541 em 2020, respectivamente).

26. Imposto de renda e contribuição social

(a) Conciliação da taxa efetiva

	2021	2020
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	71.073	(2.644)
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais - 34%	(24.165)	899
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
PAT - Programa de alimentação do trabalhador	342	134
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	24	24
Outras adições e exclusões permanentes	2.213	(1.186)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(21.586)	(129)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(22.442)	(8.134)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	856	8.005
	(21.586)	(129)
	30,37%	-4,88%

(b) Diferido

A composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos está abaixo demonstrada:

	2021	2020
Provisão para perdas de crédito esperada	(478)	(459)
Provisão para perdas de estoques	(452)	(123)
Provisões para contingências trabalhistas e cível	(2.936)	(3.325)
Ajuste a valor presente	2.155	602
Arrendamentos	(19.055)	(13.555)
Diferença de taxa de depreciação	377	244
Ganho de causa exclusão de ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (Nota 9)	43.683	41.367
Bonificação de estoques não realizados	(4.361)	(3.939)
Outros	(1.480)	(2.504)
Imposto de renda diferido passivo, líquido	17.453	18.309

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos está abaixo demonstrada:

	2021	2020
Saldo inicial imposto de renda diferido passivo, líquido	(18.309)	(26.314)
Constituição (reversão) no resultado do exercício	856	8.005
Saldo final imposto de renda diferido passivo, líquido	(17.453)	(18.309)

27. Resultado por ação

O cálculo do (prejuízo) lucro líquido básico e diluído por ação é feito por meio da divisão do (prejuízo) lucro líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações existentes no exercício. A Companhia não possuía instrumentos diluidores do (prejuízo) lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	49.487	(2.773)
Quantidade média ponderada de ações no exercício	500.000.000	500.000.000
Lucro (prejuízo) por ação – básico e diluído (expressos em Reais)	0,0990	(0,0055)

28. Instrumentos financeiros

28.1 Gestão de risco financeiro. As atividades da Companhia a expõe a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. **(a) Risco de mercado** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço. **Risco de taxa de juros** A Companhia está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre equivalentes de caixa e sobre os empréstimos e financiamentos que têm suas taxas atreladas substancialmente à variação do CDI. Os parcelamentos de impostos estão atrelados substancialmente à Selic. No caso dos empréstimos e financiamentos, o risco associado decorre da possibilidade de aumento nas taxas de juros que resultem em acréscimo das despesas financeiras. Já para as aplicações financeiras, o risco decorre da possibilidade de redução nas taxas de CDI que diminuam as receitas financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de

volatilidade dessas taxas. Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve as oscilações que podem gerar ganhos ou perdas para a Companhia com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada. Apesar da revogação da Instrução CVM nº 475/08, entendemos que a apresentação dos percentuais de deterioração de 25% e 50% continuam sendo úteis para entendimento da sensibilidade envolvida nos instrumentos financeiros da Companhia. A análise de sensibilidade demonstrada abaixo considera a variação das taxas de juros sobre os ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021:

	Risco	2021	Taxa	Resultado Financeiro		
				Cenário provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Ativos:				(i)		
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Redução do CDI	6.471	CDI	302	226	152
Aplicações financeiras (AC)	Redução do CDI	3.487	CDI	400	300	201
Partes relacionadas	Redução do CDI	508.826	CDI	59.075	44.306	29.538
	Subtotal	**518.784**		**59.777**	**44.832**	**29.891**
Passivos:						
Empréstimos e financiamentos, capital de giro e Compror (*	Alta do CDI	688.802	CDI	(79.970)	(99.963)	(119.955)
Parcelamento de tributos	Alta da Selic	15.186	Selic	(1.405)	(1.756)	(2.108)
	Subtotal	**703.988**		**(81.375)**	**(101.719)**	**(122.063)**
	Total	**185.204**		**(21.598)**	**(56.887)**	**(92.172)**

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data base de 30 de dezembro de 2021 (11,61% a.a.) para 360 dias. Para o cenário provável da SELIC foi considerada a projeção divulgada em Boletim Focus emitido pelo Banco Central em 03 de dezembro de 2021 (9,25% a.a.) (*) Valor bruto dos custos de amortizar de captações de recursos de terceiros

(b) Risco de crédito A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de créditos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber, o qual atualmente não é significativo, pois parte substancial das vendas é realizada à vista, ou, por meio de cartão de crédito, onde o risco de crédito é substancialmente com as administradoras de cartões. Para caixa e equivalentes de caixa, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não concentrar os investimentos em um único grupo econômico. **(c) Risco de liquidez** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Para gerenciar a liquidez do caixa, a Administração estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros, mantendo controle efetivo. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um capital circulante líquido de R$ 229.111 (R$ 72.780 em 31 de dezembro de 2020). O endividamento está representado substancialmente por empréstimos e financiamentos com terceiros e com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2021	**Menos de 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Prazo indefinido**	**Total**
Fornecedores	793.833	-	-	-	793.833
Passivo de arrendamento	82.264	394.326	68.396	-	544.986
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	107.076	107.076
Empréstimos e financiamentos	229.896	193.851	264.625	-	688.372
Total	**1.105.993**	**588.177**	**333.021**	**107.076**	**2.134.267**

Em 31 de dezembro de 2020	**Menos de 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Prazo indefinido**	**Total**
Fornecedores	711.221	-	-	-	711.221
Passivo de arrendamento	64.181	303.176	175.474	-	542.831
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	82.833	82.833
Empréstimos e financiamentos	244.779	583.213	-	-	827.992
Total	**1.028.181**	**886.389**	**175.474**	**82.833**	**2.164.877**

(d) Instrumentos derivativos A Companhia não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros instrumentos de risco. Em 31 de dezembro de 2021 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

28.2 Classificação dos instrumentos financeiros

	Classificação	Hierarquia Valor Justo	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Nível 2	16.201	72.670
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 2	78.294	126.396
Aplicação financeira	Custo amortizado	Nível 2	3.487	-
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	508.826	526.974
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	20.519	10.060
			627.327	**736.100**
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	793.833	711.221
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	688.372	827.992
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 2	544.986	542.831
Empréstimos com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	107.076	82.833
			2.134.267	**2.164.877**

Os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2021 estão próximos dos valores justos nas respectivas datas. Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

28.3 Mudanças dos passivos financeiros nas atividades de financiamento

2021	Em 31 de dezembro de 2020	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Juros provisionados	Descontos obtidos	Em 31 de dezembro de 2021
Passivo de arrendamento	542.831	(56.017)	(62.061)	69.897	62.062	(11.726)	544.986
Empréstimos e financiamentos	827.992	(196.427)	(55.354)	54.875	57.286	-	688.372
Empréstimos com partes relacionadas	82.833	(232.344)	-	256.514	73	-	107.076
	1.453.656	**(484.788)**	**(117.415)**	**381.286**	**119.421**	**(11.726)**	**1.340.434**

2020	Em 31 de dezembro de 2019	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Juros provisionados	Descontos obtidos	Em 31 de dezembro de 2020
Passivo de arrendamento	533.148	(32.706)	(57.976)	66.791	61.354	(27.780)	542.831
Empréstimos e financiamentos	643.360	(128.660)	(63.428)	337.542	39.178	-	827.992
Empréstimos com partes relacionadas	149.986	(401.504)	(875)	334.766	460	-	82.833
	1.326.494	**(562.870)**	**(122.279)**	**739.099**	**100.992**	**(27.780)**	**1.453.656**

29. Pagamento baseado em ações Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de dezembro de 2020 foi aprovado o Plano de Outorga de Ações Restritas. A Administração do plano e outorga de opções caberá ao Conselho de Administração. Até 31 de dezembro de 2021, não foram outorgadas opções e não houve, consequentemente, nenhum registro contábil desse plano.
30. Transações que não afetam caixa As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	2021	2020
Abatimento de dividendos distribuídos do mútuo a receber de partes relacionadas	143.000	-
Arrendamentos contratados durante o exercício e provisão de desmantelamento	11.652	21.948
Remensuração de arrendamentos	79.227	47.806
Descontos obtidos no pagamento de arrendamento	11.726	27.780
Baixa de contratos de arrendamento	1.485	115
Aumento de capital com lucros acumulados	-	23.171
Cisão parcial de ativo imobilizado	-	(23.171)
Compensação de IR e CS correntes com saldo de pagamentos a maior em 2020	10.789	-
Compensação de IR e CS correntes com créditos de PIS e COFINS	8.967	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	11.957	-

31. Seguros contratados Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém cobertura de seguros para o ativo imobilizado, estoques e despesas fixas de um ano, como a seguir indicados, para cobrir os riscos de eventuais sinistros: (a) Estabelecimentos comerciais (lojas) - incêndio, raio, explosão e outros eventos da natureza, no montante total de R$ 716.056 (R$ 719.507 em 31 de dezembro de 2020), com um limite máximo garantido de R$ 98.100 (R$ 95.000 em 31 de dezembro de 2020); Centros de Distribuição no montante total de R$ 263.080 (R$ 314.317 em 31 de dezembro de 2020), com um limite máximo garantido de R$ 225.302 (R$ 245.100 em 31 de dezembro de 2020); (b) Demais riscos, incluindo responsabilidade civil, nos montantes máximos de R$ 5.500 (R$ 3.167 em 31 de dezembro de 2020); (c) Seguro aeronáutico no montante limite de US$ 13 milhões de dólares americanos (idem em 31 de dezembro de 2020), equivalentes a R$ 72.547 (R$ 67.557 em 31 de dezembro de 2020); (d) Responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O) com um limite máximo garantido de R$ 60.000 (R$ 80.000 em 31 de dezembro de 2020); e (e) Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética (CyberEdge) com um limite máximo garantido de R$ 1.000.
32. Eventos subsequentes Em atendimento ao artigo 202 da Lei 6.404/76, e ao artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, foi registrado no encerramento do exercício social o valor de R$ 11.957 relativos à distribuição do dividendo mínimo obrigatório, e R$ 35.870 relativos a Reserva para Investimentos, conforme descrito na nota explicativa 19 – Patrimônio Líquido. Com o objetivo de reforçar a estrutura de capital da Companhia, a Diretoria Executiva propôs e foi acatado pelo Conselho de Administração, que os valores relativos ao dividendo mínimo obrigatório e a reserva de investimentos, que totalizam R$ 47.827, sejam utilizados para aumento do Capital Social, elevando o mesmo de R$ 8.300 para R$ 56.127. Esta proposta está sujeita à deliberação dos acionistas na próxima Assembleia Geral a ser convocada.

Conselho da Administração

Paulo Sérgio Menezes Garcia – Presidente do Conselho de Administração
Emerson Piovezan – Vice-Presidente do Conselho de Administração
José Roberto Menezes Garcia
Antonio Maurício Maurano
German Pasquale Quiroga Vilardo

Diretoria

José Roberto Menezes Garcia – Diretor-Presidente
Felipe de Albuquerque Campos – Diretor Financeiro e de Relação com Investidores
Hoslei Amauri Touro Pimenta – Diretor

CONTADOR
Jovino Domingues Vieira
CRC-SP: 1SP 128.133/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Kalunga S.A. - São Paulo - SP.

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Kalunga S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Créditos de PIS e COFINS oriundos da exclusão de ICMS da base de cálculo** Conforme divulgado na nota explicativa 8, a Companhia obteve decisão judicial de trânsito em julgado garantindo-lhe o direito de excluir o ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, referentes ao período de 28 de novembro de 2002 a 31 de julho de 2014, incluindo a correção devida. Tal trânsito em julgado ocorreu em 29 de fevereiro de 2019, e está em linha com o apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 15 de março de 2017, data que foi fixada a tese de recuperação geral, quando do julgamento do recurso extraordinário (RE) 574.706. Consequentemente, foram reconhecidos créditos de PIS e COFINS no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais foram mensurados considerando julgamentos, interpretações e premissas da administração, e outras informações conforme a documentação que suportam os créditos. Adicionalmente, em 2021 a Companhia reconheceu os créditos do PIS e COFINS, decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo, para o período compreendido entre 1º de abril de 2017 e 31 de dezembro de 2017 no montante de R$ 28.015 mil, incluindo a correção devida, levando em consideração a decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) ocorrida em 13 de maio de 2021 ratificando a exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS a partir de 15 de março de 2017. O processo de cálculo de tais créditos envolveu um número relevante de operações, bem como julgamentos relevantes da administração sobre as modalidades de ICMS que deram origem aos créditos tributários reconhecidos. Em 31 de dezembro de 2021 o valor dos créditos de PIS e COFINS a recuperar era de R$ 236.006 mil. Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido a magnitude dos valores envolvidos e do julgamento aplicado na mensuração das estimativas utilizadas por parte da administração na elaboração das projeções para realização desses créditos, as quais podem ser afetadas por condições futuras do mercado e econômicas que não estão sob o controle da Companhia. **Como a nossa auditoria conduziu esse assunto** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o envolvimento de especialistas em impostos para nos auxiliar a avaliar os impactos fiscais envolvidos; a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia; a avaliação da integridade das bases utilizadas para apuração dos créditos; a interpretação da administração dos termos e condições da sentença prolatada e a razoabilidade dos julgamentos aplicados pela administração nos cálculos para determinação dos créditos tributários e sua realização futura e a adequação das divulgações na nota explicativa 8 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados na mensuração dos créditos tributários e na expectativa de realização destes créditos, assim como as divulgações incluídas na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos. Demonstração do valor adicionado**. A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Carmen Lucia Chulek Carone
Contador CRC-PR 054044/O-7

Metlife Planos Odontológicos Ltda.

CNPJ nº 03.273.825/0001-78 - ANS 40.648-1

Navigating life together

Relatório da Administração

Temos a satisfação de apresentar aos nossos acionistas, parceiros de negócios e clientes as Demonstrações Financeiras da MetLife Planos Odontológicos Ltda. ("Operadora"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

A empresa

A Operadora faz parte do grupo americano MetLife Inc., líder global de seguros, planos de previdência e programas de benefícios para empregados, servindo 100 milhões de clientes em cerca de 40 países. O grupo obteve, no exercício de 2021, a arrecadação consolidada de prêmios, tarifas e outras receitas de US$ 71,1 bilhões e alcançou ativos de US$ 759,7 bilhões.

Atuando no Brasil desde 2008 no segmento de operação de planos de assistência odontológica, conta hoje com uma rede referenciada de mais de 39 mil opções de atendimento em todo o Brasil, mais de 1.212 mil beneficiários cobertos, apoiados por uma estrutura com 87 colaboradores.

Desempenho

Os ativos totais fecharam em um patamar de R$ 97,8 milhões no final do exercício e o patrimônio líquido foi de R$ 57,9 milhões, com lucro líquido de R$ 5 milhões. As provisões técnicas totais atingiram o montante de R$ 19,4 milhões e o montante das contraprestações em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 273,6 milhões.

No exercício de 2021, a Operadora efetuou pagamento de tratamentos odontológicos de seus beneficiários no montante de R$ 103,1 milhões. Este valor corresponde a 2.055.343 eventos pagos no período. No mesmo período, o índice de sinistralidade obtido foi de 40,1%.

Investimentos

A Operadora vem dando ênfase no desenvolvimento de novos canais de distribuição, aproveitando as competências em sistemas de gestão e produtos, bem como uma equipe capacitada nesses assuntos hoje existentes nas outras operações da própria MetLife na América Latina.

Como plano de longo prazo, um dos pontos estratégicos da Operadora é investir na melhoria contínua dos serviços para aprimorar ainda mais o atendimento a segurados e corretores, sustentado pelos investimentos em Tecnologia da Informação.

Em recursos humanos, para apoiar a execução da estratégia da Operadora, são realizados constantes investimentos para a capacitação de liderança e equipes.

Governança Corporativa

A Operadora segue as políticas adotadas pela matriz dando grande importância à manutenção de adequados processos de controles internos e estrito cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos pela Administração e pelos reguladores (Compliance).

A Operadora vem continuamente aperfeiçoando suas políticas e procedimentos e investindo em treinamento de funcionários voltados aos processos de prevenção a fraudes, lavagem de dinheiro e comportamento ético.

A Deloitte, empresa de auditoria externa, e a área de auditoria interna gerenciada diretamente pela matriz são as entidades que prestam serviços de auditoria. A auditoria interna tem um papel fundamental no sistema de controles internos e avaliação de riscos da Operadora, da mesma maneira como os Departamentos de riscos e de controles internos.

A análise dos riscos e controles operacionais identificados pela estrutura de Riscos e Controles Internos é documentada em controles eletrônicos, com revisão e reportes periódicos à equipe Regional Latam.

Compromisso e agradecimentos

A diretoria da Operadora está confiante no crescimento de suas operações no Brasil e na continuidade dos seus investimentos. O nível de crescimento das Contraprestações atingidas ao longo dos últimos anos caracterizado por um forte incremento das vendas, base de clientes, alcance geográfico e o resultado positivo e consistente atingido nos deixam confiantes de que estamos construindo uma operação sólida e de longo prazo.

Aproveitamos para reiterar nossos votos de estima à Agência Nacional de Saúde – ANS, aos nossos parceiros de negócios, clientes em geral e aos nossos colaboradores, a quem expressamos um especial reconhecimento pelo empenho e competência dedicados à MetLife Planos Odontológicos Ltda., promovendo uma constante melhoria dos produtos e serviços oferecidos aos nossos clientes.

A Administração.

Evolução dos indicadores de desempenho

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	2021	2020
Ativo circulante		42.892	38.859
Disponível		187	223
Realizável		42.705	38.636
Aplicações financeiras	4	29.667	28.181
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		19.356	12.700
Aplicações livres		10.311	15.481
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	10.851	5.777
Contraprestações pecuniárias a receber		10.378	5.725
Operadoras de planos assistência saúde		74	52
Outros créditos de operações com planos de assistência saúde		399	-
Despesas diferidas		785	191
Créditos tributários e previdenciários	6	1.322	3.046
Bens e títulos a receber	7	80	1.430
Despesas antecipadas		-	11
Ativo não circulante		54.931	78.942
Realizável a longo prazo		54.931	78.709
Aplicações financeiras	4	34.029	65.836
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		7.228	22.615
Aplicações livres		26.801	43.221
Ativo fiscal diferido	6	20.534	12.819
Depósitos judiciais e fiscais		368	54
Imobilizado		-	6
Imóveis de uso próprio		-	6
Imóveis - Hospitalares / odontológicos		-	3
Imóveis - Não hospitalares / odontológicos		-	3
Intangível	8	-	227
Total do ativo		97.823	117.801

PASSIVO	Nota explicativa	2021	2020
Passivo circulante		39.653	29.536
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		19.356	12.127
Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG		2.696	787
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	9b)	8.214	4.882
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	9c)	8.446	6.458
Débitos de operações de assistência à saúde		1.944	1.376
Comercialização sobre operações		1.944	1.376
Tributos e encargos sociais a recolher	10	3.552	3.878
Débitos diversos	11	14.801	12.155
Não circulante		246	1.312
Provisões para tributos diferidos		2	1.274
Provisões para ações judiciais	12	244	38
Patrimônio líquido		57.924	86.953
Capital social	13a)	51.050	48.308
Reservas de lucros	13d)	9.202	36.173
Ajustes de avaliação patrimonial	13b)	(2.328)	2.472
Total do passivo		97.823	117.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	2021	2020
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	14	273.565	219.597
Receitas com operações de assistência à saúde		287.616	231.000
Contraprestações líquidas		287.616	231.000
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(14.051)	(11.403)
Eventos indenizáveis líquidos	15	(109.737)	(77.219)
Eventos conhecidos ou avisados		(107.748)	(78.971)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(1.989)	1.752
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		163.828	142.378
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	16	(54.012)	(34.062)
Resultado bruto		109.816	108.316
Despesas de comercialização	17	(51.364)	(36.366)
Despesas administrativas	18	(54.222)	(53.403)
Resultado financeiro líquido	19	2.473	5.926
Receitas financeiras		2.550	5.941
Despesas financeiras		(77)	(15)
Resultado antes dos impostos e das participações		6.703	24.473
Imposto de renda	20	(4.080)	(3.398)
Contribuição social	20	(1.708)	(1.262)
Impostos diferidos	20	4.114	(2.613)
Resultado líquido		5.029	17.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	5.029	17.200
Outros resultados abrangentes		
Ativos financeiros disponíveis para venda:	(4.800)	(1.122)
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(7.273)	(1.699)
Efeitos tributários	2.473	578
Resultado abrangente total do exercício	229	16.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		39.944	22.199	3.594	-	65.737
Aumento de Capital		8.364	-	-	-	8.364
Ajustes de Avaliação Patrimonial	4/13b)	-	-	(1.122)	-	(1.122)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	17.200	17.200
Proposta da destinação do Lucro: Reserva de Lucros	13d)	-	13.974	-	(13.974)	-
Juros sobre o Capital Próprio - R$0,07 por quota	13c)	-	-	-	(3.226)	(3.226)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		48.308	36.173	2.472	-	86.953
Aumento de Capital		2.742	-	-	-	2.742
Ajustes de Avaliação Patrimonial	4/13b)	-	-	(4.800)	-	(4.800)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.029	5.029
Proposta da destinação do Lucro: Reserva de Lucros	13d)	-	5.029	-	(5.029)	-
Distribuição de dividendos - R$0,63 por quota	13c)	-	(32.000)	-	-	(32.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		51.050	9.202	(2.328)	-	57.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de planos saúde	251.315	212.262
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(100.390)	(84.618)
Pagamento de comissões	(65.242)	(48.646)
Pagamento de pessoal	(6.542)	(7.159)
Pagamentos de pró-labore	(1.483)	(1.304)
Pagamento de serviços de terceiros	(187)	(186)
Pagamento de tributos	(29.348)	(27.517)
Aplicações financeiras	(8.203)	(26.998)
Outros pagamentos operacionais	(39.956)	(15.807)
Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades operacionais	(36)	27
Variação de caixa e equivalente de caixa	(36)	27
Caixa - Saldo inicial	223	196
Caixa - Saldo final	187	223
Aumento/Redução Em Caixa E Equivalentes De Caixa	(36)	27
Ativos livres no início do exercício	58.703	4.403
Ativos livres no final do exercício	30.775	58.703
Aumento/(diminuição) nas aplicações financeiras - Recursos livres	(27.928)	54.300
Conciliação do lucro líquido do exercício ao caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.029	17.200
Mais	294	113
Depreciações e amortizações	231	107
Juros e variações monetárias sobre provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	63	6
Atividades operacionais	(5.359)	(17.286)
Variação das aplicações	23.123	(19.403)
Variação dos créditos de operações com planos de assistência à saúde	(5.074)	531
Variação dos títulos e créditos a receber	(3.907)	2.884
Variação das despesas antecipadas	11	21
Variação de outros créditos a receber	756	1.090
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	7.229	(1.930)
Variação dos débitos de operações de assistência à saúde	568	(463)
Variação dos tributos e contribuições a recolher	(326)	1.618
Variação de débitos diversos	(26.611)	(1.040)
Variação de provisões para tributos diferidos	(1.128)	(594)
Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades operacionais	(36)	27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A MetLife Planos Odontológicos Ltda. ("Operadora") está localizada na Rua Flórida, 1.595 - Brooklin Novo, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, cuja controladora é a MetLife Inc., uma sociedade de capital aberto devidamente constituída no estado de Delaware nos Estados Unidos da América, localizada na 1.095 *Avenue of the Americas*, Nova York, e tem como objetivo a operação de planos privados de assistência à saúde, exclusivamente odontológicos, bem como a realização de outras atividades conexas com esse objetivo.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e de acordo com o Plano de Contas instituído pela Resolução Normativa - nº 435, de 23 de novembro de 2018, e alterações posteriores, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sendo as principais práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

3 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de até 3 meses e com risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estes eram compostos por saldos de caixas e bancos registrados na rubrica "Disponível".

b) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo; ou
- For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Operadora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Resultado Financeiro", na demonstração do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos e não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em ganhos e perdas não realizados, no patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

c) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados no ativo dentro da categoria de empréstimos e recebíveis e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado "contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde". A provisão para perda sobre créditos é constituída conforme RN nº 418/16 e alterações posteriores sendo constituído 100% dos créditos a receber vencidos acima de 60 dias para clientes pessoas físicas e 90 dias para pessoa jurídica, em montante suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização desses créditos.

d) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando-se em consideração a vida útil e econômica dos bens.

e) Intangível

Representado por licença de uso de software, amortizados pelo prazo de 60 meses.

f) Demais ativos realizáveis a longo prazo

São representados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as provisões para perdas.

g) Despesas Diferidas

As comissões sobre contraprestações são diferidas de acordo com o prazo de vigência dos contratos com faturamento mensal e vigência média inferior a 15 dias.

h) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisão de eventos a liquidar

Os custos dos serviços prestados são registrados com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis líquidos.

Provisão de eventos ocorridos e não avisados

A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA é apurada conforme Resolução Normativa - RN nº 393/15 e alterações posteriores e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que ainda não tenham sido notificados à Operadora. A Operadora constitui a PEONA integralmente utilizando metodologia atuarial própria conforme instrução da RN nº 393/15 e alterações posteriores.

Provisão para prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)

A Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas (PPCNG) é calculada "pro rata die" relativa à parcela de prêmio/contraprestação cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu, conforme Resolução Normativa - RN nº 393/15 e alterações.

Teste de Adequação dos Passivos

O Teste de Adequação do Passivo (TAP) passou a ser exigido a partir da data-base de 31 de dezembro de 2020, e é elaborado na data-base do encerramento do exercício social para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas para estimar o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de planos odontológicos, considerando as vigências desses contratos, limitadas ao horizonte máximo de 8 (oito) anos. Esse teste é elaborado segregando-se entre as modalidades valor individual, coletiva empresarial, coletivo por adesão e corresponsabilidade assumida. As estimativas correntes dos fluxos de caixa são descontadas a presente com base nas estruturas a termo de taxa de juros (ETTJ) livres de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA. Em 31 de dezembro de 2021, a estimativa corrente de fluxo de caixa descontada a valor presente é R$72.050.549. Como conclusão do TAP não há insuficiência em nenhum dos agrupamentos considerados, assim não há a necessidade de constituição da Provisão de Insuficiência de Contraprestações (PIC).

i) Reconhecimento das receitas operacionais

As receitas de contraprestações dos planos de assistência odontológica são reconhecidas, observados os períodos de coberturas contratuais, pelo regime de competência. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência odontológica são contabilizados pelo regime de competência.

j) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com operação própria de atendimento odontológico são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

k) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes variações monetárias e dos encargos incorridos. As comissões sobre prêmios emitidos, registradas no passivo circulante pelo regime de competência, são devidas aos corretores de seguros quando do efetivo recebimento das contraprestações.

l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R$240 no exercício. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

m) Imposto de renda e contribuição social diferido

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "Liability Method", equivalente ao CPC 32) de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o montante do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, aprovados anualmente pela Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Operadora e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

n) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Contas a pagar" e "Débitos de operações com seguros". Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive, quando aplicável, honorários, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

o) Provisões para processos judiciais

A avaliação da provisão para os processos judiciais, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC nº 25 - Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes. As provisões para processos judiciais são classificadas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os processos judiciais classificados como perda provável são integralmente provisionados, como provisão para ações judiciais. Obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal.

p) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para realização de contas a receber, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e para riscos tributários. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá vir a ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Operadora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

q) Normas e interpretações novas e revisadas e já emitidas e não adotadas

O CPC emitiu os pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas abaixo.

CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. Essa norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. A ANS aprovou a adoção desta norma para adoção para o exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2022.

CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Essa norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. A ANS aprovou a adoção desta norma para adoção para o exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2023.

CPC 50 - "Contratos de Seguro" O pronunciamento substitui o CPC 11 - Contratos de Seguro que ainda não foi aprovado pela ANS. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguro:

- Modelo padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo.
- "Premium Allocation Approach - PAA": aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão.
- "Variable Fee Approach": abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de caixa futuros esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos.
- Ajuste ao risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa.
- Margem contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início da cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato.
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que refletem as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

4 APLICAÇÕES

a) Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

	Custo atualizado (2021)	Valor Justo (2021)	Ajustes TVM (2021)	Efeitos tributários (2021)	Líquido tributos (iii) (2021)	Valor Justo (2020)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:						
Fundos de Investimento - renda fixa (i)	10.311	10.311	-	-	-	9.655
Subtotal	10.311	10.311	-	-	-	9.655
Ativos financeiros disponíveis para venda:						
Notas do tesouro nacional - NTN (ii)	-	-	-	-	-	75.375
Letras do tesouro Nacional - LTN (ii)	56.912	53.385	(3.527)	1.199	(2.328)	8.698
Subtotal	56.912	53.385	(3.527)	1.199	(2.328)	84.362
Total	67.223	63.696	(3.527)	1.199	(2.328)	97.017
Circulante		29.667				28.181
Não Circulante		34.029				65.836

(i) O valor das cotas de fundos de investimento - renda fixa foi apurado com base nos valores das cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Operadora aplica seus recursos. Os fundos de investimento em que a Operadora aplica não são exclusivos.

(ii) Os títulos públicos federais foram atualizados pela variação da taxa SELIC e foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos

Continua...

Metlife Planos Odontológicos Ltda.

CNPJ nº 03.273.825/0001-78 - ANS 40.648-1

Navigating life together

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Estes títulos possuem mercado ativo com liquidez diária. (ii) Valores contabilizados diretamente em conta de patrimônio líquido - ganhos e perdas não realizados - TVM.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os títulos públicos integrantes da carteira encontravam-se sob custódia de instituição financeira intermediária. A custódia das cotas dos fundos de investimento é mantida diretamente pelos administradores desses fundos.

Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2021, as mensurações dos instrumentos financeiros foram obtidas de preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1) R$ 53.385 (R$ 84.362 em 2020) e Nível 2) R$ 10.311 (R$ 9.655 em 2020).

b) Aplicações por prazo de vencimento

Em 31 de dezembro de 2021, os vencimentos dos ativos estão distribuídos conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Até 3 meses ou sem vencimento	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	10.311	-	-	10.311
Fundos de investimento - renda fixa	10.311	-	-	10.311
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	6.337	47.048	53.385
Títulos de renda fixa públicos	-	6.337	47.048	53.385
Total das aplicações	10.311	6.337	47.048	63.696
Circulante				29.667
Não Circulante				34.029

5 CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (CLIENTES)

Os Créditos de operações com planos de assistência à saúde são inicialmente reconhecidos pelo valor justo. Considerando que as operações têm prazo médio de recebimento de até 30 dias, a Administração entende que os ajustes a valor presente resultariam em efeitos imateriais nos demonstrações financeiras.

2021

	A vencer: Até 30 dias	Vencidas: Até 30 dias	De 31 a 60 dias	Acima de 60 dias	Provisão para perda sobre créditos	Total
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	10.951	14.968	4.481	10.105	(29.654)	10.851
Total líquido	10.951	14.968	4.481	10.105	(29.654)	10.851

2020

	A vencer: Até 30 dias	Vencidas: Até 30 dias	De 31 a 60 dias	Acima de 60 dias	Provisão para perda sobre créditos	Total
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5.109	7.009	5.170	3.294	(14.805)	5.777
Total líquido	5.109	7.009	5.170	3.294	(14.805)	5.777

a) Movimentação de créditos de operações com planos de assistência à saúde:

	2021	2020
Créditos de operações com planos de assist. à saúde no início do exercício	5.777	6.308
Contraprestações emitidas	287.616	231.000
Recebimentos	(251.315)	(212.262)
Reversão (constituição) de provisão para perdas sobre crédito	(14.851)	(3.729)
Baixas/cancelamentos	(16.376)	(15.540)
Créditos de operações com planos de assist. à saúde no final do exercício	10.851	5.777

6 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Operadora apresenta base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal no montante de R$ 8.548 (R$ 16.784 em 2020) e diferenças temporárias no montante de R$ 41.259 (R$ 20.921 em 2020) a compensar com lucros futuros. A legislação permite que bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores sejam compensadas com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% de cada lucro tributável auferido em determinado ano, conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Impostos a compensar (i)	1.322	3.046
IR e CS sobre outras diferenças temporárias (a)	14.028	7.112
IR e CS sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (a)	2.907	5.707
Sobre marcação a mercado de título classificado como disponível para venda	3.595	-
Total	21.856	15.865
Circulante	1.322	3.046
Não circulante	20.534	12.819

(i) Os impostos a compensar são formados, substancialmente, por créditos a compensar.

(a) Demonstrações dos cálculos dos créditos tributários:

	2021	2020
Base negativa acumulada de contribuição social	8.548	16.784
Adições temporárias (i)	41.259	20.921
Total	49.807	37.705
Alíquota de contribuição social	9%	9%
Créditos tributários de contribuição social	4.483	3.393
Prejuízo fiscal acumulado	8.548	16.784
Adições temporárias (i)	41.259	20.921
Total	49.807	37.705
Alíquota do imposto de renda	25%	25%
Créditos tributários de imposto de renda	12.452	9.426
Total do crédito tributário constituído	16.935	12.819
Crédito tributário sobre ajuste TVM	3.599	-
Total do crédito tributário	20.534	12.819

(i) As diferenças temporárias são formadas, basicamente, por provisões judiciais e provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA).

ATIVO	Total	2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031
Realização IRPJ/CSLL	18.136	3.262	2.816	1.507	1.507	1.507	7.536

7 BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2021	2020
Adiantamentos a funcionários	80	87
Outros créditos a receber (i)	-	1.343
Total	80	1.430

(i) Refere-se a baixa antecipada, ocorrida em 31 de dezembro, mas o crédito na conta bancária ocorre apenas no 1º dia útil do ano subsequente.

8 INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Total 2021	Total 2020
Licenças de uso de software	20	2.097	(2.097)	-	227
Total		2.097	(2.097)	-	227

9 RECURSOS PRÓPRIOS MÍNIMOS, DEPENDÊNCIA OPERACIONAL E PROVISÕES TÉCNICAS

Em 16 de dezembro de 2010, a ANS publicou a Resolução Normativa - RN nº 243/10, que estabelece regras para constituição de provisões técnicas, critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo e dependência operacional. As principais definições foram:

a) O Patrimônio Mínimo Ajustado - PMA representa o valor mínimo do patrimônio líquido ou patrimônio social, calculado a partir da multiplicação de fatores determinados pela capital-base R$ 9.727 (R$ 8.977 em 31 de dezembro de 2020), anualmente atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Por esta regra, o PMA requerido desta Operadora, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 314 (R$ 290 em 31 de dezembro de 2020) sendo o patrimônio líquido ajustado da Operadora, em 31 de dezembro de 2021, de R$ 52.620 (R$ 81.008 em 31 de dezembro de 2020).

b) Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a provisão de eventos a liquidar, nos montantes de R$ 8.214 e R$ 4.882, respectivamente, representam saldos relativos à prestação de serviços odontológicos efetuados por profissionais e clínicas conveniados à Operadora em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, por política interna efetuamos a baixa contábil dos eventos pendentes a mais de 360 dias da data de aviso.

c) A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA é apurada conforme Resolução Normativa - RN nº 393/15 e alterações e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que ainda não tenham sido notificados à Operadora. A Operadora constitui a PEONA integralmente seguindo os parâmetros mínimos determinados pela RN nº 393/15 e alterações. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a PEONA foi registrada nos montantes de R$ 8.446 e R$ 6.458, respectivamente.

d) A Operadora aderiu à antecipação do capital baseado em riscos (CBR) segundo os parâmetros definidos pela RN nº 451/20. Em 31 de dezembro de 2021 o Capital Regulatório (CR) foi calculado em:

Capital regulatório	2021	2020
Patrimônio líquido	55.526	86.953
(-) Créditos tributários (s/prejuízo e base negativa)	(2.906)	(5.707)
(-) Despesas Antecipadas	-	(11)
(-) Ativo Intangível	-	(227)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	52.620	81.008
(A) 0,20 vezes das contraprestações - últimos 12 meses	57.523	46.200
(B) 0,33 vezes da média dos eventos - últimos 36 meses	35.641	23.872
(C) Margem de solvência total = maior entre (A) e (B)	57.523	46.200
(D) Capital baseado em riscos	23.902	-
Capital Regulatório (CR) (i) = maior entre 75% da (C) e (D)	43.142	39.401
Suficiência/(Insuficiência)	9.478	41.606

(i) O Capital Regulatório em 2020 foi calculado com base na proporção cumulativa de 85,28% da Margem de solvência total.

10 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Tributos e contribuições sobre o lucro a recolher	2021	2020
IR e CS Sobre o Lucro	583	775
Imposto Sobre Serviços	757	355
PIS	120	105
COFINS	737	646
Subtotal	2.197	1.881
Tributos e contribuições de terceiros a recolher		
Imposto de Renda Retido de terceiros	442	794
Taxa de Saúde Suplementar	400	400
Imposto Sobre Serviços	198	242
Contribuições Previdenciárias	160	423
FGTS	55	59
PIS/COFINS/CSLL	100	79
Subtotal	1.355	1.997
Total de Tributos e Contribuições a Recolher	3.552	3.878

11 DÉBITOS DIVERSOS

	2021	2020
Outros débitos diversos (i)	-	2.743
Fornecedores a pagar	10.360	5.301
Intercompany a pagar (nota 21)	1.617	2.066
Depósitos de terceiros	1.066	603
Obrigações com pessoal	1.758	1.442
Total	14.801	12.155

(i) Refere-se, principalmente, a JCP a pagar, saldo este utilizado para aumento de capital em 2021.

12 PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

A Operadora é parte de processos judiciais envolvendo riscos. A movimentação dos saldos das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

Obrigações legais e provisões para riscos:	2020 Valor da provisão	Adições	Atualização monetária	Reversões/ pagamentos	2021 Valor da provisão
Provisões cíveis	38	236	23	(53)	244
Total	38	236	23	(53)	244

As provisões cíveis relativas a perdas prováveis referem-se a 35 processos, no montante de R$ 244 e as relativas a perdas possíveis não provisionados referem-se a 38 processos cíveis, no montante de R$ 142 (não relacionados a tratamentos realizados aos beneficiários dos planos odontológicos) sendo que os pedidos mais frequentes referem-se ações declaratórias e indenizatórias de danos e perdas morais. As provisões trabalhistas relativas a perdas possíveis não provisionados referem-se a 2 processos no montante de R$ 14, sendo que os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, descanso semanal remunerado, reflexos do 13º salário e aviso prévio.

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 01 de abril de 2021, o capital social foi aumentado de R$ 48.308 para R$ 51.050, com a emissão de novas quotas, ficando o capital representado por 51.050.399 (48.307.789 em 2020) quotas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, mediante a capitalização dos juros sobre o capital próprio de períodos anteriores deliberados nesta data.

b) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial da Operadora referem-se, principalmente, à variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários R$ (2.328) (R$ 2.472 em 2020), conforme nota explicativa nº 4.

c) Juros sobre Capital Próprio

Em 2021, a Operadora distribuiu dividendos relativos a ganhos auferidos em exercícios anteriores no montante de R$ 32.000. Em 2020 foi distribuído juros sobre o capital próprio do respectivo exercício no montante de R$ 3.226.

d) Reservas de lucros

Em 2021, a Operadora constituiu reservas de lucros no montante de R$ 5.029 (R$ 13.674 em 2020).

14 CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS DE PLANOS OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde, no total de R$ 273.565 (R$ 219.597 em 2020), compõem-se das contraprestações líquidas apropriadas deduzidas dos tributos diretos (ISS, PIS e COFINS). Compõe o saldo da conta as operações de Corresponsabilidade Assumida nos contratos como preço preestabelecido no montante de R$ 6.401 (R$ 6.239 em 2020).

15 EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de R$ 109.737 (R$ 77.219 em 2020) referem-se aos custos dos serviços odontológicos, de acordo com os termos de relações contratuais com a rede de cirurgiões-dentistas e com a remuneração estipulada na tabela de procedimentos vigente. Inclui também os reembolsos efetuados aos associados pela utilização de benefícios odontológicos fora da rede credenciada de cirurgiões-dentistas, menos a recuperação de eventos indenizáveis e menos a variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA. Compõe o saldo da conta o montante de R$ 3.228 (R$ 3.272 em 2020) referente aos contratos de Corresponsabilidade Assumida como preço preestabelecido.

16 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Despesas com apólices e contratos	(602)	(681)
Despesas com telemarketing e assistências	(19.700)	(13.294)
Reversão (Provisão) para perdas sobre créditos	(14.851)	(3.729)
Baixas (i)	(18.806)	(11.375)
Outras despesas	(53)	(4.983)
Total	(54.012)	(34.062)

(i) Baixas dos valores a receber dos planos individuais referente a cancelamento de cobrança das faturas vencidas acima de 180 dias.

17 DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO

As despesas de comercialização referem-se às comissões, agenciamentos e pró-labore incorridos/pagos para a rede de corretores independentes e a outros canais de distribuição.

	2021	2020
Despesas com comissões	(49.451)	(36.281)
Despesas com pró-labore	(1)	(49)
Despesas com agenciamento	(1.912)	(36)
Total	(51.364)	(36.366)

18 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	(16.020)	(17.052)
Despesas com localização e funcionamento	(3.357)	(3.046)
Despesas com taxas e emolumentos	(582)	(1.843)
Despesas com publicidade e propaganda	(2.727)	(1.682)
Despesas de rateio com partes relacionadas (nota 21)	(30.485)	(29.281)
Outras (i)	(1.051)	(499)
Total	(54.222)	(53.403)

(i) Inclui, principalmente, outros custos de prestações de serviços por terceiros.

19 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Receitas financeiras:	2021	2020
Receitas com títulos de renda fixa	2.550	5.941
Subtotal	2.550	5.941
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros sobre tributos	(77)	(15)
Subtotal	(77)	(15)
Total do resultado financeiro	2.473	5.926

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do exercício é demonstrada como segue:

	2021 IR	2021 CS	2020 IR	2020 CS
Resultado antes dos impostos e das participações	6.703	6.703	24.473	24.473
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa da despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.676)	(603)	(6.118)	(2.203)
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças permanentes				
Juros sobre o capital próprio	-	-	807	290
Outras adições (exclusões) permanentes	621	(16)	(8)	(41)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	1.055	619	5.319	1.954
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(4.080)	(1.708)	(3.398)	(1.262)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	3.025	1.089	(1.921)	(692)

21 PARTES RELACIONADAS

A Operadora apresenta saldos relativos a transações com partes relacionadas com a Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., compartilhando, inclusive, instalações, recursos humanos e outros insumos necessários para atingir os objetivos sociais e não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

	Passivo 2021	Passivo 2020	Despesa 2021	Despesa 2020
Metropolitan Life Seguros e Previdência S.A.				
Contas a pagar (nota 11)	1.617	2.066	-	-
Despesa (nota 18)	-	-	(30.485)	(29.281)
	1.617	2.066	(30.485)	(29.281)

22 COBERTURA DE SEGUROS

A Operadora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Em 31 de dezembro de 2021, os seguros referem-se a riscos diversos de R$ 49.549 e responsabilidade civil de R$ 76.235 e englobam também as empresas Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. e MetLife Administradora de Planos Multipatrocinados Ltda.

23 GERENCIAMENTO DE RISCO

A Operadora acredita que uma assertiva Gestão de Riscos é essencial para a sustentabilidade do seu negócio e o pleno atendimento aos seus clientes, acionistas, stakeholders e colaboradores.

Visando alavancar os objetivos estratégicos com a Gestão de Riscos, a companhia é estruturada no modelo de 03 linhas de defesa, a qual permite a participação de todas as áreas e níveis hierárquicos da Companhia, desde as áreas de negócio até a alta administração na avaliação dos riscos inerentes à Operadora.

A área de Gestão de Riscos da Operadora é independente e se reporta diretamente para a Diretoria Regional de Riscos, garantindo imparcialidade nas suas avaliações e submissão de resultados.

Risco Operacional

A Operadora avalia periodicamente os riscos inerentes aos quais está exposta na dimensão inerente e residual. De maneira a quantificar a materialização dos Riscos Operacionais, a Companhia compõe uma base de dados de perdas em sua operação mediante metodologia própria. Cabe destacar que as áreas operacionais e de negócio são partes fundamentais na avaliação deste tipo de risco.

Gestão de capital

O gerenciamento do capital da Operadora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócio bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam o Patrimônio Mínimo Ajustado (Resolução Normativa - RN nº 451).

Risco de mercado e concorrência

A Operadora opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos odontológicos com benefícios similares, incluindo as seguradoras do ramo saúde e operadoras de planos de saúde e médicos hospitalares.

Risco de flutuação dos custos médicos odontológicos

Os contratos possuem prazo médio de 24 meses, cláusula de rescisão com aviso prévio de 60 dias e multa contratual para rescisões solicitadas fora do prazo. Em sua maioria também possuem cláusulas de reajuste anual do valor das taxas praticadas através do índice de sinistralidade, que consiste na divisão do valor dos custos incorridos nos últimos doze meses pelas contraprestações pecuniárias líquidas.

Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Operadora não receber valores decorrentes das contraprestações vencidas. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes.

Através de controles internos adequados, a Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na nota explicativa nº 3c.

No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através de um comitê de investimento se observados os dispostos da RN nº 392/15 da ANS no tocante à aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores.

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco através do equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Operadora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de investimentos. A Operadora busca reduzir os impactos das alterações nas taxas de juros através da elaboração de mandatos de investimento estabelecidos, considerando diversos aspectos, tais como: perfil de negócio, estudos atuariais e aspectos de liquidez.

Análise de sensibilidade de variações da taxa de juros

As flutuações das taxas de juros de curto prazo tais como o CDI, a Selic ou ainda as variações na Estrutura a Termo de Taxa de Juros, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e equivalente de caixa.

Em 31 de dezembro de 2021, se as taxas médias de mercado de 2020 fossem 2% maiores ou menores do que o verificado no período e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 aumentaria/diminuiria em aproximadamente R$ 125.

24 COVID-19

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde, declarou a COVID-19 como uma pandemia, como efeito imediato a Operadora colocou em ação um plano de continuidade de negócios, que nos permitiram manter nossos processos operacionais, níveis de atendimento ao cliente, relacionamentos com parceiros e ambiente de controle. Em 2021 continuamos monitorando os efeitos relacionados à pandemia do coronavírus COVID-19 e mantemos o nosso plano de continuidade de negócios.

Em relação a avaliação dos impactos nos negócios, a Operadora observou um aumento de 25% nas contraprestações, que já haviam crescido em 2020 a despeito da Pandemia e um aumento da sinistralidade de 42%, neste caso em razão da redução dos eventos em 2020 por conta do isolamento social e o aumento em 2021, já reflexo do retorno dos clientes a uma rotina mais normal de tratamentos.

A Administração acompanha a evolução da pandemia e mantém o monitoramento para possíveis impactos Financeiros, Patrimoniais, em seus Resultados e no Fluxos de Caixa.

25 TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS OU FINANCIAMENTOS

A Operadora em 2021 efetuou aumento de capital com juros sobre o capital próprio no montante de R$ 2.742.

26 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração da Operadora em 30 de março de 2022.

Diretoria

Breno Pessoa Machado Gomes - Diretor-Presidente

Francisco Ignacio Espinoza Concha - Diretor Financeiro

Responsável Técnico

Luis Danilo Brenzatto Maurici

Controller

Tatiane Paula dos Santos

Contador

Marcos Antonio Klein - CRC 1SP225765/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À Diretoria e Acionistas da **Metlife Planos Odontológicos Ltda.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Metlife Planos Odontológicos Ltda. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metlife Planos Odontológicos Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A.

CNPJ nº 60.886.413/0001-47

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Temos vivenciado um momento histórico para o setor de GLP. Promovemos a união de duas empresas genuinamente brasileiras, Copagaz e Liquigás, que criaram um valioso legado de conhecimentos, experiências e boas relações ao longo dos últimos 70 anos.

Esse período de integração tem sido enriquecedor e muito dinâmico. Unir duas empresas nos exigiu (e nos exige) a mobilização de todos os colaboradores, a fim de integrar, alinhar e capturar sinergias em governança, sistemas, processos, equipes, comunicações e tudo mais que envolve o bom funcionamento de uma organização.

Ressalto que conduzimos todas essas frentes de trabalho mantendo a eficiência dos serviços e o foco no cliente. Assim, ao final de 2021, a Liquigás alcançou uma receita líquida de R$ 7.723,5 milhões e Ebitda de R$ 310,8 milhões.

Hoje somos parte da Copa Energia, uma companhia que nasce com o propósito de energizar vidas e negócios de forma sustentável. Essa é uma mudança considerável em nosso posicionamento, forma de dialogar com as pessoas e maneira de enxergar o futuro.

Muito além de fornecer produtos e soluções baseadas em GLP, que segue em nosso *core business* e continua a representar um produto de extrema relevância para a matriz energética residencial e empresarial brasileira, estamos preparados e dispostos a empreender um movimento gradual e consistente, com a incorporação de alternativas sustentáveis como a energia eólica, solar, biomassa, hidrogênio, entre outras.

Ao longo desse processo de transformação e de construção do futuro, valorizaremos o GLP como um combustível de transição, que, em substituição a opções como a lenha e o carvão, é capaz de promover diversas vantagens como ganhos de eficiência, mais segurança e menores impactos à saúde e ao meio ambiente - apenas para citar algumas. A inovação continuará desempenhando um papel preponderante para o aperfeiçoamento e a criação de soluções.

Para além das questões da integração, que a Liquigás passará ao longo do ano de 2022, apresentamos nossas demonstrações contábeis e uma síntese do nosso desempenho operacional e econômico-financeiro.

Antecipo nesta mensagem que 2021 foi um ano desafiador, com fatores de pressão significativos como o aumento de preço dos derivados de petróleo e a desvalorização cambial da nossa moeda frente ao dólar, que afetam a composição de preços do GLP. Além disso, a pandemia persiste com desdobramentos para toda a sociedade e com esse pano de fundo nos empenhamos em levar um produto essencial aos lares e empresas brasileiras.

Em tudo que realizamos e conquistamos, pudemos ver a energia das pessoas talentosas que formam a Copa Energia. Tivemos avanços importantes na gestão do capital humano. Implementamos a 1ª Pesquisa de Engajamento Copa Energia, com a participação dos empregados da Liquigás e Copagaz, a fim de conhecer melhor os nossos colaboradores e iniciamos a Jornada Cultural da Copa Energia, que nos ajudará a definir a cultura organizacional adequada para a nova estratégia empresarial. Além disso, continuamos a investir fortemente em desenvolvimento e unificamos medições e processos de monitoramento de saúde e segurança do trabalho.

Na esfera ambiental, seguimos adotando boas práticas e iniciativas voltadas à ecoeficiência. No processo de *debranding*, por exemplo, recolhemos mais de 35 mil quilos de materiais com as marcas antigas e destinamos 56% de forma sustentável, para reciclagem ou reutilização.

Ao mesmo tempo, quanto ao nosso relacionamento com as comunidades e a sociedade em geral, nós da Copa Energia reafirmamos nosso compromisso com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, demonstrado a partir do empenho em levar à população uma forma de energia acessível e segura, bem como em desenvolver um portfólio de energias sustentáveis. Adicionalmente, é importante lembrar que mantivemos parcerias sociais sólidas como as da Fundação Abrinq e Childhood Brasil, ambas com foco na proteção de direitos de crianças e adolescentes.

Estamos orgulhosos em divulgar esta publicação contando um pouco sobre a nossa trajetória de 2021. Aprendemos muito, superamos obstáculos, criamos soluções e renovamos nosso olhar, sobre o qual estamos entusiasmados e otimistas.

Agradecemos a todos que contribuíram direta ou indiretamente para chegarmos até aqui.

Antonio Carlos Moreira Turqueto

Presidente da Liquigás, do Conselho de Administração e da Copa Energia

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	37.743	51.240
Contas a receber de clientes, líquidas e outros recebíveis	420.509	258.626
Estoques	92.449	67.630
Imposto de renda e contribuição social	71	68
Impostos e contribuições	71.381	55.644
Despesas antecipadas	13.143	9.761
Outros ativos	9.874	7.993
	645.270	450.982
Ativos não circulantes mantidos para distribuição aos sócios	-	43.119
	645.270	494.101
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Contas a receber clientes, líquidas	38.940	42.116
Cauções e depósitos judiciais	60.641	64.702
Imposto de renda e contribuição social	22.322	7.387
Impostos e contribuições	49.337	71.744
Despesas antecipadas	1.733	3.164
Outros ativos	3.133	2.593
Total do realizável a longo prazo	176.106	191.706
Investimentos	14.175	15.218
Imobilizado	919.650	971.234
Intangível	72.303	77.977
	1.182.234	1.256.135
Total do ativo	1.827.504	1.750.236

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar		124.206	191.491
Salários, férias e encargos		61.059	64.103
Empréstimos e financiamentos		42.066	-
Arrendamentos		29.991	38.340
Imposto de renda e contribuição social		4.903	-
Impostos e contribuições		20.516	12.389
Dividendos a pagar		42.806	33.228
Adiantamentos de clientes		13.346	14.217
Provisão para plano de assistência médica	5.1	3.171	10.342
Outras contas e despesas a pagar		17.676	16.222
		358.742	380.332
Não circulante			
Salários, férias e encargos		336	1.741
Arrendamentos		119.468	106.511
Mútuos a pagar para partes relacionadas		529	755
Provisão para processos judiciais		48.340	53.399
Provisão para plano de assistência médica	5.1	80.912	95.122
Outras contas e despesas a pagar		25.138	23.600
Total não circulante		274.743	281.128
Total do passivo		633.485	661.460
Patrimônio líquido	6		
Capital social		583.039	644.093
Reserva de capital		165.080	165.080
Reservas de lucros		430.126	278.529
Reserva de reavaliação		38	45
Outros resultados abrangentes		15.736	1.029
		1.194.019	1.088.776
Total do passivo e patrimônio líquido		1.827.504	1.750.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

		Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros						Ajuste de avaliação patrimonial	
	Nota	Capital subscrito e integralizado	Reserva especial de ágio	Legal	Estatutária P&D	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Reserva de reavaliação	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2020		644.093	165.080	77.053	2.139	18.459	74.170	-	52	(14.601)	966.445
Realização da reserva de reavaliação em coligadas		-	-	-	-	-	-	7	(7)	-	-
Lucro líquido do exercício	6.4	-	-	-	-	-	-	139.907	-	-	139.907
Constituição de reservas para incentivos fiscais		-	-	-	-	22	-	-	-	-	22
Ajuste avaliação patrimonial - ganho atuarial, líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	15.630	15.630
Destinações											
Apropriações em reservas	6.4	-	-	6.995	-	8.839	90.852	(106.686)	-	-	-
Dividendo obrigatório	6.4	-	-	-	-	-	-	(33.228)	-	-	(33.228)
Em 31 de dezembro de 2020		644.093	165.080	84.048	2.139	27.320	165.022	-	45	1.029	1.088.776
Realização da reserva de reavaliação em coligadas		-	-	-	-	-	-	7	(7)	-	-
Lucro líquido do exercício	6.4	-	-	-	-	-	-	168.721	-	-	168.721
Redução de capital em 22.06.2021 - Cisão NGC	6.1	(53.357)	-	-	-	-	-				(53.357)
Redução de capital em 22.06.2021 - Cisão Fogás	6.1	(850)	-	-	-	-	-				(850)
Reversão dividendos obrigatórios conforme Assembleia Geral Ordinária - AGO 24.06.2021	6.4	-	-	-	-	-	33.228				33.228
Redução de capital em 31.07.2021 - Cisão Fogás	6.1	(6.847)	-	-	-	-	-				(6.847)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	(50.359)			(50.359)
Ajuste avaliação patrimonial - ganho atuarial, líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	14.707	14.707
Destinações											
Apropriações em reservas	6.4	-	-	8.436	-	6.771	103.162	(118.369)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021		583.039	165.080	92.484	2.139	34.091	301.412	-	38	15.736	1.194.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2021	2020 (reapresentado)
Receita líquida das vendas		7.723.506	6.396.156
Custo dos produtos e serviços		(6.779.660)	(5.468.719)
Lucro bruto		943.846	927.437
Despesas operacionais, líquidas			
Vendas		(448.420)	(451.347)
Gerais e administrativas		(245.388)	(215.598)
Tributárias		(6.307)	(1.103)
Perdas de crédito esperadas - PCE, líquidas		(1.452)	(3.546)
Outras despesas, líquidas		(34.592)	(56.735)
		(736.159)	(1.126.997)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos		207.487	197.105
Receitas financeiras		9.638	9.867
Despesas financeiras		(27.405)	(16.362)
Variações monetárias, líquidas		4.292	3.812
Resultado financeiro líquido		(13.475)	(2.683)
Resultado de equivalência patrimonial		1.507	2.435
Lucro antes dos impostos		195.519	196.857
Imposto de renda e contribuição social		(29.853)	(56.950)
Lucro líquido proveniente de operações continuadas		165.666	139.907
Lucro líquido proveniente de operações descontinuadas	7	3.055	-
Lucro líquido do exercício		168.721	139.907
Lucro básico por ação - R$			
De operações continuadas	6.5	21,19	17,18
De operações descontinuadas	6.5	0,39	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Lucro líquido do exercício		168.721	139.907
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganho atuarial - Plano de assistência médica	5.1	22.284	23.682
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7.577)	(8.052)
Resultado abrangente total		183.428	155.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2021	2020
Lucro antes dos impostos, incluindo operações descontinuadas	200.150	196.857
Ajustes para:		
Resultado de equivalência patrimonial	(1.507)	(2.435)
Depreciação e amortização	97.329	111.408
Resultado com alienações e baixas de ativos	(2.254)	6.501
Baixa de arrendamento, líquido	124	(126)
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	4.763	919
Encargos financeiros sobre arrendamentos e outros	12.475	12.813
Rendimento sobre aplicações financeiras	(1.126)	(496)
Provisão de plano de assistência médica (benefício definido), inclui juros	8.784	10.299
Provisão para perda de ICMS a recuperar e a repassar	9.794	6.633
Perdas de crédito esperadas - PCE, líquidas	1.496	3.549
Provisão (reversão) para perdas em ativo imobilizado	(885)	1.287
Provisão para processos judiciais	12.568	14.749
Provisão perda em estoques (recipientes transportáveis)	2.197	6.824
Provisão para indenizações (pensionamentos)	182	8.664
Provisão (reversão) custo remediação de passivo ambiental	(37)	14.000
Atualização monetária depósitos judiciais	(3.389)	(3.387)
Atualização monetária créditos tributários	(923)	-
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber	(186.006)	(34.437)
Estoques	(27.616)	(4.424)
Depósitos judiciais	3.905	1.225
Impostos a recuperar	(8.781)	(17.606)
Outros ativos	(5.659)	5.296
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores e contas a pagar	(46.761)	42.142
Impostos, taxas e contribuições	493	1.906
Plano de assistência médica (benefício definido)	(4.624)	(4.461)
Pagamentos de contingências	(10.097)	(12.476)
Outros passivos	(6.816)	5.319
Caixa proveniente das operações	50.377	371.169
Imposto de renda e contribuição social pagos	(44.305)	(74.762)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	6.072	296.407
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(67.005)	(136.243)
Investimentos no fundo de direitos creditórios	-	1.980
Incentivo fiscal depositado	1.128	739
Venda de imobilizado	51.637	3.906
Dividendos recebidos	2.550	2.362
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(11.690)	(127.256)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação empréstimos bancários	47.000	72.000
Amortização do principal e juros (*)	(8.697)	(130.916)
Pagamento do principal e juros - Arrendamentos	(44.956)	(48.848)
Amortização do mútuo com partes relacionadas	(226)	(177)
Dividendos pagos aos acionistas	-	(24.721)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(7.879)	(132.662)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(13.497)	36.486
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	51.240	14.754
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	37.743	51.240
	(13.497)	36.486

(*) Os juros pagos no exercício estão sendo apresentados em atividade de financiamento em conjunto com o valor principal de empréstimos pagos

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa	2021	2020
Direito de uso (arrendamentos)	52.364	29.101
Aquisição de imobilizado e intangível - não pago	12.069	14.116
Utilização de depósitos judiciais para pagamento de contingências	3.545	8.659

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

A Liquigás Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "Liquigás") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada da Copagaz Distribuidora de Gás S.A. (Copagaz) e tem por objeto social a distribuição, o comércio, a industrialização, a armazenagem, a manipulação, a estocagem, o engarrafamento, transporte de produtos derivados de petróleo e de seus correlatos, especialmente gás liquefeito, gases propelentes, gás natural e outros produtos afins, o beneficiamento e a industrialização de combustíveis de outras origens e de todas as formas de energia, a industrialização, a produção, a comercialização de produtos, máquinas, materiais, válvulas, equipamentos, aparelhos, componentes e demais artefatos ligados à sua atividade ou especialidade, a prestação de serviços correlatos e a importação e exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada Avenida Paulista nº 1.842 - Torre Norte - 1º, 2º e 3º partes, 4º, 5º e 6º andares - Bela Vista - São Paulo (SP).

1.1. Impacto da pandemia da COVID-19 (Coronavírus)

A Liquigás está monitorando constantemente a pandemia da COVID-19 e seus respectivos impactos sobre seus colaboradores, operações, fornecimento e demanda de seus produtos. Planos de contingência foram elaborados e seguem em permanente revisão para atuar rapidamente conforme o desenvolvimento da situação em cada local. Embora todas as medidas possíveis estejam sendo tomadas, o suprimento do produto revendido pelo Conglomerado é realizado principalmente pela Petrobras, que até o momento informa que está adotando todas as ações para garantir a normalidade do abastecimento.

A Liquigás não sofreu atrasos em sua cadeia de suprimentos, operações de fabricação, logística de distribuição ou impactos relevantes na demanda por seus produtos. As unidades operacionais continuaram funcionando normalmente, sendo que parte dos colaboradores está em trabalho remoto e parte continua suas atividades presencialmente. No escritório de São Paulo, os empregados estão em trabalho remoto e, para todos aqueles que trabalham externamente, inclusive nas unidades operacionais, foram adotadas medidas adicionais de prevenção da saúde e segurança. O retorno dos empregados ao trabalho, sob o regime parcialmente presencial, ocorreu no mês de março de 2022.

Não foram identificados impactos significativos sobre os negócios da Companhia relacionados à:

- Recuperabilidade dos ativos: não foram identificados fatores internos ou externos que pudessem indicar a deterioração ou perda de valor recuperável dos ativos da Companhia.
- Perdas de crédito com clientes: a Liquigás não teve impacto significativo sobre suas operações durante o período da pandemia gerada pela COVID-19. No ano de 2021, houve a retomada gradual das atividades econômicas, principalmente as não essenciais, diferentemente do cenário registrado no ano de 2020 quando houve o "lockdown" implementado por algumas cidades e a paralisação das atividades consideradas não essenciais para o enfrentamento da crise gerada pela COVID-19. A Companhia encerrou o ano com ligeira redução do volume de vendas de suas operações continuadas e descontinuadas de 3,6% em relação ao ano anterior, em função do encolhimento do mercado, principalmente no segmento Envasado, sendo parcialmente compensado pelo crescimento verificado no segmento Empresarial em razão da retomada da atividade industrial e comercial.
- Perdas cambiais: a Companhia não registrou perdas cambiais em razão da valorização do Dólar frente ao Real.
- Perdas em estoques: a Liquigás opera com um giro de estoques dentro dos parâmetros normais para o setor que varia entre 2 a 5 dias e, portanto, não sofreu perdas por desvalorização de estoques.
- Liquidez da Companhia: a Liquigás não apresentou indicação da necessidade de capital de giro adicional ao final de 2021 em razão da reestruturação societária ocorrida no período (permuta e alienação) e também do nível de endividamento em razão do alongamento da dívida de curto prazo.

A Administração da Liquigás e todos os seus colaboradores continuam comprometidos em atingir suas metas de longo prazo. A Administração está comprometida com a estratégia de reestruturação organizacional definida após a aquisição da Liquigás pela Copagaz e entende que não há evidência de fato que comprometa sua continuidade operacional, ao contrário, a captura de sinergias, otimização de recursos e redução de custos permitiu o fortalecimento e a manutenção de destaque nacional no setor de distribuição de GLP.

Contudo não podemos garantir, neste momento, até que ponto essa crise global gerada pela COVID-19 e suas medidas de contenção tomadas pelas diversas entidades poderão afetar a empresa e a demanda de seus produtos. A principal prioridade da Liquigás continua sendo a saúde e a segurança de seus colaboradores, clientes e parceiros.

1.2. Ativos mantidos para venda ou distribuição aos sócios

Em 23 de dezembro de 2020, foi concluída a aquisição da Liquigás, pelo consórcio formado pela Copagaz, Itaúsa S.A. (Itaúsa) e Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda. (NGB).

Em 22 de junho de 2021, o fundo de comércio e os ativos e passivos da Companhia, conforme definido no Ato em Controle de Concentrações (ACC) firmado com o Comitê Administrativo de Defesa Econômica (CADE), relativos às unidades operacionais de Betim (MG), Campo Grande (MS) e Macaé (RJ) foram transferidos para empresa NGC Distribuidora de Gás Ltda. (NGC).

Em 22 de junho de 2021, os bens imóveis relativos à unidade de Cuiabá (MT) foram cindidos e entregues à Copagaz, sua Controladora, que em ato contínuo aportou os referidos bens no capital da Gasôgna Participações e Distribuidora de GLP Ltda. (Gasôgna).

Em 31 de julho de 2021, foi concluída a cisão do fundo de comércio da unidade de Cuiabá (MT) e dos demais itens de ativos e passivos vinculados a ela e em seguida eles foram entregues à Copagaz, que em ato contínuo aportou os referidos bens no capital da Gasôgna.

Com essa última etapa, foi concluída a reestruturação societária prevista no ACC firmado com o CADE.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido e o resultado atribuíveis aos acionistas, constantes nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2022.

Reapresentação das cifras comparativas

Em decorrência da aquisição da Liquigás pela Copagaz, a Companhia efetuou revisão das práticas contábeis visando harmonização entre as empresas.

A tabela a seguir detalha as reclassificações feitas nas demonstrações contábeis para fins da harmonização das práticas:

Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2020

	31.12.2020	Ajustes	31.12.2020 (reapresentado)
Receita líquida das vendas	5.190.075	1.206.081	6.396.156
Custo dos produtos e serviços	(3.864.963)	(1.603.756)	(5.468.719)
Lucro bruto	1.325.112	(397.675)	927.437
Despesas operacionais, líquidas			
Vendas	(849.022)	397.675	(451.347)
	476.090	-	476.090

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicada, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas e/ou recebidas em troca de bens e serviços.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Liquigás é apresentado na Nota explicativa nº 3.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Ativo não circulante mantido para venda ou distribuição aos sócios

São classificados como mantidos para venda, ou classificados como mantidos para distribuição aos sócios, quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda ou distribuição aos sócios.

Para a Companhia, a condição para a classificação como mantido para venda, ou classificados como mantidos para distribuição aos sócios, somente é alcançada quando a alienação, ou contribuição aos sócios, é aprovada pela Administração, o ativo estiver disponível para venda ou contribuição imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ou distribuição ocorra em até 12 meses após a classificação como disponível para venda ou para distribuição aos sócios. Contudo, nos casos em que comprovadamente o não cumprimento do prazo de até 12 meses for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da Companhia e se ainda houver evidências suficientes da alienação ou contribuição, a classificação pode ser mantida.

Ativos mantidos para venda ou distribuição aos sócios e passivos associados são mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda e são apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

A Companhia optou por apresentar apenas o saldo do ativo imobilizado em linha específica no balanço patrimonial, os demais saldos de ativos e passivos não serão reclassificados pois, neste momento, não é possível mensurar os valores.

3.2. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia e práticas internas da Companhia e aprovada pelo Comitê Administrativo. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

c) Benefícios concedidos a empregados e aposentados

Compromisso atuarial de plano de assistência médica (benefício pós-emprego)

De acordo com a Convenção Coletiva do Trabalho, as empresas que atuam no setor de distribuição de GLP devem manter plano de assistência médica para os atuais funcionários ainda em atividade e para aqueles que vierem a se aposentar, extensivo aos seus atuais dependentes legais, nos termos da Lei nº 9.656/98.

O compromisso atuarial com o plano de benefício de assistência médica é provisionado com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano(*), quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*), quando ocorrer.

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo.

As remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido reconhecidas em outros resultados abrangentes compreendem os ganhos e perdas atuariais, e excluem os valores considerados nos juros líquidos sobre a obrigação líquida do benefício definido.

Os ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais (Nota explicativa nº 17).

(*) Não há ativos garantidores para a liquidação da obrigação atuarial relativa ao benefício oferecido pela Companhia.

d) Planos de contribuição definida

O Plano de Previdência Liquigás (PPL) foi implantado na modalidade de contribuição definida para os seus empregados. As contribuições são pagas para uma entidade de fundo de previdência, Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), não gerando nenhuma obrigação legal ou construtiva posterior. A Companhia contribui paritariamente para o plano de contribuição definida, por percentual baseado na remuneração do empregado, sendo essa contribuição levada ao resultado quando incorrida (Nota explicativa nº 5).

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

A seguir são apresentadas informações apenas sobre políticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

4.1. Benefícios concedidos a empregados e aposentados

O compromisso atuarial e o custo com o plano de benefício definido de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada por conjunto projetado de taxas anuais considerando a evolução histórica dos desembolsos per capita do plano de saúde, observáveis nos últimos 05 anos, para definição de um ponto inicial da curva que decresce gradualmente em 30 anos para alcance do patamar de inflação geral da economia.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

As análises de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na Nota Explicativa nº 5.3.

5. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS, INCLUI PROVISÃO PARA PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

O compromisso da Companhia relacionado à assistência médica (extensão de 18 a 24 meses) é estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho resultante da negociação sindical com os empregados do segmento de distribuição de GLP e atende aposentados e seus dependentes legais. Para aposentados até o ano 1998 o benefício é vitalício.

Conforme o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, a Companhia em 31 de dezembro de 2021 reconheceu uma Provisão relativa ao Benefício Definido (BD) de Assistência Médica pós emprego no montante de R$ 84.083 (R$ 105.464 em 31 de dezembro de 2020).

O plano de assistência médica patrocinado pela Companhia não possui ativo líquido constituído.

O Plano de Previdência Liquigás (PPL) é um benefício do tipo Contribuição Definida (CD). As contribuições relativas ao PPL em 31 de dezembro de 2021 atingiram o montante de R$ 5.359 (R$ 6.944 em 31 de dezembro de 2020).

5.1. Movimentação do saldo da provisão relativo ao benefício de assistência médica

	2021	2020
Saldo em 1º janeiro	105.464	123.309
(+) Despesa de juros	7.073	8.618
(+) Despesa de serviço corrente	1.711	1.680
(–) Cisão	(3.257)	-
(–) Benefícios pagos	(4.624)	(4.461)
(–) Ganho atuarial sobre obrigação	(22.284)	(23.682)
Saldo em 31 de dezembro	84.083	105.464
Passivo circulante	3.171	10.342
Passivo não circulante	80.912	95.122

O ganho atuarial de R$ 22.284 existente em 31 de dezembro de 2021 foi reconhecido como outros resultados abrangentes líquido do imposto de renda e da contribuição social pelo montante de R$ 14.707.

5.2. Despesa líquida com plano de assistência médica

	2022 - Estimado	2021	2020
Despesa de juros sobre obrigação atuarial	(7.556)	(7.073)	(8.618)
Despesa de serviço corrente	(2.399)	(1.711)	(1.680)
Despesa líquida no exercício	(9.955)	(8.784)	(10.298)
Despesas com vendas	(1.883)	(556)	(3.056)
Despesas gerais e administrativas	(516)	(1.155)	(1.056)
Despesas financeiras	(7.556)	(7.073)	(6.181)
Despesa líquida no exercício	(9.955)	(8.784)	(10.298)

5.3. Análise de sensibilidade

A variação de 0,25 p.p. nas premissas de taxa de desconto e custos médicos teria o seguinte efeito:

Obrigação atuarial	BR-EMSsb 2015 M&F	idade +1	idade -1
Hipótese de Mortalidade	84.083	81.554	86.686
Obrigação atuarial	2,25%	+0,25 p.p.	-0,25 p.p.
Aging Factor	84.083	86.709	81.573
Obrigação atuarial	7,46% decrescente até 3,50%	+0,25 p.p.	-0,25 p.p.
Taxa de crescimento dos custos médicos	84.083	84.996	83.179
Obrigação atuarial	5,44%	+0,25 p.p.	-0,25 p.p.
Taxa de juros real	84.083	81.641	86.647

5.4. Premissas

Modalidade	Premissa atual
Plano de benefícios	Benefício definido
Método de custeio	Método do Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade	BR-EMSsb 2015 M&F
Invalidez	MULLER
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 49 M
Composição familiar	Ativos: Para titular do sexo masculino, 88% casados com cônjuge do sexo feminino 3 anos mais nova. Para titular do sexo feminino, 50% casadas com cônjuge do sexo masculino 1 ano mais velho. Para os participantes assistidos foi considerada a família informada no cadastro.
Entrada em aposentadoria	Homens 59 anos; Mulheres 56 anos
Aging Factor	2,25%

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1. Capital social

Em 22 de junho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do Capital Social, em decorrência da cisão parcial de acervo líquido transferido à NGC e à Gasôgna, no montante de R$ 54.207, com cancelamento de 583.797 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 31 de julho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do Capital Social, em decorrência da cisão parcial de acervo líquido transferido à Gasôgna, no montante de R$ 6.847, com cancelamento de 47.090 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2021 o Capital social subscrito e integralizado no valor de R$ 583.039 (R$ 644.093 em 2020) está representado por 7.514.231 ações ordinárias nominativas sem valor nominal (8.145.118 ações ordinárias nominativas sem valor nominal em 2020).

6.2. Reserva de capital

a) Reserva especial de ágio

Em 30 de novembro de 2012, foi constituída Reserva especial de ágio incorporada de parcela patrimonial cindida da Petrobras Distribuidora S.A.

continua

continuação

LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A.

CNPJ nº 60.886.413/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

6.3 Reservas de lucros

a) Reserva legal

É constituída de acordo com o artigo 37 § 1º do Estatuto Social da Companhia, mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

b) Reserva de pesquisa e desenvolvimento

Constituída de acordo com o artigo 25 do Estatuto Social da Companhia de 26.04.2017, mediante apropriação de 0,5% do lucro líquido do exercício, não excedendo de 5% (cinco por cento) do capital social, e destinada ao custeio dos programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico da Companhia. Esta reserva foi excluída do Estatuto Social após emissão da versão consolidada em 29.06.2018.

c) Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais decorrentes de subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de Capital social.

d) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

6.4 Dividendos

Em 24 de junho de 2021, os acionistas em Assembleia Geral Ordinária deliberaram pela não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 33.328. O valor retido foi reclassificado para a Reserva de Retenção de Lucros.

Ao acionista é garantido um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o artigo 37 § 2º do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Destinação do resultado	2021	2020
Lucro líquido do exercício	168.124	139.907
Apropriação		
Reserva legal	(8.436)	(6.995)
Lucro básico para determinação dos dividendos obrigatórios	160.285	132.912
Dividendo obrigatório	–	(33.228)
Juros sobre capital próprio	(50.359)	-
Total dos dividendos	(50.359)	(33.228)
Dividendos por ações - R$	6,70	4,08
Outras apropriações:		
Reserva de reavaliação em coligadas	7	7
Reserva de incentivos fiscais	(6.771)	(8.839)
Reserva de retenção de lucros	(103.162)	(90.852)

6.5. Resultado por Ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as ações da Companhia não possuíam nenhum efeito diluitivo.

	2021	2020
Numerador básico		
Lucro líquido do exercício operações continuadas	165.666	139.907
Lucro líquido do exercício operações descontinuadas	3.055	-
Denominador básico		
Quantidade média ponderada de ações	7.818.286	8.145.118
Lucro básico por ação - R$		
De operações continuadas	21,19	17,18
De operações descontinuadas	0,39	-

7. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 2021 foram cindidas as unidades operacionais de Betim (MG), Campo Grande (MS) e Macaé (RJ) e transferidas para a empresa NGC, Controlada da NGB, e a unidade de Cuiabá (MT) para a empresa Gasbrás.

A segregação destas unidades ocorreu no prazo máximo de 180 dias a contar da data da aquisição da Liquigás, conforme previsto no Acordo em Ato de Concentração firmado pelas acionistas perante o CADE.

	2021
Receita líquida das vendas	248.797
Custo dos produtos e serviços	(205.573)
Lucro bruto	44.224
Despesas operacionais, líquidas	
Vendas	(34.330)
Gerais e administrativas	(2.762)
Tributárias	(1.422)
Perdas de crédito esperadas - PCE, líquidas	(34)
Outras despesas, líquidas	(1.157)
	(39.705)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos	4.519
Receitas financeiras	396
Despesas financeiras	(349)
Variações monetárias, líquidas	65
Resultado financeiro líquido	112
Lucro antes dos impostos	4.631
Imposto de renda e contribuição social	(1.576)
Lucro líquido proveniente de operações descontinuadas	3.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DIRETORIA

Antonio Carlos Moreira Turquato
Diretor Presidente

Eduardo Elias Zahran Filho
Diretor

Pedro João Zahran Turqueto
Diretor

Reinaldo Mendes Lopes
CRC 1SP-180910/O-1

INFORMAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS E DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis na Sede da Companhia. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 29 de março de 2022, sem modificações, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

Esta é uma versão resumida das Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao ano de 2021 e não deve ser tomada isoladamente para análises sobre sua situação patrimonial ou financeira. O material publicado está disponível no site da Liquigás (liquigas.com.br), do jornal Folha de S. Paulo (https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/) e na Sede da Companhia.

...continuação

Fibrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A. - CNPJ/ME nº 36.619.747/0001-70 - NIRE 35.3.0055043-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Fibrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Fibrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fibrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Partes relacionadas:** Chamamos atenção para a nota explicativa 17 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins comparativos, e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de março de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador
CRC 1SP168728/O-4

Por que pílula anticoncepcional para homens ainda está longe da realidade

Altas concentrações diárias de espermatozoides, em oposição à ovulação feminina, dificultam tarefa

Pílulas anticoncepcionais na fábrica da Bayer, em São Paulo; produção similar para homens está longe da realidade Eduardo Knapp - 8 mar10/Folhapress

CIÊNCIA

Dani Blum

THE NEW YORK TIMES Um novo e instigante estudo com animais apontou para uma possibilidade nova de anticoncepcional masculino. Pesquisadores da Universidade do Minnesota criaram uma pílula anticoncepcional para camundongos machos que revelou eficácia de 99% na prevenção da gravidez.

O contraceptivo atua sobre uma proteína que recebe uma forma de vitamina A envolvida com a produção de espermatozoides e a fertilidade.

Os pesquisadores deram a camundongos machos o composto, descrito como YCT529, durante quatro semanas, e a contagem de espermatozoides caiu drasticamente.

Entre quatro e seis semanas depois de deixarem de receber o anticoncepcional, os animais conseguiram fecundar uma fêmea novamente.

Desde a década de 1970, cientistas estudam maneiras de criar uma pílula anticoncepcional para homens. A equipe responsável por este novo estudo está animada com seus resultados promissores, mas outros cientistas são céticos e consideram que é apenas mais um avanço interessante, mas que muito possivelmente não chegue ao mercado.

Especialistas disseram que a pílula anticoncepcional masculina não deve estar disponível para o público no futuro previsível.

"Enquanto eu não vir dados humanos, estou muito cético", disse Amin Herati, diretor do programa de infertilidade e saúde masculina do Instituto Urológico Brady do Hospital Johns Hopkins.

Segundo ele, existem diferenças cruciais entre os sistemas reprodutivos humanos e de camundongos e entre como reagem os genes de uns e outros.

"Estamos falando em compostos novos", comentou Christina Wang, especialista em contraceptivos no Instituto Lundquist do Centro Médico Harbor-UCLA. "Não temos como conhecer seus efeitos enquanto não fizermos estudos toxológicos."

Os cientistas fizeram estudos de toxicologia com os camundongos, mas Wang destacou que são necessários ensaios humanos para avaliar a segurança do uso da pílula.

Mas mesmo que esta pílula fracasse em ensaios clínicos futuros, agora que o composto foi descoberto, cientistas poderão criar outras opções de pílula, disse Md Abdullah Al Noman, pós-graduando da Universidade do Minnesota, que apresentou as conclusões do estudo numa reunião da Sociedade Americana de Química. "O que temos aqui é um pioneiro da anticoncepção não hormonal."

> “
> Já faz algum tempo que estou altamente interessado em estudos com animais que prometem resultados em termos de anticoncepcionais para homens. Mas sempre acabo decepcionado
>
> **Bobby Najari**
> professor assistente de urologia e saúde populacional

Gunda Georg, professora de química médica na Universidade do Minnesota e diretora da pesquisa, apontou as diferenças entre este estudo e tentativas anteriores de criar uma pílula para homens: os camundongos não apresentaram efeitos colaterais aparentes, mesmo quando testados com doses altas. "Eles comem, bebem e são sexualmente ativos, mesmo não tendo espermatozoides."

Georg disse que a pílula pode passar para a fase dos ensaios clínicos ainda este ano. Mas mesmo nessa linha do tempo acelerada, os ensaios clínicos seriam um passo inicial de um caminho que levará anos.

A pesquisa da universidade do Minnesota é a mais recente numa série de estudos que buscam um equivalente para homens da pílula anticoncepcional feminina.

Institutos de saúde dos EUA estão financiando um ensaio clínico de um gel contraceptivo chamado NES/T, que os homens teriam que aplicar nos ombros e braços uma vez por dia. O gel hormonal está passando por ensaios clínicos de fase 2, disse Wang, uma das líderes da pesquisa.

A estimativa otimista dela é que o gel possa estar disponível comercialmente em cinco anos, mas mesmo isso seria um processo muito rápido.

A Contraline, empresa de biotecnologia sediada na Virgínia, aguarda os ensaios clínicos do hidrogel injetável Adam, cujo efeito dura um ano. A empresa descreve o produto como um "DIU para homens".

Pesquisadores na Índia estão testando um procedimento de vasectomia não cirúrgica conhecido como Reversible Inhibition of Sperm Under Guidance, ou Risug (inibição induzida reversível de espermatozoides), que envolve uma injeção de um gel nos tubos do pênis que armazenam os espermatozoides.

Mas, enquanto esses processos não passarem por estudos substanciais —e, crucialmente, ensaios em humanos—, uma forma de anticoncepção masculina comparável às pílulas, adesivos, injeções e anéis que existem no mercado para mulheres ainda não passa de fantasia.

"Já faz algum tempo que estou altamente interessado em estudos com animais que prometem resultados em termos de anticoncepcionais para homens", disse Bobby Najari, professor assistente de urologia e saúde populacional e diretor do Programa de Infertilidade Masculina na NYU Langone Health. "Mas sempre acabo decepcionado."

Atualmente só existem duas formas aprovadas de contracepção masculina: a vasectomia e a camisinha.

Embora vasectomias sejam reversíveis, Najari disse que não recomenda a ninguém fazer uma vasectomia com a intenção de revertê-la posteriormente. As diretrizes sobre vasectomia da Associação Americana de Urologistas destacam que a reversão nem sempre é bem-sucedida.

O procedimento de reversão costuma ser mais demorado que a vasectomia original, com tempo de recuperação também maior, disse ele, e os convênios médicos nem sempre o cobrem. Vasectomias também já foram ligadas a complicações como infecção e dor tanto de curto prazo quanto crônica.

A camisinha possui o benefício adicional de proteger as pessoas contra doenças sexualmente transmissíveis, mas são "relativamente impopulares", disse Najari.

Mesmo quando as pessoas usam camisinha, ela pode rasgar. Os Centros de Controle e Prevenção de Doenças estimam o índice de falhas no uso de camisinha em 13%.

Na década de 1990 a Organização Mundial de Saúde pesquisou a testosterona como forma potencial de contracepção e descobriu que ela é altamente eficaz para reduzir a taxa de espermatozoides.

Mas são necessários níveis elevados do hormônio para suprimir os espermatozoides suficientemente e isso provocava efeitos colaterais desagradáveis: ganho de peso, acne, irritabilidade e oscilações de humor.

Esses efeitos correspondem aos efeitos colaterais amplamente documentados relatados por mulheres que tomam pílulas anticoncepcionais hormonais. "Há um pouco de dois pesos, duas medidas em ação aqui", comentou Najari. A pílula anticoncepcional feminina também é associada a coágulos sanguíneos.

Mas algumas pesquisas sobre contracepção masculina apontaram efeitos colaterais especialmente devastadores. Em 2012, pesquisadores interromperam um ensaio clínico dos hormônios progestógeno e testosterona porque homens notificaram ter sofrido acne grave, depressão e dor depois de receber as injeções.

"Quando você começa a mexer com os receptores de testosterona, o corpo fica seriamente desequilibrado", disse Herati. E, enquanto as mulheres passam por ciclos de ovulação previsíveis, os homens produzem altas concentrações de espermatozoides diariamente, fato que complica mais as modificações hormonais masculinas.

"Há inúmeros fatores envolvidos nesta questão —as pesquisas, mas também as mudanças sociais que acompanham o anticoncepcional masculino", disse Heather Vahdat, diretora executiva da organização sem fins lucrativos Male Contraceptive Institute, que financiou o estudo do Minnesota. Mas ela estima que a pílula masculina levará pelo menos dez anos para chegar ao mercado.

A pílula se mostrou altamente eficaz em camundongos, mas esses resultados talvez não se traduzam em sucesso no caso de homens.

"Se todas as drogas que funcionam bem com camundongos funcionassem com humanos, já teríamos a cura do câncer", concluiu Michael Eisenberg, professor de urologia na Stanford University Medical Line.

Tradução Clara Allain

LEIA TAMBÉM

Meteorito de 26 kg era usado como adorno de mesa na Paraíba

Idade estimada do fragmento é de 4,5 bilhões de anos, segundo associação responsável pelos registros mundiais

CIÊNCIA

Aline Martins

JOÃO PESSOA Um meteorito de 26,93 kg passou seis anos servindo de adorno de mesa em uma casa no município de Nova Olinda, no sertão da Paraíba. Dois irmãos encontraram a rocha sem saber do que se tratava até passar por um período de estudos.

No último dia 19, o fragmento, que se estima ter mais de 4,5 bilhões de anos, foi oficializado e classificado pela Meteoritical Society, associação americana responsável pelos registros de meteoritos no mundo.

Os irmãos Edsom Oliveira da Silva e João Jarbas Oliveira da Silva foram os responsáveis por encontrar o meteorito em novembro de 2014. Edsom é proprietário de uma joalheria e trabalha no ramo há 32 anos.

Ele conta que, assim como o irmão, tem "espírito aventureiro" e gosta de ir em busca de pepitas de ouro. Foi numa dessas aventuras, em um lago de sua fazenda, no sertão paraibano, que encontrou o meteorito, que agora se chama Nova Olinda, em homenagem à cidade.

No dia do achado, conta Edsom, eles carregavam um equipamento que detecta metais no solo. Ao passarem por uma certa área, o instrumento disparou, fazendo a dupla parar para olhar o que havia ali.

"Ele [o equipamento] não é tão potente, mas disparou. Falei para o meu irmão: 'É estranho'. Pegamos a picareta, cavamos e encontramos uma pedra que não era tão grande", lembra. "Tiramos e lavamos. Nos deparamos então com uma pedra diferente das que eu encontro e levamos para casa."

Ao levar para sua casa, Edsom diz ter notado que a rocha brilhava muito. "Eu coloquei em cima da mesa da cozinha e ficou como adorno por seis anos", conta. A aparência, ele recorda também, fazia com que as pessoas que chegavam à casa perguntassem do que se tratava.

"As pessoas diziam que não davam conta de segurar a pedra. É pesada, o que é uma característica dos meteoritos."

Meteorito achado por irmãos que procuravam metal serviu por seis anos de enfeite de mesa em Nova Olinda Arquivo Pessoal

Passados quase seis anos, após assistir a notícias sobre uma chuva de meteoritos em Santa Filomena, município de Pernambuco, em 2020, Edsom percebeu que o adorno de sua mesa poderia não ser uma rocha simples.

A partir daí, foi em busca de especialistas na área, até encontrar André Moutinho, pesquisador e colecionador de meteoritos. Em contato com ele, o joalheiro informou sobre o achado e com isso foi orientado para a realização de testes.

"Ele [André Moutinho] me pediu para comprar uma serra e testar [fazer um corte na rocha]. O metal cegou a serra. Ele disse então que tinha tudo para ser [um meteorito]", narra. "Daí fizemos um último teste com um ímã e deu certo."

Para fazer uma análise do meteorito, foi montada em seguida uma equipe com pesquisadores da Universidade Federal de Ouro Preto, Unicamp, USP e também da Universidade de Alberta, no Canadá.

Em sua composição, o meteorito Nova Olinda conta com níquel, cobalto, cromo, irídio, gálio, germânio, platina, cobre, ouro, paládio, prata e tungstênio.

Agora, após a oficialização, o achado está à venda, mas os irmãos querem que permaneça na Paraíba, por ser o estado de origem. Edsom não quis informar o valor esperado. Disse apenas que está vinculado aos custos para tornar oficial sua classificação.

Não há lei específica que trate de comercialização de meteoritos. Ainda tramita na Câmara dos Deputados projeto de lei de autoria do deputado federal Alex Santana (Republicanos-BA) que define de quem é a propriedade daqueles que atingem o solo brasileiro. A proposta prevê que o meteorito pertencerá ao proprietário do imóvel em que cair.

O governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Educação, informou que participou de uma reunião com representantes da Associação Paraibana de Astronomia e "recebeu a proposta de que o Estado adquira o meteorito pelo valor R$ 50 mil". "A proposta está sendo analisada."

A descoberta tem grande impacto para o estado, segundo o presidente da Associação Paraibana de Astronomia, Marcelo Zurita.

"A Paraíba não tem muita tradição na área de meteoritos. A gente tem aqui alguns poucos colecionadores de meteoritos, mas de forma particular. A gente não tem, por exemplo, uma exposição de meteoritos no estado, pesquisadores desta área por aqui. Isso tudo torna ainda mais importante essa rocha ficar aqui na Paraíba", diz.

Imagem do Hubble mostra estrela mais distante já vista; sua luz viajou por 12,9 bilhões de anos até chegar à Terra Nasa, ESA, STScI, B. Welch (JHU)

MENSAGEIRO SIDERAL | *Salvador Nogueira* folha.com/mensageirosideral

Hubble bate recorde e detecta estrela mais distante

O Telescópio Espacial Hubble bateu mais um recorde, ao registrar a estrela mais distante já vista. Ela pertence a uma galáxia cuja luz partiu de lá apenas 900 milhões de anos depois do Big Bang, o evento que deu origem ao Universo como o conhecemos hoje.

Em circunstâncias normais, é impossível observar estrelas individuais mesmo em galáxias mais próximas. O resultado só foi possível por conta de um efeito previsto pela relatividade geral de Albert Einstein, as lentes gravitacionais.

O físico alemão concluiu que objetos com alta massa que se interpõem entre nós e outros mais distantes podem desviar os raios luminosos pela gravidade, agindo efetivamente como uma imensa lente no espaço, capaz de distorcer e amplificar a luz no seu caminho até nós.

A tal galáxia se localiza "atrás" de um enorme aglomerado galáctico catalogado como WHL0137-08. Notou-se que ela aparecia como um grande arco —um dos vários estudados pela Relics (sigla para Pesquisa de Lenseamento de Aglomerados da Reionização), programa que usou imagens do Telescópio Espacial Hubble para estudar 41 aglomerados galácticos que produzem lentes gravitacionais.

O achado identificou que no ponto mais intenso da lente, onde havia maior magnificação, estava localizada uma estrela dessa galáxia de fundo, agora designado WHL0137-LS, astro que os pesquisadores liderados por Brian Welch, da Universidade Johns Hopkins, nos EUA, apelidaram de Earendel, palavra do inglês arcaico que significa "estrela da manhã" ou "luz ascendente".

Imagens posteriores do mesmo objeto mostraram que essa magnificação persistiu por 3,5 anos.

O fenômeno tornou a estrela mais de mil vezes mais brilhante do que de fato é, o que permitiu um estudo inicial a seu respeito. Os astrônomos não sabem ainda se Earendel é um astro solitário ou binário, mas estimaram sua massa em mais de 50 vezes a do Sol.

É um tamanho colossal, mesmo para estrelas de alta massa, o que indica que podemos estar diante de um exemplar que remete muito mais às primeiras estrelas a se formarem no Universo (que, segundo os modelos, deveriam ser bem maiores) do que às equivalentes modernas.

Também foi possível determinar que se trata da estrela mais distante, portanto mais antiga, já observada. Afinal, quanto mais longe um objeto, maior o tempo que a luz dele leva para chegar até nós. No caso em questão, a luz viajou por 12,9 bilhões de anos antes de ser detectada pelo Hubble, o que coloca a imagem como um retrato fiel de uma estrela nascida e criada apenas 900 milhões de anos após o Big Bang (estima-se que o Universo tenha 13,8 bilhões de anos).

O novo achado bateu o recorde anterior, de 2018 e também do Hubble, por larga margem. Antes de Earendel, a estrela mais antiga já observada datava da época em que o cosmos tinha 4 bilhões de anos de idade.

A melhor notícia, contudo, é a longevidade do lenseamento, que se manteve por pelo menos 3,5 anos e deve durar mais um pouco, a tempo de o Telescópio Espacial James Webb, recém-lançado e prestes a entrar em operação, poder observá-la.

Em seu artigo publicado no periódico Nature, Welch e seus colegas destacam que, com o novo observatório, será possível confirmar a detecção do Hubble e até mesmo estudar a composição e o tipo espectral da estrela. Terminam, por sinal, destacando que essas observações serão logo feitas, pois o pedido para uso do Webb com esse fim já foi aprovado.

"Earendel existiu tanto tempo atrás que pode não ter tido toda a mesma matéria-prima que as estrelas ao nosso redor têm hoje", diz Welch. "Estudá-la será uma janela para uma era do Universo com que não temos familiaridade, mas levou a tudo que conhecemos. É como se estivéssemos lendo um livro muito interessante, mas começamos pelo segundo capítulo, e agora teremos a chance de ler como tudo começou."

Ou seja, o melhor sobre Earendel está por vir. E podemos apostar que o Webb tem tudo para bater esse recorde e encontrar estrelas ainda mais distantes e primitivas no futuro próximo.

Capacete monitora atividade cerebral de astronautas

Steven Scheer

TEL AVIV | REUTERS A Brain.Space, uma startup de Israel que estuda dados sobre a atividade cerebral, deverá testar um capacete especial habilitado para eletroencefalograma (EEG) em três astronautas na próxima semana durante um voo da SpaceX até a Estação Espacial Internacional (ISS, na sigla em inglês). A missão foi planejada pela empresa privada de voos espaciais Axiom Space.

A missão de dez dias, a primeira viagem privada à estação espacial, começará no próximo domingo (3), com quatro astronautas.

"Na verdade, sabemos que o ambiente de microgravidade afeta os indicadores fisiológicos do corpo. Então, provavelmente afetará o cérebro e gostaríamos de monitorar isso", disse à agência Reuters o executivo-chefe da Brain.Space, Yair Levy.

Dados foram coletados no espaço continuamente sobre frequência cardíaca, resistência da pele, massa muscular e outros, mas ainda não sobre a atividade cerebral, disse ele.

A Brain.Space se junta a 30 experimentos que farão parte da chamada Missão Rakia à ISS.

Três dos quatro astronautas usarão o capacete, que possui 460 aerógrafos conectados ao couro cabeludo, e realizarão várias tarefas durante 20 minutos por dia, cujos dados serão enviados para um laptop na estação espacial.

As tarefas incluem uma "excentricidade visual" que a empresa diz ter sido eficaz na detecção de dinâmicas cerebrais anormais.

Estudos semelhantes usando essas tarefas foram concluídos na Terra e, após a missão, a Brain.Space vai comparar os dados do ISS para ver as diferenças na atividade cerebral entre a Terra e o espaço.

Ela observou que tais experimentos são necessários, pois a exploração espacial em longo prazo e "a vida fora do mundo estão bem próximas".

A Brain.Space, que também disse ter arrecadado US$ 8,5 milhões (R$ 40 milhões) em uma rodada de financiamento inicial, se autodenomina uma empresa de infraestrutura cerebral e está trabalhando com o departamento de ciências cognitivas e cerebrais da Universidade Ben Gurion de Israel para transformar terabytes de dados em informações utilizáveis.

Levy disse esperar que a missão espacial seja um trampolim para outras instituições usarem sua plataforma de dados cerebrais.

"A ideia é revolucionar e possibilitar aplicativos, produtos e serviços de atividade cerebral tão fáceis quanto extrair dados de um Apple Watch", disse Levy.

Capacete habilitado para eletroencefalograma (EEG) Nir Elias/Reuters

Avião de Putin tem aparato de guerra, botão nuclear e ouro

Aeronave russa foi feita para que presidente possa governar em pleno voo

MUNDO

SÃO PAULO Quem olhar de fora o avião presidencial de Vladimir Putin pouco verá de diferente para um avião comercial comum. Notará que é grande, que falta a marca de uma companhia aérea e que a pintura leva as cores da Rússia e uma bandeira do país.

Trata-se de um Ilyushin Il-96-300 PU, modelo inicialmente projetado para voos comerciais, mas que foi modificado para garantir o transporte de um dos chefes de Estado mais poderosos do mundo.

Hoje, ao que se sabe, tem de assentos de couro ao temido botão nuclear que dispara as poderosas ogivas do Exército russo —além, é claro, de tecnologia de ponta em segurança.

Interior do Ilyushin Il-96-300 PU, aeronave que leva o presidente Vladimir Putin e conta com tecnologia de ponta em segurança Fotos Reprodução

Apelidada de "Kremlin voador", a aeronave é equipada para que Putin possa comandar todo o país em pleno voo, mesmo em caso de uma guerra, como a que o país empenha na Ucrânia.

De fabricação russa, ela não é produzida em série (como modelos da Boeing, responsável pelo Air Force One, avião do presidente dos Estados Unidos), mas sob demanda.

E as letras "PU", do nome da aeronave, significam que o modelo foi feito com modificações especiais para atender à frota presidencial.

Há uma mensagem diplomática em sua escolha: não só de orgulho de um produto nacional, mas também algum status de exclusividade, já que, segundo o site especializado CH-Aviation, atualmente há apenas cinco modelos dessa aeronave ativos no mundo —e só um usado para voos comerciais, em Cuba.

O avião fez seu primeiro voo em 1998 e, desde então, o que se tornou um problema para as companhias aéreas virou uma solução para a Força Aérea russa.

O fato de o Il-96 ter quatro turbinas faz com que seu custo com manutenção e combustível seja muito maior. Por outro lado, garante não só maior autonomia, como mais segurança (seria possível pousá-la, de forma emergencial, inclusive com apenas um dos motores funcionando).

A versão comercial tem uma autonomia de voo de quase 12 mil quilômetros, considerando sua capacidade máxima (300 passageiros).

Com muito menos gente e ainda modificada para ter mais combustível, a versão presidencial certamente pode voar muito mais tempo sem parar para abastecer.

Poucas pessoas no mundo já entraram no Ilyushin presidencial de Vladimir Putin. Por isso, é praticamente impossível conhecer seu interior com muitos detalhes — até porque a aeronave passa constantemente por melhorias e modificações.

Uma das poucas coisas que o público em geral consegue ter acesso é o lado de dentro da porta do avião, graças à tradicional cerimônia de embarque e desembarque de chefes de Estado.

E mesmo por fotos já é possível notar que esse pequeno pedaço da aeronave muda de tempos em tempos —há imagens em que ele é de madeira e com uma alavanca de ouro, outras em que é totalmente branco.

O que se sabe por meio de fotos, vazadas ou divulgadas, é que a aeronave presidencial esbanja luxo e pode servir de moradia por bastante tempo em caso de necessidade — por exemplo, em uma guerra.

Há salas de reunião com símbolos da Rússia, assentos de couro e um banheiro com uma pia de ouro —o Kremlin diz que esse detalhe pertenceria a uma versão antiga da aeronave. A decoração em estilo neoclássico é de autoria do pintor russo Ivan Glazunov, filho de Ilia Glazunov, um dos artistas mais condecorados do país e que já foi reitor da Academia de Belas Artes de Moscou.

Além de um enorme quarto para descansar, Putin também tem a seu dispor uma academia completa.

O custo de cada aeronave é incerto. Segundo o site especializado Simple Flying e a revista americana Newsweek, foi de US$ 504 milhões (R$ 2,4 bilhões, na cotação atual). Mas é impossível saber quanto mais teria sido gasto para personalizar seu interior e, principalmente, construir seu sistema de segurança.

Como era de se esperar, o Kremlin não divulga detalhes dos sistemas de defesa da aeronave que leva a pessoa mais importante da Rússia —assim como nenhum outro país o faz.

Reza a lenda que, sempre que Putin viaja, dois aviões iguais são totalmente preparados e ele escolhe em qual vai voar no momento em que chega para o embarque. Os dois decolam, um com o ilustre passageiro, outro para despistar inimigos ou para tomar o lugar do primeiro em caso de necessidade.

Segundo o ex-piloto de Putin Konstantin Tereschenko disse à agência Gazeta Russa, há também um "grupo avançado" de técnicos que viaja e tem a "capacidade para até desmontar e remontar todo o avião" se for preciso.

O certo é que o presidente tem ao seu dispor um aparato com o qual é capaz de governar o país mesmo em deslocamento e apertar o "botão nuclear" para disparar algumas das ogivas de maior poder de destruição que a humanidade já viu.

Também existiriam mecanismos para tornar o avião invisível para radares, sistemas de defesa contra mísseis aéreos e uma cápsula de fuga, para o caso de tudo isso falhar.

Uma frota de caças acompanharia a aeronave sempre que ela inicia voo, mesmo em espaço aéreo russo.

Avião possui salas de reunião com símbolos da Rússia, assentos de couro e um banheiro com uma pia de ouro

Crise do clima não pode ter foco desviado pela guerra, dizem ilhas ameaçadas de extinção

AMBIENTE

David Lucena

DUBAI A crise do clima é a maior ameaça à humanidade e não deve ter o foco desviado por causa da guerra na Ucrânia, segundo líderes de pequenos países insulares ameaçados de desaparecer em decorrência do aumento do nível do mar.

Primeiro-ministro de Antígua e Barbuda, Gaston Browne disse na terça (29) que "não há outra prioridade" além da crise do clima.

Não é o que transpareceu na WGS (World Government Summit), conferência de líderes mundiais realizada em Dubai, onde Browne discursou.

Mohammad Abdullah al-Gergawi, presidente da WGS, no evento em Dubai Karim Sahib/AFP

A guerra na Ucrânia dominou boa parte dos painéis da conferência. Muito se falou sobre as relações políticas e econômicas entre países árabes e a Rússia diante do conflito.

O painel que reuniu líderes de pequenas ilhas, no entanto, tentava nadar contra a corrente e deixar a guerra do lado de fora da sala.

O presidente das Ilhas Seychelles, Wavel Ramkalawan, disse que a ordem de forças entre os países não pode ser apenas sobre guerras. A crise do clima também faz parte da nova ordem mundial, segundo Ramkalawan.

O painel foi como um grito de desespero dos pequenos Estados insulares diante do aumento da temperatura global, que ameaça a existência de vários desses territórios.

A tentativa de evitar falar da guerra, no entanto, teve apenas parcial sucesso. Volta e meia a invasão da Rússia à Ucrânia era invocada por algum dos debatedores.

Para o presidente das Seychelles, o conflito que se desenrola na Europa mostra que o principal motivo para o tímido enfrentamento da crise climática por parte dos países desenvolvidos não é financeiro. Segundo ele, há dinheiro, mas ele está sendo usado para outros fins. "Estamos vendo nossas ilhas desaparecerem", disse Ramkalawan.

Enquanto isso, nas sessões plenárias e nos principais painéis do WGS, os debatedores não pareciam concordar que a crise do clima é o assunto mais importante. Governantes e empresários estavam mais interessados em discutir como a guerra na Ucrânia está afetando seus negócios.

O jornalista viajou a convite da WAM (Emirates News Agency)

Yuan chinês desafia dólar americano, mas não vai substituí-lo

Em longo prazo, o que poderia surgir são dois sistemas monetários se sobrepondo de maneira incômoda

OPINIÃO

Martin Wolf
Comentarista-chefe de economia no Financial Times, doutor em economia pela London School of Economics

No final de janeiro, a Rússia detinha reservas cambiais no valor de US$ 469 bilhões (R$ 2,2 trilhões). Esse acúmulo foi causado pela prudência ensinada por sua moratória de 1998 e, como Vladimir Putin esperava, também garantia sua independência financeira.

Mas, quando ele começou sua operação na Ucrânia, soube que mais da metade de suas reservas estavam congeladas.

As moedas de seus inimigos deixaram de ser dinheiro vivo. Essa ação não é significativa apenas para a Rússia. Uma desmonetização direcionada das moedas mais globalizadas tem grandes implicações.

O dinheiro é um bem público. Um dinheiro global — um com que as pessoas contem para suas transações internacionais e decisões de investimento— é um bem público global.

Mas os provedores desse bem público são governos nacionais. Mesmo sob o antigo padrão ouro, era assim.

Em nossa era de moeda fiduciária (feita pelo governo), desde 1971 esse foi mais obviamente o caso. No terceiro trimestre de 2021, 59% das reservas globais em moeda estrangeira eram denominadas em dólar, outros 20% em euros, 6% em ienes e 5% em libras esterlinas.

O yuan da China ainda constituía menos de 3% das reservas mundiais. Hoje os dinheiros globais são emitidos pelos Estados Unidos e seus aliados, incluindo os pequenos.

Isso não é resultado de um compló. Dinheiros úteis são aqueles de economias abertas com mercados financeiros líquidos, estabilidade monetária e Estado de Direito.

Mas a "armorização" dessas moedas e dos sistemas financeiros que as controlam mina essas propriedades para qualquer detentor que tema ser visado. As sanções contra o banco central da Rússia são um choque.

Pode-se objetar contra os atos do Ocidente sobre bases estritamente econômicas: a armorização das moedas vai fragmentar a economia mundial e torná-la menos eficiente. Isso é verdade, mas cada vez mais irrelevante em um mundo de severas tensões internacionais. É mais uma força para a desglobalização, mas muitos vão perguntar: e daí?

Uma objeção mais preocupante para os políticos ocidentais é que usar essas armas pode prejudicá-los. O resto do mundo não correrá para encontrar meios de armazenar valor que contornem as moedas e os mercados financeiros dos EUA e seus aliados?

Em princípio, poderíamos imaginar quatro substituições para as moedas nacionais globalizadas de hoje: moedas privadas (como o bitcoin); dinheiro em commodities (como o ouro); uma moeda fiduciária global (como os direitos especiais de saque do FMI); ou outra moeda nacional, mais obviamente a chinesa.

A primeira é inconcebível: o valor de mercado de todas as criptomoedas hoje é de US$ 2 trilhões (R$ 9 trilhões), apenas 16% das reservas cambiais do mundo, enquanto as transações diretamente em criptomoeda são complicadas.

O ouro pode ser um ativo de reserva, mas é impossível para realizar transações. Também não há possibilidade de se concordar sobre uma moeda global de peso suficiente mesmo para substituir as reservas, quanto menos para ser um veículo de transações globais.

Um panfleto recente de Graham Allison e colegas, de Harvard, sobre "A grande rivalidade econômica", conclui que a China já é um concorrente formidável dos Estados Unidos. A história sugere que a moeda de uma economia desse porte, sofisticação e integração se tornaria uma moeda global.

Até agora isso não aconteceu porque o sistema financeiro da China é relativamente subdesenvolvido, sua moeda não é totalmente conversível e o país carece de um verdadeiro Estado de Direito.

A China está muito longe de oferecer o que a libra e o dólar ofereceram em seus dias áureos. Enquanto os detentores de dólares e de outras importantes moedas ocidentais podem temer sanções, eles devem certamente estar cientes do que o governo chinês poderia fazer com eles, se desagradarem a ele.

> **[...]**
> Igualmente importante, o estado chinês sabe que uma moeda internacionalizada exige mercados financeiros abertos, mas isso enfraqueceria seu controle sobre a economia e a sociedade chinesas

Igualmente importante, o estado chinês sabe que uma moeda internacionalizada exige mercados financeiros abertos, mas isso enfraqueceria seu controle sobre a economia e a sociedade chinesas.

Essa falta de uma alternativa genuinamente verossímil sugere que o dólar continuará sendo a moeda dominante.

Mas há um argumento contra essa visão complacente, exposto em "Digital Currencies", um panfleto do Instituto Hoover. Na essência, é que o sistema internacional de pagamentos interbancos (Cips —uma alternativa ao sistema Swift) e a moeda digital (e-CNY) poderão se tornar um sistema de pagamento dominante e moeda veículo, respectivamente, para o comércio entre a China e seus muitos parceiros comerciais.

Em longo prazo, o e-CNY também pode se tornar uma moeda de reserva importante. Além disso, afirma o panfleto, isso daria ao estado chinês conhecimento detalhado das transações de cada entidade em seu sistema.

O domínio avassalador dos EUA e seus aliados nas finanças globais, produto de seu porte econômico agregado e mercados financeiros abertos, dá a suas moedas uma posição dominante.

Hoje não há alternativa verossímil para a maioria das funções monetárias globais. Hoje a inflação alta provavelmente é uma ameaça maior à confiança no dólar do que sua armorização contra países vilões.

Em longo prazo, a China poderá conseguir criar um jardim murado para o uso de sua moeda por seus mais próximos. Porém, os que desejarem fazer transações com países ocidentais ainda precisarão de moedas ocidentais.

O que poderia surgir são dois sistemas monetários operando de maneiras diferentes e se sobrepondo de maneira incômoda.

Assim como em outros assuntos, o futuro promete não tanto uma nova ordem global construída ao redor da China, e sim mais desordem. Os historiadores do futuro poderão ver as sanções de hoje como mais um passo nessa jornada.

Tradução Luiz Roberto M. Gonçalves

Plantação de trigo em fazenda perto do vilarejo de Suvorovskaia, na Rússia Eduard Korniyenko - 17.jul.21/Reuters

Grande importador de trigo, Brasil bate recorde de exportação

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon

Um dos principais importadores mundiais de trigo, o Brasil bate recorde em exportações e importa menos neste primeiro trimestre do ano.

Isso ocorre em um período em que o cereal é um dos alimentos mais disputados no mercado global.

Tomando como base os dados da Anec (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais), o país vai atingir o patamar recorde de 2,12 milhões de toneladas exportados até março, com aumento de 332% em relação a 2021.

Já as importações, com base nas compras médias diárias da Secex (Secretaria de Comércio Exterior), vão atingir 1,54 milhão de toneladas, 10% abaixo das de 2021.

Adaptação de parte do trigo brasileiro às exigências de alguns países importadores e dólar favorável estão colocando o cereal brasileiro com competitividade na África, no Oriente Médio e na Ásia.

No primeiro bimestre, a Secex aponta exportações de 290 mil toneladas para a Arábia Saudita e de 230 mil para Marrocos. Na Ásia, os maiores importadores do cereal brasileiro foram a Indonésia, com 220 mil toneladas, e o Paquistão, com 138 mil.

O valor médio da tonelada de trigo e de centeio não moídos exportada pelo Brasil atingiu US$ 303 neste mês, 12,4% acima do preço de há um ano. Já o cereal importado chegou ao país com valor médio de US$ 299, segundo a Secex.

O preço do trigo perdeu força no mercado internacional. Queda do petróleo e esperanças de um acerto nas negociações entre Rússia e Ucrânia fizeram as commodities recuarem nesta terça-feira (29).

O trigo, produto mais afetado pela guerra, voltou a ser negociado abaixo de US$ 10 por bushel (27,2 kg) nesta terça-feira, mas o contrato de maio fechou a US$ 10,14, com recuo de 4% no final do pregão. Em relação há um ano, o trigo mantém alta de 71%.

Um dia antes da Ucrânia ser invadida pela Rússia, em 23 de fevereiro, o cereal era cotado a US$ 8,44 por bushel em Chicago. Chegou a ser negociado a US$ 12,94 em 7 de março, perdendo força em seguida.

O petróleo e a guerra no país continuam tornando os preços das commodities bastante voláteis.

A soja caiu 1,3% nesta terça-feira; e o milho, 3%. Apenas o café, negociado em Nova York, não teve queda, ficando com os preços estáveis.

É hora de cidades alinharem o planejamento ao antirracismo

Gestão pública deve integrar secretarias com vistas à promoção da equidade

COTIDIANO
OPINIÃO

Jorge Abrahão
Coordenador geral do Instituto Cidades Sustentáveis, organização realizadora da Rede Nossa São Paulo e do Programa Cidades Sustentáveis

População jovem negra tem 2,5 vezes mais chances de ser morta no Brasil em comparação com jovens brancos Olivia Abrahão

Há mais de 130 anos a abolição foi decretada. O início do fim de um período que não honra o Brasil, um dos países mais cruéis do mundo em relação à escravidão.

Mesmo depois de tanto tempo, os casos de racismo seguem diários nas cidades brasileiras, para não dizer horários: todos os dias fazendo tudo sempre igual, emprestando de Chico Buarque a repetição de seu cotidiano.

Alguns chegam às manchetes da grande mídia, mas a esmagadora maioria fica à sombra, aguardando uma justa notoriedade que nunca alcança.

Os negros são 56% da população e as mulheres 52%, sendo as mulheres negras, portanto, o maior segmento dos brasileiros (29% do total). Mas quantas são as prefeitas negras? Apenas 209, ou seja, elas estão em 3,7% dos 5.570 municípios brasileiros. E deputadas federais negras? São 13, ou 2,5% dos 513 que compõem a Câmara.

Essa falta de representatividade na política não é acaso: o racismo é estrutural no Brasil. Movimentos da sociedade civil, artistas e esportistas têm erguido o punho fechado em protesto contra a violência do Estado que, além de tudo, reage de forma desproporcionalmente lenta frente a gravidade do problema.

A maioria das lideranças políticas é formada por homens brancos que não dão a devida atenção ao problema, tornando-se cúmplices do racismo da sociedade.

A violência nas cidades é outro foco de tensão para a população negra, sobretudo a jovem, que tem 2,5 vezes mais chances de ser morta no Brasil em comparação com jovens brancos.

Negros são 77% das vítimas de homicídio hoje no país. Jefferson Tenório, em seu livro "O Avesso da Pele", nos enche de emoção ao relatar a vida de seus personagens negros em uma cidade.

Jefferson, por sinal, acaba de ter a vida ameaçada, em mais uma evidência da violência real.

O setor privado também tem seus desafios. Pesquisa do Instituto Ethos mostra que apenas 0,5% dos cargos executivos das empresas são ocupados por mulheres negras, enquanto os negros recebem 17% menos do que brancos no mesmo cargo.

Diante de todas essas evidências, é preciso assumir ações afirmativas para reverter essa situação.

Na contramão das medidas de compensação histórica que começam a surgir pelo mundo, o Linkedin tomou a decisão de proibir anúncios de organizações que oferecem vagas com ações afirmativas.

Como reação, Natura e Avon, entre outras empresas, assinaram um Manifesto Empresarial em Defesa da Ação Afirmativa em que reafirmam a necessidade de processos seletivos que revertam as desigualdades. Após a reação, a plataforma recuou e passou a aceitar "divulgação de publicações que expressem preferência por profissionais de grupos historicamente desfavorecidos".

E as cidades, qual o papel têm no enfrentamento ao racismo? A gestão pública deve reconhecer a existência do problema para, então, atuar de maneira transversal, envolvendo todas as secretarias em ações que promovam a equidade racial.

> [...]
> O prefeito deve ser a liderança que incorpora a causa, sem o que, corre-se o risco do tema ficar relegado aos relatórios de ação de fim de ano

O prefeito deve ser a liderança que incorpora a causa, sem o que, corre-se o risco do tema ficar relegado aos relatórios de ação de fim de ano, mas sem mudanças concretas.

Como responsáveis pelos serviços mais diretos para a população, os municípios podem apoiar a causa antirracista no planejamento da gestão, sistematizando dados sobre as desigualdades locais, integrando todas as secretarias com vistas à promoção da equidade racial e promovendo mecanismos que melhorem o diálogo entre gestão pública e sociedade civil.

O mapeamento das desigualdades raciais na saúde e educação, a criação de espaços de participação e organismos de promoção da igualdade racial e campanhas de comunicação também são ações possíveis. O Instituto Cidades Sustentáveis está desenvolvendo projeto para que cidades brasileiras se tornem referência em equidade racial, estimulando programas, políticas e envolvendo a sociedade.

A permanecer a velocidade de transformações dos últimos tempos, não alcançaremos cidades antirracistas nem em 100 anos. A grande saída para problemas estruturantes está no campo de programas e políticas públicas que puxem transformações em escala e criem uma nova cultura no país. É este o mais notável papel da coisa pública, de quem devemos exigir a ambição necessária para avançar neste tema tão relevante.

A diversidade no Brasil não é um problema, mas sua enorme riqueza. Quanto mais a política e as empresas refletirem a sociedade, incorporando as perspectivas de todos, menos riscos corremos, e mais rapidamente poderemos superar o difícil momento pelo qual passamos.

Manifestantes pintam frase 'Vidas Pretas Importam' na avenida Paulista, em São Paulo, em protesto contra o assassinato de Beto Freitas Bruno Santos - 21.nov.20/Folhapress

Movimento negro é ponta de lança em reflexões fundamentais

PERIFACONNECTION
OPINIÃO

Wesley Teixeira
Morador da Baixada Fluminense, integrante do PerifaConnection, da Coalizão Negra por Direitos e da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito

O antirracismo é a compreensão da estrutura racista e da escravidão como uma forma de organizar as relações humanas, o acúmulo desigual e o Estado com objetivo de controlar. É a compreensão de que há um compromisso coletivo: combater o racismo e garantir humanidade para não brancos. A questão racial é uma lente de interpretação da realidade e o antirracismo, uma responsabilidade de todos.

Esse debate é a possibilidade da construção de um projeto para todo o conjunto da sociedade e não apenas para pessoas negras e indígenas. É a possibilidade de um projeto que defenda valores de igualdade e combata os que excluem e exploram.

Quem deseja transformar a realidade para todas as pessoas precisa se organizar coletivamente e isso é inegável. Mas alguns modelos de organização social estão em crise, pois foram forjados para uma disputa política institucional contaminada por uma lógica de interesses econômicos para poucos.

É necessário e urgente, portanto, alterações concretas nessa estrutura institucional, que também passem por uma mudança cultural e filosófica das formas ontológicas relacionais. Mudanças essas que sejam baseadas numa lógica pautada na defesa da vida e suas diversidades.

E por falar em transformação, precisamos reverenciar os movimentos negros. Pontas de lança em reflexões fundamentais e profundas. Os maiores atacados por essas lógicas, os negros, querem falar em primeira pessoa e romper com o etnocídio.

Esses sujeitos querem o que a eles pertence por direito: assumir a liderança desses processos de transformação social. Querem colocar luz sobre sua cultura, produções acadêmicas, midiáticas e visões religiosas. Querem falar por si e reverenciar suas histórias e potências.

> [...]
> Neste momento de crise civilizatória, queremos avançar nas alianças e negociações necessárias para a construção desse projeto de garantia de humanidade, voz, direitos e vida

Já a supremacia é a lógica que nos olha de cima. Uma lógica que nega inclusive que no Brasil somos a maioria e, portanto, a partir dessa negação, veta a nossa participação nos mais diversos espaços, como a mídia, política e tantas outras instituições.

É uma lógica que nos tira o direito à voz e à vida. Mas chegou o momento de falarmos por nós, contarmos nossas histórias, recuperá-las, recriá-las. Falar por nós nos coloca no patamar de humanidade. O que é o mínimo, pois é isso que sempre fomos: humanos.

Para alcançar o protagonismo queremos unidade, alianças. Neste momento de crise civilizatória, queremos avançar nas alianças e negociações sinceras e necessárias para a construção desse projeto de garantia de humanidade, voz, direitos e vida.

Como construir esse novo projeto de sociedade baseado no protagonismo e na diversidade? Não tenho as respostas exatas, mas apostaria em algumas: vivência dos territórios e respeito às pluralidades.

Aprendi com Edson Cardoso, professor, jornalista e militante do Movimento Negro desde os anos 70, que se retirarmos uma fatia de bolo, encontramos misturado todos os ingredientes das outras fatias.

Por isso mantenho o pé firme no chão, sem parar de olhar para o horizonte. Como a árvore que se enraíza, cresce em direção ao céu, dá fruto e deixa sementes.

Nicola Coughlan caracterizada como Penelope Featherington, de 'Bridgerton' Liam Daniel/Netflix

Nicola Coughlan recorda sua trajetória antes de 'Bridgerton'

Atriz da série diz que se preocupa em sair de zona de conforto da atuação

F5

Alexis Soloski

THE NEW YORK TIMES Em janeiro, na época em que completou 35 anos, Nicola Coughlan fez o que descreve como "uma megaviagem de férias", em um roteiro que passou por Nova York, Austin, Texas e Havaí.

Quando retornou a Manhattan, ela fez o que os turistas fazem. Foi a restaurantes finos, assistiu a uma gravação de "Saturday Night Live" (mas, diferentemente dos turistas comuns, foi convidada para a festa depois do final do programa) e assistiu a um espetáculo na Broadway.

O espetáculo era "Company", um musical sobre uma mulher de 35 anos que passa por uma crise existencial. Quando Coughlan saiu do teatro, ela viu um outdoor gigantesco na Times Square. Era um anúncio sobre a nova temporada do drama de época "Bridgerton", da Netflix, que tinha seu rosto em posição central.

"Caminhei um pouco pela rua e lá estava, imenso, imenso, imenso", diz.

Coughlan concedeu uma entrevista ao New York Times pouco antes de voar de volta para sua casa em Londres. Fazendo jus à descrição de seu perfil no Instagram —"pequena atriz irlandesa"—, ela escolheu o pub irlandês Molly's Shebeen, no Gramercy Park, para realizar a conversa.

Os fãs que estavam no pub e a reconheceram da celebrada série cômica "Derry Girls", da Netflix, já sabiam como ela se chamava.

"Derry Girls" deu a Coughlan —que trabalhava em um consultório de oftalmologia em sua cidade natal, Galway, na Irlanda, apenas um ano antes de ser convidada para o elenco da série— seu primeiro papel substancial.

O trabalho por fim a conduziu a "Bridgerton", que se tornou uma das séries mais assistidas da história da Netflix e renovou o catálogo com a segunda temporada.

Como estrela de dois dos shows mais queridos do serviço de streaming, Coughlan se tornou importante e tem um outdoor para provar isso.

Para a atriz, filha mais jovem de um oficial de Exército e de uma dona de casa, o sucesso não veio do dia para a noite. Na verdade, ela trabalhou para isso por milhares de dias. Depois da faculdade, onde estudou inglês e literatura clássica, ela fez um curso de arte dramática de seis meses na Oxford School of Drama, mas foi recusada como aluna do curso mais longo.

Em seguida, acompanhou sua melhor amiga, a dramaturga Camilla Whitehill, à Birmingham School of Acting, onde estudou por um ano. Mas também foi recusada para o curso mais longo.

Em Oxford e mais tarde em Birmingham, Coughlan desenvolveu seus dotes cômicos e, porque sempre pareceu jovem para sua idade, também desenvolveu a capacidade de interpretar crianças.

Depois ela se mudou para Londres, onde trabalhou no varejo em diversos lugares —produtos de beleza, frozen iogurte— e tentou encontrar trabalho como atriz adulta. Mas não conseguiu sucesso.

Pequenina, petulante, com algo de infantil, ela não conseguiu um agente ou um empresário. Sua conta bancária ficou beirando o vermelho mais de uma vez. E em vários momentos ela precisou voltar a morar com os pais. "A sensação era a de que o sonho morreu", afirma.

Mas não morreu, não completamente. Whitehill se lembra de que Coughlan encarava cada derrota com uma postura de desafio. "No fundo, ela acreditava em si mesma", disse Whitehill em uma conversa por vídeo. "Ela teve alguns empregos de tempo parcial horríveis —realmente horríveis— e eles eram deprimentes demais. Mas nunca duvidei dela."

Por fim, Coughlan, com quase 30 anos, conquistou um papel como uma menina rica de 15 anos de idade em "Jess and Joe Forever" uma produção que estreou em 2016 no Orange Tree Theater, em Londres.

O desempenho dela atraiu o interesse de um agente, que conseguiu uma audição para a atriz em "Derry Girls", comédia sobre um grupo de meninas —e um menino— que vivem na Irlanda do Norte na década de 1990, na periferia do conflito sectário que dividia a província.

O processo de seleção foi rigoroso: seis meses de novas convocações e de leituras com colegas de elenco para testar a química entre os atores. "Foi uma tortura", descreve. "Eu queria demais aquele papel."

Coughlan estudou o sotaque da Irlanda do Norte e encheu um caderno de anotações sobre sua personagem, Clare, 16, uma menina muito ansiosa, muito esforçada e "uma pequena lésbica". Lisa McGee, a criadora de "Derry Girls", se lembra do caderno, que tinha o nome de Clare escrito em purpurina na capa.

Coughlan abordou o papel combinando uma sensação de improviso a um lado completamente calculista, qualidades que ela mais tarde levaria ao seu trabalho em "Bridgerton".

McGee ficou admirada diante da velocidade e da precisão do timing cômico da atriz. "Eu comecei a escrever mais diálogos engraçados para Clare, quando vi a maneira pela qual Nicola a estava interpretando", disse McGee.

Mesmo então, Coughlan não estava certa de que encontraria um novo trabalho depois que a série terminasse. "Eu pensava que, bem, agora acabou. Encontrei ouro, mas isso não vai acontecer duas vezes", afirma.

Coughlan se saiu mal em diversas audições subsequentes e, quando os produtores de "Bridgerton" entraram em contato com seu agente, ela não tinha grandes esperanças.

Uma diretora assistente de elenco a convidou para um teste no papel de Eloise Bridgerton, a combativa quinta irmã da família, uma livre pensadora. Coughlan não achou que a audição tivesse isso particularmente bem.

Mas quando Chris Van Dusen, o showrunner da série, viu a gravação, ele decidiu que tinha encontrado a pessoa certa para o papel de Penelope Featherington, a melhor amiga de Eloise.

"Eu chamei todos os outros produtores à minha sala e lhes mostrei a gravação", disse Van Dusen. "E fico feliz por dizer que todo mundo a amou tanto quanto eu."

Informada de que tinha conseguido o papel, Coughlan procurou controlar seu entusiasmo. Ela conhecia muitos atores que foram contratados para projetos de prestígio e depois demitidos quando o estúdio exigiu alguém mais conhecido.

"Eu deveria ter ficado entusiasmada, achado aquilo maravilhoso", comenta. "Mas, em lugar disso, pensei comigo mesma que aquela situação era duvidosa e eu não sabia o que esperar dela."

A tensão persistiu até a primeira leitura do roteiro por todo o elenco.

Mas ela não foi demitida. E enquanto estava provando o figurino que usaria na série, descobriu no Reddit o quanto seu papel seria importante e que na verdade equivalia a dois papéis: Penelope, a moça tímida que o mundo todo via, e a astuta Lady Whistledown, o pseudônimo que Penelope emprega para escrever e publicar um boletim de fofocas que tem o poder de levar a Inglaterra do período da regência a implorar clemência.

> Eu deveria ter ficado entusiasmada, achado aquilo [confirmação para 'Bridgerton'] maravilhoso. Mas, em lugar disso, pensei comigo mesma que aquela situação era duvidosa e eu não sabia o que esperar dela
>
> **Nicola Coughlan**
> atriz

Ela mergulhou em seu papel duplo, enquanto os estilistas de figurino e cabelos de "Bridgerton" a equipavam com cachos ruivos e uma coleção de vestidos amarelos sem graça.

"Ela fica bem usando a maioria das cores, mas eles conseguiram encontrar algumas que realmente conflitavam", disse Whitehill.

A resposta de Coughlan ao seu guarda-roupa foi mais contida: "Não se pode ter vaidade e trabalhar como ator".

A revelação de quem era a Lady Whistledown só surgiu no episódio final da primeira temporada. Mas desde o primeiro roteiro, Coughlan organizou sua interpretação de forma a posicionar a personagem de maneira a usar as fofocas que Lady Whistledown mais tarde publicaria.

Se você assistir à primeira temporada com um olhar atento, a verá sempre num cantinho qualquer da cena, observando, ouvindo e tentando passar despercebida.

Ela treinou para bisbilhotar, em suas horas vagas, e agora não consegue mais evitar o hábito. "É espantoso o que as pessoas dizem quando acham que você não está ouvindo", aponta a atriz.

Para a temporada dois, ela acrescentou um novo papel. Ao entregar os textos de Lady Whistledown à gráfica, ela finge ser uma empregada irlandesa. A personagem não tem nome, no roteiro, mas Coughlan a chama de Bridget Bridgerton e usa um forte sotaque de Dublin. Coughlan é grande fã de "RuPaul's Drag Race" e pensa em seu alter ego como "a versão drag de Penelope".

A série trará novos desafios no futuro, porque Penelope terá uma história de amor. Isso acontece no quarto livro da série de romances que inspirou o programa, "Romancing Mister Bridgerton", o que significa que pode ou não surgir na quarta temporada. (A série já está garantida por pelo menos quatro temporadas.)

Mas Coughlan disse que já se sente apavorada com o novo rumo da personagem. "Me sinto mais confortável sendo desajeitada e divertida, portanto, isso será um grande desafio para mim. Porque fica fora de minha zona de conforto."

A atenção que "Bridgerton" trouxe a ela nem sempre foi algo confortável. "A fama é uma coisa estranha", afirma a atriz. A pior parte vem sendo o escrutínio online de seu corpo. Muitos dos comentários sobre sua aparência foram positivos, embora alguns tenham sido negativos. Ela não acha que nenhuma das duas coisas ajuda. "Eu penso que estou simplesmente existindo", ela disse. "E isso não é assunto de ninguém."

Ela chegou a pedir aos seus fãs no Instagram que não fizessem mais comentários sobre seu corpo. "É difícil escapar do peso de milhares de opiniões enviadas a você a cada dia", ela escreveu.

Mas a fama tem seu lado positivo. Ela apareceu como convidada no programa de culinária "The Great British Baking Show". Segundo Coughlan, foi a melhor experiência de sua vida, apesar de seu pãozinho suíço ter ficado um desastre.

Ela conta que fez amizade com o astro Jonathan Van Ness, de "Queer Eye", depois de criar um "hoodie" com o rosto dele e mostrá-lo na mídia social. Quando ela foi ao Saturday Night Live, Coughlan deu um abraço na comediante Kristen Wiig.

Coughlan está ansiosa para ver em que direção sua carreira a levará. Talvez algum dia ela apresente Saturday Night Live ou interprete uma personagem maior de idade. "Estranhamente, minha sensação é a de que só estou começando."

Tradução Paulo Migliacci